

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto de Educação



ENTRE A NORMA E O DESVIO: LÍNGUA, LITERATURA E  
IDENTIDADE(S) NA GEOPOLÍTICA DO MUNDO EM PORTUGUÊS

Maria Isabel Rodrigues Figueira de Sousa

Orientador: Prof. Doutor Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em  
Educação, especialidade em História da Educação

2020

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto de Educação



ENTRE A NORMA E O DESVIO: LÍNGUA, LITERATURA E IDENTIDADE NA GEOPOLÍTICA  
DO MUNDO EM PORTUGÊS

Maria Isabel Rodrigues Figueira de Sousa

Orientado(r): Prof. Doutor Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Educação, especialidade em História da Educação.

Júri:

Presidente: Doutor Domingos Manuel Barros Fernandes, Professor Catedrático e membro do Conselho Científico do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutora Maria Helena Serra Ferreira Ançã, Professora Associada com Agregação Aposentada  
Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro;
- Doutora Otília da Encarnação Costa e Sousa, Professora Coordenadora Principal  
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa;
- Doutor Justino Pereira de Magalhães, Professor Catedrático  
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa;
- Doutor Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó, Professor Associado com Agregação  
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, orientador;
- Doutora Ana Isabel da Câmara Dias Madeira, professora Auxiliar  
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia por meio da bolsa com referência SFRH/BD/78274/2011

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Jorge do Ó, pelos seminários onde cresci no gosto da leitura partilhada e do pensamento estimulado para a ousadia, o salto.

Aos professores do Departamento de História da Educação, por aí ter encontrado um rumo para um projeto que inicialmente era muito nebuloso. Esta tese vai para além do que habitualmente se trata como educação e por vezes desafia convenções do trabalho histórico, nomeadamente quando utiliza as fontes mais atuais. De algum modo reflete as marcas da minha anterior formação, em filosofia e em literatura, pelo que os desvios ao método histórico são assumidos como um desejo de refletir sobre o nosso presente, no cruzamento de disciplina diversas.

Aos colegas do mesmo seminário, pela honestidade e rigor intelectual, pela cumplicidade, nomeadamente ao grupo de estudo que daí se formou, recordando os encontros, as discussões, todo o contributo nesses primeiros anos de pesquisa; a todos os outros que, ao longo dos anos, passaram por esse espaço de inquietações e busca, de troca. Recordo, entre outros, a Lígia Penim, o António Henriques, o Tomás Vallera, a Mónica Raleiras, a Inês Félix, a Ana Paz. A esta última, obrigada ainda pela disponibilidade nas leituras do projeto entregue à FCT, o que me permitiu usufruir de uma bolsa de investigação.

Ao Prof. Júlio Groppa e aos seus doutorandos, que me integraram no grupo de pesquisa, na Universidade de São Paulo, nomeadamente à Elisa, pelo acolhimento e disponibilidade atenta; a todos os outros pelas conversas e o convívio. Ainda em terras brasileiras, um abraço à Celeste Lustosa e à Patrícia, à Giovana e outros amigos que me disponibilizaram estadia no Recife e Rio de Janeiro, permitindo-me a vivência de uma cultura que nós, portugueses, julgamos próxima, mas tem diferenças que importa vivenciar, para conhecer embates impossíveis de ignorar e que se refletem no rumo desta tese.

Da Academia Brasileira de Letras, não esqueço o Luís e a Kátia, bibliotecários de uma disponibilidade imensa, que rapidamente me facilitaram o acesso a fontes preciosas, sempre com atenção, interesse e novas sugestões. Ainda um agradecimento especial ao Prof. Evanildo Bechara, que numa conversa ao almoço sobre a minha pesquisa, se prontificou a oferecer os quatro volumes da sua coletânea sobre as revistas da ABL – um encontro decisivo, de que dá conta o capítulo 2, na medida em que redefiniu a minha pergunta de pesquisa.

Naturalmente, à família, por tantas coisas, nomeadamente ao mano João, que ajudou na análise dos resultados estatísticos e aos “netos” que esperavam, nem sempre pacientemente, que acabasse de escrever para ir “fazer coisas” com eles, no final de cada sábado.

E por fim, ao António, claro! Por tudo!

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo compreender como as *representações sociais da língua e da literatura* condicionam discursividades subjetivadoras, as quais, partindo de conceitos de *norma* e *desvio*, definem processos identitários e se constituem como substrato de relações simbólico-identitárias entre os vários países de língua oficial portuguesa.

O arco-temporal desta pesquisa vai do final do século XIX, com os debates sobre a necessidade de uma “simplificação” ortográfica, até ao início do século XXI, em que a questão da ortografia e das literaturas numa língua comum voltam a provocar reflexões sobre soberania nacional, educação e identidade, agora dentro Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa. É em função desse espaço geopolítico que se analisa a emergência do campo literário lusófono e a visibilidade dada aos escritores em língua portuguesa, apresentados como modelos de um *modo comum de ser e estar com o Outro* através da língua partilhada. Parte-se do princípio que o gesto educativo extravasa da escola para o espaço público e se naturaliza em fontes de referência sociocultural, como são as revistas ou jornais, as quais, repetindo certas evidências emanadas por fontes de poder, exercem uma *paideia* social de cariz identitária.

A partir das fontes, de que se destacam as revistas da *Academia Brasileira de Letras* (ABL) e o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, em Portugal, foram construídas séries documentais que ajudarão a problematizar a subjetivação de cidadãos em função de uma *norma* ou da correspondente ideia de *desvio*, seja no campo ortográfico, literário ou cultural.

O enquadramento teórico será ancorado em Moscovici, Michel Foucault, Roland Barthes, Thomas Popkewitz, Jorge do Ó. Com estas referências, procura-se por um lado, i) perceber o poder subjetivador de certas representações culturais que instâncias de poder e os *media* consolidam em determinadas épocas históricas; por outro lado, procura-se igualmente ii) analisar os estereótipos que compõem os discursos sobre a língua e seus sujeitos, aqueles das falas “desviadas” ou os autores de obras consagradas, para entender os embates identitários que, desde lá atrás, foram dando forma a este presente, o qual resulta de tensões idiomáticas e literárias, entendidas como metáforas de conflitos político-identitários na geopolítica do mundo em português.

Palavras-chave: Gramática; Identidade; Língua Portuguesa; Literatura; Lusofonia; Ortografia; Representações sociais.

## ABSTRACT

The objective of this study is to understand how *social representations* about *language* and *literature* determine subjective discursivities. Based on the concepts of *norm* and *deviation*, such discursivities characterize identity processes and become the substratum of symbolic-identity relationships between the Portuguese speaking countries.

The temporal arc of this research starts at the end of the XIXth century, with the analysis of strong debates about the “simplification” of orthography or the need to renovate literature, and will end at the beginning of the XXIst century, where similar debates bring back reflexions about national sovereignty and its links to language and literature, and identity.

The study evolves from the need of a simplified orthography for the education of more individuals in the use of the Portuguese language, seen as a symbolic and emotional link between different cultures and countries. In the vast geopolitical space of CPLP we will see the appearance of a lusophonic literary field, based on great exposure and visibility given to writers, as representatives of a desired ideal of common values and a shared way of being with the different Other, which we here define as *Being-in-Portuguese*. The thesis is structured upon the idea that the educational gesture goes beyond school, circulates in society, especially in institutions of power and in the media, which repeat official “truths” and become a social identity *paideia*.

The main sources used in this research are the Brazilian magazines published by Academia Brasileira de Letras (ABL) and the Portuguese *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Based on these sources we have built documental series that articulate the main concepts of this thesis, the idea of norm and deviation referring to the orthographic, literary or cultural fields.

The theoretical frames are the works of Moscovici, Michel Foucault, Roland Barthes, Thomas Popkewitz and Jorge do Ó. Within these references this thesis tries to understand i) the subjective power of certain social representations, that a institutional power and the media consolidate in specific historic moments; it also aims, ii) to analyze the stereotypes about Portuguese language and its speakers, both from the people with a “deviated” use of the language or the writers of famous works, in order to understand the tensions and confrontations that started early in the past but give shape to our present. A present that results from idiomatic and literary tensions seen as metaphors of political and identity confrontations.

Key-words: Grammar, Identity; Literature; Lusophony; Orthography; Portuguese Language; Social representations.

## ÍNDICE

<b>Notas Prévias.....</b>	<b>8</b>
1. <i>A inscrição desta Tese na História da Educação .....</i>	<i>8</i>
2. <i>Representações Socioculturais e Discursos Identitários .....</i>	<i>15</i>
3. <i>Do idioma e seus Sujeitos: a Articulação entre os Vários Capítulos .....</i>	<i>19</i>
<b>Introdução - Devir da Língua e Devir Cidadão .....</b>	<b>26</b>
1. <i>Problematização .....</i>	<i>27</i>
2. <i>Da tese e suas Questões .....</i>	<i>28</i>
3. <i>Fontes e Enquadramento Temporal .....</i>	<i>31</i>
4. <i>Dos Conceitos .....</i>	<i>34</i>
4.1. <i>Conceitos de autores de referência .....</i>	<i>34</i>
4.2. <i>Conceitos Criados para esta Tese .....</i>	<i>39</i>
5. <i>Síntese .....</i>	<i>40</i>
<b>Capítulo 1 – Teoria e Metodologia .....</b>	<b>43</b>
1. <i>Revisão Bibliográfica .....</i>	<i>44</i>
2. <i>Teoria e Metodologia .....</i>	<i>58</i>
2.1. <i>Teoria e suas articulações .....</i>	<i>58</i>
2.2. <i>Intercessores teóricos .....</i>	<i>61</i>
<b>Capítulo 2 - Língua e Sujeitos entre a Norma e o Desvio .....</b>	<b>74</b>
1. <i>Preâmbulo .....</i>	<i>78</i>
1.1. <i>Problematização – idioma, nação identidade .....</i>	<i>78</i>
1.2. <i>Sobre este capítulo .....</i>	<i>82</i>
2. <i>Errar, Corrigir, Normatizar .....</i>	<i>85</i>
2.1. <i>A escrita sônica de Barbosa de Leão .....</i>	<i>85</i>
2.2. <i>Gonçalves Viana – o filólogo entra em cena .....</i>	<i>88</i>
2.3. <i>Carolina Michaelis - a autoridade didática .....</i>	<i>89</i>
2.4. <i>Cândido de Figueiredo - a língua entre lições e consultas .....</i>	<i>97</i>
2.5. <i>Escritores e filólogos –inspiração versus regra .....</i>	<i>104</i>
3. <i>Transgredir, Desviar, Modificar: a Língua-em-devir .....</i>	<i>110</i>
3.1. <i>Os (des)acordos ortográficos .....</i>	<i>110</i>
3.2. <i>As Academias e os acordos .....</i>	<i>115</i>
3.3. <i>O idioma: povos e dizeres entre a unidade e a diferença .....</i>	<i>126</i>
3.4. <i>De dialeto a língua nacional .....</i>	<i>140</i>
3.5. <i>Brasileirismos e sotaque brasileiro .....</i>	<i>149</i>
3.6. <i>Língua, literatura, identidade – jogos discursivos .....</i>	<i>158</i>
4. <i>Reflexões Transitivas – Resumo do Capítulo .....</i>	<i>167</i>
<b>Capítulo 3: O Desejo do Outro .....</b>	<b>169</b>
1. <i>Problematização .....</i>	<i>170</i>

2.	<i>Uma Comunidade Fundada no Idioma</i> .....	172
3.	<i>Jornalismo e Pedagogia Identitária</i> .....	178
3.1.	<i>A simbólica marítima – barco e viagem</i> .....	189
4.	<i>Língua e Identidade – entre a Origem e a Herança</i> .....	191
5.	<i>O idioma –Pertença, Identidade, Comunidade</i> .....	206
5.1.	<i>Produzir Cidadãos pelo Ensino da Língua</i> .....	209
6.	<i>O Desejo do Outro</i> .....	233
7.	<i>Os Editoriais do JL - a Voz de Desejo Lusófono</i> .....	241
8.	<i>Reflexões Transitivas – Resumo do Capítulo 3</i> .....	255
<b>Capítulo 4: Jogo de Espelhos</b> .....		<b>259</b>
1.	<i>Problematização</i> .....	260
2.	<i>As Letras em Números – Análise Estatística</i> .....	263
2.1.	<i>O Campo Literário Lusófono no JL</i> .....	266
3.	<i>Escritores – a Representação Identitária pelo Idioma e a Literatura</i> .....	276
3.1.	<i>A formação discursiva sobre o espaço-em-português</i> .....	283
3.2.	<i>Entrevistas – o que dizem os escritores</i> .....	295
3.3.	<i>Entrevistas a escritores lusófonos</i> .....	307
4.	<b>Reflexões finais</b> .....	<b>316</b>
<b>Conclusão</b> .....		<b>318</b>
1.	<i>Remates Inconclusos</i> .....	319
2.	<i>Para lá da Escrita</i> .....	320
3.	<i>Novos Caminhos de Pesquisa</i> .....	323
4.	<i>As Figuras Conceptuais</i> .....	327
<b>Fontes e Bibliografia Primária</b> .....		<b>330</b>
<b>Bibliografia Geral</b> .....		<b>347</b>

## ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 2: JL nº 596, de 7.12.1993, p.1. Capa com imagem da primeira mesa-redonda, onde se remete para um caderno especial de 32 páginas sobre a futura CPLP, integrando o mesmo número. 185

Figura 3: JL nº 618, de 22.6.1994, p.1 – “A Grande Viagem”. 186

Figura 4: JL nº 618, de 22.6.1994, p.1. Capa do caderno - As novas navegações”. 186

Figura 5: Capa do caderno especial do JL nº 628, 9.11.1994, p.1, sobre a possível criação da CPLP. 187

Figura 6: JL nº 628, de 9.11.1994, p.1, que remete para o seu caderno especial. 187

Figura 7: livro de leitura para a 4.a classe, elaborado para a província de Angola em 1970, p. 122. 217

Figura 8: Livro de leitura para a 4.a classe, elaborado para a província de Angola em 1970, pp. 72-73. 226

Figura 9: retrato de Agostinho da Silva, JL nº 219, de 15 .9.1986, p.1. 231

Figura 11: retrato de Clarice Lispector, JL nº 1109, de 3.4.2003, p.1. 277

Figura 10: retrato de Jorge Amado, JL nº 342, de 24.1.1989, p.1. 277

Figura 13: imagem de Mário Soares, JL nº 277, de 26.10.1987, p. 16. 279

Figura 12: retrato de Mário Soares, JL nº 662, de 28.2.1996, p.1. 279

Figura 15: JL nº 370, de 8.8.1989, p.1 282

Figura 16: JL nº 960, 18.7.2007, p.1. 282

Figura 17: JL nº 978, de 26.3.2008, p.1 282

Figura 14: JL nº 320, de 23.8.1988, p.1 282

Figura 19: JL nº 618, de 22.6.1994, p.16 284

Figura 18: JL nº 15, 15.9.1981, p.26. 284

Figura 21: JL nº 15, de 15.9.1981, p.1. 288

Figura 20: JL nº 24, de 1.9.1982, p.1. 288

Figura 22: JL nº 70, de 25.10.1983, p.1. 289

Figura 24: JL nº 270, de 7.9.1987, p.1. 289

Figura 23: JL nº 158, de 16.6.1985, p.1. 289



Figura 25: JL nº 357, de 9.5.1989, p.1. 289

Figura 27: JL nº 347, de 28.2.1989, p.1. 291

Figura 26: JL nº 549, de 12.1.1993, p.1. 291

Figura 29: JL nº 475, de 13.8.1991, p.1 291

Figura 28: JL nº 348, de 7.3.1989, p.1. 291

Figura 30: JL nº 1042, de 8.9.2010, p.1. 293

Figura 31: JL nº 1085, de 2.5.2012, p.1. 293

Figura 32: JL nº 1100, de 28.11.2012, p.1. 293

Figura 33: JL nº 1104, de 23.2.2013, p.1. 293

Figura 34: retrato de Mia Couto, JL nº 670, de 19.6.1996, p.1. 296

Figura 35: retrato de Ondjaki, JL nº 982, de 21.5.2008, p.1. 296

Figura 37: retrato de Chico Buarque, JL nº 489, 19.11.1991, p.1. 297

Figura 36: retrato de Vinícius de Moraes, JL nº 1128, 25.12.2013, p.1. 297

## ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico A: percentagem de referências (nome e/ou imagem) a autores lusófonos nas primeiras páginas do JL. Informação obtida dos número 1 ao n.º 1133 do JL...251

Gráfico B: ocorrência de nomes de autores lusófonos acompanhados de imagem de rosto, nas primeiras páginas do JL, de março de 1981 (nº1) a 2014 (1133). ....255

Gráfico C: tabela de escritores galardoados com o Prémios Camões, de 1998 a 2104.  
.....260

Gráfico D: número das principais referências a escritores de países da CPLP ao longo das edições do JL , do nº 1 ao nº 1133, dando conta da visibilidade do campo literário lusófono emergindo das primeiras páginas do JL, bem como do progressivo interesse por uma maior diversidade de escritores de língua portuguesa.....261

## **ÍNDICE DOS ANEXOS** **(por pastas, no DC)**

### **I - Anexos dos Capítulos**

#### **Anexos do capítulo 2:**

- 1 - Inquérito ortográfico de Gonçalves Dias
- 1 - Artigos de Michaelis no Primeiro de Janeiro, 1911

#### **Anexos do Capítulo 3**

- 1 - JL – Mesas-Redondas de 1993 e 1994
- 2 - Livros de leitura da 4ª classe para o ultramar  
(site do Ministério da Educação)
- 3 - Textos de José Pinheiro – a educação em Angola
- 4 - Editorias do JL

#### **Anexos do Capítulo 4**

- 1 - Prémio Camões
- 2 - Mário Soares e Jorge Amado – correspondência
- 3 - Sarney – carta de amor à Língua Portuguesa
- 4 - Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa (textos de Alfredo Margarido e Eugénio Lisboa)
- 5 - Revista *Oceanos*
- 6 - Tabelas Excel

### **II – Anexos Facultativos**

#### **1 – Anexos Temáticos**

- 1 - Acordo ortográfico
  - 2 - Crise nacional, mitos e utopia
  - 3 - Pensar Portugal
  - 4 - CPLP e Lusofonia
  - 5 - O escritor, o intelectual e o político
  - 6 - Textos de Agostinho da Silva
  - 6 - Língua, Educação, Cultura
  - 7 - Camões no JL
  - 8 - Literatura - teoria, feiras, entrevistas, prémios
  - 9 - Portugal/Brasil
  - 10 - Instituto Camões
  - 11 - Tolerância e Cidadania
  - 13. Escritores PALOP/Timor
- 2 – Série das Capas do JL
- 3 – Sabiá digitalizado (casa do Brasil)
- 4 – Tabela excel – dados das capas do JL

## SIGLAS

AO90 – Acordo Ortográfico de 1990  
ABL – Academia Brasileira da Língua  
CEE – Comunidade Económica Europeia  
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
IC – Instituto Camões  
ICALP – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa  
IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa  
FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia  
JCV – José Carlos de Vasconcelos  
JL – *Jornal de Letras, Artes e Ideias*  
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
UA – União Africana  
UE – União Europeia  
USP – Universidade de São Paulo

## Notas Prévias

### 1. A inscrição desta Tese na História da Educação

Esta pesquisa tem como referência temática o trabalho de professores e investigadores em História da Educação da Universidade de Lisboa, nomeadamente as pesquisas sobre políticas educativas, ensino do português, constituição de programas e os currículos, bem como a formação de professores. Destes trabalhos retiro a ideia subjacente à tese e o tema sobre a qual ela se estrutura, a de que *o ensino da língua portuguesa é central na formação de sujeitos cidadãos, mas é-o também na constituição de identidades coloniais e pós-coloniais*, sendo determinante em processos de transição, sejam de independência nacional, de afirmação de novas referências culturais ou de constituição de um espaço comum, idiomático e identitário. A tese inscreve-se nessa área de reflexão sobre o papel subjetivador e identitário do idioma nacional, pois aborda o tema da língua portuguesa e da relação de sujeitos, alunos e cidadãos, quer com a escrita e a literatura em português, quer, por meio disso, da relação com outros sujeitos de outras nacionalidades de língua oficial portuguesa. Tem a especificidade de ter um conceito mais abrangente de educação, no sentido de *pedagogia para a cidadania* baseada no idioma português, mas conciliando-a com uma ideia mais clássica de educação, relacionada com o espaço escolar conceito de educação, com a análise de casos específicos, a saber, a análise da discursividade de manuais escolares e da política educativa do Estado Novo em Angola e Moçambique.

O tema que atravessa esta tese poderá não ter sido abordado com o mesmo recorte dos estudos referidos, mas é deles que parto, ao estabelecer a relação entre idioma e cidadania, pois nas suas pesquisas encontro articulações entre as ideias republicanas, o ensino e a formação, quer de professores, quer de sujeitos cidadãos, como é o caso de obras de Nóvoa (1987, 1995, 2000, 2003), Magalhães (2000, 2001), Pintassilgo (2006, 2007), Pintassilgo, Mogarro & Henriques (2010). Com outros trabalhos já produzidos no mesmo departamento, percebi que a valorização da língua portuguesa, está bem patente nos currículos do ensino em Portugal (Penim, 2011) ou no de Moçambique, na era colonial (Madeira, 2003), e aparece sempre associada à constituição da cidadania e de uma identidade nacional, o que me levou a pesquisar revistas, jornais, manuais e outras fontes, para ver como a ideia de ensinar, de escrever e de ler corretamente português está ligada com uma

identidade nacional, seja aquela a que é defendida por um regime oficial, seja aquela, contestatária e emergente, de quem quer que se oponha a esse regime de poder. Nas obras de alguns dos autores referidos, o ensino da língua portuguesa surge relacionado com diferenças sociopolíticas e com um desejo de nivelamento (Nóvoa, 1987; Madeira, 2003; Penim, 2011), seja pelo esforço de alfabetização da primeira República, em Portugal, ou do Brasil recém independente, seja pela formação de uma classe média de professores, em Portugal, seja pela formação de uma elite culta, no Brasil ou na ditas “províncias ultramarinas”. Tais ideias são transversais a todos os capítulos desta tese, permitindo a sua inscrição na História da Educação, ainda que o conceito de educação seja analisado não apenas na sua relação com a instituição escolar mas com outras práticas discursivas que socialmente se impõem em cada época.

É este enquadramento que está implícito quando i) se analisa a reforma ortográfica de 1911, a qual surge a par da reforma do ensino de Jaime Moniz, que pugna por uma educação que facilite, a um maior número de pessoas, o acesso à leitura e à escrita, combatendo o analfabetismo generalizado<sup>i</sup>; ou ii) quando - na tradição de uma História da Educação que valorizou o estudo de manuais escolares e outros registos textuais produzidos por instituições e profissionais relacionados com a educação nacional -, são analisados textos dos livros de leitura da 4<sup>a</sup> classe, utilizados em territórios então identificados como “ultramarcinos”; iii) quando se utiliza, como fonte primária, documentos produzidos pelo Secretário de Educação, José Pinheiro. Estes últimos são textos oficiais do sistema de educação da então província de Angola, que dão conta do esforço educacional que a partir de 1960 alarga o ensino da língua portuguesa em Angola, a fim de subjetivizar populações em torno de uma identidade idiomática a instilar nos seus educandos. É ainda a ideia de educação que está, em sentido mais lato, no espaço público, com a análise de revistas com artigos de destacados escritores que, no Brasil, iam criando uma nova narrativa cidadã, moldando a identidade brasileira em formação. É ainda o mesmo gesto educativo, no sentido de *paideia* pública, de uma pedagogia nacional coletiva, que se persegue no estudo do *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, jornal que, como podemos confirmar nos editoriais do seu Diretor, tomou a si o papel de ajudar a construir uma identidade nacional pós-colonial.

Deste modo, as revistas literárias da *Academia Brasileira de Letras* podem ser lidas lado a lado com o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, na medida em que

colocam o idioma português no centro de enunciados com os quais se deseja modular formas cidadãs de ser e de viver. Ainda que afastados do espaço escolar, os textos das duas publicações, como procuro demonstrar, contêm em si tanto o gesto educativo e normativo, que visa preservar uma ordem estabelecida e uma ideia de continuidade, como o gesto que introduz cortes para validar novas identidades literárias, políticas, cidadãs.

Foi o trabalho de professores do mesmo Departamento que orientou o meu interesse por eventos específicos da história colonial e pós-colonial, num jogo de comparação entre a antiga metrópole e os territórios coloniais<sup>ii</sup> - Brasil ou as antigas “províncias ultramarinas”. Foi determinante a leitura do livro *História da Educação Colonial*, livro que António Nóvoa publicou juntamente com Marc Depaepe (Nóvoa, Depaepe, Johanning-Meier & Arango, 1996). Foi determinante o seu apelo a que se fizessem mais estudos sobre o nosso passado colonial utilizando conceitos e instrumentos teóricos adaptados à especificidade da realidade portuguesa, pois com frequência se alude a trabalhos sobre os outros colonialismos europeus plasmando-os acriticamente para a nossa realidade. Nóvoa sublinha que a teoria pós-colonial usada em outros países não pode ser diretamente aplicada ao caso português, que seria necessário empreender estudos sobre as nossas relações com os outros povos, com quem convivemos durante séculos, através da construção das nossas próprias ferramentas teóricas. Foi com essa motivação que aceitei deixar de lado os grandes nomes dos *Estudos Culturais* e *Pós-coloniais*, cujas teorias tentara, até então, colar ao meu tema de pesquisa. Foi por este desafio de Nóvoa que me senti motivada para empreender uma pesquisa mais inusitada, certamente menos convencional e segura, mas que fosse à procura dessas diferenças particulares do caso português, o qual se afasta das discursividades coloniais e pós-coloniais de outros países, graças aos conceitos, muito específicos, de *lusotropicalismo* e de *lusofonia*, conceitos que me propus aprofundar, por sintetizarem, em épocas distintas, posturas político-identitárias em espaços de língua portuguesa, como Cláudia Castelo (1989), outra investigadora deste Instituto de Educação, demonstrou exaustivamente.

Para lá das influências teóricas e metodológicas mais próximas, importa ter em conta o próprio desenvolvimento desta disciplina, que influenciou a metodologia aqui utilizada. No artigo intitulado “O ensino da História da Educação” Justino Magalhães (2011) esclarece que “a História incorporou alternativas de

investigação e ensino antes não consideradas”<sup>1</sup>, o que explica o aparecimento de “novos objetos (instituições escolares, disciplinas, questões de género“, cultura escolar, imprensa, legislação, etc.)”, e que tivessem sido desenvolvidos “métodos e abordagens, das quais resultou uma diversidade na informação e produção historiográficas”<sup>2</sup>. O mesmo autor adianta que novas pesquisas foram determinadas por perspectivas estruturalistas, permitindo “a reificação multifatorial e multidimensional do objeto científico,” que se revelaram fundamentais “para a inscrição dos fenómenos educativos e escolares em modelos e complexos sistémicos de aproximação à realidade, nos planos sincrónicos e diacrónicos” (Magalhães, 2011, p.5). A pesquisa que aqui se apresenta inscreve-se nessas “alternativas de investigação” a que Justino Magalhães se refere, as quais determinaram novas abordagens nesta disciplina, fundamentadas nos teóricos da Nova História Cultural e do *linguistic turn*, abordagem teórica que tanto marcou a disciplina da História no sentido da valorização de narrativas. São esses os autores que “favorecem o regresso da narratividade com base privilegiada em fontes discursivas” bem como “o regresso ao arquivo, à multiplicação de fontes e a multiplicação de abordagens parcelares”, afastando-se de uma história de totalidades<sup>iii</sup> (Magalhães, 2011, p.6).

O facto de o arquivo em que se fundamenta esta pesquisa ser multifacetado e incluir documentos não diretamente ligados à prática pedagógica é igualmente justificado por esta postura teórica, que *já não centra o ato educativo na escola*, antes o alarga à sociedade em geral, onde se encontram vestígios desse gesto educativo que tenta moldar sujeitos pela adesão a determinadas “verdades” postas a circular e que se apresentam como naturais<sup>iv</sup>, ou seja, inquestionáveis. São esses vestígios que esta tese recolheu e tenta questionar – manuais escolares mas também documentos oficiais, textos de jornais e de revistas literárias, entrevistas de

---

<sup>1</sup> “São hoje solicitadas novas exigências de conhecimento aos professores de História, designadamente a necessidade de transitar por temas e lugares com as mais/ *variadas possibilidades culturais e profissionais, na sala de aula, nos arquivos e em museus, nas próprias escolas, explorando espólios, bibliotecas, sujeitos, culturas*. Onde houver espaço para a produção da pesquisa histórica ou para o estudo e a preservação da memória, o professor de História deverá estar habilitado a trabalhar” (Magalhães, 2011, pp.1/2, *itálico meu*).

<sup>2</sup> No mesmo artigo de Justino de Magalhães pode ler-se - “Sendo a reflexão historiográfica uma construção multimodal entre passado/ presente/ futuro, um marco, uma via de subjectivação, cidadania, humanização e, por consequência, uma racionalidade que permite uma visão equilibrada e equilibradora do quotidiano, a (in)formação historiográfica deve integrar a tomada de decisões, partindo de situações- problema actuais. A sensibilidade às práticas (praxeologias e etnografias) e a abertura interdisciplinar permitem *evitar e superar as abordagens, tendencialmente ideológicas, justificativas e convergentes que marcaram a historiografia tradicional*, designadamente no domínio da Pedagogia” (Magalhães, 2011, p. 10, *itálico meu*).



escritores. António Nóvoa (2009), no texto “Educação 2021: Para uma História do Futuro”<sup>3</sup> refere-se a esta reinterpretação da missão escolar e a um conceito mais lato de educação, que adotámos nesta tese – “escola deve libertar-se de uma visão regeneradora ou reparadora da sociedade, assumindo que é *apenas uma entre as muitas instituições da sociedade que promovem a educação*” (Nóvoa 2009, p. 9). Nesse sentido, e referindo “uma nova maneira de fazer pesquisa em História da Educação”<sup>4</sup> acrescenta que é necessário “*pensar de outro modo o espaço público da educação*, através de um aproveitamento das potencialidades culturais e educativas que existem na sociedade e de *uma responsabilização do conjunto das entidades públicas e privadas*” (Nóvoa 2009, p. 9, itálico meu). Esta postura teórica insere-se numa perspetiva histórica da própria História da Educação, disciplina que terá passado, no entender de Nóvoa, por quatro fases, a saber, uma fase “essencialmente *filosófica*, baseada na evocação das ideias dos grandes educadores” (Nóvoa 2009, p. 410), uma outra fase “mais marcadamente *institucional*”, em que passou a ser “concedida uma atenção privilegiada à génese e ao desenvolvimento das instituições educativas, a que se seguiu uma fase em que as pesquisas históricas passaram a ser marcadas por uma *perspetiva social*”, e, finalmente, uma última fase, de “*diversificação de perspectivas*”<sup>5</sup> pois, “por um lado, há uma espécie de redescoberta da especificidade das temáticas escolares e do papel dos diferentes actores educativos e da sua experiência; por outro lado, há uma tendência para retomar práticas de história intelectual e cultural, a partir de novas concepções teóricas” (Nóvoa 2009, p. 420).

A tese que aqui se apresenta inscreve-se nesta tradição, optando por uma abordagem sociocultural da educação, vista quer dentro quer fora das instituições escolares, pelo que articula o ensino da língua com enunciados sociopolíticos, na

---

<sup>3</sup> “Educação 2021: para uma História do Futuro” - obra consultada, a 9 de março de 2020, em:

[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/670/1/21232\\_1681-5653\\_181-199.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/670/1/21232_1681-5653_181-199.pdf)

<sup>5</sup> “Registe-se, por último, a diversidade dos instrumentos metodológicos que fazem parte, actualmente, do repertório dos historiadores da educação (Kincheloe, 1991). A ausência de um modelo teórico consensual conduziu, de facto, à proliferação de métodos quantitativos e qualitativos, à procura das melhores estratégias para compreender historicamente as semelhanças e as diferenças dos processos escolares e educativos. Para além das abordagens históricas tradicionais e das estratégias de trabalho da história social, a investigação histórico-educativa conta hoje com duas importantes fontes de inspiração metodológica: por um lado, os instrumentos da nova história cultural e intelectual, tal como tem sido praticada pela geração da «viragem linguística» (Nóvoa 2009, p. 429).

esteira de teóricos como Moscovici, Bourdieu, Chartier, como adiante veremos. Estuda os usos do idioma e a relação identitária com a língua nacional e, sem se centrar em aspetos técnicos do ensino da língua, busca acompanhar *representações sobre a língua portuguesa* em diversas fontes, de variados momentos históricos, estabelecendo entre eles uma ligação em função da temática a aprofundar. A metodologia escolhida pode ser entendida à luz das palavras de António da Nóvoa – “a história da educação tem de adoptar metodologias e paradigmas científicos, recusando a narrativa gloriosa de um progresso contínuo assegurado pela escola [...]. Há uma ruptura clara com a *história-celebração* e a adopção de uma história social crítica, atenta ao conjunto dos processos e dos valores educativos, menos prisioneira de uma abordagem interna às instituições escolares e às ideias dos pedagogos” (Nóvoa, 2009, p. 423). Esta abordagem fundamenta “novas estratégias de pesquisa, tanto seriais e quantitativas (bem patentes nos estudos sobre a alfabetização) como qualitativas (história oral, análise de conteúdo, etc.)” (Nóvoa, 2009, p. 427). Esta tese privilegia a análise de séries, ainda que recorra, pontualmente, a métodos quantitativos, que permitem uma análise estatística, no capítulo 4. Procura-se, com estas abordagens, identificar novos objetos de pesquisa, graças a um “reforço das ligações interdisciplinares, a abertura a novas realidades, a recentração temática e a diversificação das abordagens metodológicas” (Nóvoa, 2009, p. 428).

O trabalho que resultou nesta tese inscreve-se, pois, na Especialidade da História de Educação, sendo herdeira dessa postura marcada “pela necessidade de compreender o presente nas suas diferenças com o passado, mas também o modo como o passado foi trazido até ao presente influenciando as nossas maneiras de pensar e de falar da educação”. (Nóvoa, 2009, p. 429). Jorge do Ó (2013), orientador desta tese, e por sua vez, antigo orientando de Nóvoa e de Popkewitz (1998, 2000, 2003), adota claramente esta perspetiva, com que se propõe entender como o passado reverbera no presente. Essa é a abordagem do seu livro *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do séc. xix – meados do sec. xx)*. Naturalmente, os seus próprios doutorandos, em que me incluo, ao assistirem regularmente ao seminário que orienta, foram marcados pelas leituras de Foucault, Deleuze, Barthes, Derrida e de outros autores, como Popkewitz, teórico da história da educação que aplica uma metodologia genealógica, de inspiração foucaultiana, na sua análise de processos

educativos como processos de subjetivação. Não espanta, pois, que certos princípios de uma pesquisa foucaultiana aplicada à História da Educação, tal como a que orienta os textos de Popkewitz, estejam implícitos nesta pesquisa, a qual assume, como diz Barthes que “não prosseguimos um caminho traçado, expomos aquilo que vamos encontrando pouco a pouco” (Barthes, *apud* Ó, 2019, p. 433); que assume, igualmente, a sua intenção “não linear e não mimética” (Ó, 2019, p. 30), pois não tenta o gesto de parafrasear “o já dito e o já feito” (Ó, 2019, p. 36), antes ensaia, artesanalmente, uma escrita “produtora de formas de pensamento-outro” (Ó, 2019, p. 39).

O que me motivou ao longo da pesquisa foi a possibilidade de realizar outras “montagens”<sup>7</sup> com o material de arquivo acumulado, o facto de perceber que, colocando lado a lado textos de diferentes geografias e tempos históricos, era possível fazer sobressair *outros dizeres* e *outras práticas*, que muitas vezes questionavam os consensos que organizam a nossa vida e os discursos identitário-idiomáticos do nosso presente. Assumo esta escolha teórica e metodológica, escorada no princípio de que há que “manter a investigação nos domínios relacionais, adentro dos vínculos que as *palavras* e as *coisas* vão estabelecendo entre si” (Benjamin, *apud* Ó, p. 467). O que dá à tese um especto fragmentado, mas apenas na medida em que procura captar a própria complexidade e ambivalência do seu objeto de estudo. Há, pois, que tornar mais evidente a ligação entre os capítulos desta tese, explicitar os fios condutores que a atravessam, fios discursivos sobre língua e identidade que ainda hoje nos constituem, o que constitui o objetivo da próxima secção.

---

<sup>7</sup> As ideias de *montagem*, *colagem*, associadas a uma visão do trabalho académico como *bricolage* possibilita uma escrita que não procura demonstrar hipóteses previamente determinadas, mas mostrar descobertas ao longo de um percurso de pesquisa aparentemente errante, dependente da análise dos documentos. Essa abordagem pós-estruturalista apoia-se em filósofos referidos por Jorge do Ó - Nietzsche, Heidegger, Simmel, Weber, Benjamin, Adorno, Horkheimer – os quais criticam a “reiterada presunção de que o conhecimento é progressivo, cumulativo, total, universal e racional...” (Ó, 2019, p. 69). De acordo com Jorge do Ó, “a reiterada obstinação, característica da ciência das Luzes, com a racionalidade, o universalismo e a ideia de progresso tem sido abertamente questionada e problematizada, nas últimas décadas do nosso tempo, tanto no plano epistemológico como ético. Isto é ponto assente e não oferece dúvidas” (Ó, 2019, p. 69).

## 2. Representações Socioculturais e Discursos Identitários

Esta tese trabalha com representações sociais e culturais do idioma, em épocas históricas distintas, pelo que se decidiu selecionar épocas históricas em que tais representações deixam de ser consensuais ou estão sob tensão, sofrendo o confronto de campos políticos e culturais distintos. Ao realizar séries temporais descontínuas, procura-se dar mais relevo àquilo que introduzia fraturas nas representações até então vigentes, e, ao diversificar as fontes, intenta-se dar voz a representações de campos distintos. Convém, pois, revisitar teorias sobre representações sociais, sobre campo social e capital cultural, revisitando autores como Moscovici, Durkheim, Bourdieu ou Chartier.

A identidade nacional é uma das mais fortes representações socioculturais, pelo que convém definir, antes de mais, o que se entende por identidade. De acordo com Stuart Hall, a identidade é o que dá estabilidade aos sujeitos e ao seu contexto sociocultural (Hall, 1998), ainda que isso, hoje em dia, se articule com novas identidades, algo fragmentadas. Para entender e enquadrar estes diferentes aspetos identitários, pode ser útil a teoria de Castells, na medida em que propõe três tipos de identidades que parecem ser funcionais para esta pesquisa, a saber, i) a *identidade legitimadora*, ii) a *identidade de resistência* e ainda, iii), a *identidade de projeto*.

Partindo do princípio de que não há essências identitárias, e que, como creio, a identidade nacional está em crise (Hall, 2003), a proposta de Castells ajuda a perceber que pode haver, numa mesma sociedade, diferentes orientações identitárias. A *identidade legitimadora* é exercida pelas instituições dominantes, tendo como objetivo expandir e legitimar uma determinada visão do social, dando poder a determinados agentes sociais sobre outros, ou de um povo sobre um Outro, que assume traços da identidade de dominação. Assim, o programa educacional do Estado Novo, com manuais escolares exclusivamente elaborados para Angola e Moçambique, é um dos modos de consolidação dessa identidade legitimadora. Também nas revistas da *Academia Brasileira de Letras* se encontram textos de representantes de uma identidade cultural que segue a literatura e as normas gramaticais de Portugal, referência legitimadora do seu poder social. Por outro lado, a *identidade de resistência*, ou de *libertação*, é aquela que se opõe à *identidade legitimadora*, sendo criada pelos que são, de algum modo, marginalizados ou

dominados pelos atores da identidade legitimadora. É o caso dos brasileiros que travam longas e intensas disputas dentro da ABL contra os que defendem as normas e os padrões literários e culturais da ex-metrópole, pelejando pela validação de valores identitários mais locais, seja pelo recurso a temas brasileiros, seja pela validação de desvios gramaticais que se generalizavam no Brasil. É também o caso de escritores que começam a questionar um processo de homogeneização semelhante, agora em torno do conceito pós-colonial de lusofonia, como se verá nas entrevistas analisadas. Finalmente, é a *identidade de projeto* que molda certos discursos que, no espaço pós-colonial em língua portuguesa, buscam produzir mudança, reformular uma certa discursividade identitária vigente. Tal é o caso de discursividade lusófona, enquanto projeto identitário que o JL defende e promove, mas é também o caso de outras teorias que se lhe opõem, propondo outra modalidade identitária. A lusofonia, enquanto *identidade de projeto*, só não se torna identidade *legitimadora* homogeneizante porque enfrenta algumas resistências e coexiste com outras *identidades de resistência*. Compreende-se que o conceito de identidade não é fixo, é antes fluido, em mutação, ao sabor de forças discursivas que se buscam impor no espaço social e cultural, dentro ou fora de fronteiras nacionais, pelo que se pode entender à luz das teorias de representações sociais e culturais.

O conceito de “representação sociais” foi criado por Moscovici, na sequência do anterior conceito de “representações coletivas” de Durkheim, conceito que considerava demasiado estático, não apreendendo aspetos dinâmicos da sociedade em geral, ou dos variados grupos que constituem a nossa sociedade. Deste modo, Moscovici propõe que, em vez de representações “coletivas”, se use antes o conceito de *representações sociais*. Esta sua proposta, em sua opinião, fornece uma ferramenta mais capaz de apreender o dinamismo de percepções e cognições sociais bem como descrever essa relação especial entre media e público, pela qual se partilham e propagam processos de criação de sentido. Para Moscovici, as representações sociais, não apenas produzem um sentido sobre a realidade, mas, sobretudo, produzem um “senso comum” e “naturalizam” alguns pensamentos e narrativas, os quais passam a ser tidos como verdades e evidências coletivas. O seu estudo sobre as representações da saúde e da psicanálise nos *media* franceses tornou-se paradigmático e permitem compreender outros sistemas culturais e simbólicos, como rede de ideias, metáforas e imagens:

*A social representation is a system of values, ideas and practices with a twofold function: first, to establish an order which will enable individuals to orientate themselves in their material and social world and to master it; and secondly to enable communication to take place among members of a community by providing them with a code for social exchange and a code for naming and classifying unambiguously the various aspects of their world and their individual group history (Moscovici 1973: xiii; sublinhado meu).*

Ao fornecer um código comum sobre a realidade social e cultural, estas representações remetem os indivíduos para um mesmo sentido sobre o seu mundo comum, pois as ideias que circulam mantêm unida uma sociedade, ao provocar consensos, ao modificar sentimentos e comportamentos em função de valores e princípios comuns, além de impor subtis constrangimentos, ainda que implicitamente aceites (cf. Moscovici, 1993). Esta produção de sentido é essencial para a criação de laços sociais e para a produção de uma identidade coletiva, através da formação de imagens de si próprio e dos Outros. Uma vez que, de acordo com este teórico, é possível encontrar estas representações em várias práticas cognitivas ou culturais, será possível entender a sociedade e o indivíduo, ou seja, o geral e o particular de cada sociedade, através da análise quer das representações sociais, quer dos modos como são produzidas, postas a circular, e ainda da maneira como moldam afetos e comportamentos.

Moscovici identificou dois processos que operam na produção e na consolidação de representações sociais, a *objetificação* e a *ancoragem*, que permitem analisar modos mais profundos de construção de sentido. Tais processos estão embebidos na própria discursividade e argumentação que os *media* põem a circular, pelo que é necessário compreender como operam é tais processos surgem nas fontes primárias desta tese.

### **2.1. – Objetificação**

A principal função da *objetificação* é, no entender de Moscovici, tornar familiar o que era distante ou desconhecido. É o processo pelo qual algo, ainda sem formulação ou reconhecimento social, é transformado e ganha “contornos” mais concretos, isto é, mais reconhecíveis pelos sujeitos sociais, na medida em que os podem relacionar com outros conceitos já conhecidos e dá-los a conhecer de modo mais “palpável”. Deste modo, pode dizer-se que a *objetificação* é um modo de “materialização” de ideias, a sua representação em fenómenos concretos no mundo

físico. Exemplos de *objetificação*, no que respeita aos temas desta tese, são, por exemplo, o modo como as produções literárias de vários países de língua oficial portuguesa são dadas como exemplo “concreto, objetivo” de uma comunidade transnacional da língua; os livros de escritores e as suas imagens como que “materializam”, nas páginas do JL, a visão de um espaço identitário comum assente na língua portuguesa, de um ideal lusófono enquanto expressão de uma identidade ou partilha de valores com Outros (capítulo 3 e 4). Outro modo de *objetificação* é o processo de relacionar uma ideia ou conceito a uma pessoa. Por exemplo, José Aparecido de Oliveira, embaixador brasileiro que impulsionou a criação da CPLP, representava, nas páginas do JL, o ideal lusófono. Certos escritores regularmente surgem nessa publicação passam a ter essa função, como por exemplo Jorge Amado, nos primeiros anos, e, mais recentemente, Mia Couto.

## **2.2 – Ancoragem**

Um outro processo é a *ancoragem*, que consiste em associar uma ideia abstrata a algo que já existia anteriormente. Deste modo, um conceito novo, como, por exemplo, o conceito de *lusofonia*, é “ancorado” em ideias relacionadas a uma certa narratividade em torno dos Descobrimentos e do Estado Novo, tais como i) a suposta vocação portuguesa para o encontro com Outros, ii) a tolerância e abertura, que seriam próprias da identidade lusa; e, finalmente, iii) na ideia de irmandade pela partilha do idioma português. Para alguns teóricos, o conceito de lusofonia (é ainda “ancorado”, de modo explícito ou implícito, em certos aspetos do lusotropicalismo (cf. Castelo, 1989; Cristóvão, 2008).

Percebe-se que, para Moscovici, este conceito de ancoragem é o que permite a melhor aceitação de novas ideias, no presente. Uma nova formulação só é integrada se for, de algum modo, reconhecida e entendida em função de algo que faça parte da mundividência dos sujeitos sociais, das narrativas em que cresceu ou que adotou como sendo a base da sua identidade. Uma vez fazendo sentido à luz de referências prévias, ou seja, uma vez “ancorado”, o novo conceito será mais facilmente aceite. Moscovici identifica vários processos distintos de ancoragem, que serão referidos em relação com os temas da tese, e dos quais se desta a *nomeação*. Ao nomear algo, diz Moscovici, “we extricate it from a disturbing anonymity to endow it with a genealogy and to include it in a complex of specific words, to locate

it, in fact, in the *identity matrix* of our culture” (Moscovici 2000: 46). O processo de *nomeação* é frequente em cabeçalhos de jornais, pelo que é um dos modos de ancoragem usados no JL para dar visibilidade à comunidade de língua portuguesa e aos princípios relacionados de lusofonia. No capítulo 4, ao analisar as primeiras páginas do JL, a par das fotografias de escritores de língua portuguesa (*objetificação*), vemos *títulos* e *subtítulos* com frequente referência a nomes de vários escritores do Brasil e dos PALOP, evocados sempre em relação a esses conceitos que se pretende transformar em “representações sociais”. Ao repararmos na frequência e regularidade com que tais nomes apareciam nas capas, foi possível perceber que um levantamento estatístico da sua ocorrência poderia dar indicações mais específicas sobre a representação social do papel da língua portuguesa e dos seus escritores, ou sobre o modo como, no JL, se cria a visibilidade e a narrativa. Esta narrativa nem sempre é verbal e explícita, como no caso das imagens ou da composição da capa, mas a *nomeação* é uma ancoragem verbal muito eficaz. Outros tipos de ancoragem podem sobrepor-se ou coincidir em torno de uma representação social, tais como a ancoragem *temática*, a *emocional*, a *metafórica*, e a *personificação*. A imagem da proa do barco avançando pelo mar, no suplemento do JL que anuncia a CPLP, tem todas essas ancoragens, já que essa imagem é uma ancoragem *metafórica*, remetendo para a *Viagem* ou para o Encontro com o Outro, mas é também ancoragem *emocional*, pois desperta também sentimentos de orgulho e identidade nacional, evocando os Descobrimentos; é ainda *ancoragem temática*, pois inscreve a CPLP numa sequência de temas herdados do passado, o que permite “ancorar” a nova discursividade lusófona a anteriores discursividades identitárias. E isso é ainda mais reforçado com uma ancoragem de *nomeação*, quando, ao lado dessa mesma imagem se inscreve um título que é uma frase do poema *Mensagem*, ao lado do nome de Fernando Pessoa, o que constitui uma dupla nomeação e uma *personificação*.

### **3. Do idioma e seus Sujeitos: a Articulação entre os Vários Capítulos**

*Importa conhecer como e  
porquê nos tornámos  
naquilo que somos  
(Jorge do Ó)*



Para perceber as relações entre os vários capítulos, há que entender que em todos eles, ainda que por ângulos diferentes, se aborda a questão do idioma português na sua relação com processos de subjetivação, isto é, em todos os a língua portuguesa é relacionada com a constituição dos sujeitos que a usam, em distintas épocas e contextos sociais, e que dela se aproximam ou distanciam. Ainda que sejam diferentes as épocas e geografias estudadas em cada capítulo, é comum a questão das normatividades idiomáticas ou dos seus desvios, questionados na relação com o reconhecimento ou rejeição de certos tipos de identidade e de cidadania. Em cada capítulo, além da língua ser relacionada com os sujeitos cidadãos, ela é também entendida em função dos poderes que produzem enunciados sobre o idioma nacional, seja o Estado, a Escola, ou instituições como a Academia Brasileira de Letras (ABL), a comunidade intelectual e literária da metrópole, das colónias ou das ex-colónias (conforme a época histórica em questão), bem como a própria comunicação social, como o *Jornal de Letras, Artes e Ideias* (JL). Em todos os capítulos se procura tornar visível como é que estes poderes forjam identidades, moldam cidadãos em função de uma particular relação que são supostos estabelecer com o idioma nacional.

A relação do poder com a língua faz parte de mecanismos de normalização que operam tanto na escola como fora dela. Por mecanismos, ou “dispositivos”<sup>v</sup> de normalização, entendo todas as práticas que assemelham, associam, aproximam os sujeitos, os quais devem identificar-se com idênticos princípios e comportar-se de um mesmo modo. Isso acontece na escola, onde a infância é educada em função de um “devir-adulto”, ou seja, as crianças são educadas no sentido de se tornarem um determinado tipo de cidadãos (Ó, 2013, 2019). O ensino da língua portuguesa é um dos pontos nodulares desse poder que impõe, de um modo aparentemente “natural”, um determinado modo de os sujeitos se constituírem em relação a valores implícitos mas veiculados no estudo da língua e literatura (Penim, 2011), seja através da escrita e do domínio de regras gramaticais e ortográficas, seja através de leitura de autores dados como modelos.

Sobre esse “devir-adulto”, que trabalhará a “alma” dos alunos e cidadãos, afirma Jorge do Ó - “A escola representa a possibilidade de se generalizar à infância e à adolescência um devir-adulto inteiramente rígido, exigindo a cada sujeito a participação em jogos que definem a identidade pela conformidade-desvio da lei e

com enunciados universais (Ó, 2019, p. 53). Em cada capítulo da tese, seja em relação ao Brasil como às ex-colónias, analisa-se tanto contestação de devires que eram impostos como a reivindicação de modos outros identitários, que fundassem outra relação com o idioma “vindo de fora”, de uma ex-metrópole que perde a centralidade política e o direito de impor normativas idiomáticas.

A tese coloca em jogo textos que defendem ou afrontam esses “devires” identitários que são imaginados para as pessoas, através da língua e da literatura. Alguns desses *devires* - destinos a cumprir ou valores identitários a adotar - são, por exemplo, o de sujeitos escolarizados e patrióticos em todo o vasto império português ou no Brasil pós-imperial (capítulos 2 e capítulo 3); são os devires do lusotropicalismo e seus ideais, no período colonial (capítulo 3) ou os tolerantes e fraternais devires lusófonos do período pós-colonial, abordados nos capítulos 3 e 4. Em cada capítulo um desses aspetos é mais aprofundado, através da análise de fontes nem sempre comparáveis, mas adequadas ao contexto e ao assunto em questão. Colocar os textos de portugueses, professores, filólogos, literatos e jornalistas em confronto com outros professores, gramáticos, escritores e jornalistas ou políticos brasileiros, trouxe a lume as tensões, entre os dois países, sobre os mesmos assuntos e permite ver como a escrita, a literatura e o ensino da língua pesa na formação de elites e da população e nos poderes sociais e culturais que deles se servem...

E porque é necessário colocar em relevância essas tensões e posições distintas? Porque tais tensões estavam apenas a desenhar-se e não eram bem visíveis ou completamente compreendidas na época, como não são, ainda hoje, entendidas na sua complexidade certas questões do nosso presente. Um exemplo da invisibilidade das visões contrárias e de discursos distintos são, por exemplo, no capítulo 2, o facto de Carolina Michaelis ir ao Brasil e “naturalmente”, inquestionavelmente, achar que a reforma ortográfica que defendia seria imediatamente aceite pelos brasileiros. Não era evidente para filólogos e políticos da época, vindos da “metrópole”, que a afirmação identitária através de diferentes usos da língua, era, em certos meios sociais e intelectuais do Brasil, um modo de reafirmar e consolidar uma recente independência e de validar novos sujeitos. Era, pois, um modo de resistir a devires que lhes eram impostos. Carolina Michaelis parece não entender que a língua começa a ser “descentralizada”, do mesmo modo que Miguel Torga não entendeu que era inadequado falar de um sentimento

*portugalidade* a propósito da criação da CPLP ou outros escritores ainda consideravam que Camões é um autor, “neutro” que continuaria a ser o centro de uma comunidade da língua portuguesa.

No capítulo 3 mantém-se uma discussão similar, agora estendida a territórios africanos, a partir textos dos períodos coloniais e pós-coloniais, textos que ficam “mais iluminados” no confronto com páginas do JL, de 1982 a 2014. É a combinação destes textos que permitem aproximar um “devir” lusotropical, defendido pelo Estado Novo, de algumas atitudes e valores da pós-colonialidade, cristalizados numa ideia de lusofonia como sentimento fraterno em relação ao “Outro-em-português”. Com a ideia de lusofonia parece defender-se que povos de novos países partilhariam uma certa identidade por falarem o mesmo idioma, como se este mantivesse o lugar central que tinha no Império Português. A tese, ao questionar, através das fontes, esse discurso pós-colonial que emana da antiga metrópole, estabelece a possibilidade de termos com O Outro uma relação que reconheça o seu direito a ser realmente *Outrem* e não um *Mesmo* de Nós.

O capítulo 4 trata do mesmo tema - a relação entre língua, literatura e identidade lusófona. A fonte principal é, como no capítulo anterior, o *Jornal de Letras, Artes e Ideais*, analisado em articulação com outros textos. Este último tema permite-nos perceber uma complementaridade entre o capítulo 2 e o capítulo 4. Assim, a tese pode ser vista como tendo uma circularidade temática, pois são semelhantes os assuntos que se analisam em cada capítulo, os mesmos temas surgem em cada capítulo e reverberam entre si, pois levantam questões semelhantes, ainda que em textos diversos.

Bem sei que não são evidentes essas aproximações, sei que podem ser sempre questionadas. Este é, porém, um trabalho de pesquisa que cria as suas séries textuais, não para determinar uma verdade, mas antes mostrar como conceitos que se instalaram no tempo presente, se formaram em épocas anteriores, se instalaram dentro e fora dos espaços escolares e continuam a produzir certezas ou resistências. Em todos os capítulos, a propósito da língua e de seus usos por distintos sujeitos, estão em jogo questões de poder e processos de subjetivação, isto é, de produção de cidadãos “em português”, seja em períodos coloniais como pós-coloniais.

Não se busca abordar especificamente as questões gramaticais, idiomáticas ou pedagógicas, ainda que, por momentos, os nossos interesses sejam tangentes a essas áreas disciplinares. As questões que atravessam todos os capítulos, dando-lhes

uma unidade apesar da sua “disparidade”, entrelaçam língua, literatura e identidade com os dispositivos de poder que implicam um conceito de educação mais geral, que extravasa a escola e se instala em revistas, jornais, documentos oficiais, e outros textos. Todos eles, porque se apoiam numa certa discursividade sobre a língua, retiram daí a sua força e a sua capacidade de se imporem. A língua e suas discursividades normativo-identitárias, tal como é abordada neste trabalho, é, ao mesmo tempo, o veículo das mensagens do poder e o meio pelo qual o poder opera - “o poder está presente nos mecanismos mais subtis da comunicação social: não apenas no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, jogos, desportos, informações, nas relações familiares e privadas e até nas forças libertadoras que tentam contestá-lo” (Barthes apud Ó, 2019, p. 63). Porém, como se demonstra, a mesma língua serve de ferramenta com a qual o poder é contestado e com que novas verdades, sempre relativas, vão emergindo.

Os capítulos estão interligados pela mesma tentativa de, ao diversificar as fontes, fazer vir ao de cima esses poderes subtis que operam no quotidiano da vida social. Ao relacionar textos tão distintos pretendo demonstrar a reverberação de ideias, a repetição de argumentos, realçando aquilo a que Foucault chama a *microfísica do poder*, isto é, o modo como os poderes, *discursivamente*, fazem as mesmas ideias circular por distintas falas e dizeres. A escolha das fontes tão díspares serve esse intento de mostrar como esses enunciados idiomático-identitários se espalham capilarmente, ou seja, entram em redes discursivas que os espalham eficazmente. Em cada capítulo ponho em jogo discursividades que se alojaram por diversas dessas redes, seja a escola, a instituição literária ou a comunicação cultural. Os documentos são diferentes em cada capítulo, mas a unidade subjacente permanece, pois as fontes são analisadas ao serviço da intenção de desconstruir essas verdades, baseando-se numa metodologia histórica de inspiração pós-estruturalistas.

O tema da língua portuguesa é trabalhado em termos de representações sócio-político-identitárias, mas destacamos aspetos relevantes:

1 – há, em todos os capítulos, a recorrência de discursividades sobre a língua e sobre quem somos, quem são os outros, sobre o que é “normal”, “aceitável” ou mesmo “desejável” que venhamos a ser, “nós” e “eles”. Em todos estes capítulos os conceitos de *norma* e *desvio* orientam a análise feita às fontes, suportando reflexões sobre o

que é *correto* ou *errado* (nos usos gramaticais, nas normas sociais, nas opções nacionais e identitárias), sobre *normatização* e *insurreição* (idiomática, política, social e identitária), sobre *continuidade* e *inovação*, sobre o *mesmo* e o *diverso* (na escrita, na fala e nas pessoas, nos países).

2 – há, em todos os capítulos, um confronto discursivo, isto é, um embate de enunciados sobre as relações identitárias e idiomáticas entre Portugal e as suas ex-colónias. Os capítulos 2 e 3 referem-se sobretudo às relações entre Portugal e aqueles territórios que, em distintos períodos, tanto são referidos como “províncias ultramarinas” ou como PALOP, novos países africanos de língua Portuguesa. Procura-se identificar as falas contraditórias e os sentimentos ambivalentes de sujeitos que transitam de regimes coloniais para pós-coloniais e que são atravessados pelo desconforto de terem de se redefinir na relação com um “Outro” que sempre foi tido como igual e necessariamente terá de ser aceite como “Outrem”, ou seja, com direito a ver reconhecida a sua alteridade, mesmo no uso da língua partilhada.

3 – por fim, há, ao longo dos capítulos, um questionamento histórico sobre aquilo que foi discursivamente posto a circular como sendo uma “essência” do povo português, uma natural vocação para o encontro com outros povos, um destino de natural e fraternal aproximação entre todos os povos que falam português. Essas ideias cristalizaram-se historicamente em fórmulas como *lusotropicalismo* ou *lusofonia*, que eu reuni sobre o conceito de *desejo-do-Outro*. Considero mais funcional, por evitar filiações ideológicas datadas. Nele, como se verá, inspiro-me em Eduardo Lourenço, autor que afirma que o povo português tem uma “hiperidentidade”, uma identidade que não dispensa a grandiosidade que um Outro lhe aporte. Tal hiperidentidade, no entender de Eduardo Lourenço, fomenta regularmente uma discursividade identitária sobre um Outro que o complementa. O *desejo-do-Outro* é um conceito que me permite juntar ideias de Agostinho da Silva sobre a vocação portuguesa para o Outro, próximas das ideias do lusotropicalismo de Gilberto Freyre ou de uma certa discursividade sobre lusofonia, que circula no tempo presente.

4) Em todos os capítulos se questionam as “evidências” que eram “naturais” numa época e, implicitamente, é possível ver as relações com temas do nosso presente. Tais evidências são questionadas texto a texto, fonte a fonte, mostrando uma discursividade que atravessa tempos anteriores e posteriores ao 25 de abril. É certo

que causa algum desconforto encarar as forças discursivas que nos constituem, mas importa demonstrar que tais discursividades ganham o seu poder porque estabelecem um estreito laço entre quem nos julgamos ser e a língua que falamos, na medida em que aprendemos a soletrar a nossa identidade nessa mesma língua:

*O objeto em que o poder se inscreve é, desde sempre, a linguagem – ou, para ser mais preciso, a sua expressão obrigatória – a língua. A linguagem é uma legislação, e a língua o seu código. Não nos apercebemos do poder que existe na língua porque nos esquecemos que qualquer língua é uma classificação e que qualquer classificação é opressora” (Barthes apud Ó, 2019, p. 63, itálico de Ó).*

Desconstruir o poder discursivo que nos estrutura identitariamente é, em minha opinião, uma questão que se impõe na pós-colonialidade, na medida em que só desmontando essa “caixa negra” que pulsa nos discursos socialmente aceites é que poderemos estabelecer novas relações, mais criativas e inovadores, connosco próprios e com os povos das ex-colónias. Esses novos países, seja o Brasil sejam os PALOP, reivindicam definir-se por si mesmos, sem o peso das projeções identitárias que sobre eles fomos lançando ao longo dos tempos, o que se procurou também demonstrar, pelas declarações de escritores que foram analisadas em todos os capítulos.

O que se procura, em cada capítulo, é ir desfiando os fios sobre os quais se constroem determinadas *percepções de si mesmo e dos outros*, através do idioma. O que se persegue é *o que vai sendo dito*, não para encontrar certezas, mas para detetar as correntezas, os socacos ou as planuras consensuais dos dizeres e representações que ecoam ao longo dos tempos. Busca-se os momentos de consolidação de uma verdade sobre a língua e os seus sujeitos bem como os momentos em que tudo parece estalar, porque outras verdades parecem emergir. Finalmente, procura-se entender como tudo se articula, seja para reproduzir o mesmo, seja para dar lugar ao inesperado.

## **Introdução - Devir da Língua e Devir Cidadão**

*Uma regra de gramática  
é um marcador de  
poder, antes de ser  
um marcador sintático.  
(Deleuze e Guattari)*

## 1. Problematização

Conta o escritor brasileiro Lima Sobrinho<sup>8</sup> que o Imperador Tibério empregara, por influência de uma língua bárbara, um termo inexistente no latim e que alguém lhe dissera – “Tu, César, tens o poder de dar o direito de cidadania aos homens, não às palavras”.

O mesmo filólogo evoca um episódio semelhante, desta vez referente ao Imperador Sigismundo, o qual:

pronunciara discurso em latim declinando o vocábulo *cisma* como do género feminino, ao que um frade observara que se tratava de palavra neutra. Sem perder o aprumo, o imperador interpelou o censor, indagando quem havia declarado que a palavra era neutra. O frade respondeu:

- Alexandre Galo.

- E quem é Alexandre Galo?

- Um frade – replicou o aparteante.

- Pois bem – declarou Sigismundo –, eu sou imperador de Roma e suponho que a minha palavra vale tanto quanto a de um frade (Sobrinho, 2000, p. 223).

O que há de comum entre estes dois exemplos, tanto no que refere a César como no que se refere ao imperador, é a interferência do poder político sobre o uso idiomático, poder que se outorga o direito de validar ou não novos vocábulos, que respeita ou não a legitimidade de alguns para normatizar a língua de todos, que aceita ou não como superior e independente o conhecimento dos filólogos, e que, em função disso, o reverencia ou o ignora. Percebe-se que a potência da língua (enquanto representação discursiva ou força subjetivadora), é desejada por muitos, pelo que oscila entre a gramática, a religião e o Estado, possibilitando a cada uma destas instâncias a detenção de um poder, não apenas sobre as palavras, mas também sobre os homens.

Os dois trechos provocam uma reflexão sobre o processo de criação de palavras e o modo como estas são legitimadas. Resultarão os novos vocábulos do trabalho de quem mais estuda a língua ou, pelo contrário, de um uso imprevisível, por influências bárbaras, por decisão arbitrária ou por desconhecimento das regras,

---

<sup>8</sup> Lima Sobrinho, escritor, jornalista e advogado, esteve envolvido no processo que conduziu ao impeachment de Collor. O seu livro sobre a reforma ortográfica de 1940, indicado na bibliografia, publicado em 1959 e reeditado em 2000, com novos comentários do autor, constitui uma leitura incontornável para as questões da reforma ortográfica, desmistificando receios e desdramatizando a questão. Talvez pelo tom mais sensato e pragmático com que aborda a questão, não é tido em conta pelos apaixonados críticos das mudanças ortográficas, de um e outro lado do oceano, já que desmonta algumas das críticas mais habituais, seja as da década de 40, seja as da década de 90 até hoje.



como no caso dos imperadores Tibério e Sigismundo? E será possível dar cidadania tanto aos homens como às palavras? De que modo a prática da língua, escrita ou oral, se relaciona com atos de inscrição de um sujeito na sociedade, com as suas atribuições identitárias, a par da vivência e do reconhecimento de direitos ou, pelo contrário, de que modo a cidadania é ou não reconhecida àquele que fala uma língua estrangeira, àquele cuja fala nos questiona, àquele que subverte e ousa mesmo, por usos não convencionados do idioma, colocar o próprio poder em questão, como terá acontecido na relação entre Portugal e o Brasil, e, mais recentemente, com as suas ex-colónias em África?

Nos dois exemplos está patente uma questão fulcral para qualquer idioma, que é o confronto entre a inventividade no uso quotidiano *versus* as prescrições que um pequeno grupo de sábios consagra e busca preservar. Eis, frente a frente, o gramático, o frade e o político, esse estranho grupo de oponentes que foram também, ao longo dos tempos, aliados na defesa de interesses comuns, seja a pureza da língua enquanto expressão da nacionalidade ou espírito de um povo, seja o direito à fala desviada, essa que aleatoriamente tanto faz emergir novas palavras como novos cidadãos. É sobre esse poder que este trabalho pretende refletir – o poder sobre a língua, que tanto está nas mãos do imperador como na fala do cidadão comum, tanto evolui a partir da pena da elite letrada como a partir dos improvisos do povo que, no seu dia-a-dia, a cruza com outras linguagens, sejam elas linguajares marcadores de classes sociais ou línguas de outras geografias.

## **2. Da tese e suas Questões**

*uma pergunta dilata-se:  
torna-se um verso.  
uma pergunta diminui de  
intensidade: torna-se uma  
resposta.*

(Gonçalo M. Tavares)

Esta tese resulta de uma pesquisa em História da Educação, entendida tanto no sentido escolar como no sentido lato, como *educação cidadã no espaço social*, isto é, educação para a identificação com um certo modo de ser e de se pensar como sujeito cidadão. Concentra-se na análise das representações sobre o idioma nacional

a partir da análise de séries<sup>9</sup> de enunciados sobre língua e identidade, produzidos em épocas diversas, dentro do espaço geopolítico a que hoje corresponde a *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP), durante períodos coloniais e pós-coloniais. Nesta pesquisa procura-se criar uma dinâmica que realce tanto as clivagens como as tentativas de aproximação, tanto os embates como os diálogos em torno do idioma partilhado por estes países, a fim de perceber que papel teve e tem a língua na constituição de identidades, formuladas na articulação entre um *nós* e um *eles*, neste caso, os *Outros* que também falam e escrevem em português. Por isso a tese trata a questão de *Norma* e *Desvio*, seja ela *idiomática* ou *identitária*, em duas fontes primárias, *As Revistas da Academia Brasileira de Letras* e o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*.

Apesar da distância temporal das duas fontes, a sua integração numa mesma pesquisa justifica-se porque em ambas se debate a relação da cidadania com o conhecimento da língua portuguesa, em ambas a identidade dos sujeitos se estrutura em função dos seus usos desse idioma, seja no quotidiano seja na literatura. Nas duas fontes pode acompanhar-se a tensão e os embates entre duas tendências, que podemos identificar como forças *centrípetas* e *forças centrífugas*, adotando os termos já usados pelo filólogo brasileiro Lima Sobrinho (2000), inspirando-se em Saussure. Sigo o exemplo de Lima Sobrinho, que utiliza estes conceitos não apenas dentro da disciplina da linguística, antes os alarga a *um entendimento de forças que estão em jogo na sociedade brasileira e sustentam discussões sobre usos a língua nacional e a consolidação da cidadania*. Os conceitos de forças *centrípetas* e *centrífugas*, se relacionados, com os conceitos que norteiam esta tese, respetivamente de *norma* e *desvio*, permanecem atuais e permitem entender debates sobre a língua dentro da própria CPLP, de que se destaca aqueles sobre o mais recente acordo ortográfico ou sobre identidades idiomáticas e literárias. As forças *centrípetas* seriam as que tendem reforçar a norma, as ideias vigentes, a tradição e as forças *centrífugas* podem ser identificadas com a tendência para a rutura, o desvio, a introdução de novas

---

<sup>9</sup> A análise de séries de enunciados provenientes de várias fontes tem o seu suporte metodológico em Foucault, que desenvolveu este método na sua análise histórica de longa duração. Tal método permite, e por isso o adotei, selecionar tempos históricos específicos e descontínuos. Não se pretende fazer um relato diacrónico de eventos mas sim detetar uma mesma discursividade que aparece em determinada época, para ser relativizada numa outra, recuperada e valorizada mais tarde, se junta a outras, acumula outros sentidos, ou seja, transmuta-se, como é o caso da discursividade lusotropical, que entronca, parcialmente, na discursividade lusófona (cf. Castelo, 1989, 2015).

O título da tese é *Norma e Desvio: Língua, literatura e identidades no Espaço Geopolítico em português*. A pergunta que a orienta consiste então em saber *de que modo é que os conceitos de norma e desvio operam nos discursos sobre a língua, formando subjetividades e identidades idiomáticas, nacionais ou literárias, no espaço geopolítico em língua portuguesa*<sup>10</sup>. .

A tese segue uma escrita que oscila entre tempos históricos - ora problematiza a partir de autores portugueses, ora a partir de autores do Brasil ou dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Assim se intenta mostrar, na sua própria construção da escrita, esse mesmo jogo entre forças diversas, patentes em textos diversos. A tese abarca pontos de vista diversos - ora dá voz aos que proclamam a diversidade do idioma comum e seus sujeitos, ora escuta os que defendem a unidade da língua além-fronteiras, crentes num prolongamento ontológico entre os falantes da língua portuguesa, sejam eles de que nacionalidade forem. É de sublinhar que não se trata de um trabalho comparativo entre duas fontes de latitudes afastadas e diferentes tempos históricos. Não é isso que se pretende ao tomar como fontes principais aquelas que nos forneceram séries longas, a saber, as revistas da *Academia Brasileira de Letras*, publicadas no Rio de Janeiro de finais do século XIX até meados do século XX (trabalhadas no capítulo 2) e o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, de finais do século XX até 2014 (de que se ocupam os capítulos 3 e 4). Não buscamos a comparação, mas a identificação, em fontes bem variadas, de temas e processos similares para perceber:

. o *modo como*, a partir de contextos sócio-históricos distintos, o idioma português sustenta tanto uma identidade nacional como outras identidades que a questionam e com ela entram em rutura; o *modo como* constitui, por isso, tipos de sujeitos que estabelecem determinadas percepções de si e dos outros em função dos usos da língua que partilham, usos esses que tanto os assemelham como distribuem diferenças entre si;

. o *modo como* a boa gramática e as belas letras participam no jogo de distinção social, validando percursos sociopolíticos e literários e dando azo a embates sobre normas gramaticais e modelos de escrita, os quais, levados ao seu extremo, fundam

---

<sup>10</sup> Sublinha-se, uma vez mais, que o que me ocupa nesta pesquisa é a questão das *representações da língua* e de relação simbólica dos sujeitos com o seu idioma; não se trata de empreender um estudo sobre o idioma nacional como “essência”, se é que tal fosse possível, pois é algo sempre em devir (cf. Simões, 2000), nem se trata de uma abordagem linguística ou de história da língua.

novos sujeitos, novos dizeres, novos padrões de correção. Esse é o núcleo da problemática do capítulo 2, onde se viaja entre as várias mudanças ortográficas em Portugal e no Brasil e se percebe que, ao falar de grafia se fala de algo mais – de sujeitos educados entre a norma e o desvio, de transgressões sintáticas que fundamentam desvios de dizer e do pressentimento que este processos estão na base de novas ordens sociopolíticas, como é o caso da República Federal Brasileira e um modo brasileiro de usar a língua portuguesa;

. o *modo como* a mesma língua, décadas depois, sustenta i) diálogos coloniais entre Portugal e as suas províncias ultramarinas, ou ii) diálogos pós-coloniais com as novas nações, seja o Brasil ou os PALOP;

. o *modo como*, fazendo transitar para os dias de hoje discursos de um perdido império, políticos e intelectuais aproveitam ou renegam a ideologia lusotropical conforme i) se esforcem por manter um homogeneizador ideal de valores comuns através da língua partilhada ou ii) reconheçam a heterogeneidade de uma partilha idiomática sempre a reinventar-se, desafiando renovadas trocas entre os falantes de uma língua com diversas geografias.

Não se trata, repito, de uma comparação entre fontes com diferentes sujeitos, animados por diferentes paixões e moldados por ambientes distintos. O que se busca é o desfiar de temas que atravessam as conversas desses sujeitos espalhados por distintos tempos e espaços geográficos. Daí a possibilidade de ler cada capítulo como independente dos outros, pois cada um deles abre e fecha uma discussão específica sobre a língua e seus sujeitos.

### **3. Fontes e Enquadramento Temporal**

O arco temporal da pesquisa vai do fim século XIX a 2014, ainda que surjam eventuais referências a algum texto mais recente:

. o 1º segmento temporal, do final século XIX a meados do século XX, é trabalhado no capítulo 2, que se ocupa da questão das reformas ortográficas e de novas identidades sociopolíticas, tendo sob análise as dinâmicas ortográfico-político-identitárias entre Portugal e o Brasil;

. o 2º segmento temporal, dos capítulos 3 e 4, ocupa-se de finais do século XX até 2014, propondo um salto histórico, mais focado em questões de ensino da língua, identidade e literatura em relação ao período colonial, nomeadamente em dois momentos – a partir dos anos

60 e no pós 25 de Abril. Muda-se de contexto geográfico e histórico, para se refletir sobre as mesmas questões identitárias, alargadas agora aos recentes países de língua portuguesa surgidos no pós-25 de Abril de 1974. O capítulo 3 reflete sobre as relações entre o idioma português e os conceitos de “portugalidade” e “lusofonia”, termos que surgem em diferentes épocas históricas, ao serviço de diferentes processos subjetivadores. O capítulo 4, por fim, analisa as estratégias de criação do *campo literário lusófono* dentro do JL, através do investimento simbólico do escritor lusófono, recorrendo aos nomes, aos rostos de literatos e a referências às suas obras, na composição de uma verdade subjetivadora em língua portuguesa.

A construção da tese baseia-se em duas grandes fontes principais, ainda que as examine no confronto com outros textos: a coletânea de quatro volumes, compilação de Bechara, com textos de revistas da *Academia Brasileira de Letras* (ABL), no capítulo 2; o periódico português *Jornal de Letras, Artes e Ideias* (JL), nos capítulos 3 e 4. As verdadeiras traves de todo este trabalho passam a ser os conceitos de *norma* e *desvio*, ou as suas variantes: *falha*, *heresia*, *doença*, *revolução*, *degradação*, *deformação*, *inovação*, *renovação*, *criatividade*. Deste modo, a escrita não evolui de acordo com as sequências temporais, mas desenvolve-se através de *sequências discursivas*, das *dispersões* e das *recorrências* de temas e motivos ao longo dos tempos. Assim se obteve, apesar de um período temporal dilatado e de fontes provenientes de diferentes geografias, uma unidade de leitura e de problematização que as escolhas teóricas e metodológicas consolidaram.

A análise de séries que abarcam longos períodos temporais é decisiva para uma melhor compreensão do que, ao longo dos séculos, se foi depurando como traço subjetivador de identidades ou alteridades idiomáticas. Só o olhar capaz de abranger um vasto arco temporal deteta o que permanece, apesar das grandes ruturas institucionais, ou o que diverge ligeiramente, ainda que sob a insistência de continuidade. Só este olhar pode abarcar o que há de comum entre os ditos sobre a língua e os desvios gramaticais de um país recente, como o Brasil do século XIX, e os dilemas dos falantes e dos escritores dos PALOP que, no século XX e XXI, se debatem por forjar uma língua à medida das suas realidades mais específicas. O olhar treinado na longa duração percebe que, então como agora, as pressões sobre

o idioma português eram, não apenas idiomáticas, mas sociopolíticas, já que os desvios idiomáticos podem ser entendidos como sintomas de um processo fundador de países e povos, da sua busca por um idioma que mais facilmente se ajustasse às suas vivências.

Em última instância, esta pesquisa intenta desvelar os discursos de poder, discursos encráticos<sup>11</sup>, como diz Barthes (1987), que produzem as suas próprias evidências, naturalizam verdades e fabricam cidadãos moldados nessas mesmas certezas. Colocar-se-á a descoberto os estereótipos que compõem os discursos sobre a língua e seus sujeitos, discursos e sujeitos de um centro ou de uma periferia discursiva e identitária, aqueles das falas “desviadas” ou os autores das obras consagradas. A intenção é entender os embates identitários que, desde lá atrás, foram dando forma a este presente, o qual resulta, como se verá, mais de contingências e de escolhas errantes que de intenções claras ou determinadas.

. O que está em debate, então como agora, é esse jogo entre *norma* e *desvio*, nas discussões sobre a língua, seja a propósito de ortografia ou de literatura. Recordando Lima Sobrinho, trata-se de um jogo entre duas forças, uma que tenta manter o idêntico e outra que introduz ruturas. Contra as forças de conservação da linguagem e de uma literatura clássica, tida como modelo da boa escrita e da boa cidadania, emergem sempre os desafios de uma linguagem que traz, através da sua transgressão gramatical e vocabular, o repto lançado por novos sujeitos, exigindo o reconhecimento de novas ordens institucionais. Esta tese procura dar conta dessas forças que *esticam* os discursos sobre a língua e seus sujeitos para direções distintas, seja para a de uma visão homogênea ou de uma outra que privilegia a multiplicidade.

A pertinência deste estudo assenta no lugar central que as fontes escolhidas ocupam na sociedade do seu respetivo país, pelo que constituem um foco de

---

<sup>11</sup> Roland Barthes define o discurso *encrático* como aquele que não é apenas o discurso da classe no poder, já que as classes fora do poder podem servir-se dele, ou pelo menos, recebê-lo com consentimento, porque emana do poder e tudo permeia – “A linguagem encrática, apoiada pelo Estado, está em toda a parte: é um discurso difuso, expandido, e, assim se pode dizer, osmótico, que *impregna* as trocas, os ritos sociais, os lares, o campo sócio-simbólico (sobretudo nas sociedades de comunicação de massa)” (Barthes, 1987, pp. 97-98). Em outra passagem afirma o autor que um tal discurso de poder “É a própria natureza da doxa (difusa, plena, ‘natural’) que torna difícil uma tipologia interna dos sociolectos encráticos; há uma atipia dos discursos do poder: este género não conhece espécies” (Barthes, 1987, pp. 97-98). Neste trabalho considera-se que o lusotropicalismo, como a lusofonia, podem ser considerados discursos encráticos, verdades vagas, tidas como naturais e evidentes, sobre a essência e a identidade dos portugueses e dos outros de língua oficial portuguesa.

preciosa informação, literária e política, sobre a cultura oficial ou muito próxima das instâncias do poder. A tese analisa, em ambas as fontes, os *momentos de transição* entre discursividades, sendo importante tanto as transições nos finais do século XIX para o século XX, como as transições deste para o século XXI. Constatase que, nesses dois períodos, as alterações da grafia e a instituição de novas literaturas nacionais provocam intensos desafios e vertigens discursivas. Tais confrontos apaixonados – inicialmente entre Portugal e o Brasil e, no período mais recente, entre Portugal, o Brasil e os PALOP – provocaram uma reformulação de conceitos, de identidade e alteridade *idiomática*, política e *literária*, dando conta de *novos modelos de subjetivação* que passam a vigorar nestas sociedades. Foi minha intenção acompanhar a transformação de processos subjetivadores – produtores de sujeitos e de modos de vida – através das inflexões encontradas nos discursos, de detetar nos textos as passagens que claramente assumem ou não o seu esforço de aderir aos discursos identitários vigentes ou impor novas verdades sobre quem somos nós e quem são os outros.

Gostaria que ficasse claro que algo de comum atravessa os vários capítulos desta tese. É a interrogação sobre *norma* e *desvio*, que nos permite ver um fio condutor entre os debates sobre i) a gramática e suas convenções, no capítulo 2; ii) sobre representações identitárias coloniais e pós-coloniais, no capítulo 3 e ainda, iii) as considerações sobre uma nova discursividade transnacional, literária e político-idiomática, entre países e literaturas em português, no capítulo 4. É apenas neste sentido que me interessam as reações aos acordos ortográficos, às transgressões gramaticais, a estilos literários ou à vida dos escritores – porque os deteto, tanto nos pilares fundadores de identidades e alteridades como nos processos que as fazem vacilar, introduzindo novas dinâmicas entre uma e outra. E porque, sobretudo, tudo isso nos diz respeito, porque tudo chegou, de uma maneira ou de outra, até nós.

## **4. Dos Conceitos**

### **4.1. Conceitos de autores de referência**

De Deleuze e Guattari (2007) retive a ideia de *devenir*, pelo que, adaptando-a, utilizo o conceito de *devenir-lusófono*. Trata-se de uma expressão com a qual se pode referir o *processo de subjetivação* no qual o leitor dos vários espaços de língua portuguesa parece ser chamado a participar, identificando-se, através das páginas

do JL, com um modelo ideal de sujeito, capaz de um tipo de relacionamento entre os vários povos de língua portuguesa, inspirado ou decalcado do molde lusotropical. Mesmo quando a ideologia de Gilberto Freyre passa a ser mais criticada, pelo seu desajuste em relação à realidade política pós-colonial, continua a dar-se o exemplo de escritores, como Jorge Amado, Mia Couto ou Agualusa, ou de pensadores como Agostinho da Silva e de políticos como Sarney, Mário Soares e José Aparecido de Oliveira. O próprio diretor do *Jornal de Letras, Artes e Ideias* (JL), José Carlos de Vasconcelos, vai obsessivamente exprimindo, nos seus editoriais, o ideal de um *devir-lusófono*. Tal ideal parece apontar para um sujeito-cidadão-leitor amante da língua portuguesa, cosmopolita ou viajante por entre os vários espaços de fala portuguesa, que lê e conhece as obras de diversos autores dos países da CPLP, na medida em que os reconhece como fazendo parte do mesmo campo literário e que, em função do que é dado a ver pelo JL, partilha da visão de si e dos outros que aí vai sendo plasmada.

O *devir lusófono* refere-se a um processo de identificação com os valores literários e políticos que o JL reúne sob o nome de lusofonia. É esse um futuro eminente, mas sempre adiado, como se pode perceber nas críticas e nos lamentos dos editoriais de José Carlos de Vasconcelos, que insistentemente se refere àquilo que não pode existir senão como projeto, como desejo, como presente sempre por realizar-se e sempre distante. Porque nem todos partilham do mesmo desejo subjetivador defendido pelo JL, proponho, em alternativa, o uso de um *devir-em-português*, menos prescritivo, porque menos acólito de um ideal de inspiração lusotropical, mais flexível sobre o que deverá ser a identidade dos que, falando português, se aproximam ou se afastam em função dos fluxos sociopolíticos que determinam o próprio devir da língua. É nesse sentido que utilizo também o conceito de *Outro-em-português* em vez de luso-falante. A intenção é ganhar distância e espaço, na reflexão sobre sujeitos sociopolíticos, os quais, ainda que numa relação idiomática de partilha, não podem ser caracterizados com o adjetivo “luso”. O termo *outro-em-português* permite ainda conceber uma relação de alteridade entre interlocutores com igual estatuto no que respeita ao domínio e uso da língua, apagando a centralidade de uma ex-metrópole e afirmando, assim, vários centros de igual valor para a fundação de novo sujeitos.

Utilizo *língua-em-devir* para dar a ideia de dinamismo a algo que, tendencialmente, é percecionado como estático – a língua, dentro das balizas de



norma e de desvio, parece ser tendencialmente vista ora como estática ora como marginal e transgressora. Porém, acredito que é possível ter uma outra concepção sobre a vida do idioma, já que, observando a partir de uma perspectiva histórica, pode ser possível conciliar *a norma e a errância*, as quais seriam estados não exclusivos de aparente imobilidade e de perpétua mudança. A *língua-em-devir* é aquela que não pode ser capturada por conceitos de certo e errado, de sucesso ou insucesso, pois é alheia aos debates bipolares entre uma boa ou má grafia, uma literatura bela ou subversiva, entre sujeitos com um uso idiomático correto ou desvirtuado. O que proponho, depois de analisar textos que explicam a realidade a partir dessa dicotomia sócio-linguístico-literária, é que o pulsar da língua e dos seus sujeitos é exatamente essa vida que corre para lá das margens institucionalmente impostas, capaz de recriar sempre novas realidades, sejam os novos falantes do português do Brasil ou dos PALOP, seja a literatura de Guimarães Rosa, Luandino Vieira, Mia Couto, e outros ainda por aparecer. É com a mesma intenção que utilizo também a expressão *devir-em-português*, para falar da língua e dos seus falantes de língua portuguesa, que estão sempre em mudança, sempre oscilando entre normas postas em causa por novos desvios, sempre em busca de uma regra que explicita o que é aceitável pouco antes de o deixar de ser, ou acreditam ser incorreto o que passa, pouco depois, a ser modelo.

Fiquei atenta às sucessivas mudanças das expressões que identificam a emergência deste campo literário, que começou por ser identificado como “literaturas africanas de expressão portuguesa”, passando pouco depois por outras denominações, tais como “literatura lusófona” e, mais recentemente, “literaturas (africana/brasileira) em língua portuguesa” ou “em português”, mudanças que revelam tanto novas posições ideológicas como o desconforto por elas provocado. A evolução destas terminologias aponta para sensibilidades históricas que representam, elas mesma, uma mudança da sensibilidade pós-colonial, um descentramento tanto destas questões como do modo de endereçamento ao Outro. A mesma preocupação sobre diversas posições ideológicas e diferentes sensibilidades socioculturais passou a estar refletida no uso de conceitos por mim criados. O *devir lusófono* pode ser também entendido como *devir-em-português*, proposto como opção, na medida em que o termo “lusófono” pode parecer redutor e historicamente datado, referindo um determinado discurso sobre relações de

alteridade, o qual se pretende ultrapassar no século XXI, como vai dando conta o próprio JL.

Convirá ter presente o que se entende por *norma* e *desvio*. Daí as explicações mais minuciosas, porque mais técnicas, destes conceitos que estão sempre implícitos nos outros que referi. *Norma* e *desvio* remetem para a linguística, de Saussure a Milner, bem como para conceitos foucaultianos de *normalidade* e *aberração*, de falas e comportamentos corretos ou desviados, conforme se adequam ou não a normas vigentes. Acho que me foi possível dar conta de um modo mais complexo de conceber o relacionamento entre todos os meus assuntos, ao associar o termo “em devir” aos outros termos já social e intelectualmente bem instalados de “norma” e “desvio”.

Decidi lançar os três termos – *norma*, *desvio* e *devir* – no jogo das reflexões sobre a língua, sobre identidade e subjetivação, porque assim poderia imprimir à minha escrita o dinamismo que via nas próprias fontes, cada uma debatendo-se pela sua verdade e sendo submersa pela verdade da outra, num contínuo processo de transformação. É que uma língua e seus sujeitos raramente estão só dentro da norma ou à sua margem, em percursos desviados ou desviantes. Todos estamos, como diz Mia Couto, com “um pé na norma e outro na errância”, e é isso que pretendo significar com a expressão “em devir” – tanto as pessoas como as suas falas estão em processos que contêm contradições, ambivalências e reformulações, quer idiomáticas quer identitárias.

De Deleuze utilizo ainda o conceito de *máquina desejante*, aplicada tanto à própria língua como aos seus usos, uma vez que todos podem ser considerados *agenciamentos*, mecanismo ativadores de desejo de identificação, logo, de um desejo subjetivador. Tanto as revistas da *Academia Brasileira de Letras* como o próprio *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, porque trabalham sobre a língua, podem ser entendidos como máquinas de produção de idiomáticos desejos coletivos, os quais esta tese se propõe desmontar, no sentido de “distinguir os vários elementos e identificar as suas relações” (Deleuze e Guattari, 2007, p. 95). A ideia de *Desejo* aparece em três dos teóricos que escolhi como referência. Em Deleuze, Levinas e Foucault apresenta-se com sentidos diferentes, ainda que todos pertinentes para esta pesquisa – o *desejo como agenciamento da linguagem*, em Deleuze, o *desejo do Outro como fundador de uma alteridade ética*, em Levinas e, por fim, o *desejo como fator de subjetivação*, em Foucault. A subjetivação, para este último autor,

está dependente de enunciados, ou seja, das práticas discursivas que determinam o que, numa época, pode ser dito e que, dizendo-se repetidamente, institui formas de verificação. É de acordo com tais verdades, apresentadas como evidência, que o poder se exerce sobre os sujeitos, convidando-os a constituírem-se de acordo com os desejos que neles se instiga. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, a sua ligação com o desejo e com o poder” (Foucault, 1996, pp. 9-10).

Finalmente, utilizo ainda o conceito deleuziano de *rostos*, e a correspondente ideia de *rostificação* como remetendo para um processo subjetivador. Nesse sentido, o uso de fotografias dos vários escritores lusófonos nas primeiras páginas do JL compõe um rosto coletivo, o rosto simbólico de um *sujeito-lusófono* e de um *dever-lusófono*, ou, se se preferir, *um dever-em-português*. Para além de Deleuze, recorro também a Levinas, autor para quem o conceito de *rostos* alude ao encontro com o Outro, que não é um reconhecimento, mas antes a vivência da abertura ao desconhecido e ao absolutamente estranho, a um outro sujeito que também se depara com outra esfera de transcendência que o confronta – o Outro é *Outrem*. A partir de Levinas reflito sobre o significado da ideia de lusofonia como remetendo para i) um reconhecimento de um Outro que se assemelha a mim, que apenas reitera a minha visão do mundo ou, pelo contrário, ii) um encontro que me desafia pela sua radical diferença, me faz reconhecer os limites do que não sou, do que não sei, mas me predisponho a conhecer, aceitando, nessa travessia, tornar-me um Outro diferente do que agora sou.

Almejei introduzir novas discussões sobre o tema aqui apresentado, pois acredito ser possível ter outras conversas sobre quem somos *Nós* e quem são esses *Outros*, os que em português nos interpelem, mas nem sempre nos entendem. Quem serão aqueles que afirmamos já conhecer, apenas pelo comodismo de não atravessarmos o desconforto de, por momentos, nos desconhecermos? Acredito que é possível desmontar as narrativas que, em séculos de colonização, se nos pegaram ao Ego e sem as quais talvez fosse possível escutar a diferença extrema de onde esse Outro fala – é possível aceitar a sua radical alteridade, o seu direito a ser realmente *Outrem* e não um *Mesmo* de Nós.

#### 4.2. Conceitos Criados para esta Tese

Apoiada nos textos teóricos consultados, aventurei-me na adaptação ou criação de conceitos para falar do objeto de estudo. Concebi a figura do *escritor lusófono*, entidade criada perante os nossos olhos, página a página ou entrevista a entrevista, no JL, e formulei o conceito de *campo literário lusófono*, que vejo emergir na mesma publicação, como explico no capítulo 4. De Bourdieu servi-me dos conceitos de *campo*, de *distinção social* (1996, 2010) e de *capital simbólico* (Bourdieu, 2011), a partir dos quais foram criados conceito próximos, mais ajustados aos meus objetivos. Penso, influenciada por este autor, que é possível conceber a política e a literatura como campos sociais que se influenciam mutuamente, pelo que se justifica falar em *campo literário lusófono*, constituído pelas literaturas de vários campos literários dos países da CPLP. O conceito de *campo literário lusófono*, como o entendo, permite referir simultaneamente o espaço geopolítico da língua portuguesa e a produção literária nessa língua, ultrapassando fronteiras nacionais, ainda que as tenha em conta.

No vasto campo da literatura em língua portuguesa está implícita a produção literária da CPLP, numa perspetiva simultaneamente infra e supra nacional, como se verá melhor no capítulo 4. A propósito da formação discursiva lusófona que o *Jornal de Letras, Artes e Ideias* põe a circular, pode deduzir-se que o *campo literário lusófono* é tanto a imensa unidade da produção literária em língua portuguesa, como uma totalidade transfronteiriça, que inclui os subcampos das literaturas lusófonas que o compõem – as literaturas nacionais dos países da CPLP. De sublinhar que se trata de um conceito que foi determinante, enquanto instrumento teórico, para entender a estratégia discursiva do JL para dar visibilidade a novas dinâmicas político-literárias. Da leitura deste jornal, pode considerar-se que, no interior do *campo literário lusófono*, jogam-se forças entre os seus diferentes espaços geográfico-nacionais, idênticas às que Bourdieu deteta no campo social e literário. Procurarei dar conta de alguns desses jogos de influência, distribuições hierárquicas, lutas pela distinção determinadas por feixes de tensões, desejos, interesses, estratégias – entre Portugal e Brasil, entre Portugal e os PALOP, entre estes e o Brasil.

Se a ideia de *campo* parece ser facilmente utilizável, a ideia de *capital lusófono*, assente na língua ou na produção literária e associada a cada país da CPLP

ou a cada escritor, exigiu uma maior adaptação. Passei então a trabalhar com o conceito de *capital lusófono*, conceito mais vasto, em que o anterior capital literário lusófono se integra, de modo a abranger tanto escritores como políticos, todos chamados a consolidar a visão de um relacionamento lusófono. Os capítulos 3 e 4 revelam um pouco como o *capital lusófono* foi produzido e “encenado” por alguns políticos, jornalistas ou instituições, como a imprensa.

Os referidos conceitos são apenas instrumentos que permitem problematizar a questão da *norma* e do *desvio*, observando como políticos e escritores com *capital lusófono* se tornam, nesta discursividade político-cultural, figuras produtoras de uma normatividade lusófona mais ou menos implícita. Tornam-se modelos de uma constelação de valores, posturas e discursividades que remetem para o *campo lusófono* mesmo quando, como Mia Couto, o criticam. Assim, não é apenas o campo literário lusófono que é o objeto desta pesquisa, mas *o modo como*<sup>12</sup> a língua portuguesa foi instrumentalizada em vários campos político-identitários, seja no Brasil pós-colonial seja no período pós 25 de Abril, em vários países luso-falantes. O que interessa é *como é que* a língua, associada às relações diplomáticas, editoriais, ortográficas, representacionais, é utilizada para apresentar ou refutar a evidência da realidade de um comum território da língua, em função dos conceitos de *norma* e de *desvio*. Tal aconteceu entre o Brasil e a sua ex-metrópole e também no final do século anterior, com a criação da CPLP, espaço de circulação do *capital lusófono*.

## 5. Síntese

Com conceitos de autores cujo trabalho escolhi como referência teórica, ou com conceitos criados em função do tema da tese ou das questões que ela provoca, é natural que esta pesquisa oscile entre diversas modos de problematizar questões muito próximas. Uma tese que aborda conceitos de *norma* e de *desvio* tem, forçosamente, de optar, ela própria, entre repetir verdades normalizadas ou ousar o gesto de ir deslocando evidências, de abrir fendas ou rasgar atalhos, isto é, tem de avançar não para consolidar uma ordem, mas para formular novas perguntas.

---

<sup>12</sup> Fica assim claramente assumido que não me interessa tanto *o que* especificamente é a língua, em termos técnicos, essa nunca foi a questão desta pesquisa, a qual pretende, isso sim, perceber, pela análise de várias práticas discursivas *o modo como* as pessoas se posicionam em relação ao seu idioma, pelo que toma esses discursos não na sua validade científica, não como produtores de “verdades” sobre o idioma, mas antes concebendo-os como *representações* sobre o idioma, histórica e socialmente situadas.

O resultado final de uma tal escrita, o texto que aqui se apresenta, tem na sua estrutura os mesmos desequilíbrios que foi encontrando no seu caminho. Em vez de os resolver, a solução consiste em apresentá-los assim. Trata-se de provocar no leitor os mesmos inconciliáveis abismos entre grafia e alma de um povo, entre idioma e identidade, ou mostrar essa vertigem, a voragem do embate entre normas e corruptelas idiomáticas que instauram novas nações, que forçam o idioma a dobrar-se sob o peso do Outro e que, por isso, nos forçam também a reconhecer *Outrem* e a desconhecerno-nos. Trata-se de ir avançando por um terreno que nos mostra a sua própria desorganização, que mostra devires algo caóticos, como são sempre os devires dos idiomas e dos povos.

Almejei introduzir novas discussões sobre o tema aqui apresentado, pois acredito ser possível ter outras conversas sobre quem somos *Nós* e quem são esses *Outros*, os que em português nos interpelem, mas nem sempre nos entendem. Quem serão aqueles que afirmamos já conhecer, apenas pelo comodismo de não atravessarmos o desconforto de, por momentos, nos desconhecermos? Acredito que é possível desmontar as narrativas que, em séculos de colonização, se nos pegaram ao Ego e sem as quais talvez fosse possível escutar a diferença extrema de onde esse Outro fala – é possível aceitar a sua radical alteridade, o seu direito a ser realmente *Outrem* e não um *Mesmo* de Nós.



## Capítulo 1 – Teoria e Metodologia

*Colecionar é ligar as  
coisas pelas suas  
semelhanças,  
investigar é ligar as  
coisas pelas suas  
diferenças.*

(Gonçalo M. Tavares)



## Capítulo 1:

Das leituras teóricas e opções metodológicas. Dos conceitos: campo literário lusófono, capital lusófono, devir lusófono; desejo do Outro; devir-em-português; literaturas africanas de expressão portuguesa *versus* literaturas-em-português; língua e literatura *maior* e *menor*; norma e desvio. O *Outro-em-português*.

### 1. Revisão Bibliográfica

*Como queres descobrir, se não trazes ligações novas  
entre palavras?*

(Gonçalo M. Tavares)

A revisão das leituras feitas será sucinta, incidindo sobre as obras que mais diretamente contribuíram para a minha argumentação. Ao recordar as monografias mais úteis para esta pesquisa, convirá sublinhar que não se encontrou um trabalho específico que relacionasse simultaneamente a língua portuguesa com o ensino, a política ou os media. Sou devedora do muito trabalho já realizado dentro do departamento de História da Educação, em que esta tese se foi construindo. O livro de Jorge do Ó, *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal* (2003), mostra bem como o dispositivo educativo do Estado Novo determinava e inculcava práticas que visavam a produção de determinados sujeitos, através de exercícios que incluíam a prática da escrita e deixa perceber como o trabalho sobre a língua constituía parte do trabalho sobre si. Jorge do Ó demonstra que a escrita de redações escolares, relatórios de visitas, bem como os textos de reflexão curricular são parte dessa maquinaria de produzir cidadãos configurados por idênticos processos de subjetivação. Aplicar isso às minhas fontes, tanto revistas como jornais de cultura, permitiu-me comprovar a extensão do mesmo gesto educativo e normatizador, presente não apenas ontem, mas ainda hoje e não apenas no espaço escolar, mas também na comunicação social.

Esta é uma tese sobre educação, seja num sentido mais restrito, no espaço escolar, seja num sentido mais lato, como no de espaço público. É nesse duplo enquadramento, tanto do espaço escolar como do espaço cultural e simbólico, que serão analisados processos de subjetivação centrados no idioma nacional, entendido como uma das representações identitárias mais constituintes quer do

grupo nacional como um todo, quer de cada um dos seus indivíduos. Foi igualmente decisiva a leitura do livro *Os Anos de Ferro*, também de Jorge do Ó (1999), sobre o dispositivo cultural no Estado Novo, pois parte da minha tese só evoluiu quando percebi como a cultura e o ensino podem ser politicamente manipuláveis para a produção de determinados modos de ser. A leitura destas obras ajudou-me a ler as minhas fontes de outro modo, para entender como aconteceu, nas respetivas épocas, um idêntico trabalho sobre as *almas* de sujeitos, alunos ou cidadãos.

Ainda dentro do departamento em que esta pesquisa surgiu, evoco os trabalhos de Justino Magalhães (2000, 2001), Maria João Mogarro (2012), e Joaquim Pintassilgo (2007) e ainda Pintassilgo, Mogarro e Henriques (2010), que me deram justamente o enquadramento histórico sobre a educação em Portugal. As suas obras estão implícitas no capítulo 2, a propósito do sistema educativo no final do século XIX, da reforma da educação na primeira república, que buscou na simplificação ortográfica um meio de facilitar a educação para muitos, combatendo o analfabetismo. Com o panorama educativo bem explicitado por estes autores, foi-me possível entender melhor os debates sobre língua, educação e identidade no Brasil, bem como a importância dos vários acordos ortográficos para a educação e a imprensa, tanto em Portugal como no Brasil. De Ana Isabel Madeira consultei a tese intitulada *Ler, escrever e orar: uma análise histórica e comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique 1850-1950* (2007) e, *Sons, Sentidos e Silêncios da Lusofonia: Uma reflexão sobre os espaços-tempos da língua portuguesa* (2003). A primeira é a sua tese de doutoramento em Educação Comparada, sobre a educação em Moçambique num período colonial anterior àquele a que dediquei a minha atenção, com uma abordagem sobre os discursos e as políticas educativas. Esta trabalho ajudou-me a entender o pouco investimento do governo português na educação das províncias ultramarinas, deixada quase por completo aos missionários até meados do século XX, o que foi diferente da política colonial anglo-saxónica, com a qual a autora compara o sistema português. A segunda obra é sobre o conceito lusofonia, que inicialmente me foi útil, ainda que complementada por outros autores, pois teve de ser adequado a outro enquadramento histórico e um outro entendimento da relação entre educação, política e relações internacionais. Assumi, na esteira de Nóvoa e Yariv-Mashal (2005), que, na perceção pós-moderna e global, os espaços educacionais são fluidos, permeáveis e podem ser desdobrados, pelo que a pesquisa histórica deve realizar-

se tanto a nível local como global, evitando ficar presa em lógicas ou perspetivas exclusivamente nacionais<sup>13</sup>. Os autores chamam a atenção para o facto de a educação e a cultura terem um papel decisivo na reavaliação da história colonial e pós-colonial europeia e recordam-nos também que, ironicamente, a “unidade” dos colonizadores foi conseguida “através da *imagem refletida no espelho* dos colonizados” (Nóvoa e Yariv-Mashal, 2005, p. 26; *itálico meu*). Há, pois, que empreender uma pesquisa que procure ver para lá das imagens especulares, abandonar a superfície do espelho que nos dá uma imagem do *Si-Mesmo*, para se entender a realidade não apenas do ponto de vista do que olha, mas do que é olhado; para sermos expostos também, ao olhar do *Outro*.

A respeito da educação colonial, registo a leitura de *História da Educação Colonial*, livro que António Nóvoa publicou juntamente com Marc Depaepe (Nóvoa, Depaepe, Johanning-Meier & Arango, 1996). Foi determinante o seu apelo a que se fizessem mais estudos sobre o nosso passado colonial utilizando conceitos e instrumentos teóricos adaptados à especificidade da realidade portuguesa, pois com frequência se alude a trabalhos sobre os outros colonialismos europeus plasmando-os acriticamente para a nossa realidade. Nóvoa sublinha que a teoria pós-colonial não pode ser diretamente aplicada ao caso português e que seria necessário empreender estudos sobre as nossas relações com os outros povos, com quem convivemos durante séculos, através da construção das nossas próprias ferramentas teóricas. Foi com essa motivação que aceitei deixar de lado os grandes nomes dos *Estudos Culturais* e *Pós-coloniais*, cujas teorias tentara, até então, colar ao meu tema de pesquisa.

Foi exatamente na busca de uma linguagem mais local sobre a nossa realidade colonial que li a obra de Cláudia Castelo (1989), autora que tenta esse gesto rigoroso, mas simultaneamente inovador de revisitar a teoria de Gilberto Freyre (1951, 1953, 1957), tal como foi adotada pelo Estado Novo, avaliando o seu impacto no nosso

---

<sup>13</sup> Nóvoa e Yariv-Mashal (2005) explicam a necessidade de recorrer a novos conceitos de espaço<sup>13</sup> e tempo para falar de uma realidade em que tanto as situações como os comportamentos e as estratégias apresentam uma maior fluidez. Os estudos centrados no Estado-Nação remetiam para um conceito fixo de espaço e para uma organização temporal cronológica, que já não servem para entender processos educativos e culturais a nível transnacional – “D’où le besoin d’accorder une attention nouvelle aux pratiques discursives des différents acteurs, surtout à la *réorganisation des espaces d’appartenance* qu’elles provoquent et à la reconstruction de nouvelles intentionnalités éducatifs” (Nóvoa e Yariv-Mashal, 2005, p. 15; *itálico meu*). Considero ser a *língua portuguesa* entendida, ao longo desta tese, como um “espaço de pertença”, o que possibilita entender as formulações que, em torno do idioma comum, possibilitam processos educativos e identitários para lá do espaço escolar.

discurso identitário. Concorde que faltam estudos pós-coloniais que não repitam o que lá fora se escreve sobre outras realidades históricas, bem distintas. Acredito ser necessário pensar o nosso passado mais recente a partir de autores nossos que tenham pistas para novas pesquisas, ainda que os estudos culturais tenham ultimamente generalizado um certo modo homogêneo de interpretar a realidade pós-colonial. É certo que, ao falar da língua, das suas convenções ou das suas essências, falamos sempre de identidade e de modos de nos relacionarmos com o Outro, o que traz à baila os trabalhos de, por exemplo, Fanon, Bhabha (1990, 1994), Stuart Hall (1997), Said (1994, 2001, 2007) Spivack (1988a, 1988b, 1994), Gilroy (2005) e, mais recentemente, Loomba, Kaul, Bunzl, Burton & Esty (2005) e Appadurai (1996).

De uma área disciplinar próximas destes autores li, naturalmente, obras de Boaventura Sousa Santos (1994, 2002) e recorri várias vezes aos trabalhos de Alfredo Margarido e de Miguel Vale de Almeida. Do primeiro destaco o livro publicado em 2000, *Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses* (2000) e do último considero as obras publicadas em 2000 e 2002, em que renova a perspetiva sobre esse território de trânsitos humanos e culturais, no espaço triangulares entre Angola, Brasil e Portugal, a que dá o nome de *Atlântico Pardo*. Vale de Almeida joga com o conceito de *Black Atlantic*, título de uma obra de Paul Gilroy e cria o termo *Atlântico Pardo*, (eis um bom exemplo de criação de conceitos adaptados à nossa realidade), o qual se refere não apenas à mestiçagem, mas a todos os trânsitos coloniais que tornaram possíveis a miscigenação, mesmo os mais violentos, que uma narrativa portuguesa, colonial e pós-colonial, pretende e fazer esquecer. Contra uma certa nostalgia em torno da irmandade de povos, Vale de Almeida traz a lume o não-dito dessa história e, nesse sentido, tanto este autor como Alfredo Margarido são autores a ter em conta quando se pretende repensar as dinâmicas entre os países de língua portuguesa, por serem quem primeiro quebrou um certo consenso lírico sobre o qual assentam enunciados lusófonos de inspiração lusotropical. Nem Eduardo Lourenço é tão acutilante na sua reflexão, talvez optar por uma posição consensual e, diria, algo ambígua, em *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia* (2004). Vale igualmente a pena ler outros livros, nomeadamente o *Labirinto da Saudade* (2010) e *Os Militares e o Poder* (2013). Mas mais radicais, na minha opinião e, por isso, mais instigantes de novas reflexões, foram as obras de Margarido e Almeida, publicados em 2000, por ocasião da

celebração da chegada de Pedro Álvares Cabral à América do Sul. Estes autores, juntamente com outros académicos brasileiros, foram inspiradores de uma atitude crítica que, de algum modo, determinou o que a partir daí se disse sobre o pós-colonialismo português e lusofonia.

O ano 2000 foi o do choque que a primeira discursividade lusófona viveu, ao sofrer as críticas de estudiosos brasileiros, os quais desfizeram as celebrações do “descobrimento” do Brasil, o qual, na sua opinião, nem fora “descoberto” nem era ainda Brasil, e agora dispensava os discursos paternalistas de ser “filho” ou criação exclusiva dos portugueses. Desta posição crítica surgiram colaborações académicas transatlânticas de interesse, que permitem começar a ver o quanto de luso-tropicalismo há numa certa discursividade lusófona e, portanto, começar a falar da aproximação de Portugal com as ex-colónias em termos que não recordassem a sombra do Estado Novo. Destes trabalhos conjuntos destaca-se o livro *Diálogos Críticos Luso-brasileiros* (2000), por ser um dos primeiros em que já é visível uma outra visão sobre a história pós-colonial. Esta obra, coordenada por Vale de Almeida e Cristina Feldman-Bianco, tem ainda a vantagem de apresentar autores, como Thomaz (2000, 2002), que dão continuidade a esta nova leitura das relações Portugal-Brasil-PALOP.

Na mesma linha da sua argumentação surgiu, anos depois, um pequeno texto de António Pinto Ribeiro, que igualmente desafiou a *doxa* lusófona que se instalara na sociedade portuguesa. “Para acabar de vez com a lusofonia” (Ribeiro, 2013), saiu no jornal *Público* e provocou indignada reação de vários quadrantes sociais, pondo a lume uma certa apologia da lusofonia feita de omissões e de olhares para o passado, que recusa a ver o *Outro em português* na sua diferença e nos processos de mudança e transformação, logo, na sua assumida diferença. A este respeito, não posso deixar de referir um artigo de Carlos Reis “Os perigos da Imaginática”, publicado em 2014 no JL, que constitui um alerta sobre o recurso excessivo a um passado imaginário para fundamentar a relação atual com Outro de língua oficial portuguesa. Outros trabalhos, menos empolgantes e algo repetitivos têm, no entanto, o mérito de serem um esforço para começar a pensar de outro modo este tema da lusofonia enquanto ligada à língua e fundadora de uma identidade geopolítica. Nesse sentido é de referir os trabalhos do CLEPUL e do grupo de Braga, nomeadamente as obras de Luís Cunha (2015) e de Moisés de Lemos Martins

(2015), onde encontramos ideias recorrentes, assentes no que agora é habitual dizer-se sobre lusofonia, com uma abordagem mais institucionalizada.

Do Brasil, importa fazer uma referência ao livro *Minha Pátria é a Língua Portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal*, de Adriano de Freixo (2010b), académico que realizou uma tese de doutoramento sobre relações internacionais, em que apresenta um estudo sério sobre as relações económicas e políticas entre Portugal e Brasil. Sendo um autor brasileiro, tem um outro olhar sobre a dinâmica no que se convencionou chamar o Atlântico Sul, área geopolítica que implica Angola, Brasil e Portugal. Freixo faz uma abordagem cuidadosa dos papéis desempenhados, entre outros, por Sarney, Mário Soares e Fernando Henrique Cardoso, na construção da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa), demonstrando que o Brasil tem agora menos interesse nesta comunidade do que tinha inicialmente, por preferir investir no Mercosul. O interesse deste trabalho, para além do recurso a fontes pouco conhecidas em Portugal, é o olhar mais desapassionado e mais crítico sobre a posição do Brasil na CPLP, ao arrepio da discursividade lusófona mais romantizada. Feito a partir de uma tese de doutoramento, este livro está cheio de dados rigorosos e sustém uma perspetiva liberta de lusotropicalismo, que, aliás, denuncia, pelo que pode constituir uma leitura complementar da já mencionada tese de mestrado de Cláudia Castelo. Como é um trabalho datado de 2010, o que aí se afirma sobre o (des)investimento do Brasil na CPLP tem de ser revisto à luz de acontecimentos mais recentes, na medida em que outros factos apontam para algo mais complexo.

De autores africanos, artigos de Lourenço do Rosário (1989; 2012) e de Augusto Nascimento (2009), ainda que mais contidos nas críticas, dão conta de um desfazer de consensos e de uma reflexão mais aprofundada sobre as relações entre os países de língua portuguesa que convém ter em conta, já que Lourenço do Rosário, reitor da universidade Politécnica de Moçambique, foi também o responsável pela equipa que organizou o Vocabulário Oficial do Português de Moçambique, parte do projeto comum de registo de vocabulário, previsto na assinatura do Acordo Ortográfico de 1990.

Ao perceber que não poderia ler apenas autores dos estudos pós-coloniais ou culturais, aceitei que este seria um empreendimento transdisciplinar, de perspetivas múltiplas, e assim orientei explicitamente as leituras por várias áreas, da Educação à Filosofia, passando pela Sociologia, os Estudos Literários e

Linguísticos, a História e ainda as Teorias da Comunicação. Foram, necessariamente, lidos os estudos que relacionam a identidade idiomática com a afirmação nacionalista, tais como Adam Smith (2001) ou Benedict Anderson (2005). Anderson influenciou o meu entendimento sobre o modo como a comunidade de língua portuguesa, a CPLP, passa a ser simbolicamente investida por várias discursividades, no sentido de a “tornar óbvia”, com a criação de símbolos visuais e textuais que remetem para um espaço subjetivo comum, como os mapas, os selos, e, sobretudo, os jornais. Criar um sentido coletivo de pertença, no sentido de que fala esta obra, foi, em meu entender, o papel que as minhas fontes principais tiveram nos seus respetivos países. Tanto as revistas da *Academia Brasileira da Língua* como o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, tiveram impacto na sociedade onde surgiram porque ajudaram a criar o que Anderson (2005) define como “comunidades imaginadas”, servindo para dar forma, por imagens e palavras, a identidades coletivas.

Constatei que Spínola (1973a; 1973b; 1974) e Adriano Moreira (1977; 1999a; 1999b) também associaram o idioma a considerações nacionalistas e a um sentimento identitário que identificaram como *portugalidade*, o qual estendem a um vasto território não europeu. Foram textos como estes, inesperados e impossíveis de incluir numa lista prévia e bem planeada que, muitas vezes, determinaram a direção da minha tese.

Para uma reflexão geral sobre a língua, destaco Milner (2012) e Maria Helena Mira Mateus (2001, 2002, 2006, 2008, 2014, 2016). Em relação ao debate sobre as mais recentes mudanças ortográficas em Portugal e Brasil, é de sublinhar que este assunto tem ainda pouca visibilidade nos estudos académicos, ainda que esteja tão obsessivamente presente na imprensa diária em Portugal, onde figuras bem notórias reafirmam, até à exaustão, as suas posições sobre o assunto. Talvez seja por ser ainda um assunto muito atual e não se tenha ainda criado o distanciamento necessário para o analisar mais desapassionadamente. O certo é que não encontrei muitas monografias no início da minha pesquisa, ainda que admita que tenham começado a surgir ao longo dos últimos anos. Em Aveiro, em 2015, no *Congresso Pelos Mares da Língua Portuguesa*, apresentei (Figueira, 2015) o artigo intitulado *Língua e poder: ortografia, educação e identidade nacional (Portugal – Brasil, 1880-1990)*, mas apercebi-me que as discussões académicas sobre o acordo ortográfico enquanto fundador de identidade eram ainda raras. No mesmo encontro

e com um tema próximo dos meus interesses, reparei no artigo de Maria Helena Ançã, que me foi útil para confirmar que é muito variável e insuficiente o conhecimento da CPLP por estudantes universitários de países que integram esta comunidade (Ançã, 2015). A conclusão deste estudo suporta a hipótese segundo a qual o ideal de lusofonia que o JL proclama na década de 90, não ganhou a adesão de gerações mais recentes, sobretudo noutros países, em que parece haver muito desconhecimento em relação ao projeto da CPLP/Lusofonia.

Na pesquisa inicial encontrei alguns livros sobre política da língua, mas era notória a ausência de trabalhos sobre o acordo ortográfico, como se fosse algo ainda por pensar, apesar da sua excedente visibilidade na imprensa diária. É de realçar o trabalho que Raquel Martinez Neves apresentou em 2014, no *IV Congresso Internacional em Estudos Culturais*, organizado em Aveiro, sob o tema *Colonialismos, Pós-colonialismos e Lusofonias*. No seu artigo, Neves traça a configuração discursiva de autores que a autora distribui pelo campo de opiniões sobre o AO90. Este é um estudo de referência para futuros investigadores, por constituir uma das primeiras tentativas de sistematização de debates que pululavam na sociedade e na imprensa portuguesa. Neves (2014) divide em três áreas as opiniões sobre o acordo ortográfico recolhidas em textos da imprensa nacional – os que estão contra (Graça Moura e Miguel Sousa Tavares), a favor (Malaca Casteleiro e D' Silvas Filho) ou os que são neutros, como Eduardo Lourenço. O seu *corpus* é restrito, faltarão outros autores, por exemplo, Miguel Esteves Cardoso (2001), Ivo Castro, entre outros, mas o artigo de Neves tem vantagem de ser uma das primeiras leituras sistematizadoras e objetivas sobre o Acordo Ortográfico de 1990, tema tão frequentemente tratado em declarações públicas, entrevistas e jornais, mas que ainda não merecera um profundo tratamento académico, isento de paixões.

Há que referir, de data bem mais anterior, o livro que Ivo Castro publicara juntamente com I. Duarte e I. Leiria, em 1987, intitulado *A demanda da ortografia portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da questão que se lhe seguiu*. Embora esta obra seja anterior à versão final do acordo ortográfico, apresenta argumentos que se repetem até hoje, recolhidos pelos autores na imprensa pública da época. Aí aparecem os mesmos argumentos contra e a favor da mudança ortográfica, associando a língua e a identidade nacional a ideias de *ameaça*, *afronta* ou *oportunidade* de atualização. Outro autor que não aparece na lista de Raquel Neves, talvez porque a pesquisadora



apenas analisou artigos de jornais, é Fernando Cristóvão, com obras em que associa o acordo ortográfico à defesa de uma comunidade lusófona. Sobre o acordo ortográfico de 1990 (AO90), podemos evocar as palavras de Fernando Cristóvão (2002, 2005, 2008, 2012), anos depois, ao reagir contra a ideia de que Portugal teria feito “demasiadas concessões” aos brasileiros aquando da assinatura do AO90 – “assentamos num duplo equívoco: o de se julgar sermos os donos da língua e os outros países simples utentes, e o de se fantasiar a existência de uma ‘pureza de sangue’ linguística que nunca existiu” (Cristóvão, 2008, p. 232).

Fernando Cristóvão, empenhado defensor do acordo ortográfico e da ideia de lusofonia, mostra capacidade de evoluir na argumentação que foi utilizando para defender uma coisa e outra, ao longo das obras que publicou. Cristóvão começou por falar no destino especial dos portugueses para unir mundos e evoca o Padre António Vieira, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva (Cristóvão, 2005, 2000) a fim de justificar a relação dos portugueses com a sua língua e com os outros povos, concentrando em Portugal a responsabilidade pela CPLP e a comunidade lusófona. No entanto, modifica a sua argumentação mais tarde, depois do texto seminal de Alfredo Margarido, datado de 2000, em que este critica a ideia de posse sobre a língua que atravessava toda a discursividade lusófona até à década de noventa. Adaptando-se à afirmação de Margarido (2000) - “a língua é de quem a fala” -, Cristóvão utiliza a imagem de condómino, hoje muito citada (cf. Cristóvão 2008), com que adianta não haver donos da língua, mas irmãos, coabitando todos os países num “condómino” linguístico a que a CPLP daria consistência institucional. *Os países da(s) língua(s) em português*, expressão que o autor utiliza nas obras mais recentes, para evitar o adjetivo lusófono, seriam então, no seu entender, uma família afetiva, não apenas idiomática, mas de valores e sentimentos partilhados pelo que habitam o mesmo condómino linguístico.

Outra leitura decisiva foi a leitura do livro do académico brasileiro Lima Sobrinho, sobre os vários acordos ortográficos. Em 2000 reedita um livro seu, anteriormente publicado em 1958, e esta versão atualizada contém comentários ao recente acordo ortográfico de 1990 (AO90). Novos entendimentos surgiram, ao cruzar este texto com as fontes que me facultou Evanildo Bechara (2005, 2006, 2012, 2013), a saber, a sua preciosa compilação de artigos sobre a Língua Portuguesa, publicados nas Revistas da Academia Brasileira de Letras desde finais do século XIX até meados do século XX. Do encontro destes dois autores brasileiros

começou a desenhar-se o que seria o núcleo definitivo da minha tese, uma articulação entre língua e identidade. A questão da identidade começou a ganhar relevo, já que, em Portugal, regularmente nos questionamos sobre quem somos, o que nos caracteriza, em que consiste a nossa especificidade como povo e como nação. Ainda que tenha revisitado, a este respeito, textos de José Mattoso (1998), Miguel Real (1998; 2012; 2013) e outros referidos na bibliografia, referi-me aqui aos textos sobre a nossa crise de identidade no período pós-colonial, nomeadamente com os trabalhos de Eduardo Lourenço (1994; 2004a; 2004b; 2005a; 2005b; 2010) e Margarida Calafate Ribeiro (2004) e às páginas do JL, onde o tema é recorrente.

Não há povo “que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, *nós* e *eles*, não seja conhecida...” (Calhoun apud Castells, 2013, p. 2). Ao falar-se de identidades é normal a distinção de um “*nós*” versus um “*eles*”, demarcados pela distinção da língua de cada um. Com o aparecimento de vários países de língua oficial portuguesa, baralhou-se a identidade confortavelmente construída durante oito séculos, em função do que parecia ser o que mais historicamente nos definia – sermos o povo cujas fronteiras são as mais antigas e as mais estáveis da Europa, desde sempre coincidentes com o idioma nacional (cf. Thiesse, 2000).

Se é certo que em Portugal a identidade política se baseava na sobreposição entre o *território* e o *idioma*, que coincidiam e se reforçavam mutuamente, isso deixa de ser assim nos períodos pós-coloniais, com a adoção do português como língua oficial do Brasil e das restantes ex-colónias. Portugal cai num mesmerismo identitário que tenta ultrapassar fazendo coincidir, por vezes, *nós* e *eles*, *nós* e os *outros* que em português existem oficialmente. O espaço da língua portuguesa, ao deixar de coincidir com o Estado Português, parece ser agora, na representação e na discursividade de alguns, de alguns, um espaço mais lato, o da língua, que é tanto nossa como do *Outro*, brasileiro ou africano, numa palavra, “lusófono”.

Mais diretamente relacionados com a nossa realidade, Eduardo Lourenço, ao falar sobre Portugal e a sua identidade no pós-25 de Abril, forneceu-me o conceito de *hiperidentidade*, com o qual também opero e com o qual Lourenço explica que, enquanto portugueses, não basta ser quem somos, vamos frequentemente em busca de *outros*, os quais poderão ter uma função que considero ser de “apêndices

identitários”<sup>14</sup>. Por outras palavras, veríamos os outros países de língua oficial portuguesa e as suas gentes como complementos da falha narcísica. Assim se lhe refere Margarida Calafate Ribeiro no seu livro *Uma História de Regressos* (2004), em que a autora reflete sobre a crise ontológica provocada pela perda do império. A sua perda abrupta, no caso português, não poderia deixar de provocar o surgimento de uma utopia igualmente compensatória, o que parece fazer eco com a tese de Eduardo Lourenço sobre a nossa “hiperidentidade” (Lourenço, 2004a, 2010), um excesso identitário para compensar uma falta. Podemos perguntar – preencherá a discursividade lusófona essa falha, não será ela um modo híper-identitário de ultrapassar e ir buscar alhures e a outros o que foi perdido?

Margarida Calafate Ribeiro (2004) estabelece uma relação entre literatura e processos históricos, referindo-se de modo muito atento a determinadas obras, a partir das quais interpreta acontecimentos sociopolíticos como a descolonização portuguesa na década de setenta do século passado. A minha abordagem da literatura não passa pela leitura crítica, literária ou simbólica de obras literárias, antes faço uma abordagem *do modo como* o campo literário dito *lusófono*, ou, se se preferir, em *língua portuguesa*, é apresentado e valorizado. Sobre o papel e a função da literatura, Barthes (1987, 2007a, 2013) e Bourdieu (1989a, 1996, 2010) são autores de referência para esta abordagem, sobretudo no enquadramento teórico desta pesquisa, como refiro mais desenvolvidamente na secção sobre o enquadramento teórico desta tese. Ainda que tenha relido autores que se ocuparam da que então era conhecida como a “literatura africana de expressão portuguesa” e os considere importantes para o entendimento da formação deste específico campo literário e das temáticas coloniais e pós-coloniais que aí surgem, não os cito diretamente. Reconheço, no entanto, a influência dos estudos de Alberto de Carvalho (2015), Pires Laranjeira (1992, 1995), José Carlos Venâncio (2000), Salvato Trigo (2015), Ana Mafalda Leite (1998; 2000) e Leite, Owen, Chaves & Apa (2012) e, mais recentemente, de Inocência Mata (2012a; 2012b), também crítica de uma certa ideia de união de afetos e valores pelo idioma português. Do Brasil, destaco os nomes e as críticas de Laura Padilha e Benjamin Abdala, autores com vasta obra na mesma área das literaturas africanas em português.

---

<sup>14</sup> Conceito já trabalhado no meu artigo publicado nas atas do Congresso Luso-Brasileiro em História da Educação (Figueira, I. R, 2012).

No âmbito dos estudos sobre literatura, uma obra que está mais diretamente presente neste trabalho, ainda que muito vagamente, é a tese de mestrado de Manuel F. S. Ribeiro, datada de 1995. Trata-se do único estudo académico sobre o *Jornal de Letras, Artes e Ideias* que encontrei na Biblioteca Nacional. Não deixo de registar a raridade de trabalhos sobre um jornal que tem ocupado tão fortemente o espaço cultural português desde 1981 até hoje, onde se apresentaram regularmente os novos escritores e as novas obras, acompanhadas de críticas literárias, entrevistas de autor, bem como de notícias sempre atualizadas de eventos e iniciativas relacionadas com o campo literário. A tese de Manuel Ribeiro (1995) faz uma comparação entre o JL e a revista *Colóquio-Letras*, publicada pela Gulbenkian, comparando as críticas literárias que surgem em ambos, tal como o autor assume no título – *Modalidades de Circulação do Discurso Crítico Literário em Portugal entre 1986 e 1989*. Sendo da área da teoria da literatura, esta tese tem a novidade de se debruçar sobre o JL, o que, só por si, a torna merecedora de atenção, e despertou-me interesse por falar em *estratégias de visibilidade da literatura*, ideia que retive e com que viria depois a trabalhar. Não a utilizo mais porque o seu tema não coincide com o meu e porque a data da sua análise vai de 1986 a 1989, pelo que não coincide com as datas das minhas fontes do mesmo jornal, uma vez que presto mais atenção aos números de 1990, data do último acordo ortográfico.

Ainda sobre jornais, mais explicitamente na relação entre os media, a literatura e a formação identitária, mais úteis me foram as teses de doutoramento de duas jornalistas, Isabel Travanca e Isabel Néry, respetivamente uma brasileira e uma portuguesa. Da primeira consultei *O livro no Jornal. Os Suplementos Literários dos Jornais Franceses e Brasileiros nos anos 90* (Travanca, 2001) e da segunda *Política & Jornais* (Néry, 2004). De ambas se retira a ideia de que a literatura ocupou nos jornais um papel que foi gradualmente desaparecendo, quando os processos de subjetivação sociopolíticos deixaram de recorrer a obras literárias ou de buscar aos autores nacionais os fundamentos para um discurso elitista, cultural e identitário. Ler estas monografias ajuda a perceber a “linhagem” do JL, jornal que dedica às letras um espaço substancial, com constante presença de escritores de vários países de língua oficial portuguesa, seja através de recensões críticas, notícias e entrevistas. Uma das ideias mais presentes no JL é a importância da língua portuguesa para a afirmação identitária dos povos que a utilizam e nela produzem a sua literatura. Tal princípio, associado à ideia de lusofonia, é assumida

como uma das bandeiras por que se bate José Carlos de Vasconcelos, seu diretor. Porque os “media têm o poder de poder estimular, ou mesmo forçar, a ação” (Néry, 2004, p. 114), há que procurar entender, nas páginas deste jornal, o lugar dado à língua na afirmação do poder político..

Sobre isso importa ainda referir a obra de Paulo Feytor Pinto (2010), *O Essencial sobre Política da Língua*, com uma enxuta exposição sobre o nosso idioma na sua dimensão cultural, idiomática e política e mesmo com referências ao seu valor económico, aspeto depois mais desenvolvido num estudo encomendado pelo Instituto Camões ao ISCTE. Publicado como *O Valor Económico da Língua Portuguesa* (Reto, 2012), é obra de referência para quem busque argumentos mais racionais para a defesa de um bloco linguístico em português. O livro resultante de pesquisa sobre o valor económico da língua, fornece argumentos para as ações a desenvolver. Dele fica a ideia de que investir na língua portuguesa é investir na presença e valorização dos países que cada vez mais poderão ter protagonismo nos *fora* internacionais, por falarem a quarta língua mais falada do mundo. Também orientado por Reto, de Machado e Esperança, há que referir o *Novo Atlas da Língua Portuguesa*, de 2016, onde é atualizada muita informação sobre o mesmo tema, com minuciosos dados estatísticos.

Tais estudos sobre a presença e o valor da língua portuguesa podem ser complementados com a leitura da obra de uma leitora do Instituto Camões, Ana Filipa Teles (2009), *A Dimensão Cultural da Política Externa Portuguesa: da década de noventa à atualidade*. A autora analisa aspetos culturais e diplomáticos sobre o ensino do português, nomeadamente nos leitorados de universidades estrangeiras. Teles defende que Portugal teria a ganhar ao investir na língua como instrumento de um *poder suave*, tal como advoga Nye, ou seja, de um poder que se impõe pela estratégia de sedução cultural em vez de uma estratégia de confronto e manifestação de força. Seja pelo aspeto económico, seja pela diplomacia cultural, certo é que o ensino do português no estrangeiro, tanto na Europa, nas comunidades emigrantes, como nos PALOP, constitui um dos elementos de afirmação identitária. Isso está bem patente no suplemento do Instituto Camões, regularmente incluído no JL. Esta é uma fonte que mereceria alguns estudos específicos, tal a riqueza dos seus dados sobre as questões da língua, identidade e diplomacia cultural. Há também estudos anteriores sobre políticas de ensino além-fronteiras, como a tese de doutoramento de Mário Filipe (2005), vice-presidente do Instituto Camões na

mesma época, a qual já se debruçava sobre esta matéria da educação do idioma no estrangeiro, numa perspectiva mais pragmática, analisando várias reformas e decretos-lei nas últimas décadas. Ainda que aceitando que a língua e o seu ensino no estrangeiro se relacionam com aspetos de afirmação identitária, este trabalho de Filipe não aborda as questões teóricas ou filosóficas que daí advêm, antes trabalha com conceitos como o de língua não-materna ou de segunda língua, mais aplicável às populações emigrantes ou aos PALOP.

Recordo a leitura de *Força de Lei*, onde Derrida (2004, 2010), defende que reconhecer e honrar a alteridade do outro é falar a sua língua, aceitar que a sua língua nos torna a nós, *um Outro do Outro*. A hospitalidade ao diferente implica uma abertura à estranheza idiomática que nos leva a experimentar. Uma vez que a alteridade se instala no encontro entre povos de idiomas distintos ou com usos diversos de um mesmo idioma, a tentativa de percorrer a distância de uns a outros implica uma atitude de reconhecimento e de hospitalidade. Esta obra, a par da de Levinas, orientou a reflexão que desenvolvo no capítulo 4.

Da obra de Bagno (1999, 2001, 2003, 2012), estudioso brasileiro que se dedica à linguística descritiva e empenhado crítico da gramática como instrumento de produção de diferenças sociais, foi-me útil o termo *preconceito linguístico*, em função da qual, segundo o autor, os sujeitos são julgados pela proximidade ou distância que ocupam em relação a um modelo de correção idiomático. Para Bagno, teórico de inspiração marxista, o uso da língua deveria ser alheio a conceitos como norma ou desvio, que determinam um dentro e um fora da norma gramatical e assim excluem grande parte da população brasileira, pouco escolarizada e com usos muito próprios da língua. Bagno desafia a ideia de *correção linguística*, e apela antes à ideia de *variantes sociolinguísticas*, de acordo com as quais as falas e os usos idiomáticos de cada sujeito, no Brasil, devem ser entendidos, sem ideias de certo ou errado, mas de possibilidades criativas a que a população se pode permitir. Por fim, é evidente que conceitos como *norma* e *desvio*, aplicados à educação e à formação de sujeitos, ainda que através de revistas e jornais, como é o caso, têm uma matriz foucaultiana, autor que primeiro conheci através da tese do meu próprio orientador e cujos estudos sobre *formações discursivas*, *normal* e *anormal*, *processos subjetivação* e *governamentalidade*, estão implícitos ao longo da tese.

Esta é e não é, uma tese sobre ensino, é e não é, uma tese sobre língua ou literatura, é e não é, uma tese sobre identidade ou alteridade. Tece, porém,

considerações entre estes campos e tenta sobretudo olhar e escutar o modo particular como, nos discursos sobre estes temas, a subjetividade que nos constitui foi sendo tecida, seja nos teares do jornalismo e das academias literárias ou científicas, seja por entre as brechas da política, da arte, da educação. Porque assim o pedia a própria natureza do tema em estudo, tive de combinar conceitos, autores e fontes aparentemente distantes. Nesta rápida revisão bibliográfica procurei mostrar como obras de uma determinada área disciplinar me conduziram para caminhos de outra área do saber.

Penso que este trabalho demonstra como a reflexão sobre temas linguísticos se pode intercalar com debates dos estudos culturais, ou como uma referência a textos jornalísticos pode ser articulada com questões de economia e diplomacia cultural. Interessou-me mostrar que mesmo as obras mais normativas ou normalizadoras podem ser interrogadas de modo a evidenciar que determinados valores, práticas e ideias que as habitam têm o seu lado de sombra e luz. Procurei manter a minha escrita num delicado equilíbrio, ali onde erro e norma se encontram. Dito de outro modo, procurei problematizar o mesmo tema a partir de diferentes modos de olhar, sem excluir um ou outro, antes dando conta de como, ciclicamente, *norma* e *desvio* se encontram, se anulam, se complementam ou alternam de lugar, nos enunciados sobre a língua, literatura e sobre as identidades que ambas sustentam.

## **2. Teoria e Metodologia**

### **2.1. Teoria e suas articulações**

*A estátua e a nuvem!  
Entre elas existe apenas  
uma  
diferença de  
temperamento ou  
intensidade vibratória.  
(Teixeira de Pascoaes)*

*Importante conceber a ideia como o oposto da estátua.  
Não é algo aonde se chega, é algo de onde se parte.  
(Gonçalo M. Tavares)*

Ao deparar-me com a diversidade do material documental recolhido compreendi que o problema de escrita da minha tese não seria sobre que escrever, pois já recolhera informação suficiente. Nem seria o enredo, pois a sequência dos capítulos já se começava a delinear, de acordo com a pesquisa feita. O meu problema, esse que sentia que me perseguiria até ao fim, até acabar esta tese, era esse para o qual tinha agora um nome, depois de encontrar os versos, em epígrafe, de Teixeira de Pascoaes – *intensidades*.

Como transmitir a complexidade daquilo em que tocara e como preservar a intensidade desses diferentes momentos de pesquisa, como manter a tensão que tinha vislumbrado entre língua, literatura, identidade e política? Ou seja, se muito foi já escrito sobre tudo isso, como tratar estas questões de um modo que captasse antes o *movimento* entre elas e não a enumeração de minúcias fastidiosas, já por demais conhecidas? Recorrendo às imagens de Pascoaes, sabia que tinha dois caminhos de escrita. Podia elaborar uma *tese-estátua*, uma tese que acumulasse densidades, que produzisse um corpo de informação algo estático, mas que permitisse uma concretude sem voos. Ou podia criar uma *tese-nuvem*, feita do que passa e do que permanece, tal como o pressentia nas fontes recolhidas; uma tese de formas e conteúdos que se vão modificando de acordo com cada leitura e nos leva para diferentes direções de acordo com o olhar crítico.

Percebi que, em vez de fazer uma tese que fosse uma *cantaria* de argumentos, gostaria de fazer uma tese que esboçasse luzes e sombras e que apontasse locais de *deslizamentos*. Que vivesse de fontes e de dados, sim, mas para mostrar um fluxo de discursos em que estamos todos enredados, dar a ver a complexidade do que é presente e se esvai em cada momento, do está e não está. Como a nuvem que passa, que parece ir e, no entanto, está lá sempre, ou está lá sempre não sendo a mesma, assim são também as falas sobre as coisas da língua, da ortografia e da identidade, literária ou não. Conseguir tornar visível esse fluxo de enunciados sobre a língua ao longo dos anos e em diferentes espaços-tempos da geopolítica em português, passou a ser um dos meus objetivos. E fazê-lo mantendo sempre um certo tom que desse à minha escrita enredo e densidade, de modo a que cada um de nós se apercebesse como sendo também parte desse drama de que não pode alhear-se, como falante, como escrevente ou como leitor; de modo a que todos possamos sentir que isto nos diz respeito e, sobretudo, nos constitui, a todos e a cada um de nós.



Esse era o desafio com que constantemente me enfrentava em cada obra ou discussão nos seminários de doutoramento, espaço que o Prof. Jorge do Ó mantém à terça feira ao final da tarde, durante anos. Aí, o fascínio das leituras sem pressão, mas a um ritmo semanal, ao longo de anos, levaram-me a acreditar que um projeto de tese, mais do que procurar a recolha obsessiva de informação, deverá instigar um exercício de reflexão que se deve revelar na própria escrita, seja no encadeamento argumentativo, seja através de um olhar problematizador, que busque contornar o seu objeto de forma menos usual. Os textos teóricos lidos no seminário foram encontros significativos, percebo-o agora, pois todos os autores que aí descobri se revelaram pertinentes para o trabalho. Olhando para trás, vejo que foi daí que escolhi a maior parte dos meus *intercessores*, os teóricos que me ajudaram a problematizar o meu objeto de pesquisa.

Muito dos autores estudados nesse contexto foram preciosos para conseguir tornear uma dificuldade, encontrar o conceito adequado a uma particularidade de conteúdo encontrado nas fontes e mesmo para dar forma aos blocos temáticos que foram identificados. Deleuze (2003) entende por *intercessores* os elementos que ajudem a pensar um problema, dar-lhe forma, e que permitam mesmo que criemos os nossos próprios conceitos. *Intercessores*, ou *personagens conceptuais*, são, de acordo com Deleuze, quer os interlocutores reais, (como por exemplo outros intelectuais ou filósofos com quem dialogamos), quer as figuras de pensamento como o *amigo*, o *estrangeiro*, o *idiota*, figuras que cristalizam em redor de si discursividades codificadas. Nesta tese, há *intercessores teóricos*, autores que a seu tempo serão nomeados, mas há também *figuras conceptuais*, personagens estilizadas – o *gramático*, o *político*, o *escritor*, e ainda o *escritor lusófono*, associado ao conceito de um *dever lusófono*.

Esta tese, em última instância, ensaia o gesto de quem tenta apenas isso – *perceber de outro modo*, isto é, escutar as vozes silenciadas pelos discursos das evidências, descortinar outros rostos ou figuras para lá do cenário consensualmente construído. É em redor de tais figuras que se mobilizam argumentos e se procura entender as tessituras discursivo-identitárias. Com estas figuras emblemáticas – os *filólogos*, mas, sobretudo, os *escritores* – e com as obras de alguns teóricos, obtive o leque de instrumentos teóricos que permitiram abordar o problema da língua e da sua regulação numa perspetiva poliédrica. Mais não fiz que seguir as pistas que me iam surgindo, do diálogo com esses autores:

O que é essencial, são os intercessores: a criação, são os intercessores. Sem eles, não há obra. (...). Fictícios ou reais, animados ou inanimados, temos de criar os nossos interlocutores. (...). Preciso dos meus interlocutores para me exprimir, e eles não se exprimiriam sem mim: é sempre a vários que se trabalha, ainda quando isso não se vê. Félix Guattari e eu somos intercessores um do outro (Deleuze, 2003, pp. 170-171).

## **2.2. Intercessores teóricos**

Este é o lugar para convocar os mais significativos desses interlocutores teóricos – Barthes, Bourdieu, Deleuze, Derrida, Foucault, Levinas. A obra de Barthes foi útil para entender questões sobre a língua e sobre semiótica, sobretudo a forte associação entre linguagens e desejo, mas acabou por estar pouco presente, talvez porque encontrei outros conceitos que se tornaram mais relevantes. Utilizo, a propósito da discursividade lusófona, os seus conceitos de *doxa*, de *palavra-maná* e de *discurso encrático*, esse discurso que transmite a língua do poder e que, por isso, valida e repete o discurso dogmático. Para lá destes conceitos, explicitados em *O Rumor da Língua* (1987), pensava trabalhar um pouco o conceito de mito tal como Barthes o apresenta em *Mitologias* (2007a), ou seja, como fábula social semioticamente produzida e alimentada. Barthes é então um autor que acompanha parcialmente este percurso, sobretudo com a noção de que o discurso encrático é sempre um discurso normativo e normalizado, e se não é mais convocado é porque outros autores abrem para outros horizontes que interessam igualmente seguir.

De Bourdieu servi-me dos conceitos de *campo*, de *distinção social* (1996, 2010) e de *capital simbólico* (Bourdieu, 2011), a partir dos quais foram criados conceitos próximos, mais ajustados aos meus objetivos. Tendo em conta os seus trabalhos de sociologia, é possível conceber a política e a literatura como campos sociais que se influenciam mutuamente, pelo que se justifica falar em *campo literário lusófono*, constituído pelas literaturas de vários campos literários dos países da CPLP. O conceito de *campo literário lusófono*, criado especificamente para este trabalho, permite referir simultaneamente o espaço geopolítico da língua portuguesa e a produção literária nessa língua, ultrapassando fronteiras nacionais, ainda que as tenha em conta.

No vasto campo da literatura em língua portuguesa está implícita a produção literária da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, numa perspetiva simultaneamente supra e intra nacional, como se verá melhor no capítulo 3. A propósito da formação discursiva lusófona que o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*

(JL) põe a circular, pode deduzir-se que o *campo literário lusófono* é tanto a imensa unidade da produção literária em língua portuguesa, como uma totalidade transfronteiriça, que inclui os sub-campos das literaturas lusófonas que o compõem – as literaturas nacionais dos países da CPLP. De sublinhar que se trata de um conceito que foi determinante, enquanto instrumento teórico, para entender a estratégia discursiva do JL a este respeito. Da leitura deste jornal, pode considerar-se que, no interior do *campo literário lusófono*, jogam-se forças entre os seus diferentes espaços geográfico-nacionais, idênticas às que Bourdieu deteta no campo social e literário. São jogos de influência, distribuições hierárquicas, lutas pela distinção determinadas por feixes de tensões, desejos, interesses, estratégias, entre Portugal e Brasil, entre Portugal e os PALOP, entre estes e o Brasil.

As literaturas em língua portuguesa (as literaturas nacionais dos países de língua oficial portuguesa), definem, no seu conjunto, o que chamo de *campo literário lusófono*, tal como é apresentado pelo JL. Pela análise desta publicação percebe-se que as literaturas em português têm mais ou menos poder de influência e decisão, conforme se distribuem em posições centrais, periféricas ou estejam próximos daqueles que detêm a capacidade de definição do que é o centro. Estes campos podem ser, e são-no seguramente, sustentados pelos campos económico e político, que definem quem tem mais poder decisório ou de influência. Portugal e Brasil, países que mais se envolveram na criação da CPLP, que lideraram o processo do acordo ortográfico e criaram o prémio Camões, poderão disputar uma referencialidade central, aquele convocando a sua ascendência histórica ou simbólica, este recordando a sua economia em crescimento. O *campo literário lusófono*, um campo que pode descrever-se como sendo *político-linguístico-literário*, é um conceito abstrato que dá visibilidade a uma entidade vaga, identificada como *lusofonia*. Esta parece concretizar-se, ou ganhar corporeidade, na produção literária real de cada país da CPLP e ganha ainda mais densidade ou realidade na figura de cada escritor que é identificado como sendo seu representante, seja nas páginas de JL, seja nas de outro media que lhes dê visibilidade.

Se a ideia de *campo* parece ser facilmente utilizável, a ideia de *capital lusófono*, assente na língua ou na produção literária e associada a cada país da CPLP ou a cada escritor, exigiu uma maior adaptação. Criou-se inicialmente o conceito de *capital literário lusófono*, que alguns escritores parecem deter, como se

demonstrará oportunamente. Mas verificou-se que um mesmo tipo de *capital* não era atribuído apenas a escritores, que políticos como Mário Soares, José Sarney e José Aparecido de Oliveira apareciam como tendo também essa distinção. Passou-se então a trabalhar com o conceito de *capital lusófono*, conceito mais vasto, em que o anterior capital literário lusófono se integra. Os capítulos 3 e 4 revelam um pouco como o *capital lusófono* foi produzido, encenado e mesmo disputado por alguns políticos, jornalistas ou instituições, como o próprio *Jornal de Letras, Artes e Ideias*.

Os conceitos acima mencionados são apenas instrumentos que permitem problematizar a questão da *norma* e do *desvio*. Políticos e escritores com *capital lusófono* tornam-se, nesta discursividade político-cultural, figuras produtoras de uma normatividade lusófona mais ou menos implícita, são modelos de uma constelação de valores, posturas e discursividades que remetem para o *campo lusófono* mesmo quando alguns, como Mia Couto, o criticam. Assim, não é apenas o campo literário lusófono que é o objetivo desta pesquisa, mas o *modo como* a língua portuguesa foi instrumentalizada em vários campos político-identitários, seja no Brasil pós-colonial seja no período pós 25 de Abril, em vários países luso falantes. O que interessa é o *modo como* a língua – associada às relações diplomáticas, editoriais, ortográficas, fantasmáticas, e tendo sempre implícitas as ideias de *norma* e de *desvio* – é utilizada para apresentar a evidência da realidade de um comum território da língua. Tal aconteceu entre o Brasil e a sua ex-metrópole e também no final do século anterior, com a criação da CPLP, espaço de circulação do *capital lusófono*.

Bourdieu foi um dos primeiros teóricos a que recorri, mas quando a lusofonia passou a ser um tema menos central na minha escrita, deixando lugar para um maior protagonismo do próprio idioma, houve que recorrer a outros autores. Deleuze é, sem dúvida, o intercessor teórico que permitiu que esta tese se tornasse, como era minha intenção, numa *tese-nuvem*, organizada em torno de temas que revelassem a sua complexa fluidez, ao apresentarem-se em discursos que fossem deslizando e cruzando ao longo de tempos e espaço vários. Abandonei uma estrutura cronológica para adotar a ideia deleuziana de “blocos de devir”, que identifiquei como sendo três – *língua, literatura e identidade/alteridade*. Cada

bloco de devir, não sendo histórico, evolui por involução, como um rizoma<sup>15</sup>, e assim – por espraiaamentos, contrações, ou densidades – estão organizadas as secções do capítulo 2 (que se dedica, em linhas gerais, sobretudo à língua e à grafia) e as dos capítulos 3 e 4, que se debruçam sobre educação, literatura e identidade, em função do idioma.

Menos interessada numa temporalidade historicizada, interessei-me por deslizar entre marcos espaço-temporais a fim de mostrar como as discussões sobre língua e literatura, enquanto fundamentos identitários, escapam por várias linhas de fugas várias, algumas das quais procurei seguir. Daí a apresentação em capítulos que aparentemente introduzem desvios ou provocam fragmentações, porque o que eu persigo são as *linhas de fuga* (cf. Deleuze e Guattari, 2007), as aberturas por onde os discursos escapam ao que é esperado e provocam novas conversas sobre a língua, sobre os seus sujeitos ou a identidade que a literatura nessa língua produz. Isso sim, era o que me interessava, e senti-me autorizada a fazê-lo através da obra de filósofos como Deleuze e Guattari. A partir do que estes autores entendem por *fluxo* e *devir* (cf. Deleuze e Guattari, 2002, 2007) criei os conceitos de *língua-em-devir*, com que opero ao longo da tese e ainda conceito de *devir lusófono*, que identifico nas páginas do JL, como virei a demonstrar.

O conceito de *devir lusófono* revela-se adequado, sobretudo no capítulo 4, ainda que não se trate tanto de um instrumento conceptual com que opero, mas algo que me permitiu apreender a discursividade que descortinei sobre o projeto de uma comunidade, uma língua comum, na formação da CPLP. Identifico, por *devir lusófono*, o projeto ou o desejo incentivado por uma *máquina desejante* que ganha grande visibilidade no JL nos finais dos anos 80 e ao longo dos anos 90 do século passado. Trata-se de um agenciamento que desperta e incentiva um certo “desejo do Outro”, um desejo de encontro com o Outro que também fala português, que mais não é que um encontro com *um Outro tornado o Mesmo* e que produz uma imagem com que os leitores do JL e os cidadãos portugueses são convidados a

---

<sup>15</sup> “O devir é sempre de outra ordem que o da filiação. É de aliança”; “Nós preferimos, então, chamar de involução essa forma de evolução que se faz entre heterogêneos, com a condição que não se confunda, sobretudo, a involução com uma regressão. O devir é involutivo, a involução é criadora. (...) involuir é formar um bloco que foge segundo a sua própria linha, “entre” os termos colocados em jogo e sob as relações atribuíveis”; “devir não é com certeza imitar, nem identificar-se; também não é regredir, progredir; também não é corresponder, instaurar relações correspondentes, também não é produzir, produzir uma filiação, produzir por filiação. Devir é um verbo que tem toda a sua consistência (Deleuze e Guattari, 2007, p. 305).

identificar-se – lusófonos de inspiração lusotropical, abertos à diferença, tolerantes e cosmopolitas (Castelo, 1989; Lourenço, 2004a).

Por *língua-em-devir* entendo uma língua em constantes processos de equilíbrio e desequilíbrio, oscilando entre as forças centrípetas da norma e as forças centrífugas do desgaste, da corruptela ou da invenção, ou, se se preferir, e usando expressões de Deleuze, entre as pressões de um *modo maior* e um *modo menor* do idioma. Este conceito atravessa toda a tese e revela-se fundamental para entender os conflitos que, em torno da língua portuguesa, se identificaram nas variadas fontes. A *língua-em-devir* tanto são as regras gramaticais como os usos que as deturpam, pois não é uma essência, mas um processo a que a língua portuguesa está sujeita ao longo do período analisado, cobrindo momentos de grande oscilação e redefinição identitária pós-colonial, quer para a antiga metrópole quer para os novos países com que partilha o idioma. O mesmo idioma, porém, já outro, em transformação, afastando-se e permanecendo, forçando a própria língua-modelo a alterar-se, assimilando os próprios “defeitos” que contestara, renovando-se no jogo contínuo do seu devir entre a norma e o desvio. A *língua-em-devir* tanto é a língua estagnada, ao serviço do poder instituído e da norma já mumificada, como é, ao mesmo tempo, a língua criando já as suas linhas de fuga, sempre preparando devires menores. *Língua-em-devir* é o idioma na corda bamba entre a lei e transgressão, entre o certo e o errado, a expressão culta que passa a inadequada ou o dito incorreto que se torna banal.

Ainda de Deleuze e Guattari (2002), utilizo ainda os conceitos de *língua maior* e *língua menor*, de literatura *maior* e *menor*, aos quais passei a recorrer, de preferência à ideia inicial de *campo literário lusófono*, que criava uma aparente homogeneidade entre literaturas que se distinguem entre si, para preferir antes a ideia do seu relacionamento com a norma idiomática e literária. Ao utilizar tais conceitos, tornou-se possível entender como a língua é sujeita a tensões que nela produzem deslocamentos, que a tornam uma *língua outra* sendo ainda a mesma. Isso foi fundamental para entender as discussões no Brasil sobre a variação gramatical e literária de final do século XIX e início do século XX, bem como apreender a percepção da imensa diversidade de usos linguístico-literários no dito espaço lusófono, em confronto com a primeira discursividade sobre lusofonia, apresentada como algo demasiado uniformizado.

Deleuze explica que língua maior e menor não são duas línguas, mas “dois tratamentos possíveis de uma mesma língua”. A língua maior é a que “trata as variáveis de modo a extrair-lhes as constantes” e a língua menor seria aquela que as trabalha “de modo a colocá-las em estado de variação contínua” (Deleuze e Guattari, 2007, p. 142). Por outras palavras, a língua maior é aquela que busca manter o idioma num regime de estabilidade, sendo fiel à gramática vigente e que reforça consensos, enquanto a língua menor é a que introduz transgressão, é o uso que introduz tensão nas formas corretas e “as arranca do seu estado de constantes.” Isso pode ser percebido no capítulo 2, nos confrontos sobre o uso de vocábulos e expressões sintáticas no Brasil, onde se confirma que as regras gramaticais eram, evocando Deleuze, “um marcador de poder, antes de ser um marcador sintático” (Deleuze e Guattari, 2007, p. 107). Este poder não é simplesmente um poder colonial, não deve ser entendido apenas na relação entre colonizador ou colonizado, mas sim reproduzindo-se, de modo mais lato, entre os utilizadores da língua.

Tanto em Portugal, como no Brasil ou nos PALOP, podemos identificar usos *maiores* e *menores* da língua. Isto é, podemos identificar um uso que se aproxima do idioma-padrão – com preferência pelas “dominantes, constantes e universais”, procurando a estabilidade –, em oposição a um uso linguístico que, afastando-se da norma, força “uma variação contínua” (Deleuze e Guattari, 2007, p. 135). Não deve associar-se tais usos da língua a hierarquias de valor literário, pois a *língua maior* e *língua menor*, que fundam respetivamente uma *literatura maior* e uma *literatura menor*, podem encontrar-se em qualquer escritor canonizado. Camões é o representante de um uso *maior* da língua e a sua obra o exemplo de uma *literatura maior*, mas escritores que usam a língua de um modo *menor* podem tornar-se, mais tarde, apresentados como autores a apreciar, que se tornam consagrados ou, pelo menos, valorizados. Passam, pois, a ser representantes de uma *literatura maior* quando as suas ideias provocadoras e os seus usos desviantes do idioma transitam de um *lugar marginal* para um lugar de *admiração e de culto*, como é o caso de Guimarães Rosa, Luandino Vieira ou Mia Couto. O que estes autores fizeram foi desafiar um uso *maior* da língua, a língua do império, passando a quebrar regras gramaticais, a usar “tensores”<sup>16</sup> linguísticos para exprimirem algo novo com uma linguagem mais adequada. Com eles a linguagem “torna-se intensiva, puro

---

<sup>16</sup> Deleuze e Guattari consideram “*intensivos ou tensores*, por mais variados que sejam, os elementos linguísticos que exprimem “tensões interiores de uma língua” (Deleuze e Guattari, 2007, p. 48).

*continuum* de valores e de intensidades” (Deleuze e Guattari, 2007, p. 136). A linguagem foi batida a ferro, torneada, massacrada, vilipendiada, diriam os representantes da língua *maior*, mas o certo é que, com o passar do tempo e as mudanças introduzidas na norma, essa mesma linguagem *menor* se torna o modelo de uma escrita-outra, para sujeitos-outros. Logo, torna-se língua e literatura *maior*. O que determina a maioria ou minoridade de um uso linguístico ou literário será o contexto político, já que a língua se associa ao poder:

A unidade de uma língua é antes de mais política. Não há língua-mãe, mas tomada de poder por uma língua dominante que ora avança sobre uma larga frente, e ora se abate simultaneamente sobre centros diversos. Pode-se conceber várias maneiras para uma língua se homogeneizar, para se centralizar: a maneira republicana não é forçosamente como a real, e não é a menos dura. Mas a empresa científica continua a libertar constantes e relações constantes, reforça-se pela empresa política para impô-la àqueles que falam e transmitem as palavras-de-ordem (Deleuze e Guattari, 2007, p. 140).

Deleuze e Guattari explicitaram o que entendiam por língua *maior* e *menor* em *Mil Planaltos*, mas será na sua obra sobre Kafka, que se entende melhor o que entendem por *literatura maior* e *literatura menor*, tendo sempre implícita uma certa concepção da língua:

uma língua é sempre uma caldeirada, uma mistura esquizofrênica, um traje de Arlequin através do qual se exercem funções de linguagem muito diferentes e centros de poder distintos, ventilando o que pode ser e não ser dito; lança-se uma função contra a outra, faz-se funcionar os coeficientes de territorialidade e de desterritorialização relativos. Mesmo maior, uma língua é suscetível de um uso intensivo que a faz correr sobre linhas de fuga criativas e que, por mais lento ou precavido que o uso seja, forma, deste modo, uma desterritorialização absoluta (Deleuze e Guattari, 2002, pp. 54-55).

Os autores dão como exemplo de uma função *maior* da linguagem o “fazer ofertas de serviço enquanto língua de Estado, língua oficial” e mencionam o seu oposto, uma função *menor* da língua como sendo o “saber criar um devir menor” (Deleuze e Guattari, 2002, p. 56). Por outras palavras, a língua *maior* poderá ser a dos mestres, a da literatura com território bem delimitado e estável, dos autores reconhecidos pelo sistema, enquanto a outra é a única revolucionária, porque produz desterritorializações:

As três categorias da literatura menor são a desterritorialização da língua, a ligação do individual com o imediato político, o agenciamento coletivo da enunciação. O mesmo será que “menor” já não qualifica certas literaturas, mas



as condições revolucionárias de qualquer literatura no seio daquela que se chama grande (ou estabelecida) (Deleuze e Guattari, 2002, pp. 43-44).

Estes conceitos de língua e de literatura *maior* e *menor* (escritos em itálico para referir a Deleuze e demarcar do uso comum), foram fundamentais para a trabalhar a problematização do objeto em estudo, como se verá nos capítulos 2 a 4, que articulam processos complexos, porque simultaneamente linguísticos, literários e políticos. Para Deleuze e Guattari a língua *menor* é sempre política, já que escrever e viver estão sempre ligados e as alterações que se vão introduzindo na língua, as mudanças que são aprovadas ou rejeitadas têm, por vezes, mais a ver com interesses político-identitários que com processos linguísticos. A propósito dos espaços da língua-em português, falar-se-á das junções e disjunções entre literatura *maior* e *menor*, entre as forças do poder instituído, que pretende preservar uma língua em modo *maior*, e as forças inovadoras, que teimosamente promovem o dizer insólito.

De Deleuze utilizo ainda a ideia de *máquina desejante*, aqui aplicada ao próprio idioma, máquina essa que pode ser entendida como sendo tanto a própria literatura como o campo literário lusófono, os quais podem ser considerados *agenciamentos*, máquinas de produção de desejos coletivos. A “lusofonia”, enquanto apresentada como ideal, ou *desejo*, de uma comunidade dos países de língua oficial portuguesa, surge agora percebida apenas como um dos segmentos de uma complexa *máquina desejante*, a qual utiliza a língua portuguesa como promotora de desejos extremos, tais como o tranquilo amor à língua ou o *pathos* exaltado pela sua defesa. Desmontar esses desejos é perceber como é que a *máquina-língua* faz operar os seus sujeitos em função das intencionalidades que neles faz vibrar, isto é, há que descortinar que agenciamentos são ativados em cada enunciado ou formação discursiva. É também perceber que, mais recentemente, esses “desejos da língua” sustentam ou colocam em funcionamento *um agenciamento lusófono*, em que o desejo também relaciona os usos da língua com afirmações identitárias, demarcações territoriais, literais ou simbólicas. Ou que podem também articular-se com o *agenciamento do acordo ortográfico*, com intensos e contraditórios desejos, igualmente identitários. igualmente politizados. Porém, não será tanto o conceito de máquina desejante que se utilizará, mas o de *desejo*, que é parte essencial de tal engrenagem – “Tudo é desejo, toda a linha é

desejo, tanto naqueles que dispõem de um poder e reprimem, como nos acusados que sofrem o poder e a repressão (...)” (Deleuze e Guattari, 2002, p. 99).

A ideia do Outro, que atravessa esta tese, será tratada também através de um conceito específico, o de *Rosto*. No capítulo 4 analiso a presença de escritores “lusófonos” nas capas do *Jornal de Letras, Artes e Ideias* e relaciono as suas fotografias com o que Deleuze chama de Rosto – “o ícone próprio do regime significante, a reterritorialização interior ao sistema”. Partindo da ideia de que “é o rosto que dá substância ao significante” (Deleuze e Guattari, 2007, p. 157), será possível admitir que as fotografias de autores em língua portuguesa, nas capas do JL, dão substância (isto é, dão corporeidade/territorialidade) ao espaço simbólico e identitário para que remete esta publicação. Considero que os rostos de escritores, nas capas do JL, não têm mera função ilustrativa nem de simples representação do conteúdo da edição em que aparecem, *mas constroem e delimitam a própria realidade que anunciam* – o espaço da língua e da literatura nessa língua, o espaço da lusofonia e de um *desejo do Outro*, que assim se ativa em cada edição.

A importância da imagem, ou da fotografia, surge em Deleuze a propósito de livros de Kafka, com a função de referenciar agenciamentos do desejo ou a sua repressão – “O que conta não é a individualidade do rosto, mas a eficácia da codificação que permite produzir, e em que casos. (...). Alguns agenciamentos do poder têm necessidade do rosto, outros não” (Deleuze e Guattari, 2002, p.230). As capas do JL, argumenta-se nesta tese, são agenciamento de um poder que tem necessidade de *rosto*, um poder que se serve da língua e dos seus escritores para produzir visibilidades e afirmar evidências – “a relação do rosto com a máquina abstrata que o produz; a relação do rosto com os agenciamentos de poder que têm necessidade desta produção social. O rosto é uma política” (Deleuze e Guattari, 2002, p. 237).

Ainda que utilize o sentido deleuziano de Rosto, recorro também a outro filósofo, Levinas, para usar o seu conceito de *rosto* como referência a uma *absoluta alteridade* de um Outro. O *rosto* de Levinas remete para um Outro cuja diferença é radical, inacessível, mas é na aceitação da sua absoluta distância de mim, distância que não posso nunca anular, que surge a possibilidade de um “frente a frente” e de uma relação entre iguais (cf. Levinas, 2008). Nisso que Levinas descreve como o “perceber do infinito do Outro”, vejo uma ideia importante a utilizar na tese, na medida em que se sublinha que o Outro não pode nunca ser reduzido a algo que

possa conhecer completamente, ou com quem possa coincidir, pois a sua transcendência é inacessível.

Para Levinas (2008), o encontro com o Outro não é um reconhecimento, mas uma abertura ao desconhecido e ao que me é absolutamente estranho, a um outro sujeito que também se depara com outra esfera de transcendência que o confronta – o Outro é *Outrem*. O que importa não é reconhecer, mas aceitar que se desconhece! De acordo com este autor, é esta relação que põe em questão a minha liberdade e me chama à responsabilidade, quando vejo no Outro, não um complemento, mas um igual. As ilações sobre isto para a problemática da tese podem ser relevantes, pelo que Levinas será um intercessor teórico do capítulo 4, quer sobre as fotografias de rosto que surgem nas primeiras páginas do JL, quer sobre a série de entrevistas a escritores identificados como lusófonos, na mesma publicação.

Inspirando-se em Foucault, outro teórico de referência desta pesquisa, a tese baseia-se na ideia de que a *Revista da Academia*, a *Revista Brasileira* e o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, criam processos de subjetivação, ao congregarem escritores e leitores em torno de certos enunciados, os quais apelam a adesões emotivas para se imporem como verdadeiros. Dos debates sobre a língua vernácula ou as suas deturpações – seja na revista mais antiga da ABL, seja nas declarações intempestivas sobre o acordo ortográfico ou a lusofonia, no JL –, o que permanece é essa encenação ou teatralização de verdades que determinam a vida de sujeitos, ao determinarem o certo e o errado da fala, da escrita. Tais enunciados determinam formas de vida e modelam também uma identidade, porque a pertença é recíproca, ou seja, a integração numa comunidade passa pelo movimento que leva cada indivíduo, ou cada país, a *desejar estar*, ou a *imaginar-se estar*, nesse *coletivo* que é *definido pela língua comum*. Os enunciados de JL fundam, intencionalmente, a subjetividade lusófona.

Nos enunciados discursivos, verbais e não verbais, que se descortinam nas revistas da ABL, no JL ou nos próprios eventos literários – feiras de livros, encontros culturais ou atribuição de prémios literários – o que está em curso são *processos de subjetivação* (Foucault, 1999, 2011b; Popkewitz, 2000; Popkewitz & Brennen, 1998; Popkewitz, Franklin & Pereyra, 2001). Ou seja, aí se empreende a “fabricação” de sujeitos convidados a *desejar* constituir-se de acordo com as verdades exteriores que lhe apresentam como sendo parte intrínseca de si. Uma das

maneiras de escapar a uma tal subjetivação é o exercício do pensamento crítico, que, de algum modo, esta tese pretende ser. A ideia de *subjetivação*, central na última fase do pensamento de Foucault, estruturará a argumentação dos capítulos 2 a 4, permitindo discutir a relação entre o poder e vários sujeitos, por vezes entendidos como elite ou povo, cidadãos ou mesmo leitores.

A revisão teórica não ficaria completa sem considerarmos o que lhe serve de andaime à pesquisa – o conceito de *norma*, que será aqui tratado em dois sentidos, linguístico e político. Milner considera ser a *norma* uma das três formas de autoridade sobre a língua, a saber: *norma*, *hábito* e *jus*. Milner define-a como sendo “a regra corrente, sem outro título que não seja o hábito”, assim se distinguindo de *arbitrium*, “um poder efetivo que opera nos factos”, e de *jus*, a lei escrita” (Milner, 2012, p. 37). A ideia de *norma* é recorrente na *Revista da Academia*, aproximando-se tanto da própria definição de *norma* de Milner como da sua ideia de *jus*, ou seja, oscila entre um e outro sentido, conforme os contextos, sobretudo surgindo como i) padrão resultante do uso frequente e generalizado, ou ii) regra legalmente enquadrada. É assim, dentro destas duas balizas, que o conceito de *norma* será empregue em relação à língua - como padrão-autoridade de linguagem, tenha ele sido legislado ou não.

O segundo sentido de *norma* que surge neste trabalho vem de Foucault, mas também da própria linguística, sendo concebida como a média oficialmente definida que regula a conduta (idiomática, neste caso), de uma população e que decide, em função dessa *média*, o que é normal ou anormal, o *certo* ou *errado*, neste caso, de uma fala ou de uma escrita. (cf. Foucault, 2008; Faraco, 2008; Lagares e Bagno, 2011). Assim temos que, pelos dois sentidos indicados, é possível que a palavra *norma* remeta tanto para aquilo que *descreve* uma frequência real de um uso ou comportamento observável, como para aquilo que *prescreve* um uso que seria um ideal a alcançar, porque tido como o correto.

Estes dois sentidos de *norma* estão sempre implícitos quando se fala de língua e há sempre que distinguir qual deles está a ser considerado ou como é que ambos aparecem em ligação. O primeiro sentido remete para sociolinguística, que estuda os usos sociais da língua e que descreve práticas da língua no quotidiano, enquanto o outro sentido pertence à gramática normativa e aborda práticas prescritivas, ou seja, não se debruça sobre *como* é que a língua é usada ou como se faz em vários grupos sociais, mas impõe normas ou os corretos usos da língua. Temos então que

*norma linguística*, de acordo com Bagno, pode remeter para i) uma ideia de *normal*, significando o que é mais frequente ou mais expectável, como uma verificação objetiva e sem juízo crítico ou remeter ainda para ii) a ideia de norma no sentido de prática *normativa*, o que implica preceitos em função de um ideal e os consequentes juízos de certo ou errado, em função da proximidade ou distanciamento que é imposto ou desejável. A ideia de *norma* aponta para uma frequência de usos linguísticos gerais, habituais, observados objetivamente e apontando para uma média estatística, mas aponta *também* para intenções subjetivas, para a adaptabilidade ou não a um uso modelo da língua, tido como mais valorizado que os outros. Este último sentido usualmente coincide com a ideia de norma-padrão ou norma culta, que uma classe social consegue impor como bitola a seguir e que implica um uso “certo” e outro “errado” da língua (cf. Bagno 2001, 2002, 2003, 2012).

Enquadrada através de um olhar foucaultiano, a *norma* tem como contraponto o *desvio*, pelo que o erro linguístico é por vezes apontado como sendo o que é “anormal” – a doença, a aberração, o perigo a excluir, a expurgar, como se verá nos debates do capítulo 2. A polemização, tão ao gosto dos escritores e filólogos do século XIX, que ocupava colunas de jornais e que a comunidade de leitores acompanhava com paixão, como quem assistia a um drama, tem essa força própria de todo o discurso agonístico. Isto é, tem a mesma dualidade entre certo e errado, razão e desvario, entre norma instituída e ousadia a repelir, pares dicotómicos que aparecem nas trocas de ideias, por vezes quase insultuosas, entre Pinheiro Chagas e José de Alenquer, entre Feliciano de Castilho e muitos dos seus adversários. De entre vários outros exemplos recorda-se ainda a intensa polémica entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro, seu antigo mestre de gramática, a quem censura um relaxamento da língua, de cuja pureza se considera o último representante no Brasil. Estes são casos exemplificativos de como a escrita se alimenta desses confrontos veementes no espaço público, que oscilam entre o tom lúdico, o provocador ou indignado, e vivem do apelo à tomada de posições de cada um de nós, chamados a tomar posição nas trincheiras da *norma* ou do *desvio*.

A polemização em torno de representações do idioma e da literatura parece preferir, ainda hoje, o palco mediático. Por isso se destacam-se algumas vozes recorrentes, tanto no público como no JL. São, por exemplo, os nomes de Vasco Graça Moura com vários artigos insurgindo-se contra o acordo ortográfico, algumas

crónicas de António Pinto Ribeiro, de que se destaca a sua crónica sobre lusofonia, de 2013, bem como o ensaio de Carlos Reis (2015), sobre o perigo do uso da imagética dos descobrimentos para descrever o relacionamento linguístico dentro da CPLP. Estes são textos que agitam o consenso instalado na praça pública mediática<sup>17</sup>, obrigando a uma reflexão sobre o que é *norma* e *desvio* em torno da língua, das suas variantes gráficas, literárias e identitárias, sobre o que é certo e errado de um *ser-e-estar-na-língua*. De polémica em polémica, avançamos ou recuamos, evoluímos em espirais...

Todos estes sentidos de *norma* e *usos desviantes* são importantes na pesquisa que se apresenta, na medida em que acompanham a língua portuguesa em várias paragens, sofrendo transformações que questionam o que é a língua-padrão e introduzindo trilhos insuspeitos no que era considerado “normal”. Produzem falas inicialmente sancionadas, falas depreciadas ou “anormais”, falas *menores*, diria Deleuze, que acabam por dilatar o sentido do que é ou não aceitável ou normal, por produzir novas regras dentro do corpo normativo. Sabemo-lo bem – a língua *menor* provoca abalos na língua *maior*, agita-a, introduz o gesto revolucionário. Quantas vezes um tal gesto acompanha mudanças sociais, ou já as esboça aonde são ainda insuspeitas, criando raízes de futuro ali onde nada parece ser possível alterar-se. Os usos desviados da língua começam por ser indícios de defeitos, tornam-se rebeldia, passam a ser afirmação identitária e podem mesmo dar voz a novos países, a outros sujeitos que não aceitam mais que outros falem por eles, que lhes digam quem devem ser ou como falar. Esta tese tentará percorrer os momentos históricos da *língua-em-devir* que tem sido a língua portuguesa, acompanhar os seus desvios rizomáticos e as suas vozes menores, para perceber que brechas estas vozes foram abrindo e a que novas paisagens linguístico-identitárias conduziram.

---

<sup>17</sup> As revistas e jornais são entendidos aqui com criadores de um espaço público mediático, espaço fundador de um imaginário e identidades partilhadas (cf. Anderson, 2005).

## Capítulo 2 - Língua e Sujeitos entre a Norma e o Desvio

*É lástima, ter que dar satisfações sobre a ortografia; a  
ninguém sucede isto senão a nós, que tendo uma língua  
formada há séculos ainda não pudemos sair da anarquia  
ortográfica em que vivemos*

(A. Garrett)

## CRONOLOGIA

- 1536 – Publicação da *Gramática Portuguesa*, de Fernão de Oliveira;
- 1540 – Publicação da *Gramática* de João Barros;
- 1576 – Publicação de *Ortografia da Língua Portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão;
- 1606 – Publicação de *Origem da Língua Portuguesa*, de Duarte Nunes Leão
- 1779 – Criação da Academia de Ciências de Lisboa;
- 1880 – *Proposta de Barbosa de Leão* de uma “ortografia sónica”, na Câmara do Deputados (19.3.1880), com parecer publicado no mesmo ano, em Diário da Câmara dos Deputados, a 3.5.1880. Latino Coelho presidiu a Comissão encarregue deste parecer;
- 1897 – Criação da Academia de Letras do Brasil;
- 1904 – Publicação da obra *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana, que estará na base da futura reforma ortográfica portuguesa;
- 1911 – Legislação, a 11 de Setembro, da reforma ortográfica em Portugal, de acordo com as sugestões do relatório da comissão de linguistas oficialmente nomeados – Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho e Carolina Michaelis, entre outros; assinado por Teixeira de Pascoaes no último dia enquanto primeiro Presidente da República;
- 1915 a 1919 – Período em que em a ABL se orientou pela ortografia portuguesa, ainda que não a tivesse adotado completamente;
- 1918 – Defesa, por Rui Barbosa, de uma “Nova Atlântica”, sobre as relações Portugal-Brasil;
- 1931 – Assinatura do acordo ortográfico Luso-Brasileiro, a 30 de Abril de 193, que não entra em vigor;
- 1935 – *Tratado de Amizade e consulta*, entre Portugal e o Brasil; discussões na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro para a mudança de terminologia de “língua brasileira” para a língua nacional no Brasil, que permanecerá, apesar da proposta, conhecida como “língua portuguesa”;
- 1937 – Intercâmbio cultural entre Portugal e o Brasil;



- 1940 – Exposição do mundo português, em Lisboa, a 2 de Junho de 1940; celebração do 10 de Junho deste ano, da primeira Festa Nacional da Língua Portuguesa conhecida como “Glorificação da Língua Portuguesa”, com discursos de representantes dos dois governos, português e brasileiro, sublinhando a ideia da “língua comum.”
- 1940 – Grande exposição do mundo português; Congresso Luso-Brasileiro de História, 30 de Setembro de 1940;
- 1941 – Salazar envia ao Brasil uma Embaixada Especial, liderada por Júlio Dantas; apresentação à Academia das Ciências de Lisboa do Vocabulário Ortográfico Português; assinatura do Acordo Cultural Portugal-Brasil a 14 de Setembro;
- 1943 – Convenção Luso-Brasileira de 29 de Novembro de 1943, que propôs um consenso sobre a ortografia em comum: formulário ortográfico de 1943;
- 1945 – Assinatura, a 10 de agosto de 1945, do Acordo Ortográfico, que os dois governos publicam a 8 de dezembro do mesmo ano e que o Brasil acabará por não ratificar, continuando a reger-se pelo formulário de 1943; Conferência Interacadémica, entre Portugal e Brasil, a 15 de Agosto de 1945;
- 1959 – Colóquio Internacional de estudos Luso-Brasileiros; Adriano Moreira cria a *Academia Internacional da Cultura Portuguesa* e a *União das Comunidades de Cultura Portuguesa*;
- 1971 – Novas tentativas, infrutíferas, de acordo ortográfico entre Portugal e Brasil;
- 1986 – Acordo Ortográfico entre Portugal e os países de língua portuguesa, que não vinga;
- 1988 – Elaboração da pré-proposta de acordo ortográfico, que virá a ser aprovado dois anos depois;
- 1990 – Acordo Ortográfico entre os sete países da então CPLP – Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo-verde, Guiné e São Tomé e Príncipe; Timor participará deste acordo depois da sua constituição como país independente, a partir de 1999;
- 1998 – Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – retira do texto original a data para a sua entrada em vigor;

- 1994 – Segundo *Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico* – determina que, em lugar da ratificação por todos os países, passa a ser suficiente que três membros ratifiquem o Acordo Ortográfico de 1990 para que este entre em vigor nesses países;
- 2000 – Assinatura, a 22 de abril de 2000, do *Tratado do Milénio* ou *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta* entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil.

## Capítulo 2

O idioma português entre Portugal e o Brasil:

. as classes sociais e sua relação com a escrita, ou de como a bela grafia e as belas letras são marcadores de poder. Os males da escrita – de falha inestética à doença por sanar;

. gramáticos, filólogos, linguistas e políticos – quem normatiza a língua; quem introduz desvios, como e porquê;

. a língua entre identidades, ou seja, uma língua para duas nações. As reformas e os acordos ortográficos, de finais do séc. XIX ao século XX – novos dizeres para novas terras e novas gentes, ou da transgressão idiomática nas ruturas sociopolíticas.

### 1. Preâmbulo

*É o idioma de um povo a mais eloquente  
revelação da sua nacionalidade e da sua  
independência. Na linguagem andam  
vinculadas as suas grandezas e as suas  
gloriosas tradições. A alteração viciosa e  
irracional da sua índole própria testifica a  
irrupção de ideias e costumes peregrinos, que  
vieram corromper e desluzir o carácter  
primitivo da nação.*

( Latino Coelho)

Uma língua tem uma enorme dimensão política, veiculando povos a identidades nacionais, a narrativas históricas e a tradições sócio-literárias, como se pode ver nesta epígrafe de Garrett, na qual está clara a relação entre, por um lado, a implícita *pureza da língua* e o *carácter primitivo da nação* e, por outro lado, a relação entre *ideias e costumes peregrinos e identidade nacional*. Estas relações entre o *idioma e nacionalidade* serão centrais neste capítulo, e serão abordadas em torno de representações ortográficas e literárias entre Portugal e Brasil, sobretudo na primeira metade do século XX.

#### 1.1. Problematização – idioma, nação identidade

A língua não apenas faz operar sistemas de produção e de trocas simbólicas, mas é também, *ela mesma*, um elemento cultural altamente simbólico, que ajuda a

delimitar conceitos como nação, povo, cidadania, identidade. Através da análise de discursos específicos sobre o idioma nacional, será possível perceber, neste capítulo, como é que os usos da língua portuguesa, desde a fala ao seu registo gráfico, serviram de base argumentativa para i) projetos educativos e políticos, ligados a determinados modos de conceber a sociedade; ii) a construção de discursos identitários, ou, por outras palavras, para a construção de determinados modos de conceber sujeitos nacionais, quer em Portugal quer no Brasil.

Sabe-se como Humboldt, filiado em Herder, estabeleceu um vínculo direto entre uma língua e o pensamento de um povo e afirmou que cada nação configura uma determinada mundividência (*Weltenshaung*), que se traduz na língua que essa comunidade utilizava. Para Whorf (1956) e Sapir (2004) a linguagem representa a realidade, logo, molda o pensamento e o modo de perceber a realidade, ou seja, a língua de um povo determina o seu modo de pensar e apreender o meio que o rodeia. Porém, não é a teoria de Humboldt nem mesmo as teses de Whorf e Sapir que mobilizam esta pesquisa, a qual interroga o idioma a partir da história e não da linguística. Não se pretende equacionar as relações entre língua, raça e cultura, mas estabelecer uma genealogia dos discursos identitários tecidos em torno do idioma nacional, nas suas várias dimensões – falares, grafia ou literatura. Neste capítulo 2, não se trata de subscrever a tese de que o espírito de uma nação está consubstanciado na sua língua. O que se pretende entender é como, a propósito da língua em que falavam e escreviam, estudiosos e literatos de Portugal e do Brasil foram também delimitando um determinado modo de conceber modelos de nação, de sociedade e de sujeitos.

Já D. Dinis se servira da língua e do seu ensino na universidade para consolidar a supremacia sobre o território nacional. É do seu tempo a *Magna Charta Privilegiorum*, o primeiro estatuto da Universidade por si criada, que se iniciara em Lisboa, mas se instalou em Coimbra em 1308. Poder-se-ia considerar que a Universidade tinha então uma função complementar à do Tratado de Alcanizes, com o qual D. Dinis definiu as fronteiras nacionais, após a Reconquista. Se as fronteiras delimitam um espaço geográfico, a Universidade define e delimita um mundo cultural, constituindo-se o centro de um campo específico de saber. Fronteiras físicas estáveis e centro intelectual forte, eis as condições a partir das quais se consolidaram tanto as ideias de território como de identidade, cada vez mais estruturadas em torno da ideia de Nação. O poder que as mantinha unidas

apoiava-se, não apenas na força das armas, mas também na força do idioma, o qual se renova e enriquece ainda mais, a partir do século XVI, com o aparecimento das primeiras gramáticas nacionais, de Fernão de Oliveira e João de Barros<sup>18</sup>, respetivamente em 1536 e 1540.

As primeiras gramáticas da língua portuguesa são produto da valorização, em toda a Europa, das línguas vernáculas, que no Renascimento começam a substituir o latim em publicações eruditas. Tais gramáticas são também fruto da necessidade de oficialmente reconhecer o estatuto da língua portuguesa como língua nacional de um país soberano, merecedora, portanto de um trabalho sistemático, que desse visibilidade e confirmação ao seu progressivo estatuto social e político. O português ganhará novas roupagens gráficas e maior sofisticação sintática, numa época em que as línguas locais se impõem, sustentadas por um poder administrativo e político mais sofisticado o qual, por sua vez, vai buscar distinção a um idioma cada vez mais “polido”, porque renovado por via erudita. Nas universidades, o ensino da *gramática* vinha a par da *lógica* e da *retórica*, constituindo estas três disciplinas o *trivium*, que agrupava três das sete artes liberais, constituindo as outras quatro o *quadrivium* (matemática, geometria, astronomia e música). Com a criação de uma universidade no país aprofundam-se os estudos gramaticais, que se serviam sempre de obras de autores conceituados para ilustrar as regras da gramática. Deste modo, o desenvolvimento da gramática e da literatura andavam a par, ainda que esta estivesse dependente daquela. Nesta fase inicial, em que se formam as primeiras reflexões sobre as gramáticas das línguas vernáculas, a literatura não tem a dimensão identitária que virá a ter, quando se consolidar, a par da ideia de língua nacional, a consciência de que determinada língua e a sua literatura exprimem o espírito de um povo ou constituem uma “cartilha nacional” pela qual se espera moldar cidadãos.

A ideia de que a uma língua corresponde um país está já clara em Fernão de Oliveira, que se propõe anotar, em 1536, “alhûas cousas do falar português” e que, por isso, estabelece a relação entre a língua e os seus sujeitos ao referir-se a essa “língua de tão nobre gente e terra como é Portugal” (Oliveira, apud Mateus, 2014, p. 82). Já aqui se pode ver a relação entre língua e sujeitos, nesta primeira “*anotação do falar português*”, pois o autor afirma sobre a língua:

---

<sup>18</sup> Fernão de Oliveira, publica em 1536 *Gramática da Lingoagem Portuguesa* e data de 1540 a *Grammatica da Língua Portuguesa com os Mandamentos da Santa Madre Igreja*, de João de Barros.

eu não presumo ensinar aos que mais sabem, mas notarei o seu bom costume para que outros muitos aprendam e saibam quanto prima é a natureza dos nossos homens, porque ella por sua vontade busca e tem de seu a perfeição da arte que outras nações adquirem com muito trabalho (Oliveira, apud Mateus, 2104, p. 82).

A perfeição da língua corresponde, assim, ao carácter nobre do seu povo, ou seja, o “bom costume” da língua revela a “natureza prima” dos homens que a falam. Está assim traçada a correspondência entre o idioma e o perfil nacional, entre o aperfeiçoamento da língua e das suas gentes, ideia que atravessou os tempos e nos chega até aos nossos dias, por vezes também na sua fórmula inversa, ou seja, na fórmula segundo a qual ao desgaste ou “desfiguramento” da língua corresponde a uma decadência dos sujeitos e do brilho nacional<sup>19</sup>.

Compreende-se que a educação fosse tão valorizada, tal como hoje, pois é uma das coisas que determinará o lugar social de cada um, de acordo com a aproximação ou afastamento em relação ao bom uso, ou “bom costume”, da língua. Essa ideia atravessa os tempos e ainda a vemos valorizada nas “gramáticas filosóficas”, onde pronúncia e grafia ocupavam lugar central. Tais gramáticas floresceram no século XVIII e chegaram até meados do século XIX, altura em que a grafia fonética começava a questioná-las. Bernardo Lima, ao definir em 1783 a gramática filosófica como sendo “uma coleção de Leis, com que arrazoadamente fabricamos e dispomos os sons, que comunicam aos outros os nossos conceitos” (Lima, apud Mateus, 2014, p. 96), lembra que a língua é mais do que alinhar sons de acordo com leis – ganha importância para os homens porque os *coloca em relação*, ou seja, a língua tem também uma dimensão social, faz corresponder certos homens a uma certa sociedade, relacionando cada um com todos os outros com quem, num mesmo território, possam comunicar através desse mesmo idioma:

porque todos os homens nasceram para a Sociedade, a todos os homens fez nascer o Sapientíssimo Criador com os mais necessários sons de que trata a Gramática), sinais (de que trata a ortografia), ou acenos (de que trata a

---

<sup>19</sup> Por exemplo, Gladstone de Melo na introdução ao seu livro *A atual Decadência da Língua Literária*, refere-se às “raízes do descalabro de que é vítima, atualmente, a nossa língua” e relaciona tal descalabro com “as tristes consequências de uma decadência moral coletiva, muito grave e assustadora” (Melo, 1946, pp. I e II). Em 1983 é publicado em Portugal um livro intitulado *Estão a Assassinar o Português*, onde o mesmo tema surge tratado por vários intelectuais e escritores, onde a situação linguística e escolar pós-colonial, resultante de um período ainda afetado pela revolução do 25 de Abril, aparece relacionada com uma certa “decadência” do espírito nacional, nas vésperas da entrada de Portugal para a União Europeia.

Pantomima), para com eles se poderem comunicar reciprocamente, e viverem em companhia (Lima, apud Mateus, 2014, pp. 96-97).

Em 1822, Jerónimo Soares Barbosa<sup>20</sup>, dirá algo que aponta também para a importância social de um bom domínio da língua: “Em um homem bem creado releva-se mais, e é menos vergonhoso, um erro de syntaxe, que um erro de pronunciação ou de orthographia, porque aquelle póde nascer da inadvertência, estes são effeitos da má educação” (Barbosa, apud Mateus 2014, pp. 82-83). Temos então que a língua não pode ser entendida sem a sociedade a que corresponde, onde os homens se dispõem de acordo com a relação que têm para com ela, seja pela posição social da família, seja pela educação a que tiverem aceso. Será uma tal ideia sobre o idioma que me proponho analisar ao longo deste capítulo. Já dissera Soares Barbosa (1822) que um “homem bem creado” se distingue de outro pelos tipos de erros gramaticais que dá, sendo uns erros mais aceitáveis que outros, deduzindo-se que a estirpe de um homem pode avaliar-se pelo tipo de erros gramaticais que dá. Ou seja, depreende-se que os erros de linguagem correspondem a posições sociais, ajudam a determinar o lugar de cada um no xadrez social.

Em finais do século XX, quando novos ideais pretendem substituir a Monarquia pela República, o que está em causa, a par da mudança política, é também, repare-se, uma revisão de princípios gramaticais, sobretudo das regras de pronúncia e grafia, aquelas que remetem para o aspeto mais coletivo do idioma. Pode-se perceber que oscilam, na viragem do século, tanto as barreiras entre as classes sociais como as barreiras entre o que é “boa” ou “má” linguagem, entre os homens nobres e os homens do povo. A reformas de Jaime Moniz, em 1895, e os movimentos para a alteração da ortografia, de 1911 em diante, são eventos de algum modo paralelos, pois em ambos está implícito o desejo de uma educação mais eficaz, que tenha na língua nacional um dos seus pilares.

## **1.2. Sobre este capítulo**

Este capítulo 2 apresenta uma reflexão distribuída em dois momentos. A primeira parte constitui-se em torno dos movimentos para uma maior normatização da grafia e uma maior estabilidade nos usos partilhados da língua. Na

---

<sup>20</sup> Autor da *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa ou Princípios da Gramática Geral aplicados à Nossa Linguagem*, 1822.

segunda parte são abordadas as mudanças ortográficas, que não travam a diferenciação idiomática entre Portugal e Brasil, vão antes acompanhando os processos de uma *língua-em-devir*, em território sul-americano. Ao longo do capítulo vai-se construindo uma problematização a partir dos seguintes vetores – ortografia, educação, identidade nacional, pelo que as fontes são interrogadas a partir de momentos ou textos específicos, tais como a i) a proposta de alteração ortográfica do deputado português por Angola, Barbosa de Leão, em 1880; ii) a reforma implementada em Portugal em 1911, aqui abordada a partir de textos de Gonçalves Viana, de Carolina Michaelis e de Cândido de Figueiredo; iii) as revistas da ABL<sup>21</sup> iv) os debates dos deputados da Câmara do Rio de Janeiro sobre a terminologia da língua no Brasil e, por fim, v) as reformas ortográficas de 1931 e de 1945.

O arco temporal deste capítulo vai de finais do século XIX até à primeira metade do século XX, abarcando as reformas ortográficas de 1911, e as suas reverberações, nas décadas de trinta e de quarenta. Foi um período em que debates sobre ortografia, educação e identidade agitavam a cena pública, por razões distintas, em Portugal e no Brasil. Importa perceber bem as engrenagens aí postas a funcionar, uma vez que isso ajudará a entender inquietações algo semelhantes, ainda que mais complexas, que emergem a partir da década de 90 do século XX e início do século XXI, período de que se ocupam os capítulos 3 e 4.

Numa perspetiva genealógica (cf. Foucault 1994b, 2011a, 2011b), este estudo estabelece proveniências anteriores de discursos que ainda hoje se podem considerar atuais, pelo que se busca um recuo no tempo, para um encontro com i) aqueles que primeiro se confrontaram com a tentativa de uma escrita mais adequada a uma população a escolarizar e com ii) aqueles que perceberam que alfabetizar um povo pode passar pela implementação de um sentimento de pertença a um grupo nacional. Por outras palavras, procura-se mostrar como é que língua, escrita e poder político se reforçam mutuamente. É com este enquadramento que se detetará as intensas relações entre literatura e gramática, ou, por outras palavras, o modo como o poder de governar as coisas da língua foi sendo partilhado por escritores e filólogos, personagens conceptuais com as quais convivem, ou sobre as

---

<sup>21</sup> As revistas da ABL consultadas para este capítulo são a *Revista da Academia* e a *Revista Brasileira*, numa compilação organizada por Bechara e publicada pela própria ABL. (Bechara, 2005, 2006, 2012, 2013).



quais se acumulam, as do professor, do jornalista e do político. O governo da língua e, como consequência, o governo dos homens através da “regulamentação” da língua e das suas produções, varia conforme as épocas, ora dando mais privilégios a gramáticos, ora a literatos, pelo que as lutas entre escritores e filólogos são algo a ter em conta no estudo de embates de outros poderes que lhes estão relacionados.

Da construção das primeiras gramáticas no século XVI, em Portugal, ao questionamento de algumas regras gramaticais até então intocáveis, como, por exemplo, a colocação dos pronomes, temos um arco temporal que nos deixa entender que ali, onde a língua se regula, é também o mesmo espaço sociocultural onde se regulam subjetividades. A par de novos sujeitos ou de novos relacionamentos entre grupos de pertença, das convulsões sociais emergem também as tensões idiomáticas que subterraneamente se foram acumulando, produto de erros, de desvios, mas também de novas realidades e de novas identidades que clamam o seu reconhecimento, sendo a educação um dos primeiros terrenos onde essas transformações abrem rachas, fendem trilhos e se instalam. Se Fernão de Oliveira fixara, com a sua gramática (1536), um “falar português” já claramente distinto do latim e do espanhol, natural é que um mesmo gesto animasse, no espaço sul-americano em português. João Ribeiro em 1887, Ernesto Carneiro Ribeiro em 1890, ou Said Ali em 1923,<sup>22</sup> tentam, nas gramáticas que nesses anos publicam, registar uma gramaticalização brasileira do idioma português.

A reivindicação de uma expressão gráfica, vocabular e literária distinta daquela utilizada na ex-metrópole consolidou, por meio de enunciados e processos que nos propomos desmontar, uma identidade tipicamente brasileira, que assumia o anteriormente considerado erro e o desvio linguístico como nova norma local<sup>23</sup>. Este capítulo abordará, pois, esse desejo de fazer reconhecer e de fazer aceitar as mudanças já em curso e por isso, inevitáveis, que a nível social e linguístico aconteciam, tanto em Portugal como no Brasil, dos finais do século XIX para o século XX. Não analisará os pormenores idiomáticos que então se debatiam – fonéticos, lexicais ou sintáticos –, mas sim *o modo como* essas alterações se

---

<sup>22</sup> No Brasil, João Ribeiro publicou a sua gramática em 1887, Ernesto Guerreiro Carneiro publicou outra em 1890 e Said Ali publicou, duas obras em 1923 – a *Gramática elementar da Língua Portuguesa* e a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*.

desenharam no horizonte social, se transformaram em discursividade dispersa por vários tipos de enunciados e fundaram novas verdades sociolinguísticas.

## **2. Errar, Corrigir, Normatizar**

*Toda língua altera-se fatalmente  
com a mudança de meio;  
é por conseguinte grande  
destempero taxar de erróneo o  
nosso modo de falar pelo facto  
de divergir em vários pontos da  
linguagem do reino.  
(Said Ali)*

### **2.1. A escrita sónica de Barbosa de Leão**

Discutir a grafia não é apenas ter uma opinião sobre a forma a utilizar na escrita das palavras, com que letras se deverão representar certos sons, a que “manipulação” devem as palavras ser sujeitas para i) refletir melhor o som de uma fala ou ii) revelar ou apagar os vestígios de uma origem. É também discutir uma determinada visão do idioma e da própria sociedade, é determinar um *locus* político-discursivo a partir do qual se entende tanto a história dessa corrente de sons a que diariamente se dá forma, como a própria história das gentes que tais sons, feitos palavras e frases, pronunciam ou escrevem. A grafia treinada no caderno diário - seja em casa, ao lado do preceptor particular, seja num colégio de meninos aristocratas ou burgueses, seja na sala de aulas das modestas escolas primárias -, mobiliza formas de conceber certas *mentalidades de governo* para certos *modos de vida*, dentro dos modelos educativos pelos quais se preserva a escrita para alguns ou se distribui por muitos.

Os debates sobre a ortografia da língua portuguesa, quer os que começaram no século XIX quer os mais recentes, no século XX, são aqui entendidos como sinédoque de outros embates sociopolíticos, indicadores de forças postas em movimento, forças de *mudança* ou de *abertura* enfrentando as forças de *conservação* ou de *fechamento*, o que Lima Sobrinho já identificara, em 1958, respetivamente, como *forças centrífugas* e *forças centríptas* (Sobrinho, [1958] 2000). Convém recuar, para encontrar a montante a discursividade que tais forças foram nomeando e moldando. A grafia implementada em 1911 foi baseada, sabemo-

lo bem, no trabalho exaustivo de Gonçalves Viana<sup>24</sup>, mas há antecedentes que talvez convenha recordar, para se perceber que o debate sobre a grafia não surgiu repentinamente, nem foi imposto por capricho. A formação discursiva que o sustentava formara-se antes, entre professores e deputados que desejavam quebrar o ciclo vicioso de reprovação e exclusão, provocado pelo ensino de uma grafia pouco adaptada às vidas e falas da maior parte da população de Portugal continental e das colónias ultramarinas.

Em nome dos interesses dessa vasta população a escolarizar, Barbosa de Leão, deputado por Angola, leva a efeito, na Câmara dos Deputados, em Lisboa, a 19 de março de 1880, a proposta de uma “ortografia sónica”, sobre a qual se pronunciará uma comissão politicamente nomeada e liderada por Latino Coelho, em parecer publicado no diário da Câmara dos Deputados, a 3 de Maio de 1880. Este parecer foi posteriormente transcrito por Barbosa de Leão em texto publicado na Academia Brasileira de Letras, de modo que a citação abaixo está na ortografia por ele defendida. Escreve ele que a comissão reconheceu que “sendo a palavra a pintura do som, esta será tanto mais fiel quanto mais à justa representar o som” (Leão, [1880] 2005b, p. 202). A mesma comissão, explica ele no mesmo texto dirigido aos académicos brasileiros, reconheceu ainda que

apesar dos protestos contra as anomalias gráficas, não foi possível, desde Fernão d’ Oliveira, João de Barros, e Nunes de Leão até os nossos dias, disciplinar racionalmente aquela parte da gramática que expõe as leis da palavra falada, pela escrita (Leão, [1880] 2005b, p. 203).

Esta não era a ortografia oficial da época, nem a havia sequer. É aquela que Barbosa de Leão apresenta como solução para o caos por si diagnosticado, a reforma que “o professorado de Lisboa” lhe pediu “em nome dos seus discípulos, em nome da escola e em nome da instrução popular” (Leão [1880] 2005b, p. 204). Urgia desafiar a manutenção de privilégios e a distinção sociocultural (cf. Bourdieu, 1996; 2011) obtida por uma educação elitista, e a isso era contraposto o motivo mais veemente – a instrução e o interesse da maioria:

a ortografia etimológica, contrária à razão e à filosofia, se por um lado pôde lisongear o orgulho dos sábios e a vaidade dos pretenciosos, por outro lado

---

<sup>24</sup> Gonçalves Viana publicou em 1904, *Orthographia Nacional*, obra que terá servido de base à reforma ortográfica; em 1912 sai o seu *Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*, para apoiar o novo processo ortográfico.

prejudica imensamente o povo, cuja instrução dificulta em todos os cazos e torna impocível em muitos (Leão, [1880] 2005a, p. 178).

É em nome do povo e de uma maior sentido de justiça que os deputados que integram a comissão pensam que “conviria ordenar” que “os júris de ezame não reprovácem os indivíduos que escrevecem em ortografia sónica pela forma proposta pela comição do Porto”, coisa que seria, pensa Leão, “não só de conveniência, mas até de justiça” (Leão, [1880] 2005b, p. 204), uma vez que era já reconhecido que eram os mais desprotegidos os que mais sofriam com uma ortografia complexa e confusa, pelo que se tornara óbvia a necessidade de “disciplinar racionalmente aquela parte da gramática que ezpõï as leis da palavra falada, pela escrita” (Leão, [1880] 2005b, p. 203). Os argumentos que utiliza chegam mesmo a ser provocadores, como se pode ler na sua resposta ao Visconde de Araguaia, brasileiro, representante do campo das forças “centríptas” da língua, de ambos os lados do oceano. Afirmara Araguaya:

Esses illustres reformadores esquecem que a orthographia de uma língua nasce com ella, e se fixa com as obras dos bons escriptores clássicos, e não soffre reformas radicaes propostas por um e outro critico. Esquecem que a orthographia é para quem aprende a ler e a escrever grammaticalmente e não para os ignorantes. Estes, que muitas vezes falam e pronunciam mal, escrevem como puderem, que nada se perderá com isso (Araguaia, [1880] 2005, p. 189).

Barbosa de Leão dará uma resposta veemente ao autor brasileiro, colocando a ênfase no interesse da classe que até então pouco acesso tinham à instrução, essa gente de que Araguaia desdenhara. Começa por explicar que a sua proposta de uma grafia sónica ortográfica se baseia na gramática filosófica, que explica do seguinte modo:

Diz S. E. que a filozofia, procurando a verdade e a orijem de todas as couzas, nos aconselha que, ao escrever, conservem a etimologia das palavras. Mas a mim, parece-me que a filozofia primeiro que tudo nos ensina que sejam os filózofos; e não julgo que seja de filózofos verdadeiros, querer que os que não são Sábios, que é por acima dizer todo o mundo, uzem uma ortografia só própria de Sábios (Leão, [1880] 2005b, p. 200).

Aos sábios opõe ele “todo o mundo”, a massa cuja educação urge, em função de princípios filosóficos que promovem uma sociedade mais igualitária:

Permita S.E: que eu négue, que a ortografia seja só para os que aprêndem a ler e a escrever gramaticalmente. A ortografia é para todos que escrevem: mas

acontece a todos os que fazem uma certa couza, isto é, fazerem-na uns melhor que outros, e fazerem-na uns bem e outros mal.

Permita que lhe diga que, se nada se perderá em que certa gente escreva mal em relação à atual ortografia, a qual não pôde compreender, também nada se perderia se as obras científicas e literárias fossem escritas em ortografia sónica cuja compreensão está ao alcance d'êça gente (Leão, [1880] 2005a, p. 195).

No entanto, o sistema proposto por Barbosa de Leão não chegou a ser implementado, uma vez que “provocara críticas azedas” e também “por causa dos radicalismos exagerados bem como outros defeitos”, explica Carolina Michaelis<sup>25</sup>. A proposta de uma *escrita sónica*, considerada demasiado radical ou pouco científica teve, no entanto, o mérito de sensibilizar para o problema da “instrução” dos menos privilegiados, apelando a argumentos até então pouco comuns, a saber, a agilização e rapidez no ensino de maior número de gente, de Portugal ou das colónias africanas, bem como dos estrangeiros, pois permitiria um maior acesso dos imigrantes brasileiros à língua nacional (cf. Leão [1880] 2005b, p. 204). Esta é uma discussão nova e inusitada, dentro de um regime monárquico – é preciso educar populações e ter uma grafia adequada a tais objetivos. O que traz isto de novo e como foi isto formulado, eis o que se pode tentar perceber a seguir.

## **2.2. Gonçalves Viana – o filólogo entra em cena**

Filólogo e lexicólogo, Gonçalves Viana foi o coautor, em 1885, da obra *Bases de ortografia portuguesa*, em colaboração com Vasconcelos Abreu, depois de já ter publicado, em 1892, *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*. Em 1904 publicou *Ortografia Nacional. Simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas* e, em 1909, o *Vocabulário ortográfico e ortoépico da língua portuguesa*. Os estudos sérios e aprofundados de Gonçalves Viana conferiam-lhe a autoridade necessária para vir a coordenar a equipa de especialistas nomeada a 15 de Fevereiro de 1911, que se encarregaria de renovar a grafia portuguesa, tendo sido nomeado relator da Comissão da Reforma Ortográfica pela Academia das Ciências de Lisboa. Esta Comissão virá a partilhar o resultado das suas pesquisas em *Bases para a unificação da ortografia que deve ser adotada nas escolas e publicações oficiais*, documento que esteve na origem da reforma ortográfica de 1911, aprovada a 1 de setembro de 1911. Se os trabalhos da

---

<sup>25</sup> Textos publicado no jornal *Primeiro de Janeiro*, Porto, a 14 a 17 de Março de 1911; reproduzido no *Estado de São Paulo*, jornal do Brasil, em Abril do mesmo ano.

Comissão se iniciaram a 15 de fevereiro e deram logo lugar a uma reforma em Setembro do mesmo ano, foi porque o estudo teórico estava todo já feito por Gonçalves Viana, ou seja, os alicerces teóricos estavam bem articulados, tendo ficado para a Comissão a tarefa de uma enorme propaganda e sensibilização do público, como se verá.

Para integrar a comissão foram convidadas personalidades bem marcantes, como Leite de Vasconcelos, Carolina Michaelis e Cândido de Figueiredo, entre outros, tendo sobretudo os dois últimos feito um excelente trabalho de divulgação e de preparação da opinião pública. Contudo, esta comissão não teria sido tão eficaz sem o trabalho minucioso de Gonçalves Viana, uma espécie de génio autodidata, que investigou questões gramaticais e aprendeu várias línguas enquanto trabalhava na alfândega, vindo a tornar-se no respeitado filólogo que a Academia das Ciências nomeou para levar a cabo uma tarefa desta envergadura. Para isso Viana preparara um inquérito sobre ortografia aos próprios membros da Academia das Ciências, (cf. anexos do capítulo 2). Vale a pena a consulta, pelo pragmatismo e objetividade das suas perguntas, que visavam levar os académicos a concordar com a evidência da necessidade de uma renovação do registo escrito das palavras. Depois de implementada a reforma, publicou outros documentos que facilitaram a sua aplicação, nomeadamente o *Vocabulário ortográfico e remissivo da língua portuguesa*, em 1912.

### **2.3. Carolina Michaelis - a autoridade didática**

A comissão nomeada para determinar o rumo da reforma da língua portuguesa no início do século teve em Carolina Michaelis um dos seus mais empenhados porta-vozes, consciente que estava da necessidade de estabelecer uma relação com o público, esclarecendo dúvidas, esbatendo receios. Foi neste sentido que colaborou com o Jornal *O Primeiro de Janeiro*, de 14 a 17 de março de 1911, a fim de preparar a aceitação da reforma que viria a ser aprovada em setembro desse ano<sup>26</sup> (anexos A, capítulo 2, pasta 2.2). O facto destes artigos saírem na primeira página mostra bem a pertinência desta colaboração e deixa perceber o interesse que o tema teria entre os leitores. A publicação dos artigos de Michaelis é acompanhada, no primeiro dia,

---

<sup>26</sup> 7 A reforma ortográfica foi publicada no *Diário do Governo* n.º 213, a 12 de Setembro de 1911.

14 de Março, por uma apresentação do Diretor do jornal, o qual se refere à “illustre romanista” em termos respeitosos, reconhecendo-lhe o “extraordinário saber”, além de lhe manifestar a “profunda admiração, pelo muito que tem feito em benefício das letras portuguezas.” Uma tal apresentação, além de dar credibilidade aos artigos que se seguiriam, reconhece e investe a filóloga de autoridade sobre o tema a tratar. Uma vez investida de marcas de distinção (cf. Bourdieu, 1996; 2011), académicas e sociais, a voz de Carolina Michaelis ganhou um peso e uma visibilidade que certamente terá tido influência no modo como a reforma ortográfica foi aceite pela sociedade portuguesa, então sob o signo das mudanças profundas que a instauração da República implicava.

Após a apresentação do jornal, a 14 de Fevereiro, segue-se, na mesma página, a carta aberta de Carolina, uma cuidada encenação para criar um ambiente de proximidade com os leitores. Aí explica que o objetivo da sua colaboração com o hebdomadário será “responder sumariamente ás perguntas que V. formulou a respeito da ortografia portuguesa, de cuja reforma foi ha pouco incumbida uma comissão de letrados, entre os quais figuro eu” (Michaelis, 1911a, p.1). Passa a referir-se aos outros membros da comissão, como que apresentando-os ao público – “Gonçalves Viana, que se ocupa do assunto de longa data, em vasto e profundo saber e perseverante energia; e Cândido de Figueiredo, que tem posto ao serviço da causa o seu inesgotável talento de vulgarização” (Michaelis, 1911a, p.1). Menciona um terceiro elemento, Leite de Vasconcelos, sobre o qual, depois de enumerar os seus inúmeros títulos e funções, diz o seguinte: “escusava de gastar tempo e forças numa empresa que, salvo erro, não o entusiasma muito”. O que Carolina lhe critica é a falta de compromisso com a causa que deveria defender, o facto de não ter alterado, até então, “o traje habitual da sua própria escrita que é a tradicional, expurgada de todos os erros que em regra a deturpam, rigorosamente histórica e verdadeiramente etimológica” (Michaelis, 1911a, p.1). Ao permitir-se criticar a postura de Leite de Vasconcelos, que sendo embora membro da Comissão não dá o exemplo com a alteração as sua própria grafia, Carolina deixa patente a ideia de que *a mudança ortográfica é também uma mudança de atitude de foro pessoal*, o que implica que a proposta teórica de uma nova grafia seja também acompanhada de “entusiasmo” e mudanças de comportamento, de uma atitude que seja exemplo para outros.

A grafia aparece associada, neste trecho, a um modo de conduta gráfica e cívica. Repreendendo um homem ilustre, bem conhecido da sociedade portuguesa, a autora está implicitamente a convocar todos a modificarem os seus comportamentos ortográficos, na medida em que deixa claro que não é possível ser favorável à mudança apenas na teoria, há que colocá-la em prática. De certo modo, o que está em causa é o apelo a uma ética que se estenda também à própria escrita de cada um, ou seja, que cada um interiorize a nova grafia como disciplina de si, como autogoverno (cf. Foucault, 2011b; Ó, 2003). O comportamento gráfico de cada um parece implicar uma dimensão coletiva, na medida em que, apesar de ser uma decisão individual, tem sempre repercussão social, sujeitando cada um ao julgamento dos outros, do mesmo modo que Leite de Vasconcelos é submetido ao julgamento da sua colega num espaço público.

Os filólogos desta comissão não deverão, depreende-se das palavras da estudiosa, ser meros técnicos. Pretende Michaelis que sejam modelos de cidadania e que, pelo seu “saber profundo”, por uma “perseverante energia” que sustenta a ação empenhada e pela capacidade de comunicação, possam moldar novas relações com a *escrita* da língua, mas também com a própria *língua* e, através dela, uma nova relação com uma *população* mais alargada:

Eu estou, pelo contrário, persuadida da necessidade de uma reforma, por amor aos humildes e pequeninos, que vi e vejo lutar arduamente e quantas vezes sem resultado! Com as dificuldades, incongruências e contradições da ortografia reinante, por demais erudita, complicada e desonesta. Reforma regularizadora e simplificadora, bem se vê, como a de Gonçalves Viana que adoptei, com leves alterações, há já bastante tempo (Michaelis, 1911a, p. 1).

Eis como Carolina se apresenta, falando diretamente com os leitores, estabelecendo com eles uma relação frontal e assumindo o lugar de autoridade que lhe foi concedido quer pela comissão que integra, quer pelo Diretor do jornal no qual publica, ainda que, mais adiante no seu texto mencione a dificuldade que teve em aprender português, dada a confusão do registo ortográfico em que se encontrava o idioma. Menciona a sua experiência pessoal para reforçar a sua argumentação a favor de uma ortografia mais científica, porque baseada na filologia, mais simples e estabilizada, ou seja, mais normatizada, porque norma a ser aplicada por todos.

Sem meios termos, esclarecendo bem a sua posição por associação com os que mais admira, Gonçalves Viana e Cândido de Figueiredo, e por oposição com os que



crítica, Leite de Vasconcelos e todos os que mostrem falta de verdadeiro empenho na concretização desta reforma. Ao confessar-se “persuadida da necessidade da reforma”, está a colocar em jogo uma retórica com a qual pretende igualmente “persuadir” os leitores a optarem pelo campo da mudança, em vez da indiferença passiva. Quando refere as suas dificuldades iniciais ao aprender português e as estratégias que usou para melhor conhecer e se exprimir nesta língua, Carolina está a colocar em funcionamento uma estratégia da confissão, na qual parece revelar ao público algo de muito privado, pedaços da sua história pessoal. Ao usar o tom confessional para “revelar”, em tom de cúmplice intimidade, as suas dificuldades na aprendizagem da língua, é a adesão dos seus leitores que está a procurar garantir.

A mesma retórica persuasiva opera nas publicações seguintes, pois escreve sempre no equilíbrio entre um tom aparentemente familiar e um tom de autoridade académica. Por um lado, parece alguém em que todos se podem reconhecer, porque confessa as dificuldades que experimentou com a escrita em língua portuguesa e como se debateu com as contradições ortográficas<sup>27</sup>; por outro lado, radica também aí, nessas primeiras incertezas idiomáticas, a causa do seu muito saber, pois refere os profundos estudos com os quais procurou soluções para os seus problemas.

Esta é uma estratégia que reforça o poder persuasivo de Michaelis, a de se apresentar simultaneamente como uma igual entre iguais e como autoridade; o facto de confessar, por um lado, as suas perplexidades, que sabe serem também as de muitos leitores, e, por outro, reafirmar de modo incontestável o lugar de saber de onde fala. Aproxima-se dos leitores dando-lhes um cenário que lhes é conhecido, quer por nacionais quer por estrangeiros, os quais também tinham dificuldades na aprendizagem da língua e, uma vez estabelecida essa empatia, apresenta-lhes argumentos que serão mais dificilmente recusáveis. Ao afirmar que “a enfadonha anarquia ortográfica tornou até hoje pouco apetecido o estudo do português, já em si muito mais espinhoso que o das outras línguas neo-latinas” (Michaelis, 1911b, p.1) ou ao escrever sobre si – “sofri com as contradições e incertezas na maneira de ortografar dos Portugueses e com a falta de livros que me ensinassem a recta pronúncia” (Michaelis, 1911d, p.1), a estudiosa mais não faz que confirmar verdades

---

<sup>27</sup> Sobre as dificuldades que experimentou menciona as “incoerências, desordens e caprichos lógicos” da ortografia portuguesa, que perturbavam o seu “espírito prussiano”, pelo que se dedicou a entender a etimologia portuguesa treinando-se através da correção de “provas das obras de Herculano, Júlio Dinis, Gonçálvez Diaz, Camões (...) tendo ao mesmo tempo de traduzir documentos modernos e antigos como intérprete ajuramentada nos Tribunais e Ministérios de Berlim” (Michaelis, 1911, 17 de março, p. 1).

já consensuais entre o público, com as quais se faz aceitar. Revelando as suas dificuldades iniciais no estudo da língua, ganha a simpatia dos leitores e prepara-os para entender e aceitar a mensagem de mudança que subscreve, cuja ideia-chave é a de que a reforma ortográfica “é conveniente e urgente, tanto sob o ponto de vista científico, como sob o estético, e sobretudo o pedagógico” (Michaelis, 1911b, p.1). Já afirmara a autora, na sua carta de 14 de março, que a educação dos “humildes e pequeninos” era o seu objetivo último. Reconhece que o sistema de educação vigente dificultava o acesso às letras de crianças e populares, ou seja, de todos aqueles que não pertencessem à elite que pudesse entender as complexidades da grafia<sup>28</sup>. Eis como traça um panorama de “anarquia” ortográfica e pedagógica:

Em Portugal não há nem houve nunca ortografia oficial, uniforme, só ortografias variadas, mais ou menos sensatamente regradas pelo costume e exemplo de bons autores, ou mais ou menos inçadas de erros, contradições dislates, caprichos e idiosincrasias pessoais. Este estado anormal foi tomando proporções de verdadeira calamidade, os quais passo a explicar – desde que romancistas que ex-officio estudaram cientificamente a literatura e a língua nacional (...) – começaram a expurgar a escrita de defeitos inveterados, regularizando-a e simplificando-a pouco a pouco metodicamente, processo que levou uns a adoptar algumas das emendas e inovações, rejeitando aquelas que lhes desagradavam, e outros a complicar a sua, cada vez mais, por espírito de oposição ou tendências conservadoras. Houve e há escriptores que na mesma página de um poema, na mesma página de um romance, nos apresentam forma híbridas e contraditórias, meio reformadas ou inteiramente reformadas (Michaelis, 1911b, p.1).

Pela importância desta passagem, opta-se pela sua transcrição quase integral, retomando o texto um pouco mais adiante:

Num país atrasadíssimo quanto à instrução, em que quatro milhões estão à espera dos benefícios da luz espiritual, o que importa é facilitar o ensino da leitura e da escrita: acabar com todas as complicações desnecessárias: eliminar todos os artifícios eruditos: abreviar a aprendizagem, de sorte que os mestres-escolas ganhem tempo para realmente fertilizarem as almas com noções sólidas de saber e as boas doutrinas cívicas da solidariedade social, do pacifismo e do altruísmo. Porque (será necessário lembrá-lo?) o ensino elementar da leitura e da escrita não é o fim, mas apenas o meio indispensável para o desenvolvimento da faculdade de pensar, raciocinar, julgar, protestar e emendar o que encontramos de imperfeito e obnóscio no nosso caminho: faculdades sem as quais não pode haver verdadeira liberdade (Michaelis, 1911b, p.1; sublinhados meus).

---

<sup>28</sup> “Como se o escasso milhão de Portugueses que lê e escreve fosse capaz de analisar, interpretar e historiar as evoluções e origens de homem, hoje, ontem” (Michaelis, 1911, 15 de março, p.1).

Temos então que a questão ortográfica se equaciona também com a percepção da necessidade de um novo sistema de ensino que trabalhe as “almas” dos alunos, a quem se deve dar os “benefícios da luz espiritual”, almas a “fertilizar” com conceitos cuja apreensão possibilite o assumir de virtudes como *solidariedade*, *pacifismo* e *altruísmo*. Logo, pelo ensino da grafia da língua nacional, o que está em causa é a configuração de sujeitos cidadãos de acordo com os novos princípios republicanos, nos quais identidade individual e nacional se conjuga com liberdade e alteridade. *Configurar, moldar, fabricar, produzir* sujeitos, não é esse o sentido último do universo escolar? Do século XIX ao século XXI, o ensino da língua, seja pela gramática, pela grafia ou pela literatura nacional, parece sustentar a *tessitura* de almas e o seu governo (cf. Ó, 1999; Penim, 2011).

Dos artigos de Carolina Michaelis, o que surge como tão atual ainda hoje é essa ideia que já aparecera nos textos anteriores de Barbosa de Leão (em 1880) e surgirá também, um século depois, em Vasco Graça Moura (2011; 2013).<sup>29</sup> A saber, a ideia de que, com uma ortografia adequada, os alunos se constroem na relação com uma ideia de nacionalidade, a que estará inerente uma disciplina tanto interna como externa, em que cada um toma lugar na sociedade em função da posição que ocupa e da sua relação com os Outros, do mesmo modo que as letras tomam o lugar que lhes compete nas palavras e estas nos textos; uma ideia de disciplina enquanto ordem subjetivadora e ordem social, enquanto produtora de harmonia, logo, de algo *Belo* e *Bom* em si, o que cada um por si e a sociedade em geral, tem de “imperfeito e obnócsio” (Michaelis, 1911b, p.1). Depois de se referir à escrita escolar Carolina menciona outros aspetos sob os quais se pode entender a ortografia, claramente associando-a a uma dimensão ética e social que se rege pelos conceitos platónicos de belo e bom:

Com relação à estética e à ética, bastará perguntar [SIC]., se *a ordem, a disciplina, é, ou não, mais bela que a desordem e a anarquia? A coerência preferível à incoerência? A simplicidade superior a enfeites e arrebiques supérfluos?* (Michaelis, 1911b, p.1, *italico meu*).

---

<sup>29</sup> Vasco Graça Moura reagiu veementemente contra o acordo ortográfico de 1990, sendo identificado como o mais eloquente porta-voz da resistência portuguesa à nova grafia para os países de língua oficial portuguesa.

Antes de tecer o elogio da ordem e a harmonia da *ortoépia*<sup>30</sup>, de que advém uma sociedade harmoniosa, a filóloga ocupara-se em explicitar ao pormenor o que levava à desarmonia gráfica, sublinhando o excesso, o desejo de brilhar pela originalidade e exotismo, a vaidade literária de que padecem, em sua opinião, os escritores. De um lado a ordem e o equilíbrio, de outro o excesso, a desordem – um conjunto binário que por sua vez, surge sempre relacionado com a ideia de origem e a subsequente ideia de pureza:

Nas palavras populares, herdadas de origem evolutiva, houve sempre e há em regra, ortografia fonética, quer elas se afastem sensivelmente dos padrões de orijsinaes, quer não se afastem nada ou quási nada em virtude da sua estrutura sinjela (Michaelis, 1911b, p.1).

Fidelidade às raízes, simplicidade e autenticidade eis o método para combater a sofisticação artificial e ostentatória que a língua atingira:

as fontes mais vernáculas da língua são os próprios vocábulos, estudados nas suas orijsens e nas evoluções por que passaram: os vocábulos realmente nacionaes, de orijsen popular, que tiveram sempre, segundo o estabelecido, ortografia fonética, desde D. Sancho I, não a tendo hoje em alguns casos, por aberração (Michaelis, 1911d, p.1).

Depreende-se que a ortografia simplificada aqui defendida é uma ortografia de vocação nacional, para unificação da expressão escrita e das letras nacionais, uma ortografia de vocação mais popular, que ameaça as competências de escrita de uma elite, cujo valor vive do analfabetismo de muitos. É o consenso da maioria que começa a impor-se sobre o individualismo aristocrático até então vigente. Esta grafia, indo às raízes populares, apresenta-se como modelo de uma sociedade em transição da Monarquia para a República. A autora apoia-a porque, conforme explica, a associa a “ideias que julguei aptas a nos valerem na guerra santa contra a praga do analfabetismo” (Michaelis, 1911d, p.1). “Guerra santa”, não apenas para introduzir uma nova “técnica ortográfica”, mas para nela alicerçar um novo modelo social, de maior valorização do povo, cujo direito à leitura e à escrita se afirma e se tenta facilitar. Neste sentido, os erros<sup>31</sup> e caprichos ortográficos que até então

---

<sup>30</sup> A definição do termo aparece no próprio artigo da estudiosa - “nome técnico grego da recta pronúncia” (Michaelis, 1911, 15 de março, p.1).

<sup>31</sup> “Quanto a erros e irregularidades provém em grande parte, evidentemente, da pouca sabedoria filológica dos próprios autores, que não tinham até há pouco tempo, meios de se informar rapidamente. Em parte da ignorância dos escribas. Os medievais estavam acostumados a trasladar e redigir documentos em latim bárbaro: e os do tempo dos Humanistas a copiar epístolas ciceroanas, e poemas

proliferavam são denunciados. São os erros inadvertidos dos copistas, eclesiásticos, notários, tipógrafos, ou erros que reforçam a distinção social dos escritores e homens de cultura, essas marcas com que os espíritos de origem nobre se pretendiam demarcar de outros:

o uso de “símbolos ecsóticos (...) pelos mais ilustres da nação, levou todos quanto tinham pretensões de cultos – e onde está escriptor que não as tenha? não só a conservar cuidadosamente esses vestígios de origem nobre, mas também a reintroduzir símbolos ecsóticos e letras supérfluas em dicções vulgares (Michaelis, 1911b, 15 de março, p.1).

Depois de afirmar a necessidade de “eliminar essas letras supérfluas” passa a autora a explicar ao público do jornal *O Primeiro de Janeiro* em que consiste a nova proposta gráfica, para a qual espera contar com o apoio dos seus leitores:

Do que deixei dito e das grafias que emprego aqui, bem se vê que, a que prefiro e defendo, não é a erudita, que é costume, só até certo ponto justificado, chamar etimológica, corrigida dos erros que habitualmente a desfiguram. Nem é, de modo algum, a sónica no sentido que Barbosa de Leão deu a este qualitativo na sua mal-lograda tentativa, pondo o arbítrio pessoal acima dos factos históricos e deturpando as feições tradicionais do idioma com radicalismos exajerados, a ponto de escrever noça eçe açim Xina.

A que emprego é a tradicional, regularizada e simplificada segundo normas e princípios ficsos, fundados na história da língua estudada com critério, por mim pessoalmente, e pelos ilustras Sábios que nomeei. É, mais uma vez a declaro, a de Gonçalves Viana: isto é, é a tradicional, livre de elementos etimológicos inúteis, que sejam mero disfarce (...). Tudo quanto se justifica á face da ciência, tudo quanto está vivo, e de acordo, com a pronúncia normal da sociedade culta, e mesmo tudo quanto só evoluciou com relação ao timbre, conservamo-lo afim de não formarmos nem interrompermos a unidade e continuidade de sete séculos de vida literária; ou por outra para vindicarmos para o idioma de Camões o lugar honroso que lhe pertence, ao lado das línguas-irmans (Michaelis, 1911d, p.1, grafia da autora).

Concluindo, ficou claro que os campos teóricos neste terreno da ortografia, em finais do século XIX, eram – i) o campo de uma escrita “filosófica” (de que a grafia “sónica” de Barbosa de Leão fora um dos exemplos mais extremos), a qual valorizava o aspecto fonético em vez do processo histórico das palavras; ii) uma

---

verjilianos, em estilo clássico. Depois da invenção civilisadora de *Guttenberg* muitos arcaísmos e pedantismo provieram da intervenção de officaes de tipografias e corretores, que julgando-se habilitados, e não podendo alterar a bel-prazer o estilo dos textos que compunham e redigiam, lhe retocavam pelo menos a ortografia. Nem sempre exemplar, como já o disse e piamente o creio.” Acrescenta a autora, na mesma página - “Nem todas as imprensas dispunham de artistas habilitados e os preceitos da mesa censória não permitiam salvo erro que o próprio autor lesse e alterasse os dizeres de manuscritos alterados” (Michaelis, 1911b, p.1, grafia da autora).

escrita “etimológica”, numa linha purista e conservadora, de fiel cumprimento dos aspetos etimológicos. Sem confrontar uns ou outros, o trabalho de Gonçalves Viana, Carolina Michaelis e Cândido de Figueiredo abria um necessário espaço a uma reflexão mais desapaixorada sobre a língua e a sua escrita, sensibilizava o público e promovia um debate que apontava a possibilidade de outros consensos. Avançam assim com o que identificam como “escrita simplificada”, proposta que a Comissão para a Reforma Ortográfica promovia, por fazer uma conciliação entre as duas correntes anteriores. A “escrita simplificada” visava reconciliar, dentro do possível, uma grafia que fosse fiel à tradicional fonética portuguesa com a preservação de alguns aspetos etimológicos, abandonando o que, nesse campo, eram “excessos ou invenções”, quer das vogais duplas, quer do x e do y.

Carolina Michaelis foi uma académica com grande capacidade comunicativa, capaz de explicar estas reformas tanto a um leitor exigente e intelectualmente preparado, como ao público em geral, que consegue alcançar através das páginas do jornal. Não se poupou a esforços para convencer, tendo também viajado para o Brasil, onde contactou representantes da Academia Brasileira de Letras, publicando também os seus textos na *Folha de São Paulo*. O seu rigor científico associava-se à missão pedagógica com que almejava servir toda a população. Se no Brasil teve reações opostas, é exatamente porque, aí, tanto a população como a elite viviam dramas pessoais e coletivos na sua relação com o idioma, simultaneamente marca identitária da nova nação e vestígios do antigo estatuto de colónia, como se verá.

Concluindo a análise das série de “cartas” que publicou no *Primeiro de Janeiro*, verifica-se que Carolina Michaelis aí reconhece a capacidade de comunicação e alcance do grande público de um seu colega. Sublinha o meritório trabalho de Cândido de Figueiredo, o qual já vinha há anos fazendo um trabalho de sensibilização ao nível mais popular, nos jornais, apontando erros e esclarecendo dúvidas nas suas *Lições Práticas* ou no *Consultório da língua*, onde inaugura um estilo entre o denunciador, o jocoso e o pedagógico, com uma grande adesão do leitor comum, ainda que tivesse igualmente provocado algumas polémicas. Convém, pois conhecer esse trabalho mais de perto.

#### **2.4. Cândido de Figueiredo - a língua entre lições e consultas**

Era Cândido de Figueiredo outro membro da Comissão que Carolina Michaelis referira nos seus artigos no *Primeiro de Janeiro*, elogiando-o pelo seu grande

talento de “divulgador”. Apesar de não ser, como então explicara Michaelis, um “filólogo encartado”, Figueiredo já muito antes mostrara preocupação com o estado em que se encontrava a língua portuguesa, a ponto de enviar uma carta datada de 21 de fevereiro 1887, dirigida “ao esclarecido académico e meu excelente amigo” Jaime Moniz, então presidente da Academia das Ciências, pedindo que fossem tomadas medidas para prevenir tal caos.

Terá sido convidado para integrar a Comissão exatamente por ter um longo e continuado trabalho de informação na imprensa, onde se dedicou a esclarecer dúvidas sobre o idioma, numa secção que assinava sob o nome de *Caturra Júnior*. O que o movia, confessa no prefácio à primeira edição de *Lições Práticas da Língua Portuguesa* (livro em que junta vários artigos da secção que mantivera no *Diário de Notícias*), era o facto de achar que o nosso idioma tinha “resvalado na mais confusa anarquia, sintática e morfológica”, para o que aponta várias razões, “desamor às línguas clássicas” à prática jornalística:

As publicações periódicas, difundindo-se progressivamente por todos os recantos do país, têm produzido, de volta com ensinamentos e progressos abençoados, deploráveis abusões no falar e no escrever, abusões que chegam a invadir a esfera dos mais claros espíritos, fixando-se na linguagem como fórmulas legítimas (Figueiredo, 1954, p. 5-6).

Eis como Figueiredo explica a intervenção cívica de Caturra Júnior, disfarce sob o qual escrevia, não sob completo anonimato, pois os seus pares sabiam quem de facto se ocultava por detrás de um tal nome, fazendo-se observador atento dos erros gramaticais da imprensa – “Viu isto *Caturra Júnior*, um ingénuo e obscuro cultor da língua pátria, e consagrou algumas horas de ócio ao respigo das numerosas incorreções, que passam, sem contestação nem reparos, através do jornalismo e do povo que lê”<sup>32</sup> (Figueiredo, 1954, p. 6). A partir de erros jornalísticos ou de pedidos de esclarecimento dos leitores, elaborava artigos de explicação dos processos

---

<sup>32</sup> Há várias passagens obre o papel do jornalismo na generalização de erros, de que se destaca, a título de exemplo: “Sucedo, porém que, quantos mais jornais leio, mais me convenço de que Portugal vai à vela, pelo desamor e pelos desacatos, com que a imprensa está tratando a nossa gloriosa língua. Desde que o jornalismo é justamente considerado um dos mais poderosos veículos da civilização, mais perigos e condenável se torna a cem-cerimónia [sic.], com que se dá ao povo gato por lebre, habituando-o a uma linguagem que não é portuguesa. Permita-me pois a caturrice de pugnar um pouco pela língua do meu país, tomando nota, para uso interno do mesmo país, de alguns palavreados suspeitos e de outros disparatados, de que o jornalismo impensado se faz eco” (Figueiredo, 1954, p. 19); “E não registo erros de imprensa, nem ainda descuidos que ninguém perfilha e que são portanto inofensivos; registo as formas de linguagem erróneas, que, à força de se terem repetido inconsistentemente, chegaram a adquirir foros de toleradas, e que não podem nem devem ter curso em jornais que toda a gente supõe discretamente redigidos” (Figueiredo, 1954, pp. 19-20, grafia do autor).

linguísticos, de modo simples e acessível, sem fazer da grafia motivo de polémica, pois aconselhava ao leitor que escrevesse, depois da sua explicação, “de acordo com a libérrima expressão das suas devoções partidárias” (Figueiredo, 1954, p. 9). Indiferente aos “campos” ortográficos que então se constituíam na sociedade portuguesa - uns em torno de uma escrita mais fonética, outros debatendo-se pela grafia etimológica -, Figueiredo ia, no entanto, promovendo a consciência de que algo poderia ser mudado e acabaria mesmo por defender a *escrita simplificada*, proposta pela Comissão orientada por Michaelis, que acabou por integrar. Tal proposta pode ser entendida como exemplo da diplomacia “diplomacia ortográfica” a que se dedicara Carolina Michaelis, já que era um hábil compromisso entre escrita fonética e etimológica.

É possível perceber o impacto de Cândido de Figueiredo através das suas introduções às sucessivas edições do mesmo livro. No prefácio à segunda edição refere que as *Lições*, “feriram a *gravidade científica* de ilustres anónimos”, ainda que tenham tido “excepcional acolhida”, o que explica “em função da necessidade a que ela correspondia e da consciência pública, que não sofre de bom grado os golpes que a ignorância e a rotina vibram amiúde à formosa língua de Camões, de Frei Luís de Sousa e de Castilho” (Figueiredo, 1954, p.11).

O seu maior apoio, como explica, veio da imprensa e do professorado, ou seja, dos que lidavam com a escrita diariamente, nas suas profissões. Daqui se deduz que jornalistas e professores divergiam daqueles cuja *gravidade científica* desaprovava o trabalho de Caturra Júnior/Cândido de Figueiredo. Ou seja, por esta simples passagem, entrevemos os tais campos ortográficos de que já falara Michaelis, por um lado a elite letrada, que burilava o idioma, e assim se atribuída prestígio, de outro lado os que tinham de ensinar ou diariamente o utilizavam para informar. Percebemos que os sábios letrados defendiam uma posição conservadora, a qual começa a ser questionada pela necessidade de mudança expressa por jornalistas e professores, fazendo recordar o “professorado” que pedira uma intervenção a Barbosa de Leão. Percebe-se que estas duas instituições – a *educação* e a *imprensa*<sup>33</sup> – eram os focos de um desejo de mudança, davam voz à urgência de

---

<sup>33</sup> A educação específica da escola alarga-se a toda a população através do jornal; o gesto educativo, como se vê por Michaelis e Figueiredo, sai do espaço escolar e utiliza a instituição jornalística como seu prolongamento, numa *pedagogia ortográfica e literária* que é também uma *pedagogia cidadã*, a qual continua a operar no século XX, e para lá disso, como veremos nas páginas do *Jornal de Letras, Artes e*



uma escrita adaptada tanto às necessidades de educação da uma maior população como às necessidade de informação diária. Se era na escola e no jornal que mais erros se dava, era também aí que uma maior revisão da grafia se impunha, exatamente porque a ideia de escrita deixava de estar relacionada exclusivamente com a expressão literária de alguns eleitos mas passava pelas necessidades de formação e comunicação das massas. Até porque a própria elite não parecia ter nenhum critério estável quanto ao modelo de grafia a utilizar:

Mas no século XIX, não obstante uma cultura literária, a irregularidade ortográfica era extraordinária. Não havia três escritores que praticassem a mesma ortografia. Herculano era etimologista, mais ou menos rigoroso; Castilho tendia para a simplificação, preconizada pelo grande Luís António Verney, e ditava ortografia fonética; Garrett não era etimologista nem sónico; amigo de enfeites, inventava-os até para a escrita, e escrevia, “fummo”, “mattar”, “entreabrir”, “trahidor”... Camilo não se preocupava de ortografia (...)Eça de Queirós reconhecia que se usava um “h” em retórica mas não sabia se ele entrava na primeira ou segunda sílaba; o grande jornalista e nosso consórcio Teixeira de Vasconcelos, com quem trabalhei na imprensa periódica, dizia-me que, em matéria ortográfica, era melhor deixar isso à vontade do chefe de tipografia; Andrade Corvo, o laureado escritor(...), não escrevia uma página sem uma dúzia de erros ou caprichos ortográficos. Se isto acontecia com os pontífices da literatura, imagine-se o que sucederia entre os “profetas menores” (Figueiredo, 1925, p. 55).

A desordem e a arbitrariedade reinante já tinham paralisado mesmo os mais bem intencionados, os que, como Herculano, ainda tinham algum desejo de intervir, porque desanimavam perante a perspectiva das intermináveis, conflituosas e estereis discussões ou escreviam como entendiam, sem mais justificações. É nesse sentido que deve também ser entendida a obra de Cândido de Figueiredo. De temperamento apaixonado e excelente comunicador, criara na sociedade portuguesa um espaço de reflexão sobre a língua portuguesa, sensibilizara para a necessidade de uma intervenção mais cientificamente consistente, mas acessível a todos, para lá das opiniões e impulsos de alguns escritores. Deste modo ajudava a fomentar a ideia de que apenas uma mudança mais estruturada poderia dar conta de um impasse:

Herculano não receava a discussão. O que ele receava ou, antes, o que o enjoava, era ser discutido por uns quindans, que, não sabendo nada fora dos limites da rotina em que os criaram, acham estranho, quando não ridículo, tudo aquilo que eles não fazem nem compreendem.  
(...).

---

*Ideias.* Esta relação entre manuais escolares, discursividade política e jornalismo cultural constitui um dos eixos desta tese.

Daqui o retraimento de Herculano na prossecução das reformas que ele julgava necessárias.

Se ele se retraía, como se não hão-de retrair os seus discípulos?

Retraio-me pois na preconização e exemplo prático de muitas fórmulas que a ciência prescreve, e que pareciam grego a certos escrevedores da minha terra; mas, à semelhança do grande mestre, e como as mais justas / reformas não se fazem de salto, vou praticando uma ou outra grafia inusitada, a ver se vamos andando... (Figueiredo, 1954, pp. 14-15).

Depois de uma relação cuidadosa com o público<sup>34</sup>, vem o próprio Figueiredo confirmar que o seu trabalho começara a dar frutos:

Quando me pareceu que os olhos do público, – os mais implacáveis juízes em questões gráficas, – se iam habituando a ver sem protesto supostas audácias, e quando vi que os principais representantes da ciência da linguagem no nosso país vinham colocar-se ao meu lado, preconizando e praticando a simplificação que eu procurava, entrei desafogadamente na monda das consoantes duplas, poupando ainda algumas, em que me pareceu difícil meter a foice, sem escândalo de leitor vulgar (Figueiredo, 1955, p. 9).

Dos primeiros títulos das obras mais populares de Cândido de Figueiredo<sup>35</sup>, percebe-se um certo tipo de percepção do erro como *falha* a ser corrigida por *lições*, o que implica uma atitude paternalista e orientadora daquele que emenda e ensina para aquele que escreve mal. É o paradigma da *lição*, que evoca sempre uma autoridade que sabe mais e melhor e um outro que tem de ser educado, encaminhado, cuja escrita deve ser vigiada por outros e por ele próprio. É o paradigma da relação escolar aplicado à própria sociedade, já que é preciso *corrigir* e *ensinar* jornalistas e leitores, os que erram e os que procuram aprender, para não errarem. Uma prova evidente de que a sociedade interiorizava este modelo é o facto de as crónicas sobre escrita de Cândido de Figueiredo terem tanta procura na imprensa e as edições das mesmas crónicas se esgotarem em números sucessivos, sinal que o modelo da relação *mestre-aprendiz* se estendera à sociedade, deixara de ser exclusivo das artes oficiais e se constituía como modelo relacional e de

---

<sup>34</sup> “escrevendo sobretudo para um público a que não são familiares os processos de filologia, tenho de lhe respeitar, até certo ponto, hábitos que não são erros, para que ele me leia de boa avença. A menor indisposição entre quem escreve e quem o lê, é seguro indício de que o escritor perdeu o seu leitor” (Figueiredo, 1955, pp. 9-10).

<sup>35</sup> Cândido de Figueiredo, foi autor, entre várias outras obras, de *Lições Práticas de Linguagem Portuguesa. Cartas de Caturra Júnior à redacção do Portuguez*. Imprensa Minerva, de 1891; em 1903 publicou *O que não se deve dizer. Bosquejos e notas de filologia portuguesa ou consultório popular de enfermidades da linguagem*, e dez anos depois publica ainda *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, em 1913, que provocou algumas críticas contundentes por parte dos brasileiros, por aí não verem reconhecidos alguns “brasileirismos”.

formação dos cidadãos. A aristocracia das belas letras e do bem escrever era agora substituída pelo mestre especialista, aquele que ensina todos a evitar o erro e a escrever bem, aquele que democratiza o saber, retirando-lhe a rarefação do mundo de eleitos a que se confinara. Por conhecimentos gramaticais excepcionais, filólogos, e alguns escritores, ocupam esse lugar do mestre e do guia, reservam para si um lugar de distinção, para lá da mudança dos regimes políticos.

Ainda que este paradigma do mestre se tivesse imposto inicialmente, algo indicia uma rotação que vai imprimir ao discurso sobre o erro outro olhar. A certa altura a discursividade sobre a escrita mostra uma outra perceção. Os erros ortográficos já não são entendidos como *falha* a ser ultrapassada com uma *lição*, mas ser antes uma *doença* a exigir um *remédio*. O que significa que, ao longo do tempo e nos calor destes debates, se passa da *correção do pedagogo a um aluno à intervenção médica sobre um paciente*, uma relação mais desigual em termos de poder, que subsistiu o interesse do aluno à passividade do doente. Um outro título de Cândido de Figueiredo evidencia como, em poucos anos, esse novo paradigma da medicina se impôs – se o livro *Lições Práticas de Língua Portuguesa* data de 1891, é de 1903 o seu livro *O que não se deve dizer. Bosquejos e notas de filologia portuguesa ou consultório popular de enfermidades da linguagem*, e dez anos depois publica ainda *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Repare-se no deslize de sentido operado nos títulos - a substituição do conceito de *aula* pelo de *consultório* indicia que o erro ortográfico já não será corrigido por uma simples explicação clara e lógica, professoral, à mestre Caturra, mas antes exigirá uma intervenção precisa, cirúrgica, uma cura para uma doença de que o outro padece.

De um paradigma a outro torna-se maior a distância entre quem sabe escrever e quem dá erros. O conhecimento da língua é, de algum modo, o eco das diferenças sociais que a república pretendia ultrapassar, a aristocracia agora é a da boa grafia e a das belas letras, terreno ainda acessível a poucos. Mantendo as dificuldades de acesso ao saber, os alunos ficam no papel do paciente passivo sobre o qual se aplicam mezinhas ou se fazem outro tipo de intervenções. Depreende-se que o erro, na escrita, já não é um incidente exterior ao sujeito mas um defeito interno, uma maleita de que o indivíduo padece. No paradigma do mestre e do aprendiz o erro é um percalço, um acidente de percurso facilmente corrigível por uma explicação de que o outro se pode servir para se corrigir noutras ocasiões – aprende e empodera-se, aprende e previne-se. Contudo, no paradigma da medicina, o erro é o próprio

sujeito, ou seja, é a sua escrita que está doente, e uma consulta não garante a cura, pode ser necessário uma intervenção mais autoritária, já que a enfermidade tanto está na linguagem como no próprio indivíduo. Os dois modelos vão-se desenvolvendo lado a lado, alternam-se ou coexistem em diferentes momentos históricos, em diferentes contextos sociais, refletindo o modo como se relacionam os grupos sociais.

Se os textos de Carolina Michaelis e os textos iniciais de Cândido de Figueiredo nos falam de um *modelo do mestre-aprendiz* para a prevenção do erro ortográfico, e nos deixam entrever uma população republicana a ser educada neste modelo, já os últimos textos de Figueiredo e de autores que se referem à língua no Brasil no final do século XIX, aludem ao *modelo do médico-doente*. Os novos discursos sobre a escrita, facilmente deslizam, no Brasil, para o paradigma que concebe o erro ortográfico como maleita, corrupção, deformidade, degradação. Teófilo Braga classificara de “degeneração fonética”<sup>36</sup> a colocação dos pronomes tal como a faziam os brasileiros, no que tinha a concordância de alguns brasileiros:

o nosso único intuito é (...) chamar a atenção dos que devem dar valor a estas coisas para os barbarismos mais grosseiros que em torno de nós, a cada instante, se reproduzem, viciando-se sem necessidade o formoso legado dos nossos maiores, deturpando o nosso tão melodioso dizer com locuções estranhas e construção caprichosa, por via de regra ingrata ao ouvido (Melo, apud Barreiros, 1880, pp. 225-226, sublinhado meu).

A ideia de vício, contraposta ao de pureza da linguagem, cara aos classicistas, abre a discussão para o paradigma médico. Não será por acaso que alguns dos escritores são médicos, e algumas listas de termos médicos aparecem na revista da ABL (cf. Bechara, 2005), prova de que o mundo da medicina, no Brasil, contribuiu com o estudo e a tentativa de normatização de alguns vocábulos da profissão. É que médicos e filólogos têm em comum o argumento da cientificidade, como sendo aquilo que poderá zelar pela “castidade da língua” (Ribeiro, 1942, p. 559) que está a ser corrompida. As queixas vinham de vários lados, entre os próprios brasileiros, como se pode ler, no *Vocabulário Médico*, de Leonídio Ribeiro:

Ora, as ciências médicas com suas novas descobertas e contínuas aplicações práticas, sobretudo nos domínios da terapêutica, acrescentam, anualmente, inúmeros termos técnicos ao idioma nacional, havendo necessidade de uma

---

<sup>36</sup> Teófilo Braga, citado por Paranhos da Silva (1881, p. 356) refere-se aos brasileiros dizendo que “praticam insensivelmente a *degeneração phonética*” (Silva, 1881, p. 356, itálico do próprio texto).

censura capaz de evitar a incorporação definitiva, ao património da língua, de palavras defeituosas ou imperfeitas (Ribeiro, 1942, p. 557, sublinhado meu).

O autor explicava ainda no mesmo artigo da *Revista Brasileira* que na linguagem científica era importante, “a defesa da vernaculidade, clareza, propriedade, concisão, harmonia e correção gramatical”, uma vez que o discurso médico português tinha sido “poluído”. É bem claro já não estamos no paradigma escolar da *lição*, mas no paradigma da *consulta*, naquele do consultório e da enfermidade, metáforas que, quase a brincar, Cândido de Figueiredo introduzira. Os termos como “terapêutica”, “defeituoso”, ou “poluído”, que se podem retirar dos trechos anteriores, mostram bem que se está no terreno do diagnóstico e da descrição de um estado linguístico deficitário, de uma doença.<sup>37</sup> Será necessário olhar mais de perto para o que mudou no Brasil, onde a ideia de erro se associa a defeito, degeneração, maleita. Não sem antes ver de perto a relação entre escritores e filólogos com a questão ortográfica.

## **2.5. Escritores e filólogos –inspiração versus regra**

Um dos propósitos da ortografia simplificada que Michaelis defendia era expurgar a língua de elementos exógenos, retirar os enfeites supérfluos e enganadores que sábios do iluminismo lhe acrescentaram, para lhe dar mais “distinção”, pelo que há que questionar a prática dos que alteram a língua mais original:

com o pretexto de conservar vestígios de ilustres prosápias, ou conforme é isso dizer, para sugerir etimologias. Por mera ostentação, por pedantismo, por espírito de reacção: ou em virtude da preocupação mórbida que a queda de um h, a substituição de um y por i possa dissimular a origem de uma palavra (Michaelis, 1911b, p.1).<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Por outro lado, os erros linguísticos no espaço público eram tidos como “doença” e havia quem os quisesse sanar com medidas rigorosas (conferir, a este respeito, os *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, 1956); a doença na língua é também escrevê-la de um modo que não corresponde ao espírito do seu povo, razão pela qual próprios médicos foram os primeiros a exigir a adoção de uma escrita local nos seus diplomas. (cf. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 22 de Junho de 1826, p. 264).

<sup>38</sup> Nem todas as alterações introduzidas merecem o mesmo tipo de censura - “Quanto à introdução de vocábulos corretamente alatinados e helenizados, tenho-a, em si, em conta de obra meritória: obra de poetas e escriptores exímios, impulsionados pelo louvável empenho de enriquecer e enobrecer a língua e alterar o nível da cultura pátria com elementos da civilização da antiguidade. Só Luís de Camões contribuiu com mais de um cento. (...) Não vou tam longe como Goncálvez Viana que condena em absoluto as grafias eruditas d’eles como mera superstição ou como mero alardo de cultismo, porque me lembro que ocupando um lugar aparte na economia da linguagem, não era de estranhar que lho

Com estas palavras a autora enfrenta esses poderes associados a prestígio ou elitismo, que, na sua expressão mais aguda, são mesmo tidos por “ostentação”, “pedantismo”, os poderes dos tais “pontífices da literatura”, como lhes chamara Cândido de Figueiredo (1925, p. 55).

Sabe-se, com Bourdieu (1996, 2010), que um certo tipo de poder é sempre substituído por outro poder emergente. Tal processo de substituição de uma anterior instância de saber e de poder consiste, neste caso, em expor as falhas dessa classe elitista que “governava” a língua e a sua grafia de acordo com o seu próprio desejo de originalidade e diferenciação. Ao invés, os membros da *Comissão para com a Reforma Ortográfica* passam a fundamentar cientificamente um novo tipo de autoridade sobre a língua e a grafia, legitimando-se em estudos filológicos. O que está aqui a anunciar-se é o início da “passagem do testemunho” do poder, no que respeita à escrita, dos escritores para os filólogos. É o “destronamento” da *aristocracia* literária que tinha a escrita como feudo, passando o poder para os *estudiosos* que trabalham a linguagem. Os *gramáticos*, que até então tinham como referência suprema os textos dos conceituados escritores nacionais, deixam de ser subservientes ao que sempre foi considerado sinal de raridade e eleição, o *gênio literário*, que constituía a norma pela qual todos se deveriam reger, em questões de bom uso do idioma. O espírito criativo e impulsivo, apanágio dos literatos, deixa de ser autoridade em questões gramaticais e espera-se, em vez disso, que uma abordagem científica, logo, racional, seja claramente fundamentada e acessível a outros menos geniais. Foi com tal posição teórica que Carolina Michaelis escorou do poder desta Comissão para a reforma ortográfica, não hesitando, como filóloga, em retirar credibilidade, ou poder simbólico, aos escritores tidos até então como exemplos da boa escrita:

Não há autor algum, clássico ou neoclássico, que nos possa servir de modelo quanto a questões ortográficas. Nem mesmo engenhos privilegiados como Camões; Herculano e Almeida-Garrett, porque eram leigos no assunto. Se acertaram em muitos pontos, desacertaram em outros. Acrece que, do autor dos *lusíadas* nem mesmo possuímos autografo algum. (Michaelis, 1911d, p.1).

---

quisessem dar também quanto à escrita. E compreender equivale a perdoar. Também no campo filológico. De mais a mais sei que houve, da parte dos Quinhentistas escriptores e impressores, numerosas tentativas de nacionalizar os latinismos e grecismos”. (Michaelis, 1911, 15 de março, p.1).

Nem Sá da Bandeira, o autor que Michaelis descreve como “sóbrio, disciplinado e refletido em todos os seus atos” (Michaelis, 1911b, p.1), pode servir de modelo, ainda que, conforme reconhece, os seus textos manuscritos, revelem que a sua grafia era melhor que os mesmos textos saídos da tipografia. Concluindo, afirma que não há escritores que possam servir de modelos, nem os que tentam corrigir a grafia, pois o fizeram de modo desordenado:

Vários escriptores e alguns periódicos puseram em prática as correções e simplificações principais por ele defendidas – abstendo-se todavia das que julgaram inoportunas ou dispensáveis, ou ultrapassando ainda as suas propostas.” – “um escriptor suprimia apóstrofes e tremas, outro as consoantes geminadas, outro os yy, outro th, ph, etc., etc: muitos aceitaram a acentuação gráfica, embora sem rigor (Michaelis, 1911c, p.1).

Explanada a impossibilidade de os escritores serem as figuras paradigmáticas de uma mudança ortográfica, sobressai ainda mais a autoridade dos filólogos, esses sim, habilitados e nomeados para efetuar a referida alteração. À pergunta *A quem compete reformar a ortografia?*, esclarece a autora que isso compete “particularmente a quem, sem se descuidar de investigações históricas e etimológicas estudou a fundo a ortoépia (nome técnico grego da recta pronúncia) e fonologia portuguesa”, passando a indicar Cândido de Figueiredo e Gonçalves Viana, o qual:

só depois de haver ficado com rigor e argúcia, e exposto minuciosamente a pronúncia normal das classes educadas (tocando de passagem em corruptelas vulgares) (...) tratou de lançar as Bases da Ortografia Portuguesa (1883), no mesmo ano portanto em que Cândido de Figueiredo, outro amador da sua terra, da sua gente e da sua língua, sem ser filólogo encartado, propunha à Academia das Ciências, encarregasse uma comissão da reforma (ou revisão), da ortografia (Michaelis, 1911c, p.1).

Atente-se às competências necessárias aos filólogos, a quem se atribuiu a missão de estabelecer a nova grafia – para lá de estudo “com rigor e argúcia”, ter amor para com a “sua terra, a sua gente e a sua língua”. Repare-se que é exigido dos reformadores da língua alto grau de tecnicismo e, ao mesmo tempo, consciência nacional acompanhada de um “sentimento”, um especial afeto pela língua, pelas pessoas que a falam e pela terra a que pertencem, o que permite deduzir que o trabalho sobre a língua implica uma ética e a vivência de compromisso com a nação. Não porque outros escritores os não tivessem, mas os filólogos apresentam-se como modelos de uma nova atitude ética, agora centrada na dimensão coletiva, social, dos

usos da língua, de que se são apresentados como guardiões. É o esboço do novo homem, racional e patriótico, socialmente engajado na educação da maioria e defensor de valores da comunidade, que segue os líderes a quem reconhece autoridade:

Resumindo, a reforma compete aos profissionais que estudaram a língua historicamente. Em particular a Gonçalves Viana, autoridade reconhecida dentro e fora do país, e que já lançou as suas bases e ergueu o edifício ao qual só falta a coroa do reconhecimento jeral; em segundo lugar a Cândido de Figueiredo como vulgarizador excelente; e para dirimir contendas segundo as exigências pedagógicas, ao eminente educador F. A. Coelho (Michaelis, 1911c, p.1).

No prefácio à terceira edição explica Cândido de Figueiredo outras alterações ao idioma “pelo necessário desvio de praxes desautorizadas e absurdas” e ainda – e isto é significativo -, “pelos progressos que a ciência da linguagem, embora a medo, e nem sempre com aplauso de todos os que escrevem, vai incontestavelmente realizando em nosso microorganismo literário”. (Figueiredo, 1954, p.11). A passagem é importantíssima, pois é possível identificar aqui essa transição de uma autoridade literária para uma nova autoridade, científica, que, essa sim, tem mais fundamentadas razões para se pronunciar sobre a língua. Vê-se claramente que o poder dos escritores, que antes decidiam sobre coisas da língua, nem sempre de modo refletido ou consistente<sup>39</sup>, vai sendo ultrapassado pelo poder dos filólogos, esses cientistas da língua, ideia mais claramente confirmada por este outro trecho, parte da carta que Cândido de Figueiredo enviara ao Presidente da Academia das Ciências, Jaime Moniz:

Aos filólogos e lexicógrafos impende especialmente o assinar as fontes dos vocábulos, e não se pode razoavelmente exigir o conhecimento delas ao comum dos que falam e escrevem português, visto ser claro que um bom escritor pode não ser um sábio (Figueiredo, 1954, p. 260).

---

<sup>39</sup> Figueiredo refere-se a Herculano – “O grande escritor, como tinha a consciência do que fazia, não ocultava o desgosto, com que às vezes subscrevia certas formas ortográficas que eram do uso de toda a gente; mas, de longe em longe, reagia nobremente contra o absurdo, e aventurava uma ou outra forma gráfica, exacta, sim, mas diversa das práticas dos seus contemporâneos.” Explica ainda Cândido de Figueiredo que Herculano, no entanto, não persistia nestas mudanças que estavam correctas, ainda que fossem contra a opinião da maioria e à pergunta de amigos porque não continuava a escrever da maneira que intui ser a mais correcta, “porque não quero ser discutido...”. (Figueiredo, 1954, pp. 14-15). Herculano parecia achar não compensava, por vezes, o esforço de ir contracorrente e, para evitar ser criticado, preferia adotar-se à norma vigente, adoptando a ortografia que sabia estar incorrecta.



De notar, porém, que a sua ênfase na gramática não anula o valor que Cândido de Figueiredo atribuía à literatura como modelo no manejo do idioma. Fica a pergunta – será que, apesar desta ênfase na cientificidade e autoridade dos filólogos, se destronaram completamente os escritores, como pareciam pretender? Estes novos arautos de uma maior lógica nos tratos da língua susceptíveis, não terão, eles também, enquanto amantes das Belas Letras, uma idealizada visão dos escritores e do seu trabalho com o idioma?

a boa Gramática reside principalmente e estudo dos mais perfeitos modelos da língua, nomeadamente Camões, João de Barros, Luís de Sousa, Vieira, Bernardes, Herculano, Latino, Camilo, Castilho (...). Os que acham bolor nos antigos, restrinjam-se aos modernos; e, destes, bastaria a leitura assídua de Castilho, para se conjurar o perigo de escorregar nas algaravias e burundangas de francelhos e zotes, que nos assediam de todos os lados (Figueiredo, 1955, p. 50).

Embora fosse Figueiredo a favor de um estudo da língua do ponto de vista gramatical, não achava que apenas esta perspetiva permitisse a análise ou o estudo das grandes obras literárias. Se bem que lhes tivesse sido retirada autoridade para servirem de modelos em termos de correção gráfica, parece haver algo na escrita literária que está para além disso. Preserva-se, mesmo nas críticas ortográfica aos autores, a sua genialidade no uso da língua. Para lá da mera técnica gráfica remete-se para uma arte – isso, sim, parece ainda estar preservado. Na citação seguinte surge a necessidade de distinguir entre quem trabalha a língua do ponto de vista gramatical ou literário, um tema que atravessa este estudo e que será de novo referido em outros capítulos. À pergunta sobre quem pode falar sobre as coisas da língua, supõe-se que se deve responder com uma outra, a saber, em que perspetiva se pretende analisar a língua ou as suas produções. Nos debates em torno da ortografia outras questões se esboçam no início do século XX, que continuam atuais um século depois, nos nossos dias. Voltam a ser temas dos nossos tempos as relações sobre grafia e literatura, grafia e identidade, sobre os campos de poder em que é permitido moverem-se filólogos/linguistas e quais seriam os campos de poder destinados a escritores. Compreende-se melhor os debates de hoje através da escuta dos rumores do passado. Repare-se nesta passagem de Cândido de Figueiredo, onde é possível entrever o aparecimento discreto de um outro campo que ganhará terreno ao longo das décadas seguintes, o campo dos leitores:

Camões ignorava o que seriam, em gramática, predicados, predicativos, atributivos, adjuntos, anacolutias, hipérbatos, metonímias, catacreses... Em regra, o génio dos escritores está na razão direta do desconhecimento dessas miríficas taxinomias.

Chega quase a parecer-nos atentado e sacrilégio o querer aferir a palavra inspirada do épico imortal pelos estalões convencionais da casuística dos gramáticos.

Ao defrontarmos com uma obra genial, o nosso dever cifra-se em interpretá-la, respeitá-la e curvarmo-nos (Figueiredo, 1955, p.63).

Este texto parece montar uma “cena” onde o teatro da língua se desenrola, e onde se pode ver claramente três atores, a saber, o gramático, o escritor e o leitor; ou seja, i) o que conhece as regras, ii) o que cria o texto literário e iii) o que respeitosamente o interpreta.

Estas são personagens conceptuais que habitam a pesquisa aqui apresentada, são elas que se deixarão entrever em cada capítulo, em cada argumento mais intenso, ao longo de diferentes épocas e mesmo em geografias bem distintas. Não se escreverá precisamente sobre eles mas sobre os espaços que os rodeiam, os jogos de luz e sombra que a sua presença provoca ou altera, os processos que tanto desencadeiam a sua visibilidade ou a sua ocultação, os campos de lutas que, em seu nome, se formaram. Para falar da relação entre a língua e o poder, entre *norma*, *erro* e *desvio* nos usos da língua, teremos de ter implícito os seus atores, pelo que o texto de Cândido de Figueiredo mais não fez que ajudar a identificar os vultos que vão surgindo ao longo desta pesquisa – gramáticos, escritores, leitores, sempre enquadrados por discursos de agentes políticos e de jornalistas. A discussão sobre os limites da gramática e da criatividade do escritor será recorrente, como se pode ver nesta passagem de Gladstone de Melo, no Brasil de meados do século XX, em que as relações de autoridade entre gramático e escritor se alternam de novo:

A gramática não pode constituir-se em um código de proibições. É uma apresentação dos fatos da língua, abonada sempre pela única autoridade respeitável, a dos escritores, esses homens que têm o senso e a intuição do génio e da beleza da língua (Melo, 1946, p. 21).

Uma vez aqui chegado, desafia-se o leitor desta tese a aceitar uma mudança de perspectiva sobre o tema que tem vindo a ser aqui analisado. Pede-se-lhe que aceite o desafio de ver, na secção seguinte, como estas mesmas questões fervilhavam no Brasil de finais do século XIX em diante, quando gramática e literatura começam a ser o terreno em que outros dizeres se soletravam, ou seja, quando o *erro* gramatical

ou o *gênio* literário começam a ser mais um modo, ou um dos modos mais significativos, de afirmar e construir uma *identidade* nacional.

### **3. Transgredir, Desviar, Modificar: a *Língua-em-devir***

#### **3.1. Os (des)acordos ortográficos**

A proposta de Barbosa Leão foi analisada no Brasil, onde encontramos vestígios dos debates que as suas ideias provocaram nas publicações da ABL. Uma das tomadas de posição mais significativas está representada neste texto do Visconde de Araguaya, pela sua veemência na defesa dos direitos de um grupo elitista. São palavras datadas de 1880:

Esses illustres reformadores esquecem que a orthographia de uma língua nasce com ella, e se fixa com as obras dos bons escriptores clássicos, e não soffre reformas radicaes propostas por um e outro critico. Esquecem que a orthographia é para quem aprende a ler e a escrever grammaticalmente e não para os ignorantes. Estes, que muitas vezes falam e pronunciam mal, escrevam como puderem, que nada se perderá com isso (Araguaya, [1880], apud Bechara, 2005, p. 189).

A passagem transcrita é bem clara acerca da relação da língua com o poder político de então. Mostrando a relação do idioma com um dispositivo para a manutenção de privilégios e a continuidade da exclusão dos ignorantes ou daqueles que “escrevendo como puderem”, continuavam destinados a habitar as margens sociais. Exprime a ideia de que a grafia não é mera convenção, como afirmavam os reformadores, mas que estabelece com a essência da língua um laço ontológico, pois “nasce com ela”, ou seja, a relação entre língua e a sua grafia é natural, ontológica e não deve, de modo algum, ser alterada. Para o Visconde de Araguaya, essa marca de uma essência habita as obras dos grandes escritores, sendo um bem a ser usufruído apenas pelos “cultos”, inacessível a outros, a quem não interessa dar mais educação. Talvez porque, pode comentar-se, uma educação para largas camadas da população colocaria em causa a “raridade” sobre a qual este discurso se constrói. A excelência de uns poucos faz-se sobre a estigmatização de muitos. Se assim não fosse, seria cada vez maior o número daqueles capazes de ler as grandes obras e de ter acesso à escrita. A tal posição, de manutenção do campo restrito de privilégio e de distinção sociocultural (cf. Bourdieu, 1996; 2011), será contraposto o motivo mais veemente, a instrução e o interesse da maioria:

a ortografia etimológica, contrária à razão e à filosofia, se por um lado pôde lisongear o orgulho dos sábios e a vaidade dos pretenciosos, por outro lado prejudica imensamente o povo, cuja instrução dificulta em todos os casos e torna impossível em muitos (Leão, [1880a], apud Bechara, 2005a, p. 178).

O português Barbosa de Leão, a favor de uma grafia que agilizasse o ensino, envolve-se em duelos ideológicos com membros da ABL, como é o caso desta passagem, dirigida a Beaupaire de Rohan, também defensor da escrita fonéticas:

Dignar-se-á S.E. fazer mais esse serviço ao seu país – um serviço que será do máximo alcance? Com ele concorrerá para que a língua portuguesa tenha uma ortografia normal e que por vergonha não tenha ainda; e uma ortografia que seria a mais perfeita de todas as da atualidade, e tornaria fácil aprender a ler e a escrever, o que é de um valor imenso. Com ele faria um serviço especial ao Brasil, pois que este, como país novo e despovoado, que deve querer atrair a emigração de toda a parte, interessa muito em tornar bem fácil aos estrangeiros aprender a sua língua, visto que isso lhes seria incetivo para o preferirem; e é uma grande facilidade é incontestável com a ortografia sônica (Leão, [1880a], apud Bechara, 2005 p. 177).

Pacheco Júnior, da falange oposta, tomava uma atitude aparentemente conciliadora – “Venha a ortografia etimológica; mas conservando o respeito aos pergaminhos nobiliários, respeitemos também a *soberania popular*” (Júnior, [1880], apud Bechara, p. 15, *italico meu*). É possível entrever o que está realmente em causa na argumentação de Pacheco Júnior, nesse desejo de preservação da origem nobre, leia-se etimológica, da grafia. No seu apelo à conservação do respeito, tanto se refere à grafia como aos sujeitos sociais, reconhece a soberania do povo mas preserva o estatuto dos que ostentam “pergaminhos nobiliários”, cuja soberania há que, apesar de tudo, não “pôr em causa”. Esta passagem mostra a ambiguidade natural em períodos de transição - ao referir-se à preservação da ordem social, de que a manutenção da grafia será emblema -, mas esboça também os campos entre os quais o futuro da língua se debaterá. O trecho parece nomear os dois mundos que nos finais do século XIX se agitam na arena pública, os quais, de debate em debate, vão lutando por preservar, ou alargar, o seu espaço social e cultural.

Pacheco atribui a mudança da língua no Brasil a “colonos rudes e analfabetos, os elementos africano e indígena, falta da luz do sentimento nacional, clima muito outro do da metrópole” e apela a um maior cuidado com a linguagem e com a origem das palavras, sim, ainda que sem se ignorar a realidade social do Brasil ((Júnior, [1880], apud Bechara, p. 489). Parece mostrar consciência de que, no Brasil, está

em convulsão a ordem anterior, quer no idioma quer na sociedade, e parece vivenciar, ele mesmo, a clivagem que vê em seu redor. Por um lado apercebe-se das causas de desgaste do português (analfabetismo, povos com outros falares, falta de um sentimento coletivo de pertença), mas por outro lado parece ainda acreditar na possibilidade de resistência, ainda que se saiba distante da metrópole e num ambiente cujo “clima” sociocultural importa reconhecer e aceitar. O que parece significativo é que este dilaceramento de que este autor dá conta se encontrará em muitos dos textos estudados, como se verá. Como ele, muitos outros se sentirão divididos entre o padrão cultural da metrópole, que ainda almejam seguir, e o seu reconhecimento de que há algo novo e diferente a germinar no Brasil, algo que simultaneamente os atrai e inquieta. No Brasil, os debates em torno da grafia tornam-na, na realidade, metáfora de profundas outras mudanças e vão dando conta das perplexidades dos escritores em relação ao rumos do idioma nesta estranha sociedade, cada vez mais distantes de normas europeias.

A situação prolongou-se pelo novo século, agravando-se ainda mais a disparidade gráfica. Era “a anarquia reinante,” pois a decisão da grafia estava entregue ao “bel-prazer de cada escritor, de cada jornal, de cada editor, de cada pedagogo, de cada revisor” (Veríssimo, 2011a, p. 37). Medeiros e Albuquerque afirmava, irónico que ninguém, no Brasil, se podia gabar de saber ortografia portuguesa e que cada um a criava a seu modo (cf. Albuquerque, 2011a). Achava Medeiros que a imprensa era um foco desse constante desvio da língua-padrão, já que as redações falavam orgulhosamente a “ortografia da casa”. Cada qual – autores, redatores de jornais ou tipógrafos – escolhia, a par do seu estilo literário, o seu sistema de grafia – por capricho, por frágeis conhecimentos gramaticais e etimológicos, por afinidades literárias ou de classe social, por convicções políticas ou de proximidade com o universo editorial (cf. Bechara, 2005).

A própria *Academia Brasileira de Letras* aprovava, para uso interno, uma norma ortográfica em 1907, logo substituída, em 1915, pela adoção da nova grafia portuguesa, que viera à luz em 1911. A primeira tentativa de reformar a ortografia, em 1907, permitiu a alguns membros da ABL afirmar que iniciaram a reforma antes de Portugal, ainda que essa mudança tenha sido inspirada nos trabalhos de Gonçalves Viana, que traçara antes de 1911 o grande edifício teórico sobre o qual se fundaria a reforma portuguesa. A mudança da grafia no Brasil, de 1907, estava muito próxima da sugerida pelo referido filólogo português – implementada em

Portugal em 1911 -, mas continha algumas diferenças, às quais se refere Carolina num dos seus artigos, nos seguintes termos: “urge portanto que em discussão serena, conquanto enérgica, se dirima esta contenda entre os Reformadores de Portugal e os do Brasil, podendo ser por mútua condescendência” (Michaelis, 1911d, p.1).

Importa entender que a questão, na primeira década do século XX, não é apenas uma questão de colónia *versus* ex-metrópole, a questão pós-colonial é paralela a outras, tais como a redefinição de campos literários e o combate entre elites sobre as orientações a dar ao idioma. Combates que não opõem de modo linear Portugal e Brasil, antes são *transversais* aos dois países, mobilizam, de um e outro lado, as mesmas elites aristocráticas e os partidários de uma mudança social inspirada nos valores republicanos. O que está a redefinir-se é uma redistribuição de poder, não apenas na linguagem, mas nas classes sociais, através de novas visões do mundo, e isso tanto agita Portugal como o Brasil, onde o positivismo ganhara a adesão de muitos intelectuais, dentro os quais vários membros da ABL.

No Brasil, ao longo das décadas de vinte e de trinta, agudiza-se a questão em torno da língua, aparecendo mais claramente associada a uma afirmação identitária que recusa o predomínio cultural da antiga metrópole. No início do século isso ainda é algo confuso, já que muitos brasileiros, assumidos como tal, distinguem a sua identificação nacional da sua relação com a língua. Pelo que não repugna a certos escritores da ABL, que se afirmem brasileiros enquanto defendam a pureza do idioma e o classicismo da escrita, na linha dos grandes escritores portugueses, escrita etimológica, portanto, essa que Portugal pusera de lado em 1911. É nesse sentido que Ruy Barbosa, Salvador de Mendonça e Sylvio Romero, da tradição mais clássica tentam, com sucesso, um contraprojeto à proposta de mudança ortográfica de 1907, o que terá motivado o apelo de Michaelis para um debate promotor de alguma “mútua condescendência.”

Por oposição aos escritores acima referidos, que representam uma linha purista na abordagem da língua, surgem nomes como José Veríssimo, João Ribeiro, Medeiros e Albuquerque que buscarão introduzir as normas ortográficas da reforma portuguesa na ABL. É a eles, próximos dos grupos da reforma portuguesa e favoráveis a uma grafia semelhante para o Brasil, que se dirige Carolina Michaelis, apelando a uma preservação da unidade do idioma:

José Veríssimo, João Ribeiro, Medeiros e Albuquerque devem convencer-se de que, atendendo sempre às exigências práticas da grande massa que importa instruir e educar, nem por isso devem desatender, em caso algum a unidade e continuidade do idioma comum, como veículo literário. Todas as simplificações e regularizações devem assentar na base sólida de factos históricos, evoluções reais, origens verdadeiras. Eliminando-se tudo quanto é erróneo e supérfluo, conservar-se-ão todos os distintivos que expliquem estádios antigos da língua, muita vez perpetuados em arcaísmos dialetais. A ortografia simplificada há de servir não só para obras modernas de ambas as nações mas também para a vulgarização de quanto há de belo e de útil e de bom na literatura antiga (Michaelis, 1911d, p.1, sublinhado meu).

Vale a pena uma leitura atenta desta passagem, na qual se deteta um tom de autoridade de Michaelis para com os autores que nomeia, os quais “devem convencer-se” de algo que ela defende. Uma primeira leitura pode identificar aqui relações de poder entre representantes de Portugal e do Brasil, pode identificar-se uma ideia de centralidade do idioma em torno da norma portuguesa<sup>40</sup>, mas esta passagem demonstra algo mais – a ideia de que, à época, *era impossível* pensar ainda outra coisa, de tal modo a língua portuguesa era ainda percebida como sendo uma única e mesma coisa de um lado e outro do atlântico. É aqui – na ideia de unidade da língua e no desejo de preservar tal unidade – que se adivinham as tensões. É o próprio facto de *haver necessidade* de afirmar isto que nos indica que estas ideias de unidade da língua entre Portugal e o Brasil já começam a não ser assim tão firmes. Nesta afirmação de Michaelis está já esboçado um horizonte em que essa unidade será questionada e orgulhosamente reclamada. A autora parece antever essa ameaça indesejada e estar já a argumentar contra a hipótese longínqua de um maior afastamento linguístico. A isso resistirão também muitos brasileiros, como Ruy Barbosa, por partilharem da mesma veneração por uma língua pura, isenta de manchas, uma expressão rigorosa e clássica, fiel às suas tradições etimológicas, uma língua una, em Portugal e no Brasil, alheia a novidades republicanas e ao projeto de educação das massas.

As publicações da ABL são um material histórico riquíssimo, dando conta desses primeiros sinais de “desajuste”, dessa tentativa de, por um lado i) manter uma ligação com a língua original, resistindo a qualquer mudança tida por deformadora ou de ii) desenvolver iniciativas tendentes a valorizar uma expressão

---

<sup>40</sup> O estatuto da língua portuguesa no Brasil era reforçado por instituições como o Gabinete Português de Leitura, a Beneficência Portuguesa, o Clube Ginástico Português e o Liceu Literário Português, como o recorda Adriano Moreira (1977, p. 47).

local que, mais do que desvio, quer ser reconhecida como modelo próprio. Os campos de escritores na ABL dividem-se entre preservar a unidade do idioma na sua integridade, com uma linguagem e uma escrita fiel à portuguesa ou aceitar as transformações desconcertantes que parecem ser constituintes de uso brasileiro da língua. Do primeiro campo são representantes, no final do século XIX, Araguaya, Ruy Barbosa, Sylvio Romero, para citar apenas alguns, enquanto que, no segundo, temos José Veríssimo e João Ribeiro, que mais tarde publicará o texto *A Língua Nacional* e Medeiros de Albuquerque, que chegou a ser presidente da Academia, ainda que muito questionados por membros da falange oposta.

Há que compreender que, no início do século, no novo país de língua portuguesa, estes campos ainda estão indefinidos. Ser a favor de uma expressão purista, profundamente conhecedora de tradições etimológicas, implicava ser contra qualquer mudança ortográfica, sobretudo a que tendia a simplificar a língua, como fizera a reforma de 1911, em Portugal. Porém, entre os brasileiros que desejavam uma maior simplificação da grafia e percebiam a necessidade de uma reforma, nem sempre estavam espíritos assumidamente nacionalistas ou conscientes da necessidade de valorizar uma língua local. A consciência nacional do novo país e o amor à língua portuguesa não eram coincidentes, ou seja, ser brasileiro não se definia necessariamente pela defesa de mudanças ortográficas, pois muitos seguiam a norma culta recebida da metrópole, e não era ainda completamente pensável o direito a uma maior apropriação da língua. Pelo contrário, a nacionalidade sul americana em português, para os mais cultos, significava uma filiação à escrita clássica e à boa literatura portuguesa em que tinham sido educados.

### **3.2. As Academias e os acordos**

A situação no Brasil é mais complexa porque está no cerne da ambivalência da nova identidade. O apoio à reforma ortográfica, à época, não era sinónimo de orgulho nacional pelos rumos que a língua tomava em alguns setores da sociedade brasileira, pelo contrário, podia indiciar uma atitude conservadora, pela aproximação ao modelo português, seja etimológico ou fonético, isto é, de forja republicana. Nem sempre a adesão à “simplificação” da grafia que Michaelis defendia no *Jornal de São Paulo* implicava a adesão a uma fala simplificada e popular. Os campos são bem mais complexos e só o tempo os cristalizará em torno de algumas palavras de ordem identitárias que, mais tarde, se distribuirão por



campos de conservadores *versus* reformadores e/ou nacionalistas, mas de momento, na primeira década do século XX, isso ainda está algo indefinido. Até lá, ouça-se as falas desses primeiros anos do século passado, através da *Revista Brasileira*, para melhor se apreender o que depois se seguirá.

Em 1919, novas votações entre os membros da ABL determinavam o abandono da ortografia “portuguesa”, para decidirem regressar à norma vigente no Brasil antes de 1915. O certo é que o regresso às regras anteriores não acalmara os debates sobre a língua, os quais, no Brasil, eram terreno de lutas. As regras ditas “brasileiras”, de facto correspondiam grandemente à grafia portuguesa anterior à reforma de 1911, e o desejo de regresso a essa anterior ortografia era motivado por contrarreacção à recente reforma na ex-metrópole. O que determinava tais confronto era, em primeiro lugar, uma peleja de afirmação do novo país, através da resistência em relação a Portugal e aos filólogos portugueses; em segundo lugar, era o confronto entre grupos que disputavam os lugares de decisão, a arena política e cultural do Brasil.

São difíceis de delimitar, estes grupos, pois os debates sobre a grafia e a literatura local moviam os arguentes entre campos nem sempre coincidentes com as opções políticas, ainda que houvesse alguma coincidência entre estas tendências e as gráfico-literárias. A traços largos, havia os que, na primeira década do século passado, eram a favor de *mudança* ortográfica, como Medeiros de Albuquerque, José Veríssimo e Silva Ramos e os que eram a favor de *conservação*, como Mário de Alencar, Júlio Nogueira ou o Visconde de Araguaia. Todos, porém, se identificavam como literatos e pertenciam à ABL, onde integravam diferentes falanges, ainda que tivessem por vezes, posturas próximas no que respeita ao culto das Belas Letras.

A ABL adotou diferentes normas ortográficas em muito pouco tempo, o que demonstra como essa Academia era o foco de lutas por determinados modos de conceber o registo escrito na sua relação com a origem culta da língua, com a autoridade tradicional, bem como para com uma nova autoridade a desenhar-se. As sucessivas mudanças de grafia da Academia Brasileira de Letras são fruto de forças em confronto. A reforma de 1907, proposta por Medeiros e Albuquerque e a de 1915, defendida por José Veríssimo, tentavam aproximar a grafia brasileira da recente e simplificada grafia portuguesa; porém, a reforma de 1919, que foi apoiada por Mário de Alencar, advogava um regresso à grafia anterior, “mais etimológica”, afastando-a das renovações implementadas em Portugal. Num desejo de pureza da língua, os

escritores das fileiras de Mário de Alencar, impunham ao idioma português do Brasil um movimento a contrapelo do que acontecia no Portugal republicano.

Todas estas reformas eram fruto de jogos de poder, quer dentro destas falanges que coexistiam na ABL, quer nas relações da Academia Brasileira de Letras com a política nacional. Os que defendem a *conservação* falam de uma batalha pela defesa da língua, de que se sentem guardiões, ainda que conscientes de que a manutenção da “pureza” da língua é difícil, por não haver nos trópicos “a gente homogénea que há em Portugal” (Alencar, 1920, p. 251). Evocam os estatutos da Academia, em que está consagrada a missão da “defesa” da língua, o que é constantemente evocado – “se alguma incumbência nos cabe, a nós que amamos as palavras, que operamos com elas e vivemos e trabalhamos para elas (...) é o encargo da sua defesa, na sua forma e integridade, perfeitas”. (Alencar, 1920, p. 251). Assim se autodescreve uma elite cujo ofício é o da palavra, espécie sacerdotal encarregue de resistir a ventos da transformação, por achar que, como em todas as academias literárias, a sua função “tem de ser principalmente a função conservadora da língua, como instrumento que é da literatura para cuja guarda e respeito nos reunimos e esforçamos” (Alencar, [1911], apud Bechara, 2012 p. 251).

Curiosas palavras de Mário Alencar, filho de José de Alencar, autor décadas antes criticado por introduzir termos novos na língua e se ter batido por uma literatura de expressão mais local. Se o pai quisera inovar a literatura introduzindo novos temas, o filho acha que a grafia, essa, é de manter, brasileira, de acordo com o uso corrente, isto é, usual na monarquia portuguesa e que a república se apressara a revogar em 1911. Repare-se que grafia “brasileira” da ABL, a partir de 1919 preserva, com a mudança que lhe introduz o grupo de Mário de Alencar, a grafia etimológica e artificial que Portugal rejeitara; não é, de facto, uma grafia brasileira mas uma grafia elitista que um grupo de elite da ABL, ligado a elites portuguesas, estava habituado a usar e desejava manter para se demarcar, depois de, por quatro anos, (de 1915 a 1919) a ABL ter partilhado com Portugal a norma simplificada que Carolina Michaelis defendera. As mudanças da norma interna da ABL, neste período, remetem mais para conflitos de grupos literários e políticos dentro do próprio Brasil. São disputas entre brasileiros e respetivas visões do que seria o Brasil, mas são também tensões entre escritores que buscavam, por um lado manter a sua distinção (cf. Bourdieu, 1996) ou, por outro lado, obter, do confronto com os seus pares, mais poder simbólico.

Numa posição contrária à de Mário de Alencar, outros achavam que “o purismo perdeu a sua base desde que os homens aprenderam línguas, as literaturas de uma penetraram as literaturas de outras” (Veríssimo, [1910], apud Bechara 2012a, p. 4). Esse grupo não concebe a língua exclusivamente na sua pureza vernácula, coisa apenas aprendida por regras escolares e obras literárias e lembra que a língua está solta, circula entre gentes e assim se modifica. Não só os povos aprenderam a língua uns dos outros, continua José Veríssimo “os mesmos povos se penetraram uns com os outros os seus costumes, com suas curiosidades, com suas uzanças, com seus modos vários de conhecer e de dizer”. (Veríssimo, [1910], apud Bechara 2012a, pp. 4-5). Já não sendo possível a *pureza* da língua, contentam-se com “uma pureza relativa” (Veríssimo, [1910], 2012a, p. 5), algo que conserve as características da língua, a sua personalidade, não dependente da grafia, “como se a pureza, a índole ou ainda a gramática de uma língua dependessem em grão algum da sua ortografia ou esta lhes importasse” (Veríssimo, [1910] apud Bechara 2012a, p. 5). Foi esta postura que tornou possível introduzir a escrita simplificada na ABL por quatro anos, numa tentativa de preservar a continuidade gráfica de Portugal e Brasil.

Embora a Academia fosse uma instituição privada, que nada determinava em termos estatais, a grafia adotada na sua revista foi, durante anos, e na falta de algo melhor, o padrão de referência para muitos. No entanto, isso alimentava a clivagem que desde finais do século XIX favorecia escolhas variadas, determinando campos bem delimitados, o campo etimológico e o campo fonético, sem contar com o campo do improvisado. Como se percebe, a primeira tendência privilegiava o *status quo*, preferindo ver nas palavras a origem latina que poucos conheciam e cujo conhecimento era sinal de distinção (cf. Bourdieu, 1996) – “é que a ortografia passou a ser uma espécie de título de ciência muito prezado”, escreve Medeiros e Albuquerque no *Estado de São Paulo*, a 18 de novembro de 1929 (cf. Bechara, 2012), referindo ironicamente que os erros ortográficos são mais facilmente apontados que outras faltas bem mais graves.

Verifica-se aqui o mesmo fenómeno já identificado em 1822, por Jerónimo Soares Barbosa, a noção de que a da gravidade dos erros varia de acordo com a classe social de cada um – “*Em um homem bem creado releva-se mais, e é menos vergonhoso, um erro de syntaxe, que um erro de pronunciaçõ ou de orthographia, porque aquelle póde nascer da inadvertência, estes são effeitos da*

*má educação*” (Barbosa, apud Mateus 2014, pp. 82-83). No Brasil todos se prestavam a apontar o dedo uns aos outros, numa atitude policial, de vigilância individualizada da língua de todos e de cada um, conforme explica Medeiros e Albuquerque – “se se citam de qualquer pessoa dois ou três erros crassos de ortografia, não se precisa de dizer mais nada: parece que se provou como e quanto essa pessoa é ignorante” (Albuquerque, [1926], in Bechara, 2013, p. 253).

Percebe-se então que a escrita etimológica dava estatuto a uma elite letrada, de boas famílias, com fortes relações com Portugal ou de um meio nobiliárquico, seja por laços familiares, seja por formação em meios fechados e conservadores, a qual alimentava, por isso, a imaginação do escritor como um aristocrata do espírito:

Nós, escritores, membros da Academia, não inovemos, conservemos a língua, tal qual, com as suas peculiaridades, as suas singularidades, as suas dificuldades. Que nos importa os que a ignoram, os que não querem ter trabalho para aprendê-la? (...) A língua que amamos, não a deformemos, sob pretexto de simplificá-la para a pôr ao alcance de imigrantes em cujos lábios, ainda simplificada e fácil, ela sofreria alterações inevitáveis. Saibamos ter o orgulho do nosso património secular. Sejamos aristocratas, onde a aristocracia é sempre indispensável para a distinção do nosso trabalho (Alencar, [1910], 2012, p. 252)

Mário de Alencar, que não se distinguiu como escritor mas, na esteira do pai, entrou na Academia Brasileira de Letras (ABL), liderava este grupo de nostalgia etimológica, elitista, e teve papel decisivo na orientação política desta instituição, no que às coisas da língua dizia respeito. Tal política dividia-se, no início do século XX, entre a defesa de uma grafia etimológica, próxima das origens latinas e que associava as letras brasileiras a um rarefeito universo literário português, o padrão de referência. Por sua vez, o movimento favorável à grafia fonética, na qual se baseava a reforma portuguesa, aproximava-se, de ambos os lados do Atlântico, do ideal republicano de uma educação para todos. Tinha como objetivo a criação de uma grafia acessível, que facilitasse a aprendizagem das primeiras letras e evitasse a perda de tempo a tantos jovens, reprovados nos exames por meras questões de ortografia. Da leitura da *Revista da Academia*, depreende-se que a ortografia funcionava, por um lado, como um fator de preservação da elite culta, e, por outro, de exclusão de uma população cujo acesso à leitura e à escrita não se achava ser essencial, desde que soubesse comunicar. Está agora claro que as lutas filológicas reverberavam as lutas sociopolíticas, tanto internamente como na relação com a ex-metrópole.

Ainda que a *Academia Brasileira de Letras* fosse uma instituição privada, as suas reformas foram sendo seguidas, dentro do possível, por jornalistas e professores. O Estado, em 1930, chama a si, finalmente, a responsabilidade de assumir uma norma oficial. Com o fim da *República Velha* (de 1889 a 1930) sobe ao poder Getúlio Vargas na sequência da crise económica de 1929 nos Estados Unidos. A recessão económica afetou as exportações do café brasileiro, fragilizando o poder dos grandes produtores, uma elite com referências culturais europeias e ligada ao poder político brasileiro. Este grupo é substituído pelo Governo de Getúlio Vargas, apodado de “o pai dos pobres”, que faz ascender ao poder um grupo de pessoas até então afastadas das esferas decisivas, militares, classe média e operários, o que trará uma maior valorização de usos mais populares da língua e de uma norma mais simplificada para a aprendizagem. Por esta razão, a 30 de Abril de 1931, com o apoio das duas Academias, foi assinado um acordo que previa a aplicação da reforma ortográfica portuguesa (de 1911) em manuais escolares e publicações oficiais do Brasil. Garantia-se, com este acordo, na opinião de Júlio Dantas, o “vasto império da língua portuguesa” (Dantas, 1942, pp. 237-238), pois que, além dos objetivos pedagógicos, os objetivos políticos eram evidentes – “defender a literatura e o livro e, bem assim, defender o ensino da língua portuguesa nas Universidades e Institutos americanos e europeus”, “reforçar os laços de amizade de Portugal ‘com a grande república brasileira’ e, portanto, abrir o caminho para um maior cooperação entre as duas chancelarias e as duas nações” (Silva, 2010, p. 58). Já nessa altura, porém, este primeiro acordo de 1931 provocara reações, como por exemplo “a preocupação brasileira pela autonomia linguística do Brasil e a dos filólogos portugueses, resultado de um certo tecnicismo linguístico excessivo” (Silva, 2010, p. 58).

O estudo de Rodrigues Silva sobre as relações das Academias de ambos os lados do Atlântico sublinha a semelhança entre os regimes de Oliveira Salazar e de Getúlio Vargas, em que a “emergência de um ambiente pouco favorável às soluções democráticas foi marcada pelo aparecimento de extremismos políticos e regimes totalitários” (Silva, 2010, p. 58). Tais extremismos manifestar-se-ão também nas posições radicais sobre a língua, que no Brasil, de acordo com alguns, deveria servir para consolidar um maior afastamento político e simbólico em relação à metrópole e não ser motivo de aproximação com Portugal, dentro de uma retórica de unidade internacional da língua, que tivesse Portugal como centro da política externa brasileira.

Na tentativa de promover a aproximação cultural entre os dois países, através do reforço da língua comum, Júlio Dantas visita o Brasil em 1923. Esta figura, um político também dedicado às Belas Letras, ocupará um lugar central nas próximas décadas na mediação entre Portugal e Brasil, sobretudo nas questões ortográficas. Com esta sua visita, ficou decidida a publicação de um dicionário comum, que começaria em 1924, o que não chega a concretizar-se. É a ideia deste dicionário, no entanto, que estará na base de uma exaustiva recolha de termos então chamados de “brasileirismos”, o que leva a uma maior consciência no Brasil, da abundância de termos específicos, por uns considerados “corruptelas” gramaticais mas que outros assumem como marcas identitárias da jovem república sul-americana.

Júlio Dantas esteve também envolvido no acordo ortográfico de 1931, e coordenou as celebrações do duplo centenário Portugal-Brasil, em 1940. Foi também nomeado por Salazar, embaixador especial e chefe de missão da equipa que foi ao Brasil negociar de novo sobre matérias idiomáticas, em 1943, de que resultou uma Convenção Ortográfica entre o Brasil e Portugal “com o fim de assegurar a defesa, expansão e prestígio da Língua Portuguesa no Mundo, e regular, por mútuo acordo e de modo estável, o respetivo sistema ortográfico.”<sup>41</sup>

Para resolver algumas divergências que permaneciam nos formulários e vocabulários de 1940 e 1943, reúnem-se novamente em Lisboa comissões representando as duas Academias para a Conferência Internacional Interacadémica, a qual preparará o posterior acordo de 1945. Se os brasileiros achavam, nesse acordo de 1945, que foram os que mais cederam, adaptando-se mais à nossa grafia não será de estranhar as queixas recorrentes, hoje em dia, de que o Acordo Ortográfico de 1990 implicou cedências inaceitáveis aos portugueses. Para os críticos destes acordos – quer em 1945, quer em 1990, de um ou outro lado do Atlântico –, está em funcionamento uma argumentação agonística que alimenta a ideia de confronto de dois poderes a nível linguístico, em que as ideias de supostas *cedências* ou *vitórias* são constantemente evocadas.

O acordo de 1931<sup>42</sup> não vingara e, em vez do dicionário, que supostamente seria feito pelas duas Academias, surge um *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, feito pela Academia das Ciências de Lisboa, o qual é aprovado em 1940

---

<sup>41</sup> Texto da Convenção Ortográfica entre o Brasil e Portugal, assinada em Lisboa a 29 de dezembro de 1943.

<sup>42</sup> Aprovado pelo governo Brasileiro no decreto n.º 20.108 de 15 de junho de 1931.

pelo então Ministro da Educação do Brasil, Gustavo Capanema, passando este Vocabulário a representar o sistema ortográfico oficial brasileiro, ainda que por pouco tempo. Em 1943 faz-se o *Vocabulário Ortográfico da língua Portuguesa no Brasil*, que contém discrepâncias com o anterior *Vocabulário Ortográfico Português*, de 1940.

Depois de ultrapassadas algumas questões sobre a acentuação de palavras, é assinada uma *Convenção Ortográfica Luso-Brasileira*, que produz o *Formulário Ortográfico de 1943*<sup>43</sup>, com vista a uma maior concertação ortográfica, a qual servirá de preparação para um segundo acordo ortográfico entre os dois Estados, conhecido como o *Acordo Ortográfico de 1945*, que será aplicado apenas por Portugal, servindo de modelo à grafia portuguesa durante décadas, apenas substituído pelo acordo ortográfico de 1990. Como o *Congresso Nacional Brasileiro* acabou por não o ratificar, passaram os brasileiros a orientar-se pelo seu Vocabulário anterior, o que produziu algum distanciamento entre as duas línguas, sobretudo no seu registo escrito.

A unidade da língua, que era um dos motivos destas negociações, não está garantida e os dois países continuarão com normas distintas nas décadas seguintes. Mas uma maior aproximação idiomática não deixará de ser um desejo de muitos, a que Júlio Dantas dará voz em várias ocasiões. Os seus discursos sobre língua portuguesa (cf. Dantas, 1940, 1942), falam do amor à língua e à nação, apelam a um consenso para uma maior unidade entre Portugal e Brasil, enfatizam a necessidade de um acordo ortográfico, lamentam o desvario em que a língua se encontra e apela a um maior esforço normativo. Adivinha-se já o olhar fascinado do português europeu por essa terra de além-mar, “criação do nosso sangue”, é certo, mas que produz, com a mesma língua, algo diverso. O tom oscila entre a admiração e o paternalismo, mostrando a incerteza de como se posicionar perante algo que, apesar de ter recebido de nós a “certidão de batismo”, apesar de ter sido “obra do nosso esforço colonizador”, fez da nossa própria língua “um clarão no continente americano” (cf. Dantas, 1942) e a tornou algo distinto, para o uso de novas gentes.

---

<sup>43</sup> Aprovado a 12 de agosto de 1942, este Formulário Ortográfico de 1943 resulta de um trabalho da Academia Brasileira de Letras e passou a ser, com a rejeição do acordo ortográfico de 1945, o modelo da grafia no Brasil, até 2008, ainda que com algumas modificações, introduzidas em 1971 e continuará em vigor até 31 de Dezembro de 2015, depois do que se aplicarão as normas do acordo ortográfico de 1990.

Esta relação, simultaneamente paternalista e condescendente, contém uma “dobra” subjetivadora que se tornará mais óbvia no final do império português, quando a independência dos territórios ultramarinos em África trouxe essa mesma surpresa sobre a apropriação do “nosso” idioma por outros povos. Nos discursos de Júlio Dantas (cf. 1940, 1942), está já clara a mesma perplexidade e o mesmo impulso para manter a uniformidade da língua, como é óbvio nesta passagem – “a existência de uma só língua portuguesa escrita (...) contribui para uma maior expansão do livro-luso brasileiro e torna possível a acção comum na obra de propaganda, ilustração e defesa das duas literaturas.” (Dantas, 1942, p. 238). Tais argumentos, sobre as vantagens do acordo ortográfico para o comércio de livros e a defesa da língua, aqui defendidos por Dantas, reaparecem na década de 90, para reforçar o controlo de um processo de alteração idiomática que sucedeu à revelia dos poder normativo da metrópole, em tempos diferentes, tanto no Brasil como nos países africanos de língua portuguesa.

Os acordos ortográficos parecem ser um esforço para preservar uma ameaçada unidade da língua, mas apontam também para a nostalgia de já se estar de fora desse processo, de não se fazer parte desse devir, que, no entanto, se busca associar ao nosso. Na tentativa de manter o mais próximo possível os laços linguísticos entre os dois países, tentam-se novos entendimentos. Em 1971 o Brasil introduziu algumas alterações que permitem uma reaproximação idiomática, o que Portugal também faz em 1973, reduzindo-se algumas diferenças de acentuação. Depois da revolução de 25 de Abril de 1974 é tentado mais um acordo entre os dois países, em 1975, que não vai avante. Só em 1986, um ano depois da chegada de Sarney à presidência do Brasil, em 1985, será tentado novamente um acordo, desta vez com os dois países em democracia. Participam agora, no encontro do Rio de Janeiro, não apenas Portugal e Brasil, mas todos os outros países que adotaram, por ocasião da sua independência, o português como língua oficial – Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau. A versão de 1986 foi rejeitada, sobretudo por questões de rigor técnico apresentadas por Portugal, que se sentia sujeito a mais concessões que os brasileiros, ao contrário do que acontecera com o *Acordo Ortográfico* de 1945.

Finalmente, em 1990, as duas Academias chegam a acordo quanto ao texto de base para o “Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa” o qual, previa-se, deveria entrar em vigor em 1994, depois de ratificado por todos os países membros. Como



isso não chegou a acontecer, em 2008 um *Protocolo Retificativo ao Acordo Ortográfico* veio permitir a aplicação do acordo de 1990, depois de aprovado por apenas três dos países implicados, tendo entrado em vigor em Portugal, em 2012. A fase seguinte, ainda em processo, é a elaboração de um *Vocabulário Ortográfico Comum* (VOC) da língua portuguesa a partir dos contributos, por cada país membro da CPLP, dos seus respetivos Vocabulários Nacionais<sup>44</sup>. No entanto as intensas reações em Portugal contra o acordo de 1990 e o facto de nem todos os países envolvidos o terem implementado, coloca a unificação ortográfica num impasse, sendo necessário analisar outras coordenadas, para entender um fenómeno que se tornou muito complexo, porque lugar de projeção de outros interesses e de outras problematizações.

Apenas em 2016 têm Portugal e Brasil uma norma ortográfica comum, ainda que disponibilizando a opção entre duas variantes, a do português europeu e do português sul-americano, solução encontrada para ultrapassar diferenças que, se não eram insuperáveis a nível teórico, são-no do ponto de vista do uso e das identidades sociopolíticas. Consegue-se assim, no final século XXI, um *status quo* sobre a língua que aparentemente preserva a unidade do idioma entre Brasil e Portugal e os PALOP. A língua dos acordos é a língua estática, a da gramática prescritiva, sempre necessária como *norma*, como modelo, mas é também a referência em função da qual as práticas literárias populares e as práticas cultas literárias afirmam a sua diferença. A *língua-em-devir*, essa, alheia a acordos ortográficos e protocolos diplomáticos, continua a saltitar e a rodopiar no uso de cada falante ou escritor, desviando-se de si própria, e, de uso em uso, espraia-se em variantes geopoliticamente validadas.

Uma vez que este trabalho não é no âmbito da linguística nem da história da língua, não analisará as questões mais específicas dos acordos, pois, sabe-se já, o que interessa para esta pesquisa são os enunciados identitários em torno da língua e da identidade nacional que tais acordos possibilitaram. Por isso presta-se mais atenção a outras pistas, tais como as hesitações, as dúvidas e os embates entre os

---

<sup>44</sup> Até 2014, apenas quatro países apresentaram os seus vocabulários nacionais – Portugal, Brasil, Moçambique e Cabo Verde, estando o de Angola a ser ultimado, com o auxílio de Moçambique, uma vez que ambos têm problemas semelhantes na relação do português com o grupo de língua Bantu. Está ainda em fase de preparação um Vocabulário Médico Comum, o que já fora apontado como uma enorme necessidade no início do século e, de novo, na década de 1940, conforme se pode confirmar na *Revista Brasileira* (cf. Bechara, 2005, 2006).

poderes normativos de cada estado ou de grupos representativos de diversos interesses sociais, sejam da literatura, do mundo editorial, jornalístico ou partidário. O que aqui se pretende colocar em jogo é esse equilíbrio delicado entre *norma* e *desvio*, que se entrevê na sequência de acordos e dos seus sucessivos incumprimentos, alterações e adiamentos. Esse desejo de ir ao encontro do Outro, de encontrar uma plataforma para o uso da língua comum, de ir construindo uma “unidade da língua” e a necessidade de, *ao mesmo tempo*, qual Penélope, de a ir desfazendo permanentemente. Como se, afinal, o *sentido* dos acordos não fosse a tranquila e definitiva aplicação das suas regras, mas antes a admissão de que, paralelamente à lei, continua o simples fluir da língua, o reconhecimento de que esta *língua-em-devir* acontece a qualquer momento, alheia a normas.

Pode-se perguntar, então, se o sentido, ou a razão de ser das leis sobre a língua, não residirá apenas neste *processo de as ir fazendo e desfazendo*, de as ir questionando, recusando e, simultaneamente, as ir aplicando não oficialmente, selecionando umas e deixando cair outras por entre as malhas das decisões oficiais? O uso cria, entre as malhas apertadas da regulação normativa, uma malha mais larga por onde o tempo respira, deixando que o processo vá acontecendo exatamente no seu não acontecer, ao longo de décadas, e que se vá afirmando a par das declarações sobre a sua impossibilidade. De algum modo, os enunciados à margem do acordo, mas por ele gerados, mais do que reflexões sobre regras idiomáticas, são reflexões sobre os modos como a língua subjetiva povos, sobre o modo como os cidadãos se projetam na sua língua ou com ela se identificam. As tomadas de posição em torno da língua são sempre momentos de redefinição identitária, seja individual, seja coletiva.

Recordando Deleuze, parece que o objetivo dos acordos ortográficos não é, afinal, o seu sucesso enquanto aplicação imediata nos países que o elaboram, mas antes os *fluxos* que os acordos desencadeiam, os movimentos identitários internos e externos à língua, aos indivíduos às próprias sociedades. Nesse caso, o “fracasso” de cada acordo é, na realidade, o seu sucesso, como o “fracasso” de cada idioma é a sua permanente transformação. Convenções ou acordos ortográficos, dicionários ou vocabulários comuns, mais do que normatizar a língua, vão esboçando sujeitos nacionais, eles também escapando ou emergindo pelas malhas de espaços-tempos, nas correntezas de muitos falares e modos de ir escrevendo. As mudanças ortográficas, como a da língua, não triunfarão exatamente ali onde parecem falhar?

### 3.3. O idioma: povos e dizeres entre a unidade e a diferença

O que torna fascinante a leitura das páginas da *Revista Brasileira* ou da *Revista da Academia*, em análise neste capítulo, é o facto de aí se sentir o pulsar apaixonado dos enfrentamentos políticos, gramaticais e literários. Nestas fontes estão bem claros os enunciados que associavam a identidade nacional tanto ao uso purista como ao uso inovador do idioma. A análise de algumas passagens deixa bem explícito como certos modos de relação e de identificação com o idioma ajudaram a configurar a língua literária do Brasil, a qual tanto era feita de heranças lusitanas como de novos elementos:

Há um modo tipicamente brasileiro de manejar a sua individualidade através de criações estilísticas. Há um modo tipicamente brasileiro de manejar a língua comum. O ideal é a procura e o cultivo dessa peculiaridade, na consecução da estilística Brasileira (Filho, A.M., 1945, p. 319).

Na escrita como na fala, a força centrípta dessa unidade ideal não exclui as infinitas variedades individuais. Ora, o escritor de boa formação clássica e nacional (...), para atingir a estilística brasileira, basta que seja fiel a si mesmo e trabalhe a expressão equilibradamente, sem forçar a nota (Filho, A.M., 1945, p. 320).

As passagens apontam para uma tentativa de compromisso entre uma *formação clássica* e um modo de expressão *nacional*. Indicam também que, mesmo entre os escritores brasileiros, havia tanto o desejo de *preservar a unidade* da língua como o de, simultaneamente, valorizar uma *estilística tipicamente brasileira*. É essa formulação brasileira, já não entendida como erro mas antes modo de dizer adequado a outra realidade, que virá a ser cada vez mais reconhecida, quando uma nova norma reintegrar as expressões até então tidas por erradas, desviantes, ou inferiores. O caminho para a construção de uma *norma-outra*, que desse foros de cidadania a uma *língua-outra*, era, como aconselhava Silva Ramos, “ir legitimando pouco a pouco, com a autoridade das nossas gramáticas, as diferenciações que se vão operando entre nós” (Ramos, *apud* Filho, A.M., 1945, p. 320).

Por vezes tal consciência era afirmada de modo ainda mais perentório:

(...) esquecem que os papéis estão invertidos. Sem o mínimo intuito de fazer patriotada, pode-se afirmar que o centro da civilização portuguesa passou do velho reino para o Brasil. Economicamente, Portugal já é uma colónia do Brasil. Ora, a supremacia económica precede e arrasta as outras. Se, portanto, a língua portuguesa ainda poder esperar um grande papel no mundo, será pelo

desenvolvimento que tiver no nosso país. Assim, é perfeitamente justo que a nós toquem as iniciativas (Albuquerque, [1910] 2012b, p. 32).

As formas que vimos inovando já atestam a originalidade do espírito brasileiro, ao mesmo tempo que a sua progressiva emancipação. Com elas respondemos perfeitamente às necessidades criadas pela renovação incessante de ideias, pelos factos novos em que se expande a vida social (Marques, [1924<sup>a</sup>], 2013, p. 133).

Não foi tranquila essa mudança de mentalidade, a qual aceita fórmulas novas como válidas para exprimir outros pensares e sentires; ela resultou antes de choques, embates, desafios pessoais e coletivos. A relação com a tradição da língua não deveria ser entrave a um novo modo de escrever, já Alencar o afirmara: “Não é somente no vocabulário, mas também na syntaxe da linguagem, que o nosso povo exerce o seu inauferível direito de imprimir o cunho da sua individualidade, abrazilizando o instrumento das ideias”<sup>45</sup>.

Esse processo de aceitação dos brasileirismos, longe de ser pacífico, foi um terreno de convulsões. As primeiras resistências datam de longe – são conhecidas as críticas de Pinheiro Chagas aquando da publicação de *Iracema*, criticando a José de Alencar o seu estilo:

o defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correcção na linguagem portuguesa, ou antes a *mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho portuguez, por meio de neologismos arrojados e injustificaveis, e de insubordinações gramaticais*, que (tenham cautela!) chegaram a ser risíveis se quiserem tomar as proporções duma insurreição em regra contra a tirania de Lobato (Chagas, 1867, p.221 ; itálico meu). <sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> José de Alencar, carta a Joaquim Serra, publicada em 1874, em *O nosso cancioneiro*, citado em Notas Lexicológicas (Bechara, 2005, p. 236).

<sup>46</sup> O “defeito” apontado por Pinheiro Chagas é também muitas vezes subscrito e reforçado por brasileiros cultores de uma escrita clássica, alguns dos quais se indignam com as transgressões linguísticas e apelam à pureza do vernáculo. Leia-se o que escreve, sobre o vocabulário médico no Brasil, o Dr. Plácido Barbosa: – “São cada vez mais numerosos os erros, os barbarismos, os vícios, as deficiências, as impropriedades e os desacertos de que anda inçado o vocabulário médico português hoje em uso. Sem resvalar na pedantaria, é nosso dever, certamente, procurar corrigir esses defeitos, defender a nossa linguagem contra a invação de termos vindíços, enriquece-la com as vozes próprias e bem formadas, policiar a introdução dos termos novos necessários, reviver os termos esquecidos sem razão, antepor, enfim, como diz Ruy Barbosa, a apalavra vernácula à estranha, a palavra genuína à espúria, a palavra segura à duvidosa. Um dicionário médico português, feito com escrúpulo, seria, por isso, no nosso país, e no momento atual, o mais interessante dos livros e responderia sem dúvida a necessidades vocabulares a cada instante sentidas pelos que versam a medicina.

Enquanto não surge quem possa fazer, como deve, esse dicionário completo, não será descabida a publicação dos esforços e das tentativas parciais em prol da vernaculidade e da correção do vocábulo e do discurso medico português. (...) aconselhando alguns termos novos, formas vocabulares corrigidas,

Repare-se nos termos empregues para depreciar a escrita de Alencar, cuja opção literária é classificada de *mania*, inscrita na ordem da *insubordinação* e do capricho, algo entendido como *injustificável*! O que incomodava Pinheiro Chagas eram o uso de termos indianistas, a introdução de vocábulos alheios ao português, que ele considerava, repare-se, corrupção, mácula:

Se os escritores brasileiros desejam realmente *fazer uma língua nova, corrompendo a antiga*, como as línguas modernas da Europa se formaram da corrupção do latim, devemos adverti-los de que isso não prova senão o desprezo das regras mais elementares da filologia (Chagas, 1866, p.221 , Itálico meu).

Receberam dos seus passados uma linguagem formosa, harmoniosa e opulenta e ...a estragam, ... a desfiguram, ... a maculam (Chagas, 1867, p.223 ; itálico meu).

A proposta de Alencar pode ser considerada o início do que se tornará uma reivindicação a favor de uma língua plenamente nacional, reivindicação que se intensificará na primeira metade do século XX, no Brasil, depois de vários debates para que os “regionalismos” não fossem tidos por desvios ou erros mas por marca identitária própria do Brasil. O que importava era demarcar um território mental, afetivo e linguístico que estava em processo de separação da norma portuguesa. Ao reivindicar, como alguns faziam, o estatuto de dialeto para a língua portuguesa no Brasil, o que então se pretendia era o reconhecimento da especificidade da expressão local, reconhecida como válida e não como forma errada, desvio vergonhoso. Contudo, nem todos aceitavam que o português do Brasil fosse dialeto e optaram antes por pugnar pelo seu reconhecimento como língua nacional, com normas gramaticais específicas, distintas do português europeu. Referindo-se às diferenças entre várias regiões, já em 1880 Pacheco Júnior afirmara que o português no Brasil não era dialeto mas língua nacional, atribuindo as “particularidades locais de pronúncia e fraseologia” não apenas ao clima mas também às diferenças sociais:

as discordâncias da linguagem geral mais sobem de ponto com o fraccionamento do povo, tornam-se tanto mais acentuadas quanto mais distintas e extremadas estiverem as classes sociais. Este facto nadam em si de extraordinário, e acha explicação na natureza das forças que presidem o desenvolvimento das línguas” (Pacheco Júnior, 1880, p. 209); acrescentava ainda que o “vocabulário representa as forças livres e

---

traduções exatas, revivendo e tornando conhecidos termos médicos vernáculos esquecidos ou desprezados, propondo, enfim, ao uso dos meus colegas, os termos médicos que, *pelo exemplo dos bons autores, pelo conselho dos cultores da língua ou por observação pessoal, se me deparem mais acertados, autorizados e próprios*, em oposição a *dições incorretas, peregrinas ou impróprias*, terei feito, espero, alguma coisa de útil, que nem por partir de boca humilde deixa o bom conselho de ser bom (Barbosa, apud Bechara, 2005, p. 361; itálico meu).

espontâneas da humanidade; é a fotografia do saber de um povo. (Júnior, 1880, p. 214).

Um desses desvios, que passou ser marca identitária, quase um “retrato” do povo brasileiro foi, desde muito cedo, a colocação dos pronomes oblíquos, que durante décadas foi um dos sinais dessa *língua-outra* a nascer, dessas transformações que fizeram com que a língua portuguesa fosse, no Brasil, a mesma língua que em Portugal mas, ao *mesmo tempo*, já uma *outra*. Como afirma Antônio das Chagas - “Raro será o homem de letras que, no fogo da improvisação, não haja ao menos uma vez hesitado na colocação dos pronomes, que lhe sussurram à volta da pena como incômodas vespas zumbidoras” (Chagas, [1880], apud Bechara 2005, p. 217). As inseguranças gramaticais são tidas como hesitações, falhas, desvios; o uso dos pronomes<sup>47</sup> oscilando entre certo e errado, entre ser ou não ser bem aplicado, identificava tipos de educação e pertencas socioculturais. Mas se tal dúvida é recorrente e tão generalizada, isso poderá revelar que, mais do que uma incerteza perante a norma, se trata do indício de um reajuste, um desvio a caminho de ser naturalizado, passando do uso corrente da língua para a literatura, patamar de reconhecimento. A importância desta transgressão não é apenas gramatical, mas social e política, indica a emergência de um poder enraizado em várias camadas da população, que começa a legitimar o desvio, e, desse modo, a validar cidadãos de falares distintos.

Se, como se lê em *Mil Planaltos*, “Uma regra de gramática é um marcador de poder, antes de ser um marcador sintático” (Deleuze e Guattari, 2007, p. 107), a validação de uma nova sintaxe indicará, sempre, uma deslocação das instâncias de poder. Neste caso, são os poderes locais e a cidadania brasileira que emergem, apoiados por este em que a língua desviada passa a ter aceitação social. Identificado agora como sendo marca de identidade idiomática, o que era “erro” entra na norma nacional, é bandeira da língua-outra, da cor local que a uma nova expressividade quer captar. Oswald de Andrade, que dizia ter trazido “da Europa uma máscara de

---

<sup>47</sup> No mesmo texto Antônio das Chagas continua a referir-se ao uso dos pronomes nos dois lados do Atlântico - “E quem se der ao trabalho de cotejar os livros brasileiros com os portugueses notará - primeiramente que estes, por via de regra, são mais artísticos; secundamente que é espantoso, phantasista, doida, a maneira de empregar os pronomes no período brasileiro.”; “A um distinto litterato pernambucano, que esteve largos anos em Portugal, perguntei certa vez como me explicava parecerem-me os seus escriptos de Lisboa perfeitamente certos, e os do Brazil quasi todos incorrectos no emprego do pronome” (Chagas, [1880] apud Bechara, 2005, p. 217).

gás contra os imortais da Academia Brasileira de Letras” (Pires, 2013, p. 175), distancia-se claramente, nestas e de noutras atitudes, da literatura culta, elitista e normativa. O que lhe interessava era esse romper de regras que via acontecer nas falas da rua, no uso quotidiano. Era a urgência em valorizar uma expressão do português única, porque fruto da terra, essa língua de transeuntes, de viajantes e trânsfugas – língua viajante e viajeira, língua errada, errante e certa, língua de poetas que escutam o povo mais do que leem os clássicos.

Língua que assume o erro deixa de ser língua errada? É esta a língua de quem assume o erro, o aceita como hábito, o integra por nova norma, o eleva a poesia e ri da desordem que isso causa. É a língua de quem está certo de que as escorregadelas no idioma, se vêm para ficar, terão mais força que qualquer regra gramatical. Oswald de Andrade, jornalista e poeta influenciado pelas novas expressões literárias que agitavam a Europa após a primeira guerra mundial, criou, dentro do *Movimento Modernista*, uma nova orientação que denomina *Movimento Pau Brasil*<sup>48</sup>. Na sua poesia é notória a provocação de quem assume uma escrita desviada – inspirado nos seus próprios manifestos, trabalha, já não uma língua exilada, mas *língua em devir*. Trata-se de uma língua portuguesa dos trópicos, já não marginal mas provocadora, reclamando os seus desvios como os novos traços de um retrato nacional a emergir. No seu livro intitulado *Pau Brasil*, publicado em 1925, ilustrava poeticamente esse processo de diferenciação pronominal:

Dê-me um cigarro  
Diz a gramática  
Do professor e do aluno  
E do mulato sabido  
Da nação brasileira dizem todos os dias  
Deixa disso camarada  
Me dá um cigarro

O poema refere um momento de viragem social, um momento em que a língua se torce e se “dobra” sobre si mesma, tornando-se ligeiramente outra, ultrapassado que foi o ponto de equilíbrio entre a correção dentro das normas europeias e a força da generalização dos desvios brasileiros. Neste sentido podem ser considerados *tensores* os termos que levam a língua a um limiar, que forcem essa língua a dobrar-

---

<sup>48</sup> Em 1924 publicara o “Manifesto da Poesia Pau Brasil” e em 1928 lê a amigos o seu “Manifesto antropológico”, depois publicado na “Revista de Antropofagia.”

se ou a revirar-se sobre si mesma de modo a que, com o mesmo material, produza algo novo. A colocação dos pronomes pessoais oblíquos podem ser considerados um dos mais antigos tensores desta língua que, no Brasil, começa a desterritorializar-se. São impulsos, contrações ou expansões de uma língua que começa a arrancar as suas raízes da antiga metrópole, simultaneamente já sem território mas esboçando um caminho novo.

Uma língua em desvio funda assim uma escrita em viés, de fora para dentro, da rua para os versos, da fala errada para o poema provocador, das ruelas e das favelas por onde a língua se desdobra à página onde o aluno se atreve a esquecer o professor, a regra da boa escrita. O poema acima transcrito expõe claramente a fissura gramatical que separa o gramático do homem da rua, o “professor” do “mulato sabido”. Aquele que quebra hierarquias e se dirige ao outro como “camarada”, desafia-o a abandonar fórmulas pronominais escolares, já pouco habituais na fala “de todos os dias”. A fissura na linguagem é gramatical e literária, sim, mas é também política, social pois dilui hierarquias; o simples facto de pedir um cigarro permite aos interlocutores criarem um espaço simbólico em que se colocam socialmente, apenas pelo uso de um pronome em relação ao verbo. O que este poema mostra é a recusa de habitar o espaço simbólico, social e idiomático, no lugar do desviante, do marginal. O desafio sorridente do mulato que convida o outro a “deixar-se disso” é um convite, não apenas para um outro uso linguístico, mas também uma opção por um modo de ser cidadão no seu próprio país, igual entre iguais. Trata-se de uma proposta para abandonar a fala dos salões, essa que cria a separação de classe e de estatuto, para que se passe a utilizar a fala que aproxima o Outro e o coloca *face a face*, um modo de falar que transforma um e outro em “camarada”, e, mais importante, em brasileiros<sup>49</sup>.

José Veríssimo escrevera que a questão da colocação dos pronomes era uma das grandes questões brasileiras, como a do café e a do câmbio. Rui Barbosa gabara-se mesmo de ser um dos únicos brasileiros a saber colocar bem os pronomes, o que mostra que não era apenas o povo que se estava a “deixar disso”, mas uma vasta

---

<sup>49</sup> A propósito desse encontro com o Outro, que o Movimento Antropofágico explicita de modo radical, Alexandra Lucas Pires evoca o antropólogo Viveiros de Castro, para quem a antropofagia terá sido “o único contributo realmente anticolonialista” que o Brasil gerou. “só o pensamento do outro é interessante, explica-nos a autora, “enquanto ‘potência de alteridade’ é a possibilidade de ser outro, de ser mais”, passando a explicar - “antes de ir buscar uma reflexão sobre o outro [...] é preciso ir buscar a reflexão do outro, experimentar-nos outros” (Pires, 2013, p. 122).



classe média-alta. O que está a acontecer é que grande parte da população brasileira, mais do que o esquecimento da correção normativa, está a desconsiderá-la, a substituí-la por algo mais familiar. Evocando Deleuze, seria possível dizer que é aqui, no assumir de termos e sintaxe consensuais no quotidiano brasileiro, que a língua começa a gaguejar<sup>50</sup>, a hesitar e, por isso, algo novo começa a ser produzido, quando a língua entra em “proliferação, bifurcação, desvio”, como diriam Deleuze e Guattari (2002, p. 75). Disso se dão conta os gramáticos brasileiros, que tentarão enquadrar e validar o novo quadro linguístico, assumir o divergir linguístico como próprio do povo brasileiro, ele também, pelas suas circunstâncias, um povo único, forçosamente divergente:

Toda língua altera-se fatalmente com a mudança de meio; é por conseguinte grande destempero taxar de erróneo o nosso modo de falar pelo facto de *divergir* em vários pontos da linguagem do reino (Ali [1895], in Bechara, 2005, p. 411, *itálico meu*).

Desterritorializada e a caminho de algo novo, esta língua em devir, a mesma mas recriada língua<sup>51</sup> em português, está para lá do certo ou do errado. Pode ser considerada uma *língua menor*, diria Deleuze, língua que gagueja em cada hesitação dos seus próprios falantes, língua dos que perdem as referências do que é certo e errado e a cada passo se podem sentir simultaneamente inseguros e empoderados. É uma língua renovada, no intervalo de incerteza que cria espaço para outras formas de falar e de escrever, e que está certamente para lá do bem e do mal, do certo e do errado, o que se comprova nesta passagem de Said Ali:

quem é que não se escandalizou com uma palavra ortograficamente errada? Mas porventura teremos nós todos refletido maduramente sobre a significação dos termos certo e errado em matéria ortográfica! (...). Tratando-se de ortografia, os vocábulos certo e errado não têm a mesma precisão que têm quando empregados, por exemplo, em referencia a realidades matemáticas (Ali, [1898], in Bechara, 2005, p. 424).

---

<sup>50</sup> “Uma literatura de minoria não se distingue por uma língua local que lhe seria própria, mas por um tratamento a que ela submete a língua maior.”; “fazer a própria língua gaguejar, no mais profundo do estilo, é um processo criador que atravessa grandes obras. Como se a língua fosse uma animal.”; “balbuciar, que é colocar em *suspense*, mais do que gaguejar, que seria uma retomada, uma proliferação, uma bifurcação, um desvio ...”; “cada vez que a língua é submetida a tais tratamentos criadores, é a linguagem inteira que é levada ao seu limite, música ou silêncio” (Deleuze e Guattari, 2002, p. 75, *itálico meu*).

<sup>51</sup> Com a expressão “nova língua” não se afirma que o idioma do Brasil se torna realmente um sistema linguístico diverso, apenas se sublinha que os desvios linguísticos que lhe são característicos fundamentam a sua passagem a *variante* da língua portuguesa.

Evocando ainda Deleuze e Guattari, pode considerar-se que esta língua desterritorializada é o material de um novo grupo de escritores, que enfrentam a norma de uma literatura estabelecida e que até então fora tida como modelo da boa escrita, no Brasil. As críticas de Pinheiro Chagas a José de Alencar indicam o incômodo perante um uso linguístico inusitado, e as “manias” que aquele aponta aos escritores brasileiros, serão, de algum modo, indícios de que se está perante um outro tipo de literatura, que parece manejar a língua de referência, o português europeu, de modo incorreto.

Recorrendo ao conceito de *literatura menor*, enquanto literatura que enfrenta a hegemonia de uma *literatura maior*, pode aceitar-se que estamos, no caso de alguns novos escritores brasileiros, perante uma literatura de um grupo minoritário dentro do campo literário mais vasto e convencionalmente estabelecido, no qual os *escritores menores* rompem convenções e introduzem novas formas de enunciação e novos usos linguísticos. Será possível considerar que se assiste, no Brasil de meados do século XIX em diante, ao enfrentamento de uma *literatura maior* por uma *literatura menor*, considerada popular, marginal ou transgressora. É o modelo da boa literatura (seja a dos grandes mestres portugueses ou outros europeus e também a dos escritores que no Brasil optavam pelas opulentas formas clássicas) que uma literatura menor vai abalar. Será uma espécie de luta de David e Golias, em que uns defendem os modelos literários e linguísticos vigentes nos meios tradicionais, validados a partir da ex-metrópole, tendo a seu lado o peso institucional e acadêmico, *versus* outros que se sujeitam ao desprezo e à incompreensão por usarem literariamente termos locais, por ousarem negar o terreno sólido das normas e convenções literárias e assim ousarem desterritorializar-se, condição necessária para se libertarem de regras e exercitarem novos usos da língua e novos modos de enunciação (cf. Deleuze e Guattari, 2002).

Com a gradual afirmação destes usos menores da língua, forçosamente políticos e ligados a processos identitários, há que assumir novas normas, distintas das usadas pelo campo da literatura maior e de uma gramática maior, erudita, arreigada no latim, que as classes populares brasileiras desconhecem. É mesmo necessário “marcar a que ponto a política trabalha a língua de dentro, fazendo variar não só o léxico, a estrutura e todos os elementos da frase, ao mesmo tempo que as palavras de ordem mudam” (Deleuze e Guattari, 2007, p.117). Começa assim o trabalho dos gramáticos, como João Ribeiro ou Said Ali, alertando para a

viabilidade de outros usos não prescritos no português da metrópole, na sequência de um movimento nacional de reflexão sobre os desvios da língua, que já se vão tornando banais. João Ribeiro, autor de uma das primeiras gramáticas da língua no Brasil intitulada *A Língua Nacional*, tornara-se um dos representantes dessa nova discursividade:

A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos.  
A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar ideias e sentimentos que nos são pessoais.  
Já não é a língua que apuramos, é o nosso espírito que sujeitamos a servilismo inexplicável.  
Falar diferentemente não é falar errado (Ribeiro, 1997, p. 51).

Deleuze e Guattari, com o seu conceito de *literatura menor*, ajudam a entender este fenómeno de um uso da língua simultaneamente *em rutura* e *em devir*, em processo de se tornar outra coisa. Em relação a alguns escritores e gramáticos brasileiros - que buscarão, nas primeiras décadas do século XX, validar esses usos menores da língua -, podem aplicar-se as palavras que aqueles teóricos usaram para explicar a obra de Kafka, ela também à margem, também *literatura menor*. Pode dizer-se que tais escritores brasileiros, ao integrarem os desvios da linguagem na literatura, procuravam “encontrar o seu próprio desenvolvimento, o seu patuá, o seu próprio terceiro mundo, o seu próprio deserto” (Deleuze e Guattari, 2002, p. 40).

Para Deleuze e Guattari, o conceito de *literatura menor* é mais vasto e rigoroso que os de literatura popular, proletária ou marginal, termos considerados imprecisos. Os usos *menores* da língua, próprios desta literatura, não são paradigma de uma classe social, não significam inferioridade<sup>52</sup>, nem remetem para nenhuma valoração hierárquica, antes denotam, isso sim, esse embate entre o que está estabelecido e o que está ainda instável, em mutação. Trata-se do confronto entre o modelo fixado e uma fala balbuciante, a estrear-se. A literatura menor, porque transgressora, porque racha a linguagem e nela força o novo, é uma literatura revolucionária “no seio daquela que se chama grande”. A literatura menor busca desterritorializar a língua, dar-lhe um outro território porque, no território da

---

<sup>52</sup> “Uma literatura menor não pertence a uma língua menor mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior. E a primeira característica é que a língua, de qualquer modo, é afetada por um coeficiente de desterritorialização” (Deleuze e Guattari, 2002, p. 38).

convenção literária ela escava o seu próprio espaço, procura “escrever como um cão que faz um buraco, um rato que faz uma toca” (Deleuze e Guattari, 2002, p. 40). Poder-se-á então dizer que se trata de escrever como quem constrói, pelo idioma, um novo país, de escrever como quem mapeia literariamente uma outra nação. Porque a literatura menor é sempre política e coletiva<sup>53</sup>.

Um bom exemplo de literatura menor é a obra de Lima Barreto, escritor mestiço, cujas personagens eram figuras marginalizadas socialmente, os pobres e os boêmios. Pela sua condição social, foi, ele também, gradualmente marginalizado pela elite cultural com quem conviveu, mas de quem se foi distanciando, dado o incômodo causado pela sua escrita acutilante, na qual caricaturava aspetos da velha república, onde aristocratas e militares mantinham os seus privilégios. Trata-se de um escritor menor, não pela qualidade da obra, mas por esse lugar que ocupa à margem, a partir da qual provoca e revoluciona, pelo modo de olhar, de denunciar e de escrever. Ignorado pelos pares e cada vez mais entregue à bebida, vai-se afastando dos meios literários, desiludido com a sociedade brasileira e os literatos, “essa espécie animal” em que achava uma “lastimável limitação de ideias”. Apesar de ter sido proposto para a Academia Brasileira de Letras, que considerava “o cemitério das letras e dos literatos”, será rejeitado por esses a quem acusa de estarem “guiados por conceitos obsoletos” (Barreto, apud Prado, 2012, p. 124) e durante anos foi pouco valorizado, ainda que seja hoje leitura obrigatória nos programas escolares.

O que Lima Barreto traz é algo de inovador, que muito terá influenciado o movimento modernista posterior. Ao “homem da sociedade”, com o seu falar sofisticado, opõe “o homem do mato” (apud Prado, 2012 p. 99). Questiona a fala complicada e rebuscada, de regras caducas, para afirmar insistentemente a necessidade de um falar que dê voz aos brasileiros. “Se a função normal da literatura é, dizendo o que os simples fatos não dizem, revelar, *para ligar uma alma às outras*, nunca ela foi tão útil como é agora no Brasil” (Barreto apud Prado, 2012, p. 76; *italico meu*). Atente-se que, nas palavras de Lima Barreto, esta língua nova e a

---

<sup>53</sup> “A segunda característica das literaturas menores é que nelas tudo é político. (...). O seu espaço exíguo, faz com todas as questões individuais estejam imediatamente ligadas à política. (...). (Deleuze e Guattari, 2002, p. 39); “o que o escritor diz sozinho já constitui uma ação comum, e o que diz ou faz, mesmo se os outros não estão de acordo, é necessariamente político. O campo político contaminou o enunciado todo” (Deleuze e Guattari, 2002, p. 40).

sua correspondente literatura deveria ter a função de ligar as gentes, “as almas” do novo país, uni-los sob uma mesma língua e uma mesma identidade:

A velha terra lusa tem um grande passado. Nós não temos nenhum, só temos futuro. E é dele que a nossa literatura deve tratar, de maneira literária. Nós nos precisamos ligar; precisamos nos compreender uns aos outros; precisamos dizer as qualidades que cada um tem, para bem suportarmos o fardo da vida e dos nossos destinos (Barreto apud Prado, 2012, p. 64).

Embragado de futuro, como a jovem nação, bate-se para que os brasileiros se demarquem dos portugueses, esses “carpidores do passado”:

Que Portugal faça isso, vá! Que lá ele se console em rever a grandeza passada dos lusíadas em um marquês que tem por amante uma fadista, ou que outro nome tenha, da Mouraria, concebe-se; mas que o Brasil o siga em semelhante choradeira, não vejo por quê.

(...)

Temos de rever os fundamentos da pátria, da família, da propriedade, temos que rever os fundamentos da arte e da ciência (Barreto, apud Prado, 2012 p. 65).

Repare-se neste diálogo, no livro *Recordações do Escrivão*, datada de 1909:

- Não quero mais gramática, nem literatura aqui!... Nada! Nada! De lado essas porcarias todas... Coisa para o povo, é que eu quero!

- Mas, doutor, a língua é uma coisa sagrada, o culto da língua é um pouco o culto da pátria. Então o senhor quer que o seu jornal contribua para a corrupção deste lindo idioma de Barros e Vieira...

- Qual Barros, qual Vieira! Isto é brasileiro – uma coisa diversa!

- Brasileiro, doutor! – falou mansamente o gramático. – Isto que se fala aqui não é língua, não é nada: é um vazadouro de imundícies. Se Frei Luís de Sousa ressuscitasse, não reconheceria a sua bela língua nessa amálgama, nessa mistura diabólica de galicismos, africanismos, indianismos, anglicismos, cacofonias, hiatos, colisões... Um inferno! Ah, doutor! Não se esqueça disto: os romanos desapareceram mas a sua língua ainda é estudada... (Barreto, apud Prado, 2012, p. 53).

Estas duas posições, uma desvalorizando “o que se fala aqui” e outra considerando que é exatamente esse falar que deve ser valorizado, representam bem, na passagem do século XIX para o século XX, a clivagem que então se aprofundava na sociedade brasileira. É bem uma *literatura menor*, no sentido deleuziano, a de Lima Barreto, autor que apela a uma outra norma, que abertamente desafia os valores literários vigentes:

Eu tenho notado nas rodas que hei frequentado (...) uma nefasta influência dos portugueses. Não é o Eça, que inegavelmente quem fala português não o pode ignorar, são figuras subalternas: Fialho e menores.

Ajeita-se o modo de escrever deles, copiam-se-lhes os cacoetes, a estrutura da frase, não há entre eles um que conscientemente procure escrever como o seu meio o pede e o requer, pressentindo isso na tradição dos escritos passados, embora inferiores (Barreto apud Prado, 2012 p. 25).

Machado escrevia com medo do Castilho e escondendo o que sentia, para não se rebaixar; eu não tenho medo da palmatória do Feliciano e escrevo com muito temor de não dizer tudo o que quero e sinto, sem calcular se me rebaixo ou se me exalto (Barreto apud Prado, 2012, p. 34).

Em *O Triste Policarpo Quaresma*, de 1911, Lima Barreto cria uma personagem com o nome que consta no título, sargento, músico e poeta desiludido com a velha república brasileira. Esta personagem principal é uma figura de modo algo carnavalesco, no sentido de Bakhtin, uma figura carregada com traços de caricatura, através da qual melhor são expostos e satirizados aspectos da sociedade brasileira, que todos reconhecem (cf. Bakhtine, 1970). O riso provocado por algumas passagens, que roçam a comédia, leva cada leitor a pensar na sua própria relação com as convenções sociais, nomeadamente a sua relação com a língua portuguesa. É posto a ridículo o culto do idioma, que ainda permanece em certas camadas sociais, desajustado do povo real, que as elites brasileiras persistem em ignorar. Policarpo Quaresma encarna uma contra atitude, igualmente exagerando a sua posição para denunciar quão era obsoleto o português padrão e quanto podia estar distante do povo, pelo que, sugere ironicamente, se deveria adotar a língua Tupi como língua nacional.

Lima Barreto e as personagens que são seu *alter ego*, podem bem ser vistos como representantes de uma nova atitude idiomática e cidadã que, fazendo frente à habitual autoridade idiomática e literária, começa a impor-se como modelo para os jovens escritores do novo país. Lima Barreto constrói uma trama que deixa perceber os argumentos e reações quer dos apoiantes da língua popular quer dos que pugnam pela norma vigente. Tal embate está bem expresso nos comentários de uma personagem que, na referida obra, lamenta a decadência da língua o Brasil – “Isto não é **língua**... Não a posso ouvir... Tudo errado... Que vai ser disto!” e afirma, por isso, ter mesmo receio de falar – “Os erros são tantos, e estão em tantas bocas, que temo que eles me tenham invadido e eu fale *esse calão indecente*” (Barreto apud Prado, 2012 p. 48, negrito do autor; *italico* meu). A isto responde o aprendiz de literato, Policarpo Quaresma – “A questão não está em escrever uns versos que digam coisas bonitas; o essencial é achar-se as palavras que o violão pede e deseja”

(Barreto, apud Prado, 2012, p. 48). Natural será, depreende-se pela voz desta personagem, que o “povo do violão” verseje de modo diferente do povo luso, uma vez que um tem a viola e outro o violão, imagens que se tornam metonímia de modos de vida distintos.

Vale a pena finalizar esta secção com a leitura da carta que Policarpo Quaresma - *alter ego* literário do também desiludido e irónico Lima Barreto -, envia ao Congresso Brasileiro. Trata-se, naturalmente, de um exemplo ficcionado de um texto *menor*, no sentido deleuziano, isto é, provocador e revolucionário:

Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse facto, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se vêem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir polémicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma, – usando do direito que lhe confere a constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam a favor de sua idéia, pede vénia para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política dos pais requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática.

Demais, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é verdade, mas a que o polissintetismo dá múltiplas feições de riqueza, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal – controvérsias que tanto empecem o progresso da nossa cultura literária, científica e filosófica.

Seguro de que a sabedoria dos legisladores saberá encontrar meios para realizar semelhante medida e cónscio de que a Câmara e o Senado pesarão o seu alcance e utilidade

P. e E. deferimento. (Barreto, [1911]1994, pp. 52-53).

Uma tal apologia do Tupi pode ser entendida como uma caricatura daqueles que, na sociedade local, intentam preservar a norma idiomática e cultural portuguesa. É também uma crítica, dialógica, carnavalesca, dirigida aos grupos de intelectuais que, desejando afastar-se de Portugal, decidem inventar uma origem social e idiomática.

Não me parece que Lima Barreto aderisse realmente a este anseio pelo Tupi como língua nacional. Penso que estamos perante um habilidoso artifício literário,

em que tanto o sargento Policarpo Quaresma, como a própria língua tupi, funcionam dialogicamente, a fim de servir de espelho social, no qual os puristas da língua reconheçam a sua ridícula posição e os inventores de uma origem indígena percebam a falácia dos seus argumentos (cf. Bakhtine, 1970). Pode deduzir-se, pelas passagens satíricas da obra, quão descabido é agarrar-se quer a uma distante raiz europeia, quer a uma inventada origem Tupi. Esta imagem do índio enquanto símbolo de um Brasil genuíno, aparecera em José de Alencar e reaparecerá em Oswald de Andrade, no Movimento Modernista. Surge assim um símbolo identitário que remete para várias dimensões, seja para natureza livre e espontânea, seja para uma nostalgia e perdida língua própria. O que era em Lima Barreto aparece como caricatura, metáfora de um desejo de identificação pouco lógico, na medida certamente os imigrantes vindos da Europa não podiam reivindicar ascendência índia, passará a absorver e representar a força positiva de um desejo coletivo, que se condensa simbolicamente na figura e nas falas dos índios.

Com esta carta ficcionada de Policarpo Quaresma, o livro de Lima Barreto constitui-se como um exemplo significativo da nostalgia dos que, reinventando-se brasileiros, desejam também inventar uma língua “própria”, brasileira, ainda que ao arrepio dos factos históricos. Este é um desejo que se desenvolverá nos anos seguintes, literariamente forjado e alimentado. Trata-se de um anseio que incentiva uma outra cidadania idiomática e uma outra identidade literária, com visibilidade no Movimento Modernista de 1922, em que surge, pela pena de Oswald de Andrade, a personagem *Macunaíma*, o índio que critica o povo de São Paulo por falar uma língua e escrever noutra, apontando assim o dedo às clivagens idiomáticas e culturais do país.

Tanto o desiludido e culto sargento-músico, Policarpo Quaresma, como *Macunaíma*, esse “herói sem nenhum carácter”, são retratos, ou esboços caricaturais, de tipos populares que estão: i) em busca de outros modos de se exprimir; ii) em busca para uma origem mítica, ainda que forjada, que os resgate da tradição europeia que sobre eles pende, e que cada vez mais se desenraíza e perde sentido. Os traços melancólicos, ainda que irónicos, do sargento-músico Quaresma apresentam algo de disfórico e anti-heroico, de anti normatividade, pelo que espelham um novo modelo identitário, ironicamente autorreflexivo, simultaneamente empenhado e descrente. Figura emblemática, com traços de personalidade do próprio autor que o criou, Policarpo Quaresma, é a rosto de



muitos outros e as suas desventuras revelam os vários paradoxos com que se defronta diariamente o povo brasileiro ao nível idiomático mas também social, político, identitário.

Já José de Alencar, com *Iracema* (1865) usara a cultura e a língua tupi como símbolo de uma outra origem simbólica e de uma desejada identidade brasileira. Para lá de uma nostalgia simbólica de um passado “tupi” reinventado de “brasileiro”, o que gestos como este inauguram é a necessidade de repensar a língua imposta como exemplo da boa linguagem e de valorizar antes a língua que realmente se fala no quotidiano, fruto de encontros de muitas e variadas gentes. Lima Barreto mostra bem como à língua dos salões começa a impor-se a dos violões, mas esta é uma clivagem que atravessará épocas históricas e vários sistemas de educação nacional, pelo que é, ainda hoje, metáfora de outras fissuras nacionais. Quando, anos depois, em 1928, Oswald de Andrade, no seu *Manifesto Antropófago* publica o poema *Tupi or not tupi, that is the question*, distorcendo a famosa frase de Shakespeare e criando o chavão de um certo modo de estar e ser brasileiro, sublinhava, a par da questão de língua, uma questão de identidade, um traço próprio da cultura brasileira, necessariamente antropofágica a nível cultural e linguístico. Havia, pois que devorar a língua do outro e torná-la sua, digerir o estrangeiro tal como os índios tupis tinham, literalmente, comido os primeiros missionários evangelizadores. A cultura brasileira assumia-se, no modernismo de Oswald de Andrade, como sendo essa cultura que ingere e processa a seu modo o que é do Outro e a torna inegavelmente sua, na recuperação de tradições simbolicamente assumidas.

### **3.4. De dialeto a língua nacional**

*O povo que chupa o caju, a  
manga, o cambucá e a  
Jubiticaba, pode falar uma  
língua com igual  
pronúncia e o mesmo  
espírito do povo que sorve  
o figo, a pêra, o damasco e  
a nêspêra?*

(José de Alencar)

O “cisma ortográfico”, que a *Academia Brasileira da Língua* tentou provisoriamente evitar, na primeira década do século XX - cisma esse entre a moderna norma portuguesa e uma incerta norma brasileira de uso irregular -, era também, de algum modo, uma clivagem a aprofundar-se na sociedade brasileira ainda em formação, cindida entre os que falavam e escreviam *bem*, e os que falavam e escreviam *mal*. A uma escrita *correta* e a outra *errada* fazia-se corresponder valores subjetivadores, juízos de valor moralizantes – mesmo ao defender a mudança ortográfica. Carolina Michaelis, que em 1991 integrava a comissão para a reforma ortográfica em Portugal, sentira-se na obrigação de garantir que a nova grafia permitiria a vulgarização “de quanto há de belo e de útil e de bom” (Michaelis, 1911c, p.1). A especialista tentava explicar pedagogicamente que a mudança da grafia não faria a escrita perder a qualidade ontológica que não possuía, que não rebaixaria quem a usasse, antes permitiria a um maior número o acesso de mais aos altos valores, associando o belo e o bom ao útil.

Aos polos da *boa grafia*, *do bom estilo* e *do sujeito educado* correspondia um polo da *má grafia*, que tinha vários nuances, desde os deslizes da desatenção, da pouca preparação escolar, da ausência de estilo próprio ou mesmo de um desconhecimento das regras. Os diversos usos da língua, quer escritos quer orais, delimitavam espaços de pertença sociocultural, definiam códigos de aceitação e exclusão. Percebe-se que a elite tudo fazia para se demarcar do povo, exibindo as marcas de uma distinção percebida não apenas como literária. Por isso se fala da língua como se falaria de um indivíduo, atribuindo-lhe um perfil moral. José Veríssimo, em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, ao defender a aproximação à norma portuguesa escrevia – “Não pode ser indiferente que cada um escreva a seu talante. A unidade gráfica como que aumenta a respeitabilidade e o *decor* das línguas” (Veríssimo, 1911, p. 257, *italico meu*). Estes atributos de respeitabilidade, de reserva moral ou aristocracia intelectual, transitavam entre língua e indivíduos, não sem inocência, pois traçavam o limite entre os que usavam a língua com “decor” e os que a usavam sem pudor algum, vilipendiando-a.

Por contraponto à ex-metrópole, o uso da língua no Brasil será visto pela elite cultural como desvio e decadência moral. Na ABL, ou em grupos de elite, debatiam-se os “brasileirismos,”<sup>54</sup> procurando determinar os mais aceitáveis, quais os que

---

<sup>54</sup> Nos *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, pode encontrar-se uma definição de brasileirismo – “Qualquer palavra ou combinação delas, aqui usadas e não aceitas além-mar, e, se o

constituíam uma afronta ao carácter da língua, ou, pelo contrário, quais os que lhe davam um cunho local, uma expressão mais brasileira. Muitos achavam que o vernáculo estava *ameaçado* de brasileirismos e não raro surgiam noções de *impureza* e *imperfeição* a respeito dos novos termos do Brasil. Esta foi uma questão que se intensificou ao longo do tempo, quando se foram impondo vozes a favor de uma expressão literária local mais distinta do modelo europeu, nomeadamente com o movimento modernista de 1922, em que os escritores assumiram a experimentação idiomática e, levando a língua ao seu limite, a fizeram gaguejar, divergir, bifurcar. Já anteriormente Alencar defendera que a língua era a nacionalidade do pensamento, pelo que sublinhava a influência de um novo espaço geográfico e mental para o aparecimento de um novo uso da língua, capaz de exprimir novas ideias, de dar voz, como se lê em epígrafe, ao “povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba”.

Alencar e Gonçalves Dias seguiam, porém, modelos literários clássicos, tinham ainda referências europeias, pois, se bem que procurassem ter temas e vocábulos locais, a sua escrita inscrevia-se na pura tradição romântica. Não há ali ainda a possibilidade de fundar uma diferença mais radical, que na época ainda não era possível ser pensada. Só décadas depois será possível fazer a língua dobrar-se sobre si mesma, imprimir-lhe, na escrita, a tensão liminar que a fala já atingira, o que aconteceu, por exemplo, quando na Academia Brasileira de Letras o escritor Graça Aranha se manifestou a favor de um movimento literário de expressão brasileira, dividindo opiniões.

À época, sobretudo a partir dos anos 20 do século passado, mais do que a grafia, passava a estar em causa a manutenção de uma moral literária e social de uns poucos *versus* a validação de um imaginário e vocabulário locais de muitos outros, de sujeitos e modos de vida brasileiros. As vozes sobre a inevitabilidade desse caminho de maior diferenciação, seja idiomática ou literária, comungavam todas, de certo modo, da ideia aqui expressa por Medeiros de Albuquerque – “em matéria de língua, a supremacia passou para nós. Somos nós hoje os donos da língua. É nossa opinião que deve prevalecer em todos os desacordos” (Albuquerque,

---

foram, mantêm lá um sentido exótico; como também: qualquer palavra ou sua combinação que, sendo arcaicas por lá, continuam em uso aqui.” O autor deste artigo acrescenta ainda outros – “vocábulos, arcaicos ou não, que adquiram nova interpretação entre nós, conservando ou não, as suas aceções primitivas” (Pinto, 1957, p. 190-191).

apud Sobrinho, 2000, p. 227).

Mesmo na ABL, a partir da década de 20, a admissão de que a literatura pode usar temas e vocábulos “brasileiros” já não causava as reações extremas que vimos em finais de oitocentos. Com o modernismo, de que se destacam nomes como Mário de Andrade e Oswald de Andrade, a literatura do Brasil já não era vista como algo tão consensualmente marginal. A relação entre língua e identidade nacional<sup>55</sup> intensificava-se a ponto de, em 1935, alguns deputados da Câmara do Rio de Janeiro terem avançado com uma proposta de alteração da terminologia da língua no Brasil. Preferiam o termo “língua brasileira” ao termo “língua portuguesa”. Através da obra de Luiz Francisco Dias, intitulada *Os Sentidos do Idioma Nacional* (1996), temos acesso a passagens de publicações anteriores, nomeadamente os *Anais da Câmara Municipal do Distrito Federal* (julho a setembro de 1935), os *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro (1935), os *Anais da Assembleia Constituinte*, do Rio de Janeiro, em 1935. Os empolgantes debates sobre a denominação do idioma no Brasil, registados nos *Anais da Câmara dos Deputados*, do Rio de Janeiro (1935), dão-nos conta da divisão ideológica e identitária dessa Câmara, num ano em que se daria a intentona comunista, cuja repressão levou a que o Congresso Nacional decretasse Estado de Guerra, preparando o aparecimento do Estado Novo, em 1937. Este breve resumo da situação política serve para sublinhar que a questão da língua era apenas mais um instrumento de luta, por vezes mesmo metáfora de confrontos mais vastos que agitavam os campos ideológicos. Leia-se o que diz Aureliano Leite, Deputado da Câmara Federal de 1935:

Existirá, de fato, uma língua brasileira? Talvez que sim. Mas não é a em que falam os homens educados. Não é a em que nós, Deputados do Parlamento, nos exprimimos, mesmo na intimidade. Não é a com que oramos e escrevemos. Não é a com que convivem e conviveram os nossos maiores prosadores e poetas. (...) Não é, enfim, a língua em que se edificou o nosso já considerável património literário (Leite [1935], apud Dias, 1996, pp. 49, 50).

---

<sup>55</sup> A académica brasileira, Maria Rita Toledo, referindo-se às primeiras décadas do século XX, no Brasil afirma – “O público procurava autores e obras produzidas no país e os editores começavam a publicar as novidades brasileiras. A literatura brasileira inicia a sua emancipação. O mercado editorial, na década de 20, sofre um deslocamento lento em relação à produção nacional” (Toledo, 2006, p. 204). Com as novas estratégias editoriais o livro produzido localmente passa a estar relacionado com uma intencionalidade educativa e identitária, já que, afirma a mesma autora “depois de se nascer nas escolas e no professor, bem como no livro – as missões de nacionalizar a cultura brasileira e a conquista do público leitor para a literatura nacional, de instrumentalização de uma escola remodelada em prol da civilização e de produzir uma nova opinião pública sobre a política e a cultura nacionais” (Toledo, 2006, p. 205).

Não admira a radicalização de algumas opiniões dos deputados. Se uns queriam preservar a pureza de uma língua que dominavam e com a qual ganhavam distinção (Bourdieu, 2010), outros pretendiam a valorização da língua que as camadas menos cultas usavam no quotidiano, o que remetia para um *desejo de Si* consagrado na Diferença e implicava também, o assumir-se como Outro. Era o desejo de um eu nacional em devir na língua, o apelo ao reconhecimento de que *esse devir linguístico* anunciava um *devir cidadão*, como se pode perceber pelas palavras do deputado Frederico Trotta:

O dia em que passarmos a denominar de brasileiro o idioma em que exprimimos os nossos desejos, as nossas dores, as nossas vontades, as nossas imposições de carácter nacional, teremos ressurgido, derrubando a pedra sepulchral que fecha hermeticamente o pensamento traduzido em língua portuguesa. (cf. Dias, 1996, p. 60).

Outros, naturalmente, sentiam uma vaga ameaça nesse projeto que reconhecia a fala de um povo “sem fé, nem rei, nem lei”, uma expressão antiga para mencionar aqueles brasileiros pertencentes a etnias que tinham dificuldade em pronunciar os sons “f”, “r” ou “l”, e, eram, por isso, indiferentes às normas da boa fala, menos ainda de uma boa escrita (cf. Dias, 1969).

A favor desse povo ignaro, “sem lei”, com uma língua que não parecia pertencer-lhe, destacam-se as intervenções de alguns deputados defendendo reconhecimento de uma realidade tipicamente brasileira. Emancipado o povo, faltava emancipar a língua. Este tema era recorrente, o da “emancipação da língua”. A questão surgira por ocasião da primeira constituição brasileira, mas D. Pedro I conseguira contorná-la na constituição de 1823. Três anos depois o deputado José Clemente Pereira apresenta, em 1826, uma emenda no Parlamento Brasileiro para que os diplomas dos médicos cirurgiões fossem redigidos “em língua brasileira” que considerava ser “a mais própria”<sup>56</sup>. Tanto nesse ano como em 1827 se travaram polémicas no parlamento “em torno do ensino da língua e da gramática”, de que resultou a lei de 15 de outubro de 1827, a qual estabelecia que os professores deveriam ensinar a ler e a escrever “a gramática da língua nacional”, sendo esta a primeira vez que a expressão aparece num texto legal. Do que se depreende que os debates na Câmara do Rio de Janeiro já se inscreviam numa certa tradição histórica,

---

<sup>56</sup> Declarações de Clemente Pereira, no Parlamento Brasileiro (cf. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 22 de Junho de 1826, p. 264).

davam voz a um segmento discursivo que já fluía, discreto, desde o século XIX, ainda que os seus opositores se vissem, por vezes, colocados em posições ambíguas, como Jansen Muller, em discurso de 1935, de que transcrevemos duas passagens:

1 . Sr. Presidente, estou acompanhando a discussão que se vem travando em torno da denominação da nossa língua, isto é, de uma língua a que chamarei de néo-portuguesa, porquanto, verdadeiramente o vernáculo tem soffrido modificações, e estas modificações se vem verificando de accordo com as regiões do Brasil Não recuso o meu voto ao projeto do Sr. vereador Frederico Trotta, *devido ao facto de recear que pareça uma falta de pattriotismo negar que no Brasil se falla a lingua brasileira.*

Consequentemente, em torno da língua o que se verifica é um regionalismo. Entretanto, immensa seria a minha satisfação se o brasileiro, que se falla em nosso paiz, fosse igual ao brasileiro que todos os brasileiros escrevem (cf. Dias, 1969, p. 55, *itálico meu*).

2 . Sr. Presidente, dizem os meus dignos collegas, Srs. vereadores Alberico de Moraes e Ernani Cardoso, que José de Alencar e Gonçalves Dias eram favoráveis à criação de uma língua nacional. E no entanto não escreviam elles em brasileiro, mas em português o mais castiço, que haviam aprendido em Coimbra, centro intelectual da Pátria Portuguesa (...). Sr. Presidente, eu já dei as razões pelas quaes eu votaria a favor. *Só para que não digam que não sou brasileiro, Sr. Presidente.*

*Agora, o que eu queria era, alem de ser brasileiro, saber bem português.*

Esse era o meu maior desejo (cf. Dias, 1969, p. 55, 56, *itálico meu*).

Para este deputado parece estar implícito que não basta mudar o nome da língua para se garantir o bom uso, a correção da expressão falada e escrita. Nota-se, no entanto, que há um outro valor que se sobrepõe àquele que consistia em escrever bem, com correção – o patriotismo é a razão pela qual o deputado diz que votará contra as suas próprias convicções. Patriotismo, ou medo de ser acusado de pouco patriota, o que importa é que, no Brasil, exerce-se pressão sobre os cidadãos e deputados no sentido de obter consensos onde não os havia, em nome de uma pertença nacional. Perante a coação da norma social implícita, a nacionalidade começa a sobrepor-se à correção idiomática, na captura de fidelidades.

O desejo de bem escrever ou de “saber bem português” que este deputado ironicamente menciona, desmascarando algum facilitismo na ambição de tudo incluir e tudo normalizar, calava bem fundo em grande parte da sociedade brasileira que era, como sabemos, consumidora fiel das crónicas gramaticais que os jornais publicavam. Vale a pena transcrever parte de um diálogo entre dois deputados da *Câmara Municipal do Distrito Federal* (1935), para percebermos a tensão

identitária projetada numa língua que tanto era associada ao cânone literário português como ao samba das favelas:

Estudei essa coisa que se chama portuguez pelo Camões, pelo Frei Manuel Bernardes e Padre António Vieira.

De sorte que, senhor presidente, hoje quando leio samba acho muito interessante, porém *não quero ver o samba transformado em língua nacional, não quero ver aquella linguagem no recesso da minha intimidade*, porque, então, Sr. Presidente, vai o terra-terra

O Sr. Roméro Zander – *Essa é a língua carioca. É regional nossa.*

O Sr. Jansen Muller – Diz o nosso colega Sr. Vereador Roméro Zander que é a língua carioca e eu direi que é a nossa canção que vem do morro, com lágrimas e com sorrisos, muitas vezes.

Ella que vem trazer à quietude do nosso lar essa emoção que essa gente sente e que sabe tão bem dizer nessa meia-língua.

Essa meia-língua, entretanto, tende ao desaparecimento, ou, então, estamos na mais deplorável das decadências, que é a da instrução pública. (cf. Dias 1969, p. 56, *italico meu*).

Esta “meia-língua”<sup>57</sup> a que se refere o deputado Jansen Muller é a língua portuguesa já desterritorializada, desfigurada, em busca de um rosto novo, de um outro nome e, note-se, sempre em relação à preocupação maior deste deputado – “a instrução pública”. Em última análise, o ensino, enquanto educação básica de um povo traz necessariamente a lume a relação entre o idioma e seus sujeitos, sempre em termos identitários. O debate destes dois deputados deixa depreender que a língua que os ocupa é carregada de *tensores*<sup>58</sup>, ‘é aquilo que Deleuze e Guattari diriam ser uma língua “a vibrar em intensidades”<sup>59</sup>, abrindo brechas em pontos de tensão gramatical. Com a nova terminologia, *língua brasileira* - a qual deveria substituir o termo *língua portuguesa*, quando se tratasse da língua falada no Brasil

---

<sup>57</sup> Para quem se interesse por esta questão, entre uma escrita fiel às normas do português europeu e uma outra que se deixa permear já por vocábulos e estruturas sintáticas que começam a ser específicos do português sul-americano, é de ler a discussão entre Rui Barbosa e o seu antigo mestre de gramática, na Baía. Os textos intitulados *réplica* e *tréplica*, constituem documentos interessantes, por apresentarem os argumentos que denunciam a degeneração da língua nos escritos oficiais, já que Rui Barbosa censura ao seu professor ter-se deixado influenciar por dizeres locais. São igualmente testemunho de como um modo de falar e escrever mais “brasileiro” começa a ser usado, mesmo inadevertidamente, por bons conhecedores das regras gramaticais, pois é nisso que consiste a acusação de Rui Barbosa a Ernesto Carneiro.

<sup>58</sup> Deleuze e Guattari citam o linguista Vidal Sephila, ao definir *intensivo* ou *tensor* como sendo - “qualquer utensílio linguístico que permite propender para o limite de uma noção ou ultrapassá-la”. Deste modo, explicam, um intensivo, ou tensor, marca “um movimento da língua para o extremo, para um além ou um aquém reversíveis” (Deleuze e Guattari, 2002, p. 48).

<sup>59</sup> Poderá afirmar-se que o português falado por índios, escravos e camadas populares não alfabetizadas, essa língua do samba terá passado por este processo – “Ir cada vez mais longe na desterritorialização (...) à força de sobriedade. E dada a aridez do léxico, fazê-lo vibrar em intensidades” ou “fazer vibrar sequências, abrir a palavra às intensidades interiores inéditas” (Deleuze e Guattari, 2002, p. 43).

-, o que se buscava era dar mais visibilidade política a um largo segmento populacional que usava essa “meia língua”. Uma vez que as “anormalidades” eram cada vez mais comuns e frequentes, buscava-se tudo congregar na nova terminologia, normalizar desvios e criar um padrão comum para sujeitos e falas.

A norma integra a anormalidade, sabemos-lo desde Foucault, pois nivela diferenças, inclui e regula os desvios. Esse é o movimento que alguns tentam, aceitando uma adaptação às formas desviantes. A adaptação à mudança faz-se com o reconhecimento de uma maior flexibilidade sintática e um alargamento vocabular, com a admissão de uma variante, reconhecida, porém, como sendo a mesma língua. Isto está patente nas declarações de Clementino Fraga, deputado brasileiro que propõe, na Assembleia, uma moção em que apela ao “voto pela unidade da língua falada e escrita em Portugal e no Brasil”, explicando que as diferenças entre ambas “não atingiram as estrutura do idioma”, pois as diferenças vocabulares são ‘simples brasileirismos’ e é “pelo idioma que se fazem as permutas intelectuais entre os dois povos “ (Fraga [1956] apud Dias 1969, p. 109). Mais adiante, justificando a sua moção, afirma:

A língua não pode sofrer as designações diferentes de um a outro país. Suas vicissitudes fonéticas, ainda que numerosas, pequenas modificações de sintaxe e vocábulos novos, não autorizam a independência, nem militam em apoio da nova designação. E pois, a meu sentir, devemos pleitar pela unidade da língua falada e escrita em Portugal e no Brasil. (Fraga [1956] apud Dias 1969, p. 109).

Filólogos e demais especialistas da língua demonstravam facilmente que se tratava da mesma língua, com duas variantes, a variante europeia e a variante sul-americana, mas poucos os escutavam. O que estava em causa no debate sobre o nome da língua não eram questões idiomáticas apenas, mas políticas. A língua era bandeira de afirmação identitária em relação a Portugal e a autonomia nacional ficaria mais firme, assim o criam, com a “nacionalização” de uma língua incrustada de brasileirismos, fator de unidade de um país com o tamanho de um continente. No entanto, tal opinião estava longe de ser uniforme sobretudo porque não era uniforme a própria sociedade, na medida em que os que eram contrários ao projeto ecoavam o argumento de uma herança patrimonial e reforçavam a sua ligação afetiva e simbólica ao universo das letras em língua portuguesa. Mais do que pertença a um sistema linguístico, o que lhes interessava ressaltar era a unicidade de um sistema literário alheio a fronteiras nacionais:



Para livros didáticos, a inovação é ainda menos sustentável. Não devemos dar noções falsas à mocidade, fomentando um fútil nativismo com o desvirtuamento da verdade (...) Muito menos dizer-lhe de uma língua imaginária, ainda sem dialecto, simples variação dialectal da augusta língua de Camões, Vieira e Bilac. (Ramos, 1927, p. 276).

A proposta de Frederico Trotta foi aprovada pelos seus pares na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, mas não na Câmara Federal, pelo que o nome da língua continuou a ser a mesma. A relação com a língua e a consciência da sua especificidade, tal como pode ser entrevista no discurso do deputado, essa, porém, continuaria e passará a ser subscrita por mais cidadãos:

Sr. Presidente, quase três séculos após o descobrimento do Brasil, a língua portuguesa creou nova alma.

Como tronco que, talvez, não vingasse, ella se distendeu em ramos frondosos, acobertada por essa natureza exuberante, que é a brasileira, parecendo pedir, desde então, vida própria, genuinamente nacional, e naturalização.

Pretendemos naturalização, digo, porque ela é necessária, em virtude de que, no Brasil, a língua adquiriu feição mais bella, mais musical, mais racional mesmo, porque afastada das regras litterarias dos clássicos.

(...) Entretanto, a natureza e o homem afastavam, completamente, a nossa mentalidade litteraria, bella e exuberante, da europeia. (cf. Dias, 1969, p. 61).

Outra dificuldade na opção do termo a “língua brasileira”, para lá da reconhecida incorreção filológica, foi determinar qual seria a norma a adotar, dada a variedade da língua no vasto território brasileiro. Quando, anos mais tarde, a questão se volta a colocar, o deputado Júlio Nogueira, defensor da unidade da língua entre Brasil e de Portugal, afirmava, em carta datada de 15 de outubro de 1946:

Penso que não existe motivo, quer de ordem técnica, quer de ordem social, para que se dê à língua falada no Brasil outra denominação que a de portuguesa. A fala do nosso país, no seu vocabulário, na sua morfologia, na sua sintaxe não se afastou de Portugal, de onde veio, de modo que possa merecer outro nome. Apresenta apenas variantes de ordem pouco apreciável na pronúncia e num ou noutro ponto de semântica local, o que ocorre até na própria área do português do continente. Essas variantes brasileiras não são exatamente as mesmas em todas as regiões do nosso vasto país. Assim, na hipótese de dar à língua do Brasil nome distinto, cumpriria, preliminarmente, definir qual a modalidade que deveríamos preferir: a do Rio de Janeiro, a da fronteira, a do extremo-norte, a do nordeste, a dos altos sertões, etc. (Nogueira, [1959], apud Bechara 2006a, p. 349; sublinhado meu).

Mesmo no Brasil coexistiam várias pronúncias, outros usos sintáticos e vocabulares começavam a colocar em pressão a unidade idiomática. No imenso território brasileiro repetiam-se processos de diferenciação idênticos àqueles pelos quais a língua passara, ao atravessar o Atlântico. A dificuldade de determinar qual

deveria ser o padrão, se o falar de São Paulo ou se o falar do Rio de Janeiro, mostra que a tão proclamada língua brasileira apenas encobria uma imensa diversidade de falares. Seria politicamente imprudente escolher uma norma, já que isso intensificaria, entre o Rio de Janeiro, a capital política e o poder financeiro de São Paulo a luta pelo poder que vem do reconhecimento de uma norma-padrão. Como o nome da língua usada no Brasil não constituía um fator de unificação e de identificação idiomáticas, isso será obtido cada vez mais por duas vias: i) a valorização, que já vinha sendo feita, dos brasileirismos e ii) a valorização de uma literatura de expressão simultaneamente local e transnacional, porque partilha valores literários, transfronteiriços. Sem negar a relação com um espaço literário em língua portuguesa, busca-se cada vez mais afirmar a especificidade da literatura brasileira, uma literatura menor em processo de se tornar literatura nacional.

### **3.5. Brasileirismos e sotaque brasileiro**

A questão da grafia e dos vocábulos específicos do Brasil ganhou grande visibilidade nas publicações da *Academia Brasileira de Letras*, depois da formação desta em 1897. Passou a ocupar lugar cada vez mais frequente na imprensa diária e era tema geral da sociedade brasileira, interligando-se com projetos e ambições nacionalistas. A “questão dos brasileirismos” teve um dos seus momentos altos com as declarações de Laudelino Freire na sessão da ABL, a 8 de Maio de 1924, a propósito do plano de elaboração um *Vocabulário da Língua Portuguesa no Brasil*.

Este Vocabulário vinha substituir o dicionário projetado pelas duas Academias aquando da visita de Júlio Dantas, em 1923. Como o dicionário não avançava, decidiu a ABL elaborar um Vocabulário da Língua Portuguesa no Brasil, cujo projeto Laudelino Freire apresenta a 8 de maio de 1924 aos seus pares, insurgindo-se contra a integração de termos locais, pelas razões que aponta:

O chamado “brasileirismo” surge, em regra, como corruptela de palavras ou locuções. Quando não é corruptela, é erro sintático. Ou deplorável extravagância lexicográfica de acepção não raro grosseira e vulgar. Termos de gíria e expressões de calão. Em casos destes não deve a Academia, com sua alta autoridade, esposá-los sem os transferir para o Dicionário da Língua a adopção de abortos de linguagem e palavras corruptas. (Freire [1924], apud Bechara 2013b, pp. 113-114).

O caos e o desregramento da língua não diz, afinal, apenas respeito à ausência de norma gráfica e à conseqüente existência de uma “cacografia.” Passa a ser

detetado noutra instância, nas expressões coloquiais, num vocabulário também entendido como corrupção, decadência ou aviltamento, tanto de parcelas da língua como de parcelas da sociedade. Os que usam “corruptelas” são, eles próprios, percebidos como gente desviada e pouco relevante. A aliança entre a elite social e o vernáculo ilumina, em negativo, uma aproximação entre povo e desvio vocabular. Porém, se uns criticam esta ligação, outros defendem-na, já que é ali que se desenha uma linha discursiva e identitária na sociedade brasileira, nesse falar novo, próprio de um povo de uma nova nação. Como se vê pela posição de Xavier Marques, na sua resposta a Laudelino Freire, em que o reconhecimento da língua no Brasil implica o reconhecimento do falante brasileiro desconhecedor de vernáculo:

Acerca do que seja brasileirismo continua, entretanto, a vigorar a mais arbitrária e abusiva generalização. Falamos todos insistentemente de uma coisa trivialíssima, com a qual nos achamos familiarizados ao ponto de nem suspeitarmos haver quem a ignore. (...). Embora o fenómeno seja natural, a qualificação é muito pejorativa. Brasileirismo é vício, é erro, é tacha, é enxovalho. É a jaca do diamante da língua castiça, É gérmen de corrupção; é a própria corrupção do idioma. O brasileiro é o iconoclasta, o xacocô, estragador de tipos sintáticos, que não sabe zelar a pureza do verbo culto de que se tornou legatário.

Teria explicação se se dissesse na ciosa metrópole da língua. Diz-se na América. (Marques [1924], apud Bechara 2013b, p. 132).

Dá-se uma inflexão na discursividade de finais do século XIX e início do século XX. Uma vez deposta a monarquia em 1889, os discursos sobre uma elite do espírito, de uma aristocracia literária de algum modo automeada como *polícia* da língua, que nos outros estava sempre pronta a identificar *erros* de ou *desvios* de grafia, de sintaxe e de pronúncia. Esses discursos que delimitavam claramente um “dentro” e um “fora”, tanto do espaço social como idiomático, começaram a diluir-se e a semana de Arte Moderna de 1922 constituiu um marco na mudança de relação com a língua e o povo que a ia modificando em suas falas. Essa atitude, que vê nos usos populares do idioma o perfil de uma identidade nacional, tem as suas raízes anteriormente, pois alguns membros da Academia Brasileira de Letras já haviam pressentido o papel central do reconhecimento de novos usos linguísticos para a consolidação da nova nação :

A essência do Brasileirismo tem carácter psicológico. Pouco importa que o giro frásico e a nova aceção vocabular apareçam nos antigos ou sejam de criação moderna, para lhes conferir a condição de brasileirismo. Para isso, basta que o escritor nelas pressinta a marca de criação nossa, ou lhes comunique o timbre nacional, no modo de as empregar. *Na língua atual encarada sincronicamente*

*é que havemos de procurar a caracterização de brasileiro.* (Filho [1880], 2006, p. 318, *italico meu*).

Quando a Academia se propõe fazer um dicionário, precedido de um Vocabulário, surge, na ABL, a pergunta – “que língua, podemos perguntar?” Ao que João Ribeiro responde – “naturalmente, a língua em que falamos e escrevemos.” A pergunta não é inócua, porque sugere a incerteza das regras idiomáticas em vigor – a língua dos eruditos ou a do povo? A língua próxima do padrão português, cada vez mais desajustada ao uso corrente ou a língua de prosódia, vocábulos e sintaxe com marcas sul-americanas? Será possível conciliar num mesmo dicionário o vernáculo e termo popular? E que língua é essa, diferente, afastando-se do português-padrão mas que recusa perceber-se como erro ou desvio?

A publicação do que ficou conhecido como primeiro *Vocabulário Ortográfico Brasileiro*, foi também uma etapa significativa para o reforço de uma sólida consciência político-identitária. Este vocabulário brasileiro, construído como projeto paralelo ao dicionário acordado com a Academia de Ciências de Lisboa prescrevia a colaboração dos dois países, o que nunca chegou a concretizar-se. No entanto este projeto foi de vital importância para o Brasil, pois viria a tornar-se numa referência para as políticas identitárias sobre a língua, que se intensificam nas décadas seguintes. O vocabulário serviria simultaneamente de arma contra o poderio dos “velhos” vocábulos portugueses e como cunhagem de uma marca identitária, espelho em que um povo poderá reconhecer-se como parte de um todo - “Ao passo que vai crescendo a nossa emancipação literária, paralelamente cresce o dicionário nacional, o tesouro inédito das vozes peculiares da América. É um movimento incoercível” (Ribeiro, [1925] *apud* Bechara 2012, p. 202). Na língua como nos homens! Ordenar a língua em dicionários e no Vocabulário Ortográfico, é, assim, colocar *cada palavra em seu lugar*, estabelecer *ordem no caos*, produzir um padrão de referência, das falas, das suas expressões gráficas e dos próprios sujeitos:

A língua brasileira (...) faz lembrar os exércitos revolucionários em vésperas de combate. Os soldados são valentes, corajosos, cavalheiros e úteis. Mas não têm nem fardamento nem armas calibradas. Cada um se veste como quer, e arma-se como pode. Nas fileiras sem disciplina onde os vamos buscar, empertiga-se o velho vocábulo português, cheirando a pólvora e maresia; bamboleia-se o vocábulo africano, bambo e dengoso; e o tupi-guarani ainda nu, e virgem, amolecido pela preguiça das raças que o inventaram; e, finalmente, o

estrangeiro – o inglês, o alemão, o italiano, o espanhol (...) (Marques [1914], apud Bechara 2006, p. 524).

Repare-se que é toda uma população que aqui desfila, uma marcha de tipos humanos e sociais, ainda que, apenas aparentemente, se esteja só a descrever o estado da língua. Esta massa de gente, como o idioma, deverá ser organizada, orientada, uniformizada em função de uma nova abordagem:

À Academia Brasileira de Letras cabe a missão de *disciplinar, alinhar, e uniformizar* essa tropa, com o regimento (...) de um formulário ortográfico, reunindo-a, em seguida, no vasto quartel do seu dicionário. Porque, por enquanto, a língua portuguesa no Brasil, riquíssima de vocábulos, não passa, na verdade, de um exército como o de Xeres, o qual, composto de cinco milhões de bárbaros, se pôs em fuga, tomado de pavor, diante de alguns milhares de gregos disciplinados (...). (Marques [1914], apud Bechara 2006, p. 524; *itálico meu*).

Ao ler esta passagem, não é possível deixar de pensar no conceito de governamentalidade (cf. Foucault, 2008), essa uma nova racionalidade política que indicia passagem de uma sociedade que reprime, proíbe e castiga, para uma sociedade que controla indiretamente, pela distribuição de elementos, ou indivíduos, no lugar que lhe é próprio. Cada um terá o seu nicho, a partir do qual deverá funcionar no conjunto. Sejam palavras nos dicionários, alunos nas escolas, homens no exército ou cidadãos num território nacional. Ultrapassado o escravagismo e a monarquia, a entrada numa sociedade moderna impunha, no Brasil, outra forma de gerir diferenças e desvios, pela uniformização do tecido idiomático e social, ou seja, por algo que transformasse numa coletividade esses grupos de pessoas, díspares e pouco coesos. A língua integrava, pois, um dispositivo de poder para a uniformização do tecido social, constituía uma tecnologia subjetivadora na fabricação de uma “voz comum”, de uma identidade brasileira, em que o díspar se integrava num todo que absorvia a sua diferença:

Clamem como queiram contra a “corrupção”; os brasileirismos virão pululando e invadindo a língua literária. (...). Em vinte mil e mais há hoje quem os calcule: a relutância dos letrados também é um facto natural em que se revela a força conservadora da língua em homologar toda essa inconsciente elaboração popular (Marques [1914], apud Bechara 2013, p.132).

Não é apenas uma variante idiomática que se vai impondo, nesta coexistência do *vernáculo* com os *brasileirismos*, de uma *linguagem rigorosa, pura e castiça* com uma língua *desgovernada e corrompida*. É também uma população que vai

sendo reconhecida, que começa a habitar a discursividade política e em nome de quem se farão políticas que já não determinam o certo e o errado da língua, mas antes buscam a sua expressão mais consensualmente aceite, uma média, uma *norma*. Entende-se aqui *norma* não como lei ou regra mas como modelo-padrão, uma bitola que permitia a confluência de um maior número de sujeitos numa conduta desejável, neste caso, uma determinada conduta, ou desempenho do idioma, estabelecido por comparação e determinados por uma média. Um e outro, quer o idioma quer os que o usam, colocam ao Estado a mesma vertigem legisladora, pois tanto a língua como as suas gentes transitam, indisciplinadamente, entre liberdade e regulação. O governo da língua implicava o governo dos seus falantes, a língua era instrumento promotor de uma sensibilidade nacional, onde todos possam confluír.

A grafia diz, de algum modo, uma “verdade” sobre quem a utiliza, na medida em que é um dos meios mais indisfarçáveis de denotar a origem social e o nível de educação. Identifica quem é aquele sujeito que assim escreve e que lugar ocupa socialmente, parecer determinar que papéis sociais pode legitimamente ocupar, isto é, que comportamento podem os outros esperar de alguém ou podem permitir-se ter para com ele. É possível dizer que a ortografia tem uma *função socialmente deítica*<sup>60</sup>, na medida em que identifica o lugar de onde é emitida uma fala ou uma escrita, posiciona o sujeito que escreve em patamares sociais, em hierarquias de alfabetização ou de preparação literária, além de posicionar os outros em relação a si. Denuncia, igualmente, a falta de homogeneidade do corpo social, atravessado por diferenças subtis, pouco assumidas mas claramente estigmatizantes. A ortografia de cada um pode ser uma marca social eloquente, ainda que discreta. Roland Barthes já afirmara que “as posições da relação social existem efetivamente, são reais” e, conforme explica, “essas divisões reais são absorvidas na forma interlocutória: é a interlocução que está dividida, alienada” (Barthes, 2009, p. 205).<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Deíticos, de acordo com Genett, são indicadores espaciais ou temporais que indicam a posição do sujeito que fala em relação a estas coordenadas espacio-temporais, por exemplo – “aqui, ali, agora, ontem, amanhã” são indicadores de uma relação do sujeito com o que o rodeia, dentro de sequência de espaço ou de tempo. temporal.

<sup>61</sup> A este respeito, noutra passagem, Barthes afirma conceber “a sociabilidade de uma forma simplista: como uma imensa e perpétua fricção entre linguagens (discursos, ficções, imaginários, razões, sistemas, ciências) e entre desejos (pulsões, feridas, ressentimentos, etc.” (Barthes, 2009, p. 204). O modo como Barthes relaciona desejo e linguagens (com os seus processos de conflitualidade, divergência, desdobramento) foi fundamental para a construção desta tese, cuja argumentação nas ideias de

O erro ortográfico pode denotar, pela negativa, um percurso social, apontando alguém que, não sendo bem escolarizado, permanece nas margens sociais. Em algum momento, porém, pode passar a ser sinal de resistência, indiferença à norma gramatical e denotar outras mensagens políticas. Pode ser a marca de uma divergência, como passou a ser no Brasil, onde o erro gramatical, ortográfico ou sintático passou a indicar um deslizamento identitário, o desejo de uma diferenciação que se manifesta por desvios que, assumidos, deixam de ser apenas erros para passar a serem indicadores de novos valores.

O desvio gramatical assim positivado passa a ser a marca, o emblema de uma outra identidade, de uma outra configuração nacional e idiomática. A passagem de um a outro estatuto dessas formas desviadas, tidas como erro ou reajuste aceitável, prolonga-se no tempo, coabita com várias modalidades normativas e diferentes graus de negação e tolerância de novos modos de dizer e escrever. Será por isso que, mesmo em 1956, já depois do esforço dos poetas modernistas e depois das discussões sobre uma língua brasileira, havia ainda quem defendesse um policiamento da expressão escrita no Brasil, acusada de corrupção e sinal de degradação cultural. Nos *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*<sup>62</sup> não falta quem sugira a criação, no Ministério da Educação e Saúde, de um serviço nacional de defesa da riquíssima língua. Eis o aparecimento do paradigma médico nos tratos da linguagem, ainda que provocando alguma ironia. Do mesmo modo que as campanhas governamentais procuravam higienizar os espaços públicos, protegendo a população contra o tifo e outras infeções, certos filólogos procuram “higienizar” a língua, purgando-a de erros que abundavam no espaço público em cartazes, anúncios, letreiros, na rádio. Essa moção, apresentada por José de Oiticica, é “veementemente rejeitada pelo congressista Gladstone Chaves de Melo,

---

devir(es) linguístico(s) e identitário(s) como expressão de desejo(s), o que se tornará mais perceptível nos próximos capítulos.

<sup>62</sup> Este Congresso, em homenagem a Rui Barbosa, é também um momento de afirmação do valor da língua na cultura brasileira e do seu valor na formação do sujeito nacional. Aqui se discute em definitivo a questão da terminologia da língua nacional, logo no início dos trabalhos. Sousa da Silveira, a propósito de um pedido de esclarecimento “lembra aos presentes que a questão está já resolvida, pois foi oficialmente aprovado e reconhecido que a língua nacional é a portuguesa, de acordo com o voto da comissão nomeada para dar cumprimento a um dos artigos das Disposições Transitórias de 1946” (*Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, 1956, p. 83). No mesmo sentido, Clementino Fraga viu aprovada a sua moção em que se considera que “a língua literária e a língua comum (...) facilitam as permutas intelectuais entre os dois povos”, pelo que o Congresso “serve-se da oportunidade para exprimir seu voto pela unidade da língua falada e escrita em Portugal e Brasil (*Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, 1956, p. 209).

que a define como sendo “estadista ou ditatorial, atentado à liberdade dos pais e das famílias” (Melo, apud *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, 1956, p. 83). Pedro Calmon, faz também uma proposta:

no sentido de não serem autorizados no comercio rótulos, títulos e nomes, cartazes e anúncios, nem, na medida do possível, aprovados, nos espetáculos, exibições cinematográficas e nas irradiações radiofônicas, programas em que os erros de vernáculo *possam corromper, no uso popular, a dignidade do idioma*. Recomenda outrossim, que, de qualquer modo, a defesa da Língua seja instituída por uma série de medidas que, *visando à educação das massas, também representem um corretivo ao desleixo e à imperfeição com que habitualmente é tratada a língua portuguesa na publicidade dos grandes centros, com grave dano da cultura nacional* (Calmon apud *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, 1956, p. 107; itálico meu).

Na passagem transcrita pode perceber-se a ideia de erro como falha, desleixo ocasional, mas também como defeito, imperfeição. Estamos perante os dois paradigmas do erro, o educacional e o clínico, pelo que Pedro Calmon, ao justificar a sua proposta, fala mesmo na necessidade de um *antídoto* para o mal que identifica. A educação das massas padece de uma maleita, o erro é uma doença que é necessário erradicar, um mal social generalizado que urge combater. Não basta corrigir, são também necessárias medidas corretivas, preventivas, profiláticas. E quais são? Naturalmente, aquilo para que “ninguém tem tempo”, as “leituras clássicas”<sup>63</sup>, pois, como explica “os nossos bons e antigos escritores são a fonte onde a moderna fala deve purificar-se, e o *antídoto* contra a barbárica licença em matéria de língua” (Calmon apud *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, 1956, p. 110; itálico meu). Evocando o grande orador e escritor que foi Rui Barbosa, esclarece que é o contacto com a “pureza clássica das palavras”, a “das obras imperecíveis”, que pode apurar a sensibilidade e desenvolver em cada um a “intuição da vernaculidade”, a qual caracteriza como um “sexto sentido, o da linguagem” (Calmon apud *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, 1956, p. 111).

---

<sup>63</sup> A ideia de que o contacto com os autores clássicos era um remédio para evitar a degeneração linguística e moral aparece também em Gladstone de Melo – “a grande parte da decadência literária entre nós se deve a ação ruínosa dos maus gramáticos, dos charlatães, dos pseudossabedorias da língua, dos filósofos das Arábias” (Melo, 1946, p. 4); “Escrever bem exige observação atenta, meticulosa, estudo, reflexão, planeamento, e, depois, retoque, polimento. Tudo isso briga com o espírito da época” (Melo, 1947, p. 7); “Nos nossos dias já não se lêem os mestres do estilo, ou quando se lêem, será pelo enredo, não se lhes presta atenção a cada um emotivamente, surpreendentemente, intimamente” (Melo, 1946, p.22).



A falta de dedicação aos autores clássicos, aos nomes que serviam de referência para o bom estilo era regularmente apontada por várias pessoas, descontentes com uma degeneração no domínio da palavra no espaço privado e público:

Os maus escritos, maus no sentido de mal redigidos, são livros, originais e principalmente traduzidos, são jornais, são revistas, que veiculam solecismos e barbarismos de toda a espécie, e pela reincidência geram o ‘habito’, formando neste e naquele ponto um falso sentimento da linguagem (Melo, [ [1946], ], apud Bechara, p. 21).

Percebe-se que em meados do século XX a questão da *pureza* ou *corrupção* da língua continua presente e que os erros da escrita pública – nos jornais, na rádio, na publicidade comercial –, evocam, em alguns autores, um impulso corretivo. A já referida proposta de José de Oiticica, a tal que fora rejeitada, exprimia claramente a dimensão desse impulso corretivo e policial, ao solicitar ao Ministro da Educação e da Saúde a “censura de qualquer publicação industrial ou comercial (catálogos, cartazes, reclamos, anúncios, tabuletas, etc.)” (Oiticica apud *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, 1956, p. 119). Ensino e saúde num mesmo ministério permitem esta percepção do erro gramatical como tumor social a ser extirpado por medidas radicais, o que o autor continua a explicar em pormenor, na página seguinte – que aos comerciantes seja dada uma lista de erros mais frequentes, já identificados, para os evitarem; que seja passada multa se os comerciantes persistirem na transgressão idiomática no espaço público; que os livros didáticos sejam sujeitos a censura; que os locutores de rádio sigam um curso rigoroso de “ortoépia brasileira” e sejam aceites pelas emissoras apenas depois de diplomados; que as empresas cinematográficas tenham um tradutor diplomado; que os nomes próprios sejam escolhidos de uma lista oficial, etc...

Numa outra proposta, recomenda-se a prática intensa, nas escolas, de exercícios de redação escrita e de “exposições ou relatos orais”, bem como a redação frequente como trabalho de casa, a ser corrigida em aula, além do uso de dicionários e a leitura de livros indicados como bons modelos (*Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, 1956, p. 123). O que aqui fica evidente é que o avanço das formas desviadas no uso quotidiano não se faz sem um forte desejo de resistência de alguns elementos das camadas mais educadas, confusos entre a norma que cultivam, e a *outra* norma, vista como ameaça ao equilíbrio social ou melhor, ao equilíbrio do lugar social que ocupam. No entanto, tais propostas extremas, de

*profilaxia didática*, de *remédio psicopedagógico* para um mal social, não foram apreciadas pela maioria dos intelectuais presentes, pelo que não foram aprovadas. O seu interesse, mais que a sua aprovação ou rejeição, reside no facto de sinalizarem franjas sociais que não se conformam com a inovações idiomáticas ditas brasileiras, por indicarem fissuras nas normas idiomáticas vigentes e mostrarem o lugar dos embates, por nos demonstrarem de modo pragmático que as mudanças foram longas, incertas e nem sempre consensuais. No limite, é um embate entre, por um lado o *uso* e, por outro, a *norma culta*, entre a língua *falada* e a língua *literária*, que no congresso são definidas do seguinte modo:

A língua falada é a que usamos no trato quotidiano, em casa, na rua, nas relações triviais da vida; bastante livre e descuidada, cheia de repetições e de construções, ora elípticas demais, ora um tanto pesadas, que, na vivacidade e ligeireza do dialogo, passam sem maior inconveniente, mas, trasladadas ao papel e lidas, tornam o estilo desajeitado e enfadonho.

A língua literária é a língua falada, mas apurada e embelezada pelo trabalho estilístico e gramatical dos escritores; é um aperfeiçoamento da língua falada feito pela inteligência, de mãos dadas com o bom gosto. Nasce da língua falada e nutre-se desta, mas não lhe é, nem pode ser, exatamente idêntica, senão na essência (*Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, 1956, p. 128).

É um povo de gentes e falas diversas que se vai (des)encontrado e moldando em avanços e recuos; de gente que não sabe ler nem escrever e de gente educada nos padrões da cultura europeia e literária. Trata-se de um processo de aprendizagem de convívio com o diverso, do reconhecimento e de integração da diferença. É a constatação de que as diferenças no uso da língua de uns e outros remetem, seja a língua falada nas ruas, seja a literária, confluem para uma essência comum, a de nacionalidade brasileira. Assim, a prescrição, fixação ou transformação de uma língua denota e acompanha a oscilação de fronteiras e de identidades nacionais, ajuda a dar visibilidade a novos contornos de subjetividade e de cidadania. A nação brasileira, cada vez mais distanciada da língua da metrópole, vai assumindo, não sem hesitações, o falar desviado do seu povo como um falar que lhe é próprio, esse um falar pário “português desengravatado”, como lhe chamou Vinícius de Moraes, irá sendo progressivamente integrado, num movimento das franjas para o centro.

Esse português com matizes cada vez mais locais, passa a remeter para uma pertença nacional e passa a ser aceite e quase norma. Cria-se uma outra verdade idiomática, que fala da *nova verdade* e de *novos sujeitos* – no modelo que se instala, a forma correta e a forma errada oscilam, encontram compromissos, iluminam

zonas antes gramaticalmente ofuscadas, validam novos modos de dizer. É nestas fases de oscilação que se percebe a relatividade, a convenção e quanto de arbitrário há na forja de qualquer tipo de “verdade”. Afinal a norma idiomática é relativa... O erro, afinal, desvenda mais do que oculta, põe a nu a falha e as ausências do próprio sistema, que passa a ser questionado quando antes era tido como absoluto. No erro, no desvio ou na transgressão, os sujeitos confrontam-se mais intensamente com a língua e consigo mesmo. Nos casos aqui analisados, a violação da gramática num outro espaço nacional força os limites idiomáticos, alarga-os, rompe convenções e rasga fronteiras antes estabelecidas, por entre as quais se podem soletrar novas identidades. Uma fala desviante, tida outrora por corrupção inestética, regressará ao local das suas raízes com outra valorização e com um certo encantamento, como escreve Sofia de Mello Breyner, prova de que o que é considerado desvio se pode tornar, por sua vez, modelo criativo:

Gosto de ouvir o português do Brasil  
Onde as palavras recuperam a substância total  
Concretas como frutos, nítidas como pássaros  
Gosto de ouvir a palavra com suas sílabas todas  
Sem perder sequer um quinto de vogal

Quando Helena Lanari dizia “o coqueiro”  
O coqueiro ficava muito mais vegetal.  
(Breyner, 1974, p. 220).

### **3.6. Língua, literatura, identidade – jogos discursivos**

A aceitação de uma expressão gramatical tipicamente brasileira não foi, porém, algo consensual, a língua continuou a ser um fator de divisão entre grupos sociais, já que a educação, ou a falta dela, continuou a distribuir os sujeitos num vasto contínuo, em que a expressão idiomática vinha a par do reconhecimento social. Em 1946, nas atas dos debates para a constituinte, é possível reencontrar argumentos que poderíamos pensar já ultrapassados:

Jamais hei-de confundir um português evolucionário em nossa terra, belo, como sempre foi bela a nossa língua, com o patuá do povo ignaro, com a língua da tia Josefa, a cozinheira. Quero escrever quanto possível no Português de Bilac, de Coelho Neto e de Euclides da Cunha (Arantes [1946], apud Dias, 1996, p. 58).

A intervenção do deputado Altino Arantes deixa entrever a mesma divisão que já tinha sido detetada nas páginas das revistas da ABL, nomeadamente através da posição do Visconde de Araguaya, no século XIX, pois ambos dividem o território nacional entre gente culta e gente “ignara”, reconstituindo um universo de referências identitárias para lá das contradições sociais e educacionais com que se deparavam no Brasil – não se reconhecendo no povo que usa o *patuá*, isolam-se num território “imaginado”<sup>64</sup> e afetivo de identificação onde, aí sim, a língua continua pura e bela – repare-se, no “Português de Bilac, de Coelho Neto e de Euclides da Cunha.” É de notar que os autores referidos tanto são brasileiros como portugueses, não está aqui em causa a nacionalidade política mas a pertença a uma supra-territorialidade intelectual, está implícita uma geografia do espírito a que pertencem os apreciadores das Belas Letras.

Acima das fronteiras nacionais, haverá uma *República das Letras, Pátria do espírito*, alheia a questões nacionalistas. Ultrapassando as contradições da língua – o conflito entre a sua degradação e o desejo de uma língua nacional -, esta estratégia retórica mantém preservado um espaço onde o sentimento de pertença mais lato, pelo idioma, é possível; esse espaço é a literatura. Assim, é possível ser-se simultaneamente nacionalista e cultor de uma literatura sem nacionalidade, de língua comum. Salvaguardada fica a unidade da língua enquanto valor literário independente de questões políticas. Foi aprovada no *Congresso Brasileiro de Língua Vernácula* a seguinte proposta, a propósito de um futuro monumento a erguer ao padre António Vieira, autor considerado comum aos dois países:

Note-se: o monumento a Vieira conterà a informação, de que Rui Barbosa lhe continuou os altos exemplos no Brasil soberano, a nobre influência do orador de outrora; e terá a intenção de celebrar, além da sua glória, a *unidade e imortalidade* da Língua portuguesa, como Verbo dos “cristãos atrevimentos”, língua de *integridade nacional* (*Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, 1956, p. 107; *itálico meus*).

Já anteriormente Frederico Trotta, o deputado que em 1935 propusera na Câmara do Rio de Janeiro a mudança do nome da língua para língua brasileira, se referira à literatura, ainda que para valorizar aquela do espaço sul-americano:

As tentativas que se fizeram, desde Alencar que, em “Iracema”, lançou, na litteratura, uma soma grande de vocabulos que já existiam na língua já

---

<sup>64</sup> Utilizo o termo “imaginação” no sentido de Benedict Anderson no seu Livro *Comunidades Imaginadas* (Anderson, 2005).

popular, e desde Franklin Távora, que, no “O Cabeleira” e no “Matuto”, puderam cortar o cordão umbilical que prendia a literatura brasileira à luzitana, formando vida á parte das tendências européas.

Bem sei, aliás, que alguns dos nossos mestres pautaram pela literatura francesa, cujos moldes procuraram seguir, cujas regras tentaram assimilar.

Entretanto, a natureza e o homem afastavam, completamente, a nossa mentalidade litteraria, bella e exuberante, da européa. (Trotta [1935], apud Dias, 1969, p. 61).

É certo que Trotta fala em “cortar o cordão umbilical”, mas preserva o valor da literatura como reforço subjetivador dos novos cidadãos e esboça um cânone literário nacional - Alencar, Távora -, cânone que, em seu parecer, identifica uma *natureza* e uma *mentalidade* própria. Para governar as novas populações, era preciso valorizar cada vez mais a língua em que se exprimiam, é certo, porém, isso não parece ser suficiente. Havia ainda que agregar também os sujeitos em torno de uma literatura, mais ou menos ligada à Europa, mais ou menos afirmativa de valores locais, mas uma literatura concebida como espaço supremo onde o espírito e a alma desse povo se projeta e se reconhece. A literatura amplia então a dimensão da língua como fundamento de identidades. Esta ideia é um dos eixos sobre os quais se construiu esta tese, a saber, a de que a cada identidade nacional parece corresponder o desejo de uma língua e uma literatura que lhe corresponda e que a reflita, que seja o retrato de um povo ou, mais organizadamente, de uma população.

Percebe-se que, para alguns, o território identitário em que se constituíam, não era apenas o território político administrativo que habitavam, mas o território simbólico-literário, o das obras-primas dos mestres – Camões, Vieira, Bilac, como afirma Silva Ramos – “pela minha parte, ficarei onde sempre estive, convencido entranhadamente de que a língua de Gonçalves Dias, de José de Alencar, de Machado de Assis é a Língua de Camões, de Vieira, de Camilo Castelo Branco” (Ramos, 1927, apud Bechara 2013a, p. 276). Nesta constituição individual de um cânone literário misto, com autores portugueses e brasileiros, mais do que nacionalidade, o que prevalecia era o critério de eleição, o domínio e a expressão em língua portuguesa. Como Silva Ramos, alguns brasileiros moldavam a sua identidade dentro de um espaço literário alheio a fronteiras e nacionalidades, enquanto outros a construíam dentro de fronteiras nacionais que queriam demarcar, fazendo-as coincidir completamente com a denominação do idioma oficial – “só para brasileiros escrevemos, visto que nem mesmo os portugueses tomam a sério o que se escreve no Brasil (...)” (Ribeiro, 1927, apud Bechara 2013a,

pp. 303-304). Uns e outros, porém, subjetivavam-se a partir de uma determinada relação com o idioma e a sua literatura.

Já em 1824, em Paris, um grupo de brasileiros<sup>65</sup> reconheceu que a literatura podia ser um instrumento de consciência nacional e que a literatura do Brasil devia abarcar tanta a tradição europeia como reconhecer uma tradição local, pelo que criam em Paris a publicação, em 1836, intitulada *Niterói, Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*. Na opinião de António Cândido, é Gonçalves Magalhães o chefe do grupo, quem tem “a intuição decisiva” de que novas orientações literárias “correspondiam à intenção de criar uma literatura nova no Brasil, que fosse no plano da arte o que fora a independência na vida política e social” (Cândido, 2006, p. 329). Pergunta-se Gonçalves Magalhães, na referida revista – “Pode o Brasil inspirar a imaginação de poetas e ter uma poesia própria?” respondendo à sua própria interrogação, acrescenta – “Tão geralmente conhecida é hoje esta verdade, que a disposição e carácter de um país, grande influência exerce sobre o físico e moral dos seus habitantes, que a damos como um princípio, e cremos inútil insistir em demonstrá-lo” (Magalhães citado em Cândido, 2006, p. 331).

António Cândido identifica a “consciência da transformação e o claro intuito de promovê-la” como índice de uma literatura nova, que rompe com os modelos da ex-metrópole (Cândido, 2006, p. 329). Convocada a consolidar um processo de rutura política, a literatura deverá ter o papel fundador do novo país e de novos modos expressivos, ainda que isso implique o uso de expressões pouco habituais<sup>66</sup>. Por exemplo, no segundo e último número desta revista o poeta Porto-Alegre avisa o leitor de que “algumas expressões se encontram, pode ser, desusadas, mas elas *são filhas das nossas impressões*, e de mais vemos a natureza como Artista, e não como gramático” (Porto-Alegre citado em Cândido, 2006, p. 331, *itálico meu*).

De acordo com o exemplo dado e segundo António Cândido, o romantismo brasileiro introduz uma “fratura expressional” em relação aos modelos vigentes, na medida em que conseguiu impor uma expressão de cor local às normas europeias. Celebrando a Pátria e o indianismo, afirmava a especificidade da cultura sul-

---

<sup>65</sup> Eram eles Domingos José Gonçalves Guimarães, Manuel de Araújo Porto-Alegre, Francisco de Sales Torres Home, João Manuel Pereira da Silva, Cândido de Azeredo Coutinho (Cândido, 2006, p. 327).

<sup>66</sup> Mas a literatura menor ou revolucionária começa por enunciar (...), e só concebe depois. A expressão tem de quebrar as formas, tem de marcar as ruturas e as novas derivações. Uma forma quebrada tem de reconstituir o conteúdo que estará necessariamente em rutura com a ordem das coisas (Deleuze e Guattari, 2002, p. 57-58).

americana em português, criava algo em que fosse possível os brasileiros, enquanto tal, reconhecerem-se. A literatura, pode-se então considerar, oscila, ela também, entre normas e desvios, e o desajuste às normas pode indicar um reajuste a outras sensibilidades e anseios. A sensibilidade de artista num novo espaço geográfico e sociopolítico prevalece sobre as normas da gramática.

Ao jugo das regras da boa escrita impõe-se antes uma *escrita-outra*, e assim se molda uma *literatura-outra*, que dê voz a novas realidades. O que a revista *Niterói* inicia será depois tentado por José de Alencar e Guimarães Dias, anos depois, na década de sessenta de oitocentos, sob a crítica severa de Pinheiro Chagas, como se viu; esta é, porém, outra tentativa que pouco vinga, ainda que seja assinalável, pois prepara o movimento modernista de 1922 que, esse sim, leva mais longe a rutura e a inovação idiomática. É importante na medida em que i) a figura do escritor é convocada para consolidar o esforço de construção nacional; ii) em que a literatura tem uma missão coletiva; iii) os autores assumem a escrita como dever patriótico. Estamos perante uma função social da literatura<sup>67</sup>, a de consolidar instituições e de fundar identidades novas, de contribuir para a construção e imaginação de uma nação. A fratura expressiva é também fratura identitária, uma implica a outra neste exercício experimental da literatura menor.

De acordo com João Ribeiro, autor que em 1921 publicara *A Língua Nacional*, a luta por uma língua, no novo país, é também a luta pelo reconhecimento de um outro *topos* de fala e de outra visão do mundo:

expressões diferentes envolvem ou traduzem estado d'alma diversos. Não podemos, sem mentira nem mutilação perniciosa, sacrificar a consciência de nossas próprias expressões. (...) Os nossos modos de dizer *são diferentes e legítimos e, o que é melhor, não imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita* (Ribeiro, 1979, itálico meu, p. 52).

Em geral, todas as mutilações por amor da vernaculidade (ou antes do portuguesismo) envolvem qualquer sacrifício d'alma, destrói os meios tons, e os matizes criados sob a luz e o céu americano (Ribeiro, 1979, p. 53);

A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar ideias e sentimentos que nos são pessoais. Já não é a língua que apuramos, é o nosso espírito que sujeitamos a servilismo inexplicável (Ribeiro, 1979, p. 51).

---

<sup>67</sup> Na literatura menor “um escritor não é um homem escritor, é um homem político, um homem, uma máquina, e também um homem experimental” (Deleuze e Guattari, 2002, p. 26).

A língua, expressão de estados de alma, como afirma João Ribeiro, pode criar uma relação dos indivíduos com essa mesma “alma” ou “espírito”, através da leitura dos bons escritores. O abandono dos vernáculos ou de um modelo literário europeu não destrona o valor da literatura como espaço central de fabricação de sujeitos, agora, à semelhança do seu idioma, “criados sob a luz e o céu americano.” Caberá aos escritores captar essa especificidade, escrever obras em que os sujeitos se reconheçam, por referências ao mundo que lhes é familiar, pelo que se valorizam de novo os bons escritores, por outras razões – já não a sua capacidade de se colarem aos valores literários da metrópole mas a de criarem os seus. Bons escritores são aqueles que, atentos simultaneamente às regras da composição clássicas e aos valores nacionais, captam assim o inefável identitário que habita o idioma.

Assim como temos a nossa maneira de pronunciar o português, nada mais natural que aspiremos ao sotaque literário, como diria João Ribeiro. Certamente que há a natural unidade da língua comum. Na escrita como na fala, a força centrípeta dessa unidade ideal não exclui as infinitas variedades individuais. Ora, o escritor de *boa formação clássica e nacional (...), para atingir a estilística brasileira, basta que seja fiel a si mesmo e trabalhe a expressão equilibradamente, sem forçar a nota* (Filho, A.M. [1945], 2006, p. 320, *italico meu*).

Vemos que, a par dos gramáticos, os escritores são investidos dessa função de mapear, pelas obras literárias, o espírito nacional. Se os gramáticos tinham forçado o reconhecimento das especificidades da língua no Brasil, há que validar tal diferença também, ou sobretudo, na expressão literária, pelo que, em meados do século XX, a par de *Novos Estudos da Língua Portuguesa*, de Mário Barreto, *Lições de Português*, de Sousa da Silveira, *Dificuldades da Língua Portuguesa*, de Said Ali, e da consolidação de uma gramática adequada à expressão brasileira, que mostram e validam “liberdade de formas e construções” (Melo, 1946, p. 18), há que consagrar tais expressões por referência a obra literárias locais – “Mas, além da gramática, os textos. Estudo e comentário de textos onde se possa realçar e mostrar ao aluno a beleza e a justiça da expressão” (Melo, 1946, p. 18). Ensinar e estudar a língua apresenta-se como dar alma e voz a uma nação, pois, recordando Amadeu Amaral – “a língua é a manifestação mais extensa e mais profunda da alma multiforme de uma nacionalidade, porque é obra anónima, coletiva e inconsciente de várias gerações” (Amaral, 1921, p26). Este autor reforça a ideia de que a língua é elemento de coesão nacional, porque nela se exprime “um fundo psicológico nacional”:



Esse carácter de formação coletiva, obra de todos para uso de todos, na qual todos colaboram e da qual ninguém é autor, implica necessariamente um liame em que se entrelaçam todos os indivíduos de uma nação, desde os mais humildes. O linguajar do analfabeto mais bronco, tão distanciado da prosa repolida e rebrilhante de um Ruy Barbosa, é essencialmente a mesma cousa que ela (Amaral, [1921], p. 28).

A literatura é, pois, como a linguagem escrita em geral, uma extraordinária força avigoradora do poder coesivo do idioma (p. 29). (...) por meio dela, a língua não se conserva e não se aperfeiçoa apenas como liame entre contemporâneos; por ela, a língua constitui-se, independentemente de qualquer aperfeiçoamento, numa espécie de memória nacional, e é um liame entre as gerações. Os seus arquivos escritos ligam-nos ao passado da nacionalidade (...). Ligam-nos também ao futuro do nosso povo (Amaral, [1921], p. 32).

Mesmo apesar de processos de contestação que permitiram um descentramento da referência literária, já não portuguesa, pouco parece ter mudado. Ela, a literatura, parece continuar a ser a forja da alma cidadã. Precisamente porque a língua é “um liame moral entre os seus naturais”, porque “promove coesão nacional” por formatar uma determinada psicologia, há que a preservar. Daí que, mesmo com uma expressão renovada, “brasileira”, é preciso “corrigir”<sup>68</sup>, retomar a caça ao erro; o que se conquistou pelo desvio deve ser normatizado e policiado, pelo menos é o que depreende das palavras de Gladstone de Melo:

Mas desgraçadamente, apesar dessa vitória da filologia sobre a gramatiquice, esta última, nos nossos dias, tenta uma contra ofensiva (...). Mas, eis que irrompeu agora num sector, com bastante potencial em homens e materiais. Refiro-me aos “textos para corrigir”, moderno processo de aprendizagem (?) da língua. O método só por si é condenável, e pior se tornou porque se fez dele quartel-general da gramatiquice (Melo, [1947], p. 18).

A ideia de erro, décadas depois, parece ter regressado, de outro modo, agora como método de análise literária, uma prática de leitura do que lá, no texto, devia estar e não está, uma leitura, ela também, normativa, corretiva. Podemos perguntar como é que, apesar de tantas reflexões sobre ortografia, sobre norma e desvio, apesar da apologia pela diferença e pela aceitação do divergente, a ideia de erro

---

<sup>68</sup> A correção impõe-se quando a atitude do aluno não é a mais indicada – “escrever bem exige observação atenta, meticulosa, e, depois, retoque, pulimento. Tudo isso briga com o espírito da época” (Melo, 1946, p. 7).

permanece sempre, a par da necessidade de policiar, de corrigir, de formar sujeitos em referência ao binómio *transgressão/norma*:

E então ‘correção de textos’ passou a significar aplicação da bitola gramatical *vieux style* a trechos dados. E vai-se revivendo toda aquela série de preceitos arbitrários, de fantasias e invencionices, todo aquele código de supostos erros, que já devia, depois de tão luminosos estudos a propósito, ser posto de lado (Melo, [1946], p. 19).

Os enunciados sobre a língua parecem evoluir numa repetição em espiral onde velhos temas se renovam, outros são esquecidos para depois regressarem. A ideia de erro, bem como a ideia da função identitária da literatura nacional, são *ritornellos* (cf. Deleuze e Guattari, 2007) habituais nas questões sobre o idioma, ao longo dos tempos, em diferentes espaços idiomáticos. As tentativas de regularizar e esclarecer as ambiguidades no uso da língua devem apenas ser encaradas na sua dimensão histórica, com a capacidade de relativizar aquilo que, numa época, se apresenta como definitivo mas se revela tão provisório.

Quando deixou de ser possível classificar como erro as expressões brasileiras, em função da bitola do português europeu, foram alguns dos próprios brasileiros que deram continuidade a essa “caça ao erro”, vigiando-se, corrigindo-se e estabelecendo hierarquias de reconhecimento de acordo com o uso do idioma, oral ou escrito. Décadas depois do Movimento Modernista, uma parte do sistema educacional reproduzia os mesmos mecanismos de censura, aprovação e idolatria para com determinadas formas literárias e gramaticais em detrimento de outras. Neste eterno mecanismo de vigilância e de correção, que tanto atravessa a gramática como a escrita literária, o que vemos é um gesto educacional que transborda da própria instituição escolar e se constitui construtor de sujeitos no espaço social.

Para essa fabricação de almas nacionais a literatura é, como se viu, um dos meios mais eficazes, pelo que nos concentraremos na ideia de “sotaques literários”, já encontrada em João Ribeiro. A noção de “sotaque” permitirá entender melhor, no próximo capítulo, como é que a literatura funcionou e continua a funcionar como elemento subjetivador no espaço de língua portuguesa. Já se percebeu que os debates sobre a língua, ainda que tenham ocorrências cíclicas, ganham expressão mais intensa em determinadas épocas, pelo que o próximo capítulo se refere ao período a partir dos anos 80 do século XX. Seguiremos de perto a década que se inicia com o acordo ortográfico de 1990, quando Portugal e Brasil, como

democracias recentes, tentam uma reaproximação e os PALOP, mais tarde, a Timor-Leste. Serão analisados outros aspetos da mesma formação discursiva sobre as relações dentro do imaginado espaço comum da língua, espaço afetivamente investido, lugar de desencontros e tensões mas também, sempre, lugar de desejos idealizados de acordo com os quais se formarão sujeitos orientados para uma identificação entre si e o seu idioma, e, através deste, para uma identificação com o Outro-em-português.

#### 4. Reflexões Transitivas – Resumo do Capítulo

Para o próximo capítulo transitarão os conceitos de *norma*, de *desvio*, bem como já mencionado conceito de *sotaque literário*, expressão usada por João Ribeiro ao afirmar que a literatura brasileira, como a língua falada no Brasil, tinha sotaque, com o que pretendia destacar a marca da influência sócio cultural do novo país na produção dos seus escritores. Esta formulação coloca interessantes questões: i) como conceber uma língua partilhada entre dois países, a *mesma* língua mas já *outra*; ii) como ter um espaço discursivo e supranacional da língua literária e, simultaneamente, aceitar os sotaques literários das literaturas locais? E a questão igualmente importante: quem produz esses enunciados sobre unidade e divergência da língua e quem servem?

Se nesta primeira secção se tornou evidente que alguns debates sobre a língua no Brasil promoveram e sedimentaram um movimento de autonomização e de afastamento da norma europeia, é possível igualmente perguntar o que é que estará em jogo no período pós-colonial do final do século XX, agora com outros intervenientes, com os novos países de língua oficial portuguesa e com Timor Leste, que trazem outra dinâmica às relações entre Portugal e Brasil e que introduzem renovadas reflexões sobre o idioma, provenientes de geografias e sociedades outras, que estão simultaneamente dentro e fora do comum espaço da língua e das literatura nela produzida.

Este primeiro capítulo foi-se construindo através de uma ligeira rotação – comecei por me debruçar sobre questões de língua e gramática, ou seja, sobre questões de *norma* e *desvio* a nível linguístico, para encontrar idênticos processos de transgressão da norma literária, nos conceitos de *literatura maior* e *menor*, até chegar à reivindicação da literatura como uma expressão simultaneamente local e transnacional, fundadora de novos nacionalismos, *novas identidades*. A rotação foi esta: o olhar passou da língua para a literatura, ao longo do mesmo fio problematizador de norma e desvio, tanto linguístico como identitário.

No próximo capítulo a rotação será ainda mais ampla, pois mostrará como, num outro contexto de espaço-tempo - o contexto pós-colonial de final do século XX –, a língua portuguesa e a literatura são convocadas igualmente para dar voz

e corpo a uma verdade subjetivadora, agora sobre uma população mais alargada, a dos países da CPLP. Acompanharei sobretudo os enunciados produzidos pelo *Jornal de Letras, Artes e Ideias* (JL), procurando perceber as estratégias usadas para exprimir a evidência do que aí foi discursivamente construído e se apresenta como essência identitária. Do mesmo modo que, neste capítulo, as revistas da ABL foram uma fonte privilegiada de enunciados sobre a língua e a sociedade brasileira, o JL será a fonte principal do próximo capítulo, ainda que recorra esporadicamente a outros textos anteriores, a partir de meados do século XX, para entender as convulsões sociopolíticas no “ultramar” que, no processo para a independência, teve necessariamente que envolver uma determinada relação de resistência para com a língua portuguesa; se neste capítulo comecei em finais do século XIX, no próximo capítulo abranjo um período semelhante, um século depois, para constatar a existência, noutros espaços geopolíticos, de discussões que reverberam e ampliam as que temos vindo a acompanhar, sobre a formação de uma nacionalidade que toma como sua a língua de outrem.

O meu olhar dirige-se, no próximo capítulo, para espaços de produção e fundamentação de uma verdade pós-colonial, de inspiração lusotropical, pelo que acompanhará textos políticos, legislativos, manuais escolares e a generosa fonte de enunciados diversos que constitui o JL, o jornal cultural que tem acompanhado a vida da sociedade democrática de 1981 até hoje e onde a ideia de lusofonia ganhou raízes, pelo menos na voz do seu diretor. Procurarei desfiar esse fio de Ariane que são os primeiros enunciados sobre a lusofonia, a fim de entender esse dispositivo subjetivador, que irmana povos pela língua comum e lhes atribui valores e interesses mútuos, mútuos desejos de encontro e partilha, isto é, considera ser-lhes “natural” um proverbial *Desejo do Outro*. Se o Outro, neste capítulo é o português ou o brasileiro, agora surgirá identificado como “lusófono”, numa teia biunívoca de relações múltiplas, que todos procura juntar, pela grafia e pela literatura. Será assim?

### Capítulo 3: O Desejo do Outro

*Quanto ao “desejo”, este nome foi dado ao fluxo que mais arrasta a alma; porque se lança a fluir, deixando-se levar contra as coisas, atraindo assim fortemente a alma por meio da força deste fluxo, e é por este poder que foi chamado “desejo”.*

*(Platão, Crátilo, 420<sup>a</sup>)*

### Capítulo 3

. A língua desterritorializada – do Império à Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa; da literatura como “ponte” cultural e identitária na CPLP;  
. Os usos do idioma em processos de subjetivação – os manuais escolares e os *media* na formação de sujeitos coloniais e pós-coloniais.  
. As estratégias de produção de verdade – formas de verificação no ensino, na literatura, na política e nos *media*.

## 1. Problematização

*Comunidade é outro nome da nossa Língua*  
(José Aparecido de Oliveira)

Ao constatar que o idioma é entendido, muitas vezes, como elemento estruturador de uma identidade cidadã, natural será procurar onde e como essa identificação entre a língua e seus sujeitos é ativada e reforçada. Verificou-se, nos capítulos anteriores, que uma dessas instâncias é o espaço escolar, onde a subjetivação cidadã acontece por via do ensino das regras gramaticais, do respeito pela escrita correta, do apreço pela frase bela e elegante e o orgulho na literatura nacional como reflexo da alma de um povo. Daí as acesas discussões sobre as mudanças ortográficas e a rutura para a produção de novos modos de dizer e escrever, de que o capítulo anterior forneceu bastos exemplos.

Há, porém, uma outra instância onde esse traço identitário idiomático vai sendo regularmente reforçado – a imprensa. Já no século XIX os jornais instituíam o padrão de uma escrita e de modos de ser. Aí, ilustres escritores, intelectuais ou políticos destacaram-se pela perícia da sua pena, chamando a atenção para o cuidado e o orgulho a ter com o idioma. Tal foi o caso, por exemplo, em Portugal, da académica e filóloga Carolina Michaelis, do escritor e colunista jornalístico Cândido de Figueiredo, do escritor e ministro Júlio Dantas, ou, no Brasil, do jurista e escritor Rui Barbosa, entre muitos outros. Os jornais, enquanto local de exposição de um modelo de linguagem e um certo tipo de subjetividade, não apenas informam o que acontece, mas também, e sobretudo, moldam o que está ainda em formação, na medida em que, ao relatar os eventos do presente, vão igualmente criando os sulcos por onde se avolumam as correntezas do futuro.

Nos jornais de outrora, as polémicas entre intelectuais dão conta de lutas de legitimação de uma verdade por instituir, seja ela idiomática, estética ou política. Torna-se imperativo, para todos aqueles que queiram ver validada a sua versão da realidade social e histórica, ocupar esse espaço de fala e de verificação que são as páginas de um jornal. Justifica-se, por esta razão, que analisemos o *Jornal de Letras Artes e Ideias*<sup>69</sup> (JL), realizando um salto temporal nesta pesquisa, para percebermos que as mesmas estratégias de verificação funcionam ainda hoje, agindo sobre os sujeitos do mesmo modo que anteriormente. Ontem, como hoje, esses mecanismos de produção da verdade utilizam a sedução retórica, o modelo de figuras exemplares, apresentadas como prescrição de modos de vida a atingir. Partem da presunção de que todos assumem e subscrevem as mesmas evidências, as quais só vão ganhando consistência pela adesão maciça e acrítica dos que são convidados a testemunhá-la, sem se darem conta de que estão, na realidade, a construí-la. A realidade, nos jornais, não é apenas descrita mas é *feita acontecer*, é refinada em cada página e em cada número, em cada rubrica, crónica, entrevista, testemunho ou notícia.

O *Jornal de Letras, Artes e Ideias* constitui uma das fontes empíricas em que se fundamenta esta pesquisa. Em circulação desde 1981 e com mais de mil números publicados, este espaço – em que simultaneamente se divulga e se produz uma determinada realidade cultural –, constitui-se como uma referência da vida cultural portuguesa e de noutros países da CPLP<sup>70</sup>, sendo uma arena onde muito da nossa história cultural comum pode ser pesquisada. Não é exatamente a história cronológica deste jornal que me ocupa nestas páginas, mas antes o destaque que esta publicação dá a uma formação discursiva sobre essa *comum identidade* entre países e gentes, entendidos na ordem política do pós 25 de Abril de 74. Conforme já foi referido, o suporte teórico radica-se na obra do historiador francês Michel

---

<sup>69</sup> Tendo como diretor José Carlos de Vasconcelos, o jornal surgiu em 1981 e continua, até hoje, a ser regularmente editado em Portugal. Começou com publicação quinzenal no início, mudando para semanal em 1985 e, desde 2007, voltou novamente a ser publicado quinzenalmente. É distribuído por escolas do ensino básico, através do Ministério da Educação, e enviado para o estrangeiro, marcando presença em vários leitorados e centros culturais do Instituto Camões. Pode, por isso, ser considerado um veículo de transmissão da auto-imagem nacional e de certos discursos oficiais, ou, se se quiser, das histórias que, sobre nós, escolhemos contar a nós próprios e aos outros. Neste trabalho, será frequentemente identificado pelas suas siglas JL, como é usualmente conhecido na sociedade portuguesa.

<sup>70</sup> CPLP – sigla da *Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa*, criada em 1996.



Foucault, de quem serão usados os conceitos de *genealogia*, *formação discursiva*<sup>71</sup> e *jogos de verdade* ou *sistemas de verdade*. Com este aparelho teórico é possível analisar parcelas deste jornal que sirvam de amostra para o que se pretende demonstrar. Utilizarei séries discursivas por mim criadas a partir de textos do JL, sendo a primeira série aquela que se analisa na primeira secção deste capítulo, constituída por textos muito específicos que noticiam e celebram o projeto de criação de uma futura comunidade da língua, em publicações de 1993 e 1994.

## **2. Uma Comunidade Fundada no Idioma**

Criada em 1996, poucos saberão hoje como o início da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), foi projetado e desejado uns anos antes, implicando um enorme esforço diplomático para reunir gentes variadas, sensibilidades políticas diferentes, além de implicar a ultrapassagem de ressentimentos coloniais. No meio de tantas pequenas divergências ou maiores desentendimentos, a língua terá sido o instrumento que deu estrutura, consistência e visibilidade a este dispositivo político-identitário que estava em vias de construção – a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Esta comunidade, anos antes de ser constituída oficialmente, foi sendo construída por palavras, sobretudo por *discursos* frequentemente alicerçados nos sonhos visionários de Agostinho da Silva, filósofo que unificou mais o espírito e a língua que o território e a matéria (cf. Sarmento e Ribeiro, 2010; Silva, s.d.). Muitos foram, nesses tempos preparatórios da CPLP, os discursos de políticos, as entrevistas a intelectuais, as cartas de escritores com votos de sucesso para o projeto, os testemunhos e manifestos de intenções de diplomatas e jornalistas (cf. anexos do capítulos 3, pasta 1: Mesas-redondas de 1993 e de 1994). Todos esses elementos, que constam dessa série textual relativa a este capítulo, serão analisados, realçando-se essas intervenções pelas quais, no JL, começa a constituir-se a *formação discursiva lusófona*.

---

<sup>71</sup> Uma abordagem *genealógica* apreende a formação dos discursos e a sua transformação, o que inclui, por exemplo, os “rituais da palavra” e as formas de controlo e de rarefação da verdade (cf. Foucault, 1997). Neste sentido, o JL apresenta-se como um lugar privilegiado para “rituais da palavra” em torno da lusofonia, prestando-se a uma análise genealógica da “verdade” lusófona, cujos enunciados apresentam uma certa regularidade, porque usam sempre determinadas estratégias discursivas, que se repetem e se reforçam mutuamente; formam, assim, o que Foucault considera ser uma *formação discursiva*, ou seja, apresentam os mesmos conceitos dentro de uma mesma ordem e uma mesma combinação, dentro “um mesmo jogo de relações” (Foucault, 2005, p. 104).

Por “formação discursiva” entende-se o conjunto de discursos sobre a lusofonia, assentes em determinados conceitos e estruturas argumentativas, os quais são incessantemente repetidos por diferentes autores e em diversas instâncias enunciativas. Uma “formação discursiva” emerge num certo período temporal e vai evoluindo ao longo do tempo, prestando-se a uma análise genealógica. Implica uma regularidade de conceitos ou argumentos que atravessam os seus vários enunciados, conceitos esses que, ao longo do tempo, tanto podem ser replicados como marginalizados, alterados, substituídos, sofrer torções de significado, ou serem esquecidos, proscritos ou reabilitados (cf. Foucault, 2005). Será demonstrado, a partir das fontes recortadas dentro do JL, que os conceitos de *luso-tropicalismo*<sup>72</sup> e de *portugalidade* são subjacentes à formação discursiva da lusofonia, ainda que um estudo com um arco temporal mais alargado pudesse dar conta de transformações de intensidade, dos processos de rejeição ou de alteração de significado que tais termos terão sofrido.

O objeto da análise, nesta secção, delimita-se a algumas edições do JL nos anos de 1993 e 1994, onde se podem identificar os primeiros momentos da emergência de uma formação discursiva sobre a *lusofonia* dentro uma *verdade* que começa a impor-se rapidamente sob a forma de *evidência*. Não é que o termo não tivesse aparecido antes, mas era de uso incerto, intermitente e errático, no final dos anos 80 do século passado. Será no início da década seguinte que aparecem discursos mais articulados, associando a lusofonia não apenas a um uso da língua portuguesa mas a uma *vivência idiomática* que implique sentimentos e valores comuns, um desejo de futuro partilhado, assente na implicação de que, pela língua comum, diferentes sujeitos em diferentes geografias se podem “reconhecer” como fazendo parte de uma pertença supranacional.

Procurarei detetar, nesta primeira série textual, o aparecimento e a reiteração de discursos sobre uma identidade supostamente baseada na língua e na(s) literatura(s) em português. Ver-se-á como aí se começa a estruturar a ideia de uma

---

<sup>72</sup> “À semelhança do Quinto Império de Vieira ou Pessoa, o lusotropicalismo é uma identidade em construção a que o tom providencial em que a mensagem é transmitida confere um carácter profético e visionário, que seduz mais ou menos todos os quadrantes políticos” (Ribeiro, 2004, p. 158). Em Portugal, a doutrina de Gilberto Freyre, o lusotropicalismo, terá sido “em vésperas do início da Guerra Colonial (...), o discurso de reforço de uma identidade em acelerado processo de esvaziamento, e portanto de salvação de uma ideologia e de um regime, tendo-o animado para uma nova era, transmitida sob a forma de uma cruzada rumo ao “novo encoberto”, que colocaria Portugal no centro e na vanguarda da defesa do mundo ocidental” (Ribeiro, 2004, p. 165).

literatura dita “lusófona”, como aí se esboça uma identidade coletiva, supranacional, que se apresenta como evidência inquestionável, porque fundamentada na literatura em português. O protagonismo do JL nesta questão, esse “papel sem paralelo em qualquer órgão de comunicação”, nas palavras do seu diretor, suscita em nós algumas interrogações do ponto de vista de uma *história do presente*, de inspiração foucaultiana. Nesta perspectiva, o passado ilumina temas e questões atuais, mostra que o que hoje se impõe como verdade inquestionável e nos constituiu, resulta de acasos e de múltiplas construções enunciativas. Como aquela que ativou, no JL – de modo minucioso, intencional e interventivo, sobretudo na época em questão –, um discurso associado às fontes do poder político, mobilizando para isso um grupo de intelectuais, escritores e diplomatas, em função das quais a *doxa* lusófona se foi formulando. Para entendermos esse processo no JL, convém conhecer o próprio jornal, descrito no editorial da edição de 8 de março de 2000 (cf. anexos do capítulo 3), a qual celebra o 20º aniversário desta publicação. O texto é de José Carlos de Vasconcelos, diretor das publicações:

O n.º 1 do JL foi publicado a 3 de Março de 1981. Desde então, nunca mais deixou de acompanhar os seus leitores, marcando presença significativa não só em Portugal como nos outros países lusófonos e em todas as latitudes em que está viva a cultura que se exprime na nossa língua comum: primeiro como quinzenário, até 22 de Novembro de 1983. Depois – dado o êxito que obteve e o desejo de cobrir melhor a atualidade – como semanário, até 13 de Abril de 1994, data em que, com mais páginas e renovado aspeto gráfico, voltou a ser quinzenário, sua periodicidade atual.

Acrescenta ainda: um jornal português e da língua portuguesa, aspirando a contribuir para aproximar todos os países de idioma comum e suas culturas, a ser ponte entre estas culturas e os que as servem e para elas trabalham em qualquer parte do mundo.

O autor conclui manifestando o seu desejo: queria que o JL fosse um elo, se não um órgão da lusofonia, para usar uma designação discutível e que só muito tempo depois entraria no léxico corrente (JL, 8.3.2000, p.3).

Em 2000, no editorial acima transcrito, José Carlos de Vasconcelos admite, pois, que a *lusofonia* é “uma designação discutível”, mas reconhece que é ela uma das grandes ideias que o seu Jornal defende, porque esta publicação ambiciona ser “elo” de união entre os povos da dita lusofonia ou mesmo ser um *órgão* dessa entidade, a que deseja dar corpo e voz. Podemos, portanto, ler o JL através da intenção tão claramente expressa pelo seu diretor, a de vir a ser esta publicação um instrumento para a união entre os povos lusófonos, logo, entende-se, como agenciamento de um *Desejo do Outro*. Pode perceber-se que os editoriais são uma

das partes mais significativas deste dispositivos subjetivador que é o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, já que nos editoriais, como se verá mais adiante, há uma regular insistência no valor da língua como elemento identitário além-fronteiras, trabalhando nos leitores a adesão à ideia de lusofonia. Trata-se de uma missão desde cedo assumida - já desde a edição do primeiro número, em março de 1981, aspirava o diretor desta nova publicação a “aproximar todos os países de idioma comum e as suas culturas”, ambicionava que o seu jornal pudesse “ser ponte” entre elas, como se pode ler no primeiro número deste jornal ( cf. JL, 3.3.1981, p. 3).

Vários serão os editoriais em que este diretor renovará e afirmará o seu compromisso com o ideal lusófono, ao serviço do qual claramente coloca o seu jornal, ainda que considere, algo paradoxalmente, que se trata de um jornal “neutro” e sem compromissos políticos. Na pasta 3.4 dos anexos relativos ao capítulo 3, apresenta-se a série dos editoriais em que mais abertamente José Carlos de Vasconcelos se bate pela sua causa, lamenta os poucos progressos conseguidos na CPLP e no IILP<sup>73</sup> ou denuncia os obstáculos que impedem a concretização deste sonho, que julga dever ser um sonho coletivo.

A análise dos editoriais, na última secção deste capítulo, permitirá acompanhar as expetativas e os desapontamentos do diretor do JL, em torno do seu desejo de lusofonia. Seguiremos a sua reação aos compromissos políticos, às políticas da língua, às trocas culturais e simbólicas dentro do espaço “em português”, que insiste em chamar de lusófono. Será assim possível demonstrar como, *ao longo dos anos*, a formação discursiva sobre a lusofonia e o Outro se mantém, ainda que vá dando conta do progressivo desencanto do Diretor do JL.

Neste capítulo procurar-se-á demonstrar como o JL criou *estratégias de visibilidade* para o conceito de comunidade pelo idioma, a tal comunidade da língua

---

<sup>73</sup> Sigla para o *Instituto Internacional de Língua Portuguesa*, criado em 1989, anos antes da CPLP, no Maranhão, com o empenho do Presidente Brasileiro José Sarney. Porém, só 10 anos depois serão aprovados os seus estatutos e definida a sua sede, em Cabo Verde. Pode ler-se no seu sítio oficial em linha – “Sediado na Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde, representa de forma paritária as nove nações da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP) – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. O Instituto é um instrumento para a gestão comum da Língua Portuguesa, envolvendo todos os Estados Membros da CPLP. O IILP promove um contato mais estreito entre os países e suas equipas técnicas, permitindo a execução de uma política linguística consensual. As atividades do IILP são planeadas conforme orientações gerais do Conselho Científico, formado pelas Comissões Nacionais dos Estados Membros, bem como do Comitê de Concertação Permanente da CPLP.” <http://iilp.cplp.org/iilp.html>: Consulta a 28.1.2017.

portuguesa, que não existia ainda, embora tivesse antecedentes discursivos em épocas históricas anteriores. Esta tese defende a ideia de que próprio termo “lusofonia” foi, de certo modo, forjado nas páginas deste jornal, ou foi aí, pelo menos, que ganhou o valor identitário, de intensas tonalidades afetivas, sobretudo a partir de finais da década de oitenta. O termo será mais tarde questionado e ganhará outras conotações, a partir do ano 2000, por razões que perceberemos depois, mas esta tese tem como certo que o JL e o seu diretor agenciaram a implementação do que chamo de um *desejo de lusofonia*, enquanto um *desejo do Outro*, falante de português ou ligado à nossa história, um Outro que nos completasse e, de algum modo, redimisse falhas pós-coloniais. Tais estratégias de visibilidade, de que se ocupa esta pesquisa são, inicialmente, i) a cobertura entusiasta e comprometida das mesas-redondas que antecedem a CPLP, bem como ii) os editoriais, iii) as capas e, finalmente, iv) as entrevistas a autores considerados “lusófonos”. As duas primeiras séries serão analisadas neste capítulo 3, e as restantes no próximo capítulo.

A primeira série diz respeito às mesas-redondas que visavam sensibilizar para a formação da CPLP. Nos anexos deste capítulo, a primeira pasta contém textos selecionados de edições de 1993 e de 1994 (anexos 3.1, do capítulo 3), em anos que a CPLP esteve na eminência de ser criada, o que acabou por ser adiado para 1996, por desentendimentos vários. Com a confiança e o idealismo de quem ainda não conhecia os dissabores que aguardavam a criação de um tal projeto, alguns números dos anos de 1993 e de 1994 transbordam de entusiasmo utópico, vindo a contrastar com um posterior tom de desânimo, se compararmos com editoriais de décadas posteriores. Leia-se, por exemplo, as transcrições de editoriais de José de Vasconcelos, o primeiro de 1994, seguindo-se um outro, de 2008. Da confiança ao protagonismo central atribuído ao JL, neste projeto, passa-se para um tom de desespero de quem nada pode fazer a não ser pedir mais empenho e urgência ao governo, como se pode depreender pelas passagens que aqui destaco:

Um dos objetivos primeiros deste jornal sempre foi o de dar um contributo concreto e sempre relevante para a aproximação e o desenvolvimento dos laços entre os países de língua comum, de certo modo constituir uma espécie de **ponte cultural** entre eles; e também entre os países e as comunidades de falantes e os especialistas ou interessados na cultura que no mesmo idioma se exprimem espalhados pelo mundo, para os quais o “**JL**”, se não erramos, tem

um papel sem paralelo em qualquer órgão de comunicação social (JL, nº 618, 22.6.1994, p.3; negrito do próprio texto).

*Finalmente, a língua portuguesa?* Pelo menos o reconhecimento formal de que é o nosso grande património, comum aos outros povos que a falam e aos países que a têm como idioma oficial; de par com o reconhecimento de que até agora por ela foi feito muito menos do que era possível e se impunha (...). Em vésperas da Cimeira da CPLP que teve como mote principal exatamente, “Língua Portuguesa: um Património Comum, um Futuro Global” ...[pede o diretor do JL, neste editorial, que José Sócrates e o seu Governo, com o apoio de Cavaco Silva] “*passem mesmo à prática, sem delongas*, decisões tomadas outrora que, independentemente delas ou na sua sequência, também são necessárias. Sobretudo no domínio da articulação de esforços, ações, iniciativas, recursos, criando *novas sinergias e utilizando instrumentos decisivos, que não podem ficar à margem deste combate*, como o serviço público de televisão, como a RTP internacional” (JL, 20. 7. 2008, p. 3, itálico meu).

Não se pretenderá discutir apenas como se estruturou, no JL, a perceção de que as literaturas dos vários países de língua portuguesa pertenciam a um mesmo “campo literário” e que jogos de forças se esboçam aí (cf. Bourdieu, 1996), uma vez que não é do ponto de vista de uma sociologia da literatura que abordaremos as nossas fontes. O enquadramento teórico assenta no já referido conceito de *formação discursiva* e ainda no conceito de *jogos de verdade*, que nos alertam para os poderes em jogo na construção de um saber e de uma verdade com a qual se intenta governar as condutas de todos e de cada um. Uma vez atentos à arbitrariedade das verdades que nos são apresentadas como absolutas, podemos então desmontar os “jogos de verdade” em torno da ideia de lusofonia:

Il ya des effets de vérité q’une société comme la société occidentale, et maintenant on peut dire la société mondiale produit a chaque instant. On produit la vérité. Ces productions de vérités ne peuvent pas être dissociées du pouvoir et des mécanismes de pouvoir, à la fois parce que ces mecanismes de pouvoir rendent possible, induisent ces productions de vérités et que ces productions de vérités ont elles mêmes des effects de pouvoir qui nos lient (Foucault, 1994a, p. 404).

Esta secção apontará a “montagem” de uma verdade a respeito da lusofonia e dos seus sujeitos, as estratégias que associaram jornalismo, literatura e diplomacia cultural (cf. figura 1), a fim de perceber como um saber, neste caso o literário, foi usado para fazer operar “jogos de verdade” políticos. Jogos da verdade, lembra Foucault, são também jogos de desejo, uma estratégia do poder que “produz” verdades em vez de as reprimir e que, deste modo, suscita o desejo e a adesão dos sujeitos a quem essa verdade é dada (Foucault 1994b). Nas páginas do JL o que é

posto em jogo, como veremos, é o *desejo da lusofonia*, ou um seu equivalente, em minha opinião, que é o *desejo do Outro*.

Ainda que utilizando o conceito de “campo literário”, de Pierre Bourdieu (1996), não desenvolveremos a pesquisa exclusivamente nessa direção, por considerar que o *campo literário lusófono* é apenas um dos efeitos da *formação discursiva lusófona*. Interessa-nos, antes de analisarmos a composição deste *campo literário lusófono*, no próximo capítulo, traçar as formações discursivas que o precedem, tendo por referência uma perspectiva genealógica, de inspiração foucaultiana. O que move o trabalho de pesquisa, neste capítulo 3, é a tentativa de mostrar o surgimento de um eixo discursivo que associa idioma e identidade, o qual passou a aglutinar discursos nem sempre convergentes, vozes dispersas e interesses múltiplos, da literatura, ao jornalismo ou à diplomacia. Pretende-se identificar a discursividade lusófona que se formou em continuidade de discursos que vêm atrás no tempo e como sendo uma *formação discursiva*, que não apenas produz um “campo literário” como tem efeitos subjetivadores, isto é, promove a construção de uma desejada identidade coletiva, nacional e supranacional.

A discussão que aqui nos propomos iniciar implica a interrogação de séries discursivas, construída a partir da análise das fontes. Procuraremos demonstrar que aquilo que hoje em dia se nos apresenta como algo “evidente e natural” – a literatura lusófona<sup>74</sup> – nem sempre esteve lá, nas páginas do JL que, a determinada altura, e por razões que será necessário entender, passou a dar-lhe contorno e substância – rostos, nomes, vozes, e falas, muitas falas. O JL pode, por isso, ser considerado um lugar irradiador de uma verdade oficial que vicejou nos anos 90, sobretudo em Portugal, e que ainda hoje, de algum modo, faz parte de nós.

### **3. Jornalismo e Pedagogia Identitária**

Esta secção concentra-se nos anos de 1993 e de 1994, anos em que o JL participou na organização das mesas-redondas luso-afro-brasileiras, sobre o projeto

---

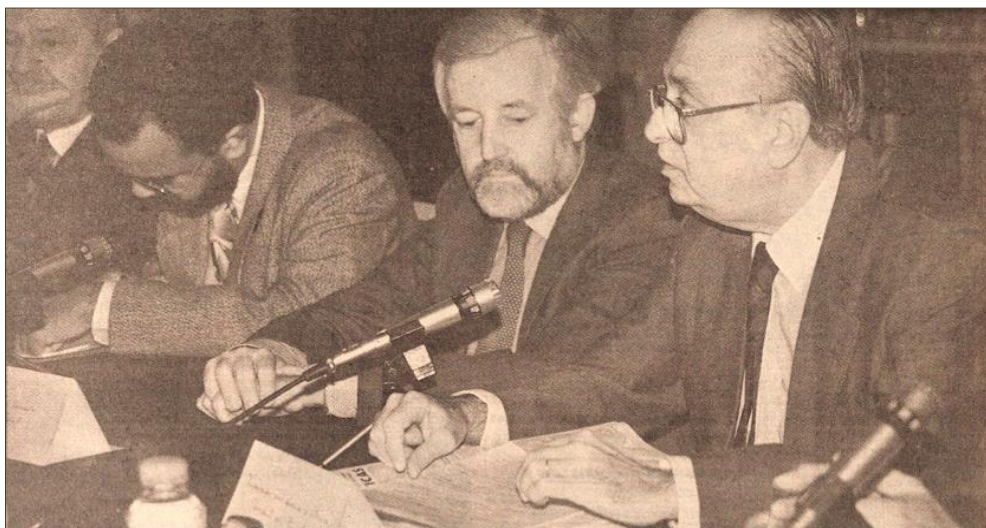
<sup>74</sup> Bem anterior ao uso de “literatura lusófona”, pouco depois da descolonização das ex-colónias o termo mais usado para referir a literatura dos países africanos de língua oficial portuguesa era “literaturas africanas de expressão portuguesa”. O JL teve estudiosos como Pires Laranjeira, Ana Mafalda Leite, Manuel Ferreira e Eugénio Lisboa a escrever sobre esta área, que depois deu lugar ao termo de sentido mais lato, o de literatura lusófona, que inclui as literaturas do Brasil e Timor. O termo “literaturas de expressão portuguesa” passou depois a ser considerado politicamente pouco correto, motivando debates que são alheios a esta pesquisa, o que é possível constatar em polémicas várias que surgem no próprio JL, e em que estão envolvidos Pires Laranjeira, Manuel Ferreira e Eugénio Lisboa, em diversos momentos.

da futura CPLP, e sobre as quais deu entusiastas notícias. De notar que a primeira edição de tais mesas-redondas foi organizada pelo *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, em estreita parceria com José Aparecido de Oliveira, embaixador do Brasil encarregue de coordenar os trabalhos. Nos anexos deste capítulo pode mesmo ver-se o convite que o JL faz, para este evento, a ter lugar no palácio Foz, com a presença de Mário Soares, então Presidente da República (JL, ano XIII, nº 595, 30.11.1993, p. 7)

Tornar-se-á evidente a relação destes eventos com a discursividade sobre a literatura lusófona, a partir do estudo dos textos que, nas referidas ocasiões, foram publicados no JL. A constituição deste campo “lusófono” é paralela ao empenhamento deste jornal na criação de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa, com o que se envolve muito diretamente. Assim afirma o seu Diretor, José Carlos de Vasconcelos, em relação a este “sonho grande que importa transformar progressivamente em realidade”:

eu bem gostaria que o “**JL**” fosse quase uma espécie de porta-voz, informal e obviamente independente, deste belo sonho de uma comunidade dos Países de Língua Portuguesa – ou talvez Comunidade dos Países e Povos de Língua Portuguesa (mas este já pode ser um tema para uma das nossas sessões de trabalho) (JL, 596, 7.12.1993, p. 4; **negrito do autor**).

Um tal empenho implicará uma colaboração muito próxima com José Aparecido de Oliveira, embaixador do Brasil em Portugal (figura 1):



*Figura 1: JL nº 596, de 7.12.1993, p.15. Em primeiro plano, José Carlos de Vasconcelos, diretor do JL e à sua esquerda José Aparecido de Oliveira, embaixador do Brasil, na 1ª Mesa-redonda para a criação da CPLP, em Lisboa.*



nomeado em 1992 pelo presidente Itamar Franco, a fim de envidar esforços para a concretização da nova comunidade. O embaixador, além de fazer um périplo pelos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), envolveu neste empreendimento outros parceiros, não apenas políticos e diplomatas. Jornalistas e intelectuais são também chamados a comungar do mesmo sonho e a dar-lhe voz. Assim, realizam-se três mesas-redondas com representantes dos vários países de língua oficial portuguesa de 1993 a 1994, de forma a levantar a reflexão, o debate – e o desejo – sobre o tema. Leia-se, nas passagens que se seguem, o que a esse respeito dizem o jornalista Rodrigues da Silva, referindo-se ao primeiro encontro, em 1993 e, a seguir, Alda Espírito Santo, sobre as segundas mesas-redondas, que tiveram lugar em Luanda no ano seguinte:

numerosas individualidades de todos os países de língua portuguesa, com destaque para membros dos governos, de todos os embaixadores dos países lusófonos acreditados em Lisboa e brasileiros acreditados nos países lusófonos, embaixadores portugueses como António Monteiro e Álvaro Guerra, jornalistas, intelectuais e escritores (que, não estando presentes, enviaram mensagens, entre os quais Jorge Amado, José Cardoso Pires e Alçada Baptista, José Craveirinha, José Saramago, Miguel Torga e Eduardo Lourenço (JL, ano nº 596, 14.12.1993, p. 2).

Órgãos de imprensa e instituições literárias na instrumentalização da língua comum têm articulado iniciativas na sequência da proposta diplomática lançada pelo incansável embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido de Oliveira.

“O Jornal do Brasil”, no Rio de Janeiro, “O Jornal de Letras, Artes e ideias”, em Lisboa, e a União dos Escritores Angolanos, em Luanda, permitiram que de Outubro a Dezembro de 1993 e de 26 a 27 de Janeiro, em Luanda, escritores, intelectuais, empresários, diplomatas e políticos discutissem amplamente os painéis que conduziram aos informes e comunicados que continuaram a ter expressão na IV Mesa-Redonda, na Praia, em 17 e 18 do corrente mês de Junho, promovida pela Associação de Escritores de Cabo-Verde (JL, nº618, 22.6.1994, p. xix).

Jornais, associações de escritores, jornalistas, chamados a dar corpo a um projeto político? Se pensarmos que muitos destes diplomatas são escritores ou que alguns destes artistas se tornarão ministros, teríamos aqui um interessante tema a pesquisar, que outros poderão desenvolver. Noutro contexto, para lá desta tese, importaria igualmente refletir sobre o papel dos intelectuais neste processo de cariz político, de constituição da CPLP nos cruzamentos entre diplomacia, imprensa e

mercado editorial, para a construção de uma “verdade” a ser oferecida à sociedade civil.<sup>75</sup>

Veja-se, nos dois trechos, a valorização do escritor, que não apenas cabe no grupo dos intelectuais em geral, mas se define por um campo autónomo (cf. Bourdieu, 1996). O escritor, neste projeto de uma comunidade transcultural baseada na língua, será usado como “figura de proa” de um navio que tem, forçosamente, de ser lançado ao mar. Investidos de “capital lusófono”<sup>76</sup>, os escritores consagrados, primeiro, e depois os escritores mais novos, serão chamados a lançar as discursivas pedras fundadoras da “casa comum”<sup>77</sup>. Estes escritores são, simultaneamente, a confirmação de que o tal espaço comum, de referências e valores, já existe (pois não escrevem já todos na “mesma” língua?) e são, de algum modo, os seus fiadores simbólicos, a garantia de que um tal projeto é viável, que um comum uso da língua partilhada é possível.

Deleuze (1991) faz corresponder a certos conceitos as suas respetivas *personagens conceptuais*, sendo estas as figuras através das quais um conceito se torna mais facilmente pensado, pois estas figuras concentram metonimicamente o valor conceptual que representam. Assim, *o escritor* e *a língua portuguesa* serão as duas personagens conceptuais da lusofonia, em torno das quais se estruturarão alguns argumentos fundadores da CPLP, pelo menos nas páginas do JL. *Língua e escrita literária* acabarão por estabelecer correspondências, ou mesmo a coincidir, em muitos casos, na medida em que, entre uma e outra, entrelaçar-se-ão vários argumentos. Se o escritor reforça a visibilidade e força simbólica da língua, esta, não

---

<sup>75</sup> Para os interessados em continuar a pesquisa nesta vertente deixamos alguns documentos em pastas em anexo, que dão indicações de números do JL em que se podem encontrar elementos pertinentes. As pastas intituladas *JL Escritores e intelectuais*, *JL Figuras públicas*, *JL Pensar Portugal*, *JL Educação e cultura*, ou ainda a pasta *CPLP/Lusofonia*, poderão ser úteis como início de pesquisa, não dispensando a leitura integral de todos os números deste jornal, onde se percebe que a política, a educação, a literatura e o jornalismo estabelecem intensas relações.

<sup>76</sup> Concebi conceito de *capital lusófono* à imagem do conceito de *capital cultural* ou *capital simbólico* (cf. Bourdieu 1996). Por *capital lusófono* entende-se aquilo que confere credibilidade a alguém para falar em nome da lusofonia ou ser apresentado como representante, pela sua vida ou a sua obra, do dito projeto lusófono.

<sup>77</sup> A metáfora da *casa*, recorrente no Estado Novo, reaparece com nova formulação: “Casa comum, disse. A erguer firme e progressivamente, no reconhecimento das – e no respeito pelas – diferenças entre os países e os povos independentes e soberanos que em plena igualdade a constituem, diferenças que devem ser fatores de enriquecimento e não de divisão. Casa comum, com raízes fortes e fundas, baseada na língua, na história, na cultura, no afeto; tendo como primeiro fundamento os **valores**, mas não esquecendo os interesses. Quero dizer: assente antes de tudo num ideal e sempre dinamizada por um idealismo fecundo, com a consciência de que ele só será **viável** e **realizável** se interessar e for vantajoso para todos os participantes.” (Vasconcelos, JL nº 618, de 22 de junho de 1994, caderno especial - *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*: ii. Negrito do próprio original).

dispensa os seus escritores e poetas, os quais, por sua vez, investe de distinção. No entrançado de evocações, factos e desejos, entre a língua portuguesa e o(s) escritor(es), à força de uma discursividade insistente, surge a “literatura lusófona”, uma área ainda difusa, partilhando terreno com o termo “literaturas de expressão portuguesa”, que já ganhara lugar no contexto académico. Os autores canonizados e as suas obras como que são chamados a dar visibilidade a um projeto ainda por construir, são usados para dar imanência a um projeto ainda no plano da transcendência (cf. Deleuze, 1991).

São vários os processos de construção do campo literário lusófono. O campo vai-se desenhando quando escritores de diferente países vão sendo regularmente convocados nos discursos políticos, mas o campo também se alarga quando certos escritores são investidos de “capital lusófono”<sup>78</sup> e, com esse estatuto, são chamados a testemunhar, a enviar cartas de apoio ou a participar em congressos, reuniões de cariz político-cultural, como são as referidas mesas-redondas. O seus nomes e fotografias tornam-se presença constante nas páginas do JL, onde a própria paginação e apresentação gráfica, ajudam a dar objetividade ao sonho ainda sem substância. Será a partir de 1993 que as capas<sup>79</sup> de vários números do JL passarão a apresentar cada vez mais autores agora identificados como “lusófonos”, assim reforçando a visibilidade de um campo que se constrói e afirma em cada gesto reiterativo.

---

<sup>78</sup> Utilizo a expressão “capital lusófono” por aproximação com os conceitos de “capital social” e de “capital literário” de Bourdieu (1996). Na linha de pensamento do referido autor, o “capital lusófono”, dentro do JL, reconhece alguém como já o tendo ou investe alguém de qualidades, capacidades ou poderes representativos de um espaço comum em língua portuguesa, sendo, para isso, frequentemente eleitos escritores. O Prémio Camões, atribuído de 1989 até hoje, circunscreve esse espaço a alguns eleitos, os vencedores do Prémio Camões; eventualmente, daria “capital lusófono” aos premiados. Há, porém outros espaços discursivos onde este capital é também ativado e intensificado, como as primeiras páginas do JL e entrevistas a escritores. A este respeito, para quem queira aprofundar o assunto, aconselha-se a consulta, em anexo, das pastas temáticas e facultativas intituladas *Prémio Camões* e *Autores Lusófonos*.

<sup>79</sup> Para consulta da série completa das primeiras páginas do JL, consultar, no final deste trabalho, nos *Anexos facultativos*, a pasta 12, intitulada *Série das capas do Jornal de Letras, Artes e Ideias* (JL). Tal série resulta do acesso aos arquivos do JL, que nos foi proporcionado por este jornal, o que agradecemos. Trata-se de um conjunto significativo em termos de informação sobre as representações da vida cultural portuguesa pelo que a colocamos ao dispor para futuros investigadores, já que essa série pode ser analisada sob várias perspetivas, que poderão suscitar pesquisas, por exemplo, nas áreas da história, arquitetura, da pintura e outras artes; pode ser também seguida a relação cultural com outros países, nomeadamente, Brasil, França e Espanha, os debates sobre a língua e o acordo ortográfico, que não analisámos extensivamente e mereceriam outra análise mais aprofundada. Aí pode estudar-se ainda a relação a que aludimos neste capítulo, entre políticos, diplomatas e escritores ou, em geral, pessoas da cultura. Por outras palavras, há aí vários eixos de informação sobre a transformação da sociedade portuguesa, na medida em que é possível, pela análise das capas perceber o que se impunha como mais pertinente ao longo dos tempos e como tais questões eram abordadas..

É o efeito da repetição, e da circularidade da repetição, feita por vários agentes em momentos diferentes. Os nomes são referidos por causa de viagens, congressos, entregas de prémios, feiras do livro internacionais, entrevistas de várias páginas ou discretas notícias, havendo, às vezes, a referência a uma doença, por vezes, mesmo, o lançamento de um novo livro. O que está em causa é manter presente, ao longo das edições, a visibilidade deste novo corpo autoral e do campo literário para que remetem<sup>80</sup>. Mas este campo nem sempre esteve lá. Na década de oitenta, as notícias sobre escritores do Brasil e dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) era mais escassa (se bem que bem mais frequente em relação ao Brasil) e sempre numa atitude de noticiar o que “lá” se fazia, ou na perspectiva das relações bilaterais entre dois países distintos. Adotando uma perspectiva genealógica percebe-se que o que parece emergir, na década de noventa, é uma diferente postura discursiva em relação aos mesmo escritores e à sua atividade editorial - já não é uma notícia sobre outro país, mas é algo que passa a dizer-nos diretamente respeito, que passa a ser “coisa nossa”, pois passa a pertencer ao campo lusófono. Este campo vai ganhando consistência na década de noventa, não apenas a partir do *corpus* concreto das obras de autores, mas ainda através da discursividade que, em seu torno, elas geram, a saber, recensões críticas, mas também entrevistas, relatos de participações dos autores em congressos, tudo o que, fora da obra e independentemente dela, sirva de estímulo à imaginação de uma nova realidade a que tanto os escritores, como os leitores, são convidados a aderir. Este processo faz evocar uma passagem de Walter Benjamin sobre o papel dos jornais enquanto “palcos de equívocos literários”:

Há muito que as redações se aproveitam do facto de nada haver que tanto ligue o leitor ao seu jornal como esta impaciência diária que exige alimento, para abrir, constantemente, a novas especialidades as suas questões, opiniões e protestos. Assim, a assimilação aleatória de factos evolui, paralelamente, à assimilação aleatória de leitores, que, instantaneamente, se vêem promovidos a colaboradores (Benjamin, 2012, p.119).

---

<sup>80</sup> Jorge Amado era, no início, uma das figuras mais presentes, nas páginas do JL, ainda que outros nomes tenham aparecido insistentemente ao longo dos tempos, de Carlos Drummond de Andrade a João Ubaldo Ribeiro e, claro, Mia Couto. No que respeita a Amado, tudo se notícia – uma viagem, um aniversário, um congresso alhures, chegando a fazer-se dossiers temáticos mais de uma vez (cf. JL, 2 de agosto de 1995). Por esta razão foi criada, nos anexos temáticos e facultativos, uma pasta intitulada *Jorge Amado*, que poderá orientar quem queira pesquisar mais sobre a presença deste escritor no JL e a sua relação com o meio literário e intelectual português.

No caso em estudo, não é apenas a impaciência de um leitor deste tempo que leva o JL a abrir as suas páginas a “uma nova especialidade”, a literatura dita “lusófona”. Será também, como veremos, a “impaciência” de diplomatas e políticos e editores, empenhados, por interesses variados, a cativar autores e leitores para a nova causa da CPLP/lusofonia, pois também as suas “questões, opiniões e protestos”, testemunhos, pareceres, relatos, ajudam a dar visibilidade a este novo campo. Ou seja, a discursividade lusófona tem uma intencionalidade produtiva, visa instalar novas evidências, criar novas verdades, congregar diferentes pessoas sob uma motivação comum. A “produtividade lusófona” faz operar realidades, neste caso, as próprias cimeiras que o JL tão empenhadamente noticia e o tipo de identidade coletiva que delas emerge. Assim se explica que este trabalho não tenha em conta aspetos de crítica literária, que o JL também valorizou, mas se debruce sobre as questões sociopolíticas que conduziram à gradual formulação de um campo feito por literaturas diversas, as quais passam a ser integradas num campo apresentado como homogéneo e uniformizador, em função de interesses que não dizem diretamente respeito à literatura, mas a interesses de ordem política e económica. As relações entre política e a cultura são evidentes na organização das mesas-redondas<sup>81</sup>, que tinham como objetivo permitir a reflexão em torno da futura Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Repare-se nas edições de JL de 1993 e 1994, nomeadamente no JL n.º 596, de 7.12.1993. Aí se vê uma foto do Diretor do JL, José Carlos de Vasconcelos, ao centro, ao lado do embaixador José Aparecido de Oliveira, à sua esquerda (cf. figura 1), por ocasião da primeira das mesas-redondas. É na capa desse número 596, do JL, que se faz a primeira referência ao projeto de uma comunidade idiomática e política, com o título “o arranque de um grande projeto”, tal como se pode confirmar na figura 2:

Nesta capa do nº 596, vê-se uma série de personalidades reunidas a debater a futura CPLP, e, entre elas, no meio de políticos e diplomatas estava o José Carlos de Vasconcelos, jornalista e diretor do JL, amigo de José Aparecido de Oliveira, que

---

<sup>81</sup> Estas mesas redondas chamam-se em 1993 “luso-afro-brasileiras (cf. JL n.º 596) e em 1994 “afro-luso-brasileiras”, ou assim as nomeia a escritora Alda Espírito Santo, no caderno especial do JL n.º 618, p. xix. A primeira teve lugar em Lisboa e as outras duas em Luanda e na Praia, respetivamente nas capitais Angola e de Cabo Verde.

todos reconheciam como o grande impulsionador desta primeira mesa-redonda entre Portugal, Brasil e PALOP.

São bem elucidativas, uns meses depois, tanto a capa do JL n.º 618 (figura 3),



Figura 2: JL n.º 596, de 7.12.1993, p.1. Capa com imagem da primeira mesa-redonda, onde se remete para um caderno especial de 32 páginas sobre a futura CPLP, integrando o mesmo número.

bem como a capa do seu caderno especial sobre uma nova mesa-redonda (figura 4). A primeira página do n.º 618 mostra a proa de um barco rasgando o mar e por se referir ao sonho de uma futura CPLP com o título, “A Grande Viagem” (figura 3), o que parece remeter para a visão profética de um início. Uma tal expressão evoca um desbravar de novos caminhos marítimos, mostrando assim a euforia pela concretização de um projeto que daria corpo a esse sonho de um novo império, agora sim, de valores imateriais, baseado no idioma comum. Para os leitores cultos do JL, uma ideia de “comunidade da língua portuguesa” associada a esta imagem de um barco avançando pelo mar-além, evocaria o imaginário dos descobrimentos e da missão espiritual portuguesa, associada ao Quinto Império, do P. António Vieira, frequentemente evocado nas intervenções mediáticas de Agostinho da Silva<sup>82</sup>.

<sup>82</sup> Haveria uma linhagem de pensamento entre o P. António Vieira, o Fernando Pessoa da *Mensagem* e Agostinho da Silva, (cf. Ribeiro, 2004; Castelo, 1989); nesta perspetiva, os três autores teriam dado voz a um

A capa do JL n.º 618 (figura 3), tem ainda essa imagem luminosa e colorida de uma proa a avançar pelo mar, pois estava-se, assim se cria, no início de uma nova viagem ao encontro dos outros, desta vez através da língua. O tom de confiança com que nesta capa se anuncia um novo ciclo, contrasta claramente com a *capa do*



Figura 3: JL n.º 618, de 22.6.1994, p.1 – “A Grande Viagem”.



Figura 4: JL n.º 618, de 22.6.1994, p.1. Capa do caderno - As novas navegações”.

*caderno especial* que integra este número (cf. figura 4) o suplemento integrado no JL n.º 618), muito provavelmente feita já *depois* de se saber do malogro que invalidara a criação da CPLP por esses dias

Mantendo a imagética náutica, a capa do suplemento do JL n.º 618 (figura 4) mostra nevoeiro, lamaçal e barcos em terra, pois a “viagem” anunciada para essa idealizada “comunidade pela língua” fora um malogro.

---

espaço utópico que hoje se concretizaria na Comunidade da Língua, uma visão idealizada e centralizadora, do que “deveria ser” a CPLP. A retórica lusófona, predominante nos anos 90 do século passado passou a ser mais questionada no confronto com a política transnacional quando os outros países recusaram os papéis passivos, de “figurantes” que uma tal retórica lhes atribuía; assim aconteceu com os problemas na criação da CPLP, cuja criação passa de 1994 para 1996, bem como aquando das negociações para a escolha de um nome que a liderasse - o nome de José Aparecido de Oliveira, o embaixador brasileiro que Sarney envolvera no projeto, foi recusado. Começava o conflito entre o sonho e a realidade, resultante de distintas visões do que deveria ser a CPLP.



A criação da CPLP seria, mais uma vez, adiada, o que origina um suplemento cuja capa tem um ambiente sebastianístico, de aridez, bruma e barcos presos no lamaçal. Nenhum dos leitores do JL ficaria alheio a esta comparação entre o insucesso na criação da CPLP e o destino incerto de D. Sebastião. O jornal e seus leitores partilham um mesmo “idioleto” cultural e literário que facilita a comunicação conotativa<sup>83</sup>. O nevoeiro que inunda a capa deste suplemento remete, simbolicamente, para a evocação do poema “nevoeiro”, de Fernando Pessoa:



Figura 5: Capa do caderno especial do JL nº 628, 9.11.1994, p.1, sobre a possível criação da CPLP.



Figura 6: JL nº 628, de 9.11.1994, p.1, que remete para o seu caderno especial.

Nem rei nem lei, nem paz nem guerra  
Define com perfil e ser  
Este fulgor baço da  
Terra  
que é Portugal a entristecer  
Brilho sem luz e sem arder,  
Como o que o fogo-fátuo encerra

<sup>83</sup> Roland Barthes (2015) explica que as obras de comunicação de massa, como será o caso do JL, apesar de ser um jornal cultural, apresentam “a inteligibilidade de uma cultura refugiada em certos signos descontínuos, que os homens declinam ao abrigo da sua fala viva”. Esse sentido não explícito mas partilhado seria o sentido obtuso, que está fora da linguagem articulada, “mas contudo no interior da interlocução (...) – o sentido obtuso pode ser visto como um acento, como a própria forma de uma emergência, de uma prega (até de uma ruga), com que é marcada a pesada toalha das informações e das significações (Barthes, 2015, p. 57). O tom sebastianista da figura 4 chega aos leitores através da sua capacidade de acesso ao “sentido obtuso” da mensagem visual da capa, tal como os leitores compreenderão que outras imagens, mais tarde, contêm nas “pregas” do seu sentido não verbal, referências a um certo conceito de lusofonia, como se verá.



Ninguém sabe que coisa quer,  
Ninguém conhece que alma tem  
Nem o que é mal nem o que é bem.  
(Que ânsia distante perto chora?)  
Tudo é incerto e derradeiro.  
Tudo é disperso, nada é inteiro  
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...

É a hora!

Está-se em plena imagética sebastianística, simultaneamente unindo profecia e utopia. O grafismo do JL para estas capas aporta uma dimensão mística, de “destino a haver”, ao projeto de uma comunidade que possa vir a unir os povos de língua portuguesa. Se dúvidas houvesse, uns meses depois, o n.º 628, em Novembro do mesmo ano de 1994, (figura 5), contém um caderno especial em cuja capa (figura 6) se renova a obsessiva esperança de uma nova realidade que volte a reunir, pela língua, os povos que anteriormente o mar juntara. O simbolismo da imagem é mais forte e mais subtil – já não um barco, mas um portal, uma porta aberta para o infinito ou uma outra realidade. Sub-repticiamente, para os mesmos leitores educados numa imagética sebastianística, é ainda uma frase da *Mensagem*, de Fernando Pessoa, que ecoa, remetendo para o ideal visionário do V Império, o império espiritual da língua, que estaria na eminência de acontecer – “É a Hora!”.

A capa do caderno especial do n.º 628 (figura 6), com a alusão ao referido poema de Pessoa, constitui um convite para que se ultrapasse as brumas da incerteza e rasgar horizontes com a confiança de quem cumpre uma predestinação. Trata-se de um chamamento e um desafio, mais outro, uma ordem ou de um apelo a despertar, a pôr-se a caminho, para que se inicie a viagem/destino a tanto esperados. Compare-se a imagem disfórica, na capa do suplemento do JL n.º 618 - a do nevoeiro, com alusões marítimas e mítico-identitárias -, com a capa do JL n.º 628, que apresenta uma imagem dentro da mesma linguagem metafórica, mas num tom mais positivo. Neste último suplemento passa-se para o entusiasmo profético, patente através da expressão – “É a Hora”. Percebe-se claramente que, do JL n.º 618 ao n.º 628, flui a mesma comunicação implícita, há um mesmo imaginário. Os segundos sentidos criados a partir do texto e das imagens em ambas as capas funcionam dentro do mesmo sistema imagético, o qual estabelece certa relação secreta ou cúmplice com os leitores, capturando-os numa bolha simbólica, dentro da qual toda uma tradição cultural poderá ser reconhecida.

### 3.1. A simbólica marítima – barco e viagem

Importa analisar os textos dos cadernos especiais do JL n.º 618 e do JL n.º 628, que são verdadeiramente significativos para a história do conceito de lusofonia, na medida em que aí estão conservados, na sua pureza, os primeiros discursos, expectativas ou visões do que deveria ser esse espaço de partilha assente na língua comum, para muitos do que se moviam na influência do campo deste jornal cultural (cf. Bourdieu, 1996). Convém reparar que tanto as capas destes números (JL n.º 618 e JL n.º 628), como as capas dos seus suplementos, contêm elementos relativos ao mar e à viagem em direção ao um outro lado. Trata-se, simbolicamente, de uma viagem em *direção ao Outro*, ou em direção àquela parte de nós que, sem esse Outro, se sente incompleta, em falta. Porque foram simbolicamente concebidas, estas capas forçam leituras implícitas, orientadas pela própria imagem do barco, o qual, porque concentrador de sentidos, mais do que *símbolo* se torna *emblema*, na medida em que acumula, numa mesma imagem, camadas de referências culturais e de sentidos histórico-identitários, reconhecíveis para os leitores do *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, pela educação que os familiarizara com esta temática.

Nos anos em questão, 1993 e 1994, a sociedade portuguesa era inspirada por Agostinho da Silva, figura carismática e algo pitoresca, que a muitos influenciou através dos seus escritos e das suas conversas televisivas. Agostinho da Silva fora explicador de Mário Soares, o então Presidente da República Portuguesa, e era amigo de vários membros do governo Brasileiro da época, entre os quais o próprio Aparecido de Oliveira e José Sarney<sup>84</sup>. De ambos os lados do oceano a lusofonia balbuciava-se pela cartilha mítico-pragmática de Agostinho da Silva. É à luz dos seus textos e palestras que devem ser entendidas, tanto as ilustrações destas capas como os editoriais do JL desses anos, bem como o depoimento de muitos dos colaboradores e entrevistados, já que é um autor que recorre frequentemente a uma imagética sobre os oceanos, o barco, a travessia, as navegações, ou seja, serve-se da isotopia da viagem e dos descobrimentos para desenvolver as suas teorias. Não

---

<sup>84</sup> No Brasil, Agostinho da Silva criara, na Universidade Federal da Bahia (S. Salvador) um Centro de Estudos Afro-Orientais em que defendia a abertura do Brasil à África com a qual tinha laços históricos, defendendo visões de um império espiritual (porém, já então, atento aos interesses comerciais possíveis). Depois, como secretário do Presidente da República Brasileira, Jânio Quadros, defendera a ideia de um projeto idêntico. Esta mística que une a língua portuguesa em vários espaços geográfico-afetivos continuaria depois a ser subscrita pelo próprio presidente José Sarney, também amigo de Agostinho da Silva.

analisarei aprofundadamente os textos deste filósofo, pois é sobretudo nas falas dos seus seguidores que a primeira discursividade lusófona foi sendo silabada, uma vez que Agostinho da Silva nunca usou sequer a palavra lusofonia e morreu em 1994. O que importa é como uma certa formação discursiva ecoa e molda as visões de uma elite cultural pós-colonial que, na verdade, para lá de Agostinho da Silva, adota o espírito de uma lusotropicalidade não apenas freiriana, mas salazarista (cf. Castelo, 1989; ver Ribeiro, 2004).

O barco que aparece nestas capas é, ele próprio, metáfora de múltiplos sentidos, porque tanto remete para as viagens passadas, dos tempos das Descobertas, como para as viagens futuras, dos tempos por vir, é um *barco/alma nacional*, como o próprio texto da *Mensagem* dá a entender. É um barco físico e, simultaneamente, um barco feito de sonho e de desejos. Na capa do JL n.º 618, o título, “A Grande Viagem,” tem a amplitude eufórica de uma afirmação e de um convite. É tanto a constatação de um evento iniciático como um programa coletivo e individual. Esta capa fora possivelmente preparada mesmo antes do final da reunião que previa a criação da CPLP, pelo que é chocante o contraste entre a potência desta capa (JL n.º 618, figura 3) com o ambiente disfórico, depressivo, de bruma e nevoeiro, com que se apresenta o caderno especial (figura 4) que integra o mesmo número do JL. De uma e outra, vai-se da luminosidade à sombra, do avançar pelo mar adentro ao aprisionamento no lodaçal. Vai-se do sonho ao desencanto, da confiança a um sentimento de impotência, preso por uma paisagem cinzenta cuja alusão ao nevoeiro sebastianístico era igualmente familiar para os seus leitores habituados a esta sentimental gramática histórico-identitária.

A imagem do Barco surge no texto *Considerações*<sup>85</sup>, de Agostinho da Silva (1998), em que se refere a Vasco da Gama e à importância de recordar os antepassados, que poderão inspirar as rotas do futuro nacional. Agostinho da Silva começa por referir-se ao “espírito de sacrifício”, entendido como “cumprimento do dever, quando se não chama dever a uma imposição feita de fora, mas uma aspiração sempre mais larga à posse de todo o mundo racional”. Na mesma página

---

<sup>85</sup> Ainda que esta obra tenha sido publicada em 1998, a escrita do texto em análise teria sempre de ser anterior, pois Agostinho da Silva morreu em 1994. Qualquer dos textos do livro *Considerações* é anterior ou contemporâneo destas edições do JL, pelo que se justifica a ligação entre a imagética escolhida pelo JL, as ideias de Agostinho da Silva e as de José Carlos de Vasconcelos. Este diretor do JL assume publicamente, sobretudo nos editoriais do JL, a sua filiação ao projeto lusófono que se inspirava retoricamente em Agostinho da Silva.

explica que esse sacrifício, já feito nos descobrimentos, exige de cada um “o domínio do impulso dos sentimentos”, uma disciplina de si semelhante à daquele que maneja o leme - como pancadas dos remos fazem deslizar o barco sobre as águas; no bom remador nenhum movimento é inútil para que o porto se alcance; de igual modo, no que bem pensa, nenhum ato de vida se perde para a salvação da humanidade; e mais do que todos dão marcha vigorosa ao barco em que vogamos os que ousaram as mais largas remadas, os que não temeram estoírar os músculos ao serviço do bem comum” (Silva, 1998, pp. 33-34).

Repare-se na ideia do domínio de si como parte de um esforço coletivo, ideia dominante num projeto educativo social e individual que já vem de outrora. Noutro texto, com o sugestivo título “Fantasia Portuguesa para orquestra de História e de Futuro”, usa imagens ainda mais oníricas – “tem o Reino que viver e se barra a terra à invasão das areias, plantando árvores que podem igualmente dar madeira a *futuros barcos capazes de transformar pastores de rebanhos e de varas em pastores de povos e de estrelas*” (Silva, 1998, p. 34; *italico meu*). Compreende-se que esta linguagem encantatória e profética tenha servido de base a discursos sobre novos encontros pós-coloniais. É neste ponto que se torna visível a substituição do colonialismo por um outro “pastoreio de estrelas”. Substitui-se a retórica do Império português pela retórica de inspiração lusotropical, que tem, à época, um dos maiores representantes em Agostinho Silva. Não será, no entanto, ainda a reformulação de um pastoreio de povos e de almas, discursos que outrora legitimavam a construção de impérios?

#### **4. Língua e Identidade – entre a Origem e a Herança**

Chegou o momento de ler os textos das edições cujas capas temos vindo a analisar, nomeadamente os textos dos cadernos especiais em que se celebra a futura comunidade da língua. Convém enquadrá-los no seu período histórico – a partir de 1990, depois da assinatura do acordo ortográfico, intensificara-se o interesse pela língua portuguesa, cada vez mais objeto específico de inúmeras intervenções políticas. Uma tal multiplicação e intensificação dos atos que implicavam a defesa e a promoção da língua portuguesa, dentro de um contexto dominado pelo sentimento de perplexidade e de ameaça que vinha com a mudança no ritmo nos eventos da política da época, eis o que se depreende das palavras de António Bustorff:

A queda do muro de Berlim, a desmistificação dos Estados Unidos como superpotência mundial, o despertar da China, a recuperação da identidade política dos países do Leste Europeu, a sofisticação tecnológica dos meios de comunicação e a recente democratização da República da África do Sul passaram-se em tantos anos como os dedos que numa mão podemos contar. Na Europa Ocidental as fronteiras políticas ficam relegadas aos mapas, pois ideias, pessoas e moedas circulam livremente. Em breve a Europa estará fragmentada em regiões cujo único fator de identidade real será a cultura (JL, ano XIV, nº 618, 22.6.1994, p. xiii).

A mesma transformação continuou a fazer-se sentir na política e na cultura em Portugal<sup>86</sup>, país que em 1986 aderira à CEE (Comunidade Económica Europeia), a qual, por sua vez, passara a ser União Europeia em 1992. A integração no espaço Europeu trazia a Portugal várias preocupações identitárias, fruto da consciência do seu estatuto periférico numa tal configuração.

Os anos noventa mostram, nas páginas do JL, uma reflexão recorrente sobre o papel de Portugal no mundo<sup>87</sup> e a necessidade de se defender da pressão de blocos idiomáticos mais poderosos, reforçando, para isso, os laços com outros países de língua portuguesa. A este respeito, proponho a leitura dos textos publicados neste jornal a propósito das mesas-redondas que debateram a futura constituição da CPLP e, por associação, a defesa da língua portuguesa, durante as mesas-redondas de 1993 e de 1994. A primeira passagem é de António Alçada Batista e a segunda de Durão Barroso, ambas publicadas no JL:

julgo importante salientar que a integração no espaço europeu, nomeadamente o desaparecimento das fronteiras e a progressiva penetração das línguas centrais sobre as línguas periféricas, colocou Portugal (...) numa situação tal que, se não reforçar as suas fronteiras culturais com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o português se arrisca a tornar-se um dialecto da Europa e a nossa identificação como Pátria – que cada vez nos será mais dada pela cultura – igualmente vai ser atingida (JL, nº618, 22.6.994, p.xxiii).

Vínculo histórico, património comum, fator de unidade e de coesão interna a nível nacional, a língua que partilhamos é também o fundamento, na cena internacional, de uma identidade específica, crescentemente significativa e

---

<sup>86</sup> A entrada de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986, terá levado a “uma intensa atividade editorial (...) e a uma aposta mais séria na divulgação e edição de autores de literatura portuguesa em países europeus e não europeus, levou a nossa cultura a circular mais rápida e livremente nesse mesmo espaço” (Ribeiro, 1995, p.13).

<sup>87</sup> A este respeito consultar os títulos de alguns artigos, integrados nas pastas em anexo, para eventual consulta. Destaco os textos reunidos na pasta em anexo com o título *Pensar Portugal*, onde se dá conta de vários números em que o JL se preocupa com a redefinição identitária. Ver também vários textos de Eduardo Lourenço, Oliveira Martins e Vitorino Magalhães Godinho (nos anexos temáticos, facultativos), onde a demanda identitária é bem visível ao longo dos anos.

atuante, valorização da ação prosseguida individualmente por cada uma (JL, nº618, 22.6.994, p. iii).

O *desejo do Outro*, já explícito no trecho do então Ministro do Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, surge mais claramente nas palavras de Alçada Batista que se seguem. Assim declara António Alçada Batista, o então Presidente da *Comissão do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades*:

é preciso ter em consideração que, sob o ponto de vista cultural, a África e a América Latina contêm uma reserva de valores de que a Europa está carecida pois a racionalidade das suas matrizes políticas, do seu sistema económico e da própria estrutura do seu pensamento, tem provocado uma sintomatologia que revela sinais de atrofia na criação literária e artística e onde, por isso, não têm surgido as obras a que estávamos habituados. Assim, se a crise cultural das sociedades desenvolvidas manifesta a necessidade de valores poéticos, comunitários, lúdicos, sensíveis e contemplativos, eles terão que ser procurados com vantagem nesses continentes e é através dessas procuras que deve estabelecer-se um diálogo cultural útil e criador. Portugal, como participante de ambas as comunidades (tem?) o papel de interessar a Europa naqueles valores de que está visivelmente carecida (JL, nº618, 22.6.1994, p. xxiii).

António Alçada Baptista esclarece como Portugal, país periférico a lutar por um espaço cultural no esmagador jogo de interesses europeu, reinventou para si este projeto de “ponte entre dois mundos”, dando-se um papel, que outrora já tivera, de mediador e de renovador de mentalidades. Repare-se que a relação com o Outro é claramente fágica, propondo-se que Portugal busque, na África e na América Latina, aquilo de que a Europa, a definhar, “está carecida”. O Outro apresenta-se como panaceia para uma civilização decadente, não surge de uma relação de alteridade, mas como espaço alternativo de resistência identitária de um país periférico, entre a Europa e o Atlântico.

Será ao longo desta formação discursiva que vemos esboçar-se um cânone literário<sup>88</sup> que sirva de elemento integrador – desde cedo, os nomes de escritores surgem tanto como argumento de evidência de uma ligação já existente, como de plataforma para a construção ou reforço de um imaginário comum, que se consubstanciaria nas obras literárias. A literatura passa a ser argumento político, o primeiro sinal de uma realidade por vir, como se vê nas palavras de Itamar Franco:

---

<sup>88</sup> Mais do que um cânone literário, o que está em construção, com a evocação e a associação de nomes de escritores “lusófonos” e das suas obras, será o que entendo ser um “campo literário lusófono”, já que não pode ainda considerar-se ainda existência de uma lista canónica de autores e obras lusófonas. Pode, sim, perceber-se movimentações estratégicas que tornam uniforme uma realidade compósita, estratégias mobilizadas para, retoricamente, dar a ver algo que é criado enunciativamente.

Fiz de José Aparecido de Oliveira não só o embaixador junto aos nossos irmãos diletos no mundo, mas também o portador de uma ideia que nos anima desde a mocidade: a de reunir, sob o mesmo compromisso com a História, os povos que falam a língua de Camões, da Machado de Assis, de Fernando Pessoa, de Carlos Drummond de Andrade e de Murilo Mendes, génios que elevaram no passado a patamares de extrema grandeza e perfeição e cuja tradição a obra de um Craveirinha, de um Pepetela, de um Vasco Cabral, de uma Alda Espírito Santo, de uma Vera Duarte, de um Alçada Baptista ou de um João Cabral de Melo e Neto projetam para o futuro (JL, nº618, 22.6.1994, p. ii).

Com esta referência a escritores de diferentes países, parece esboçar-se uma fraternidade literária. Associando diversos autores apenas pelo seu uso criativo do mesmo idioma, o que se faz é sublinhar uma relação já sólida e, presumivelmente, pré-existente entre eles. Apesar de pertencerem a diferentes tempos e geografias, apesar de darem voz a distintas realidades culturais e políticas, são integrados num mesmo grupo ou campo literário, pelo facto de usarem “a língua de Camões”. Repare-se como, na citação anterior, os autores são evocados como que num tom ritualístico, como que se a sua nomeação os consagrasse e elevasse a um panteão lusófono. Parece ser uma cerimónia de consagração, o reconhecimento de um destino ou de uma missão comum – uma investidura através de um discurso performativo. Estamos perante um recurso argumentativo que será usado à exaustão ao longo da década de noventa – a *evidência* de que *já existe* algo que une os nossos povos, uma vez que todos eles escrevem em Português.

Os escritores e as obras em língua portuguesa, tidas como pertença e herança comum, são apresentados como remetendo para uma coletividade pré-existente, que necessita apenas de ser oficialmente reconhecida. Porém, a análise desta formação discursiva permite concluir que *é o oposto* que está a acontecer – para construir a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e para a dar como evidência o que ainda não existe, recorre-se aos escritores como elemento de credibilidade e de validação do projeto da CPLP. É um processo inverso. O uso de uma mesma língua pelos escritores nomeados justifica o salto argumentativo para a ideia de que existe uma realidade ou substrato comum a todos. A *evidência* lusófona constrói-se por uma congregação de vários autores e diferentes literaturas num campo único. O facto de todos utilizarem a língua portuguesa torna-se argumento que tudo aglutina sob uma mesma identidade, assim parece entender-se destas palavras de Alçada Batista:

falar de poesia portuguesa, brasileira ou moçambicana é uma aproximação redutora porque a poesia de Camões, Drummond e Craveirinha *faz parte de uma mesma realidade* que é a poesia de língua portuguesa (JL, nº628, 1994, p. xviii; *itálico meu*).

Está, assim, a ser construída discursivamente esta “mesma realidade”, a que ainda falta uma expressão definidora. Miguel Torga, na tentativa de a exprimir, ao agradecer a entrega do prémio Camões, em 1989, emprega, para este tipo de partilha, um termo de forte conotação lusocêntrica:

Limito-me a receber a distinção com que fui honrado em nome de todos os meus companheiros de pena, e de penas, que acreditam no milagre de uma *portugalidade* viva e promissora, com expressão lusíada, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana, guineia, são-tomense, goesa, e se obstinam também, como escritores, em afirmá-la e prestigiá-la. Convencido e possuído dessa verdade estimulante e responsabilizadora, de que muito cedo tive a percepção, nunca escrevi um texto que não sentisse ao mesmo tempo dentro e fora do torrão nativo (JL, nº618, 22.6.1994, p. xxv; *itálico meu*).

Se o JL escolheu recordar estas palavras de Torga, datadas de 1989, no seu suplemento especial de 1994, mostra bem como a sensibilidade ainda não estava desperta para as tonalidades neocoloniais latentes nesta proposta da partilha de uma “*portugalidade* viva e promissora” com países agora independentes. O termo *portugalidade*, no sentido que em 1989 lhe dá Torga, de um sentimento de orgulho pela língua comum, é claramente inadequado no contexto pós-colonial. É-o ainda mais nas vésperas de uma cimeira de criação da CPLP, o que demonstra bem como a discursividade lusófona estava ainda oscilante, incerta, em processo. Só assim se entende esta referência a um termo que marcou o Estado Novo e a presença colonial em África. Dir-se-ia que era ainda difícil, nesta época, perceber que falantes de outros países do mundo em português pudessem não ter um sentimento de “portugalidade” em relação à língua que nacionalizaram, que pudessem imprimir-lhe uma marca identitária mais especificamente sua, sem filiação a Portugal...

Havendo a necessidade de nomear um desejável sentimento comum pela língua que todos adotaram oficialmente, surgirá um novo termo, o de *lusofonia*, com o qual se procura a nomeação de uma outra realidade, não apenas a realidade concreta de um espaço físico, real, de países de língua oficial portuguesa. Este sentido é o mais simples e imediato. Porém, sobretudo do lado português, e a avaliar pelas páginas do JL, os discursos que se lhe associavam davam-lhe conotações que claramente remetiam para essa nostalgia de uma perdida unidade, como se o



trauma da perda das colónias na identidade nacional permanecesse por sarar e, de algum modo, se procurasse emendar a ferida da incompletude pela recuperação de uma vivência harmoniosa, fantasiada em relação ao passado e projetada no futuro. A este respeito, repare-se na capa, feita expressamente para celebrar a criação da CPLP, a qual afinal acontecerá dois anos depois do n.º 618 e no título escolhido para anunciar a nova Comunidade da Língua (cf. figura 3 – “A Grande Viagem”).

A óbvia referência à *Mensagem*, de Fernando Pessoa, parece revelar os fundamentos míticos desta ideia utópica de comunidade, que se pretendia, quase à força, fazer coincidir com o projeto político que estava, em 1993 e 1994, ainda incerto. A Comunidade internacional de falantes de português e a mítica lusofonia não eram o mesmo, mas esta coincidência e sobreposição de termos começa a surgir, tecida por testemunhos de políticos e escritores. E, aos poucos, começam também a equivaler-se, pelo menos em certos setores da sociedade portuguesa, sendo um deles o JL dos anos 90.

Quando um novo conceito surge, traz agregados a si outros conceitos, sabemos-lo desde Moscovici ([1961], 2007). Deleuze considera que “cada conceito remete para outros conceitos, não apenas na sua história, mas também no seu devir e nas suas conexões presentes. Cada conceito tem componentes que podem por sua vez ser tomadas como conceitos” (Deleuze, 1992, p. 24):

O mais frequente é haver num conceito bocados ou componentes vindos de outros conceitos, que davam resposta a outros problemas e supunham outros planos. É inevitável que cada conceito opere um novo corte, adquira novos contornos, tem de ser reativado ou retalhado (Deleuze, 1992, p. 23).

Deleuze explica que um conceito tem “as componentes inseparáveis dentro dele: distintas, heterogêneas e, todavia, não separáveis” e que “cada componente distinta apresenta uma coincidência parcial, uma zona de vizinhança ou um limiar de indiscernibilidade com uma outra” (Deleuze, 1992, p. 24). Pode entender-se que o conceito de *lusofonia* contenha essas componentes heterogêneas, que se tenha constituído como uma mescla de pedaços de outras discursividades e que partilhe uma “zona de vizinhança” com o termo anteriormente usado de *portugalidade*. É essa amálgama conceptual que fará com que, ao longo dos anos 90 e também na década seguinte, o novo conceito de *lusofonia* remeta para diferentes perceções do que é ou deveria ser a CPLP, para diferentes modos de conceber o seu imaginário

coletivo, e diferentes discursividades sobre o sentimento comum e os seus representantes simbólicos, no caso deste estudo, os escritores e as obras literárias.

O JL, ao reforçar ou criar figuras de autoridade e divulgar os seus discursos, torna-se um espaço de exercício de um certo tipo de poder:

Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da "consciência" e do discurso também faz parte desse sistema (Foucault, 2010, p. 3).

Daí que os escritores sejam constantemente evocados por políticos e pelos seus próprios pares como testemunho de uma “consciência coletiva” que são supostos representar. Na Mesa-Redonda de 1993 são convidados a enviar os seus textos Jorge Amado, José Craveirinha, José Cardoso Pires, José Saramago, Miguel Torga e Eduardo Lourenço. Em 1994, para o que se pensa ser o momento de arranque da nova CPLP (o que só virá a acontecer em 1996) temos os textos de Agustina Bessa-Luís, Mia Couto, Pepetela, António Alçada Baptista, José Augusto Seabra, Virgílio Ferreira, Alda Espírito Santo, Félix Siga, Miguel Torga (consultar anexos do capítulo 3, pasta 1). A construção do campo tido por “literatura lusófona” vai gradualmente acontecendo pela evocação destes nomes como tendo uma mesma marca identitária. Tudo funciona como se, pelo facto de se exprimirem em língua portuguesa, automaticamente remetessem para o mesmo universo literário e cultural. Os escritores surgem como os nomes e os rostos dessa realidade política a que se quer dar consistência e a sua presença passará a remeter para os valores mais nobres que a língua parece veicular, valores apresentados, inquestionavelmente, como sendo comuns a todos os que em português se expressam.

Vemos que ainda se está à procura da formulação adequada para esta nova realidade, os vocábulos oscilam, incertos. Alguns desaparecerão (como *portugalidade*), outros acabarão por se impor. Lendo os discursos e testemunhos das mesas redondas, podemos captar esse momento inaugural de uma fala identitária que se automeiou de “lusófona”. Esta “fala” inaugural constitui apenas parte da *formação discursiva* da lusofonia, que não estabilizou desde essa época em que se constituiu e terá continuado, ao longo da década de noventa e início do século XXI, a sofrer transformações, a reformular-se, deixando cair conceitos que lhe estavam associados, aumentando o leque dos seus vários significados e, de facto,

adotando enunciados que, por vezes, entram em conflito, como já é possível descortinar nas fontes aqui analisadas.

A CPLP, apesar dos bons propósitos do início da década de noventa, só viria a constituir-se em 1996, tempo suficiente para que expectativas, termos e conceitos se afinassem um pouco mais, já que em 1994, o apaixonado envolvimento luso, a pragmática atitude brasileira e as céticas posturas africanas não estavam em sintonia. Talvez por isso essa cimeira tenha sido uma desilusão, como o demonstra a capa do suplemento do número 618, onde se vê um barco encalhado num lamaçal (figura 4), em tons de cinzento, a contrastar com a capa do número da edição em que o suplemento está inserido, a qual é colorida e confiante, apresentando o título “A Grande Viagem” (figura 3). A capa do suplemento já devia estar previamente preparada, pelo que o seu tom entusiástico e otimista contrasta sobre a futura CPLP contrasta com a dura realidade – não é ainda nesse ano que o sonho se concretiza.

Se a figura 4, aludindo a uma imagem de malogro e insucesso, evoca um “nevoeiro” de inspiração sebastianista após a primeira tentativa de fundar a CPLP, já a figura 6, a capa do suplemento do número 628, associa a CPLP à ideia de *Quinto Império* através da citação da frase de Fernando Pessoa, “É a Hora” evocando, em hipertexto, o poema pessoano *A Mensagem*. Não tendo a cimeira sido o sucesso que o JL anunciara, a construção de uma comunidade continuará a fazer-se no cruzamento da diplomacia e da cultura, nomeadamente com recurso à literatura. Nestes textos primordiais o que vemos é a busca de uma fala que seja simultaneamente identitária e de alteridade, o que nem sempre é conseguido.

A evocação de outros povos de diferentes contextos e geografias parece reforçar a evidência de um coletivo em torno da língua portuguesa, sobre a qual Torga dizia, em carta enviada à mesa-redonda luso-afro-brasileira de 1993:

Não há ritmo de verso de que não seja capaz, arroubo épico para que não tenha alento, andamento narrativo a que não saiba dar balanço. Fizeram e fazem esse milagre o povo anónimo reinol, os marinheiros aventureiros, os bandeirantes, os tropejos sertaneiros, os escravos das sanzalas, e génios e talentos que vão de Camões a Gil Vicente e Machado de Assis, Euclides da Cunha, Craveirinha e Luandino” (JL, nº 596, 7.12.1993, p. 2).

Esta “nova realidade” é, pois, descrita com velhos vocábulos e conceitos, como a próxima passagem de Manuel Alegre, o que mostra uma certa continuidade de referenciais anteriores à descolonização:

Há, entre nós, aquém e além das vicissitudes políticas, dos encontros e desencontros, uma comunidade preexistente a qualquer processo de institucionalização: é a comunidade do sangue, da língua e do afeto. Uma comunidade nascida da viagem e da mestiçagem, que são elementos estruturantes *das nossas culturas*.

(...) Somos gente capaz de perceber e amar a diferença. Somos gente que gosta de se misturar. A comunidade está nos sangues cruzados e numa língua que é tanto mais rica quanto impura, quanto mais feita por todos e assim acrescentada pela variedade e pela diferença (JL 22.6.1994, p. xxi; *italico meu*).

O trecho de Manuel Alegre, com evidentes marcas de lusotropicalismo, parece dar voz a uma certa postura deslocada no tempo, que abraça esta nova comunidade com argumentos que evocam Gilberto Freyre, por exemplo, “gente que gosta de se misturar”, “comunidade do sangue, da língua e dos afetos”, tudo isto parece trazer um desconhecimento de que o Outro não é exatamente aquele que se desejaria que fosse e que carrega consigo vivências forçadamente postas de lado, na medida em que contrastam e questionam essa narrativa de fraternal entendimento. Os escritores africanos que também escrevem para este encontro trazem uma visão mais cautelosa, distanciada dos congregadores entusiasmos lusitanos:

Existem sectores tradicionalistas nos países africanos (e provavelmente nos outros também), que não vêem com bons olhos esta aproximação no quadro das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (...). Com razão ou sem ela, sentem que a comunidade reforça as tendências “modernizantes”, “europeizantes”, em detrimento das culturas autóctones. O perigo a perda de identidade existe em qualquer abertura para o internacional (JL, nº618, 22.6.1994, p. xv).

Do mesmo modo que Portugal, integrando a União Europeia, receia a perda de identidade, os países africanos inquietam-se com o tipo de relações que terão na CPLP e com a perda da *sua* própria identidade dentro de outro contexto político. Preocupações a que os escritores dão voz nas passagens que se seguem, sendo a primeira de Pepetela e a segunda de Mía Couto :

Mas se tivermos o orgulho que só a dignidade confere, não precisaremos de esmola. E ninguém dominará ninguém, aproveitamos todos uns dos outros. (...). Alguns também temem que a Comunidade privilegie de tal forma a língua portuguesa, que as línguas africanas desapareçam (JL, nº628, 22.6.1994, p. xv).

Entre brumas, fantasmas e alarmes por autenticar urge a defesa e a promoção da língua portuguesa. Essa defesa alimenta-se de obras concretas, não de declarações, cerimónias e formalidades. (...) Há que não ficarmos pela celebração do passado, na exaltação de laços históricos. A História alimenta-se de presente e nós, tantas vezes, estamos amarrados a complexos de pequenez. As instituições que criarmos serão válidas se estiverem vivas e criarem vida.

Tantas vezes, porém, confundimos cerimonial com o ato que acabamos não por gerar futuro mas por gerir saudade e ruminar estéreis heroísmos do passado (JL, nº618, 22.6.1994, p. xxiv).

Outros escritores serão mais abertamente críticos, como o guineense Félix Siga, escritor da Guiné-Bissau, o qual se reporta aos anos 60, para lembrar que já Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos, tinham empreendido “ações conjuntas, a partir da cultura, com vista à libertação dos respetivos povos” (Siga, JL nº618, 22.6.1994, p. vi). No seu texto, alude ao facto de a língua portuguesa ter também servido a causa da independência, pelo que deixa transparecer uma certa desconfiança sobre as propostas deste futuro relacionamento diplomático, vindas da ex-metrópole e do Brasil. Além disso, contém já – e nisto de destaca -, um apelo a uma maior reciprocidade e visibilidade do Outro<sup>89</sup>, um apelo algo velado a que Portugal realize um descentramento. Atentos a estes temores e indo ao seu encontro, negam os portugueses uma relação de autoridade e domínio em relação à língua por parte do centro, manifestando um desejo de inclusão da diversidade. Eis o que diz Luís Adão da Fonseca:

Impõe-se um esforço convergente, porque a língua de todos é, de todos os que no passado, nos diferentes continentes e nos múltiplos lugares, a cultivaram, e de todos os nossos filhos que, no futuro, nela encontrarão um horizonte de referência e de identificação (JL nº618, 22.6.1994, p. xix).

Estas declarações de Luís Adão da Fonseca, então Presidente do Instituto Camões, serão reforçadas por António Alçada Baptista, ainda que, nas suas palavras, esta defesa da partilha de uma de língua sem “dono” remeta para o já mencionado interesse que Portugal (e a Europa) teria em revitalizar-se com a criatividade dos outros países a sul do equador:

ninguém é dono da língua portuguesa (...). a comunicabilidade desta mesma língua falada em vários espaços geográficos é um fator decisivo para a manutenção, vitalização dum vocabulário (JL nº618, 22.6.1994, p. xxiii).

Como receberá, no entanto, o campo central, da literatura portuguesa, os tais novos vocábulos vindos da periferia? Para Agustina Bessa-Luís, convidada a enviar

---

<sup>89</sup> “No entanto, persistem as diferenças entre as intelectualidades portuguesa e brasileira que, esperamos, venham a ultrapassar num futuro mais ou menos próximo. (...) as obras de autores brasileiros não têm devido tratamento nas universidades portuguesas e não só, enquanto que os portugueses são estudados no Brasil” (Siga, 1994, p. vi). Conferir igualmente os anexos do capítulo 3, sobretudo as páginas do caderno especial do *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 618, de 22 de Junho de 1994, p. iv.

um texto para a IV Mesa-Redonda, o idioma será “a aliança inicial dos povos” pois, “os homens têm necessidade de se agruparem nas suas tradições, e a língua comum é a mais significativa.” Na mesma página Agustina Bessa-luís, pronuncia-se sobre as alterações a que a língua possa estar sujeita, noutras paragens:

Uma língua que não sofre alterações significa que o medo da vida não foi vencido. Alterações mas não aberrações, que são sempre sinal duma fraca aspiração imaginária (JL nº618, 22.6.1994, p. xxvi).

Esta passagem, de uma carta enviada por ocasião da mesa-redonda de 1994, faz-nos perceber que havia, do lado português, alguma velada preocupação sobre as modificações a que a língua portuguesa estaria sujeita em outros espaços geográficos. É a isso que Agustina Bessa-Luís, de modo vago, dá voz, ecoando outras queixas que já tinham surgido em 1990, com o acordo ortográfico. Este testemunho, ainda que pareça aceitar as mudanças inerentes aos encontros culturais, deixa entender que uma certa autoridade pode determinar o que é modificação desejável da língua, pode distinguir o que é “alteração” de “aberração” idiomática, ou seja, que se pode gerir a mudança de acordo com determinados padrões. Por outras palavras, desejo de encontro, sim, desde que não “desfigure” o rosto da língua em que o centro se espelha, eis o que se parece entender das palavras acima transcritas. Desejo do Outro, sim, mas apenas na medida em que nos reafirma, não quando nos desafia.

Surge aqui a ideia de uma autoridade sobre a língua comum, autoridade que poderá sancionar ou não as mudanças feitas pelos “outros”. Esboça-se a questão de um centro idiomático, em função do qual o uso da língua por autores da periferia poderia ser sancionado, determinando as mudanças aceitáveis e as “aberrações” condenáveis. Quem imagina que tem direito de exprimir avaliações sobre o uso criativo da língua por um Outro, pensa, de certo modo, que é sua a língua em que o Outro se exprime. Talvez por estar presente este fantasma, ele é frequentemente exorcizado, sendo alguns desentendimentos explicados pela metáfora das relações fraternais:

é importante – maningue importante – ver que é possível um oásis de bom senso, um espaço de bula-bula fraternal para uma afirmação de cada identidade no sentido da feliz aproximação e não de qualquer rejeição de valores (Craveirinha, JL nº 596, 7.12.1993, p. 3).

Falamos e escrevemos fundamentalmente a língua portuguesa. Isso não significa que nos expressamos exatamente na língua falada e escrita em Portugal. Tenho para mim que a língua portuguesa resulta de um conjunto de

várias línguas, tendo como base essencialmente a de Portugal, a de Camões, aquela que partiu nas caravelas das Descobertas para se reproduzir mundo afora. Dela nasceram as línguas portuguesas dos países africanos, cada qual com a sua cor, seu acento, seu ritmo, sua música, sua verdade.

No Brasil, a língua de Camões, ao misturar-se com as línguas dos povos indígenas e com as dos escravos negros, renasceu na Língua de José de Alencar e de Castro Alves.

Todas essas línguas – falados por milhões de pessoas na África, na América e na Europa, nas quais os escritores criam o romance e a poesia – formam a língua portuguesa poderosa e bela” (JL nº 596, 7.12.1993, p. 3).

O desejo de equilíbrio entre origem e herança, entre a possibilidade de conter ou incluir outras normas idiomáticas atravessará, no JL, os debates sobre a língua<sup>90</sup>, no final dos anos 90 e início do século XXI. Ela vem colocar a questão de centro e de periferia, que se colocará igualmente a respeito das produções literárias. Uma certa discursividade lusófona, dividida entre impor a língua como origem, mantendo um lugar de autoridade, ou partilhar a língua como herança que lhe escapa, parece ter encontrado o meio termo, assimilando a literatura do Outro como complemento identitário, uma espécie de “prótese identitária” em que a extensão de si pela literatura dos “outros” virá, de algum modo, colmatar a falha de uma perda geográfica e compensar um confinamento territorial algo traumático.

A questão da herança, ou das referências comuns, nem sempre se estabelece em função de trocas simétricas ou de real reconhecimento da diferença do outro. Como se pode ver por estas palavras de Vergílio Ferreira:

De uma vez que vim ao Brasil, lembro-me de ter pedido uma informação a alguém e de esse alguém me anotar, ao dar-ma que eu tinha um “sotaque português”. Sorri, por dentro, que era de onde começava o sorriso, a ternura complacente que vinha dele. Porque me parecia que a nós é que seria lícito o sotaque dos outros: do brasileiro, talvez do guineense, do cabo-verdiano, angolano, moçambicano ou timorense. Mas de imediato me lembrei de que em Portugal há também um variado falar com sotaque, desde o algarvio ao alentejano, ao beirão, ao ilhéu, ao portuense e talvez mesmo ao lisboeta. Costuma-se assim dizer que onde melhor se fala a nossa língua é Coimbra. Mas se tal opinião não tem que ver com ser ela a tradicional cidade dos doutores, terá decerto de ver com o centro do país. Ou seja, de simples geometria. Todavia nisto, como no universo pascaliano, o português é uma língua cujo centro está

---

<sup>90</sup> A este respeito, afirma Alfredo Margarido que Portugal, no processo de associação da sua literatura à de outros países realiza num “processo glotofágico de integração da cultura do Outro” (Margarido, 2000, p. 28). Não basta que a língua seja comum, passam a ser também as produções literárias e os seus criadores, que, deste modo, integram os *curricula* de literatura em língua portuguesa – “É a língua portuguesa, e não a lusofonia, que designa o cimento que, mesmo frágil, permite manter a união desses países. O equívoco associado à língua oficial permitiu a criação das literaturas africanas de ‘expressão’ portuguesa. Ambas as maneiras de designar estas situações culturais designam a vontade portuguesa de *assegurar o controle das línguas, das criações literárias dos países em causa*” (Margarido, 2000, p. 28, *italico meu*).

em toda a parte ou seja em parte nenhuma. Ou digamos, para simplificar, que o lugar em que definitivamente o português não tem sotaque é nas grandes obras de arte que nele vamos criando, nomeadamente na de Camões (JL nº618, 22.6.1994, p. vi).

Nesta narrativa de um encontro com a diferença, por ocasião de uma viagem ao Brasil, Vergílio Ferreira confessa a sua postura de falante de um centro idiomático, achando que só os outros tinham sotaque<sup>91</sup>. Determina, no entanto, que no campo das literaturas em português há um centro indiscutível esse sim, metaforicamente “sem sotaque”: Camões! Reconhecendo embora a descentralidade geográfica da língua, identifica um inquestionável centro autoral, uma obra-matriz que julga neutra, porque “sem sotaque”, ou seja, uma obra-centro do campo literário em línguas portuguesa. Determinar que Camões é um autor “sem sotaque” é uma atitude que parece conter em si “a indignidade de falar pelos outros”, expressão que Deleuze usa numa conversa com Foucault:

Você foi o primeiro a nos ensinar – tanto em seus livros quanto no domínio da prática – algo de fundamental: a indignidade de falar pelos outros. Quero dizer que se ridicularizava a representação, dizia-se que ela tinha acabado, mas não se tirava a consequência desta conversão “teórica”, isto é, que a teoria exigia que as pessoas a quem ela concerne falassem por elas próprias (Deleuze, *apud* Foucault, 2010, p.3).

Parece-nos passível de questionamento a ideia feita de que Camões é um “grau zero” da lusofonia, um lugar neutro da cultura “lusófona”, um autor “sem sotaque”, ou seja, sem referência a uma norma tida como modelo centralizador, logo, um autor que a todos representa igualitariamente. Serão *Os Lusíadas*, de facto, isentos de um sotaque cultural ideológico, histórico, social? Serão realmente o “centro” do campo literário lusófono, o qual, pelo contrário, se deve distinguir pela ausência de centro ou pela existência de múltiplos centros?

Pode-se entender esta declaração de Vergílio Ferreira de vários modos – i) tanto pode expressar a opinião de um autor pouco sensibilizado para a realidade

---

<sup>91</sup> Onésimo Teotónio de Almeida, a este respeito, contou-me que o próprio Saramago, ao ser confrontado, no Brasil, a respeito do seu sotaque terá respondido: “A língua é minha e o sotaque é seu” (em conversa no congresso da AIL – *Associação Internacional de Lusitanistas*, no Mindelo, julho 2014). Depreendo, destas palavras, que o sotaque seria entendido como um desvio do outro, mas não pudesse ser visto como um desvio nosso, em relação à fala do outro, como se houvesse uma maneira correta de dizer, a daquele a quem pertence a língua - “a língua é minha”, centro em função do qual se definem sotaques periféricos. Ora, o que esta tese propõe é a possibilidade de se pensar a fala como apenas um sotaque entre muitos, numa língua sem centro, ou com centros múltiplos, articulados como mosaicos oscilantes, por onde o centro se distribui em função do sujeito falante. Pensar o erro não em função de uma norma única mas como um desvio criativo que introduz novas norma.



pós-colonial, influenciado por uma discursividade anterior; ii) revela apenas até onde podia ir, na época, um pensamento pós-colonial português, que entretanto se modificou ou iii) é ela constitutiva do próprio conceito de lusofonia. Talvez seja de equacionar as três hipóteses, admitindo que todos estamos imersos no pensamento e na discursividade de uma época. No entanto, talvez seja necessário ter em conta que os Outros podem ouvir, na *nossa* fala, um sotaque que julgamos não ter. Que outros nos escutam a partir do lugar da *sua* fala e de uma língua, plenamente apropriada, a qual, por isso, nos descentra. Nenhum texto, em nosso parecer, é sem “sotaque” ideológico, ou pelo menos o seu uso não é passível de ser “neutro”, isento de uma posição sobre si e os outros, por parte de quem o utiliza, sobretudo *Os Lusíadas*, um texto de referência de uma *portugalidade* imperial, fonte de tantos discursos coloniais, uma obra que para outros povos terá outros significados, outras conotações. A narrativa identitária coletiva de uma desejada lusofonia não poderá coincidir com a narrativa identitária portuguesa que os seus textos literários construíram, pois, para os outros, todos os textos de autores portugueses terão “sotaque”, porque eivados de imaginário português a que o outro pode permanecer alheio ou mesmo indiferente.

Fazer esta história do nosso presente implica captar o início da fala lusófona, fala aparentemente aberta ao Outro, ali onde ainda se está a construir e ali onde, por isso mesmo, mostra as suas brechas, quando sentimentos anteriormente próprios de outras discursividades, como *lusotropicalismo* ou *portugalidade*, iam deslizando para o conceito de *lusofonia* de um modo aparentemente inócuo e consensual, ou assim o parecia dar a entender, na época, o JL. Pretendi demonstrar que parte do que hoje se entende por *lusofonia* foi sendo tecido em edições deste jornal, quer explicitamente, nos sucessivos editoriais, quer no modo como convidou escritores a dar o seu testemunho e no modo como claramente se associou a esforços diplomáticos que à literatura foram buscar argumentos para reforçar intentos políticos e económicos.

Esta secção foi tornando explícito o modo como, nas páginas do JL, a literatura e a imprensa, no consórcio com a diplomacia e a política, se prestaram a esse papel de arauto dos outros e de porta-voz de uma realidade cuja visibilidade se constrói com restos de discursos do passado, mesclados de sonhos de futuro. O campo literário lusófono, que aqui se esboça e ao qual se imprime a marca da coletividade e da partilha, de cariz homogeneizante, poderá ser entendido, de algum modo, como

essa postura, própria de uma discursividade lusófona nos seus primórdios, que não sabe ainda ouvir os “sotaques” dos outros e tende a apagar as marcas da sua diferenciação, num desejo de uniformidade. Sabemos que isso terá consequências e que, mais tarde, a problematização “*homogeneização versus pluralidade*” será um vetor significativo no(s) debate(s) lusófono(s), os quais passarão a revelar, por vezes, uma maior sensibilidade à diferenciação idiomática. Essa é, porém, uma questão para lá da análise aqui apresentada, a qual se foca no arco temporal inicialmente delimitado, já que visa captar a formação discursiva no momento das suas primeiras formulações e num jornal muito específico.

Das páginas analisadas poderá depreender-se que o inicial projeto lusófono poderia ser antes uma *encenação* do Outro, de inspiração *lusotropical*. Parti do princípio que as representações discursivas são já práticas, ou seja, mais do que descrever uma realidade estão, de facto, a construí-la. Tentei apontar, em passagens específicas das nossas fontes, que essas práticas se decalcaram, por vezes, em *topos* discursivos de outras temporalidades, aglutinando inadvertida ou intencionalmente ideias *lusotropicais* e um extemporâneo sentimento de *portugalidade*, associado a uma ideia de “amor à língua portuguesa”. Poderá deduzir-se que o termo *lusofonia*, na época em estudo, não podia ainda contemplar algo que hoje está na ordem do dia – a possibilidade de que uma relação com a língua portuguesa que não tinha Portugal como mediador, que possa ser uma vivência interna e distinta de outras nações de língua oficial portuguesa, e permita uma *brasilidade*, *moçambicanidade*, *angolanidade*, etc., sustentada tão somente pela especificidade da língua portuguesa apropriada por esses países e convivendo com o orgulho identitário em relação a outras línguas nacionais. O jogo de verdade lusófono, jogo de intensificação e de multiplicação de desejos (cf. Foucault, 2005), tornou-se altamente eficaz porque foi construído, como se viu, sobre outras verdades já a operar na sociedade portuguesa, nomeadamente i) o amor à língua como fator identitário, ii) o que o lusotropicalismo generalizara com a ideia de uma “vocação” lusa para o Outro, bem como, iii) a ideia de uma predestinação especial de civilização pela língua.

*Amor à língua*<sup>92</sup> e *desejo do Outro* tornam-se então os motores desse novo jogo de verdade, que define subjetividades e condutas, sustentando o projeto

---

<sup>92</sup> A este respeito, aconselha-se a leitura das páginas do JL com a colaboração de vários escritores sob o tema dado pelo jornal, o de “carta de amor à língua portuguesa”, nos anexos temáticos. A par da defesa da língua

político da CPLP. As pesquisas de Foucault, que consistem na análise dos jogos de verdade a partir dos quais o ser humano se reconheceu como homem do desejo, permitem-nos entender a formação discursiva lusófona simultaneamente como *jogo de verdade* e *jogo de produção de desejos*, desejo nomeadamente pelo Outro e pelas suas literaturas, que passam a ganhar cada vez mais espaço nas várias edições do JL, ao longo da década de 90.

Rer ler um jornal para destrinçar esse processo de construção de uma certa discursividade, poderá fazer-nos repensar as evidências presentes, desmontá-las ali onde começaram a germinar, percebendo que muito do que circula como verdade do nosso tempo resulta de uma lenta e minuciosa colagem, ou combinação, de falas. O que se depreende desta análise é que, nas falas sobre o desejo do Outro, a que a palavra lusofonia dava visibilidade ao mesmo tempo que o suscitava, nem tudo é tão uniforme, pacífico ou consensual.

## **5. O idioma –Pertença, Identidade, Comunidade**

O investimento afetivo e retórico do *Jornal de Letras, Artes e Ideias* (JL) na ideia de lusofonia, deverá ser enquadrado pela de crise identitária, fenómeno pós-colonial, tal como a explicam Eduardo Lourenço e Margarida Calafate Ribeiro. No primeiro percebe-se que a independência das colónias, depois de 1974, introduziu uma ferida ontológica, uma falha no que Lourenço classificara já ser uma “identidade hiperbólica”, identidade de excessos, de querer ser mais, ambicionar sempre algo mais. Este tipo de identidade sentia como uma perda e uma falha o forçado confinamento ao pequeno retângulo ibérico (cf. Lourenço, 2004a) ou, de acordo com Calafate Ribeiro (2004), viveria disforicamente este “regresso ao cais” causador de um tom nostálgico que coincide com o fim de século XX.

O primeiro número do JL saiu em março de 1981 e nele ecoam ainda o entusiasmo do 25 de Abril, a par de interrogações sobre o lugar de Portugal na Europa e no mundo. É aí evidente o entusiasmo pela liberdade de expressão, a abertura ao estrangeiro, a possibilidade do novo, a par de um vago receio dos desafios a enfrentar. É sabido que estava implícito, na resistência do Estado Novo à perda dos territórios de além-mar, o receio de uma perda identitária, receio esse

---

há que instigar e reforçar o amor ao idioma pátrio, condição necessária para uma defesa ainda mais eficaz, pelo que este género epistolar tem algumas ocorrências em publicações do JL.

que permanece após 25 de Abril, como se constata, por exemplo, numa entrevista que Jorge de Sena dá a Fernando Dacosta, no Diário de Notícias de 14 de setembro de 1978:

Eu fui uma das pessoas que falou da descolonização quando apresentei em 1958 um plano nesse sentido. Esse plano foi depois publicado no Brasil, isto, quando já era tarde demais. Nele propunha uma descolonização progressiva, etc. em 1961.

(...). Lembro-me bem que nessa altura havia numerosas forças progressistas que não aceitavam que a descolonização tivesse de ser feita. Os anos 60 foram muito importantes, foram eles que deram o desenvolvimento que permitiu a revolução de abril (...). Tudo isto, no entanto, tem de ser visto no plano de toda a política internacional. Quer dizer, Portugal não existe no vácuo, existe integrado num xadrez internacional.” Ao que Dacosta, quatro anos depois da revolução dos cravos, afirma: “Os mais pessimistas não crêem, porém, que possamos resistir nesse xadrez, vaticinam até a pedra da identidade nacional...”, tendo obtido de Sena a seguinte resposta – Isso de perda da identidade nacional é uma conversa (...) Não, a identidade de Portugal não se perde dessa maneira! (Sena, 1978, pp.17-17).

Esta passagem deixa claro que um dos argumentos de resistência à autogovernança dos povos do ultramar era o receio de que isso colocasse em risco a própria continuidade de Portugal como país. Esse medo atravessa as épocas e está ainda atuante na discursividade identitária, no pós 25 de Abril, pelo que, no confuso período pós-imperial, muitos políticos, intelectuais e o cidadão comum são levados a questionar quem somos nós e o que nos espera no futuro<sup>93</sup>. O xadrez nacional era obrigado a difíceis improvisos, com o regresso de tantos portugueses, ditos retornados, obrigando a um convívio que punha à prova, no quotidiano e no mais pragmático, a famosa lusotropicalidade. Regressavam também africanos registados como portugueses, pelo que o significado de portugalidade era, de novo, atravessado por várias tensões ideológicas que implicavam, forçosamente, um redefinir de alteridades e mesmo de alter-egos. Punham-se agora à prova os princípios que tinham orientado os últimos anos da educação colonial:

o sentimento que os une e estreita é de carácter coletivo, logo independente das épocas e lugares. A lusitanidade, definidora da nossa gente, também reside nisto (...). Chamar Portugal ao território que descobriu, desbravou e povoou, [chamar] portugueses às gentes que inseriu no seu sistema de vida, é próprio do lusitano, pertence há muito ao seu património sentimental e espiritual. A

---

<sup>93</sup> A este respeito remeto novamente para os textos e as primeiras páginas do JL, em anexo na pasta *Pensar Portugal*, que dão conta desta tendência obsessiva e recorrente para o autoexame e a busca de sentido e de redefinição identitária.

lusitanidade consiste igualmente nisto. “e acrescenta, explicando – “A língua é um poderoso elemento formativo das nações (Silva, 2009c, p. 5).

Sem os territórios de além-mar, que dessem corpo e espaço fantasmático à hiperidentidade que, de acordo com Eduardo Lourenço, anima a alma portuguesa, como permanecer quem sempre nos imaginámos, do tamanho do mundo por nós descoberto, tendo porém de caber dentro de fronteiras subitamente encolhidas? O resgate ontológico viria na forma de um novo sonho, com a substituição dos territórios geográficos perdidos por um território idiomático, idealmente investido, em tudo coincidente com o antigo mapa colonial ou mesmo mais vasto, pois recupera territórios anteriores onde houvera marca de presença portuguesa e mesmo os novos territórios da diáspora portuguesa contemporânea. Recuperando discursos habituais, reafirma-se, para uma nova realidade, algo parecido, se bem que já não exatamente o mesmo, pois a história dera uma reviravolta.

A formação discursiva que temos vindo a acompanhar transmuta-se, o significado desliza, dá saltos para a frente ainda que recupere conceitos lá de trás. Passa a afirmar-se que, perdido o ultramar, não interessam os espaços reais mas os imaginados, aqueles que todos partilham pelo *sentimento*. Ou seja, apesar da crise política ou mesmo por sua causa, a formação discursiva sobre a identidade nacional e a nossa relação dos outros readapta-se, reformula velhos temas e tenta adaptar a própria realidade a uma ilusão persistente, já bem enraizada nos corações e nas mentes. Fora na educação que se moldara uma das facetas desta formação discursiva segundo a qual, no império português, os *outros* são parte *nós* ou mesmo complemento identitário nosso, sem os quais o Portugal estaria mutilado:

Defendemos e praticamos uma unidade de princípios, quero dizer, unidade de ensino e unidade de educação. Pretendemos o homem português Unitário do Minho a Timor (...). A escola “nacional” implicará um *sentimento nacional* tal que se revele idêntico entre o português timorense e o do Minho, centrada num princípio de universalidade. Inteligível na medida em que se radica no conceito de que *é português quem pense, sinta e aja à maneira lusitana* (Silva, 2009c, p.11; *italico meu*).

De acordo com esta ideologia, a independência das antigas províncias ultramarinas pouco importaria, afinal, porque o império, antes de ser geográfico, era – e continuaria a ser – idiomático e espiritual, ou seja, nada mudaria, apesar das inegáveis mudanças. Nisto se baseia a obra de Agostinho da Silva, na tentativa de salvar a ideia de uma portugalidade ontológica nos cinco continentes, mas ele é

apenas o porta-voz de uma ideologia em busca de quem a exprimisse, como o fará o JL, na pessoa do seu diretor. Recordando Deleuze, os novos conceitos trazem incrustações de outras realidades conceptuais, só aparentemente ultrapassadas, permanecem disfarçados por truques retóricos, golpes argumentativos só aparentemente inovadores, abrigam em si sentidos contraditórios; neste caso, é a própria discursividade oficial, através da imprensa, que se força por explicar ou ignorar o díspar, conciliando uma história de colonialismo e fraternidade.

### **5.1. Produzir Cidadãos pelo Ensino da Língua**

São vários os autores que subscrevem a ideia de que “na retórica da lusofonia”, “o luso-tropicalismo reaparece na sua plenitude, revestido de paternalismo” (Thomaz, 2000, p.1). Será então conveniente recuar um pouco no tempo para captar insuspeitos momentos em que uma certa discursividade sobre a língua portuguesa e sobre o Outro se foi alicerçando, ao serviço do Estado Novo e evoluiu até chegar à formulação que hoje conhecemos por lusofonia. Hoje, como então, o facto de falantes de diferentes continentes partilharem o mesmo idioma justificava discurso políticos, sociais e culturais de homogeneização das diferenças, todas elas aplainadas na unidade suprema da língua e dos supostos valores que ela evoca e imprime em quem a usa.

A narrativa de uma relação colonial isenta de racismo, inspirada na teoria de Gilberto Freire, foi cuidadosamente alimentada por Salazar e permanece, de algum modo, uma “verdade” que ainda hoje determina narrativas de identidade e de alteridade do nosso presente. Começou por ser usada antes do 25 de Abril de 1974 para reforçar uma crescente apologia de uma sociedade multirracial mas unida por um só idioma, e inspira, até hoje, muitas das argumentações que defendem a unidade de uma comunidade da língua. A leitura de textos do passado lançará certamente uma luz sobre os ditos do presente, sobre aqueles lugares comuns aparentemente inovadores, que não passam, muitas vezes, de uma inadvertida repetição do já dito.

Quando uma discursividade se torna *verdade encrática*, como diria Barthes, ou seja, verdade de poder à qual não há como escapar porque nos é dito *ser essa a nossa verdade*, então estamos perante verdades dogmáticas, a que este autor chama

a *doxa* (cf. Barthes, 1987)<sup>94</sup>. Propõe-se um exercício de revisitação de textos de um passado não muito distante, a fim de percebermos como as suas verdades se infiltraram no nosso presente e condicionam as verdades atuais, nomeadamente as que começam a latejar nas páginas do JL. Interessa perceber como a ideia de uma comunidade da língua se impôs como uma *doxa* do nosso próprio presente, associada, como vimos, à ideia de que o idioma português funda sentimentos a que se dá o nome seja de *portugalidade* ou *lusitanidade*, os quais fazemos corresponder vivência, valor e emoção *lusíada* ou *lusófona*. Não deverá surpreender que estes conceitos nebulosos tivessem transitado do Estado Novo para o período democrático, porque muitos dos seus autores são personagens da cultura e da política de ambos os regimes.

Começemos pela leitura de José Pinheiro da Silva, filho de pai português e mãe nativa angolana, e que foi professor em Portugal, até aceitar o cargo de *Secretário Provincial para a Educação de Angola*, de 1964 a 1971. Este orgulhoso funcionário do Estado Novo fora enviado com o objetivo de ativar uma larga rede escolar, numa desesperada tentativa para reverter a situação de alheamento em que a maior parte da população de Angola se encontrava, já que até aos anos 60 os esforços na área do ensino foram insípidos e entregues sobretudo às missões. Ao contrário do que se propagandeava, o domínio da língua portuguesa não era generalizado, reduzindo-se sobretudo aos grandes centros urbanos.

O facto de Angola ter fronteiras arbitrariamente determinadas dentro das quais coexistiam várias etnias e línguas<sup>95</sup> tornava mais urgente a necessidade de os unificar com os valores e o idioma “nacional”, criando assim uma imaginária identidade coletiva. Bem sabemos, com Benedict Anderson (2005), que o idioma é um dos mais fortes elementos para implementar a imaginação de uma comunidade,

---

<sup>94</sup> Sobre a *doxa*, leia-se Barthes – “De facto, a linguagem do poder é sempre provida de estruturas de mediação, de condução, de transformação, de inversão (...) A mediação que intervém entre o poder e a linguagem não é de ordem política, mas de ordem cultural (...) diremos que é a *doxa* a mediação cultural (ou discursiva) através da qual o poder (ou o não-poder) fala: o discurso encrático é um discurso conforme a *doxa*, submetido a códigos que são eles próprios as linhas estruturantes da sua ideologia (Barthes, 1987, p. 97); “Mas o discurso encrático é, em grosso modo, o nosso (o do investigador, do intelectual, o escritor); analisá-lo é analisarmo-nos a nós próprios na medida em que falamos: operação sempre arriscada e que por isso mesmo teremos de empreender (Barthes, 1987, p. 98, *itálico meu*).

<sup>95</sup> Numa entrevista, afirmara Pinheiro da Silva – “Angola, como realidade fora do contexto e da acção portuguesa não existe. Delimitámos as suas fronteiras, aglutinámos os seus povos – cuanhamas, cuamatos, bailundos, luenas, quiocos, cabindas, etc., etc. –, demos-lhe uma língua, uma cultura, etc. Fora de Portugal Angola é uma abstracção” (Silva, 2009c, p. 47).

pelo que se percebe por valorização “cívica e patriótica” dos angolanos passa por um esforço educativo e de aculturação. Pinheiro da Silva vive intensamente a sua missão, da qual dá testemunho em vários textos, sendo muito claro sobre a tarefa que empreende. Nos seus textos (cf. pasta 3 ,nos anexos do capítulo 3), é possível entrever o que foi uma muito deliberada e bem tecida operação para que a escola realize a missão subjetivadora<sup>96</sup> de “fazer portugueses”:

A ação assimiladora ou de aculturação, de raiz latino-cristã, levada a efeito no Ultramar, *faz portugueses* como outrora a romanização *fazia romanos*. Trata-se de um vasto e profundo movimento em constante expansão. (...). à medida que a escolarização e promoção económica atingem as camadas populacionais mais densas, robustecemos Portugal, lançamos as bases da Grande Pátria do futuro (Silva, 2009c, p. 8; *italico meu*).

A cultura portuguesa, indiscutível, como entidade diversificada da cultura geral do Ocidente, é, verdadeiramente, luso-tropical, pelos temas e tendências. O Portugal transmarino é nela uma presença constante. Vale a pena notar ser o poema luso por excelência – *Os Lusíadas* – ininteligível fora do contexto da tarefa ultramarina, tão rico de consequências (Silva, 2009c, p. 8).

A diversidade étnica e dispersão geográfica não são fatores imperativos da coesão pátria, como impressionantemente circunstâncias atuais revelam, Portugal pode, até, ser apontado como prefiguração do Mundo do futuro, por muitas das suas feições essenciais (Silva, 2009c, p. 8).

Destaco a referência a *Os Lusíadas* – se o significado deste poema só se pode entender enquadrado pela “tarefa ultramarina”, e se este é um texto/rosto de Portugal e dos portugueses, fica implícito que os próprios portugueses não podem entender-se fora do mesmo enquadramento, ou seja, sem as terras ultramarinas. É esta ideia que sustenta a discursividade que ainda se quer recusar a ideia de que um outro destino histórico se aproxima. Na impossibilidade de imaginar uma solução para o problema africano, a guerra colonial será tanto militar como ideológica, investindo-se igualmente na propaganda, bem como na educação das gentes locais dentro de parâmetros culturais europeus. É o próprio Secretário para a Educação em Angola que afirma: “uma das frentes dessa batalha situa-se precisamente no domínio da educação. De onde o valor, a nobreza do labor educativo e da escola.” Insiste, pois – “Esta [a escola] não pode deixar de ser a *oficina do patriotismo* – que

---

<sup>96</sup> Manuel José Homem de Mello, em livro prefaciado pelo Marechal Craveiro Lopes escrevera algo que era então consensual – “Nós estamos em África ... para radicar, nos solos abrasadores dos trópicos, o mesmo *selo de lusitanidade* que conseguimos deixar impresso no Brasil” (Mello, 1962, p. 43; *italico meu*).



é a fonte dos *princípios estruturadores da alma do soldado e das forças morais* que o animam e sustentam no combate” (Silva, 2009c, p. 11; *italico meu*). Percebe-se que alguns africanos são convidados a tornarem-se “professores de posto”<sup>97</sup>, ensinando em áreas não urbanas, para o que recebem formação especial:

Dezenas de professores de posto escolar frequentaram cursos de dirigentes da Mocidade Portuguesa em ordem a interessá-los em outra função dignificante, de grande interessa nacional. Isto significa promoção. Afirmo o autor que destas escolas saem *centenas de homens e mulheres cujo grau de preparação literária, científica, técnica, religiosa, cívica e patriótica os coloca em lugar cimeiro de quantos se dedicam ao magistério rural por esse mundo fora* (Silva, 2009c, p. 31; *italico meu*).

Lembre-mo-nos de que Torga, em 1994, utiliza o termo “portugalidade” para falar de um sentimento comum de quem fala em português? Uma das forjas do sentimento identitário aliado a tal conceito era a Mocidade Portuguesa (MP), complementando, nos tempos extraescolares, a formação daquela. E isto porque, afinal, “a sociedade multirracial não é tão espontânea como à primeira vista pode parecer. É uma construção de inteligência, facilitada pela natureza sentimental das etnias em presença. Obedece a uma doutrina de raiz religiosa ou política – inoperante se apenas apregoada.” Por isso, continua o autor – “À Escola está reservada a alta função de trazer para a zona do prático, de forma cada vez mais generalizada e consciente, os princípios que estruturam o pensamento, os sentimentos que são timbre da índole do português” (Silva, 2009a, p. 20). O Secretário da Província de Angola especifica ainda mais o que entende serem as funções da escola:

Promover a difusão da língua portuguesa, radicar hábitos e atitudes, expandir a fé cristã, modificar processos de cultivo da terra, ensinar fórmulas de convívio entre as gentes, diversas na civilização e na etnia, etc., constituíram e constituem pontos fundamentais da acção educativa nacional onde quer que se exercesse ou exerça (Silva, 2009b, p. 12).

---

<sup>97</sup> “O Decreto-Lei n.º 45 908, de 1964, previa a fundação de novas escolas de habilitação de professores de posto escolar, dependentes diretamente do Estado ou das Dioceses...” (Silva, 2009b, p. 5). Assim, os dados indicam, de acordo com o mesmo autor, que as matrículas no ensino primário aumentaram sempre – 123 641 alunos em 1962, 302 099 em 1967 e em 1971 eram 494 800, “o que representa um aumento superior a 400% numa década”; em 1974 “o ensino oficial e particular, atingia, cerca de 500 000 crianças matriculadas, correspondentes a cerca de 8% da população total, o que em África se considera média muito razoável” (Silva, 2009b, p. 5). Em nossa opinião os números mostram igualmente como, antes do aparecimento dos movimentos independentistas e dos primeiros conflitos, pouco se fizera para promover estas populações através da educação a qual, se agora servia como fator de integração, fora, pela sua ausência, um meio passivo de exclusão.

Temos então uma complementaridade, na medida devendo o ensino concentrar-se mais em matérias de ordem prática, caberá à MP um mais intensivo trabalho sobre as almas:

Interessar todos, mas todos os portugueses nessa tarefa é séria preocupação nossa. É por isso que à Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina se incumbiu a missão de doutrinação acelerada, intensiva e firme do maior número possível de rapazes e raparigas, de homens e mulheres, mediante cursos de formação portuguesa adequados. Chegam-nos notícias reconfortantes do êxito obtido até aqui pelas centenas de professores de posto que nas aldeias sertanejas ensinam, ao lado das matérias programadas, portugalidade – papel que lhes cabe na sua qualidade de “dirigentes do ensino primário”, convenientemente preparados pela Mocidade Portuguesa (Silva, 2009a, p. 20).

Percebe-se melhor a sua ideia, umas páginas mais adiante, em nota de rodapé do autor, referindo-se à Mocidade Portuguesa e à Mocidade Portuguesa Feminina por siglas:

“Note-se que a M.P. e a M.P.F. estão encarregados dos *cursos de portugalidade*, para os quais se convidam os elementos mais qualificados de entre os professores de posto e os monitores. O seu objetivo é a consecução de um escol, a utilizar em esferas de atividade que transcendem a sala de aula (Silva, 2009a, p. 27; *itálico meu*).

além disso, centenas de professores passam pelos cursos de formação portuguesa ou de portugalidade, ministrada pela Mocidade Portuguesa, masculina e feminina, em ordem a torná-los aptos a enfrentar a propaganda inimiga e a ensinar a verdade da nossa conceção do homem e benefícios da sociedade multirracial (Silva, 2009c, p. 39) ... “A vida fora da Escola mantém as tradicionais características luso-tropicais, de cuja nobreza não se duvida (Silva, 2009c, p. 40).

A Mocidade Portuguesa era certamente parte desse dispositivo de construção de sujeitos. Sendo obrigatória para todos aqueles em idade escolar, nas várias colónias transformadas agora “províncias” nacionais, temos então a confirmação de que todos recebiam a formação extraescolar que complementava os *currícula* escolares e inculcava uma vivência e a interiorização de um sentimento de Portugalidade. É a esse sentimento a que se refere, como já vimos, um Secretario de Educação da Província de Angola, ele próprio filho de mãe nativa e pai metropolitano, ao elaborar o seu relatório sobre as medidas tomadas para empreender, rapidamente e em força, poder-se-ia dizer, um programa de educação e aculturação da juventude angolana. Isso aparece também nos próprios manuais

escolares e noutros tipos de estratégia, como eram as bolsas de estudo e, sobretudo, as viagens de estudo, já que “aos professores de Posto melhor classificados no Curso de Portugalidade era oferecida uma visita à metrópole (Silva, 2009b, p. 11).

Essas “visitas de estudo” funcionariam como um reforço ideológico, com um papel significativo na formação das elites, quer ultramarinas como metropolitanas, por promoverem um melhor conhecimento de territórios de uns e outros, fossem eles professores do magistério primário vindos do ultramar ou estudantes universitários, muitas vezes finalistas, que iam de Lisboa e Coimbra. Este trânsito de gente, muitas vezes escolhida pelo regime, pretendia criar a futura rede de uma governação mais adaptada aos tempos, dando visibilidade ao proclamado luso-tropicalismo. Pinheiro da Silva considera este intercâmbio cultural “de flagrante utilidade num país disperso, como o nosso, por vários Continentes” (Silva, 2009a, p. 13) e, ao mencionar o que nesse campo já fora feito afirma que a tendência será mesmo a da intensificação de tais viagens escolares. Escrito em 1967, o seu texto dá conta da passagem por Angola dos seguintes grupos de estudantes, vindos da Metrópole:

Finalistas do curso de Minas do Instituto Superior Técnico, finalista do Curso de Engenharia Químico-Industrial do Instituto Superior Técnico, finalistas da Escola Superior de Medicina veterinária, finalistas de direito de Coimbra, Teatro Universitário do Porto, III Curso de Férias dos Estudantes Universitários Católicos, Cursos de Formação Ultramarina da M.P (Universitários e do Ensino Secundário) (Silva, 2009a, p. 13).

O mesmo texto menciona os grupos de angolanos que foram “enviados à metrópole” – “Alunos dos Estudos Gerais Universitários, finalistas da Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar (Luso), e III *Curso de Portugalidade* dos filiados da Mocidade Portuguesa” (Silva, 2009a, p. 13; *italico meu*). Para melhor enquadrarmos estas medidas convém continuar a leitura da mesma fonte, sobre estas ações educativo-sociais:

não são de hoje as preocupações que, nesse vasto campo de ação, estiveram sempre presentes, quer no espírito animador da administração pública, quer nos sentimentos que sempre inspiraram os portugueses na longa e grandiosa caminhada de valorização do ser humano, que empreenderam ao derramarem-se pelas cinco partidas do mundo. É mesmo esse, um dos aspetos que mais escandaliza as outras gentes e mais fortemente inspirou essa “maneira especial de estar no mundo” (Silva, 2009a, p. 13).

Esta passagem suscita vários comentários, o primeiro se relaciona com o facto de um relatório administrativo - que se concentra em estatísticas de números de cantinas abertas, nas quantias gastas em refeições e em bolsas escolares (cf. anexos do capítulo 3, pasta 3: Textos de Pinheiro da Silva) -, ter conciliado, a par desta necessária objetividade, um discurso ideológico que, percebe-se, alinha pela cartilha luso-tropicalista. É de notar também a assimetria no número das viagens entre os dois sentidos, pois vão mais estudantes de Portugal Continental para as “províncias ultramarinas” que o contrário, quer porque seria mais caro levar alunos africanos quer porque, mais do que integração de futuros quadros intermédios locais na cultura portuguesa, o que interessava era a preparação de futuros quadros de chefias e de técnicos coloniais, daí que os finalistas fossem engenheiros, veterinários, alunos de direito.

Um desses alunos de Coimbra, que integra a primeira viagem de finalista às “províncias ultramarinas”, escreveu como essa visita despertou a sua paixão por África e de como foi determinante para a sua decisão de exercer direito em Moçambique. Recorda a primeira vez que visitou S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e a África do Sul, em 1949, “integrado no Orfeão Académico de Coimbra, como seu guitarrista, cantor e orador oficial” (Santos, 2001, p. 139); “Naquela altura foi um acontecimento. Foi a primeira digressão cultural que a Metrópole enviou às suas colónias.” Acrescenta, no livro que publicou mais de cinquenta anos depois – “E eu não sei quem mais vibrou com esse primeiro encontro: se os jovens estudantes, aureolados de sonhos, se os portugueses residentes nos territórios, roídos de saudades” (Santos, 2002, pp. 174-175). Este estudante, então com 23 anos, foi mais tarde, como afirma “o primeiro político branco a defender, num manifesto eleitoral, a aplicação às colónias portuguesas do princípio da autodeterminação e da independência” (Santos, 2001, p. 139). Se inicialmente aderira à ideia de uma solução federativa, defendida por Spínola, rapidamente compreendera, com Jorge de Sena, que a independência destas regiões era inevitável. E assim Almeida Santos, pois é dele que se trata, acabará por integrar o “I Governo Provisório após a revolução de Abril”. (Santos, 2002, p. 140).

No livro, *Paixão Lusófona*, é possível perceber que a ideia de lusofonia, no após 25 de Abril, não cativara apenas os mais líricos pensadores, ou os seguidores de Agostinho da Silva. Mesmo o pragmático Almeida Santos, confessa aí seu amor pelas terras africanas que conheceu e é com esse sonho apaixonado que concebe

uma comunidade unida pela comunhão pelo idioma, que, de algum outro modo, preserve a unidade que fora impossível preservar a nível político. Para Almeida Santos, como para muitos outros “a pátria comum de ex-colonizadores e ex-colonizados” seria a “maravilhosa língua portuguesa. Essa sim, a verdadeira ponte para o futuro.”

Conseguimos deixar intactas as pontes e continuar a passar por elas. Entre essas pontes, a língua, a mais preciosa de todas. Temos em comum essa segunda pátria. Conseguimos salvar o que nos aproximava e subalternizar o que nos dividia. Hoje, não existe entre nós ressentimento. Só existe, a travar-nos o ímpeto para novas formas de aproximação, cooperação e amizade, a mesma razão que divide os angolanos: a guerra (Santos, 2001, p. 153).

Apesar de ter sido crítico do regime colonial e de ter defendido a independência das colónias africanas, o afeto a que se refere Almeida Santos atravessa os tempos e as divergências históricas, pois não é de ordem política. O seu desejo de diálogo e de pontes com os PALOP não tem a matriz mítica de Agostinho da Silva, mas denota como, na sociedade portuguesa, mesmo os mais racionais e críticos do regime continham em si a matriz que os tornara sujeitos com uma dimensão de “além-mar”, com verdadeira paixão pela África de língua portuguesa.

Sabemos o quanto o Estado Novo investia na elaboração dos manuais escolares para o ensino primário, através dos quais compunha, com grande rigor, a sua mensagem político-identitária (Paz, 2005; Moreira, 2007), dentro de um sistema mais amplo de propaganda cultural (Ó, 1999). Pinheiro da Silva insistira na necessidade de que os manuais das escolas primárias no ultramar não fossem os mesmos dos da metrópole<sup>98</sup>, e que expressamente dessem aos alunos africanos uma imagem mais positiva do seu povo, com claras referências a heróis locais e ao seu contributo para a glória comum. Daí que em 1972 e 1973, pela primeira vez, tivessem sido feitos manuais especificamente dirigidos para os alunos de Angola e Moçambique, com temáticas e imagens mais ajustadas: paisagens africanas e meninos de várias etnias juntas na escola ou no exército, unidos no mesmo ideal de defesa da Pátria portuguesa (figura 7).

---

<sup>98</sup> Pinheiro da Silva manifestara o seu desejo de “ver tornar-se realidade a grande e indispensável reforma do ensino da nossa História, onde as figuras e acções dos *grandes ultramarinos de cepa não europeia ou semi-europeia* tenham o lugar devido, revelando-se desta forma a verdade da construção de Portugal para todos” (Silva, 2009c, p. 48, *itálico meu*).

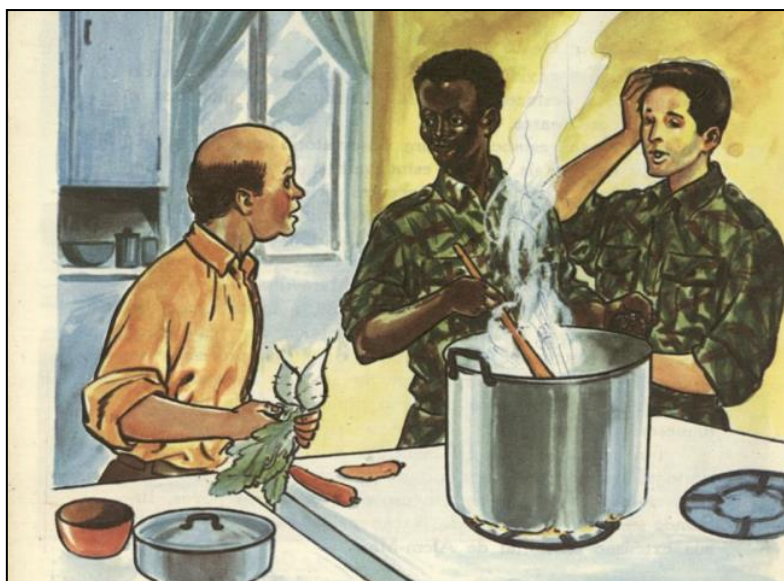


Figura 7: livro de leitura para a 4.ª classe, elaborado para a província de Angola em 1970, p. 122.

Verifica-se, pois, que os lugares privilegiados para a impregnação de tais ideias foram, em primeiro lugar, a escola, seguida da instituição militar. Entre a pena e a espada, soletrava-se, com intencional harmonia, a mesma doutrina. Tanto o exército como a escola preservavam a ordem social estabelecida, onde, “cada um no seu mister” era suposto trabalhar para enaltecer a Pátria, mas é a instituição escolar que nos surge como instrumento privilegiado de um poder pastoral e policial que determina e sanciona práticas públicas e privadas” (cf. Foucault, 2006, p. 304).

Percebe-se que o ensino, além de promover um melhor conhecimento da língua portuguesa, considerada um fator de unidade nacional, é entendido como tendo a função de moldar *pensamentos, sentimentos e condutas* do futuro cidadão, pelo que se justifica a leitura de manuais escolares<sup>99</sup> onde encontramos textos bem relevantes, como este, do próprio Salazar, o qual clarifica um projeto de governamentalidade (cf. Foucault 2008b; 2011), dirigido de igual forma para as várias dimensões da vida privada e coletiva. Através das páginas de um livro de leitura<sup>100</sup>, o chefe de Estado, que cuida e orienta a família multirracial, de inspiração

<sup>99</sup> Para maior facilidade de citação, estes manuais serão identificados por L1958, L1968, L1970a e L1970b.

<sup>100</sup> Os manuais escolares mencionados neste capítulo são, em primeiro lugar, *O Livro da Terceira Classe*, de 1958, porque a terceira classe era o ano final do ensino primário até à data. Depois de a 4ª classe se ter tornado obrigatória, utilizo o livro de leitura aprovado para o ano letivo de 1968/69, bem como os livros de leitura para a 4ª classe, de 1970, ano em que passaram a ser feitas edições expressamente destinadas para as províncias de Angola e Moçambique, distintas daquelas a utilizar na metrópole. Trata-se de um esforço de adequar estes manuais à realidade sociocultural dos alunos a escolarizar, o que se pode verificar quer a nível dos textos quer

Freiriana, fala diretamente com a população cuja consciência quer formar, insistindo na unidade e coerência do que só pode parecer estranho e fragmentário a quem não é bom aluno e bom cidadão, que não tenha “olhos que sabem ver”:

O móbil de integrar esses povos na unidade da Nação Portuguesa foi possível realizá-lo pela não discriminação racial – exigência do nosso carácter e nervo da obra coletiva – pela tolerância usada e a criação do mesmo clima moral. (...) o Português, por exigência do seu modo de ser, previsão política ou desígnio da Providência, experimentou juntar-se, senão fundir-se com os povos descobertos, e formar com eles elementos integrantes da mesma unidade pátria. Assim nasceu uma Nação, sem dúvida estranha, complexa e dispersa pelas sete partidas do Mundo; mas, quando olhos que sabem ver perscrutam todas essas frações da Nação, encontram nas consciências, nas instituições, nos *hábitos* de vida, no *sentimento* comum, que ali é Portugal (Salazar, 1970a, pp.92-93, itálico meu).

Percebe-se que Salazar pretende que o olhar individual “aprenda como ver”. Deseja-se que a visão de cada cidadão, através da escolarização, coincida com a visão institucional (cf. Popkewitz, 2000). O saber e o poder regulam, não apenas condutas, mas também pensamentos e sentimentos, agora forçosamente de cariz luso-tropical, multirracial. A mensagem de tolerância e saudável convívio entre raças é repetida, ao longo dos manuais, de várias formas – “vivem, em perfeita harmonia, diferenciados apenas pelas suas capacidades e graus de cultura, brancos, pretos, amarelos e mestiços. Todos são iguais perante a Pátria que vela pelo seu progresso e bem estar” (L1970a, p. 166). Num outro texto descrevem-se os vários laços que unem os portugueses dos diversos territórios além da “língua portuguesa” e de “uma história comum de vários séculos”:

o viverem como irmãos dentro da mesma casa; sofrerem juntos nas horas da tristeza e o festejarem, unidos, as horas de alegria; o combaterem, lado a lado, os seus inimigos; *o sentarem-se nos bancos das mesmas escolas*; o trabalharem, em comunhão de *sentimentos e ideias*, para o progresso da sua terra e para a elevação do nível social dos seus habitantes (L1970a, p.102; itálico meu).

Nos bancos da escola, o *Outro* torna-se um igual, tanto na partilha dos direitos como na partilha de deveres. Apela-se à participação de negros e mestiços na guerra

---

das imagens (com paisagens africanas, animais que não existiam na Europa, imagens de alunos ou cidadãos de várias etnias trabalhando juntos para a Pátria). São eles *Caminhos Portugueses: Livro de Leitura para a 4ª classe*, aprovado oficialmente para Angola a 29 de Agosto de 1969, para o ano letivo 1970/71; para Moçambique e editado em Lourenço Marques, o livro de leitura era *Por Portugal, Ditosa Pátria: Livro de Leitura da 4ª classe* – igualmente aprovado oficialmente por despacho ministerial de 29 de Agosto de 1969, para o ano letivo seguinte.

colonial. Falar português e pegar em armas equivalem-se como dever de um bom cidadão. Será igualmente obrigatório o uso de sapatos, condição para que, ao lado do diploma da 4ª classe, possa o indígena deixar o estatuto de assimilado e merecer a cidadania portuguesa. O ensino da língua surge com a exigência de um modo de vestir, uma determinada conduta, perfilhada por valores cristãos e europeizantes. A transmissão do saber no meio escolar vai formatando todos e cada um, burilando condutas. Alunos educados no culto da lusitanidade são levados a crer na “verdade” nacionalista introduzida na constituição – a de que a pátria “é uma grande família, formada por todos os portugueses, sem distinção de lugares ou de raças” (L1958, p.174).

Veja-se a suposta carta de um aluno da Escola de Habilitação de Professores do Cuíma, em Angola, sobre a sua visita de estudo a Portugal. Estas visitas de estudo tornaram-se algo habituais na década de setenta, levando alunos africanos a conhecer a metrópole e vice-versa, alunos da elite portuguesa visitaram as colónias para se aperceberem da vastidão e riqueza do vasto Portugal “do Minho a Timor”. Na carta para o manual de leitura da 4ª classe, expressamente feito para as escolas de Angola, este novo professor de língua portuguesa afirma ter-se sentido na Metrópole um “português autêntico” (L1070, p.29) e ter viajado por Portugal “com a alma cheia de luz e o coração deslumbrado”:

A nossa viagem à Metrópole não serviu apenas para alargar o nosso desenvolvimento cultural, moral e espiritual: criou, em nós, um amor, por assim dizer, mais entranhado, e a certeza mais radical nos destinos da nossa Pátria eterna e a confirmação da unidade nacional, plurirracial e pluricontinental (L1970b, p.26)<sup>101</sup>.

Explica que ele e os companheiros sentiam “um à vontade sempre crescente” por saberem que estavam “na nossa terra, em companhia dos nossos irmãos”. E segue-se todo um discurso de inspiração luso-tropicalista, resultado da estratégia governamental de que as visitas à metrópole passam a fazer parte:

A amizade, o carinho, o trato extraordinário, a familiaridade com que fomos tratados são, sem dúvida nenhuma, demonstração de que a cor da raça humana é desconhecida das gentes lusas. A fraternidade humana e cristã é muito própria do Povo Português (L1970a, p.27).

---

<sup>101</sup> Livro de leitura para a 4ª classe, elaborado para a província de Angola em 1970. Identificado como L1970a, enquanto o livro de leitura publicado para Moçambique, no mesmo ano, é aqui identificado como L1970b.



Os textos dos manuais da década de sessenta deixam apreender o modo como se vai realizando o processo de “condução da conduta” (cf. Rose, 1999) da população. Percebe-se como os manuais moldam subjetividades, limam resistências e orientam aspirações, através de discursos “verídicos” que sublinham a “evidência” de um natural e fácil convívio entre colonos e colonizados e de inevitabilidade da guerra, na defesa de um território apresentado inquestionavelmente como português. Num manual feito para as escolas de Moçambique lemos o diálogo em que um rapaz negro que regressou das minas da África do Sul para se recensear, pois, mesmo ganhando menos, preferia ser português e trabalhar em Moçambique, porque “apreciava o respeito que os portugueses tinham por todos, sem distinção de raça ou de cor” (L1968, p.62). Temos ainda a suposta carta de um soldado em Moçambique para a família, na metrópole. Este imaginado militar pretende sossegar o receio dos pais, pelo que, nas páginas do manual escolar diz-se feliz por “concorrer o melhor que [pode], para a defesa e engrandecimento da Pátria” e, embora com saudades da terra-natal, afirma convictamente que estar em Moçambique “é estar em Portugal”:

De resto, isto aqui não é o que muita gente pensa. Os nossos inimigos são apenas os estrangeiros, porque os nativos olham-nos com simpatia extrema, orgulhosos de serem portugueses: não fogem de nós, fogem para nós. Eu, quando tiver de regressar aí, tenho a certeza que vou sentir grandes saudades desta gente, que entre nós se sente como em família (L1968, p.87).

Tais discursos sobre o Outro emanam de um poder que institui os seus “regimes de verdade” (Foucault, 2011) nas páginas dos manuais que oficialmente aprovava e, deste modo, através da escolarização, controla tanto o acesso à cidadania como a subjetivação dos futuros cidadãos. Os livros analisados apregoam uma “verdade” que persiste em afirmar-se por vários meios, nomeadamente pelas palavras de Marcelo Caetano (fig. 9) na televisão portuguesa, a 28 de março de 1974, pouco tempo antes da Revolução dos Cravos:

O que defendemos em África são os portugueses, de qualquer raça ou de qualquer cor, que confiam na bandeira portuguesa; é o princípio de que os continentes não são reservados a raças, mas neles deve ser possível (...) o estabelecimento de sociedades multirraciais (...). Num mundo que proclama a luta contra o racismo, que nega a legitimidade das discriminações raciais, é isso mesmo que defendemos; a possibilidade de, na África Austral, onde de longa data os europeus se fixaram, prosseguirem a sua evolução sociedades políticas não baseadas na cor da pele (Caetano apud Castelo, 1999, p. 67).

Esta *racionalidade* sobre si e sobre o Outro, que determinou a visão de um Portugal multirracial, terá sido transposta para a narrativa da Lusofonia, outro discurso identitário de inspiração luso-tropical, que agora justifica “a criação formal de uma comunidade lusófona com propósitos culturais, económicos e de cooperação em matéria de política externa” (Castelo, 1999, p. 140). A ideia de uma comunhão de povos fora também defendida por Amílcar Cabral em 1969. Este dirigente do partido que lutava pela independência de Cabo Verde e da Guiné confessara o seu sonho a Manuel Alegre, “de uma revolução única no mundo, uma revolução multicontinental e multirracial, brasileiros, africanos e portugueses, de uma capital itinerante, uma presidência rotativa” (Cabral apud Ribeiro, 2004, p. 164).

Percebe-se agora melhor como é que discursos do nosso presente, que aludem a uma suposta unidade de sentimentos e de valores, reforçada pela língua portuguesa, podem ser remontados a períodos bem anteriores e atribuídos a diversas figuras de distintos campos políticos, o que forçosamente, com as mesmas propostas, estariam a falar de coisas nem sempre coincidentes, o que ainda hoje acontece. Oiçamos uma voz que vem de outros tempos, com a assinatura de Adriano Moreira. Escrevia ele, em 1962, um ano depois do início dos conflitos armados:

Nós estamos em África – (...) – para radicar, nos solos abrasadores dos trópicos, o mesmo *selo de lusitanidade* que conseguimos deixar impresso no Brasil (Moreira, 1962, p. 43; *italico meu*).

O vínculo que criámos, pela língua, pelos costumes e crença, é eterno – e nós temos ainda a cumprir novas missões civilizadoras (Moreira, 1962, p. 45).

o primeiro e indeclinável dever dos portugueses – quaisquer que /sejam a ideologia e o credo confessados – será o de conseguir que nos territórios ultramarinos se afirme a robustez a influência, o prestígio e a mensagem da *Portugalidade* – que o mesmo é dizer ocidental – neles radicados desde a época dos descobrimentos (Moreira, 1962, pp. 99-100; *italico meu*).

Encontramos, em 1962, um mesmo termo, *portugalidade*. É, portanto, anterior ao esforço educativo de Pinheiro da Silva, que foi responsável pela educação a partir de 1964. Trata-se de um termo que claramente integra várias formações discursivas, porque associado numa dupla discursividade identidade/alteridade construída no Estado Novo e que, na formação da CPLP, nos anos 90, não fora ainda desconstruído. Uma ideia semelhante lateja, ativamente, nas páginas dos escritores que louvam o novo projeto pós-colonial, nas páginas do

próprio *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, como anteriormente se demonstrou. Inauguram-se tempos novos com palavras velhas. Com a Lusofonia, ou melhor, com as discursividades em torno deste conceito, estamos perante uma *Episteme* em construção, e percebe-se, por isso, que as palavras antigas não consigam romper com conceitos anteriores, que são ainda utilizados de modo incerto para descrever algo que se pretende completamente novo, não o sendo.

*Portugalidade, lusitanidade* ou *lusofonia*, são sempre concebidos como *marcas a imprimir nas almas* dos sujeitos, assim ligados pelo que, supostamente, os identifica. A língua será a metonímia dessa marca identitária, a evidência de algo mais do que uma prática idiomática, o sinal de uma essência que unifica povos distintos e distantes, além dos tempos e além fronteiras. E se a língua aponta para esse sentimento de *lusitanidade* (ou, mais tarde, de lusofonia) em cada um, será nas obras literárias que transparece essa essência comum, supostamente partilhadas para lá do que nos diferencia. Sublinha-se que língua e literatura são percebidas como o vestígio desse selo indelével, são o sinal da marca partilhada. A epifania de um destino comum acontece em cada obra ou ato criativo no idioma comum e esse destino parece transcender os tempos e as mudanças históricas. É já depois do 25 de Abril e depois da independência dos novos países africanos, que afirma Adriano Moreira, em 1977:

Por muito que isso surpreenda ou desgoste alguns puristas da revolução total, em cima da mesa de trabalho de Agostinho Neto está a obra de Luís de Camões, e na língua portuguesa é que ele dá expressão à necessidade pessoal de se refugiar no mundo encantado da poesia (Moreira, 1977, p. 66).

Em 1977 continua a apregoar-se que o facto de Agostinho Neto ter sido escolarizado em português e de escrever poesia em língua portuguesa<sup>102</sup> o torna um escritor pertencendo a um território não geográfico, o da língua e da literatura em português, pretensamente atemporal e apolítico, porque eivado de uma essência que todos inclui, desde que falem e escrevam em português. Como vários autores (Castelo, 1999; Almeida 2002; Martins, 2004; Thomaz, 2000), penso que certos

---

<sup>102</sup> Sobre autores africanos que escreveram em português no período colonial escreve Calafate Ribeiro – “Na busca identitária que empreenderam, não negaram a sua raiz cultural também portuguesa, mas como portadores de uma diferente memória da história vivida em comum, elegeram outros centro. Agostinho Neto não nega a sua herança cultural portuguesa, mas elege Angola como centro da sua identidade. José Craveirinha reclama Camões como seu poeta e coloca a sua casa poética em Moçambique” (Ribeiro, 2004, p. 163). Ou seja, para usar um conceito de Castells, os poetas africanos usavam a língua portuguesa como instrumento para forjar e consolidar uma “identidade de resistência” (cf. Castells, 2007).

discursos do presente, nem sempre consensuais, sobre quem somos e sobre a dita comunidade lusófona – discursos que aludem a uma suposta unidade de “sentimentos e valores” reforçada pela língua portuguesa – podem ser remontados à formação discursiva de influência luso-tropical. Então como agora, o olhar individual, pela escolarização ou pelos *media*, terá de coincidir com o olhar institucional (cf. Popkewitz, 2000). O saber e o poder regulam, não apenas condutas, mas também pensamentos e sentimentos, agora forçosamente de cariz luso-tropical, ainda que com vestes lusófonas. Sobre a unidade entre falantes de português de diferentes geografias, temos um bom exemplo num livro de Adriano Moreira, quando este menciona a iniciativa que liderou, a 22 de julho de 1967 na Ilha de Moçambique – o *II Congresso das Comunidades de Língua Portuguesa*:

Pela primeira e última vez no império estavam ali reunidos representantes de todas as comunidades portuguesas dispersas ao redor da terra. Tinham vindo da Austrália, do Japão, da China, das Áfricas, das Américas, de Malaca, do Hawai, das Europas, e do Brasil. Muitos já não falavam a língua, há séculos que de geração em geração se diziam portugueses sem nunca terem pisado terra portuguesa. Mas existia um sentimento comum de origem que os tinha conduzido àquele lugar (Moreira, 1977, p. 9).

O referido congresso fora iniciativa do próprio Adriano Moreira<sup>103</sup>, com a visão de preservar a língua e a cultura portuguesa e contribuir para uma comunidade de valores solidários (conferir anexos capítulo 3). Na qualidade de *Presidente da União das Comunidades de Cultura Portuguesa*, dirige-se aos povos que afirma representarem uma “força moral” (Moreira, 1977, p. 17), como explica no seu livro:

O povo que ali estava, representava mais de dois milhões de homens que, fora do território então nacional, se consideravam todos, pelo nascimento, pela língua, ou pela filiação cultural, ligados a Portugal” (Moreira, 1977, p. 10). Perante eles evocava o “património lusíada que a Nação peregrina em terra alheia implantou e defendeu”, desejando que desse encontro “nascesse o impulso necessário para que Portugal e Brasil assumissem, apoiados na força moral das comunidades espalhadas pelo mundo alheio, a responsabilidade efetiva da herança comum” (Moreira, 1977, p. 13). Desse modo “todos os que vivessem em território sujeito a soberania lusíada, ou portuguesa ou brasileira, teriam ao redor do mundo uma força moral não agressiva, convergente, praticante da regra da igualdade do género humano, cheia de amorosidade, cristanamente ecuménica”. Explica – “Uma força tecida mais pela internacionalização da vida privada que pelo propósito dos governos. Seria uma

---

<sup>103</sup> Um tal congresso poderá ser entendido como parte do esforço para alterar as relações coloniais, no período após a eclosão da Guerra Colonial. a par dos esforços que depois de 1964 se fizeram no alargamento da educação no ultramar a um maior número populacional, um esforço para “fazer portugueses”. A posição de Moreira divergia um pouco do governo colonial, mas não deixa de coincidir com os posteriores enunciados lusófonos, sobretudo na visão de uma união de povos pelo idioma.

força “apolítica, porque apenas e exclusivamente comprometida com a *maneira lusíada* de estar no mundo (Moreira, 1977, p. 17; itálico meu).

Acompanhando o raciocínio de Moreira, seria na *vida privada*, ou seja, no foro íntimo de cada um, que tal projeto, baseado na “força moral”, se construiria. O que nos remete para os textos do nosso Secretário Provincial de Angola, o qual afirma que a educação “é tarefa que vai sendo encarada de ótica larga”, por não se confinar “à Escola, ao Estado ou às entidades que tradicionalmente se lhe dedicam”. A educação, já afirmara Agostinho da Silva, “faz-se na escola, no lar, na oficina, na rua” (Silva, 2009b, p. 29). Esta educação governamentalizada move-se, portanto, entre o público e o privado, busca instalar-se “nas consciências”, que, afirma, deverão ser preenchidas com “princípios, objetivos e ideias lusíadas”. A orientação educativa transmite ideias e modela formas de vida – “na movediça esfera da educação e do ensino, que o mesmo é dizer no domínio onde se *temperam as almas*, onde se forja a Nação” (Silva, 2009b, p.12; itálico meu).

Pinheiro da Silva e Adriano Moreira concordariam que este trabalho de forjar, de “temperar” almas como um ferreiro tempera o metal implica, pois, a vigilância de todos e cada um, bem como o “cuidado de si mesmo”, um burilar da essência de cada um:

Educar é conduzir. Ora, não se conduzem ideias definidas, não se orienta sem conhecimento de meios a empregar para atingir determinados fins. Toda essa via está formada de princípios (...). Devem ser princípios imutáveis, radicando na própria essência do homem. São valores e, como tais, inalteráveis, enquanto a substância humana for o que é (Silva, 2009b, p. 22).

Trata-se de uma aprendizagem de comportamentos que implicam autorregulação e autovigilância, construída numa vivência *coletiva e internacional*. Veremos depois que esta ideia permanecerá ao longo das décadas, atravessando tempos, uma dualidade entre vida privada e vida pública, entre sujeito individual e cidadão lusófono. Curiosamente, temos já em 1962, algumas ideias-chaves da própria discursividade pós-colonial que darão forma ao conceito de lusofonia, a saber, a unidade pelo idioma comum, uma herança partilhada de sentimentos e valores, a responsabilidade que cabia aos dois países, Portugal e Brasil de liderar um tal processo. Temos a ideia de que se trata de um empreendimento coletivo,

além fronteiras políticas,<sup>104</sup> mas igualmente de uma tarefa individual, da intimidade de cada um i) a partilha, numa dimensão internacional, da vida privada; ii) o reconhecimento, na esfera pessoal, do “selo”, ou marca de essência, do idioma coletivo e dos respetivos valores. Isto era repetido à exaustão pelo Estado Novo, em várias épocas, como se pode comprovar pela leitura de manuais escolares de língua portuguesa onde se lê coisas como esta:

– Africano que constróis  
O futuro, tu que és?  
– O que sou? Sou angolano  
e, como tal, português!

– E tu, mestiça morena  
donairosa e sedutora,  
és o quê? – Sou portuguesa  
de Moçambique senhora

O poema (cf. anexos do capítulo 3, pasta 2, o livro de Leitura *Caminhos Portugueses*), depois de se referir em várias quadras a todas as outras “províncias” portuguesas além-mar, termina com o seguinte convite:

Façamos, de mão unidas,  
Uma roda fraternal  
E cantemos todos juntos  
Nosso amor a Portugal!

---

<sup>104</sup> Declarara Adriano Moreira que “o povo da Nação Peregrina” deste idioma comum, espalhado em vários continentes, tinha “o direito de afirmar que as alterações das soberanias não devem afetar os valores básicos das comunidades que transcendem as fronteiras” (Moreira, 1977, p. 11).

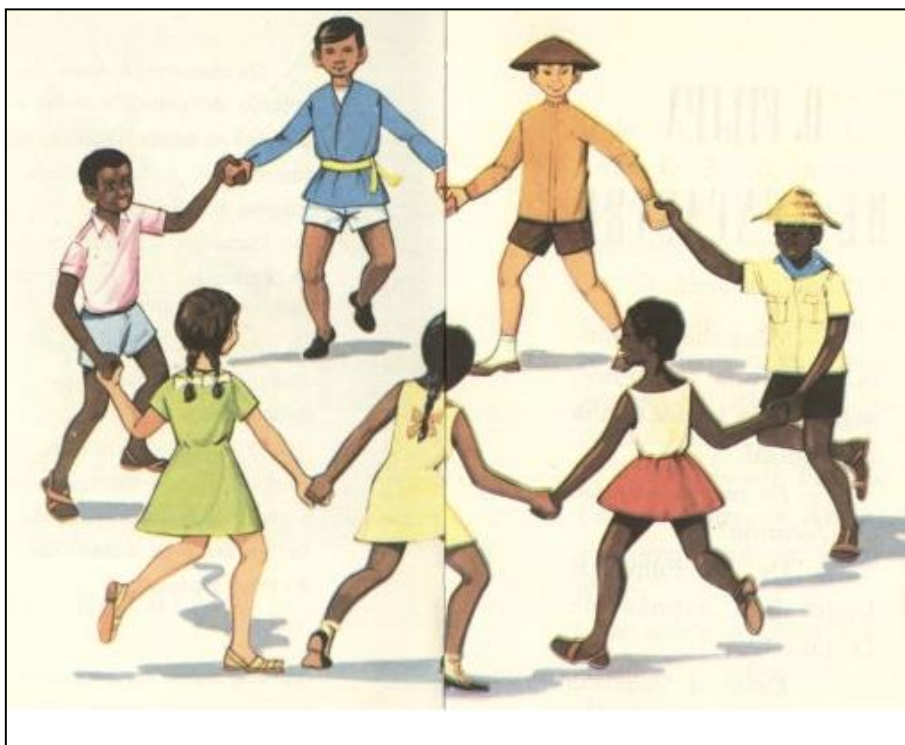


Figura 8: Livro de leitura para a 4.ª classe, elaborado para a província de Angola em 1970, pp. 72-73.

Dar as mãos, dizem os meninos uns aos outros, diz o professor aos alunos e diz também o general Spínola ao povo da Guiné, ao despedir-se do cargo que aí ocupara durante anos:

E ao despedir-me de todos, desejo expressar o meu ardente voto de que, sob a ação esclarecida do vosso novo Governador, a paz volte a essa martirizada terra, e que, *de mãos dadas*, prosseguéis na escalada da construção de uma “Guiné Melhor” dentro de uma Nação dilatada e iluminada pela chamada da *Portugalidade* que aí ajudastes a reacender (Spínola, 1973b, p. 625, *itálico meu*).

O texto deste discurso chama-se *Verdadeira Portugalidade*. Eis, em 1973, o mesmo termo que encontrámos em 1962 em Adriano Moreira e, sabemos já, aparecerá em 1994, com Miguel Torga, no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Em todos eles, essa portugalidade espraia-se por povos não portugueses mas falantes de português ou descendentes de portugueses. Essa que posso classificar como sendo uma “portugalidade de mãos dadas” (cf. fig. 8) é vista como sendo o alicerce do Império – “Para vós e por vós, com toda a força de uma razão incontroversa e à

<sup>105</sup> *Caminhos Portugueses*, Livro de leitura para a 4ª classe, para Angola, pp. 72-73, 1970.

luz de um verdadeiro espírito de *Portugalidade*, se prosseguiu o nosso ideário de valorização e dignificação da pessoa humana, no respeito pela essência africana da Guiné” (Spínola, 1973, p. 165; *italico meu*).

O termo aparecerá repetidamente nas páginas do livro *Portugal e o Futuro*, que mobilizou interesses que culminaram no 25 de Abril. O projeto de uma comunidade de povos de língua portuguesa, é agora apresentado como Federação, “um conceito novo de unidade da Nação”, para se encontrar, explica “a ideia de lusitanidade a salvar” (Spínola, 1974, p. 13). É para a “potencialidade do espírito lusíada” que Spínola deseja despertar os que “pretendem reduzir o país a *um canto sem expressão na unidade das nações*” (Spínola, 1974, p.15). Percebe-se que é exatamente aqui - no medo de aniquilamento, medo de “não ser”, de que Portugal, perdendo as colónias, se torne um país pequeno e pouco significativo- , que reside algo que leva Spínola a traçar “o caminho de uma verdadeira comunidade lusa, alicerçada numa autêntica comunhão de interesses e aspirações e na solidariedade decorrente de uma sólida e fraterna cooperação” (Spínola, 1974, pp. 15-16). Ao longo do livro paira a ameaça de um desmembramento e o desejo de que, a acontecer, que “a nação caia de pé”, para evitar “a desagregação de um património” (Spínola, 1974, p. 112) e preservar “valores essenciais” (Spínola, 1974, p. 114). Para isso deseja construir uma “portugalidade autêntica” (Spínola, 1974, p. 161), ou melhor, a “adoção de conceitos renovados de portugalidade”, pelo que uma comunidade de povos, aberta às diferenças será indispensável. Faz assim apelo a:

O nosso espírito de aventura, a nossa capacidade de adaptação, a nossa aptidão para fazer amigos e cultivar amizades, a simplicidade com que oferecemos auxílio, a total ausência de preconceito racial e essa espantosa capacidade de miscigenação cultural que nos confere uma extraordinária aptidão para sobreviver em qualquer ambiente (Spínola, 1974, p. 161).

Depreende-se desta passagem que os portugueses terão uma “extraordinária aptidão” para o encontro com o Outro. Assim se ativa uma “consciência de si” que se acha sempre incompleta sem os outros povos das terras onde a história conduziu Portugal; assim se fomenta, na narrativa nacional e no interior de cada um, um *desejo do Outro*, reforçado por esta luso-tropical e evidente “condução de condutas”, este programa do que, já sendo, devemos continuar a ser.

Entende-se agora porque surgira a palavra *portugalidade*, termo usado em 1994, no elogio de Miguel Torga à futura CPLP. É que toda uma geração fora criada



neste mesmo molde luso-tropical. Percebe-se, porém, que até o próprio Spínola percebia alguns perigos que se colocam ainda hoje – será necessário, avisa, “não confundir *unidade* com *uniformidade* pois “sendo irrefutável a nossa heterogeneidade, a nossa unidade forçada só é possível num jogo de processos antagônicos.” Chega à conclusão de que, para evitar o antagonismo e a desagregação, será aconselhável “uma concepção pluralista de tipo federativo”, que garanta a “unidade pelo caminho da solidariedade” (Spínola, 1974, pp. 178-187).

Anos antes Jorge de Sena publicara um projeto que tinha como modelo a *Commonwealth*, onde, à semelhança dessa comunidade anglófila, e na clara percepção de que a continuidade do Império não seria possível nem desejável<sup>106</sup>, acreditava que havia que avançar quanto antes para uma solução que se adaptasse aos tempos políticos pós segunda guerra mundial, durante o qual as maiores potencias imperiais europeias deixaram de existir. A pedido de Ruy Cinatti e “por imperativos de patriotismo e lucidez cultural” aceita pronunciar-se sobre a política portuguesa em África. Em maio de 1959 publica o texto em que se pronuncia à revelia das verdades oficiais e em Agosto do mesmo, tendo aceite um convite para o *IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*, na Bahia, acaba por ficar no Brasil, evitando a possibilidade de vir a ser preso em Portugal. Nesse famoso texto, de 1959, admitia a independência dos “territórios ultramarinos”

Somos um pequeno país, minguados de recursos para as dimensões e a dispersão do seu território. Não podemos ter a louca veleidade de manter pela força o que grandes potências, sumamente mais poderosas, não conseguiram ou não conseguem manter. Além de que o recurso à força ou à intimidação – que deve repugnar à dignidade e à relativa humanidade de uma colonização que predominou pela penetração pacífica – são uma ilusão terrível: servem apenas para manter um status quo sempre mais agravado” (p.38). E o autor responde aos grandes receios de mutilação nacional – “Não nos enganemos supondo que a perda dos nossos territórios, que nos empobreceria definitivamente nas nossas virtualidades de expansão, corresponderia à perda da nossa independência” (Sena, [1959]2011, p. 40)<sup>107</sup>.

[Contra as opções do governo vigente, propõe várias medidas a tomar para reestruturar a presença portuguesa em África] – “Há que preparar, com a maior urgência, a Comunidade dos Estados Portugueses. É na independência coordenada de um pequeno país, confiado na capacidade e na fidelidade das suas populações brancas e na simpatia e atraso actual das populações indígenas,

---

<sup>106</sup> O texto em questão, “Memória sobre o Futuro do Ultramar Português” foi publicado em Lisboa a 3 de maio de 1959 (cf. Sena, 2011, p. 41).

pode manter um imenso e disperso território. Dessa Comunidade é garantia o Brasil, cujas ambições atlânticas são notórias. (Sena [1959], 2011, p. 41).

Percebe-se agora que antes do projeto de *Comunidade* de Adriano Moreira, em 1967, e mesmo antes do projeto de *Federação* de Spínola, no final da década de 70, já houvera, na década de 50, um pensamento que falava em Comunidade, sim, mas dizia outra coisa, pois tinha uma linguagem objetiva, enxuta, sem sentimentalismos nem apelos a fraternidades, antes pensando um caminho comum para uma melhor direção do destino dos povos em questão. Num outro texto, intitulado “A Comunidade dos Estados Portugueses”, dá Sena continuidade a este pensamento, o de que “não será possível pactuar com cegueiras ou vaidades históricas que terminarão num desastre incalculável”. Criticando a loucura de um “paternalismo colonialista”<sup>108</sup> faz uma proposta concreta, por achar ser esse seu dever:

A força das armas nunca resolveu coisa alguma; e é triste imaginar-se que o Exército português considere como sua suprema missão patriótica a manutenção desvairada de um status quo, em que o aventureirismo mais sórdido (...) fazem as vezes de heroísmo (...). *O exército deveria ter por sua missão mais alta garantir, quanto antes, dentro de uma estrutura totalmente democrática, a formação urgentíssima da Comunidade dos Estados Portugueses.*”

Passa a anunciar, em 27 artigos, os passos a seguir, sendo o primeiro deles a constituição de “uma Junta Governativa”, que proclame “a Comunidade dos Estados Portugueses”, seguindo-se eleições livres e admitindo mesmo a independência dos Estados que assim o escolherem (Sena, [1959] 2011, p. 97; *itálico meu*).

O apelo de Jorge de Sena terá ecoado através de duas décadas, pois foram realmente os militares que intervieram para mudar o *status quo*, pelo que a história terá dado razão a este intelectual. A revolução dos cravos fará girar noutro sentido a roleta histórica. No entanto, numa ironia própria da alteração e deslizamento do significado destes conceitos, pode-se perceber que divergem na ideia de comunidade de Jorge de Sena, de Adriano Moreira, de Spínola, de Agostinho da Silva, pois falam, por vezes, de coisas aparentemente coincidentes, as quais, no entanto, apontam para diferentes direções. O que sabemos é que algo de comum

---

<sup>108</sup> É uma “loucura”, escreve Sena “para que meia dúzia de tradicionalistas insensatos continuem a falar nos “*nosso*s” territórios com a lágrima no canto dos olhos, e meia dúzia de espectadores e extratores continuem a praticar uma política (?) desastrosa em relação a esses territórios que tratam como “*seus*” (Sena, 2011, p. 97; *aspas e itálico do autor*).

ficará sedimentado, assentará no lodo do inconsciente social e na discursividade, irá permanecer, transmutando-se, mais tarde, em lusofonia.

A *Federação* desejada por Spínola, bem como o projeto que já na década de sessenta Adriano Moreira tentara implementar, de uma *Comunidades de Língua Portuguesa* terão, talvez, algum eco na defesa que fará Agostinho da Silva de um *Quinto império*, o da língua. Não é, pois, de estranhar que Agostinho da Silva tenha participado no referido congresso organizado por Adriano Moreira, como nos explica José Aparecido de Oliveira ao elogiar o visionário filósofo –“participou, de resto, nos congressos das Comunidades de Cultura Portuguesa, organizados por Adriano Moreira na década de 60, e o seu entendimento da lusofonia corresponde, *avant la lettre*, à ideia da CPLP.”<sup>109</sup>

Mais evidente se torna a continuidade do mesmo discurso dogmático, que atravessa épocas e vai sendo dito por diferentes vozes, adaptadas ao tempo de cada um. É que estes atores e estas falas, cruzam-se, sobrepõem-se, repetem-se. Se Agostinho da Silva participou do sonho luso-tropical de Adriano Moreira em 1962, estivera também com Jorge de Sena no IV Congresso Luso-Brasileiro, na Bahia, em 1959, ano em que Sena publica o seu fundamentado projeto de uma *Comunidade de Estados* em língua portuguesa. Mais tarde, fugindo da ditadura brasileira, Sena parte para os EUA e Agostinho da Silva regressa a Portugal, trabalhando no *Instituto da Cultura e da Língua Portuguesa* (ICALP), onde foi grande amigo de Fernando Cristóvão, presidente deste Instituto. Ambos defenderão a versão pós-colonial desta comunidade que vem de outros tempos. Ambos são “porta-vozes” da lusofonia, discursividade que encontra apoio no ICALP e nas primeiras fases do Instituto seu sucedâneo, o Instituto Camões<sup>110</sup>:

---

<sup>109</sup> A este respeito, ler o que José Carlos de Vasconcelos escreve sobre José Aparecido no JL de 13 de Abril de 1994, p. 11.

<sup>110</sup> A revista do Instituto Camões, intitulada *Camões*, dá conta de como a lusofonia fazia parte dos discursos oficiais da época. Um estudo atento de outros textos sobre o Instituto Camões, nomeadamente com a presidência de Ana Paula Laborinho poderá indicar uma mudança em relação a essa posição inicial. A este respeito, é possível ler a entrevista dada por Paula Laborinho ao JL ou fazer-se uma análise em série do Boletim Camões (inserido nos números do JL) o qual dará, certamente, conta desta formação discursiva dentro deste Instituto e constatar a alteração com a presidência mais recente. O JL entrevistou todos os novos presidentes do Instituto Camões e do Instituto seu sucedâneo, pelo que o investigador interessado poderá acompanhar a mudança discursiva na revista *Camões*, nas entrevistas do JL e os textos do *Boletim Camões*, que integra o JL desde 1998. Considerei que tal tarefa não caberia nesta pesquisa, por me desviar do meu objetivo.



Figura 9: retrato de Agostinho da Silva, JL no 219, de 15 .9.1986, p.1.

Por fim, ambos são amigos de José Carlos de Vasconcelos, com quem partilham de um mesmo ideal pós-colonial, acreditando que há que preencher a fissura identitária que se segue “ao regresso ao cais”, a esse momento de luto mal assumido, que Margarida Calafate Ribeiro explica na sua tese de doutoramento. Vemos o círculo completar-se e evoluir em espiral – se no Estado Novo política e educação, como já vimos, “fizeram portugueses”, do mesmo modo, em democracia, de modo mais subtil, mas igualmente sistemático e insistente, há que “fazer lusófonos”. Quando as relações pelo idioma são feitas coincidir com o projeto da CPLP, algo se embaraça no devir histórico. Destrançar esse emaranhado de boas intenções, razões apaixonadas e interesses menos claros é um dos propósitos desta investigação. Só assim se pode perceber que Agostinho da Silva e Fernando Cristóvão tivessem criado a discursividade que justifica o projeto de José Aparecido de Oliveira e de José Sarney. Este conheceu Agostinho no Brasil e deixara-se seduzir pelo seu projeto visionário e diplomático com África, talvez para consolidar tanto a jovem democracia brasileira. Por sua vez, José Carlos de Vasconcelos colocará o JL ao serviço do seu amigo José Aparecido de Oliveira, como se constata dos números previamente analisados, pelo que pouco espantará então esta

circularidade de discursos encráticos, de evidências redundantes, autojustificadas e autorreferenciadas.

O *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, apoiando-se numa renovada relação com o Brasil, que saía da ditadura militar em 1985, passa a anunciar esta renovada formação discursiva sobre a unidade pelo idioma, o ideal que Agostinho da Silva se empenhara a difundir durante os seus anos de ensino universitário no Brasil e que trazia para Portugal, onde ganhara adesão esta visão idealizada de um certo modo de se relacionar com o *Outro-em-Português*, conceito expressamente criado para esta tese, com o qual se procura identificar um discurso de alteridade para com outros países de língua oficial portuguesa. Só para os mais desatentos, a lusofonia, anunciadora de novos tempos, e feita coincidir com a CPLP por um efeito discursivo no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, seria uma direção nova para um homem novo. Reparando bem, esta discursividade tenta igualmente “temperar almas”, forjando-as no molde de uma nova *doxa* – a cidadania democrática em Portugal e no Brasil, fundada na crença de um empreendimento fraternal que conduza os destinos de todos os falantes de português<sup>111</sup>.

Esse *desejo do Outro* é justificado pelo próprio Agostinho da Silva, ao falar da missão dos políticos, ao afirmar que frequentemente se é levado, “para a vida pública”, para “encaminhar a humanidade num determinado sentido, para que se realize um sonho que se determinou ser o melhor possível, como trazendo o máximo de felicidade para os homens se por acaso se pudesse pôr em prática” (Silva, s.d., p. 83). Assim, explica mais adiante, a política é “a melhor maneira de arrumar os homens à face da terra, dispondo-os a cumprir um destino que se lhes fixou como o melhor” (Silva, s.d., p. 84). Para isso é preciso estar atento aos seus sonhos, adianta. Ou seja, e lendo nas entrelinhas – é preciso operar ali onde se formam os sonhos dos homens e trabalhar de maneira a que os sonhos individuais pareçam coincidir com o projeto político. De certa forma, a política coincidirá com a educação, diz Agostinho – “esta nossa atividade, que pode ser a do político propriamente dito

---

<sup>111</sup> A este respeito convém consultar o que escreveu Eduardo Lourenço sobre as relações Portugal-Brasil desde a década de 50 até recentemente. Para este autor, o confronto com o Brasil é o confronto connosco mesmos - “pensar o que é ser português no sublime e no profundo do que é ter perdido o Brasil” (2015, p. 16). Considera que o inverso também se aplica, ou seja, afirma que o Brasil só se encontrará consigo quando ultrapassar a ambiguidade para com Portugal e que as relações entre ambos os países, apesar da retórica oficiosa fraternal abriga tensões que há que resolver – “O antiportuguesismo – mais ou menos justificado – é uma constante da cultura brasileira... seria conveniente desmascarar de uma vez por todas ... para que portugueses e brasileiros não continuem a viver entre sorrisos e hiperbólicos abraços de estereotipada cordialidade” (Lourenço, 2015, p. 170). A este respeito consultar também outras obras do mesmo autor (Lourenço, 2004a, 2010, 2014).

como a do professor ou a do missionário” (Silva, s.d., p.81). Suponho que estas secções deixam claro a relação entre o ensino da língua portuguesa, no espaço escolar e a orientação dos homens, dentro num mais vasto projeto político. O seja, da educação pode conceber-se como algo mais lato, a funcionar no vasto espaço social, para onde, necessariamente, se espriam os valores transmitidos na escola.

## 6. O Desejo do Outro

Ao longo dos tempos, portugalidade, lusitanidade, lusofonia... serão os mesmos conceitos ou já outros? Deleuze chama a atenção para os conceitos sofrerem transformações e, pouco a pouco, acabarem por se transformar em algo distinto daquilo para que inicialmente remetiam – “Ora, embora datados, assinados e batizados, os conceitos têm a sua maneira de não morrer, mas estão, apesar disso, sujeitos a obrigações de renovação, de substituição, de deslocação, de mutação...” (Deleuze, 1991, p. 15). O que interessa é como o discurso antigo se “moderniza” e continua a empolgar novos apoiantes, com outros objetivos como são, nos anos 90 do século passado, os da CPLP. Nos números do JL, anteriormente analisados, a propósito das mesas redondas para a criação da futura CPLP, é a mesma retórica que surge, baseada agora na ideia de Agostinho da Silva de que um passado exemplar se projeta no futuro e “impõe o espírito e a língua, ao território e à matéria”. Tal seria, para da Silva e os seus entusiastas lusófonos seguidores, “a missão de Portugal no mundo” (Sarmiento e Ribeiro, 2010, p. 216).

Analisámos, em várias fontes, a discursividade que desemboca de apenas uma parte do que passou a entender-se pelo conceito de lusofonia no início da década de noventa, nas páginas do JL. Note-se que o que nos interessa é i) *o modo como* o JL usa estratégias para dar visibilidade a esta vivência da língua e da(s) literatura(s) em português, a qual implica, como no Estado Novo, uma adesão emocional a algo mais do que meras obras literárias; ii) *como* solicita ou exige a adesão e a identificação com um certo tipo de vida e de conduta, *de relacionamento consigo mesmo e com o Outro*, através um modelo de sujeito e de conduta que vai surgindo nas suas páginas, o sujeito lusófono.

Com diferentes nomes, e em diferentes épocas históricas, o que é feito operar, quer nos discursos oficiais analisados quer nas páginas deste jornal cultural do final do século XX, é essa sede de *ser mais*, de ser completado ou complementado por

outros falantes de português<sup>112</sup>, outros sem os quais parecemos correr o risco de não nos reconhecermos, ou de *sermos menos*. O que aparece tão intensamente nestas discursividades de épocas políticas distintas é o que eu chamo *o desejo do Outro*. É pela instalação ou reafirmação desse *desejo* que o JL busca explicar um projeto político pós-colonial. Se o projeto da CPLP aparenta ser inovador – quando afinal já surge, conforme se viu, como decalque de outras previamente sonhadas *comunidades da língua portuguesa* –, o seu motor simbólico e emocional já latejava na sociedade portuguesa, sob a forma de uma inata “vocação” para o Outro, que mais não ser  a que um impulso para colmatar o sentimento de incompletude perante o rosto que se v  e ao espelho, uma vez perdido o Império.

Percebe-se agora que *o Desejo do Outro* constituía um dispositivo subjetivador, já usado pelo aparelho ideológico do Estado Novo, o qual, na pós-colonialidade, se desloca da formação discursiva em que se gerou para se instalar no coração de uma formação discursiva que aparentemente, lhe seria adversa, pois se referia agora a relações entre países com um passado histórico de conflito colonial. Tudo isso é possível porque as ruturas, mesmo as políticas, não são tão radicais como se supõe ou relata, acontecem por cima de estruturas que mant  m continuidades discursivas, assentam sobre sistemas que, eles t  mb  m, se adaptam para acomodar novas verdades, sem por isso desaparecerem. Sobretudo, acontecem com *as mesmas pessoas*, educadas no regime anterior, as quais reformulam a nova realidade para a adaptar às pessoas que *eles próprios* continuam, de algum modo, já que aceitar uma mudança radical seria o equivalente a negar-se a si mesmo e tudo o que se viveu at  e então. Logo, os argumentos desenvolvem-se no sentido de, uma vez aceite o direito    independência dos povos africanos, salvar-se, desse perturbador processo, aquele diamante sempre por burilar – o da Língua enquanto fator identitário comum.

Os dispositivos discursivos necessitam de estratégias que fundamentem os seus jogos de verdade, precisam de atores e cenários que criem estratégias de visibilidade e veridic  o (cf. Foucault, 2012). A lusofonia, esse vocábulo tão novo que não fora sequer empregue por Agostinho da Silva – ainda que os seus arautos

---

<sup>112</sup> Eduardo Lourenço já sublinhara que “O encontro com os outros é um verdadeiro encontro connosco” e assinalara já que no Outro, aparentemente diferente, buscam os portugueses o mesmo, através do qual se confirma a nossa própria continuidade como nação. Esse efeito especular que nos faz valorizar e encontrar na diferença uma repetição de nós mesmos poder  a acontecer agora dentro de uma certa retórica lusófona em relação aos mais recentes países de língua portuguesa, mas é mais intensa com o Brasil - “o único país que é simultaneamente o *mesmo* e o *diferente*, para o português” (Lourenço, 2015, p.16).

associem, mais tarde, um a outro -, será tornada visível pela parceria do Diretor do JL, José Carlos de Vasconcelos com José Aparecido de Oliveira, embaixador do Brasil. Sobre este último escreverá Almeida Santos, anos depois “A impressão que às vezes me fica”, diz ele, “é a de que a CPLP só pôde ser constituída porque nenhum dos países que a integram foi capaz de dizer não ao impulso generoso de um diplomata visionário, não tanto por uma coletiva ansiedade de dizer sim ao projeto nele implícito” (Santos, 2001, p. 32). Fica claro que, já no seu início, a CPLP não parece ser uma intenção claramente partilhada. No seu esforço de tudo congregar harmoniosamente, escrevera o referido embaixador, José de Oliveira:

estamos afirmando nos mapas comunitários a nossa força na cena internacional pelo uso da mesma língua na Europa, na África e na América. *Comunidade é outro nome de nossa língua* (...). A unidade entre nós faz-se entre estados soberanos e com a consciência do conceito de parceria e igualdade do mundo contemporâneo (...) temos a nosso favor uma língua comum – esta língua que nos faz *expressar da mesma forma, os sentimentos de amor, de amizade, de confiança e de trabalho. Desde as caravelas* que atravessaram os mares, continuamos com o nosso símbolo: uma bandeira de paz e para a paz (JL, 14.12.1993, p. 17; itálico meu).

Com a descolonização, a perda dos territórios ultramarinos cria uma falha na imagem de si, que deixa os portugueses com uma identidade afónica, isto é, sem saberem as palavras certas com que se dizerem, sem discursos fiáveis que lhes digam ou confirmem quem são. Como soletrar uma nova identidade, fruto de uma brusca rutura? O vazio que daí resulta será rapidamente ocupado, simultaneamente, por falas novas e antigos dizeres. Só assim se entende a secção inicial deste capítulo, em que o projeto da CPLP é elogiado com palavras decalcadas do passado. Entenda-se: ainda não havia outras palavras para formular o inaudito. Os escritores que enviaram textos para Mesas Redondas de 1993 e 1994, nas quais se prepararia a nova “comunidade da língua”, falam de um desejo que, afinal, conheciam de anteriormente e deslizara suavemente para os novos tempos – fraternidade entre os povos, união de valores pelo idioma comum, projeto comum criado por todos e maior que cada um – ou seja, em que povos e indivíduos se transcendem.

O *Jornal de Letras, Artes e Ideias* vai dando conta dessas discussões no vórtice da crise identitária. Mesmo depois de acalmada a agitação revolucionária do final dos anos 70, a interrogação sobre quem são os portugueses e que sentido tem este



país, regressa, de variados modos<sup>113</sup>. Em 1990, “À descoberta de Nós” é o tema da Bienal Internacional de Cerveira e de um ciclo de reflexão na cooperativa Árvore, no Porto (cf. anexos do capítulo 3). Para esse encontro, o JL pediu a Agostinho da Silva um texto que servisse de “mote” para a sétima edição da bienal, a qual, escolhendo-o como “patrono”, faria “uma homenagem à sua figura singular de homem de cultura.” A capa do JL nº 397, de 6.2.1990, apresenta o rosto do “velho professor” cujo texto, nesse mesmo número, tem o sugestivo título - “Portugal: o de ser, de servir e de sonhar”.

O ciclo de reflexão prolongou-se além da bienal, já que “durante quatro meses” reuniu “muitos prestigiosos vultos de múltiplas áreas da cultura e do saber” (Silva, JL nº397, 13.2.1990, p.36). Eis como Isabel Pires de Lima e Rogéria Cruz, organizadoras deste ciclo se referem ao texto com que Agostinho da Silva dará o arranque às reflexões:

Propõe uma reflexão sobre a identidade nacional, questiona-nos sobre o que somos hoje, o que fomos no passado, o que nos propomos vir a ser no futuro, questões tanto mais importantes quanto é certo estarem-se a comemorar, a nível nacional, os Descobrimentos Portugueses, que constituem determinante de corporização da nossa identidade. Pareceu-nos, assim, que teríamos de elaborar um programa que, intervenção a intervenção, *fosse destacando os elementos dessa “portugalidade” que encerramos e transportamos, mas quase nunca sabemos definir*. Para nós era claro que a nossa missão consistiria em encontrar quem desse resposta a duas questões maiores que se colocam em relação a tal temática: 1) que país é este, vocacionado para o serviço do mundo e que ainda não se cumpriu?; 2) o que caracterizar, a nível antropológico, histórico, artístico sociológico, mítico este país simultaneamente uno e plural? (JL, nº 397, 13.2.1990.p. 7); *italico meu*).

As interrogações identitárias impõem-se, não apenas pelo processo de descolonização, cujo luto e reflexão foi ficando por fazer, mas também pela entrada de Portugal na Europa e pela aproximação do final do milénio. O ciclo trará realmente figuras de vulto, e todas elas revelam bem essa necessidade de busca de definições ou de uma *essência* de ser português, mas não cabe aqui analisá-los. O que deve aqui interessar é que o JL, profundamente envolvido na organização, dá

---

<sup>113</sup> Como exemplo de que a identidade é uma questão recorrente, consultar o JL n.º 104, de 3 de Julho de 1984 – “O que pensam os Portugueses da sua história?”. Os vários números que acompanham o ciclo na cooperativa Árvore, no Porto – “À descoberta de nós” (a partir do JL de 13.2.1990). Os textos de Vitorino Magalhães Godinho, publicados em dois números seguidos, a partir do JL 3.1.2007 – “crise identitária no pós 26 de Abril” e “Os Portugueses em busca de si próprios.” Ver ainda o editorial de José Carlos de Vasconcelos sobre o programa da RTP “Grandes Portugueses” (JL 18.1. 2007). Consultar, nos anexos temáticos, a pasta 3, *Pensar Portugal*, onde estão disponíveis páginas do JL sobre estas questões.

plena visibilidade a este ciclo que inicia a década do noventa, onde reverberam as inquietações sobre o final do milénio. Ao dedicar uma intensa cobertura ao ciclo ao longo desses quatro meses, em páginas especiais a que chamará “Diário de bordo”, este jornal de algum modo ritualiza este acontecimento (como ritualizará, anos depois, as mesas redondas posteriores).

Pode deduzir-se que “esse diário de bordo”, título significativamente escolhido, dá conta de uma viagem interior, um périplo em busca de uma essência de ser português<sup>114</sup>. O JL, publicando todos os discursos deste ciclo, parece apresentar-se como porta-voz de uma verdade sobre a essência portuguesa. Com a qual, diga-se de passagem, nem todos concordarão. Vasco Graça Moura, em nome da *Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses* (CNCDP), que dirigia, aceitara apoiar este ciclo, mas justifica o financiamento concedido do seguinte modo:

O título do ciclo proposto, com aquelas referências ao ‘Portugal de ser, de servir e de sonhar’, envolve verbos de alto gabarito lírico filosófico que não correspondem ao que, muito mais comezinhoamente, são as minhas próprias coordenadas. Espero, claro, que o ciclo não constitua mais um pretexto de onanismo cerebrino sobre a identidade nacional que nunca esteve em discussão”; Graça Moura desfila as razões porque, apesar de tudo, o organismo que dirige apoiará tal iniciativa, sendo algumas delas “a estrutura do projeto, muitos dos nomes dos intervenientes, e ser uma acção descentralizada”, para concluir –“dentro das linhas da política comemorativa da CNCDP, que, pese embora, a algumas almas descompensadas e descompassadas da nossa praça, soa assaz visíveis, coerentes, articuladas, divulgadas e se encontram em pleno curso de realização ... bastavam estas razões para justificarem o nosso envolvimento empenhado no êxito do projeto ( JL nº 397, 13.2.1990, p. 9).

Com brilhante ironia, Vasco Graça Moura (VGM), simultaneamente apoia e distancia-se desta iniciativa pois, como explica, não coincide com os interesses da *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses* (CNCDP), na medida em que a visão do projeto que dirige, em tudo se distingue do projeto de certas “almas descompensadas e descompassadas”. Afirmar claramente distanciar-se desse “onanismo cerebrino”, autocontemplação nostálgica e ensimesmada, que não acha adequada aos tempos renovadores que Portugal atravessa. Este trecho é muito significativo, na medida em que mostra bem como a

---

<sup>114</sup> O título escolhido integra-se na isotopia das navegações, remetendo, agora, para uma descoberta de nós próprios, findo que está o Império que restava dos Descobrimentos. A mesma isotopia é central na primeira discursividade lusófona, das décadas de 80 e 90, em que abundam imagens e metáforas sobre viagens, pontes, navegação, o que reforça a leitura que a aproxima dos discursos identitário-políticos do Estado Novo.

sociedade portuguesa estava dividida entre aqueles sonhadores que continuavam a olhar para o passado e o futuro em termos “lírico-filosóficos”, constantemente repetindo inquietações identitárias, enquanto outros, pretendendo abordar o presente e os novos tempos com outra mentalidade, achavam que a nossa identidade “nunca esteve em discussão”. Agostinho da Silva, supostamente uma das “almas descompassadas” a que evasivamente se refere o presidente da CNCDP, liderará a falange dos sonhadores, pelo que pode se ler nesta passagem a uma entrevista que dá a Carlos Vaz Marques, no mesmo número do JL:

Por isso eu digo que a missão dos portugueses é ir pregar a todos os povos *a maneira deliciosa pela qual estão vivendo*: ‘você não querem...?’ Assim. Como quem está na confeitaria e oferece ao amigo: ‘você não quer experimentar um bocado deste bolo?’ Pronto. Mais nada (JL nº 397, 13.2.1990, p. 9; *italico meu*).

O ir “oferecer aos Outros” um modo de vida idealizado coabita com a imagem chã e quotidiana de uma pastelaria onde se partilha o bolo mais saboroso e, por isso, mais desejável. Assim, a comunhão pela língua seria como que uma simples oferta aos outros, um convite sedutor de quem dá – “você não querem?”. Implica ter-se a posse de algo melhor e pretender dar isso a outros. Por muito mezinha que pareça a imagem, ela tem também uma outra leitura, a da oferta de uma hóstia, a do estender aos outros um modo de vida outro, a nossa “maneira deliciosa” de viver. Estas palavras de Agostinho da Silva parecem falar de um encontro ingênuo e simples com o(s) Outro(s), porque predestinado. A ideia de “missão” faz com que esse dirigir-se ao Outro seja algo como o ritual da oferta de pães, do culto do Espírito Santo, que Agostinho da Silva constantemente evocava.

Porém, na CPLP daqueles que não sonham e que têm outra visão de um possível relacionamento, a partilha do “bolo” não será assim tão simples e será mesmo outra, seja mais realista, economicista ou mais dialogante. O JL alude a isso vagamente, mas dará sempre mais importância ao desejo dessa pureza mítica que pretende resgatar dos tempos, em consonância com a maior parte dos oradores convidados para este ciclo de reflexão. Leia-se uma das vozes que, no referido ciclo de debates, se destaca por representar uma posição bem distinta, que aponta numa outra direção.

Augusto Santos Silva, tal como Vasco Graça Moura, achou o tema deste ciclo de reflexões demasiado “lírico” e extemporâneo, e sublinha, na sua palestra, que há que entender “quem e como” fala em “Portugalidade, arte de ser português, espírito

ou identidade nacional”. Santos Silva acrescenta ainda que acha mais importante a “*promoção da ideia de cidadania*”, pelo que, alerta, “a análise reflexiva da problemática identitária deve mostrar quanto ela deve às *lutas entre produções simbólicas que estruturam o campo de produção cultural*.”<sup>115</sup>; e conclui a sua intervenção afirmando – “Está-se a ver, assim, o que dizia no início, que *mais importante, na discussão sobre identidade coletiva, era saber como e para que queríamos discuti-la*” (JL nº400, 6.3.1990. p.36), sublinhado do autor; itálico meu).

As intervenções de Graça Moura e de Santos Silva indicam bem que nem toda a intelectualidade portuguesa alinhava pelo tom luso-tropical que velada ou abertamente alguns prolongavam no pós-25 de Abril, o que será importante sublinhar ,para que se entenda como os editoriais do JL, saídos da pena de José Carlos de Vasconcelos. Esta “tribuna oratória” terá sido criada no ano de 1993, um pouco antes da vinda de José Aparecido do Brasil e terá sido um importante apoio discursivo para o projeto que este embaixador empreendeu. Estamos então alertados e ficamos a saber que o que lemos nos editoriais do JL é a versão de um determinado “campo cultural”, como alertara o sociólogo e político Augusto Santos Silva. Este explica, no seu texto, que haveria na sociedade portuguesa quem pretendesse falar em “identidade nacional” com termos diretamente herdados do Estado Novo – *Portugalidade, espírito ou alma nacional* -, e quem propusesse, em alternativa, que se discutisse mais as noções por *democracia e cidadania*<sup>116</sup>.

---

<sup>115</sup> As lutas pelo direito de determinar o que se diz no campo cultural são a própria marca da cidadania e da vida política, - “a cidade (polis), ao contrário dos impérios ou dos Estados, inventa o *âgon* como regra de uma sociedade de amigos, a comunidade dos homens livres enquanto rivais (cidadãos)] (Deleuze, 1991, p. 15). No próprio JL podemos entrever esses discursos agonísticos, e ler, nas entrelinhas dos editoriais, o apoio de JCV a um ou outro governo com que se identifica, ou as suas censuras àqueles a que se opõe. Mário Soares terá uma forte presença no JL, onde o político é sistematicamente apresentado como “homem de cultura”, um capital sociocultural que Cavaco Silva, por exemplo, não terá da mesma maneira, sujeito a críticas aos seus governos. Para continuar uma pesquisa neste sentido consultar a pasta em anexo intitulada *Mário Soares* e comparar, apenas como exemplo com o editorial do JL de 20.6.2007, em que o diretor do JL critica o modo como Cavaco Silva comemorou o 25 de Abril.

<sup>116</sup> Oliveira Martins é outro autor que manterá uma crónica regular, ao longo de décadas, no JL, onde falará frequentemente de cidadania e de relações de alteridade com o Outro, seja no contexto europeu seja de migração; situa-se dentro de uma visão democrática e europeizante, onde a recorrente evocação de Montaigne sustenta reflexões que associam a *educação para a cidadania* a práticas de *tolerância* e *multiculturalismo*. Para quem queira pesquisar esta via, deixa-se uma pasta em anexo (intitulada *Oliveira Martins*) com algumas das suas crónicas mais significativas, um número apenas simbólico, tal é a frequência com que escreve para este jornal. Pela especificidade do lugar que ocupa no JL, assumindo uma escrita autoral, não cabe nesta pesquisa, pois o que aqui se procura é a voz coletiva que o JL pretende, ao mesmo tempo, representar e modelar, no mesmo gesto de falar pelos outros e de os fazer falar de acordo com que, sobre si próprios, foi sendo dito, como ficará patente na análise a escritores tidos por lusófonos.

O JL, assumindo o seu compromisso com o sonho lusófono, cria o próprio espaço discursivo onde ele mais se desenvolverá, pelo menos na década de noventa, como se verá mais adiante. Ainda que aceite diferentes opiniões e dê lugar a debates sobre a língua e o acordo ortográfico, a sua posição sobre estas questões será sobretudo definida pelos editoriais assinados pelo seu Diretor. José Carlos de Vasconcelos (JCV) é, ele também, um “sonhador em ação”, termo com que se refere a José Aparecido de Oliveira. Deste modo o Jornal que JCV dirige será a montra – *o rosto e a voz* – desse sonho com que claramente se diz comprometido. Só que é um sonho difícil de definir, sobretudo depois da morte de Agostinho da Silva, em 1994 e da partida de José Aparecido de Oliveira para o Brasil, em 1996.

José Carlos de Vasconcelos vai, porém, insistindo na necessidade de que a nossa missão enquanto povo se concretize, insistindo em que ela passa, depreende-se pela leitura dos seus editoriais por i) pela aplicação do acordo ortográfico, por que se bate constantemente nos seus editoriais, o que implica a defesa da língua portuguesa e da política de expansão e ensino do português; ii) pela criação do estatuto de cidadão lusófono e maior empoderamento do *Instituto Internacional da Língua Portuguesa* (IILP); iii) pela RTP internacional como meio de atingirmos outros povos que falassem português; iv) pela divulgação da cultura portuguesa em congressos e feiras de livros internacionais; iv) por fim, e sobretudo, a Lusofonia, conceito que engloba tudo isso. E não estará só! O termo “lusofonia” generaliza-se.

O discurso de José Carlos de Vasconcelos ecoa o de Fernando Cristóvão, autor de vários livros sobre uma mesma visão de lusofonia, tanto que um dos seus livros se intitula, precisamente, *Da Lusitanidade à Lusofonia* (Cristóvão, 2008). Este professor português de literatura brasileira na Faculdade de Letras de Lisboa, ex-presidente do ICALP<sup>117</sup>, dará a versão académica desta “visão” lusófona, de tal modo que a lusofonia, enquanto tema identitário, passou a ser na década de 90 e ainda hoje, em muitos meios da sociedade portuguesa, a tal “evidência” que prova a nossa vocação particular para a relação com o Outro.

Com as publicações regulares do JL fica completo esse agenciamento de desejo em relação ao Outro idealizado, potencializado por um período de euforia com a integração na europa e a celebração de várias efemérides. A década de 90 do século passado ficou marcada pelo Acordo Ortográfico assinado em 1990; pelos encontros

---

<sup>117</sup> Sigla para *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*, de que o *Instituto Camões* será sucedâneo, sendo este depois substituído pelo *Camões – Instituto da Língua e da Cooperação*.

e negociações que conduzem à criação da CPLP em 1996; pela Exposição Internacional de Lisboa, em 1998; pelas celebrações da chegada de Vasco da Gama à Índia em 1999 e pela celebração do “descobrimento” do Brasil em 2000. Tudo isso reverbera nos editoriais do JL, os quais, ainda que assinados por José Carlos de Vasconcelos, nos permitem a escuta, não apenas de uma voz individual mas também de uma sociedade, na medida em que ele reproduz e incentiva os ditos de uma época e de uma coletividade.

Os editoriais do JL dirão algo de muito semelhante, mas é o facto de se *repetirem* na tribuna mediática que é o JL, é a sua *visibilidade e repercussão* que lhes dá força social, pois neles, algo é feito surgir no facto de ir sendo *insistente e consensualmente* reiterado. Sabemo-lo desde Foucault, os discursos agregam-se, criam a sua potência e impõem-se na sua época, encontrando quem lhes dê corporeidade idiomática, verificação social e conduta implicitamente correspondente. É isso que importa analisar, tanto nos editoriais de José Carlos de Vasconcelos como na sociedade portuguesa de final dos anos 80 e, sobretudo, na década de 90. Começa a afirmar-se a formação discursiva da lusofonia, por cruzamento de vozes vindas de diferentes áreas, da política ao jornalismo, das artes, da economia, e, também, da educação, esta empenhada em promover o multiculturalismo e a interculturalidade

## **7. Os Editoriais do JL - a Voz de Desejo Lusófono**

Para finalizar este capítulo 4, passo a analisar a série que se construiu de editoriais, seleccionados em função da sua temática. A série que se construiu para esta pesquisa, feita de editoriais do JL, sempre assinados por José Carlos Vasconcelos<sup>118</sup>, (anexo 3.4, do capítulo 3), é apenas um dos recortes possíveis, tendo sido seleccionados pelo facto de se referirem aos seguintes temas - AO90 (acordo ortográfico de 1990); CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Língua Portuguesa; Lusofonia e, por fim, Identidade. A identificação das passagens transcritas segue o modelo da secção anterior, por uma questão de uniformização.

---

<sup>118</sup> Todos editoriais aqui referidos são da autoria do editor do *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Apenas alguns editoriais da década de 80 foram assinados por Rodrigo Silva ou António Mega Ferreira. Torna-se fácil seguir uma série de editoriais do JL entre os anos 90 até 2014, na medida em que tinham sempre por autor José Carlos de Vasconcelos. Nestes editoriais estão espelhadas as grandes paixões do diretor deste jornal, sendo uma delas, como se demonstra, a CPLP e a ideia de lusofonia.

No *Jornal de Letras, Artes e Ideias* da década de 80, já apareciam notas do diretor<sup>119</sup>, mas eram apenas umas breves notas sobre o conteúdo do jornal, um destaque para o conteúdo da edição, leves comentários sobre acontecimentos culturais da semana ou da quinzena. É a partir de 1994 que surgem editoriais num formato que continuam até hoje, encimados pelo rosto de José Carlos de Vasconcelos (JCV), que passa a assumir opiniões pessoais em nome de um coletivo que crê representar, constituído por autores e leitores, com os quais e para os quais faz uma certa “pedagogia social”, reforçando a ideia de que somos ou devemos ser os “cidadãos lusófonos” (conferir anexos 3.4 do capítulo 3). Desde esse ano os editoriais do JL mostram mais envolvimento com o projeto da CPLP. Estes textos de José Carlos de Vasconcelos corroboram a visão do embaixador seu amigo, José Aparecido de Oliveira, no empreendimento que este considera ser o caminho de Portugal o que resgataria, simultaneamente, o passado e o futuro a haver. Não é a figura individual de José Carlos de Vasconcelos o que nos ocupa, pois o que interessa nesta pesquisa não é tanto quem fala, mas *o que diz, como o diz e, eventualmente, porque o diz*. Numa formação discursiva vários agentes serão levados a dizer essa verdade que se impõe e se generaliza, emprestando o seu nome e a sua pena a algo maior que a sua obra. Se analisamos os editoriais é pela exposição que eles dão a este pensar, aparentemente coletivo, a que JCV pretende dar forma. Outros se entusiasmaram e apontaram falhas à CPLP e a confundiram com a lusofonia, que só recentemente aprendiam a nomear. Porém, os editoriais de JCV ganham força tanto pela sua presença regular e enorme visibilidade social, visibilidade como pelo carácter serial dos seus editoriais, em o que mesmo rumor vai sendo repetido, insistentemente, ao longo de anos.

A repetição, enquanto estratégia de persuasão, é fundamental na discursividade dos editoriais de José Carlos de Vasconcelos, na medida que se trata de uma estratégia de inculcação nas mentes e almas dos seus leitores. Repetir as mesmas ideias, de um e outro modo, insistentemente, ao longo de anos e décadas, nos vários editoriais que JCV assina, faz parte da montagem de um discurso, que, pela sua ressonância, busca criar uma reverberação emocional no sujeito-cidadão

---

<sup>119</sup> O JL foi quase sempre dirigido por José Carlos de Vasconcelos, mas também por Rogério Silva, durante as férias de verão ou na rara ausência do primeiro. Na década de oitenta Mega Ferreira foi também diretor do JL, por algum tempo, mas como analisamos este jornal a partir do 1990, são os editoriais de JCV que nos interessam, e que aparecem regularmente na página 2 ou 3, encimados com a foto do seu autor, modelo que se mantém até hoje.

leitor. Apenas como exemplo dessa voz que circula, por vezes conciliando contradições, veja-se esta passagem, dita por outro autor, Almeida Santos – “Está aí a CPLP, embora ainda não seja a árvore frondosa que há-de ser. Está aí, pátria comum de ex-colonizadores e ex-colonizados, a maravilhosa língua portuguesa. Essa sim, a verdadeira ponte para um futuro comum.” O autor acrescenta, “está aí o capital de afetividade que a história acumulou. Resta-nos transformar tudo isso em projetos de auxílio mútuo e construir, até onde formos capazes, um futuro solidário” (Santos, 2001, p. 155).

Passemos à análise dos editoriais. Em 1994 JCV lamenta que um congresso que poderia ter sido de celebração da CPLP, não tivesse cumprido os seus objetivos e apela a que se dê ouvidos aos “anseios e interesses dos seus povos”, para “institucionalizar, depressa, a Comunidade”. No mesmo editorial identifica um das características que apontará regularmente como entrave ao bom funcionamento de uma comunidade idiomática – “uma certa ganga de retórica e de um cerimonial solenes, **vulgares, oficiosos**, balofos, passadistas. Uma comunidade para ser nova e virada para o futuro, tem de aproveitar e *valorizar todo o melhor de um passado e de uma história comuns, não se pode edificar sobre o que seja apenas velho*” (Vasconcelos, JL, nº 610, 21.3.1994, p.3; negrito do autor, itálico meu). Como se vê, já em 1994, a linguagem passadista, no que à CPLP diz respeito, é inspirada no passado, como próprio JCV o afirma. O editor apela a uma renovação de termos e modos de relacionamento, a que procurará dar voz, ao longo dos anos, de modo ambíguo, já que o JL, na figura do seu diretor, vivencia os paradoxos pós-coloniais da própria sociedade portuguesa.

Os editoriais apresentados em anexo são aqueles em que JCV claramente opina sobre as instituições responsáveis pelas políticas culturais e o acordo ortográfico, lamentando a demora na sua aplicação; em que elogia iniciativas de cooperação com o Brasil e os PALOP, manifesta a urgência de um “passaporte lusófono”, que oficialize essa comum identidade pelo idioma; em que revela expetativas que vê goradas e começa lentamente a mostrar frustração, desapontamento e mesmo algum ceticismo na capacidade de ver concretizado a sua utopia lusófona. Depois de editoriais entusiastas, nos finais dos anos oitenta e início dos anos 90, em que o Diretor do JL escreve sobre o futuro eminente de uma lusofonia por chegar, já no final da década de 90 se nota uma mudança, pois JCV alude a “um triste e lamentável processo que fez com que a CPLP não tivesse à sua



frente, após ser institucionalizada, quem mais a “sonhou” e mais dinamizou os preparativos para a sua criação: José Aparecido de Oliveira.” E reafirma – “O JL, desde o início ligado à ideia e ao ideal da CPLP, assim como ao seu lançamento, tudo continuará a tentar para que tal aconteça e a Comunidade avance” (JL nº 828, 26.6.2000, p.3). Se, porém, o empenho permanece, o tom será outro.

Para entendermos a mudança, convirá continuar a ler alguns dos textos em que a pena de JCV se entrega a uma batalha pela língua. Com o seu belicismo jornalístico e cultural, JCV faz corresponder a sua escrita a uma verdadeira luta e associa mesmo a pena à espada. Assim se evoca, metonimicamente, todo um imaginário de batalhas travadas com o fio do metal e com a tinta, e evoca, sobretudo Camões, o poeta guerreiro, aquele que consubstancia, até hoje, esse entrançar de atos heroicos, atos discursivos e posturas identitárias. “A pena e a espada” é um texto onde JCV afirma: “A língua é a nossa maior riqueza, o nosso maior e mais universal património – e também a nossa melhor “espada.” Que pelo menos isso não seja esquecido, antes devidamente sublinhado, no dia de Camões, de Portugal e das Comunidades” (JL, 20.6 2007, p.3).

A 8 de Março de 2000, marcando a efeméride do 15º aniversário do JL e referindo-se claramente ao seu compromisso com aquilo que elegeu como sua missão – criar lusofonia, declara o seguinte:

O n.º 1 do JL foi publicado a 3 de Março de 1981. Desde então, nunca mais deixou de acompanhar os seus leitores, marcando presença significativa não só em Portugal como nos outros países lusófonos e em todas as latitudes em que *está viva a cultura que se exprime na nossa língua comum*: primeiro como quinzenário, até 22 de Novembro de 1983. Depois – dado o êxito que obteve e o desejo de cobrir melhor a atualidade – como semanário, até 13 de Abril de 1994, data em que, com mais páginas e renovado aspeto gráfico, voltou a ser quinzenário, sua periodicidade atual”; [Explica ainda que se trata de] “Um jornal português e da língua portuguesa, aspirando a contribuir para *aproximar todos os países de idioma comum e suas culturas, a ser ponte entre estas culturas* e os que as servem e para elas trabalham em qualquer parte do mundo.” Acrescenta JCV – “*queria que o JL fosse um elo, se não um órgão*” da lusofonia, para usar uma designação discutível e que só muito tempo depois entraria no léxico corrente. Em coerência com esse propósito aliás, aqui nos batemos sempre pelo que viria a ser a CPLP (JL, 8.3. 2000, p.3; *itálico meu*).

José Carlos Vasconcelos recorda ainda o que escrevera no n.º 1 deste jornal – que o JL não seria “a revista de certa geração, o órgão de nenhuma teoria, o jornal de qualquer tendência, grupo e muito menos capela” pois pretendia que as suas páginas fossem “um espaço de diálogo, uma mesa fraterna à qual se possam sentar

escritores, artistas, intelectuais e cidadãos de variadas formações, escolas ou ideologias” (JL, 8.3.1981, p. 3). Afirma acreditar, no editorial de 8 de março de 2000, que esse objetivo – o de não servir nenhuma capela ou interesse – terá sido conseguido. Adianta que foi mesmo essa atitude neutra que foi a razão de “manter viva esta trincheira” (JL, 8.3.1981, p. 3).

Ora, para manter uma “trincheira”, há que estar a travar uma batalha e estar empenhado em algo. Esse é o ponto cego desta discursividade, a saber o facto de o diretor JL afirmar não defender nenhum grupo específico ou alguma tendência política particular, mas, por outro lado, admitir que conseguiu manter uma trincheira discursiva... se a trincheira implica um modo de luta, fê-lo porquê e para quê? Percebe-se que a sua luta atravessou os vários tempos da democracia, foi o modo como tomou a voz nos editoriais para dar vida a essa discursividade que apela ao resgate da identidade portuguesa tristemente reduzida ao espaço peninsular ibérico. A sua luta e o seu sonho, como o de Agostinho da Silva e José Aparecido de Oliveira, pretende colmatar a falha identitária projetando-se num espaço de língua portuguesa, transnacional, com a indispensável presença do Outro, a confirmar um perfil vocacionado para a universalidade. Continuemos a ler algumas passagens, como a deste editorial de 21 de junho de 2006, em que alude à I Mesa-Redonda Luso-Afro-Brasileira que ocorrera anos antes, em 1993:

nunca deixámos de acompanhar tudo o que lhe diz respeito, como, muito mais, de ir à frente na luta por esse fundamental projeto – e pela lusofonia que deve ser motor. Não tenho a menor dúvida em afirmar que, como sabem os que acompanharam a gestação e institucionalização da CPLP, *nenhum órgão de comunicação social se bateu e fez tanto por ela como nós*. As capas e matérias ou suplementos que lhe dedicamos nos nossos n.ºs 596 (7/12/1993), 618 (22/6/1994), 628 (9/11/1994) e 672 (17/7/1996) falam por si.

Se o recorde é apenas para sublinhar que julgo saber bem as causas, ou algumas das causas, da CPLP ter ficado, e continuar, aquém do desejável ou até exigível. Exigível, creio, *não só para os que como eu utópica ou ‘liricamente’ poderiam colocar – admito-o – a fasquia mais alta*, mas mesmo para os que apenas pensavam que a Comunidade devia e podia, por exemplo, dar um contributo apreciável para difundir, ensinar, valorizar, a língua portuguesa no mundo. E sabendo aquelas causas, sei também que houve azares e erros intermináveis.

Quanto aos azares, tudo seria diferente se a CPLP fosse constituída quando esteve inicialmente previsto: o que não aconteceu, primeiro, pelo então presidente Itamar Franco, ter anulado a sua vinda a Portugal, por morte de um familiar; e, depois, por Angola não querer que ela se concretizasse sendo ainda Mário Soares Presidente de Portugal. Quanto aos erros, foram muitos, entre eles avultando o critério e forma de designação do secretário-executivo (JL 21.2.1996, p.3; *italico meu*).

Repare-se no tom disfórico, na alusão a “erros e azares” e no modo como assume que a sua atitude é, provavelmente *utópica* ou *lírica* – está implícito que lhe terão feito essa crítica –, e como tem, por isso, necessidade de remeter para as edições do jornal onde, aí sim, o sonho estava límpido e puro. Repare-se igualmente na referência a fricções que datam da mesma época: a ausência do presidente brasileiro na assinatura da CPLP, ainda que se tenha feito representar; o desentendimento de Angola com o Presidente Mário Soares; a recusa, pelos outros membros da futura comunidade, de José Aparecido de Oliveira como seu primeiro secretário executivo. Tudo isso assinala uma evidente falta de sintonia em pontos importantes do projeto que estava a ser implementado. Ou seja, lá onde tudo pareceria resplandecente e promissor, lá no início que parecia inaugurar um futuro de fraternidade e entendimento (pelo tom então eufórico das edições referidas neste editorial pelo próprio JCV), já se abriam fissuras.

A própria CPLP, ao ser criada, já é vista como produto de erro e falha, produto de “azaros” vários. Mas é um erro, ou *desvio*, apenas em relação a uma *norma* ideal e idealizante que JCV e alguns dos seus parceiros têm em mente. Em relação a *essa norma*, o devir histórico tem sido sempre feito de mudanças de rumo que se afastam do ideal traçado por Agostinho da Silva e José de Aparecido. Vista sem essa “alta fasquia” com que alguns quiserem moldar o que ainda nem sequer existia, o que existe é o que vai acontecendo, dentro do possível, na dificuldade dos diálogos e dos desencontros, pois, naturalmente, os novos países não partilhavam do mesmo lirismo luso.

Só há desilusão por a CPLP não cumprir o sonho que alguns sonharam para aqueles que conceberam uma única *norma ideal* possível para esse “estar em comum”. No início da discursividade lusófona, era exatamente isso o que acontecia e é a isso que o JL dá voz. Aos desentendimentos iniciais preferiu JCV não prestar atenção, certo que estava de que um ideal maior seria aceite. O seu otimismo é persistente até finais dos anos 90, ou melhor, até à expo-98. O seu desencanto, esse, começa a entrever-se ao longo dos editoriais de anos mais recentes, tendo sido importante o ano de 2000, pelos conflitos sobre os direitos de residentes brasileiros em Portugal e as críticas ao modo como Portugal festeja o “descobrimento do Brasil”. Uma nova discursividade, mesmo entre a intelectualidade portuguesa e brasileira, vem esvaziar a retórica do perfeito entendimento lusófono (cf. Bastos, Almeida, & Feldman-Bianco, 2002).

Percebe-se então que a “trincheira”, onde estava ombro a ombro com José Aparecido de Oliveira, era a sua utopia de uma comunhão idiomática e de valores entre vários países e é essa que não resiste à mudança que dera voz aos povos tornados independentes. Lamenta o diretor do JL o afastamento deste diplomata, pois alguns países dos PALOP não aceitavam que fosse ele o primeiro representante da CPLP, como muitos esperavam ser “natural”. Isso foi, para o diretor do JL “uma injustiça histórica” e assim faz justiça ao amigo que regressa ao Brasil antes da criação da CPLP, pela qual tanto labutara – “ao mesmo tempo torrencial e tranquilo, idealista e pragmático, poeta da ação, da cidade de Minas, de Portugal, de uma Angola em Paz, da nossa língua e de todos os que a falam, militante de um belo sonho a que se tem dedicado por inteiro” (JL 15.2.1995, p.3).

Como nota para retomar mais tarde, sublinho esta ideia de que a identidade de José Aparecido é delineada pela *pertença a vários lugares*, desde a sua cidade a Portugal e a uma “Angola em Paz”, a três países da “lusofonia”, e *mesmo pela pertença ao próprio idioma e seus falantes*. Estes são os primeiros traços de um sujeito ainda em esboço, o sujeito lusófono! Ao falar de Aparecido de Oliveira dá-se primeiro *retrato* do que mais tarde será entendido como o “cidadão lusófono” e que se cristalizará numa vaga definição de um “escritor lusófono”, com se verá no próximo capítulo – aquele que, pelo uso da língua, e pela sua vivência pessoal, tem uma identidade múltipla e uma pertença mais dilatada, que extravasa o lugar de nascimento ou uma só nacionalidade; aquele que, por trabalhar a língua simultaneamente sua e de todos, a todos representa, a todos alcança e a todos pertence. Porém, essa visão não era partilhada dentro dos países que estavam em conversações para conceber a CPLP e essa terá sido uma das razões pela qual José Aparecido é chamado ao Brasil<sup>120</sup>, sendo eleito em sua substituição Marcolino Santos, angolano, como o primeiro representante, com o título de secretário-executivo, da CPLP. Recusando-se lírica e utópica, a comunidade em construção

---

<sup>120</sup> No editorial intitulado “José Aparecido, sempre” faz uma homenagem a este embaixador brasileiro - “perdeu o JL um entusiasta ‘aliado’ de há mais de 20 anos (...) Partilhando os seus anseios e objetivos quanto à CPLP, só a sua iniciativa, a sua força de vontade e o seu apoio, enquanto embaixador de Portugal no Brasil, permitiram que tivéssemos promovido, em Dezembro de 1993, a primeira Mesa Redonda Luso-Afro-Brasileira verdadeiramente relevante, e de assinalável impacto, em defesa da (e sobre a ) constituição da CPLP...” (Vasconcelos, JL 2007, 24 de fevereiro, p.3); insurge-se contra o processo de eleição do secretário executivo da CPLP - “chegou a altura de pôr termo a tal situação. Ou seja: dos membros da CPLP escolherem para secretário-executivo pura e simplesmente quem for em concreto mais apto, capaz, indicado, atendendo aos critérios pertinentes. Independentemente do país de origem. E ponto final. Parágrafo. Chegou a altura porque já se perdeu demasiado tempo” (Vasconcelos, 2008, 2 de junho, p.3).

apresenta os seus contornos mais realísticos e políticos, que tanto desencantam o diretor do JL...

Por ocasião da assinatura da CPLP, a 17 de junho de 1996, o seu editorial com o título “Mãos à obra”, comenta – “Gostaria de ver *mais emoção e menos formalismo* em várias das cerimónias que marcaram o nascimento da CPLP” (JL, 17.6.1996, p.3; *italico meu*). Percebe-se a fissura que atravessa os enunciados sobre a lusofonia e/ou a CPLP – de um lado a emoção, de outro o formalismo; de um lado o sonho, de outro o pragmatismo. É que a CPLP, um acordo político entre países, sendo da esfera da diplomacia e da política internacional, tem as vicissitudes naturais de organismos desta natureza. O que parece é que JCV pretende investir a CPLP do “manto diáfano da lusofonia”, para usar as palavras de Eduardo Lourenço (cf. Lourenço, 2004a) e por isso se impacienta e se lamenta das imperfeições de um processo. Esse manto diáfano, de altos valores humanistas, construído nas páginas do JL na sequência das palavras de Agostinho da Silva, só por um esforço de vontade e de retórica é que é feito coincidir com a CPLP, como se pode ver no editorial “Uma Comunidade para o futuro”, de 17 de julho, de 1996.

Sobre as relações com o Brasil e a criação da CPLP, que para este autor corresponde quase a “lusofonia”, diz este editorial:

Há muitos esforços, muitas boas vontades, *diversas ideias, vários projetos*. Mas há por igual muitas energias e sinergias desperdiçadas, muitas coisas que não se fazem e deviam fazer. E podem fazer. Se houver a indispensável articulação, interação e dinamização. Se, exatamente, se aproveitarem, com melhores resultados e menos custos, todas as energias e sinergias (...). Temos uma oportunidade histórica; não a podemos desperdiçar (JL, 31.1.1996, p.3; *italico meu*).

A 20 de maio de 1998, no seu editorial “As novas navegações”, José Carlos de Vasconcelos anseia pelo emergir de “uma mentalidade nova, mais aberta ao mundo, à inovação, à modernidade, sem prejuízo da defesa e do reforço intransigentes da nossa língua, da nossa identidade (...) que deve constituir um desígnio nacional.” No ano da expo-98, esta é anunciada com “um reencontro de Portugal com o melhor do seu passado.” E acrescenta:

Sem a mesquinhez e os complexos de um velho país em *inho*, sem a arrogante quanto ridícula mania das grandezas de um país em *íssimo* (...), temos um caminho novo de pátria secular, bem europeia, mas com um corpo e uma língua que sabem a mar (sabem amar), e por isso só se pode cumprir integralmente de mãos dadas com o Brasil e a África lusófona. Assim, saibamos navegar. Navegar,

parafraseando Sophia, sem os mapas que fazemos... (JL, 20.5.1998, p.3; itálico meu).

Repare-se que o par *inho/íssimo* remetem exatamente para o que Margarida Calafate Ribeiro, em *Uma história de Regressos*, aponta como sendo o trauma pós-colonial de um povo que se imaginara um Império do Minho a Timor e que subitamente se vê reduzido a um pequeno retângulo à beira do Atlântico e poderá ligar-se a temas de grandeza e pequenez<sup>121</sup> que já foram temas discursivos do Estado Novo (basta recordar a frase “Portugal não é um País Pequeno” e a imagem associada, com os mapas das colónias sobre o território Europeu). No entanto, o contraste *inho/íssimo*<sup>122</sup> é ainda antigo e atravessa as autorrepresentações nacionais, da oscilação entre as glórias e misérias dos descobrimentos, entre travessias inovadoras e viagens trágico-marítimas; entre altos ideias e negócios mesquinhos, entre evangelização e escravatura, entre o épico e o carnavalesco, entre *Os Lusíadas* e a *Peregrinação*. Aqui se põe o dedo na antiquíssima ferida histórica e identitária – como ser de novo “íssimo” e não “inho”? A CPLP, como irmandade de povos pelo mesmo idioma parece agora a via para essa salvação coletiva.

No editorial com o título “A CPLP”, interroga-se o diretor do JL – “será desta?” ao referir-se à Cimeira que ocorreu em Maputo. Pergunta-se por que espera a CPLP – “vai, finalmente, transforma-se numa realidade viva e atuante?”. Ao referir-se a Dulce Pereira, a nova secretaria executiva da CPLP, manifesta um desejo – “Assim

---

<sup>121</sup> A questão da grandeza remete para algo mais – o espaço geográfico torna-se metáfora de uma dimensão ontológica, de um desejo ou anseio de alma português de ir mais além, de ser mais, como a *Mensagem* explicita, se bem que se suspeite que Pessoa se adaptou à retórica do Estado Novo (sobre a viagem e a alteridade), neste livro que apresenta a concurso literário por necessitar de dinheiro. Se Eduardo Lourenço explicita isto em termos de *hiperidentidade*, outros falarão nesse impulso de buscar noutras paragens e de se ir buscando a si em experiências de alteridade. Tal é o caso, em 2013, de Alexandra Lucas Pires escreve algo que retoma este tema da insuficiência e do excesso, da insatisfação como motor de busca em outras paragens, a demonstrar que isto reverbera algo de identitário - “Portugal nunca bastou a Portugal. O Padre António Vieira em São Luís do Maranhão, Luís de Camões nas águas do Mekong. Camilo Pessanha num catre de Macau. Wenceslau de Moraes exilado em Tokushima. Fernão Mendes Pinto na Muralha da China. Partimos porque não podemos ficar, voltamos porque nunca partimos. Há sempre uma distancia entre nós e nós, e daí vem o melhor do que temos sido, as várias vidas da poesia, também a falada” (Pires, 2013, p. 262). Ou ainda nesta passagem em que afirma nunca ter sido “tão portuguesa” como no Brasil - Desde Fernão de Magalhães que nos lançamos ao mar porque a terra não chega. Estou a falar de nós errantes, derradeiros europeus, mas repito: digo eu para não prender ninguém ao que digo. E repito: o mundo nunca me pareceu pequeno” (Pires, 2013, p. 272). A autora equaciona a grandeza e pequenez não em termos do território em que vive mas da sua relação com o Outro – “Só os impérios perdidos temem os bárbaros: medo de serem tudo o que são” (Pires, 2013, p. 24).

<sup>122</sup> A este respeito ler o que escreve Miguel Real sobre “as categorias mentais” e os “modelos-padrão definidores da cultura portuguesa”, em que se refere a “um homem e um país que nos e após descobrimentos, se vêem a si próprios como superiores aos demais” e “um homem e um país que, fracassado o sonho gandiloquente do Império, se lastimam e se penitenciam, considerando-se homem e nação inferiores” (Real, 2010).

contribua ela, como é minha convicção, para recuperar o tempo perdido, por força de um triste e lamentável processo que fez com que a CPLP não tivesse à sua frente, após ser institucionalizada, quem mais a “sonhou” e mais dinamizou os preparativos para a sua criação: José Aparecido de Oliveira.” E reafirma – “O JL, desde o início ligado à ideia e ao ideal da CPLP, assim como ao seu lançamento, tudo continuará a tentar para que tal aconteça e a Comunidade avance” (JL, 26.6.2000, p.3). Retoma, assim, o entusiasmo de outrora, quando se referia ao projeto comunitário já em 1993, ao mencionar o *Congresso Internacional dos Jornalistas Portugueses*, no Rio de Janeiro:

subjacente ao Congresso, lançado e organizado muito antes de se ter gorado de novo a cimeira de Chefes de Estado e de governo para a institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), estava a ideia de que a Comunidade já é uma realidade, e não pode deixar de lhe ser dada a forma que permita consolidá-la, no presente, e desenvolvê-la e projetá-la no futuro. E se o Congresso de Lisboa, como o do Rio duas semanas antes, parecia estar inicialmente previsto para ser uma das primeiras da CPLP, ou pelo menos do seu espírito, acabou por ser antes, porventura de forma ainda mais expressiva, além do mais que foi, uma nova e inequívoca prova de que os responsáveis pelos Sete, para corresponder aos anseios e interesses dos seus povos, têm de institucionalizar, depressa, a Comunidade (JL, 21.12.1994, p.3).

O tom confiante contrasta com o que escreve em “O dever de não silenciar”, editorial de 23 de abril de 2008. Aí alude a situações inadmissíveis, problemas decisivos na concretização dos objetivos da CPLP<sup>123</sup> e parece responder a críticas que lhe teriam sido feitas, sobre a sua obsessão por estes temas, pois admite que haja “alguns temas recorrentes nesta coluna. Dir-se-ia que chega a ser excessiva, se não obsessiva, tal insistência (...) Obviamente aceito o reparo, (...) mas permito-me chamar a atenção para três motivos que creio explicarem tal insistência”. Passa a indicar esses motivos, a saber, em primeiro lugar, “a indiscutível extrema importância desses temas, entre os quais avultam os que se prendem com a nossa língua, a lusofonia e suas instituições” (JL, 23.4.2008, p. 3). Como segundo motivo, que se pode entender como uma explicitação da missão do JL, enumera o facto de estes mesmos temas “terem uma presença reduzida, mínima, na generalidade dos media – e o JL ser, de facto, um jornal de diversos títulos “único”, para quem a língua e a lusofonia são essenciais, constituem razão de ser e de existir.” Por fim,

---

<sup>123</sup> Referindo-se à CPLP comenta José Carlos de Vasconcelos no seu editorial – “uma organização com escassos meios, uma dúzia de funcionários e de anos de existência, longe de atingir os seus principais objetivos. Não só os mais ambiciosos, mesmo os mais *primários*, no domínio da Língua (Vasconcelos, 2008, 2 de julho, p.3).

refere o “facto de haver situações inadmissíveis, problemas decisivos, em que não se ata nem desata, está sempre tudo lamentavelmente na mesma – porque a língua não está ligada ao poder económico dominante, nem faz greve ou manifestações de rua, nem vota...” (JL, 23.4.2008, p.3).

Pouco tempo depois, lamenta que os problemas se arrastem no tempo, e, referindo-se ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e ao Acordo Ortográfico, declara urgente novas medidas para “garantir e promover uma política da língua articulada e eficaz” (JL, 23.4.2008, p.3). A 20 de Julho do mesmo ano, com o editorial “Finalmente, a língua portuguesa?”, reacende-se uma esperança, a propósito da *I Conferência da CPLP sobre a Língua Portuguesa*, que teve lugar em Brasília:

finalmente, o reconhecimento formal de que é o nosso grande património, comum aos outros povos que a falam e aos países que a tem como idioma oficial; de par com o reconhecimento de que até agora por ela foi feito muito menos do que era possível e se impunha (...); [mas lamenta] por mais incrível que pareça, continua a nada acontecer” [em relação ao acordo ortográfico] ... A questão do Acordo Ortográfico continua por resolver, nesta nossa pátria onde está a raiz e a matriz da Língua Portuguesa. Da qual não somos “donos”, felizmente – espanta-me haver ainda quem o não tenha percebido; porque, graças também *à vocação ecuménica, universalista, do nosso povo, uma das suas mais notáveis características e qualidades*, a Língua Portuguesa é falada hoje por mais de 200 milhões de pessoas um pouco por todo o mundo – e nós, portugueses, não ultrapassamos os 12 milhões (JL, 20.7.2008, p. 3; *itálico meu*).

Após o referido encontro de Brasília, regista alguma esperança:

Também a Cimeira da CPLP (a 24 e 25.7. 2008), fixou quatro prioridades, mas dando especial ênfase à primeira, a Língua. Língua a que se acrescentam “a cidadania [o estatuto de ‘cidadão lusófono’ continua a ser um objetivo, ou uma aspiração, distante], a concertação diplomática e a cooperação nas áreas da educação, da cultura, da energia (JL, 20.7.2008.p.3).

Repare-se como a língua aparece associada a uma identidade para a qual se almeja um documento que a confirme. Trata-se do almejado passaporte lusófono, ao que já se referira várias vezes e era também desejo de alguns membros e entidades dentro da CPLP e não só. A criação passaporte colide com o estatuto de Portugal na União europeia, e, não sendo ainda viável, permanece um tema recorrente mas inviável. Essa e outras imperfeições continuará, militantemente, a denunciar. Leia-se o editorial em que, ao celebrar o 33º aniversário do JL, recorda o que caracteriza o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*:



Sempre de labor porfiado a/em favor da língua portuguesa e das culturas que nelas se exprimem ou que a têm como instrumento, de trabalha, da literatura, e das artes nacionais, da lusofonia, de ideais, valores e princípios de liberdade, independência, valorização da criatividade e do sentido crítico, da capacidade de dialogo e da intolerância. (JL, 25.5.1982, p.3)

Num editorial de 2013, JCV faz um balanço de 10 anos do seu empenho com a CPLP, ao referir-se à conferência que terá lugar nos dias 29 e 30 de Outubro do mesmo ano, em Lisboa, cujo tema é *Língua Portuguesa Global – Internacionalização, Ciência e Inovação*. O tom, mais do que esperançoso, é já nostálgico e indica o cansaço de quem se bateu por uma causa que não chega a ver concretizada:

Neste domínio e em Outros que têm a ver com a lusofonia e a Comunidade dos Países de língua Portuguesa (CPLP), um sonho, um projeto, um combate em que eu próprio e o JL estivemos desde sempre empenhados e do qual, nos tempos primeiros e “pioneiros” do seu idealizador e dinamizador maior, José Aparecido de Oliveira, (quase) nos assumimos como uma espécie de porta-vozes informais. Aliás segui tão por perto a génese e o arranque da CPLP, *vivi de tal maneira as suas esperanças e frustrações, tantas vezes aqui escrevi sobre estes temas, em geral pregando no deserto, que me cansei, embora sem desistir* (JL, 16.10.2013, p.3; *italico meu*).

José Carlos de Vasconcelos admite mesmo não esperar muito desta cimeira e compara a próxima conferência com a anterior, que teve lugar em Brasília, de que resultou o *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa*, cujos resultados comenta: “A esta distância, porém, sem pôr em causa as boas intenções (...), julgo que eles ficaram muito aquém não só do desejável como do expectável e mesmo do possível. Basta ver, por exemplo, o que continua a suceder com o Instituto Internacional de Língua Portuguesa” (Vasconcelos, 2013, 16 de outubro, p.3). É um tom descrente e desiludido, mais voltado agora para o passado que para o futuro, consciente que já não lhe caberá tentar moldar um tempo por vir, antes registar a memória dos esforços feitos, ainda que insista no seu projeto:

Assim, e há um grande desafio que temos de vencer no âmbito do que, à falta de melhor designação, chamamos lusofonia, é o de *manter a unidade, no essencial, da nossa língua*. Pelo menos no aspeto em que é absolutamente possível, desejável, indispensável, mantê-la, que é o da ortografia. *Sem prejuízo da diversidade natural*, inelutável e enriquecedor dos sotaques, muitas vezes de *significados ou sentidos das palavras*, mesmo do aparecimento de *novas palavras*, que com o tempo chegarão a outros espaços, outros países, dentro do universo comum do nosso comum idioma (JL, 16.10. p.3; *italico meu*).

Nem todos aderem a este entusiasmo sofrido, a esta luta empenhada de JCV. Economistas e políticos, sobretudo brasileiros, falarão de outro modo da CPLP, que para eles é, certamente, um órgão político e de influência nos *fora* internacionais, mas não é suporte identitário de coisa alguma (cf. Freixo, 2000). Essa linha discursiva mais cética, de distanciamento em relação à CPLP corre, no entanto paralela à discursividade simbólica e emocional, essa outra, em que por vezes se apoia apenas para se reforçar<sup>124</sup> como é o caso por exemplo, desta notícia de 2015. Aqui se afirma que Michel Temer, à época Vice-presidente do Brasil, considerou hoje em Lisboa, em entrevista dada à agência lusa “ser possível que o português seja incluído em breve como uma das línguas oficiais das principais organizações internacionais”:

ainda hoje fiz uma visita à CPLP” [à sua sede] e vi uma ação muito concreta, muito objetiva, muito forte, muito expressiva, muito significativa destes países de língua portuguesa que se aliançaram (...). É preciso insistir e é o que o Brasil e Portugal continuarão a fazer. (Temer, 2015, s.p.).

Tendo também visitado vários setores, nomeadamente o empresarial, continua as suas declarações, sobre o receio de conflitos entre blocos idiomáticos regionais:

é natural que se tratando de blocos regionais entrem em pauta muitos interesses comerciais e económicos. Não nos devemos assustar que em certos momentos os interesses dos blocos regionais superem os blocos, vamos dizer assim, mais, *afetivos, mais sentimentais, principalmente aqueles pautados pela língua*.<sup>125</sup> (Temer, 2015, s.p.).

Para este político brasileiro, presidente do Brasil depois de Dilma Rueff, há que distinguir uma área afetiva, sentimental, a que se associa a política da língua e uma outra área, de interesses comerciais e económicos. Percebe-se que há um eivo que fragmenta a ideia de lusofonia em dois grandes ramos, sendo eles económico-

---

<sup>124</sup> As relações entre economia e literatura sempre foram mais próximas do que seria de esperar e datam de longe. Criada por volta de 1996, Revista *Lusofonia* é sobretudo dirigida a empresários, dá notícias de negócios e de cooperação empresarial entre Portugal e os PALOP, nomeadamente Angola ; tem um perfil económico, revista económica mas por vezes associa-se à literatura, através de entrevistas a escritores, testemunhos de escritores e mesmo o prémio literário Sonangol, a que dá visibilidade; O mesmo fará a *União das Cidades Capitais de Língua* (UCCLA), que valoriza a literatura na ligação entre os povos de língua portuguesa, tal como se verifica no boletim que regularmente edita.

<sup>125</sup> Entrevista de Michel Temer à agência Lusa, a 21 de abril de 2015. Texto publicado no sapo24 h, com a seguinte identificação - [https://24.sapo.pt/noticias/nacional/artigo/portugues-sera-em-breve-lingua-oficial-de-organizacoes-internacionais-vice-pr-do-brasil\\_19131936.html](https://24.sapo.pt/noticias/nacional/artigo/portugues-sera-em-breve-lingua-oficial-de-organizacoes-internacionais-vice-pr-do-brasil_19131936.html). Última consulta a 6 de Outubro de 2018.

político e o sentimental, de inspiração filosófica e literária. Oliveira Martins, em crónica no JL, referira-se a essa clivagem, aludindo ao “devaneio Imperial português, para ligar o mítico e o político, a profecia e a decisão” (cf. JL, 21.9.2010). Estas declarações, que poderiam ser perfilhadas por muitos membros da CPLP, mostram claramente por onde passa a fissura discursiva sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – é na linha de corte entre uma discursividade que fantasia com o Outro em termos simbólicos e nessa outra discursividade pragmática, fundada em relações comerciais e em “interesses dos blocos regionais”. Nesses vários falar sobre o Outro e nesses diversos modelos de relações pós-coloniais, o que está em questão é um Portugal que internamente busca uma nova autoimagem e que, falando do *Outro*, fala da busca do seu próprio rosto pós-colonial.

Para terminar, recordamos as palavras de JCV no editorial de 2014, em que celebra mais um aniversário do JL:

E com esta edição entramos no 34º ano de vida, de ininterrupta publicação, sempre em fidelidade aos mesmos valores e objetivos. *Ao serviço da língua portuguesa e da lusofonia, da nossa cultura e de todas as culturas que se exprimem no idioma comum, que é de todos por igual.* Ao serviço das letras, das artes e das ideias. Da educação e da ciência. Dando voz, e prioridade, aos criadores e suas obras, noticiando, divulgando, criticando, tentando contribuir para que sejam melhor compreendidos e mais amados.

Caso único no universo da língua portuguesa, o JL mantém-se, numa luta cada vez mais difícil pela relevância, até pelo simbolismo, da missão que desempenha, pelo grande acervo que constitui e continua a construir, como ao longo dos tempos figuras cimeiras de vários países que a falam têm sublinhado. Mantém-se graças à empresa jornalística, única entre nós, em que se insere, à compreensão e ao apoio dos que sabem a importância do que faz e representa, ao esforço e qualidade dos seus colaboradores, aos nossos fieis leitores espalhados por várias latitudes. Há muitas e pesadas nuvens no horizonte; mas, por nós, continuamos a trabalhar e a resistir (JL, 5.3.2014, p.3; *italico meu*).

## 8. Reflexões Transitivas – Resumo do Capítulo 3

Os editoriais do *Jornal de Letras, Artes e Ideias* são uma das estratégias utilizadas neste *media* para dar consistência à ideia de lusofonia, ao mesmo tempo que incluem e se adaptam às críticas que lhe vão sendo feitas ao longo dos tempos. O que José Carlos de Vasconcelos, autor dos editoriais analisados, entende por lusofonia e pelo papel da língua portuguesa neste espaço político-identitário foi evoluindo. Nos os seus primeiros editoriais o idioma estava associado e mesmo sobreposto à ideia da CPLP, com uma primeira discursividade de inspiração lusotropical. A retórica de uma natural e inquestionável fraternidade passou a dar lugar a argumentações mais objetivas sobre o valor económico da língua portuguesa e a necessidade de um bloco político e económico em português. Se tal é evidente na análise da série de editoriais, resta-nos saber o que nos dizem as outras duas séries com que me proponho trabalhar – a série das primeiras páginas do JL e a série das entrevistas de autores “lusófonos”. Surgirão nelas a mesma tensão entre o *Mesmo* e o *Outro*, a semelhança ou a diferença, a norma e o desvio? Como funcionarão, a este respeito, as várias capas do JL?

Entre utopia e pragmatismo, a falha discursiva mostra duas margens discordantes, de um lado, os discursos de tom sentimental, com intenções de produzir sujeitos alinhados por afetos e valores, do outro lado os discursos sobre interesses político-estratégicos, assentes no comércio e na economia. Nenhuma destas duas posições se exclui mutuamente, mas é aquela primeira discursividade, a do sonho lusófono baseado em afetos e valores, aquela que mais se dá a ver ao público leitor do *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Para isso, são montadas as tais estratégias de visibilidade – *editoriais e capas com rostos de escritores lusófonos*, e respetivas *entrevistas*. O que será

interessante verificar, no próximo capítulo, é que muitos dos escritores entrevistados serão os primeiros a desmontar a discursividade lusófona. Ou melhor, se uns poucos aderem a esse discurso de uma identidade coletiva transnacional, outros distanciam-se, esvaziando o discurso do próprio JL.

O “puro amor” lusófono pelo Outro colide ou coabita com interesses estratégicos, sejam eles diplomáticos ou comerciais (cf. Freixo, 2000). Tentou-se aqui demonstrar que as publicações do JL sobre as mesas-redondas para a CPLP e os seus editoriais, são parte das estratégias a que o JL recorre para alimentar o *desejo do Outro* através de uma vivência lusófona do idioma. Uma vez que, nos referidos textos, a batalha pela lusofonia, confundida ou sobreposta à defesa da CPLP e do AO90, se cristaliza em torno da língua portuguesa, há que escutar, a seguir, aqueles a quem o próprio JL dá o estatuto de avatares da lusofonia, aqueles que trabalham a língua e assim criam um rosto e uma voz comum – os escritores “lusófonos”. Para isso, recordo que essas estratégias de visibilidade lusófona, no JL (editoriais, primeiras páginas e entrevistas), são modos de dar consistência a uma formação discursiva, são processos de captar palavras soltas e agregá-las em torno de um eixo discurso.

O eixo em torno do qual se cristalizam enunciados lusófonos no JL é constituído, por um lado, pelos seus editoriais, mas também, pelo *rosto* e a *voz* dos próprios escritores que o JL identifica como lusófonos. O objetivo do próximo capítulo será analisar essas duas séries, i) as primeiras páginas do JL e ii) as *entrevistas de escritores* deste subcampo literário que começa a ganhar contornos dentro deste jornal cultural. Aí se procurará perceber como a alteridade, na discursividade lusófona, surge enquanto desejo do Outro e é usada para completar uma identidade nacional que se percebe e se consolida na, e através, da literatura. De algum modo, é como se, com a incorporação da literatura do Outro num vasto campo idiomático coletivo, fosse

possível passar de *inho* a *íssimo*, ou obtivéssemos, com a integração desse complemento/prótese literária a confirmação dessa tendência para a hiperidentidade, a que se refere Eduardo Lourenço. Uma hiperidentidade que já não se prova nos mapas geográficos, mas nas obras dos vários escritores que utilizam a língua portuguesa, conjunto literário que transborda o território nacional, e se apresenta como espaço para uma autorrepresentação hiperidealizada, em que o(s) Outro(s) nos completa(m).



## Capítulo 4: Jogo de Espelhos

*Fomos empurrados para definir aquilo que se chamam “identidades”. Deram-nos para isso um espelho viciado. Só parece refletir a nossa imagem porque o nosso olhar foi educado a identificar-nos de uma certa maneira. O espelho deforma (...). E aprisiona o olhar.*

(Mia Couto)

*Como revelar, enfim, alguma tolerância e não-violência, a não ser colocar-se do ponto de vista do outro, saber estar do outro lado?*

(Michel Serres)



## Capítulo 4

- . o campo literário lusófono no JL – análise estatística das primeiras páginas;
- . as entrevistas a escritores – norma e errância ou do dinamismo do idioma.

### 1. Problematização

*O Eu mais óbvio é o que está nos olhares que os outros  
inclinam na nossa direção.  
São estes que nos dão a identidade. É falsa, esta identidade,  
mas pelo menos é uma.  
(Gonçalo M. Tavares)*

Neste capítulo continuamos a analisar o compromisso do *Jornal de Letras, Artes e Ideias* na divulgação da ideia de que *a língua portuguesa é o eixo estruturante de uma comunidade de falantes*, a qual, apesar de geograficamente dispersa, partilharia valores identitários através do idioma comum, mesmo quando mutável, divergente nas pronúncias, na sintaxe e nos vocábulos. No capítulo anterior, se bem que outros textos tivessem sido analisados, foi feita uma análise mais exaustiva dos números referentes às mesas-redondas sobre a criação da CPLP e dos editoriais do JL. O que agora se empreende será a análise de duas séries dentro do mesmo jornal cultural, sendo a primeira a das primeiras páginas deste jornal e a segunda uma série de entrevistas a autores de outros espaços geográficos em Português.

A fonte primária continua a ser o *Jornal de Letras, Artes e Ideias* (JL) e o *corpus* de análise vai desde o nº 1 ao número 1133, cobrindo-se 33 anos de publicação do JL<sup>126</sup>. Foram estudadas as edições desde o primeiro número, a 8 de Março de 1981, terminando 33 anos depois, em 2014, antes da entrada da Guiné

---

<sup>126</sup> Nos números do JL dentro do arco temporal em estudo, o que se constatou de imediato foi que o JL, sendo um jornal de cultura, apresenta, nas suas primeiras páginas, imagens e títulos que chamam a atenção para um autor ou para os temas que o JL valoriza e para os quais conduz a atenção dos leitores. São as primeiras páginas que permitem perceber que interesses, ao longo de anos, marcaram as escolhas editoriais desta publicação e permitem igualmente deduzir que mensagens pretendia o JL passar ao seu público. Os assuntos de que se ocupa o JL são variados, relativos à cultura portuguesa, mas também de outros países e provêm de vários campos – literatura, dança, cinema, teatro, artes plásticas, arquitetura, passando também por feiras de livros, congressos, exposições, etc. etc. Depois de uma análise global, foi dada prioridade apenas às primeiras páginas que abordassem a literatura, e, dentro desta área, foram selecionadas para construção da grelha Excel as “capas” (leia-se, as primeiras páginas), em que aparecem referências a autores de países da CPLP<sup>126</sup>.

Equatorial para a CPLP, pelo que o último tem a data do primeiro número de março desse ano, por ser nessa edição número nº 1133, de 5-18 março 2014, que o JL completa 33 anos de publicação regular. Dessa grande série criou-se um novo recorte, com a série de primeiras páginas em que aparecem autores do Brasil e dos PALOP. Desse conjunto selecionou-se depois dois tipos de abordagem as primeiras páginas do jornal em questão: i) uma que se concentrou nas as primeiras páginas do JL, na informação verbal e visual ao longo destes 33 anos referente a escritores do Brasil e dos PALOP; ii) uma outra, que se ocupou das entrevistas a alguns escritores desse mesmo grupo, no mesmo período de tempo. Com essas duas séries procurava-se entender, por um lado a constituição de um Outro lusófono e a sua representação nas primeiras páginas do JL e, por outro lado, perceber que como afirmam os escritores “lusófonos” a sua relação com o idioma português e as representações identitárias que se lhe relacionam. A opção de não incluir Portugal na análise das fontes<sup>127</sup> teve como objetivo apenas tornar mais clara a percepção da presença desse imaginário sobre o Outro nas capas do JL.

Para analisar, nessas primeiras páginas, a presença de escritores em língua portuguesa de países tidos como “lusófonos”, considerou-se significativa a presença de um escritor de qualquer dos países dos PALOP e do Brasil, quer aparecesse ou não acompanhado de desenho ou de fotografia, ou seja, acompanhado de uma representação visual. Partiu-se do princípio que o aparecimento do nome na capa, com ou sem imagem, era sintomática do “capital lusófono” destes escritores, e que, analisando a sua recorrência seria possível objetiva-lo em números. Foram registados em tabela Excel<sup>128</sup> os nomes dos escritores, os respetivos países, bem como a existência ou não da sua imagem na primeira página (e o tamanho dessa

---

<sup>127</sup> Esta opção foi tomada porque não há critério preciso para determinar que escritores portugueses são lusófonos ou não, e ainda porque o termo lusófono aponta sobretudo, nas primeiras décadas desta discursividade, para uma qualidade do *Outro* com que Portugal se relaciona através do idioma. Uma vez demonstrado que a lusofonia se constrói nesse *desejo do Outro*, como vimos no capítulo passado, justifica-se então que a análise se debruce apenas sobre os outros países da CPLP, para obtermos com mais clareza de que Outro se trata, ou seja, que nomes literários ajudam a construir essa idealizada alteridade lusófona.

<sup>128</sup> A tabela Excel foi feita com várias entradas – para além do nome, do país e da presença ou não de retrato do autor (em desenho ou fotografia), introduziram-se outras colunas com vários temas que foram úteis para uma análise de conjunto. Porém, no que respeita a este capítulo, os três itens referidos são os que permitiram chegar os resultados estatísticos aqui apresentados, sobre a constituição e estrutura de um campo literário lusófono, com o estabelecimento de uma hierarquia entre os nomes elencados pelo JL, a qual pode justificar considerações sobre a distribuição de capital lusófono entre estes escritores. Apresenta-se em anexo parte da referida tabela, com todas as entradas, possibilitando outras futuras análises (cf. Anexos do capítulo 4).

imagem) e se, nessa publicação havia ou não entrevistas suas. Apenas alguns desses dados obtidos nos serviram para realizar uma análise estatística, a fim de tecer breves considerações sobre a constituição do *campo literário lusófono*. Trata-se de procura de informação, objetiva e quantificável, apenas como suporte do estudo da representação do *campo literário lusófono*, pelo que esta recolha é um levantamento dos nomes de escritores que, nas capas do JL, são associados a esse campo. Os dados inseridos na tabela Excel e que não foram diretamente utilizados na redação deste capítulo encontram-se nos anexos facultativos. As pastas temáticas integram documentos facultativos, constituindo um arquivo que poderá servir para futuras investigações sobre o JL ou sobre algum dos temas tratados<sup>129</sup>.

A secção seguinte, intitulada “As Letras em Números”, dá conta do que estatisticamente é possível observar e de algumas reflexões que os resultados permitem elaborar. A análise das primeiras páginas mostra claramente como a ideia de um campo literário comum, remetendo para uma comum sensibilidade e uma identidade partilhada pelo idioma ainda não existia. Pelo contrário, no período inicial, na década de 80, há referência a *literaturas nacionais africanas em português*, o que não é o mesmo que falar em *literatura lusófona*, já que, na primeira formulação, há a consciência de uma diferença e uma certa distância entre os escritores dos PALOP e os outros, brasileiros ou portugueses, o que desaparece no segundo termo. O que sobressai, na adoção do termo “lusofonia”, são as ideias de semelhança e de proximidade, alheias a distintos contextos sociopolíticos e identitários, como se, na ideia de lusofonia, o idioma fosse suficientemente forte para diluir as especificidades de cada escritor.

Na secção 3, pensar-se-á como é que as declarações dos escritores entrevistados reforçam ou vão na contramão dos estereótipos sobre o mundo lusófono, o qual está em processo de construção nas várias páginas do JL. O trabalho de Arfuch (2010), sobre escrita autobiográfica, será convocado para a análise das entrevistas, na medida em que estas parecem ganhar marcas de realismo e de veracidade quanto mais contenham pormenores “confessionais” sobre a vida do escritor de outros lugares de língua portuguesa. Nas entrevistas, mais do que falar da obra, o autor lusófono é convidado a falar de si, deixando entrever a sua

---

<sup>129</sup> A documentação excedente foi organizada por pastas temáticas, que podem constituir núcleos de outras pesquisa sobre o JL, ou sobre educação, cidadania, eventos culturais e literários como congressos e feiras do livro, nomeadamente as feiras do livro no Brasil, onde as relações entre os Portugal, o Brasil e os PALOP são reforçadas.

“essência lusófona”, nomeadamente a sua particular relação com o idioma, as influências de outros autores de língua portuguesa, bem como as vivências e trânsitos entre países com passado histórico comum e uma língua partilhada.

Os resultados da análise estatística são suficientes para avançar com algumas conclusões interessantes, que nos ajudam a mapear o campo literário lusófono, mas o que aqui se pretende é sobretudo perceber, através das suas entrevistas, como é que os escritores se situam dentro deste campo literário, entendido como espaço de representação coletiva.

## **2. As Letras em Números – Análise Estatística**

*Construímos um país sincrético, múltiplo e diverso, mas ao abrigo da língua portuguesa*

(Gilberto Gil)

Tomado como assente que o *Jornal de Letras, Artes e Ideias* desenvolve estratégias de visibilidade, através das quais “dá a ver” a *verdade* da formação discursiva lusófona, importa, então, continuar a esmiuçar algumas dessas estratégias, sendo uma delas a visibilidade que, nas primeiras capas, se vai dando não apenas ao nome de escritores mas também à sua imagem.

A primeira página é sempre considerada a “montra” de qualquer jornal – nela se projetam discursos verbais e visuais que nos dão relampejos do que vai sendo dito, lido, valorizado ao longo dos anos. Se a língua portuguesa e a ideia de lusofonia é uma das bandeiras deste jornal, algum reflexo disso será possível percecionarmos nas capas, sobretudo quando analisadas num imenso conjunto imagético e discursivo. As capas do jornal com os retratos de escritores, podem ser concebidas como um tipo de espelho, que ora reflete a imagem que o leitor deseja ver de si próprio ora dá a ver ao leitor um retrato com o qual se espera que *deseje vir a coincidir*.

O rosto do escritor pode ser entendido como metonímia de uma identidade coletiva montada pelo JL, de um *desejo do Outro* a instigar na comunidade leitora. A *figura do escritor* do mesmo idioma, mas não de nacionalidade portuguesa, parece ser apresentado como *mais valia para a língua portuguesa* e para a coletividade literária e identitária em português. Este campo, criado com os nomes dos escritores que aparecem nas séries analisadas, pode ser entendido - tendo como referência textos já mencionados de Eduardo Lourenço e Margarida Calafate -,

como uma espécie de prótese literária ou acrescento/prolongamento cultural e identitário, modo de colmatar o trauma das perdas históricas recentes, substituindo os antigos espaços geográficos de além-mar por um espaço mental, afetivo e simbólico.

Em minha opinião, as capas do JL selecionadas para esta análise podem ser entendidas como um dispositivo de determinados desejos identitários. Os escritores escolhidos por este *media* funcionariam como o *alter-ego* de cada leitor, por um processo de subjetivação. Através dos nomes e do rosto destes escritores, signos de uma certa sensibilidade e visão do mundo, esta é dada a ver como que em espelho ao leitor, para que deseje vir a coincidir com ela, isto é, deseje vir a identificar-se com este modelo subjetivador. Nesse sentido o JL, como as instituições educacionais, está a ensinar a outros um certo modo de comportamento em função de uma certa ideia de si e de outro. É possível conceber cada “capa” do JL como superfície especular de um desejo lusófono a ser instigado, um *speculum* que permite jogos identitários, sociais e políticos. Aí, a literatura é apenas uma imagem/miragem de modos de vida, através de uma estratégia em que os rostos de cada escritor se diluem num simbólico rosto comum, no qual ou através do qual, é suposto encontrarmos reflexos de nós próprios ou de um *tipo* de sujeito *que* deveríamos almejar atingir.

Barthes refere-se ao significado da fotografia nos media, no seu livro *O óbvio e o obtuso* (2015), de que recordamos algumas passagens sobre a importância do contexto para a mensagem de uma fotografia de imprensa: “a estrutura da fotografia não é uma estrutura isolada; comunica, pelo menos, com uma outra estrutura, que é o texto (título, legenda ou artigo) que acompanha toda a fotografia de imprensa” (Barthes, 2015, p.12). Aquilo a que Barthes chama os “arredores” da fotografia - elementos que, no jornal, contribuem para o seu sentido -, são constituídos pelo texto, o título, a legenda, a paginação, “e de um modo mais abstrato mas não menos informativo, o *próprio nome do jornal* (porque esse nome constitui um saber que pode influenciar a leitura da mensagem propriamente dita...)” (Barthes, 2015, p.11; *italico meu*). Assim, a série das fotografias de escritores que obtivemos a partir das primeiras páginas do *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ganha outra espessura semiótica, pelo facto de aparecer num jornal cujo nome indicia a sua cariz cultural e por se tratar de um jornal de larga divulgação, que regularmente afirma a sua missão de defesa da língua portuguesa.

Os rostos dos escritores da CPLP publicados nas primeiras páginas deste jornal, número após número, ganham significado individualmente, já que remetem para uma entrevista, para um congresso ou para a entrega de um prémio literário. Porém, ganham ainda mais significado quando apreendidos no seu conjunto, revelando a estrutura de um campo formado por obras e nomes de autores, o qual vai sendo construído, publicação a publicação, ao longo de anos e décadas. Adianta-se a hipótese de que a visibilidade de certos autores de língua portuguesa nas primeiras páginas do JL, num jornal que se apresenta como porta-voz de uma visão sociocultural em português, constitui a consagração desses mesmos autores, bem como um esboço da constituição de um cânone lusófono em gestação. Sem querer entrar pelas questões do cânone lusófono, o que se propõe aqui é que estes escritores, porque convocados a ser “o rosto” deste jornal e daquilo que ele representa, remetem para uma representação de mundo em português, que o JL identifica como lusófono.

Apesar de parecer algo natural e colado ao real, a fotografia de cada escritor vem carregada de um sentido denotativo, que diz que este é o rosto a que corresponde tal nome, mas vem também com forte carga conotativa, a que muitos leitores podem estar alheios. Na realidade, o aspeto espontâneo, natural e autêntico de tais fotografias é trabalhado. A credibilidade de uma fotografia, explica Barthes, é esse artifício de fazer passar como “simplesmente denotada (...) uma mensagem que é, com efeito, fortemente conotada; em mais nenhum outro tratamento a conotação adquire tão completamente a máscara “objetiva” da denotação” (Barthes, 2015, p.17). A fotografia remete para uma analogia, ganha força de denotação, mas o modo como é inserida na primeira página e os elementos textuais que a rodeiam, criam outros sentidos de leitura, a que o leitor do JL não deixa de ser sensível, porque partilha os mesmos códigos sociais. Simultaneamente “natural” e elaborada artificialmente, a fotografia compõe um idioleto que vai ao encontro dos idioletos conhecidos do seu público (cf. Barthes, 2015).

O jornal comunica a um nível paratextual, por um certo modo de combinar imagem, grafismo e signos. Conta, para isso, com a cumplicidade do leitor para que aceda aos vários níveis de leitura que propõe. Como refere Barthes, “a significação, essa, é sempre elaborada por uma sociedade e uma história definidas” e acrescenta – “graças ao seu código de codificação, a leitura da fotografia é, pois, sempre histórica; ela depende do saber do leitor, como se se tratasse de uma língua

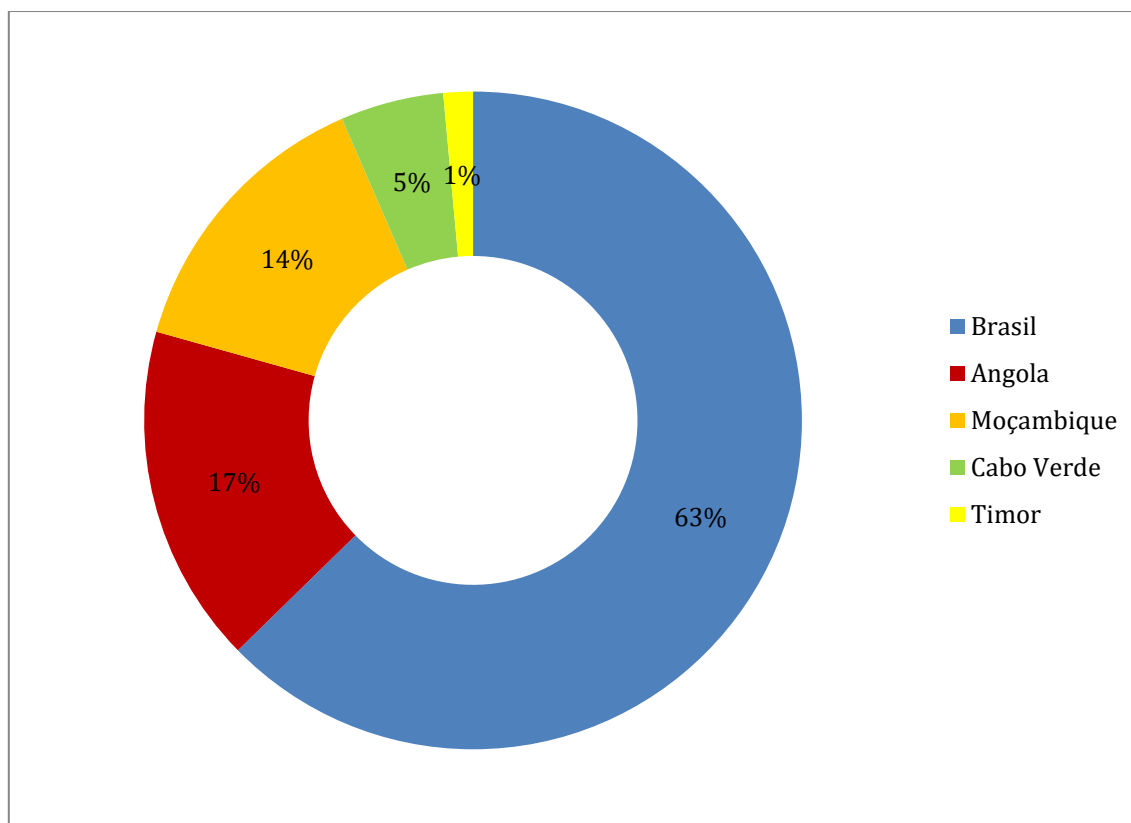
verdadeira, inteligível para apenas se se soubessem os signos” (Barthes, 2015, p. 23).<sup>130</sup> Com estas premissas, a série das “capas” do JL, pode ser concebida como um imenso rio visual por onde se pode ver o desenrolar de uma época, como a sua própria estética visual, bem como as suas representações políticas e identitárias.

### **2.1. O Campo Literário Lusófono no JL**

Com estas considerações teóricas podemos avançar para a análise estatística da série das primeiras capas do JL. O gráfico A refere-se aos países de língua oficial portuguesa que integravam a CPLP (sem se considerar Portugal), pelo que não há referência à Guiné Equatorial, que só no verão do mesmo ano passa a ser membro desta comunidade, isto é, depois do limite do arco temporal para esta análise.

---

<sup>130</sup> Da mesma obra, parecem pertinentes outras passagens - “toda a linguagem é polissémica, implicando como subjacente aos seus significados uma ‘cadeia’ flutuante’ de significados, dos quais o leitor pode escolher uns e ignorar outros. A polissemia produz uma interrogação sobre o sentido” (Barthes, 2015, p. 33). Esta dependência entre emissor e recetor é explicada na mesma obra, do seguinte modo - “tudo se passa como se a imagem se desse a ler a vários homens e esses homens podem muito bem coexistir num único indivíduo: uma mesma lexia mobiliza léxicos diferentes” (p.40) ; “Há uma pluralidade e uma coexistência dos léxicos num mesmo homem; a quantidade e a identidade desses léxicos formam de certo modo o idioleto de cada um.”; “A língua da imagem não é apenas o conjunto das palavras emitidas [...] é também o conjunto das palavras recebidas: a língua deve incluir as surpresas do sentido” (Barthes, 2015, p. 41).



*Gráfico A: percentagem de referências (nome e/ou imagem) a autores lusófonos nas primeiras páginas do JL. Informação obtida dos números 1 ao n.º 1133 do JL.*

Neste gráfico A, sempre referente às primeiras páginas, temos a percentagem de escritores destes países no JL, ao longo do período indicado. O que mais ressalta é a percentagem de autores brasileiros, o que poderá corresponder proporcionalmente à quantidade de publicações nesse país, é certo, mas revela também o investimento do JL nos escritores brasileiros, de quem Portugal se aproxima mais no início dos anos 80, depois da mudança de regime político em ambos os países. É notória a ausência da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, países com pouca referência no interior do JL e sem fotografias de autor na primeira página, talvez por ser mais reduzida a sua produção literária ou por terem menos "capital lusófono".

Do *corpus* obtido, a percentagem de escritores de países lusófonos, de acordo com o gráfico A, é a seguinte – brasileiros: 63%, angolanos: 17%, moçambicanos: 14%, cabo-verdianos: 5% e, finalmente, timorenses: 1%. O campo literário lusófono, pelo menos tal como é representado nesta série de primeiras páginas do JL, é claramente desequilibrado, uma vez que os escritores brasileiros ocupam 63% da



visibilidade dada aos autores lusófonos. Para entender este resultado há que ter em conta a relação entre a dimensão de cada país e a sua produção literária.

Há ainda que ter em conta o grande dinamismo editorial no Brasil e o facto de os PALOP terem uma independência mais recente que o Brasil, seguida de problemas sociais, políticos e educacionais que dificultam o florescimento de uma literatura. Há também a considerar o facto de a língua portuguesa ser, no Brasil, a língua materna de uma maioria, a par, naturalmente de línguas indígenas, algumas em vias de extinção, o que nem sempre acontece nos PALOP, onde a proporção de falantes de português como língua materna não é idêntica. Tal facto começa a influenciar as políticas de ensino nesses países, onde as línguas locais são, para muitos, a primeira língua e o português, a não ser nas grandes cidades, é aprendido depois da língua local. Há ainda que não deixar de lado a possibilidade de o JL ter dado visibilidade apenas aos autores mais conhecidos desses jovens países, destacando uns por contraponto a outros. O JL poderá dar mais visibilidade aos autores com distinção literária já consolidada, pondo de lado os mais jovens, ou aqueles cujo percurso ainda não foi consagrado e têm mais dificuldade de acesso ao mercado editorial.

Haverá toda uma nova geração de jovens escritores que não tem a mesma visibilidade que os seus antecedentes, pelo que se pode questionar se a representatividade destes escritores depende ou não da sua utilidade para confirmar um certo ideal de lusofonia. Devem ainda considerar-se questões como as poucas oportunidades editoriais e dificuldades de divulgação além fronteiras de autores mais jovens e com menos laços com a ex-metrópole, a qual só busca na voz do Outro o que confirma o discurso que já tem sobre ele e está, por isso, pouco aberto a vozes novas, que irrompem com um certo consenso instalado. Sobre as dificuldades de publicação e do acesso a livros vejam-se as próximas passagens. Pepetela dá testemunho da falta de livros em Luanda e de como estes bens raros são procurados:

Quando há uma Feira do Livro português, numa hora ou duas desaparece tudo. Aliás, na última a que fui a organização até deixou entrar antes os intelectuais para poderem comprar alguma coisa. Depois é que entrou o pessoal (Pepetela, 11.8.1992, p. 13.).

A queixa é recorrente e aparece, ao longo dos anos, em várias entrevistas de autores dos PALOP. Mesmo os autores canonizados no “campo literário lusófono”

apontam, por vezes, os desencontros e as dificuldades que sentem, por oposição ao discurso fácil e harmonioso, próprio de uma retórica idealizada. O escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa já referira, em entrevista, a dificuldade editorial nos novos países africanos e da importância de ser editado em Portugal para ser conhecido por outros países da CPLP. Queixa-se, pois de um mercado editorial centralizado, ainda que deseje, através dele, a publicação de mais autores africanos:

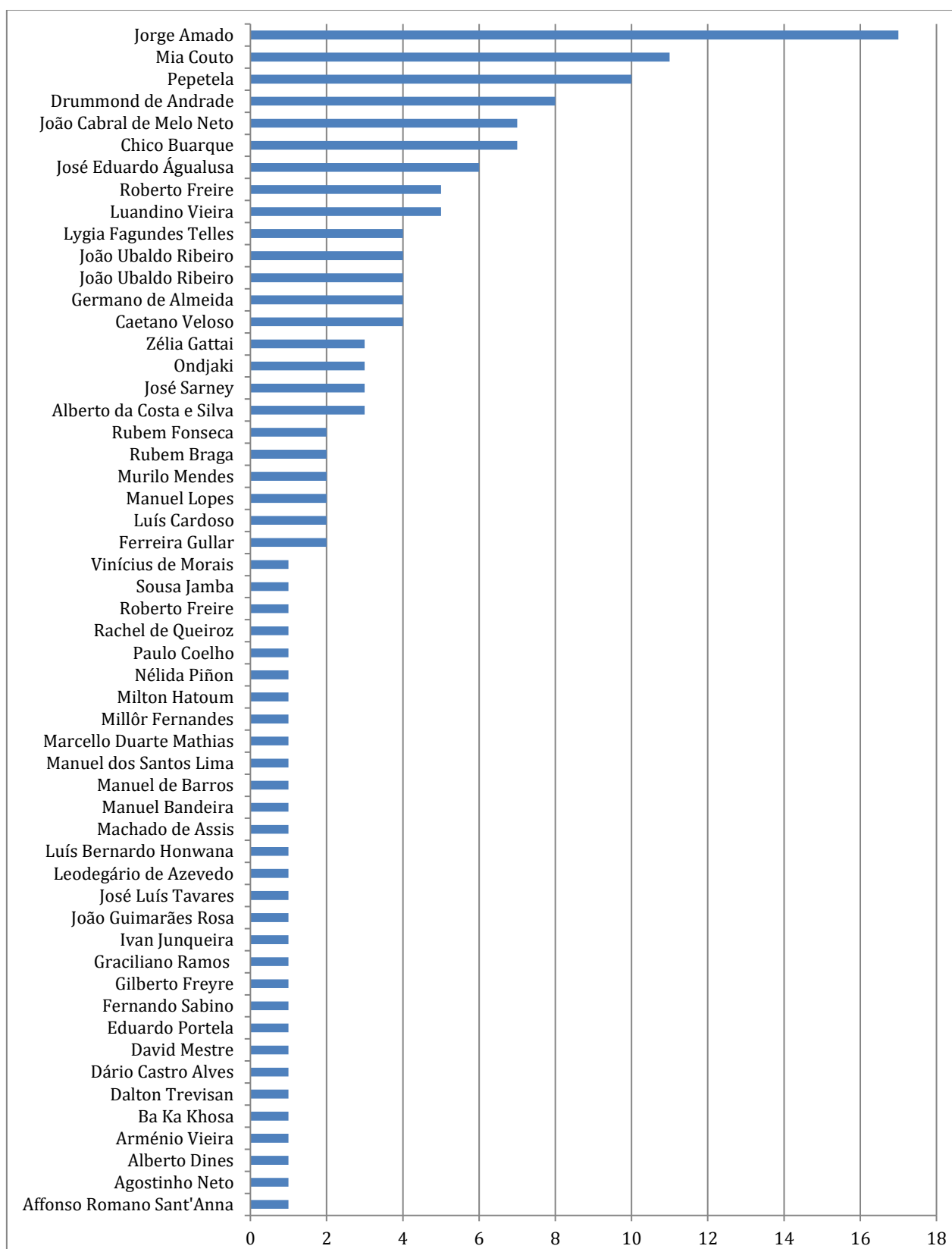
Até porque para chegarmos a Cabo Verde, para chegarmos a Angola, temos de passar pela antiga metrópole. Em Moçambique praticamente não temos editoras e os livros ali editados não chegam ao exterior. Não temos estrutura editorial, estamos ainda numa fase de amadores. Ao sermos editados em Portugal, isso vai contribuir um pouco para sermos divulgados também ao nível dos países africanos, para além, naturalmente, de passarmos a ser conhecidos aqui através dos nossos livros” (JL, 11.6. 91, p. 6).

Compare-se a primeira declaração abaixo transcrita, de 1996, de Agualusa, com a segunda, de João de Melo, em 2013:

Outros mercados funcionariam melhor, mesmo em termos editoriais. Connosco não se passa isso. Um angolano não conhece escritores moçambicanos, como não chegam a Moçambique livros de Angola. E como é que se explica que em Portugal não se conheça nada da moderna literatura brasileira? No Brasil, vão tendo Saramago e outros. Apesar de tudo, acho que se conhece mais os autores portugueses no Brasil do que o contrário (JL, 8.5.1996, p.17).

No campo das relações culturais, há muito por fazer. Muita coisa tem sido feita no âmbito da CPLP, mas falta um maior intercâmbio. Os livros, os discos, o teatro, de um e de outro país, mal circulam entre eles. O primeiro passo a dar talvez fosse facilitar a circulação de pessoas. Acho que os dois países [neste caso, Angola e Portugal] podiam perfeitamente dar um passo no sentido da isenção mútua de vistos (JL, 7.8.2013, p. 14).

As questões de acesso à publicação e da divulgação das obras literárias dentro do espaço em língua portuguesa devem ser tidas em conta na análise do gráfico A. No gráfico B, por sua vez, pode ver-se que escritores têm mais presenças assinaladas nas primeiras páginas do JL e que, por isso, pressupõe-se, terão mais “capital lusófono”. A ordem dos nomes resulta apenas da sua percentagem de ocorrência e, nesta perspetiva, os resultados coincidem na grande presença dada a autores do Brasil, sobretudo a Jorge Amado, que ocupa o primeiro lugar, logo seguido de Mia Couto.



*Gráfico B: ocorrência de nomes de autores lusófonos acompanhados de imagem de rosto, nas primeiras páginas do JL, do nº 1 ao nº 1133.*

Da análise dos resultados conclui-se que Mia Couto é o autor lusófono cujo rosto preenche as capas do JL, logo a seguir a Jorge Amado, falecido em 2001 e que já vinha menos a Portugal no final da década de 90. Mia Couto vai-se progressivamente consolidando como escritor do vasto espaço em língua portuguesa, sendo progressivamente mais reconhecido no Brasil, onde, a 26 de Agosto de 1998, é eleito para a cadeira número 42, como sócio correspondente. Em 2013 recebe o prémio Camões, que o faz entrar para uma lista mais elitista e mais “oficial” de um certo universo literário em português. Sendo Mia Couto o escritor moçambicano mais traduzido e publicado no exterior, o gráfico B dá igualmente conta do seu lugar de destaque, indicando-o como sendo um autor que, mais recentemente, dá visibilidade a uma certa ideia de espaço comum da língua e da literatura em português.

No gráfico A, Moçambique aparece em terceiro lugar, logo depois de Angola, que tem mais percentagem de autores referidos do que Moçambique, pelo que o facto de Mia Couto ser o segundo escritor mais mencionado, depois de Jorge Amado, pode significar que Mia Couto é o autor com mais “capital lusófono”. Ou significa, pelo menos, que Mia Couto é o autor com mais presenças nas primeiras páginas do JL, através do nome e da imagem, o que dá ideia da visibilidade da sua obra no espaço geopolítico em português, já que é o único autor vivo que pode ser colocado a par de Jorge Amado e de Drummond de Andrade. É significativo que estes dois autores brasileiros ocupem um tal lugar de destaque. As referências que lhes são feitas nas capas do JL é depois reconfirmada nas entrevistas, em que vários autores dos PALOP os mencionam como tido influência no seu percurso literário.

Há um autor que tem uma presença nas capas menor do que as referências com que outros autores o evocam nas entrevistas. É ele Guimarães Rosa<sup>131</sup>, autor frequentemente evocado por escritores africanos, referido como um grande mestre para Mia Couto e Luandino Vieira, como depois se verá. O facto de Jorge Amado e Drummond de Andrade estarem vivos nos primeiros anos em que o JL foi editado terá possibilitado a sua presença nas primeiras páginas, o que os colocou numa posição diferente da de Guimarães Rosa, falecido há mais tempo. Não há que tirar ilações sobre a importância ou valor literário de cada um destes escritores em

---

<sup>131</sup> Guimarães Rosa aparece no JL, sendo-lhe dedicado um dossier muito completo. Durante vários anos, nas décadas de 80 e 90, quando o JL tinha mais páginas, foram publicados dossiers muito exaustivos sobre escritores brasileiros. A este respeito, consultar os anexos facultativos.

função do gráfico B, pois um jornal que pretende divulgar a vida cultural da sua época naturalmente dará mais visibilidade aos autores vivos, que pode fotografar e entrevistar, tornando mais apelativa as suas publicações e correspondendo ao interesse do seu público. Daí Guimarães Rosa existir *in absentia*, evocado nas entrevistas por muitos escritores como tendo sido uma referência marcante mas sem uma proporcional representação nas capas do JL. É apenas nesse sentido que se compreende a visibilidade de Jorge Amado, autor muito divulgado em Portugal e no ultramar português mesmo antes do 25 de Abril de 1974. Além de Jorge Amado ter marcado gerações de leitores e estimulado o seu imaginário coletivo, vinha frequentemente a Portugal na década de 80, era amigo pessoal de José Carlos de Vasconcelos e tinha também o perfil necessário para ser apresentado como o rosto literário do projeto de uma comunidade idiomática por criar. Essa presença de Jorge Amado é forte nos primeiros anos da discursividade lusófona, dando depois lugar a Mia Couto. Que este autor apareça em segundo lugar demonstra como o seu nome é conhecido fora de Moçambique e de como se tornou herdeiro de um lugar previamente ocupado por Jorge Amado<sup>132</sup>. Mia Couto torna-se, sobretudo no século XXI, o rosto em que mais se projeta essa ideia de comunidade da língua em português, assim o podemos entender pela leitura dos gráficos aqui apresentados.

Quem queira avançar pela representatividade destes escritores no espaço dito lusófono, deverá cruzar estes nomes com aqueles que aparecem na lista da atribuição do prémio Camões, considerado o prémio oficial da lusofonia, e por isso ambigualmente valorizado, mas que dá, certamente, indicações de um jogo de poderes na geopolítica em português. A tabela seguinte apresenta os premiados com o prémio Camões até 2014.

---

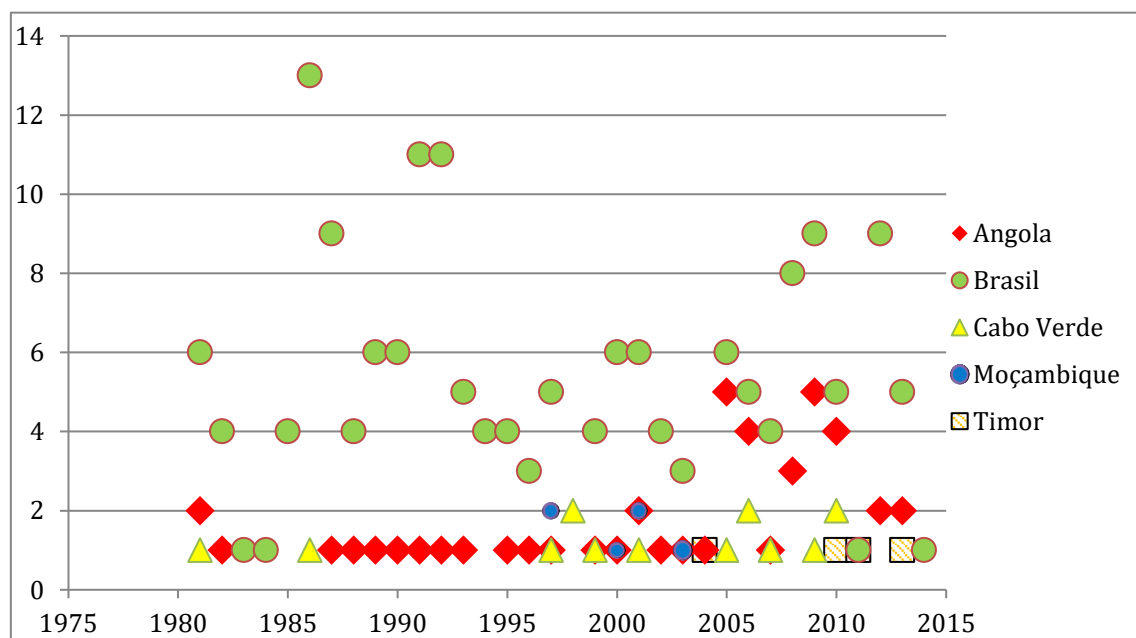
<sup>132</sup> De sublinhar que Jorge Amado não usufruía, no Brasil, da mesma consideração que teria em Portugal e da projeção que lhe dá o JL. Isso tornou-se evidente pelo escândalo que abalou a credibilidade do prémio Camões, quando o Brasil fez pressão para que não se desse o prémio a Jorge Amado, tendo sido, nesse ano, atribuído a Raquel Queiroz. Essa questão refletiu-se, algo discretamente, nas páginas do JL, onde Eduardo Lourenço chega a propor o fim deste galardão literário, por o considerar demasiado manipulado politicamente. Jorge Amado acabará por receber esta distinção depois e o prémio Camões permanece, ainda que no ambíguo papel de representar um campo literário lusófono ao sabor de outras pressões e interesses.

<b>ANO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PAÍS</b>	<b>Local/data</b>	<b>Área/outros</b>
1988	Arménio Vieira	Cabo Verde	Lisboa	Recusou o prémio
1989	Miguel Torga	Portugal	Lisboa	
1990	João Cabral de Melo e Neto	Brasil	Lisboa	
1991	José Craveirinha	Moçambique	Rio de Janeiro	
1992	Virgílio Ferreira	Portugal	Rio de Janeiro	
1993	Raquel de Queiroz	Brasil	Lisboa	
1994	Jorge Amado	Brasil	Rio de Janeiro Lisboa	
1995	José Saramago	Portugal	Lisboa	
1996	Eduardo Lourenço	Portugal	Rio de Janeiro	
1997	Pepetela	Angola	Lisboa	
1998	António Cândido de Melo e Sousa	Brasil	Lisboa	
1999	Sofia de Mello Breyner	Portugal	São Salvador	
2000	Autran Dourado	Brasil	Rio de Janeiro	
2001	Eugénio de Andrade	Portugal	Lisboa	
2002	Maria Velho da Costa	Portugal	Lisboa	
2003	Ruben Fonseca	Brasil	Rio de Janeiro	
2004	Agustina Bessa-Luís	Portugal	Lisboa	
2005	Lígia Fagundes Telles	Brasil	Rio de Janeiro	
2006	José Luandino Vieira	Portugal/Angola	Lisboa	
2007	António Lobo Antunes	Portugal	Lisboa	
2008	João Ubaldo Ribeiro	Brasil	Lisboa	
2009	Arménio Vieira	Cabo Verde	Rio de Janeiro	
2010	Ferreira Gullar	Brasil	Lisboa	
2011	Manuel António Pina	Portugal	Rio de Janeiro	
2012	Dalton Trevisan	Brasil	Lisboa	
2013	Mia Couto	Moçambique	Lisboa	
2014	Alberto da Costa e Silva	Brasil	Rio de Janeiro	

*Gráfico C: Tabela de galardoados com o Prémios Camões, de 1998 a 2104.*

Se bem que a atribuição deste galardão não seja garante do real valor de cada autor, reflete, no entanto, o estatuto destes autores no campo literário lusófono, o que, complementando com a ordem obtida no gráfico B, nos permite perceber que nomes constituem o referido campo. O prémio, que tem relevante impacto político e que foi unicamente recusado por Luandino Vieira, cria artificialmente uma elite literária lusófona. O que, naturalmente, deve ser relativizado por ser pouco significativo em termos puramente artísticos, na medida em que é atribuído a autores mais velhos, com um percurso literário mais consolidado, para além de estar sujeito a uma grande pressão diplomática. Os nomes desta lista poderão ser cruzados com os dados obtidos no JL, para se perceber que autores têm mais visibilidade nas suas primeiras páginas. Naturalmente os resultados pouco significarão em termos de valor literário, mas podem ser significativos em termos de percepção das estratégias para fazer emergir um campo literário lusófono.

Alheio a distinções literárias, o gráfico D apresenta simplesmente, mas com resultados significativos, as ocorrências, no período em análise, de escritores em língua portuguesa, por países, correspondendo cada cor a um país.



*Gráfico D: número de referências a escritores de países da CPLP ao longo das edições do JL, do nº 1 ao nº 1133, dando conta da emergência do campo literário lusófono nas primeiras páginas do JL, bem como do progressivo interesse por uma maior diversidade entre os escritores em língua portuguesa.*

O eixo horizontal refere-se aos anos em que estes escritores surgem nas primeiras páginas do JL e o eixo vertical revela a quantidade de ocorrências por autor, de país lusófono. Deste modo pode perceber-se que é o Brasil o país cujos escritores mais presença têm nas primeiras páginas do JL, o que confirma os dados do gráfico A, mas permite ir mais longe, já que é claramente visível que é depois da criação da CPLP, em 1996, que outros escritores lusófonos aparecem em maior número, bastando para isso ter a percepção da mancha cromática no seu conjunto.

Uma vez que há um escritor que mais se distingue por um número de maior ocorrências, e uma vez que esse escritor é brasileiro e aparece antes de 1996, percebe-se, cruzando com o gráfico B, que esse autor é Jorge Amado e que, depois dele, mais nenhum autor lusófono teve tanta visibilidade. O gráfico C permite também perceber que o imaginário das relações de alteridade idiomático-literária em português é alimentado, até 1996, sobretudo por escritores brasileiros, seguindo-se os escritores angolanos. Pode concluir-se que a criação da CPLP introduz mais equilíbrio nessa percepção sobre quem é o *Outro-em-português*, o que está patente no facto de as primeiras páginas do JL passarem a referir mais vezes autores dos PALOP e de Timor. A nuvem de concentração mostra claramente que é a partir de 2000 que há uma maior diversidade de escritores lusófonos. Como uma mancha de cor mais variada reflete uma maior presença de outros países da CPLP, percebe-se que é a partir de 2004 em diante que o JL apresenta na sua primeira página cada vez mais autores lusófonos de diferentes origens nacionais. A diversidade começa a fazer-se notar, depois de anos de concentração quase exclusiva da presença brasileira.

É interessante o facto de a maior ocorrência de escritores de diferentes países de língua portuguesa coincidir temporalmente, não apenas com a criação da CPLP, facto fundamental já indicado, mas também com a substituição do termo “literaturas africanas de expressão portuguesa” pelo termo “literatura lusófona”. As palavras criam a realidade que o nosso olhar passa a reconhecer, e isso constata-se aqui, pois a convivências de literaturas dos PALOP com a literatura brasileira incrementa uma maior visibilidade de países cujos escritores eram menos referidos. Depois de contestações várias à primeira discursividade lusófona, a que já nos referimos no capítulo anterior, é notória a percepção de que há mais variedade de autores nas “capas” do JL, o que dá uma tessitura mais complexa ao que aí parece emergir, o *campo literário lusófono*.



Antes da criação da CPLO, nos anos 80 e inícios de 90, o discurso sobre literaturas em língua portuguesa distinguia, por um lado, a literatura “africana de expressão portuguesa” e, por outro, a literatura do Brasil – isso é visível nas capas do JL. Será o esforço para as fazer confluir no novo campo literário lusófono que favorecerá uma visão de alteridade literária em português mais rica, porque mais variada, o que se consolida nos primeiros anos início do século XXI.

### **3. Escritores – a Representação Identitária pelo Idioma e a Literatura**

Esta secção começará por desenvolver reflexões sobre a figura do escritor enquanto representante de uma coletividade idiomática e política, no período pós-colonial, a qual começa a identificar-se como lusofonia, sobretudo após a criação da CPLP em 1994 e da *Exp098*. Estes dois eventos deram azo a narrativas de encontro e de confraternização, que reiteravam o território identitário comum, em torno das literaturas em português e dos seus escritores. As obras literárias em português passam a ser mais frequentemente evocadas, como evidência de uma partilha de valores e de objetivos entre os vários países de língua oficial portuguesa. Tais obras tornam-se metonímia de um espaço simbólico, advêm bandeira de um modo novo de Portugal se apresentar ao mundo e do reatar laços com as ex-colónias.

A mitologia política e social em torno da escrita foi bem analisada por Roland Barthes (2007a), no seu trabalho sobre semiótica social, na obra *Mitologias*. A leitura desta obra permite perceber que o JL mais não faz que reproduzir um ideal de escritor e uma visão que dá ao ofício da escrita uma aura de exceção (cf. Benjamim, 2010, 2012). Como estratégia de construção de uma certa imagem da vida literária, repare-se nas duas capas do JL <sup>133</sup>, onde se reforça a ideia da figura do escritor retirado, um ser especial, isolado e comprometido com a sua obra. Estamos perante o que Arfuch considera ser “a cena da escrita” – “a rotina do trabalhador da palavra, os hábitos, o gesto de artífice, os fetichismos, os modos do corpo, o estado de ânimo, a angústia da inspiração” (Arfuch, 2010, p. 220).

---

<sup>133</sup> Consultar a pasta intitulada o “imaginário da escrita”, que integra uma outra, identificada como “O escritor, o intelectual e o político”, anexos temáticos, incluídos, por sua vez, nos anexos facultativos.

Na composição destas fotografias que vão ao encontro de um certo imaginário do que seria a vida de escritor, o JL reproduz estereótipos vastamente partilhados, já que a sua “insistência no trabalho da escrita” convoca as mesmas convenções socialmente generalizadas, que contribuem para construir a “aura” do escritor, a saber, “sucesso, notoriedade, cumprimento de um vocação ligados com responsabilidade, ofício, horário, esforço, angústia, o ‘bloqueio’, etc.” (Arfuch, 2010, p. 221). Para entender a manipulação da imagem do escritor, no JL, tanto o trabalho de Barthes (2007) como o de Walter Benjamim (2012) são recursos preciosos, o primeiro pela desmontagem semiótica das imagens e o segundo pelo conceito de



Figura 10: retrato de Jorge Amado, JL n° 342, de 24.1.1989, p.1.



Figura 11: retrato de Clarice Lispector, JL n° 1109, de 3.4.2003, p.1.

“aura”, atribuível aos escritores que o JL distingue nas suas capas.

Repare-se que as fotografias de Jorge Amado e de Clarice Lispector (figuras 10 e 11) os mostra à secretária, absortos no seu trabalho, numa atitude de entrega e de alheamento. Trata-se de uma visão do escritor enquanto ser isolado, distante de quem o olha, excluído desse mundo misterioso e fascinante que é o do ofício da escrita. Reclusão e distanciamento são conceitos por vezes associados a esta profissão, que tornam o escritor naquele de quem se espera “a fala verdadeira”, de onde emana uma verdade. Não será por isso que as instituições de poder, ou as que o reforçam, como o ensino ou o jornalismo, se servem da literatura para transmitir e reforçar as suas verdades?

É antiga a relação entre a escrita e o poder, como explica Steiner – “Há no texto escrito, seja a tabuinha de argila, o mármore, o papiro ou o pergaminho, um osso gravado, um rolo ou um livro, uma máxima de autoridade.” Continua o autor, na mesma página – “o simples facto da escrita e da transmissão escrita implica uma pretensão associada ao magistral e ao canónico” pois, esclarece, “o autor e o seu leitor estão ligados por uma promessa de sentido. Na sua própria essência, a escrita é normativa.” (Steiner, 2013, p. 71).

Sabe-se que os aedos da antiguidade, os poetas trovadores e os escritores, enquanto agentes sócio-semióticos, estavam próximos do poder, seja aquele que consolidou as comunidades gregas, seja o poder medieval ou o das mais recentes nações europeias. A literatura, nos paços do poder, é usada para legitimar a autoridade e formatar sujeitos, congregar cidadãos de acordo com a retórica da época (cf. figuras 12 e 13). A escrita, assim utilizada, é prescritiva:

“prescrever” é ordenar, antecipar e circunscrever (outra palavra eloquente), um domínio do comportamento, de interpretação, de consenso intelectual ou social. “Inscrição, “script”, “escriba”, bem como o feixe semântico de alta energia a que se associam, vinculam intimamente, inevitavelmente, o ato de escrever a formas de exercício de governo (Steiner, 2013, p. 71).

ainda que sob a máscara da ligeireza, os atos de escrita e a sua consagração nos livros manifestam relações de força. O despotismo exercido por sacerdotes, por um corpo clerical político, pela lei, sobre os iletrados ou os subletrados, não é mais do que a expressão exterior desta verdade capital. A autoridade que um texto implica, *a posse e os usos de um texto por uma elite letrada são sinónimos de poder* (Steiner, 2013, p. 72; *itálico meu*).

Sabemo-lo bem, os textos literários, orais ou escritos, sempre sancionaram e consolidaram identidades nacionais e políticas. Ainda hoje é estreita a relação entre a política e a literatura, parecendo ser uma mais valia para um político apresentar-se como amante das letras e das artes. É com esse capital cultural que se vai moldando igualmente um novo “capital lusófono”, que dê conta do projeto da CPLP, que juntos conceberam. A literatura, como se vê, anda muitas vezes de braço dado com a política, e a associação entre ambas vai destilando as verdades que, em determinado momento, se espriam socialmente e se tornam modelos de ser e estar no mundo. Tal é o caso da discursividade lusotropical, recuperada e reatualizada na época em que Mário Soares e Sarney eram presidentes, para justificar a criação da

CPLP. Repare-se como Sarney se refere a um espaço idiomático homogêneo, aquele mesmo espaço de fala e de escrita portuguesa, do “Minho a Timor”, o que nos recorda expressões do Estado Novo:

O Brasil tem sua identidade cultural e sua face própria graças à língua portuguesa, que lhe permitiu receber palavras e sentimentos dos descobridores e dos povos por ele colonizados. A alegria do Brasil veio de África e quem a trouxe foi a língua portuguesa (...). O açúcar, o ouro e o gado fizeram-na, com relativa rapidez, ganhar o interior do continente sul-americano (...). Saiu dos navios e das praias, para expandir-se terra firme adentro, acabando por consolidar-se num imenso espaço territorial, que é dos mais amplos do mundo em que se fala o mesmo idioma. *E fala-se o mesmo idioma com invulgar unidade, uma unidade que se sobrepõe aos regionalismos que o enriquecem e o tornam, sem qualquer esforço, naturalmente compreendido por todos os que o falam ao longo do grande arco que corre da Europa até Timor-Leste* (JL, 7.4.1999, p. 10, *itálico nosso*).

Há que recordar, no entanto, que a literatura e a política nem sempre se dão as mãos, ou a literatura pode ser também usada para combater o poder vigente. A importância da literatura para a constituição de um perfil nacional e identitário encontrava-se também nos jovens escritores africanos que combatiam, na resistência, contra o colonialismo português, e a sua relação com a língua portuguesa é bem mais pragmática. Pepetela e Luandino Vieira, para citar apenas alguns, usaram a literatura como arma de combate e como modo de congregar povos



Figura 12: retrato de Mário Soares, JL nº 662, de 28.2.1996, p.1.

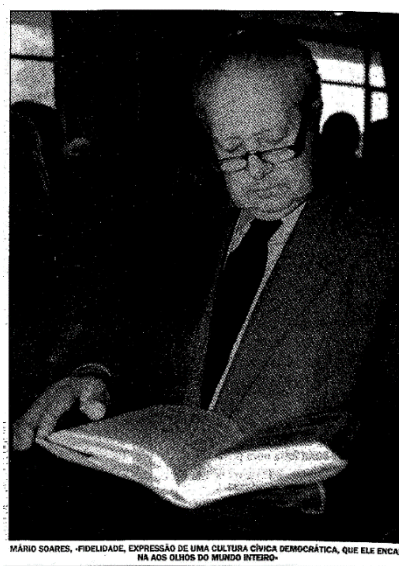


Figura 13: imagem de Mário Soares, JL nº 277, de 26.10.1987, p. 16.

de várias etnias para a identificação com um país em vias de ser imaginado, antes mesmo de se ter tornado realidade, após o 25 de Abril de 1974.

O idioma português, já antes da independência, servia de referente comum nos territórios ultramarinos, o que permitia a agregação de diferentes tribos e etnias, artificialmente reunidas sob convencionais fronteiras impostas no período de colonização. Manter esta unidade precária era possível com a partilha de uma língua comum, como pode perceber-se na obra de Pepetela sobre a guerrilha em Angola, *A Geração da Utopia* (cf. Pepetela, 1992), em que a língua portuguesa é intencionalmente usada para promover, entre grupos distintos, a mesma imaginação coletiva de um país futuro.

Apropriando-se da língua portuguesa como “um troféu de guerra”, segundo as palavras de Luandino Vieira (cf. JL, 9.5.1989, pp.8-9), os escritores passarão a utilizá-la na própria construção de uma identidade que se opunha ao colonizador, uma *identidade de resistência* (cf. Castells, 2007). Daí a importância da nova escrita de autores africanos, que ousavam transgredir as regras da norma culta e da bela escrita literária. Essa desconstrução da língua, para a adaptar à realidade dos musseques e da guerrilha, mais do que erro ou desvio deve ser entendida como uma intencionalidade explícita de criar, a partir do antigo idioma, um novo modo de falar que dê conta da sensibilidade do sujeito das colónias. O desafio e o jogo era, afirma também Luandino Vieira, escrever português de modo a que os portugueses não entendessem. Eis o centro de *uma dinâmica entre norma e desvio, entre língua normatizada e língua desviada*, forjada a ferro e fogo por outros vocábulos e outras resistências. Trata-se de usar a língua para a tornar uma outra, trata-se de *introduzir a guerrilha no modo de utilizar a própria língua*.

É compreensível a importância atribuída aos escritores dos movimentos de libertação africanos no período de colonização, pois usavam a literatura para dar voz aos que não a tinham, para a fazer ver mundos possíveis e inventar uma língua outra, para sujeitos-outros. E porque a sua escrita era política, a atribuição do prémio de novelística a Luandino Vieira levou ao encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores, em 1965, e à prisão dos membros do júri. O que recorda uma passagem de Steiner – “Os que queimam os livros, que proscrevem e matam poetas, sabem rigorosamente o que fazem. O poder indeterminado dos livros é incalculável” (Steiner, 2013, p. 52). O poder, ao sentir-se ameaçado por escritores que o desafiam, em vez de o servir, persegue-os e isola-os, já que “a tolerância e o

compromisso supõem um contexto imenso. O ódio, a irracionalidade, a libido do poder leem depressa” (Seine, 2013, p. 53).

O próprio Luandino Vieira, ele também preso político, no Tarrafal, continuará a desenvolver um tipo de escrita subversiva, já que, como explica numa entrevista, aí toma contacto com a obra de Guimarães Rosa, dando-se conta de que é possível levar ainda mais longe a sua guerrilha idiomática, forçando o idioma a pressões inesperadas, mais adequadas à mundividência das suas personagens africanas. O escritor combate com a pena, a sua escrita é uma luta, pois a ousadia de vocábulos e sintaxes são a sua forma de se apoderar da língua do colono como coisa sua. A associação entre guerrilheiro e escritor é paradigmática nesses movimentos em que intenta construir uma realidade política e identitária à revelia da metrópole. Para estes autores e estes sujeitos que pela literatura sonham novos modos de relacionamento, novas possibilidades político-identitárias, a literatura pode ter a função de “enunciação, epifania”, ou seja, “os livros são a senha que nos permite ser mais do que somos” (Seine, 2013, p. 53).

Temos então várias visões do estatuto do escritor, seja o quase eremita, completamente entregue à sua obra, seja o político-homem de letras ou vice-versa, e temos também a do escritor guerrilheiro e resistente, forjador de novas discursividades políticas e identitárias. Da análise das primeiras páginas do JL vemos emergir uma outra conceção da vida de escritor, mais atual ou contemporânea, certamente mais exposta, sociável e mercantilizada. Há uma contradição entre a imagem do escritor retirado no silêncio do seu escritório e a vivência agitada e cosmopolita para a qual os autores são hoje convocados (figuras 15 a 17). O tempo acelera-se e alterna-se entre o momento criativo – sempre misterioso e objeto de curiosidade – e a exposição mediática do autor, imposta pelas regras do mercado livreiro.

O JL cultiva as duas representações do escritor, seja a do eremita distante, oráculo ou visionário discreto, seja a do viajante incansável percorrendo países e salas de conferências, repetitivas entrevistas. Como explica Mia Couto num dos seus ensaios - “Sou de um tempo em que o que éramos medidos pelo que fazíamos. Hoje



o que somos é medido pelo espetáculo que fazemos de nós mesmos, pelo modo como nos colocamos na montra” (Couto, 2009b, p. 44).



Figura 14: JL n.º 320, de 23.8.1988, p.1



Figura 15: JL n.º 370, de 8.8.1989, p.1



Figura 16: JL n.º 960, 18.7.2007, p.1.



Figura 17: JL n.º 978, de 26.3.2008, p.1

Ao aceitar viagens pagas, prémios, conferências ou convívios vários, o escritor transforma-se no porta-voz que valida, conscientemente ou não, determinadas visões do real, reforçando os interesses do discurso institucional que o financia.

Assim parece acontecer, a propósito do uso da sua imagem nas capas do JL, ou das entrevistas a escritores apresentados como lusófonos.

A experiência internacional, a viagem em trabalho, seja para apresentação de obras, seja para participar em encontros literários, traz agitação ao estilo de vida antes reservado e exclusivo, surge uma nova imagem do escritor. O que significa mais possibilidade de *marketing*, de mediatização do escritor e da sua obra, pelo que os *media* passam a seguir estas várias movimentações, oportunidades infinitas de mais fotografias, entrevistas, declarações, mais eventos, logo, mais notícias. Porque será ela importante? Porque é sobre ela que se decalcará o conceito de escritor lusófono, um Ser marcado para o trânsito entre mundos, nomeadamente dentro da variada geografia da CPLP. Um Ser construído de encontros múltiplos, retóricas várias, valorizado pela viagem e constantemente convidado a ela, seja a viagem física ou mental e emocional, como se verá.

### **3.1. A formação discursiva sobre o *espaço-em-português***

Analisando a série das primeiras páginas do JL em que surgem escritores da CPLP<sup>134</sup>, detetamos a emergência do conceito de “escritor lusófono” depois de, na década de oitenta, esses mesmos escritores serem referidos como autores de *literatura africana de expressão portuguesa* ou simplesmente de *literatura africana em português*. Tais termos – “literatura africana de expressão portuguesa” ou “escritores africanos em língua portuguesa” – aparecem logo no início da primeira discursividade sobre os autores dos PALOP, mas vão caindo em desuso, já que passam a ser considerados politicamente pouco corretos, por introduzirem uma relação enviesada entre estes países, quer com o ex-colonizador, quer com o próprio idioma.

O olhar do pesquisador varre o conjunto de capas e, ao longo das décadas, dá conta também do que aí vai perdendo visibilidade e do que passa a adquiri-la, do que ganha e perde valor cultural ou do que se torna palavra de ordem<sup>135</sup>. Facilmente

---

<sup>134</sup> É possível consultar a série de todas as primeiras páginas do JL que seleccionámos para esta pesquisa, na pasta intitulada “série das capas do JL”, incluída nos anexos facultativos. Há uma outra pasta nos mesmos anexos facultativos, intitulada “anexos temáticos”, onde se podem ver fotografias ou textos sobre escritores dos PALOP e do Brasil, respetivamente a pasta “o escritor, o intelectual e o político”, com um dossier intitulado “JL – retratos de escritores” e a pasta identificada como “Portugal/Brasil”.

<sup>135</sup> Em *Mil Planaltos* pode ler-se - “A palavra de ordem é em si mesma redundância do ato e do enunciado. Os jornais, as novelas, procedem por redundância. (...). A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas, o que é muito diferente, transmissão de palavras



se percebe o que se torna moda, o que emerge para permanecer algum tempo, ou o que passa fortuitamente; vê o que sempre lá esteve, o que em breve vai deixar de estar ou vai sofrer uma rotação semiótica e dizer outra coisa, vai integrar-se noutra tema, vai desprender-se de um conjunto e ganhar voz própria. E é aí que o olhar para – compreendeu algo, viu para além do grafismo, algo mais para lá da superfície, sentiu o rumorejar da história, os murmúrios dos fantasmas que habitam este espelho. O observador atento repara na ausência do escritor lusófono e o seu gradual aparecimento – disso se pretende dar aqui conta.



Figura 18: JL nº 15, 15.9.1981, p.26.



Figura 19: JL nº 618, de 22.6.1994, p.16

Atente-se bem nas páginas do JL aqui apresentadas e repare-se – na apresentação da literatura de Angola, recente país de língua portuguesa, há a clara demarcação desse país em relação a Portugal (figuras 18 e 19), havendo mesmo uma assumida referência à guerra colonial. Os escritores são apresentados, quer no título quer no próprio texto, como pertencendo a um outro espaço cultural e político, não há o apagar de memórias de um passado colonial, pelo contrário este é até apresentado do ponto de vista de Pepetela, enquanto autor de “A geração da Utopia”, obra que se tornará emblemática de uma narrativa identitária angolana.

de ordem, seja de um enunciado para outro, seja no interior de cada enunciado, enquanto um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado.” Na mesma página explicam os autores que as palavras de ordem não são “numa categoria particular de enunciados explícitos (...) mas a relação de qualquer palavra ou qualquer enunciado com pressupostos implícitos, isto é, com atos de palavra que se efetivam no enunciado, e não podem efetivar-se senão nele. (...) apontam para todos os atos que estão ligados a enunciados por uma “obrigação social” (Deleuze e Guattari, 2007, p.112).

As páginas aqui apresentadas mostram bem como o *Outro-em-Português* era apreendido na sua diferença, enquadrado por um contexto político e histórico reconhecido. Não se procura diluir ou apagar a diferença e especificidade do mundo do Outro, como fará a primeira discursividade lusófona, de finais da década de 80 e toda a década de 90, que esquece o passado colonial para tecer uma continuidade literária entre Portugal e os PALOP, de Camões a Craveirinha como vimos na revista *Oceanos*.

A estratégia de unificação identitária pela língua, o forçar de uma narrativa comum e harmoniosa ainda não existe aqui. Da observação atenta das primeiras páginas do JL, é possível constatar que esse esforço de inspiração lusotropical se vai impondo anos depois, a par e passo com a discursividade que cria a CPLP. A composição das capas do JL passará a contribuir para a construção da evidência de uma comunidade idiomático-identitária, a qual não existe ainda nos exemplos acima apresentados das figuras 21 e 22.

Na edição de um jornal está implícita uma *paideia*<sup>136</sup>, uma educação daquele que olha e vê assim orientada a sua leitura (cf. Volli, 2016). As capas são, simultaneamente, o espelho e o filtro discursivo dessa vida sociocultural, (re)criada no modo como é apresentada e comentada, pois cada publicação constitui um recorte do real a partir de determinados pontos de vista, de textos sob a orientação editorial, que pode mesmo determinar o que virá a ser dito e regista o que foi possível dizer em determinada época. O JL constitui-se como um espelho que dá ao seu público um rosto em que se reconhecer, que lhe fala de si, que lhe diz quem é<sup>137</sup>, ou deve desejar vir a ser. As imagens no espaço público, alertara já Barthes, devem

---

<sup>136</sup> Admitamos que uma das características dessa relação é o ato mais ou menos explícito de uma pedagogia, seja ela sociocultural, seja identitária. As primeiras páginas de um Jornal como o JL criam um imaginário comum sobre nós e outros (cf. Anderson, 2005); constroem o universo possível de temas e de escritores a eleger como interlocutores, a partir de recortes do real e do modo como o apresentam. Se a função pedagógica<sup>136</sup> cabe tradicionalmente ao espaço escolar, ela está também na imprensa cultural, sobretudo quando esta publicação é a única do seu género na sociedade do pós 25 de Abril, período em que as referências literárias e identitárias estão instáveis e se reaprende a olhar o mundo e o nosso lugar na nova configuração sociopolítica.

<sup>137</sup> De acordo com Volli (2016), “uma das funções primordiais da imagem é a função pedagógica.” Ainda que o autor considere que “função possa ser exercida num quadro institucional, tal como escola ou a universidade” (p. 52 e 53), admite igualmente que isso ocorre no meios da comunicação social, em que a produção consciente e inconsciente de um sujeito mobiliza o inconsciente de um leitor ou espetador, pelo que considera que “interpretar e analisar uma mensagem, não consiste certamente em tentar encontrar uma mensagem pré-existente, mas em compreender que significação determinada mensagem, em determinadas circunstâncias, provoca aqui e agora, sempre tentando destrinçar o que é pessoal do que é coletivo. Com efeito, são necessários limites e pontos de referência para uma análise” (Volli, 2016, p. 48).

ser analisadas semioticamente, ou seja, enquanto conjunto de signos (idiomáticos, icónicos e plásticos) cuja função é persuadir ou convencer, tornando verosímil e reconhecível, habitual e próximo, o que antes não existia desse modo ( Barthes, 2015). É certo que a significação global e implícita de cada “capa” do JL resulta tanto da *função* da imagem como do *contexto* em que aparece, pelo que a minha análise tem base no período político em que surgem e acompanha a progressão uma certa ideia sobre o *Outro em português*, visão essa que nem sempre é consensual.

As *literaturas africanas de Língua Portuguesa* começaram por ser identificadas como “literaturas africanas de expressão portuguesa”, expressão que aparece na capa do JL n.º 230, sendo sinal de que este termo ganhou alvará pela academia portuguesa, onde, aliás, começaram a aparecer os primeiros “especialistas” desta nova área disciplinar. Sobre isto convém ler o que dizem Alfredo Margarido<sup>138</sup> e Eugénio Lisboa, no próprio interior do JL. Pode ver-se ,na próxima transcrição, como Alfredo Margarido menciona com ironia, do seu espanto de ver surgir, de repente, tanto “sábio de letras africanas”:

É conveniente pensar que em Portugal, e até um pouco depois do 25 de Abril, as literaturas africanas nunca foram encaradas a sério, foram sempre consideradas como uma coisa de pretos e de certa maneira folclórica, o que levou a uma escrita que eu chamo condescendente em relação aos africanos. Condescendia-se em reconhecer uma relativa qualidade literária, mas fala-se dos africanos e das suas literaturas como coisa de segunda ordem. Estou, pois, muito surpreendido com a atual multiplicação de “sábios” em relação às literaturas africanas de língua portuguesa, porque nos anos em que teria sido necessário assegurar essa afirmação literária e cultural num plano mais vasto, havia um silêncio pávido e uma recusa tácita (...) ninguém queria dizer alguma coisa a respeito dessas literaturas (JL, 27.4.1982, p.14).

Eugénio Lisboa, noutra edição do mesmo jornal afirma, nas passagens que se seguem:

As literaturas de língua portuguesa, para evitar a outra expressão mais ambígua e escorregadia de “literaturas africanas de expressão portuguesa”, são uma parte importante do património cultural do, como se costumava dizer, “mundo que o português criou.” São também uma parte do património que poucos portugueses conhecem, embora a ele aludam, ocasionalmente, com um aceno de apreço distante e, quase sempre, um pouco complacente.

---

<sup>138</sup> “É a língua portuguesa, e não a lusofonia, que designa o cimento que, mesmo frágil, permite manter a união desses países. O equívoco associado à língua oficial permitiu a criação das literaturas africanas de ‘expressão’ portuguesa. Ambas as maneiras de designar estas situações culturais revelam a *vontade portuguesa de assegurar o controle das línguas, das criações literárias dos países em causa*” (Margarido, 2002, p. 28, itálico meu).

Trata-se de uma província do conhecimento respeitável, sim, mas um pouco exótica e de rendimentos extremamente duvidosos. Um território para especialistas carolas que irão regando, com alienado carinho, aquele jardim que ninguém visita mas toda a gente respeita “em princípio (JL 6.12.1983, p. 7).

*Professores ignorantíssimos do que fosse a literatura moçambicana ou angolana passaram subitamente a não querer outra coisa que não fosse aquilo que, precisamente, até aí desconheciam. Não há nada como um neoconvertido militante.” “o equilíbrio e a decência acabaram por ser um pouco restaurados, algum tempo depois (ignoro se para ficar), ... Mas há sempre um complexo de culpa que permanece. E este, como todos os complexos, é quase sempre mau conselheiro. Aquilo que injustamente se ignorou pode depois passar, a modos de compensação, a ser sobrevalorizado. Não existias, logo passas a existir imaculadamente. Há nisto um paternalismo suspeito, e, a meu ver, completamente racista.*

Neste paternalismo caem, aliás, também alguns especialistas que até nem teriam grandes razões para alimentarem, dentro de si, nenhuma espécie de complexo. (...) de aí, talvez, todo um discurso crítico em que as almas bem intencionadas se precipitam, dissecando doura e circunspectamente, sem um mínimo de discriminação valorativa, todo o produto literário abençoadamente chegado das paragens onde o calor aperta e a humidade sufoca (JL 6.12.1983, p. 7. <sup>139</sup>itálico meu).

O que Margarido e Eugénio Lisboa criticam é o súbito interesse de alguns em apresentarem-se como “especialistas” de uma área literária recentemente identificada, que acaba de emergir no período pós 25 de Abril – as “literaturas africanas de expressão portuguesa”. Nas faculdades de Letras este novo campo abre lugar a algo que foi desconsiderado ou ignorado até muito recentemente, a discursividade lusófona como sendo a construção artificial de algo. Eugénio Lisboa, sarcástico, dá igualmente conta de uma mudança nos programas escolares que dão visibilidade a este novo campo literário:

Quando os ventos da história, com a inoportunidade que se lhe costuma atribuir desataram a soprar e tudo mudou, deparou-se então com este espetáculo surpreendente e deslumbrante: os que, na véspera da grande viragem, desconheciam ainda por completo, *esse objeto obscuro de desejo que eram as literaturas africanas de língua portuguesa, passaram de repente, não só a conhecê-las intensamente, como até a privilegiá-lo, nos currícula*, de certo modo neuroticamente vigorosos. O Eça, O Camilo, o Camões, o Torga e o Pessoa e “tutti quanti” foram subitamente varridos dos programas, que passaram a incluir apenas, aqueles monumentos literários até aí marginalizados<sup>140</sup> (JL, 6.12.1983, p. 7; itálico meu).

---

<sup>139</sup> Transcrições de um texto de Eugénio Lisboa de um número do JL por identificar, pois não consta da fotocópia – conferir anexos do capítulo 4, pasta 4.

<sup>140</sup> Conferir anexos do capítulo 4, pasta 4.

Note-se que no período a que se referem estes textos, não há ainda vestígios de lusofonia. Há, sim o que Lisboa chama um “obscuro objeto de desejo”, que é a literatura africana de língua portuguesa, termo que engloba num coletivo as literaturas dos países africanos de expressão portuguesa.

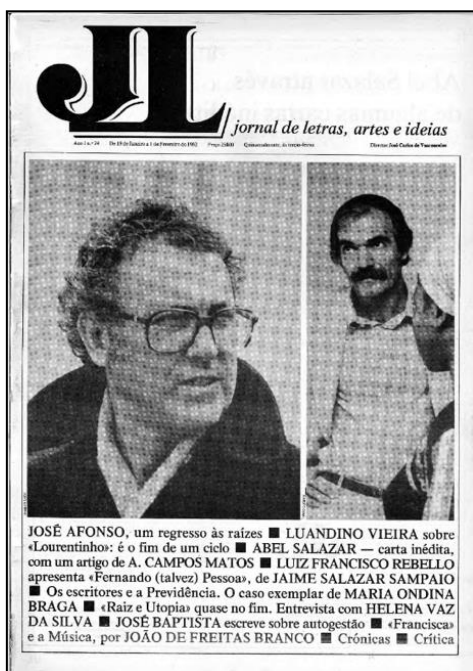


Figura 20: JL n.º 24, de 1.9.1982, p.1.



Figura 21: JL n.º 15, de 15.9.1981, p.1.

A figura 20 apresenta o retrato de Luandino Vieira (o primeiro rosto de um escritor dos PALOP a aparecer na capa) mas, note-se – está separado do artista português Zeca Afonso, como se os dois rostos em molduras demarcadas remetessem para espaços político-culturais e identitários distintos. Por sua vez, na figura 21, o nome de Pepetela aparece na capa, mas no meio de outros títulos, em caixa abaixo da imagem de Júlio Pomar. O escritor angolano não só não tem o seu nome em destaque como está no meio de uma amálgama de nomes; além do mais, o retrato da capa não remete para a realidade da literatura africana ou para o próprio autor. Uma idêntica caixa, ou moldura, delimita esse espaço cultural do restante e a imagem cria um ambiente de estranheza e exotismo associado a África – essa África que aí aparece é ainda *outra coisa* que não diz diretamente respeito aos portugueses. A ideia de *exotismo* está patente na capa do JL n.º 70 (figura 22),





Figura 22: JL n.º 70, de 25.10.1983, p.1.



Figura 23: JL n.º 158, de 16.6.1985, p.1.



Figura 24: JL n.º 270, de 7.9.1987, p.1.



Figura 25: JL n.º 357, de 9.5.1989, p.1.

com a imagem da Ilha de Moçambique associada ao título “Mistério e paixão” – ou seja, estes lugares são referidos com vocábulos que dão conta como esses territórios longínquos tanto nos atraem como nos são distantes e estranhos.

No JL n.º 158 (figura 23), aparecem duas molduras que separam uma parte sobre literatura e cultura europeia e uma parte (a caixa à esquerda) dedicada às

“literaturas africanas” das quais se afirma estarem “cada vez mais vivas”. O leitor fica assim alertado para a atenção que o JL passa a dedicar a esta área vaga, que inclui todos os países africanos de língua oficial portuguesa – ainda não se distinguem uns dos outros, são percebidos como uma amálgama, por oposição à literatura portuguesa da Europa. Note-se ainda que há uma referência à literatura africana específica de um tempo colonial português, com a distinção clara entre uma publicação portuguesa em África – “Ilustração portuguesa” (de Cabo Verde, mais precisamente) – e ao que terá aparecido depois da independência, referido por “literaturas africanas”. Nesta primeira página, a fissura, ou fio que traça uma cicatriz ou uma costura, pós-colonial é entre o que em África foi literatura de portugueses e o que já deixou de ser. Trata-se, ainda, de uma discursividade em construção que não aponta para a futura lusofonia, pois essa literatura outra, ainda que em português, e entendida em função de uma nacionalidade brasileira ou angolana, como se verifica respetivamente nas figuras 24 e 25. Desse modo, as literaturas

nacionais em português ainda não estão englobadas numa ideia de coletivo, as capas até agora em estudo mostram bem que a discursividade que funde as literaturas de países de língua oficial portuguesa ainda não dera lugar à ideia de um campo literário lusófono, ou seja, um campo literário comum. Este é o período em que começa a ganhar visibilidade algo que depois vai chamar-se “literaturas africanas”, expressão que aparece na capa do JL n.º 158 (cf. figura 23), sinal de que este termo ganhou alvará pela academia portuguesa, onde, aliás, começam a aparecer os primeiros “especialistas” desta nova área disciplinar.

A figura 26 junta três escritores de países africanos de língua oficial portuguesa, Nelson Saúde, Agualusa e Mia Couto. O título “África minha”, alusão a uma obra de Karen Blixen, alude a uma atitude nostálgica de uma África onde Portugal já esteve, mas de onde saiu. Esta edição do JL data de 1993, pouco antes das primeiras mesas-redondas para a criação da CPLP, a que o JL dará grande relevo. Compare-se esta capa com as capas dos números 618 e 628 (analisadas no capítulo anterior), que exaltam a ideia de uma Comunidade em Língua Portuguesa. Verifica-se que em Janeiro de 1993 não há a ideia de que a literatura de escritores africanos constitui parte da identidade portuguesa, o que surge depois, quando a discursividade lusófona arrancar em força. O que se lê, no texto que está acima das imagens destes escritores, é a chamada de atenção para um dossier de Nelson Saúde





Figura 26: JL n° 549, de 12.1.1993, p.1.



Figura 27: JL n° 347, de 28.2.1989, p.1.



Figura 28: JL n° 348, de 7.3.1989, p.1.



Figura 29: JL n° 475, de 13.8.1991, p.1

“sobre a literatura que hoje se produz na África de língua portuguesa”. Os escritores africanos aqui referidos constituem um grupo em si, são ainda um “eles”, que desperta curiosidade e interesse, é certo, mas não são um nós. Já houvera o apelo a uma congregação de escritores de língua portuguesa, como o demonstram as capas do JL n° 347 e 348, de fevereiro e março de 1989, sobre o 1º Congresso de Escritores Lusófonos (figuras 28 e 29). A mensagem terá de ser repetida, enfatizada, elogiada em várias instâncias culturais, diplomáticas políticas até tornar-se uma



evidência, e isso leva tempo e a um esforço de composição bem evidente no número 458, por exemplo, onde se reúnem retratos de escritores Mia Couto, Rui Knopfli e Jorge Amado (figura 27). Os retratos são colocados, de algum modo, num espaço individual para cada escritor, mas todos eles são reunidos por uma caixa vermelha onde se lê o título “Português: uma língua do mundo”. A mensagem reúne escritores de países distintos sob a língua em que escrevem, traço de união que justifica a sua presença em conjunto.

Essa união, uma vez naturalizada, conduz a composição de capas ainda mais veementes sobre essa ideia de que não há fronteiras entre escritores de língua portuguesa. Já não há “eles”, agora há “nós”, é o que se constata ao avançar um pouco mais no tempo. Atente-se nas capas do JL n.º 1042 (figura 30), uma fotografia que coloca lado a lado José Luís Peixoto, Agualusa e Miguel Real; do JL n.º 1085 (figura 32), com retratos conjuntos de Mia Couto e Agualusa ; do JL n.º 1100 (figura 33), onde Ondjaki e Maria do Rosário Pereira são apresentados lado a lado e repare-se ainda na capa do JL n.º 1104, juntando Mega Ferreira, João Tordo e Luís Cardoso (figura ).

É agora evidente que, mais importante do que uma pertença geográfica que os diferencie, é uma *pertença idiomática* e um *ofício* que os igualiza. Já não há um jogo semiótico que os “aproxima” ou os faz equivaler, como em capas anteriores, o discurso visual e verbal nivela-os, horizontaliza-os, isto é, apresenta estes escritores *como iguais*. Essas fotografias de pares ou de grupos, verdadeiros retratos de uma família literária ainda que geograficamente dispersa, reforça a mensagem de um campo literário lusófono feito do reconhecimento da diversidade, ideia que ganha força na discursividade lusófona do século XXI.

Há um “nós” que claramente se foi criando ao longo das várias capas do JL, um estatuto igualitário entre escritores em português de várias geografias. A inclusão, nas primeiras páginas, destes escritores num mesmo campo literário lusófono é por demais patente, é mesmo criada e encenada para o leitor, convidado, ele também, a fazer parte destas cenas quase íntimas, em que o olhar dos fotografados encontra o seu, o encara ao mesmo nível. Estas figuras em grande plano, cujo olhar se dirige diretamente para a câmara e, através desta, para o leitor, parecem iniciar uma conversa com ele ou incluí-lo na parceria e nos diálogos que a composição faz imaginar.



Figura 30: JL n.º 1042, de 8.9.2010, p.1.



Figura 31: JL n.º 1085, de 2.5.2012, p.1.



Figura 32: JL n.º 1100, de 28.11.2012, p.1.



Figura 33: JL n.º 1104, de 23.2.2013, p.1.

Recordando Volli, trata-se daquele “olhar pretensamente dirigido ao próprio observador” (Volli, 2016, p. 101), como se “os rostos [fossem] eles próprios capazes de nos ver” (Volli, 2016, pp. 101-102). Observando algumas destas primeiras páginas do JL, estamos perante um efeito ilusório de ver e de ser visto, de observar

e ser observado – um olhar que faz ricochete e, de algum modo nos põe no lugar do observado – através dele contemplamo-nos a nós próprios.

Volli explicara que a fotografia, tendo começado por ter apenas função estética, passa, com os jornais, a ter uma função social (cf. Volli, 2016, p. 110). Com os *media*, o poder desloca-se para o aperfeiçoamento e a captura de traços fisionómicos, que pode converter-se numa necessidade vital – “temos de nos habituar a ser vistos, venhamos de onde viermos” (Volli, 2016, p. 109). Habitua-mos também ao “panfletário fotográfico,” (Volli, 2016, p. 113), ideia que nos permite pensar que o uso de certas fotografias de autores lusófonos é, por si mesmo, panfletário, carrega toda uma discursividade ideológica, como se tentou demonstrar. As fotografias que foram sendo apresentadas ao longo desta secção constituem um discurso panfletário sobre o Outro, ou melhor, de relações com os que, falando português, são aparentemente concebidos como complementos literário-identitários de quem os olha. Porém, dizem mais de nós do que desses outros. Falam, na verdade, do JL e do seu olhar sobre o Outro, olhar esse que dá visibilidade ao sujeito lusófono. Dizem mais de um “olhar panfletário”, isto é, de um modo de ver que se projeta sobre o Outro para nele buscar apenas a confirmação do seu programa ideológico-identitário.

No seu conjunto, esta série de fotografias de escritores lusófonos pode ser entendida como uma imensa *Galeria de Retratos*, da qual emerge um conjunto, o dos escritores lusófonos. Uma tal galeria de retratos, que resulta do conjunto das capas do JL selecionadas para a série em análise, faz surgir um rosto comum dos vários rostos de autores individuais. As capas podem ser então entendidas como um dispositivo que produz rosticidade, ou seja, um dispositivo produtor e condicionador de identidade - “Os rostos concretos nascem de uma *máquina abstrata da rosticidade* , que vai produzi-los ao mesmo tempo que dá ao significante a sua parede branca” (Deleuze e Guattari, 2007, p. 221). No caso em estudo, essa máquina faz surgir uma *identidade lusófona*, que resultaria tanto do conjunto de rostos e vozes que em seu nome se congregam. Escapar a isso é ser capaz de rejeitar lugares-comuns, as *doxas* com que todos somos convidados a identificarmo-nos - “se o homem tem um destino, será, antes, escapar ao rosto, destruir o rosto e as rostificações” (Deleuze e Guattari, 2007, p. 223).

A imagem gráfica serve a mensagem que o JL escolheu valorizar, realça um nome, sublinha a proximidade, o mistério ou a familiaridade de um autor. Cada

fotografia encena uma relação do leitor com aquele rosto que tanto desvia o olhar, debruçado sobre a sua escrita, na intimidade do seu escritório, ou que parece observar o leitor de modo direto, interpelando-o frontalmente e convidando-o a fazer parte do conjunto, a identificar-se com os escritores que o olham frente a frente, e que, por esse olhar direto, o incluem na imagem.

### **3.2. Entrevistas – o que dizem os escritores**

Analisando a série das primeiras páginas do JL em que surgem escritores da CPLP<sup>141</sup>, detetamos a emergência do conceito de “escritor lusófono” depois de, na década de oitenta, esses mesmos escritores serem referidos como autores de *literatura africana de expressão portuguesa* ou simplesmente de *literatura africana em português*. Tais termos – “literatura africana de expressão portuguesa” ou “escritores africanos em língua portuguesa” – aparecem logo no início da primeira discursividade sobre os autores dos PALOP, mas vão caindo em desuso, já que passam a ser considerados politicamente pouco corretos, por introduzirem uma relação enviesada entre estes países, quer com o ex-colonizador, quer com o próprio idioma.

Esta secção, sobre entrevistas de autores dos PALOP<sup>142</sup>, busca identificar os traços de construção do sujeito lusófono que aí é afirmado ou questionado. O intento é perceber, a partir do diálogo entre o entrevistador e o entrevistado<sup>143</sup>, tanto a tentativa de reforçar a *doxa* vigente como, pelo contrário, a crítica do entrevistado em relação ao estereótipo, seja sobre a escrita, seja sobre lusofonia. Se bem que muitas das entrevistas surjam a propósito do lançamento de um livro específico ou da atribuição de um prémio literário, o que se busca é, para lá do particular, a fala de um modo de *ser-e-estar-em-comum* no idioma e na literatura.

---

<sup>141</sup> É possível consultar a série de todas as primeiras páginas do JL que seleccionámos para esta pesquisa, na pasta intitulada “série das capas do JL”, incluída nos anexos facultativos. Há uma outra pasta nos mesmos anexos facultativos, intitulada “anexos temáticos”, onde se podem ver fotografias ou textos sobre escritores dos PALOP e do Brasil, respetivamente a pasta “o escritor, o intelectual e o político”, com um dossier intitulado “JL – retratos de escritores” e a pasta identificada como “Portugal/Brasil”.

<sup>142</sup> As entrevistas são as que constam do *corpus* obtido a partir dos dados das primeiras páginas, registados em Excel. Optou-se por delimitar a análise aos autores de Angola e Moçambique por serem estes os países africanos com mais ocorrências de autores, de acordo com os gráficos da secção 1 deste capítulo.

O que se procura é a “voz” coletiva, feita de pedaços de várias entrevistas a escritores, que ajudam a compor a figura do escritor lusófono, personagem conceptual, como diria Deleuze (1986c), personagem que condensa uma ideia de sujeito lusófono, não no que diz de pessoal, mas no que, sendo feito dizer durante a entrevista, é usado para reforçar a coletividade lusófona com que o JL está comprometido.

Ao escrever sobre o estilo autobiográfico, Arfuch considera que o desenvolvimento da imprensa fez surgir um “novo género”, a entrevista a escritores. Tais entrevistas, segundo esta autora, têm “o mesmo *status* que suas cartas, diários íntimos, cadernos de notas, rascunhos...” (Arfuch, 2010, p. 214). Na sua opinião,



Figura 34: retrato de Mia Couto, JL nº 670, de 19.6.1996, p.1.



Figura 35: retrato de Ondjaki, JL nº 982, de 21.5.2008, p.1.

este género jornalístico subverte as distinções clássicas entre o público e o privado, uma vez que procura expor pormenores biográficos dos autores, tomados como modelo de valores e de comportamentos. Já não lhes basta apenas escrever, são convocados a dar testemunho, a intervir, nem que seja pelo seu exemplo. Eles são “aqueles que trabalham com palavras, que podem inventar vidas – e obras – e aos quais, paradoxalmente, se solicita o suplemento de uma voz” (Arfuch, 2010, p. 210). O que está em causa neste tipo de entrevistas<sup>144</sup>, explica, não é tanto o registo

<sup>144</sup> De acordo com Arfuch, como registo biográfico nas entrevistas de autor busca-se “envolver identidades coletivas e sentidos partilhados. Mas também se dá, aqui e ali, uma volta, frequentemente nostálgica, para o tempo quotidiano, os costumes, o traçado de histórias singulares, grupais, geracionais,



biográfico factual, mas as “estratégias de instauração do eu, as modalidades de autorreferência”, pois “o momento autobiográfico da entrevista apontará para a construção de uma imagem de si, ao mesmo tempo que tornará explícito o trabalho ontológico da autoria...”



Figura 36: retrato de Vinícius de Moraes, JL nº 1128, 25.12.2013, p.1.



Figura 37: retrato de Chico Buarque, JL nº 489, 19.11.1991, p.1.

O que se repara, ao analisar as entrevistas ao longo de uma série, é que elas acabam por ter uma estrutura similar, determinada pelo entrevistador ou pela convenção do gênero e apresentam temas recorrentes, a que Arfuch chama biografemas, “motivos estereotípicos”, que dá à entrevista de escritor esse cunho de verdade partilhada: “avatares da experiência, demonstrações, reflexões, os desacertos, tropeços, desenganos, mas também acertos, sucessos, virtudes: a vida como cumprimento, como realização.” (Arfuch, 2010, p. 159). Os escritores convidados a dar voz a uma certa ideia de lusofonia já que cada entrevista “revela marcas de conversação, marcas de teatro, do diálogo socrático, a arena política”, todas seguem uma “standartização temática e de procedimentos”, apresentam “percursos pré-determinados e modos de andar bem conhecidos. (Arfuch, 2010, pp. 159-160).

a afirmação de novos mitos fundacionais e políticas de identidade” (Arfuch, 2010, p. 6). O que está em questão neste capítulo é como as entrevistas contribuem para a construção de uma identidade coletiva em língua portuguesa.

Um dos traços retóricos das entrevistas a autores lusófonos, no JL, é o tema da transição entre mundos, entendida não apenas mestiçagem biológica mas também cultural e emocional, o que se revela particularmente interessante para quem analise a discursividade sobre a literatura lusófona. Não se trata apenas de referir um certo cosmopolitismo, próprio de uma época em que a viagem e o contacto internacional afetam a vida e a vivência da literatura. A par dessa vida mundana há também a ideia de que a viagem e o contacto direto com o Outro permitem uma atitude de tolerância, tão ao sabor do luso-tropicalismo. Assim se compreende que a viagem alimenta também o imaginário lusófono. Veja-se, a título de exemplo, a introdução a uma entrevista a Agualusa no JL – “José Eduardo Agualusa é um viajero, (não confundir com turista), daqueles que fazem da sua geografia sentimental a sua própria identidade” (JL 1.5.2002, p. 6).

Atente-se, igualmente, nestas palavras de Mia Couto:

Um escritor é um ser que deve estar aberto a viajar por outras experiências, outras culturas, outras vidas. Deve estar disponível para se negar a si mesmo. Porque assim ele viaja entre identidades. E é isso que um escritor é – um viajante de identidades, um contrabandista de almas. Não há escritor que não partilhe dessa condição: uma criatura de fronteira, alguém que vive junto à janela, essa janela que se abre para os territórios da interioridade” (JL, 12. 6.2013, p. 6).

De algum modo a ideia de viagem evoca, em Agualusa, como certamente noutros, a ideia de cruzamento de influências, de usos distintos do idioma:

Acho que há uma superlíngua portuguesa , que deve ser a língua comum, a língua do diálogo dos povos comuns; e há as línguas portuguesas de Portugal, a língua portuguesa do Brasil, a língua portuguesa de Angola, a língua portuguesa de Moçambique, a língua portuguesa de Cabo Verde. Nessa imensa variedade é que está o grande valor da língua portuguesa. Não acho que isso empobreça ou separe a língua, pelo contrário, isso é o motivo maior da vitalidade formidável da língua, que está crescendo cada vez mais. Hoje é a língua de sete países independentes, é uma língua da diferença. (...). Você tem de pensar que o português é a grande língua de África. (JL, 9.11.1994, p. viii).

Reside aí um paradoxo discursivo da própria ideia de lusofonia, já que, por um lado, sublinha-se que os escritores ombreiam um mesmo mundo literário através do idioma que têm em comum, mas, por outro lado, deseja-se sublinhar a sua origem algo exótica e identificar o escritor como porta-voz de mundo locais, distantes, misteriosos. É nesse duplo sentido que a viagem aparece como metáfora

de vivências “lusófonas”, muitas vezes elemento intensificador do capital lusófono de cada um. Agualusa parece ganhar mais credibilidade por ter vivido em Angola, Portugal e Brasil, como se o facto de conhecer mais países de língua portuguesa aumentasse, em igual proporção, a sua autoridade e fundamentasse as suas opiniões pessoais sobre a lusofonia que, em 1996, se via consubstanciada na CPLP.

Uma das primeiras entrevistas de Agualusa permite perceber o seu desejo de adequação a uma imagem em construção, a de apoiante oficial dessa lusofonia ainda por consolidar. A CPLP ainda não existia, era apenas um projeto, defendido por Agualusa em entrevista ao JL a 9 de novembro de 1994, referindo-se-lhe como sendo “fundamental para todos os países de língua portuguesa”:

A criação da Comunidade é também do interesse de Angola e dos restantes países africanos, na medida em que, além do mais, é seu interesse ter uma voz a nível internacional. Se Angola decidisse falar quimbundo na ONU não teria qualquer expressão, não conseguiria impor as suas vontades (...). A afirmação da língua portuguesa no mundo é importante para a minha sobrevivência cultural, também enquanto escritor. Sou escritor de língua portuguesa, a minha língua materna é o português, e tudo quanto diga respeito a essa língua me diz respeito (JL, 9.11.1994, p. viii).

Agualusa mostra um desejo de adequação à nova forma discursiva que começa a impor-se, nesse ano de 1994. Escritor angolano com descendência portuguesa e angolana, Agualusa viveu em Lisboa e no Brasil, o que parece ser um bom aval para o seu recém-adquirido estatuto, de escritor lusófono. A entrevista foi-lhe feita por ocasião da entrega do Prémio de Jornalismo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, atribuído pelo Banco do Brasil. O próprio escritor reconhece o seu papel de modelo lusófono, pois reconhece que a atribuição de um tal prémio não foi surpresa. É que, explica, “infelizmente há pouca gente a trabalhar na área da lusofonia. Neste momento, sou a única pessoa que, todas as semanas, tem uma coluna fixa dedicada em exclusivo a este tema” (JL, 9.11.1994, p. viii).

Veja-se que em 1994 ainda não fora criada a CPLP, e a lusofonia, era ainda coisa vaga e retórica, apenas referida nesta entrevista como sendo mais conhecida do que realmente é no JL. Ao referir-se-lhe como “área” da literatura em que é o único escritor mais claramente comprometido, Agualusa como que dá um cariz ainda mais institucional à “área lusófona” a qual, enquanto campo literário está apenas a emergir, enquanto atribui a si mesmo o papel de único escritor comprometido com uma tal “área”.



É este jogo retórico que anima o JL sobre o tema da língua portuguesa enquanto comunidade. Trata-se de um jogo entre raridade e evidência naturalizada, entre desejo de algo por surgir a par da constatação de que algo está por criar. Agualusa adequando-se ao papel de único escritor da lusofonia, assume um estatuto especial:

O que lhe posso dizer é não existe muita gente que, de maneira específica, trabalhe nesta área, enquanto o meu trabalho se debruça essencialmente sobre a cultura dos países de língua portuguesa. Além da coluna no “público” realizo um programa semanal na TSF, também difundido em África e no Brasil (...) Não conheço mais ninguém que se tenha especializado neste campo (JL, 9.11.1994, p. viii).

Vejamos, tanto o entrevistador como o entrevistado fazem um jogo de equilíbrio entre afirmar como existente algo que, com as suas próprias palavras ajudam a criar. É uma visão que começa a ser articulada nas falas visionárias de Agostinho da Silva e se materializa no projeto diplomático-político de José Aparecido de Oliveira, Mário Soares e Sarney. Projeto que encontrou no JL um dos seus principais arautos, sobretudo através dos editoriais de José Carlos de Vasconcelos, e as entrevistas a escritores. Agualusa elabora uma explicação para tornar visível aquilo que está ainda a ganhar forma, e do que se sente legítimo representante, pela sua história de vida e a sua obra literária:

é um projeto fundamental e importantíssimo para a sobrevivência dos países lusófonos e para a imposição da língua portuguesa no mundo (...). Existe então um parentesco com os países onde o português é falado, e o Brasil, apesar de ser um país uno e rico, *necessita destes países para se afirmar internacionalmente*. Da mesma maneira, Portugal não sobreviverá sem uma ligação forte aos países de língua portuguesa, pois *o que se encontra em jogo é a identidade. Se esta ligação não for efetiva, Portugal perderá a sua identidade. A razão de ser de Portugal, do Brasil ou de África, passa pela existência dos outros países de língua portuguesa* (JL, 9.11.1994, pp. viii- ix; *italico meu*).

Cá estão os temas caros à retórica lusófona, tais como i) a defesa do idioma, ii) a fraternidade e interdependência entre os povos com a língua em comum, iii) a inevitabilidade de um futuro partilhado, sem o qual a sua própria identidade estaria em causa. Mas o que ressalta das suas palavras, é o que chamo de *desejo do Outro*, um Outro sem o qual a própria existência de cada um dos países pode estar comprometida, no plano internacional. Este é o desejo que tão intensamente opera

no JL, quer nos editoriais do seu diretor quer nos escritores, como Agualusa, mais próximos da lusófona, ou mesmo noutros, mas distanciados.

Evocando o trabalho de Arfuch, percebe-se que as entrevistas do JL a escritores da CPLP buscam constantemente esse momento de revelação da vida interior, o momento confessional, a admissão de vivências que possam ser, de algum modo, reveladoras de um certo tipo de identidade idiomática e coletiva, modelo de comportamentos a adquirir, pilares de verdadeiros processos de subjetivação: “a linguagem dos outros faz nascer também no sujeito que cresce algo que lhe pertence inteiramente como próprio (...), que é a sua língua e que é ao mesmo tempo o produto das suas relações com os outros.” (Arfuch, 2010, p. 91).

Na maior parte das entrevistas analisadas é recorrente o que Arfuch identifica como sendo o “biografema” da infância. Neste caso mais específico, este biografema ganha contornos especiais, pois evoca-se a infância não apenas para procurar a origem de um génio literário ou as etapas de iniciação à escrita. São mais referidas experiências infantis que tivessem servido de iniciação à língua portuguesa, que tenham despertado o prazer de trabalhar esta língua específica, algo que indicie um destino especial e uma particular relação com a escrita, sim, mas permitindo relações com o universo da CPLP. Há outros temas que são recorrentes e específicos a autores em quem se quer ver um modelo de sujeito lusófono, a saber, a vivência da diferença multicultural, as viagens como modo de conhecer o *Outro-em-português*, o contacto com a cultura do Outro que, sendo desconhecido, nos é contudo familiar pela partilha do idioma. Trata-se de uma dupla vivência, como a descreve Mia Couto:

a minha infância teve um pé na casa e outro no mundo. Os jogos, a iniciação ao universo chegavam-me em duas línguas, duas culturas. Cabia a tarefa de construir, dentro de mim, pontes, linhas de costura entre esses dois sistemas de conhecimento” (JL., 1996, p. 59).

Couto radica nestas experiências da infância esse gesto de tentar aproximar ou conciliar diferenças - “Necessito inscrever na língua do meu lado português a minha individualidade africana. Necessito tecer um tecido africano e só o sei fazer usando panos e linhas europeias” (JL, 17.8 1994). Pelo idioma em trânsito a identidade

inicial relativiza-se. À identidade nacional acrescenta-se uma identidade idiomática que ultrapassa fronteiras nacionais.

À pergunta do entrevistador sobre se foram marcantes as experiências em outros países lusófonos, Ondjaki responde afirmativamente:

Foram, na medida que compreendi que da diversidade nasce uma certa união”. E acrescentava – “É bonito observar como, nos encontros de escritores que se realizam em Angola, Moçambique, em Portugal ou no Brasil, se produz uma espécie de pré-empatia entre irmãos de língua (Ondjaki, JL, 21.7.2004, p.17).

E Ondjaki aponta também o seu lado negativo:

Depois, há um aproveitamento político da lusofonia que cria algo que não é real, como associações que não têm eco nem expressão. É o caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e de outras associações que apenas servem de pretexto a atos que são meramente políticos ou diplomáticos. Não se faz qualquer esforço no sentido de fomentar grandes trocas ao nível do livro, da pintura e da educação (...). O Brasil, por exemplo, faz questão de ignorar as realidades de África de língua Portuguesa até de Portugal. Vive preso numa realidade norte americana que, por sua vez, ignora o Brasil. *No entanto, há um certo movimento intelectual muito interessado em retomar os laços com a Lusofonia. Pude constatá-lo, há três anos, quando estive no Brasil* (JL, 21.7.2004, p. 17, *itálico meu*).

Este ideal programático aqui expresso por Ondjaki, esse desejo de “retomar laços com a lusofonia”, de que se tornará crítico mais tarde, confere à discursividade lusófona uma nota de credibilidade e incentiva, no leitor, o desejo de um determinado comportamento neste sentido. Assim se atinge o público, cuja educação escolar o leva a identificar-se com um livro ou com um escritor. O leitor, ao ler ou escutar a voz do escritor, tende a “tomar o seu lugar no jogo do desejo, de que toda a linguagem é o teatro: é preciso repeti-lo, a escuta fala” (Barthes, 2015, p. 247).

Ao analisar a série das entrevistas que foi criada expressamente para a pesquisa, procura-se escutar tanto a voz do autor como a voz da *doxa*, que através do entrevistador procura encaixar o autor num determinado estereótipo<sup>145</sup>, fornecendo-lhe, muitas vezes, uma grelha prévia para falar de si. Alguns autores

---

<sup>145</sup> “Geralmente o estereótipo é triste, porque é constituído por uma necrose da linguagem, uma prótese que vem fechar um buraco da escrita; mas ao mesmo tempo pode provocar uma imensa gargalhada: toma-se a sério: julga-se mais próximo da verdade porque indiferente à sua natureza de linguagem: é ao mesmo tempo deformado e grave” (Barthes, 1975, p.38). E ainda – “o estereótipo é no fundo um oportunismo: conforma-se com a linguagem reinante (...); falar por estereótipos é colocar-se de lado da força da linguagem; este oportunismo deve ser (hoje) recusado. (Barthes, 1975, p.39).

aceitam essas perguntas melhor que outros, participando ou não nesse “jogo de espelhos”, um jogo discursivo, tanto verbal como visual, entre o JL, os escritores e os leitores. Trata-se de um jogo de multiplicação e de rarefação de imagens e de vozes, de figuras retóricas recorrentes, tanto nos textos como nas imagens, que forcem a repetição, a reverberação e a identificação. Um jogo entre o JL, o leitor e o Outro, um *Outro* percebido como *Mesmo*, como complemento/apêndice de mim, ou de um Outro que introduz *a experiência radical e absoluta da diferença* e que, por isso, me desafia ao encontro da sua “outridade”, ao encontro do seu próprio *Rosto*, para usar a expressão de Levinas (2008, 2013) Sobre esta diferença afirma Mia Couto:

Benefício de uma situação privilegiada porque tenho *um pé na norma e outro na errância* a que está sujeita a língua portuguesa. Ou, se quiseres, estou vivendo numa outra cultura uma língua que me é materna... (JL, 17.8.1994, p.14; *itálico meu*).

[o português] Provavelmente é a língua mais viva do mundo, por causa deste processo com que está a ser retrabalhada e de uma maneira bastante profunda.” Explica – “E o que acontece nas ex-colónias portuguesas não acontece, ao mesmo nível, nas ex-colónias inglesas ou francesas. (...) O segredo não reside na língua em si, mas nos processos históricos que estiveram na base da presença em África (JL, 17.8.1994, p.14; *itálico meu*).

A respeito do receio de que o inglês, em Moçambique, venha a retirar o lugar ao idioma português, acrescenta que o número de falantes aumentou em relação ao tempo colonial ainda que seja um mito a ideia de que toda a população de Moçambique se exprima em português - “Há-de vir a falar”<sup>146</sup>. Adianta Mia Couto nas duas próximas passagens:

Os 500 anos de colonização são um mito. (...) a posição das frentes de libertação (MPLA ou a Frelimo), ao assumirem, sem nenhum complexo, que o português era a língua não só oficial mas também de cultura, contribuiu para a maneira como o português se popularizou depois da independência. E foi uma das grandes vitórias da própria independência (...). O português, é, de facto, uma das únicas garantias da unidade e da manutenção daquele país com as fronteiras que tem e como projeto que vem de mesmo antes da independência. Parece paradoxal, mas é preciso recorrer a qualquer coisa estrangeira

---

<sup>146</sup> Sobre o idioma português em Moçambique e a ideia de Lusofonia eis o testemunho de Mia Couto “Hoje fala-se mais português do que há 10, 20, 30 anos. A guerra desfez o único elo que levava o português a todo o lado, mas a rede escolar está a ser reconstituída. (...). A ideia de que Moçambique é um país que fala português é uma ideia construída. Há-de vir a falar. A televisão, que está agora instalando-se em várias províncias, tem uma capacidade de atracção enorme e transmite só em português. Como aconteceu no Brasil. E daí, dentro deste quadro das lusofonias, sobre o qual tenho uma certa reserva em falar” (Couto, 1994, 17 de agosto, pp. 14-15).

(“estrangeira”, entre aspas) para se construir a identidade nacional. E ela se constrói muito por confronto, por contraste com outros países que estão nas margens de Moçambique e todos eles falam inglês...” (JL, 17.8.1994, p. 15).

Nós estamos tão dominados pelo fantasma de que a língua portuguesa está a desaparecer em Moçambique que mal vemos o dinamismo que está a surgir do modo como aqueles povos se apropriam dela. Eles não são apenas consumidores, são também produtores e coprodutores da língua e, nesse aspeto, fazem-no com muita liberdade e de modo a que a cultura que lhes é própria faça estalar o edifício do português padrão e dessas fraturas haja a emergência de termos novos, de construções novas. E estas fraturas deixam ver outra maneira de olhar o mundo (JL, 17.8.1994, p. 115).

Noutras entrevistas encontram-se passagens idênticas sobre este processo de enriquecimento do português por via de contacto com outras culturas, como nestas duas que se seguem, em que diz Agualusa:

“Quem tomou o poder em 75 (o MPLA) tinha já o português como língua materna. O MPLA representava uma certa burguesia urbana e as velhas famílias Luandenses que há muito falavam português (...). *Hoje o mais impressionante é que entre a juventude das cidades o português é praticamente a única língua* (JL, 1.5.2002, p. 7).

Ainda que o aumento dos falantes de português ameace as línguas nacionais de Angola e Moçambique, é certo que ele próprio sofre influências e se vai modificando, explica Agualusa:

A língua portuguesa não foi criada pelos portugueses, foi criada por todos nós. Quando os portugueses dizem “cachimbo”, estão a utilizar uma palavra angolana, quando dizem “minhoca”, estão a utilizar uma palavra angolana que provém do quimbundo “nhoca”. “Caçula” é outra palavra angolana. “Oxalá” é o que resta do termo árabe “inch-allà”. A língua portuguesa foi criada e recriada por muitos povos. A partilha cultural entre todos estes povos é algo antigo, algo superior a qualquer movimento racista, é uma ação espontânea das populações, cresce e manifesta-se todos os dias. Todos os dias, a cultura portuguesa se enriquece um pouco mais com a cultura africana e não há racismo que consiga deter isto (JL, 9.11.1994, p. ix).

É frequente, em várias entrevistas, o reconhecimento sobre o enriquecimento da língua portuguesa por novos usos, quer no Brasil quer em África, a par de uma valorização desse processo que vai, por vezes, na contramão da correção gramatical. Porém, Mia Couto admite que esse português matizado de influências das línguas locais serve de fonte para a sua escrita. E adianta:

há ali um arejar, um recolorir da língua que me encanta. Mas eu defendo que, mesmo a nível individual, deve ser encorajada a posição de cada um de nós

(independente de ser ou não escritor) seja um produtor do idioma e não apenas um seu utente. (JL, 13.8.1991, p. 11).

Ainda que reconheça o valor da norma gramatical, a qual há que conhecer na escola, concorda Couto, ainda que apele também a uma liberdade de expressão, que cabe a cada um assumir:

falta, contudo, encorajar a desobediência que provenha da criatividade. *Falta premiar a capacidade de inventar que provenha não da ignorância mas do domínio da norma.* Porque desse usufruto da língua pode nascer uma dimensão lúdica, a das “brincadeiras (JL, 13. 8.1991, p.11).

Temos aqui presente a ideia de desvio na criatividade literária, o uso artístico do idioma oscila entre um bom conhecimento da norma e a brincadeira transgressora, inventiva. O apelo de Mia Couto vai no sentido de que todos se sintam “coprodutores da língua”, tal como Craveirinha, o poeta moçambicano que, com a sua obra, não apenas “verseja em português”, mas, sobretudo, no entender de Mia Couto, “cria um país”. O que é inovador, de acordo com Mia Couto, é o modo como Craveirinha vai esculpindo verso a verso uma nova nação:

Craveirinha não simplesmente verseja em português. O poeta escreve Moçambique através da língua portuguesa. Ele convidou o ronga e o português a um namoro fecundo... (JL, 13.8.1991, p. 11).

Mia Couto admite também desejar imprimir na língua portuguesa uma “impressão digital” moçambicana. Não concebe o desvio idiomático, seja vocabular ou sintático como um cortar de laços, mas como contributo e enriquecimento do idioma, como modo de levar ao extremo as suas capacidades expressivas, de um modo que seria impensável na ex-metrópole, pois implica um cruzamento do português com estruturas sintáticas e vocábulos de línguas nativas.

Recusar normas gramaticais, de acordo com Mia Couto, implica também a capacidade de recusar estereótipos, identidades forjadas que encerram o Outro em visões ultrapassadas:

Também os africanos têm de se revelar para além das ideias feitas que importaram sobre si próprios. O drama é mais profundo porque os africanos se revêm numa identidade que foi construída. Uma ideia de África exótica, para responder à tese segundo a qual não temos história ou cultura” (JL, 18.6.2008, p. 23).

Uma tal mistificação, lembra Mia Couto, não surge só nas atitudes, mas também, nos rótulos com que mutuamente nos classificamos: “estamo-nos

cruzando através de máscaras, de equívocos profundos que são por um lado aquilo que nos afasta, mas também a única maneira de nos reconhecermos como família” (JL, 10.5.2006, p. 14). A mesma ideia de estereótipo sobre o Outro é desmontada por Pepetela, que afirma haver, sim, desentendimentos, não apenas mal entendidos: “Quem diz que conhece Angola porque a visitou há 40 anos só pode estar a brincar. Ouço muitas vezes isso em Portugal. E solto gargalhadas. É um disparate monumental. Quem está há 40 anos fora não conhece nada de Angola” (JL, 30.10.2013, p.9).

Estas gargalhadas de Pepetela em relação às projeções de quem pretende conhecer Angola por lá ter estado antes da independência recorda-nos que a identidade e o Outro não são conceitos fixos. O desafio no encontro com o Outro é deixar de lado os pressupostos com os quais elaborámos uma imagem prévia, é partir para o encontro despojado de certezas. Mia Couto critica essa retórica que vive apenas de palavras e boas intenções:

Confundimos a cerimónia que deve andar à volta de ações concretas com a própria ação. Fazemos conferências, encontros, simpósios e a nível institucional queremos criar comunidades várias. Os ingleses e os franceses estão a fazer coisas muito mais sérias, sem fazer festa nenhuma, enquanto nós estamos a discutir como é que apertamos os sapatos e não calçamos as meias (JL, 17.8.1994, p.15).

Eis a razão pela qual, ao receber o prémio Virgílio Ferreira, em Portugal, Mia Couto faz uma crítica à ideia de lusofonia:

direi que este prémio me deu grande felicidade. E uma das razões *é porque não vem a coberto de nenhuma dessas coisas, tipo lusofonia ou consagração de um autor de língua portuguesa, mas pela qualidade literária (...)*. É que aqui sou estrangeiro mas não estranho. Encontro aqui grande parte das minhas raízes. E sinto um grande gosto por estes laços de afetividade com Portugal e a cultura portuguesa (JL, 1999, 10.3.1999, p.7).

Da análise das entrevistas de escritores, o que se apreende é o jogo entre a retórica oficial lusófona e a sua desconstrução, a denúncia de processos de identificação artificialmente construídos e a busca de uma identidade em diálogo e em transformação. Essa contestação acabará por surgir também em autores portugueses e brasileiros, pelo que esta tese não pode terminar sem a referência a autores que levantam essa questão, na medida em que abrem a possibilidade de, sobre o *Outro-em-português*, dizer algo novo.

### 3.3. Entrevistas a escritores lusófonos

*Somente renovando a língua é que se pode renovar o mundo.*

(Guimarães Rosa).

*Se não me esqueço de quem sou, porque terei medo do que serei?*

(Alexandra Lucas Pires).

Alguns escritores dos PALOP, ao serem entrevistados, recordam as suas influências literárias. Tais testemunhos confirmam o contacto com autores portugueses e brasileiros, muito antes da independência dos seus países. São frequentemente referidos os nomes de Jorge Amado e de Guimarães Rosa, vistos como tendo sido decisivos para a sua escrita. Veja-se, sobre isto, as declarações que se seguem, respetivamente de Pepetela e Luandino Vieira:

Quando nós começámos a escrever conhecíamos, sim, escritores africanos, mas de colónias portuguesas. Conhecíamos também escritores do Brasil e de Portugal. E também da literatura norte-americana., francesa, a escola russa do século passado, etc. (...). Por exemplo, o que o Luandino faz com a língua portuguesa em África nunca se fez com o francês ou o inglês. Aí, sem dúvida, que contribuiu a literatura do Brasil. Muito mais do Brasil que de Portugal. José Lins do Rego, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Jorge Amado, etc. Nós conhecemo-los antes de conhecer a literatura portuguesa moderna. Nos anos 57, 58, chegava a Angola normalmente (JL, 2.10.1990, p.7).

No que respeita à literatura brasileira, os escritores do Nordeste, sobretudo Jorge Amado, influenciaram-me. Mas comecei pelos naturalistas portugueses, e se Camilo nunca me interessou, de Eça de Queiroz li bastante. Depois, os neorrealistas portugueses, Alves Redol sobretudo e os poetas (...). Guimarães Rosa ensinou-me que um escritor tem a liberdade de criar uma linguagem que não seja a que os seus personagens utilizam. Mas para mim, a grande lição de Guimarães Rosa também é esta: os atropelos que se possam fazer à língua clássica, à língua erudita, no sentido de propor uma língua mais popular, têm que ser atropelos que se fazem por conhecimento muito íntimo com a língua e não por seu desconhecimento (JL, 19.1.1982, p. 8).

Se a língua e a literatura foram chamadas a desenhar países e a reforçar identidades nacionais, durante e após a guerra colonial, é agora evocada como alicerce da própria identidade lusófona, transversal a vários países. Língua e literatura serão o pilar de uma *trans-identidade idiomática*, logo, apoiada na própria ideia de viagem e de travessia, enquanto trânsito entre mim e o Outro.

Frequentemente, porém, o entrevistador do JL faz perguntas que parecem reforçar um movimento até um Outro idealizado, para reencontrar o Mesmo.



Algumas críticas dos próprios escritores entrevistados no JL irão quebrar esta tendência, sobretudo nos anos mais recentes. Desafiando a homogeneidade do discurso lusófono, estes autores sugerem que a discursividade sobre o Outro o reconheça como alheio e completamente distinto. Desafiam-nos, assim, a que esse encontro nos leve a sermos o *Outro de nós próprios*, condição necessária, de acordo com Levinas, para um mais autêntico encontro com o *Outro na sua diferença* e no seu real estatuto de *outridade*. Vejamos o que dizem Mia Couto e Luandino Vieira, respetivamente na primeira e na segunda transcrição abaixo:

A África não é uma coisa assim tão estranha mas tem de ser percebida. Não basta pedir aos europeus que a entendam. Também os africanos têm de se revelar para além das ideias feitas que importaram sobre si próprios. O drama é mais profundo porque os africanos se revêm numa identidade que foi construída. Uma ideia de África exótica, para responder à tese segundo a qual não temos história ou cultura (JL, 18.6.2008, p. 23).

Há muita mistificação sobre o que é África. (...) a ideia que se firma das cores, do cheiro particular de África, não a me parece que os africanos ganhem muito com ela. (...). E pensar que os africanos são especialmente qualquer coisa pode mesmo ser perigoso e devemos contrariá-la. (...). O perigo está em pensar que resultam de imanências, de essências (JL, 10.5.2006, p. 13).

A recusa de se encaixar em estereótipos está na base de um apelo a um movimento de rutura com o conhecido, o que sustenta o gesto literário nas ex-colónias, como se viu já no capítulo 2.

Ainda hoje parece ser necessário ter-se consciência da tensão a que a língua e os modelos literários estão sujeitos quando deslocados para outras paragens. Trata-se de uma tensão tanto vivida no Brasil do século XIX como nos próprios PALOP, no século XX - a dificuldade de ver o escritor-em -português como um *igual* está patente no olhar algo exótico do JL na primeira discursividade lusófona.

Nesses novos países, falar de língua e literatura é falar da necessidade de criação de uma identidade e de uma nacionalidade, da resistência ao código idiomático imposto pela ex-metrópole. O próprio Mia Couto afirma-se consciente do papel que tem a escrita na construção de um país, no contorno de uma nova formulação identitária:

Existe, sim, um paralelo entre as minhas histórias e o percurso do meu país (...). Os escritores da minha geração beneficiam dessa circunstância extraordinária: são contemporâneos do seu próprio país. E isso cria cumplicidades profundas. Telúricas. Estamos inventando a nossa pátria (...) na medida em que

Moçambique está ainda definindo, está buscando identidades nos seus próprios contornos, está buscando identidade cercado por urgências do tempo e da modernidade (JL, 18.9 2002, p.11).

Nestes países recentes o trabalho sobre a língua, seja daquele que escreve e ou daquele que lê, deverá ser o de modelar um novo rosto que esteja livre de estereótipos. Há que forjar outra expressão vocabular e sintática, que corrija os traços identitário-literários recebidos da metrópole.

Depreende-se, pois, que é preciso falar de um outro modo, ser capaz de introduzir, na língua e nos sujeitos, o erro, o ruído, isto é – a diferença, o desvio, a deformação inovadora. Enquanto sujeito idiomático e coprodutor de uma língua, o trabalho de cada um, em busca do seu próprio rosto, é o trabalho de distanciamento e de crítica que lhe permita a recusa das máscaras que várias fontes de poder lhe colam ao rosto. Será o *falar de outro modo*, recusando o estereótipo:

Pôr à distância o estereótipo não é uma obrigação política, porque a própria linguagem política é feita de estereótipos; *mas é uma obrigação crítica*, quer dizer: que visa a pôr em crise a linguagem (...) é opor a produção da linguagem à sua utilização simples e enganadora. E depois ainda, *é sacudir o discurso do Outro* e constituir em suma uma operação permanente de pré-análise (Barthes, 1975, p. 38).

De acordo com Barthes, o estereótipo coloca-se “ao lado da força da linguagem”, pode dizer-se que “é no fundo um oportunismo: conforma-se com a linguagem reinante”, isto é, “com o que, na linguagem, parece dirigir (uma situação, um direito, um combate, uma instituição, um movimento, uma ciência, uma teoria, etc.)”, pelo que, continua o autor, o papel de quem pretenda adotar uma atitude crítica, será “o de recusar o oportunismo do estereótipo” (Barthes, 1975, 38). Em algumas entrevistas surge o apelo a que se resista a ideias feitas, ideias que fixam ideias de si mesmo e de um *Outro-em-português*. Isso parece afirmar Mia Couto, com outras palavras, quando o jornalista lhe pergunta se lhe agrada a ideia de lusofonia:

Agrada-me se a minha cultura não for vista como a cultura do outro. E se se entender que dentro de cada um de nós existem culturas diversas. Não há culturas puras. A ideia de mestiçagem também me agrada, mas há sempre o perigo de se pensar que ela surge porque há duas linhas puras que depois se misturam. Mas essas linhas puras já são misturadas. A mestiçagem é a sua própria condição. O multiculturalismo é muito mais antigo do que pensamos (JL, 18.6.2008, p. 23).

A lusofonia, adianta o mesmo autor, deveria passar pelo reconhecimento da diferença:

Somos diferentes não tanto nas identidades mais fáceis, como raça e sexo, mas do ponto de vista histórico e cultura. Algumas línguas de Moçambique não têm palavras para dizer coisas que parecem universais nas línguas europeias e nas suas categorias mentais (JL, 18.6.2008, p. 23).

Surge a possibilidade de falar de uma relação com os outros de língua portuguesa que recuse os lugares-comuns que temos vindo a desmontar, mas isso passa pela recusa de ecoar a fala geral. Isso implica não nos deixarmos encantar pela sedução discursiva das instâncias do poder, e passa ainda pela perceção de que o discurso social está enfaixado em dogmas que, de tão naturalizados, estão quase invisíveis.

Convém evocar um artigo de António Pinto Ribeiro (2013), publicado em *O Público*, onde desafia as verdades sobre nós e os Outros com acutilante lucidez, escrevendo na contramão das evidências lusófonas socialmente generalizadas:

A lusofonia é a última marca de um império que já não existe. E o último impedimento a um trabalho adulto sobre as múltiplas identidades dos países que falam português

Lusofonia é um conceito vago, demasiado vago – e uma versão *kitsch* de uma boa relação de Portugal com os países que foram colónias, que são ex-colónias. Alimentada pela esquerda mais retrógrada e pela direita mais nacionalista e nostálgica do império, a lusofonia tem uma história, balizada por alguns acontecimentos. (...) Porém, a lusofonia, *no logro de ser uma pátria de uma língua comum, uma forma torpe de neocolonialismo, é também a prova da incapacidade de construção de um país pós-colonial que não consegue olhar as suas ex-colónias numa relação de confronto de interesses e de respeito pelas identidades que cada um desses países pretende construir*. Com tudo isto há, por parte da esquerda conservadora, uma pretensa relação, baseada nos afetos e nos negócios; e, na direita, uma relação que se baseia na nostalgia, nos negócios e na defesa do uso da língua conforme à sua matriz lusitana.

Ribeiro apela a uma mudança na relação com o Outro, para uma nova relação, que implique uma escuta de desejos e necessidades que ele próprio manifeste, sem impor se lhe impor o desejo de quem só parece falar unidireccionalmente. Como outros críticos de uma retórica lusófona, que reforça a homogeneidade cultural e idiomática, António Pinto Ribeiro sublinha a urgência de se valorizar, não um sentimento de *reconhecimento*, mas de *estranheza*. Isso seria fundamental para um novo tipo de relação com os povos que nos forcem a viver uma alteridade idiomática dentro e através do nosso próprio idioma. O autor manifesta-se claramente contra

um suposto diálogo em que o Outro não tem direito a réplica, não participa na alternância de enunciados nem a compreensão do sentido do enunciado chega a ser mútua:

Colonizar ou neocolonizar e civilizar sempre estiveram juntos; por isso é recorrente encontrar, *sob a forma de cooperação, a imposição de um assistencialismo em língua portuguesa que civilize sem "lhes" perguntar* (a eles) – como reclama Appadurai – o que querem (o que quer o outro) e como querem (como quer esse outro) a cooperação (Ribeiro, A. P, 2013<sup>147</sup>; *itálico meu*).

Não devemos esperar que o outro fale a nossa língua, é nosso dever aceitar a sua fala e reconhecer o lugar de onde fala (cf. Derrida, 2010). Quando, num diálogo, o “contacto de sentido” não é possível, estamos então no que Bakhtine chama “o grau zero da relação dialógica”, o que acontece, conforme explica, numa comédia onde apareça um diálogo entre dois surdos. Mas este grau zero é interessante porque, como na comédia, a compreensão do diálogo entre os surdos faz-se por quem está de fora, pelo espectador. Diz Bakhtine que é então que aparece um *terceiro* neste diálogo, o espectador que, de fora, tudo entende – “Le degré zéro du rapport dialogique. C’est là qu’apparaît clairement le point de vue du *troisième* dans le dialogue (de celui qui ne participe pas au dialogue mais qui le *comprend*). La compréhension du tout de l’énoncé est toujours dialogique” (Bakhtine, 1979, p. 335, *itálicos do autor*).

Carlos Reis será outro autor que também questiona os traços de lusotropicalismo na moderna discursividade lusófona e sublinha a necessidade de se ultrapassar retóricas passadistas<sup>148</sup>:

não se pensa a língua de modo semelhante em Portugal ou em Moçambique, no Brasil, ou em Angola, à revelia dos tempos históricos, dos cenários políticos e dos índices de desenvolvimento próprios de cada espaço de um idioma que, para o bem e para o mal, é multicontinental e de geografia descontínua. Procuro sintetizar: não se busca coerência onde ela não existe nem absoluta unidade onde ela é utópica (Reis, 2015, p.15).

---

<sup>147</sup> De notar que estas citações de Pinto Ribeiro não têm indicação de página, por se tratar de um texto consultado em linha - <https://www.publico.pt/opiniao---politica-cultural/jornal/para-acabar-de-vez-com-a-lusofonia-25877639>, consultado a 12. 2.2013.

<sup>148</sup> De realçar a sua chamada de atenção para o papel ambivalente dos escritores nestas relações entre língua, lusofonia e identidade e para a chamada de atenção de que um tal assunto não tem sido discutido – “um dia teremos de falar sobre isso, desassombro” (Reis, 2015, p. 18). Nesta ordem de ideias, esta tese constitui um dos primeiros passos na tentativa de encetar as conversas sobre o papel, voluntário ou instrumentalizado, dos autores de língua portuguesa ao serviços de causas politico-identitárias.

Digo-o hoje, porque estamos num tempo histórico em que, no plano linguístico, o conceito de metrópole, como centro de referência matricial da língua, perdeu sentido; com isso, relativizou-se a instância da normatividade, entendida como *doxa* linguística; uma relativização que não significa, note-se, o desprezo pela regulação linguística (o que já é outro assunto). De forma mais sugestiva, sublinho, então, o seguinte: a navegação pelos mares da língua não tem sentido único, porque ela é viagem de ida com volta marcada. E nunca se regressa como se partiu (Reis, 2015, p.16).

Em vez do *reconhecimento*, tópico frequente na discursividade lusófona<sup>149</sup>, tanto António Pinto Ribeiro como Carlos Reis alertam para a necessidade de uma mudança ao nível da perceção, de se viver um “solavanco” que abale o mundo classificado, o mundo nomeado (cf. Barthes, 2015, p. 220). O estabelecimento de uma nova relação com o *Outro-em-português*, passa por uma abertura à estranheza - solavanco ou sobresalto -, que a abertura ao seu mundo nos provoca.

Será disso que nos fala o livro de Alexandra Lucas Pires, intitulado *Vai Brasil*, obra em que descreve a sua experiência no Brasil como um “soltar de amarras”. Ultrapassado o receio da radical diferença do outro, a autora mostra ser possível a abertura à mudança, ao inusitado, à alteridade idiomática: “Só os impérios perdidos temem os bárbaros: medo de serem tudo o que são” (Pires, 2013, p. 24). Eis como fala da sua vivência em terras brasileiras:

Português a falar brasileiro não tem jeito, mesmo quando tem. *Mas o que não tem jeito mesmo é perder tempo* a não ser entendido. Não vou subir a favela e dizer sítio quando posso dizer lugar, ou apelido quando posso dizer sobrenome, ou alcunha quando posso dizer apelido, ou apanhar o autocarro quando posso pegar o ônibus. Português a falar brasileiro nem é jeito de dizer, porque português e brasileiro falam sempre português, em toda a sua mestiça extensão. Nenhuma outra língua é tão falada no hemisfério sul. Finco os pés onde estou para a usar. *Se não me esqueço de quem sou, porque terei medo do que serei?* (Pires, 2013, pp. 23-24; itálico meu).

Viver o Brasil agora é uma exposição a essa energia, trespassa o corpo como trespassa a língua (...). Mas o futuro do passado não se perde, está em movimento. Ser lisboeta-português-europeu será uma carga fixa, que cada um

---

<sup>149</sup> Na realidade, e de acordo com a investigação que tem vindo a ser feita na Universidade de Aveiro, há ainda um desconhecimento mútuo, no que respeita aos povos da CPLP, o que se deduz pelas respostas a um inquérito realizado a alunos de escolas de formação de professores, em Portugal, Cabo Verde e Brasil; tal inquérito, empreendido pela equipa coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Maria Helena Ançã, foi apresentado no congresso *Pelos Mares da Língua Portuguesa II*, em 2014. Ao comentar tais resultados, a coordenadora conclui ser “essencial que estudantes universitários de LP [Língua Portuguesa] tenham conhecimento das línguas faladas nos diferentes territórios onde também se fala português. As diferentes línguas e culturas, manifestadas nessas línguas, traduzem diferentes visões do mundo e diferentes perspetivas que nos ajudam a relativizar todos os saberes” (Ançã, 2015, p. 307).

funde com outras como pode e quer. O medo do outro é sempre uma perda de soberania (Pires, 2013, p. 48).

O testemunho desta escritora, viajando pelo Brasil, aponta para outro tipo de relação dialógica, onde a voz do Outro interpela e provoca deslocamentos. Este modelo relacional, aberto à real diferença do outro e que, por isso mesmo, não tenta explicar, modificar ou subjugar, produz na viajante um deslocamento interior. Eis, aqui claramente explicitado, o tipo de deslocamento que se espera de cada um de nós, falantes de uma língua partilhada e sempre em devir. Um deslocamento do indivíduo, enquanto capaz de se adaptar a diversos contextos e, desse modo, de se *deslocar dentro de si e no interior da sua língua*.

Uma tal atitude tem pressuposto a capacidade, tanto de usar a norma idiomática – e o comportamento social que lhe é implícito –, como, ao mesmo tempo, de reconhecer como válidos desvios e variantes que o outro tenha consagrado pelo uso. É *estar sempre em casa*, quaisquer que sejam os modos como o *Outro-em-português* se nos dirige, é desejar adequar a própria expressão a essas outras convenções, tornadas normas de outras latitudes. Percebe-se, pelas palavras de Alexandra Lucas Pires, que *deslocar-se com o outro, no meio do outro ou para o outro é incluir, na nossa própria fala, a fala alheia*, como modo de hospitalidade. Há que acolher essa *fala-outra* como forma de reconhecimento do direito à diferença que o outro tem no uso de uma mesma língua, como metáfora de um caminhar, real ou simbólico, na direção de um real encontro com quem herdou uma língua e a moldou a seu jeito. O que a autora nos recorda é que muitas são as latitudes da língua portuguesa, muitos são os seus falares. O certo e o errado são a cara e a coroa de um idioma, pelo que mudar de hemisfério pode implicar mudar de variante idiomática, e porque não, apercebermo-nos de que o centro normativo é múltiplo e, ele também, deslocável, precário, sempre em transformação.

Só uma tal atitude, essa que possibilita o deslocamento *dentro de si mesmo*, na direção do *Outro*, pode evitar a rigidez de discursos angustiados, seja sobre as mudanças identitárias que um qualquer acordo ortográfico pareça infligir, seja a cristalização de ideias feitas sobre o que é o bom estilo, a escrita correta, a boa literatura. Urge reconhecer a *língua-em-devir*, esse permanente fluir de sujeitos, cidadãos e identidades. A permanente deslocação de fronteiras culturais, estéticas e identitárias leva a perceber que quem fala perante mim é um *Outro* e não um

*mesmo*, fazendo estalar a língua tal como a reconheço. É aceitar que, em tais, encontros, sou convidado a ser um *outro de mim próprio*, a deslocar-me das certezas sobre as quais contruí a minha identidade e o modo como a digo.

O desafio de Alexandra Lucas Pires, nas passagens transcritas, parece ser no sentido de abandonarmos conceitos fixos identitário-idiomáticos. A escritora convoca-nos para um abandono à vertigem do encontro com a diferença de outrem, alude à possibilidade de se saborear, para lá do medo e da norma, *a fala do Outro na relação com o Outro*. O que faz recordar, de algum modo, Derrida (2010), para quem o maior gesto de hospitalidade e de justiça é o de *falar como o outro fala*. É abrir-se à sua língua, atravessar o espaço vazio da incomunicação sempre que reconhecemos sua fala e o seu direito a essa diferença que o torna único e que o aceita como verdadeiro interlocutor, desafiando-me. Aceitar o encontro enquanto interlocução desafiadora, implica aceitar a deslocação no próprio idioma, aceitar o fluir da imagem identitária que parecia fixa mas está sempre em construção, nessa fala fluida, nessa deriva de dizeres entre mim e o outro. Poder-se-ia afirmar, com Mia Couto, que o devir da língua terá de ser sempre duplo, diverso, instável.

Recorde-se Mia Couto, ao desafiar-nos a “descobrir a diversidade de formas de pensar o mundo e a vida”:

que há um desencontro de culturas e que há diversidade e diferenças que nem sequer suspeitamos. Não são de essência, são de percurso histórico. *Não podemos receá-las na pressa de dizer que somos todos iguais, de nos descobrirmos irmãos de repente*. Isso funciona como chamada de atenção, mas para percorrer esse caminho tem de se descobrir *a diversidade de formas de pensar o mundo e a vida* (JL, 18.6.2008, p. 23, itálico meu).

A diferença a que Mia Couto alude é tão profunda que passa pelo facto de que algumas “línguas de Moçambique não têm palavras para dizer coisas que parecem universais nas línguas europeias e nas suas categorias mentais.” E acrescenta – “o que nos leva a perguntar de que forma essas culturas podem ter a percepção de futuro, se nem sequer têm uma palavra para o nomear” (JL, 18.6. 2008, p. 23). Pode depreender-se, destas palavras de Mia Couto, a ideia que teríamos que aprender a movermo-nos na estranheza, num movimento de aceitação e de abertura ao diverso, isto é, a ter *um pé na norma e outro na errância*. O que leva a uma outra atitude ética em relação a qualquer tipo de alteridade, alheia a ideias de certo ou errado.

Pode perfeitamente ser possível conviver com as ideias de norma e desvio desde que, a par do conhecimento das normas, se aceite que as regras – sejam elas

idiomáticas, sociais, ou outras – não existem para sufocar desejos de mudança, mas antes para serem transgredidas. Uma tal atitude implicaria, em vez do reconhecimento, a descoberta, em vez das certezas, a estranheza – começar por aceitar que somos *sujeitos-em-devir*, numa *língua-em-devir*.



#### 4. Reflexões finais

Neste capítulo demonstrou-se que as primeiras páginas do JL ser um espaço de representação de um *nós* coletivo que tanto nelas se projeta como delas emerge. Serão, então, a superfície refletora do que nessa comunidade discursiva foi acontecendo, comunidade feita de leitores, de professores e de alunos, de artistas, de mestres e aprendizes, de escritores amadores ou galardoados. As primeiras páginas do JL, podem ser entendidas como verdadeira *galeria de retratos de escritores* feita expressamente para um público leitor que aí busca reconhecer aquilo ou com que se identificar, ou o que, em seu redor, é conveniente ver, ouvir, falar, aprovar, ler, discutir. Os seus discursos verbais e não verbais, os seus textos e as suas imagens podem ser um espaço de subjectivização, isto é de constituição de sujeitos em função de certas ideias, ou representações identitárias.

Adianta-se a hipótese de que as primeiras páginas desta publicação funcionam como “montra” discursiva, verbal e não verbal, composição explícita para despertar desejos e identificações. Pelas fotografias e entrevistas a cada autor, cria-se o que Arfuch identifica como sendo uma a “cena íntima”, a teatralização do encontro e da escuta, de que emerge o que se pode crer ser a “fala verdadeira”, através de pequenas “confissões” de cada escritor. Rosto a rosto e entrevista a entrevista, as várias falas de escritores, aparentemente isoladas e individuais, podem ser concebidas como um rumor coletivo dos dizeres sobre o idioma comum, bem como uma prescrição ou uma modelação de comportamentos, sobre um dos modos de *ser-estar* na língua comum. Uma língua em mudança, sofrendo embates e tensões várias em diversas geografias, expõe os seus sujeitos a idênticas pressões, desafia-os para trilhos desconhecidos, tanto provoca receios como pequenos sobressaltos criativos.

Como pode uma *língua-em-devir* sustentar uma identidade entendida como fixa? Alguma tensão acabará por surgir, na tentativa de manter uma unidade idiomático-identitária que enfatiza *a semelhança apesar das diferenças*, bem como a necessidade posterior de sublinhar uma unidade

tecida, isso sim, de diferenças, ou seja, do direito à *divergência apesar da semelhança*. A *língua-em-devir* não pode deixar de suscitar perplexidades entre sujeitos simultaneamente desafiados à imobilidade e à transformação, dilacerados entre discursos que os definem previamente e outros discursos que os desafiam a romper com conceitos previamente fixados, a fim de se redescobrirem.

A *língua-em-devir* foi um dos conceitos criados especificamente durante esta pesquisa, para dar conta desse fluir de discursos e relações sobre o idioma, no espaço geopolítico em português. Tal conceito interpela identidades móveis, deslizantes entre tempos e verdades históricas, produzirá, ela também, *sujeitos-em-devir*. Estes embates discursivos são constituintes da própria formação discursiva lusófona e dela dá conta, ao longo dos anos, o próprio JL, que se vai adaptando aos dizeres das várias décadas. Os sujeitos convidados a um *devir* não o farão sem algum desconforto, possível de descortinar nas falas que se vão modificando, aparentemente dizendo o mesmo do início, mas introduzindo já rotações elocutórias que apontam para novas direções.

## Conclusão

poderias ter fixado outra metodologia, e assim chegarias a um outro resultado *e, portanto, a uma outra verdade.*

(Gonçalo M. Tavares)

*não se investiga a Verdade, investigam-se hipóteses de Verdade.*

(Gonçalo M. Tavares)

## 1. Remates Inconclusos

Só encontro porque deixo de procurar.  
Encontro quando estou de regresso a casa  
(Gonçalo M. Tavares)

A tese tornou evidente que as práticas e os enunciados sobre os usos de um idioma, seja na fala, seja na escrita, não se balizam apenas dentro da dicotomia da *norma* e do *desvio*, já que a deriva, a transgressão, a rutura estão inscritos na própria língua e nos próprios cidadãos. A pesquisa permite concluir que i) as tensões entre os conceitos de *falha* e *erro* – seja na língua seja nas gentes –, fazem parte do próprio movimento em que ambos, o idioma e os seus sujeitos, se vão construindo e redefinindo, já que as normas existem para serem ultrapassadas e que sempre o serão, forçosamente. Demonstrou também que ii) as conversas sobre literatura, sobre as reformas ortográficas e as lutas de grupos de poder, seja em torno de ruturas políticas ou em torno das normas gramaticais, falam sempre de um *eu* em relação a um *Outro*, numa equação que organiza identidades e alteridades.

Percebeu-se, portanto, que os embates discursivos entre *norma* e *desvio*, mais do que excluir um dos termos, acabam por dar lugar àquilo que dizem pretender ultrapassar, na medida em que empoderam o que combatem. Conclui-se que os temas em estudo – língua, literatura e identidade(s) – devem ser analisados em função, não apenas dos conceitos *norma* e *desvio*, mas também do conceito de *devir*, entendendo-se este como o processo dinâmico dentro do qual os outros dois medem forças e ocupam, alternadamente, o lugar de protagonista.

Ficou patente que o gesto normativo busca a pausa, a suspensão da eventual mudança, a conservação de algo tido por acabado, o desejo de uma permanência algo estática, o que, por si mesmo, é contraditório. Por isso a norma, ou quem normatiza, revela uma certa obsessão por aquilo que a desafia – a mudança, a deriva, a inventividade. Esta pesquisa permite concluir que o que importa não é determinar o que está certo ou errado, na língua e seus sujeitos, mas sim entender esse jogo de tensão entre regra e errância, entre centro e marginalidade,

entendidos como fazendo parte de um mesmo processo. Tudo aponta para uma interligação entre termos que parecem excluir-se.

Como resultado do que se foi encontrando, a pesquisa impôs a criação de novos conceitos. O termo *lusófono* poderia ser substituído pelo conceito de *Outro-em-português*, a qual nos lembraria que não se trata de um duplo de nós ou de um “mesmo”, mas de alguém cuja alteridade radical apela a uma relação dialógica, e convida, por isso à troca e à mudança. Porque se constatou que as questões idiomáticas, socioculturais e político-identitárias ganham em ser entendidas em torno do conceito de *devir*, foi possível formular os conceitos de *devir-lusófono*, *língua-em-devir* e *sujeitos-em-devir*, com os quais damos conta do imenso fluxo enunciativo no JL e noutras fontes. Por sua vez, o conceito de *escritor-em-língua portuguesa* permite ultrapassar o adjetivo “lusófono” aplicados aos escritores do Brasil e dos PALOP. O termo *escritor-em-língua portuguesa*, mais geral e menos politicamente conotado, tem a funcionalidade de poder ser aplicado a fontes bem anteriores, como as revistas da ABL, e aos sujeitos que, do século XIX ao século XX, de um e outro lado do Atlântico, redefiniam posições e expectativas, quer em relação ao idioma em deriva, no país recém-independente, quer em relação a novas formulações identitárias.

## 2. Para lá da Escrita

*O que não é resto na  
escrita é o ato de  
escrever. O banquete é  
o ato de escrever, não o  
que fica escrito.*

(Gonçalo M. Tavares)

A leitura deste trabalho pede uma leitura circular, como circulares são as embrenhadas relações entre tais temas. O que desejaria que ficasse claro, no entanto, são os núcleos argumentativos e as conclusões que validaram:

- i) a ideia de que a língua fundamenta identidades e que, por isso, tem servido agenciamentos político-sociais subjetivadores, em função dos quais se esboçam e se prescrevem determinados modelos de sujeitos/cidadãos. Isso

é bem visível nas relações pós-coloniais entre Portugal e Brasil, em que desvios de linguagem esboçavam um novo devir cidadão, ou seja, em que a uma transgressão linguística corresponderia a emergência de uma nova identidade nacional. A um *devir-língua* corresponde sempre um *devir-sujeito*, neste caso um *devir-brasileiro* ou um *devir-lusófono*, identidades em trânsito que correspondem a sujeitos em transformação ou convidados à mudança. Essa mudança chega de muitas formas, seja pelo emergir de classes sociais mais instruídas, como era a intenção na base da reforma ortográfica de 1911, seja pela emergência do Brasil e do povo brasileiro, ou pela independência de novos países africanos e seus sujeitos nacionais, posteriormente enquadrados, ou não, por um imaginário lusófono.

- ii) esses agenciamentos, ou máquinas de desejos, que produzem subjetividades, constituídas na sua relação com o idioma, tanto se podem chamar luso-tropicalismo como lusofonia, tanto podem estar de um ou outro lado da cortina histórica que constitui o 25 de Abril, pois o que eles de facto fazem agir, em tempos coloniais ou pós-coloniais, é um *desejo do Outro* que parece ser marcante na relação da discursividade portuguesa com o nosso idioma nacional e, portanto, connosco próprios e com os outros com quem tivemos encontros históricos e adotaram o nosso idioma em comunicações oficiais. Como se a completude identitária fosse acessível através do idioma, na medida em que este possibilita o encontro com uma alteridade – seja ela um outro povo, entendido como um Outro de nós mesmos, seja uma projeção de nós no Outro, mas, raramente, de *nós mesmos como sendo um Outro*, por um efeito de transcendência.
- iii) Como se viu, desde os *Lusíadas* até à expo 98, os portugueses se concebem como um *ser para o Outro*, e ainda hoje, segundo Eduardo Lourenço, temos uma tendência hiperidentitária, cuja falha tentamos suplantar com mais alteridade, projetando o nosso devir no devir do Outro a que chamamos “lusófono. Logo, o que interessa é pensar que tipo de relação de identidade/alteridade estabelecemos connosco próprios e com os Outros. Será o Outro apenas um complemento identitário, isto é, será um *Mesmo* que apenas me prolonga e me preenche ou será, usando a expressão de Levinas, um *Outrem* cuja absoluta e radical diferença aprendo a aceitar? Um Outro com quem, enfim, estabelecer uma relação de igualdade que force a

reformulação de *pré-conceitos* sobre mim mesmo e sobre o aquele com quem estou face a face, desconhecido, inalcançável na sua própria alteridade? Com esta pergunta chego ao último ponto na argumentação desta tese:

- iv) a de que esse *desejo do Outro*, como mecanismo subjetivador, opera também no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, onde habitam essas mesmas questões de conceber um Outro enquanto complementaridade ou enquanto absoluta alteridade, desafiando-nos, ou não – numa problemática identitária pós-colonial –, para um tipo de relação distinto do que até aqui mantivemos com os povos de países da CPLP, antigas colônias e agora Estados independentes.
- v) a tese tornou evidente que os discursos do presente ligam-se a outros, lá atrás no tempo, estabelecendo uma continuidade que não estamos habituados a ver, pelo que tomar consciência dela é, de algum modo, ligar os fios da tessitura que nos constitui, é perceber que o tecido discursivo que nos cobre hoje começou numa trama que data de tempos recuados, quando o “tear” social era outro, já hoje pouco familiar.

Poder-se-á dizer que as estratégias subjetivadoras, concentradas na figura arquetípica do escritor lusófono, ou, se se preferir, do *escritor-em-língua-portuguesa*, quando analisadas mais atentamente, colocam a nu as próprias contradições de uma formação discursiva atravessada por paradoxos na relação para consigo e para com o *Outro*. Tais contradições são fissuras identitário-discursivas herdadas de um anterior período histórico, mas constitutivas, também, de um presente em que tudo está em mudança e em redefinição. Estas convulsões afetam o próprio idioma, não tanto pelas alterações ortográficas, mas pelos *usos-outros* que nos chegam de outras geografias ou de outros meios sociais, pelas forças que constantemente desafiam a norma e assim transmutam, de desvio em desvio, o rosto comum que idiomáticamente nos define. Essa forças são, por um lado, um poder legitimador, que consolida o idêntico e resiste à estranheza, e, por outro lado, a força dos que não têm certezas e se abrem ao inaudito nas falas do Outro. Tudo se concentra nessa conflitualidade, aberta ou disfarçada, entre sujeitos dentro da norma e sujeitos que, quebrando-a, vão introduzindo outros modos de vida, outras possibilidades de *ser* e de *estar* na

relação com o Outro. É um jogo de espelhos, um jogo de poder – idiomático, identitário e político –, que tanto renega como rapidamente integra a transgressão, para a apresentar como modelo de novas subjetividades.

Mesmo que tenhamos atualmente outra estrutura sociopolítica, algo atravessa os tempos e chega até nós, levando certos atores sociais a dizer hoje, com convicção de originalidade, coisas parecidas ao que outros disseram tempos atrás. É necessário explicar *o modo como* aquilo que se diz hoje começou a ser moldado anteriormente, sofreu distorções, se transformou, chegou a significar coisas diversas e é reaproveitado para dizer algo parecido mas já distinto, ainda que continue relacionado com o que foi dito, pois é daí que vimos.

Alguns fios da trama, são, por exemplo, a relação entre *língua, nação e identidade*; a relação entre *ortografia, educação e diferenças sociais*; a *função da literatura na produção de verdades oficiais e subjetivadoras*. Tais assuntos são referidos em capítulos que comunicam entre si, ainda que o conjunto pareça algo híbrido. É certo, porém, que a realidade e as pessoas, não sendo simples, não são só *língua*, ou só *educação*, ou só *nação* ou só *literatura*, pelo que se justifica a construção de um objeto de pesquisa algo complexo, mesmo díspar.

### **3. Novos Caminhos de Pesquisa**

Reitero a minha perplexidade por ter encontrado uma fonte tão rica sobre a vida cultural portuguesa ainda por desbravar, talvez porque está demasiado perto de nós e faz ainda parte do nosso quotidiano. Talvez necessitemos de alguma distância para ultrapassar o ponto cego que nos impede de ver o JL como um espaço discursivo essencial para certas pesquisas que relacionem língua e literatura, identidade e alteridade.

Para futuros trabalhos, aponto possíveis caminhos de pesquisa, que este trabalho teve de excluir, mas que seria pertinentes explorar:

. É de realçar a importância dos suplementos que integram o JL, quer o do *Instituto Camões*, depois identificado por *Camões Instituto da Cooperação e da Língua*, quer o *JL/Educação*, que a partir de 1998 passaram a integrar o JL. Acompanhar uma série de um destes suplementos, ou cruzá-los com as notícias, entrevistas ou ensaios do JL poderá a abrir caminhos para mais pesquisas sobre educação, identidade e alteridade.



. Recomendo o estudo do boletim, que acabou por não ser utilizado, publicado pelo *União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa* (UCCLA). Aí pode seguir-se uma discursividade política e económica que começa por participar da criação da CPLP e onde já se associam a literatura às relações políticas e culturais entre Portugal, os PALOP e o Brasil. Veja-se, por exemplo os prémios Sonangol que aí são anunciados e as várias referências a escritores. Este boletim poderá alimentar uma investigação sobre os mesmos temas. Do mesmo modo, ficaram por trabalhar a revista *Camões*, a revista *Lusofonia* e a revista *Oceanos*, ou, do Brasil, a revista *Língua Portuguesa*, que, apesar de consultadas, não foram utilizadas na redação final, ocupando lugar periférico neste trabalho. Tais fontes merecem, sem dúvida, ocupar um lugar central noutras futuras pesquisas, pois permitiriam confirmar o que se avança nesta tese ou conduzir a outras perspetivas sobre os mesmo temas.

Sobre as fontes efetivamente trabalhadas muito ainda está por fazer, pelo que a tese aqui apresentada não poderia terminar sem indicar vias para futuras pesquisas, a propósito de vários temas ou fontes:

. Importa revisitar as revistas da ABL, cuja riqueza poderá ainda trazer novos contributos para quem se debruce sobre os mesmos temas de língua, literatura e identidade(s), seja em termos nacionais seja transnacionais, ajudando a esclarecer ainda mais as relações entre Portugal e o Brasil, a propósito de tais temas.

. Há ainda muito que dizer sobre as imagens identitárias em torno da língua portuguesa e dos seus escritores, que o Instituto Camões divulga no universo académico estrangeiro, através do suplemento no JL. Poder-se-ia também estudar as mudanças discursivas entre o anterior *Instituto Camões* e o novo *Camões, Instituto da cooperação e da língua* ou analisar as políticas da língua que orientaram os vários presidentes deste instituto, cruzando as entrevistas que estes presidentes deram ao JL e os documentos em arquivo, agora disponíveis.

. Estão por explorar os veios discursivos, no JL, e no JL/educação, sobre língua portuguesa e/ou acordo ortográfico, sobre ensino da língua e da literatura, bem como sobre política da língua e ensino do português no

estrangeiro, articulando-os com as políticas de cooperação ou com a diplomacia cultural ao longo dos anos.

. A respeito da relação entre idioma e identidade, poder-se-ia igualmente empreender um estudo centralizado em autores e ensaístas com que o JL contou ao longo de décadas e que escreveram sobre o imaginário nacional ou a identidade portuguesa. Destacam-se os ensaios de Vitorino Magalhães Godinho, Eduardo Lourenço e Oliveira Martins (cf. os anexos facultativos). Importa empreender uma análise sistemática das crónicas de Eduardo Lourenço, sobre mito, utopia e identidade nacional, que se poderiam juntar numa longa série, já que este é autor muito presente do JL, ou estudar as crónicas de Oliveira Martins, autor que aí reflete, durante décadas e de modo sistemático, sobre temas de alteridade, multiculturalismo e tolerância, seja em relação à Europa seja em relação aos países da CPLP.

. está por fazer uma análise serial dos artigos, entrevistas ou reportagens, no *JL/Educação*, quer sobre o meio escolar e os variados programas disciplinares, quer sobre, por exemplo, as reformas educativas ou o perfil de aluno em construção. Este suplemento permite também um estudo que cruze as práticas escolares com formulações identitárias ou com a condução de futuros cidadãos, ou pode ainda servir de base a uma análise sobre a disciplina de português, nos seus compromissos com a literatura e a política, ou, que, de algum modo, associe o gesto pedagógico da produção de leitores e o seu alcance futuro, numa política cidadã.

. Poderia igualmente ser rastreada, no JL, a enorme presença da literatura e da cultura brasileira neste jornal, já que está por aprofundar o papel deste periódico na sua divulgação, como está por traçar o imaginário que sobre o Brasil esta publicação vai construindo, a partir da literatura brasileira e da imagem do escritor em português sul-americano. Pode ainda seguir-se as entrevistas a escritores brasileiros, mais abundantes sobretudo na década de 80 e 90 ou os ensaístas e cronistas brasileiros publicados no JL, os quais ajudam a tecer imagens de si mesmos e de nós próprios. Acredito que seria importante tentar destrinçar o que é valorizado nas relações entre Portugal e Brasil nas revistas da ABL e no JL, para perceber os estreitos laços que se tecem entre política, diplomacia e cultura.

. Há que dar mais atenção, no JL, às entrevistas a escritores, as quais clamam por um estudo próprio, de tal modo é este rico acervo, no JL. A grelha de entrevistas a escritores, integrada nos anexos do capítulo 4, refere-se apenas às entrevistas de autores do espaço lusófono com imagens na capa do JL..

. Poder-se-ia ainda relacionar a ideia de literatura lusófona com outra corrente que não teve muita expressão em Portugal, a de *Literatura Mundo*, relativa ao espaço da língua portuguesa, em comparação com as pesquisas sobre *littérature-monde* ou *world literature*, que, respetivamente nos espaços francófonos e anglófonos, esboçam um mesmo movimento de novos posicionamentos teóricos e críticos no contexto das literaturas pós-coloniais (cf. Le Bris et al., 2007; Hargreave et al., 2010).

. Por fim, parece-me urgente empreender, em Portugal, uma publicação semelhante àquela feita por Bechara, uma antologia com informação de difícil acesso e que assim fica facilmente disponível para nossas pesquisas. Os quatro volumes desta antologia apresentam uma significativa seleção de artigos sobre a língua portuguesa, publicadas nas revistas da ABL, de finais do século XIX até meados do século XX. Todo o capítulo 2 deste tese é devedora do meu encontro com o autor, que, ao ofertar-me esses quatro volumes, determinou um novo rumo na minha tese.

Em minha opinião, seria útil para a comunidade académica empreender, em Portugal, a publicação de coletâneas com um largo arco temporal, com artigos sobre Língua Portuguesa e sobre os sucessivos acordos ortográficos publicados. A recolha de artigos espalhados por várias fontes e arquivos, uma vez compilados, serviria, certamente, de material para investigações mais pertinentes, que, olhando para o passado, ajudassem a entender os debates do presente.

Chamo a atenção, finalmente, para a pasta intitulada anexos facultativos, organizada tematicamente, onde se encontram textos que podem servir de base para alguns dos temas acima referidos. Sendo de leitura opcional, poderão servir, para o leitor mais interessado, de complemento a outras consultas e deste modo contribuir, assim o espero, para o início de novas problematizações.

#### 4. As Figuras Conceptuais

*Não se investiga a  
verdade, investigam-se  
hipóteses de verdade*

(Gonçalo M. Tavares)

Para concluir, não posso deixar de mencionar as figuras conceptuais que fui convocando ao longo da escrita, todos eles atores no drama em que diariamente se encenam as questões idiomáticas. São personagens de um teatro do pensamento, que me permitiram dar vida a certas falas e construir determinados pontos de vista, estruturar variadas argumentações. Para lá de Deleuze e Foucault – que aparecem no meu texto quase “em marca de água”, sempre presentes mesmo quando não são mencionados –, há as “personagens” diretamente relacionadas com a língua e a literatura, alguns dos quais ganharam mais relevo que outros.

São eles:

. o *filólogo*, o *gramático* ou o *linguista* - foram eles que me acompanharam nas reflexões sobre a o certo e o errado na fala e na grafia, nos debates sobre reformas ortográficas e nos seus textos percebi a complexidade desse impulso para criar e ordenar vocábulos, reivindicar uma origem, aprovar as escritas de uns e lamentar as incorreções de outros, bater-se por novas normas ou condenar novos falares;

. o *editor*, que pode ser ou não o *livreiro* - essa figura em pano de fundo, quase atrás da cena, que faz e distribui livros e assim vai ao encontro de necessidades ou dos desejos que deteta ou que forja; que seleciona o que pode ou não ser divulgado, que manual escolar ou que autor têm mais mérito ou mais rentabilidade; que constrói públicos e realidades a partir das suas publicações e na interseção de vários interesses;

. o *jornalista*, que pode acumular a função do *entrevistador*, do *crítico*, do *diplomata* e do *político* ou, mesmo, de *escritor*, quando se aventura por outro tipo de escrita. É sua a voz que se escuta tanto nos editoriais do JL como na orientação de várias entrevistas; foi através das suas páginas que percecionei os laços, as redes de amizades, cumplicidades, entendimentos implícitos, nem sempre claros,

mas que lhe conferem o direito de ocupar muitos outros lugares para lá da sua secretária, na sua função porta-voz de poucos para a (in)formação de muitos;

. o *diplomata* e o *político*, com particulares relações com a cultura, as políticas da língua e intercâmbios de capital social com a literatura. Destaco Mário Soares, Sarney, José Aparecido de Oliveira, Júlio Dantas, e tantos outros que traçam caminhos para os seus povos, em nome dos interesses e dos tempos históricos que são chamados a interpretar e moldar, em nome de um coletivo com quem se relacionam, oscilando entre a aura de distanciamento e a imagem de familiaridade, entre a atitude paternal ou didática;

. o *professor* e o *pedagogo*, que se reveste de tantas formas ao longo dos tempos, e que tanto pode ser Carolina Michaelis – com o seu rigor e dedicação à reforma ortográfica –, como se apresenta nas falas do poeta-profeta-visionário Agostinho da Silva, na sua capacidade para inspirar tanto o pastor como o rebanho, na sua conceção de que a condução de povos é idêntica à condução de almas. O *professor*, enquanto figura emblemática, representa também os regentes escolares nas províncias ultramarinas, o secretário-geral para a educação em Angola, José Pinheiro, ou mesmo Adriano Moreira, Jorge de Sena e tantos outros – pois não será o gesto educativo aquele que sanciona, em torno da língua e da literatura, todos os outros?

. restam, finalmente duas personagens conceptuais que habitam o âmago desta tese – o *escritor* e o *leitor*, sempre desencontrados, sempre na direção um do outro, desviados ou feitos coincidir, raramente dialogando e no entanto fazendo germinar falas, muitas falas, entre si;

. e não poderá ser o *idioma* a personagem central desta tese, ela também entendida como figura conceptual? A língua, essa entidade que entre todos circula, que todos constitui, que tudo atravessa, que tanto habita o par *escrita/leitura*, como o par *fala/escuta* e, mais importante, o par *eu/Outro*, porque fundadora de identidades e alteridades.

Com tais figuras conceptuais em mente foi possível entrever a íntima relação entre grafia e ruturas políticas ou adivinhar os jogos de inclusão e exclusão entre elites e populações emergentes. Só assim se apreende a dinâmica entre a norma consagrada e o erro em vias de se legitimar, entre o que parece imutável, mas dá sempre lugar a outra coisa, entre o que se pretende inovador mas recupera convenções. Com estes “companheiros do pensamento”, foi possível acompanhar

esse trânsito entre o que Derrida descreve como o *uso maior* ou *menor* da língua e, deste modo, captar os momentos em que as subjetividades, no espelho do Outro, oscilam entre rejeição e validação, entre rutura e renovada normatividade. Tais momentos, registados em discurso verbais e não verbais, permitem a escuta desses *rumores da língua e dos sujeitos*, que reverberam em cada um de nós. Esta pesquisa segue claramente um percurso de mim para o Outro, e, nessa reflexão, convida cada um de nós a considerar tudo o que, nesse encontro com a alteridade, provoca um regresso a si mesmo com renovada visão. Vem por isso a propósito uma passagem de Gonçalo Tavares:

Quando exclamas num ponto da tua investigação: cheguei ao fim, deverias exclamar: cheguei ao início! (...). Cheguei a mim – é o que deverias exclamar – e como é difícil chegar a mim! (Tavares, 2006, p. 63).

Creio não ser possível falar de idioma nacional, grafia e identidade, nacionalismo e transnacionalismo, literatura e lusofonia, sem nos colocarmos a nós mesmos em jogo, no centro de tudo o que é questionado. A abordagem das fontes e a ligação de documentos de séculos diferentes, aqui empreendida, ganha mais espessura ao percebermos que essa história que os textos revelam é a nossa própria história e os autores que lemos são vozes ou sussurros, que, através dos tempos, nos explicam a nós mesmos.

## Fontes e Bibliografia Primária

### Fontes

#### 1 - Manuais escolares

Ministério da Educação Nacional (1958). *O Livro da Terceira Classe* (4ª edição) Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Ministério da Educação Nacional (1968). *Livro de Leitura da 4ª Classe* (oficialmente aprovado o seu uso – 17/5/1968). Coimbra: Atlântida Editora.

Ministério da Educação Nacional (1970). *Caminhos Portugueses: livro de Leitura para a 4ª classe (1970)* (aprovado oficialmente para o ultramar a 29 de Agosto de 1969, a partir do ano letivo 1970/71). Lisboa: Lello Editora.

Ministério da Educação Nacional (1970). *Portugal, Ditosa Pátria: Livro de leitura da 4ª classe* (aprovado oficialmente por despacho ministerial de 29 de Agosto de 1969). Lourenço Marques: Empresa Moderna.

Ministério da Educação Nacional (s.d.). *Livro de Leitura para a 4ª Classe* (aprovado oficialmente por despacho ministerial de 6-1-1961). Porto: Editora Educação Nacional.

#### 2 - Títulos de periódicos consultados – Portugal

*Atlântico*. Paulo Pinto Mascarenhas (dir.). Ano I (I) de Abr. 2005 a Ano III (36) mar. 2008. Lisboa: Associação Portugal Atlântico.

*Cadernos do Povo Revista Internacional de Lusofonia* (1987). O Fenómeno Literário nos Países Lusófonos Literaturas Galegas, Portuguesa, Brasileira e Africanas. José Luis Fontela Rodrigues (dir.). Vol. II (2-4) (Maio a Dezembro 1987).

*Cadernos do Povo Revista Internacional de Lusofonia. Achegas socialista às bases analíticas da ortografia simplificada para a língua da Galiza, Portugal, Brasil e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*. José Luis Fontela Rodrigues (dir.). (1-14). Braga: Pontevedra.

*Camões Revista de Letras e Culturas Lusófonas. Pontes lusófonas II* (1999). N.º6, (Julho/Setembro). Lisboa: Instituto Camões.

*Camões Revista de Letras e Culturas Lusófonas. Pontes lusófonas III* (2000). N.º 11, (Outubro/Dezembro). Lisboa.

- Camões*. Encarte do Instituto Camões, no Jornal de Letras Artes e Ideias, de 1998 a 2014. Financiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Colóquio Letras* (2009). Eduardo Lourenço 85 anos. N.º 170 (Janeiro/Abril). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Informação Lusófona UCCLA*. Ano I (1) (nov. 1997 ) a Ano IV (37) (jul- ago. 2001). Homem de Gouveia (dir.) Lisboa: Carlos Alves, Artes Gráficas.
- JL Educação*, suplemento do Jornal de Letras, Artes e Ideias, de 1998 a 2014; financiado pelo Ministério de Educação e Cultura.
- Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano I (1) (3-16 mar. 1981 ) a n.º 1136 (16-29 abr. 2014). José Carlos de Vasconcelos( dir). Lisboa.
- Letras* (2001). Pedro Brum Santos (org.). Literatura Portuguesa e Pós-colonialismo: Produção, Receção e Cultura. N.º 23 (Julho/Dezembro).
- Letras* (2003). Pedro Brum Santos (org.). Língua e Literatura: Limites e fronteiras. N.º 26 (Janeiro/Junho).
- Lusofonia CPLP*. José Alberto Braga (dir.). Ano I (1) (jul. 1996) a Ano V (20) (jun 2001). Lisboa: Eurobrape editores.
- O Mundo em Português*. I (1) out. 1999, a VII (62) jun/jul.2006. Álvaro de Vasconcelos (dir). Venda Nova: Tipografia Peres.
- O Primeiro de Janeiro* – Ano 43, nos 60 a 63, de 14 a 17 de Setembro de 1911.
- Revista África e Africanidades*. N.º 1 (Maio 2008) a n.º 12 (Fevereiro 2011). [www.africaeaficanidades.com](http://www.africaeaficanidades.com). Acesso a 30 de Setembro de 2011.
- Revista Internacional de Língua Portuguesa* (1987). Achegas socialistas. N.º1 (Jan/Abril). Braga: Pontevedra.
- Revista Lusofonia*. José Alberto Braga ( dir.). N.º 1(Julho de 1996) a n.º 14 (Fevereiro 2000). Cascais.
- Revista Nova Águia*. Revista de Cultura para o Século XXI. N.º 1 [Direção de Renato Epifânio, Celeste Natário e Paulo Borges] (1º semestre 2008), n.º5 (1º semestre (2010).; n.º 6 (2º semestre 2010) [Direção de Renato Epifânio, Celeste Natário e Miguel Real] – n.º 7 (1º semestre 2011).

### 3 - Títulos de periódicos consultados - Brasil

- Bechara, E. (dir.) (2005). *A Língua Portuguesa na Revista Brasileira: Tomo I fac-similar 1879-1943* (2005). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.



- Bechara, E. (dir.) (2006). *A Língua Portuguesa na Revista Brasileira: Tomo II fac-similar 1944-2006*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Bechara, E. (dir.) (2012). *A Língua Portuguesa na Revista da Academia: Tomo I 1910-1920*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Bechara, E. (dir.) (2013). *A Língua Portuguesa na Revista da Academia: Tomo II 1921-1930*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula I e II* (1957). Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.
- Pereira Júnior, L. (2014). *Língua Portuguesa*. N.ºs 1 a 100, de ago. 2005 a fev. 2014. São Paulo: Editora Segmento.

#### 4 - Legislação e documentação oficial

- Anais da Assembleia Constituinte* (1946). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Anais da Câmara dos deputados* (1935). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Anais da Câmara dos deputados* (1935). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Anais da Câmara Municipal do Distrito Federal* (1935, julho a dezembro). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional
- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000, 18 de dezembro). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, C 364, 01-22.
- Comunicação sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado* (2007, 10 de maio). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM (2007) 242.
- Comunidades dos Países de Língua Oficial Portuguesa* (2007). *Estatutos*. (Reunião do Conselho de Ministros de 2 de Novembro de 2007) [Disponível em <http://www.cplp.org>, acesso em 30 de Setembro de 2011].
- Declaração constitutiva da CPLP* (1996). Lisboa, 17 de Junho de 1996. [Disponível em <http://www.cplp.org>, acesso em 30 de Setembro de 2011].
- Decreto Regulamentar n.º15/92, de 15 de Julho de 1992.
- Decreto-Lei 48/94, de 2 de Fevereiro de 1994.
- Decreto-Lei n.º 119/2007, de 27 de Abril de 2007.
- Decreto-Lei n.º 135/92, de 15 de Julho de 1992.
- Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto de 2006.

Decreto-Lei n.º 427/98, de 7 de Dezembro de 1989.

Decreto-Lei n.º 52/95, de 20 de Março de 1995.

Decreto-Lei n.º 70/97, de 5 de Julho de 1997.

Decreto-Lei n.º 405/85, de 16 de Outubro de 1985.

Instituto Internacional de Língua Portuguesa (2005). *Estatutos*. Luanda, 20 de Julho de 2005. [Disponível em <http://www.cplp.org>, consultado a 30 de Setembro de 2011].

Leão, A. (1935). *Anais da Câmara dos deputados* (vol. XXV, pp. 230-231). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Portaria n.º 509/2007, de 30 de Abril de 2007.

Resolução da Assembleia da República n.º 26/91, de 23 de Agosto de 1991.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005, de 22 de Dezembro de 2005.

## 5 - Artigos em periódicos

### Artigos do jornal *O Primeiro de Janeiro*

Michaelis, C. (1911a, 14 de março). O Acordo Ortográfico. *O Primeiro de Janeiro*, Ano 43, n.º 60, 1

Michaelis, C. (1911b, 15 de março). O Acordo Ortográfico – I. *O Primeiro de Janeiro*, Ano 43, n.º 61, 1 .

Michaelis, C. (1911c, 16 de março). O Acordo Ortográfico -II. *O Primeiro de Janeiro*, Ano 43, n.º 62, 1 .

Michaelis, C. (1911d, 17 de março). O Acordo Ortográfico -III. *O Primeiro de Janeiro*, Ano 43, n.º 63, 1. Porto.

## 6 - Artigos da revista *Língua Portuguesa* (2005-2014)

Abreu, S. de (2012). A novela da escrita. *Língua Portuguesa*, 79, ano 7, mai., pp.10-13. São Paulo: Editora Segmento.

Agualusa, J. E. (2009). Um português africano. *Língua Portuguesa*, 39, ano 3, jan., .12-15). São Paulo: Editora Segmento.

Alves, R. (2007). A educação como descoberta. *Língua Portuguesa*, 20, ano II, jun., 12-18. São Paulo: editora Segmento.

- Angeli (2012). Um desenho em transição. *Língua Portuguesa*, 83, ano 8, set., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Antunes, A.L. (20.09). O Lobo da Literatura. *Língua Portuguesa*, 47, ano 4, set., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Antunes, A. (2006). Concretas palavras. *Língua Portuguesa*, 13, ano II, nov., 12-18. São Paulo: Editora Segmento.
- Araújo, Inácio (2011). O cinema da palavra. *Língua Portuguesa*, 68, ano 5, jun., 10-14. São Paulo: Editora Segmento.
- Azeredo, J. C. de (2009). A gramática como meio. *Língua Portuguesa*, 41, ano 3, mar., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Bandeira, P. (2011). A história atemporal. *Língua Portuguesa*, 67, ano 5, mai., 10-14. São Paulo: Editora Segmento.
- Bechara, E. C. (2008). A idade da razão gramatical. *Língua Portuguesa*, 29, ano III, mar., 12-17. São Paulo: Editora Segmento.
- Belink, T. (2010). A militante da infância. *Língua Portuguesa*, 55, ano 4, mai., 10-15. São Paulo: editora Segmento.
- Belloto, T. (2012). A língua é rock. *Língua Portuguesa*, 78, ano 7, abr., 12-16. São Paulo: Editora Segmento.
- Borba, F. da S. (2007). O pescador de palavras. *Língua Portuguesa*, 22, ano II, ago., 12-16. São Paulo: Editora Segmento.
- Brandão, I. de L. (2008). Literatura e profecia. *Língua Portuguesa*, 36, ano III, out., 12-17. São Paulo: Editora Segmento.
- Bressane, J. (2009). Machado vai ao cinema. *Língua Portuguesa*, 49, ano 4, nov., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Brito, R. C. (2009). O novo regionalismo. *Língua Portuguesa*, 48, ano 4, out., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Britto, P. H. B. (2011). Tradução de gente grande. *Língua Portuguesa*, 65, ano 5, mar., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Calligaris, C. (2010). A linguagem no divã. *Língua Portuguesa*, 51, ano 4, jan., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Carpinejar, F. (2011). A imperfeição da leitura. *Língua Portuguesa*, 69, ano 5, jul., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Carrero, R. (2013). Eterno Carnaval da existência. *Língua Portuguesa*, 90, ano 8, abr., 12-16. São Paulo: Editora Segmento.

- Castello, J. (2011). Sem medo de escrever. *Língua Portuguesa*, 74, ano 7, dez., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Castilho, A. (2006). O neo-gramático. *Língua Portuguesa*, 10, ano I, ago., 10-14. São Paulo: Editora Segmento.
- Chiziane, P. (2009). Um Moçambique de histórias. *Língua Portuguesa*, 50, ano 4, dez., 12-16. São Paulo: Editora Segmento.
- Coelho, M. (2008). Artesão do cotidiano. *Língua Portuguesa*, 27, ano III, jan., 12-16. São Paulo: Editora Segmento.
- Cony, Carlos H. (2007). O medo como arma. *Língua Portuguesa*, 18, ano II, abr., 10-16. São Paulo: Editora Segmento.
- Coutinho, J. P. (2009). Português singular. *Língua Portuguesa*, 42, ano 3, abr., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Couto, M. (2008). A voz de Moçambique. *Língua Portuguesa*, 33, ano III, jul., 12-16. São Paulo: Editora Segmento.
- Damatta, R. (2009). O idioma revela o país. *Língua Portuguesa*, 46, ano 4, ago., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Dantas, A. (2013). Uma voz contra a ditadura das almas. *Língua Portuguesa*, 95, ano 9, set., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Dehaene, S. (2013). Ler é uma revolução cerebral. *Língua Portuguesa*, 87, ano 8, jan., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Fernandes, M. (2005). O senhor das palavras. *Língua Portuguesa*, 1, ano 1, set., 12-16. São Paulo: Editora Segmento.
- Ferreira, M. B. (2008). A guardiã das palavras. *Língua Portuguesa*, 28, ano III, fev., 14-17. São Paulo: editora Segmento.
- Fiorin, J. L. (2013). Os caminhos da ciência da língua. *Língua Portuguesa*, 96, ano 9, out., 8-11. São Paulo: Editora Segmento.
- Firmino, G. (2014). O valor da ruptura. *Língua Portuguesa*, 99, ano 9, jan., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Fucuta, B. (2010). A linguagem dos Jovens. *Língua Portuguesa*, 52, ano 9, fev., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Furtado, J. (2013). Cinema de tradução. *Língua Portuguesa*, 80, ano 7, jun., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Garcia, A. (2010). A cultura dos sebos. *Língua Portuguesa*, 53, ano 4, mar., 12-17. São Paulo: Editora Segmento.

- Gullar, F. (2006). Impulso de viver. *Língua Portuguesa*, 5, ano I, mar., 10-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Hollanda, F. B. de (2008). A dupla vida de Chico. *Língua Portuguesa*, 8, ano I, jun., 12-17. São Paulo: Editora Segmento.
- Hunt, P. (2010). A infância sem clichés. *Língua Portuguesa*, 62, ano 5, dez., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Koch, I. V. (2007). Profissão: professora. *Língua Portuguesa*, 19, ano II, mai., 12-16. São Paulo: Editora Segmento.
- Lins, P. (2012). A realidade da ficção. *Língua Portuguesa*, 82, ano 8, ago., 16-20. São Paulo: Editora Segmento.
- Lísias, R. (2013). O valor da rutura. *Língua Portuguesa*, 94, ano 8, ago., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Luft, L. (2009). Entre perdas e ganhos. *Língua Portuguesa*, 40, ano 3, fev., 12-16. São Paulo: Editora Segmento.
- Machado, A. M. (2011). A liberdade do infantil. *Língua Portuguesa*, 71, ano 6, set., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Mãe, V. H. (2011). Portugal à brasileira. *Língua Portuguesa*, 70, ano 5, ago., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Manguel, A. (2010). A leitura do mundo. *Língua Portuguesa*, 63, ano 5, jan., 10-14. São Paulo: Editora Segmento.
- Mantovani, B. (2012). O cinema por escrito. *Língua Portuguesa*, 76, ano 7, fev., 10-14. São Paulo: Editora Segmento.
- Mattoso, G. (2007). Nas margens da poesia. *Língua Portuguesa*, 26, ano III, dez., 12-17. São Paulo: editora Segmento.
- Meirelles, F. (2008). O adaptador. *Língua Portuguesa*, 38, ano III, dez., 16-19. São Paulo: Editora Segmento.
- Filho, K. M. (2013). O som ao redor de um cineasta. *Língua Portuguesa*, 92, ano 8, jun. 2013, 12-16. São Paulo: Editora Segmento.
- Morais, F. (2006). Estilo do cotidiano. Revista *Língua Portuguesa*, 14, ano II, dez., 12-17. São Paulo: editora Segmento.
- Morin, E. (2012). O discurso intelectual é cretino. *Língua Portuguesa*, 86, ano 8, dez., 10-14. São Paulo: Editora Segmento.
- Moser, B. (2010). O idioma de Clarice. *Língua Portuguesa*, 58, ano 4, ago., 10-14. São Paulo: Editora Segmento.

- Mutarelli, L. (2012). A narrativa do absurdo. *Língua Portuguesa*, 77, ano 7, mar., 12-16. São Paulo: Editora Segmento.
- Nascimento, M. (2011). O canto da memória. *Língua Portuguesa*, 73, ano 7, nov., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Neves, M. H. M. (2010). Gramática sem normas. *Língua Portuguesa*, 54, ano 4, abr., 10-14. São Paulo: editora Segmento.
- Nóbrega, A. (2007). O universo do popular. *Língua Portuguesa*, 15, ano II, jan., 12-17. São Paulo: editora Segmento.
- Pensador, G. (2007). O rapentista do universo infantil. *Língua Portuguesa*, 16, ano II, fev. 2007, 12-17. São Paulo: editora Segmento.
- Pepetela (2012). Com sabor de história. *Língua Portuguesa*, 81, ano 8, jul., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Perez, S., Tattit, P. (2007). Palavra Cantada com qualidade. *Língua Portuguesa*, 25, ano II, nov. 2007, 12-16. São Paulo: Editora Segmento.
- Peterson, D. J. (2013). O inventor de idiomas. *Língua Portuguesa*, 97, ano 9, nov., 10-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Piñon, N. (2006). A paixão feminina pela palavra. *Língua Portuguesa*, 7, ano 1, mai., 12-16. São Paulo: Editora Segmento.
- Pinto, M. da C. (2012). As paisagens interiores da literatura. *Língua Portuguesa*, 85, ano 9, nov., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Rey, A. (2007). Embaixador da língua francesa. *Língua Portuguesa*, 17, ano II, mar., 12-17. São Paulo: editora Segmento.
- Ribeiro, J. U. (2006). Um sincero herdeiro do Padre Vieira. *Língua Portuguesa*, 9, ano I, jul., 10-16. São Paulo: editora Segmento.
- Rocha, R. (2008). A encantadora de crianças. *Língua Portuguesa*, 32, ano III, jun., 12-16. São Paulo: editora Segmento.
- Santos, N. P. (2007). Um olhar na Academia. *Língua Portuguesa*, 23, ano II, set., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Saramago, J. (2005). Um português de sons e pausas. *Língua Portuguesa*, 3, ano I, dez., 16-20. São Paulo: editora Segmento.
- Scliar, M. (2010). A paixão pela escrita. *Língua Portuguesa*, 60, ano 4, out., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Silva, A. (2006). Um personagem fenomenal. *Língua Portuguesa*, 4, ano I, fev., 12-16. São Paulo: editora Segmento.

- Silva, D. (2008). O Jardineiro das Palavras. *Língua Portuguesa*, 34, ano III, ago., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Silva, M. P. L. A. e (2010). O papel do idioma na escola. *Língua Portuguesa*, 61, ano 5, nov., 10-14. São Paulo: Editora Segmento.
- Simão, J. (2007). O macaco está certo. *Língua Portuguesa*, 24, ano II, out. 2007, 12-17. São Paulo: Editora Segmento.
- Solberg, H. (2009). Veículo da literatura. *Língua Portuguesa*, 43, ano 3, mai., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Sousa, M. (2013). O pai da dentuça. *Língua Portuguesa*, 89, ano 8, mar., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Suassuna, A. (2007). Um autor sem medo do adjetivo. *Língua Portuguesa*, 21, ano II, jul., 14-19. São Paulo: editora Segmento.
- Tas, M. (2006). A dupla vida de Ernesto Varela. *Língua Portuguesa*, 12, ano I, out., 12-17. São Paulo: Editora Segmento.
- Toledo, R. P. (2008). A São Paulo dos sotaques. *Língua Portuguesa*, 37, ano III, nov., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Tordo, J. (2012). O passado mora ao lado. *Língua Portuguesa*, 75, ano 6, jan., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Varela, E. (2006). O humor-verdade de Ernesto Varela. *Língua Portuguesa*, 12, ano I, out., 12-17. São Paulo: Editora Segmento.
- Varella, D. (2009). O prazer de escrever. *Língua Portuguesa*, 45, ano 3, jul., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Ventura, Z. (2008). Fundador de uma época. *Língua Portuguesa*, 31, ano III, mai., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Veríssimo, L. F. (2005). A fina expressão da ironia. *Língua Portuguesa*, 2, ano 1, out./nov., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Veríssimo, L. F. (2009). Muito além do gênero. *Língua Portuguesa*, 44, ano 3, jun., 14-17. São Paulo: Editora Segmento.
- Viana, D. C. (2011). “Djavaneando” na linguagem. *Língua Portuguesa*, 66, ano 5, abr., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Vila, M. (2013). Samba da lusofonia. *Língua Portuguesa*, 93, ano 8, jul., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Viola, P. (2008). A gente cantamos errado? *Língua Portuguesa*, 30, ano III, abr., 16-21. São Paulo: Editora Segmento.

- Viola, P. (2008). Timoneiro da memória. *Língua Portuguesa*, 11, ano I, set., 12-17. São Paulo: Editora Segmento.
- Werneck, H. (2008). No rastro da não-obra. *Língua Portuguesa*, 35, ano III, set., 12-17. São Paulo: Editora Segmento.
- Willer, C. (2013). Na estrada da poesia. *Língua Portuguesa*, 91, ano 8, mai. 213, 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Zé, T. (2010). O ritmo do “analfatóteles”. *Língua Portuguesa*, 57, ano 4, jul., 10-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Zilly, B. (2013). O tradutor do sertão. *Língua Portuguesa*, 88, ano 8, fev., 10-13. São Paulo: Editora Segmento.
- Zirardo (2012). Num ritmo maluquinho. *Língua Portuguesa*, 84, ano 8, out., 12-15. São Paulo: Editora Segmento.
- Zirardo, A.P. (2006). O inventor de infâncias. *Língua Portuguesa*, 6, ano 1, abr., 12-16. São Paulo: Editora Segmento.

#### 7 – Publicações da ABL - Artigos da *Revista Brasileira* e *Revista da Academia*

- Albuquerque, A. T. (2006). Novos idiomas? Não! Formas divergentes apenas. In E. Bechara (dir.), *A língua Portuguesa na Revista Brasileira Tomo II (1944-2006)* (pp. 182-196). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1959).
- Albuquerque, M. (2012a). Os Projetos de Reforma. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I 1910-1920* (pp. 9-13). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras (Obra originalmente publicada em 1907).
- Albuquerque, M. (2012b). A Questão Ortográfica. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I 1910-1920*, (pp. 31-37). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras (Obra originalmente publicada em 1910).
- Albuquerque, M. (2013). Justificação de voto [1930]. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo II 1921-1930*, (pp. 474-479). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Albuquerque, A. T. (1959a). Novos idiomas? Não! Formas divergentes apenas. *Revista Brasileira*, Fase V (ABL), ano IX, 25-26, jan. jun., (pp. 167-182). In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista Brasileira Tomo II 1944-2006* Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.



- Albuquerque, A. T. (1959b). O português em Portugal e no Brasil: sobrevivência de palavras e construções. *Revista Brasileira*, Fase V (ABL), ano X, 27, jul-dez., (pp. 133-156). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Albuquerque, M. (2012a). A questão da Ortografia. *Revista da Academia*, vol. I, julho 1910, n.º 1. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I 1910-1920* (pp. 31-37). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1910).
- Albuquerque, M. (2012b). Orthografia. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo II 1921-1930* (pp. 247 a 249). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1901).
- Albuquerque, M. (, 2012b). Os projetos de reforma. Apresentado na sessão da Academia de 25 de Abril. *Revista da Academia*, vol. I, julho 1910, n.º 1. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I 1910-1920* (pp. 9-13). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1907).
- Albuquerque, M. (2012b). Uma reforma útil. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo II 1921-1930* (pp. 242-246). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Albuquerque, M. (2013). A Reforma Orthografica I A Dança das Letras. Vol. XXIII, n.º 99, dez. 1926. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo II, 1921-1930*, (pp. 263-265). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Albuquerque, M. (2013). Justificação de voto. *Revista da Academia*, vol. XXXII, janeiro 193, n.º 97. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo II 1921-1930*, (pp. 474-479). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1930).
- Alencar, M. (2012). Ata da sessão de 3 de junho de 1911. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I 1910-1920*, (pp. 249-253). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Ali, S. M. (1989). Questões Orthograficas. *Revista Brasileira*, ano I, tomo XIII, jan.-mar, (pp. 148-162). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Araguaya, V. (1880). Orthographia da Lingua Portugueza. *Revista Brasileira*, ano 2, tomo V, jul.-set. (pp. 21-14). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Araguaya, V. (2005). Orthographia da Lingua Portugueza (1880). In E. Bechara (dir.), *A língua Portuguesa na Revista Brasileira, Tomo I 1879-1943*, (pp. 189-192). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Barbosa, P. (2012). Terminologia Médica Portuguêsa. Publicado na revista da Academia, vol. V. Julho, n.º 9. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na*

- Revista da Academia Tomo I 1910-1920* (pp. 361-381). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1912).
- Bechara, E. (2001a). A língua dos modernistas: revolução ou tradição? In *Revista Brasileira*, Fase VIII, 31, abr.-mai.-jun, (pp. 121-139). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Bechara, E. (2001b). José de Alencar e a língua no Brasil. *Revista Brasileira*, Fase VII, 28, jul.-ago.-set., (pp. 73-93). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Bechara, E. (2002). A língua portuguesa hoje. *Revista Brasileira*, Fase VII, ano IX, 35, abr.-mai.-jun. 2003, (pp. 129-133). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Bechara, E. (2003). Correção e exemplaridade da língua: suas repercussões no estudo e ensino da língua portuguesa. *Revista Brasileira*, Fase VII, ano IX, 34, jan.-fev.-mar, (pp. 31-51). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Campos, H. (2013a). A Reforma Ortográfica. *Revista da Academia*, vol. XXXII, março, 1930, n.º 99. In E. Bechara (dir.) (2013), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia, tomo II, 1921-1930* (pp. 511-513). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1930).
- Campos, H. (2013b). A Ortografia e o Dicionário. *Revista da Academia*, vol. XXXII, março, 1930, n.º 99. In E. Bechara (dir.) (2013), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia, tomo II, 1921-1930* (pp. 518-524). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1930).
- Castilho, A. F. (2012). Castilho e a Ortografia. In E. Evanildo (dir.) (2012), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo II 1910-1920* (pp. 234-240). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1926).
- Fortes, H. P. (1944). Ainda a filologia do travessão. *Revista Brasileira*, Fase V (ABL), julho, (pp. 179-199). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Freire, L. (2013). A questão dos Brasileirismos. Discurso do sr. Laudelino Freire ao sr. Xavier Marques, em sessão de 18 de Setembro de 1924. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I 1910-1920*, (pp. 171-181). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1924).
- Galvão, R. (2013). Declaração. In E. Bechara (dir.) *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo II 1921-1930*, (pp. 481- 484). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1929).
- Ivo, L. (2000). Um oceano de palavras. *Revista Brasileira*, Fase VII, ano VI, 22, jan.-fev.-mar., (pp. 54-57). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.

- Kopke, J. (1886). Ensino das Línguas. *Revista Brasileira*, ano 2, tomo VII, set., (pp.379-391). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Leão, J. B. (2005a). Ortografia da Língua Portuguesa. In E. Bechara (dir.), *A língua Portuguesa na Revista Brasileira Tomo I*, (pp. 193-207). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1880).
- Leão, J. B. (2005b). Reforma da ortografia portuguesa. In E. Bechara (dir.), *A língua Portuguesa na Revista Brasileira tomo I*, (pp. 173-179). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1880).
- Marques, X. (2013a). A questão dos Brasileirismos. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I 1910-1920*, (pp. 131-135). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1924).
- Marques, X. (2013b). A questão dos Brasileirismos. Réplica do sr. Xavier Marques ao sr. Laudelino Freire, em sessões de 2 e 9 de Outubro de 1924. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I 1910-1920*, (pp. 163-169). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1924).
- Filho, A. M. (1945). Brasileirismos. In *Revista Brasileira*, Fase V, (ABL), março, (pp. 108-112). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Filho, A. M. (2006). Brasileirismo. In E. Bechara (dir.), *A língua Portuguesa na Revista Brasileira Tomo II*, (pp. 317-320). Rio de Janeiro: Academia de Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1880).
- Nascentes, A. (1944) O homem através do estilo. In *Revista Brasileira*, Fase V (ABL), Abril 1944, (pp. 170-174). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Niskier, A. (2002). A missão da Academia Brasileira de Letras na defesa da língua. *Revista Brasileira*, Fase VII, n.º 31, abr.-mai.-jun., (pp.35-53). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Nogueira, J. (1958). Em defesa da língua. In *Revista Brasileira* Fase V (ABL), ano IX, jul.-dez., 23-24, (pp. 161-170). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Nogueira, J. (2006a). A língua falada. In E. Bechara (dir.), *A língua Portuguesa na Revista Brasileira Tomo II*, (pp. 346-353). Rio de Janeiro: Academia de Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1959).
- Nogueira, J. (2006b). Em defesa da Língua. In E. Bechara (dir.), *A língua Portuguesa na Revista Brasileira Tomo II*, (pp. 354-361). Rio de Janeiro: Academia de Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1958).

- Nunes, J. S. (1943). Briga de Gramáticos. *Revista Brasileira*, ano 3, tomo VII, set., (pp. 84-101). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Nunes, J. S. (1943). Terminologia Científica. *Revista Brasileira*, ano 3, tomo VIII, dez., (pp. 123-134). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Pacheco Júnior (1879). Reforma da orthografia portugueza. *Revista Brasileira*, ano I, tomo II, Jun.-set. 1879, (pp.495-502). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Pacheco Júnior (1880). O Dialeto Brasileiro. *Revista Brasileira*, ano 2, tomo V, jul.-set., (pp. 487-495). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Peixoto, A. (2013). Declaração do Voto. Lida na sessão da ABL de 21 de Novembro de 1930. *Revista da Academia*, vol. XXXII, janeiro, n.º 97. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo II 1921-1930*, (pp. 460-461). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1930)..
- Ramos, S. (2013). Defeza da Reforma Portuguesa. *Revista da Academia*, vol. XXXII, janeiro, n.º 97. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia, tomo II, 1921-1930*, (pp. 466-473). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1930).
- Ribeiro, E. (1997). O Padre António Vieira, clássico da língua portuguesa. *Revista Brasileira*, Fase VII, ano III, n.º 10, jan.-fev.-mar., (pp. 101-115). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Ribeiro, J. (2000). Artigo publicado em O Jornal, 26 de Agosto de 1926. In E. Bechara (dir.) *Revista Brasileira*, Fase VII, ano VI, n.º 22, jan.-fev.-mar., (pp. 225-229). (Obra originalmente publicada em 1926).
- Ribeiro, J. (2012a). A língua Nacional. In E. Bechara (Dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I 1910-1920*, (pp. 303-305). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1927).
- Ribeiro, J. (2012b). Dicionário de Brasileirismos. In E. Bechara (Dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I 1910-1920*, (pp. 202-206). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1925).
- Ribeiro, J. (2013a). A Língua Nacional. Publicado na Revista da Academia, vol. XXV, n.º 68, nov. 1927. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia, tomo II, 1921-1930*, (pp. 303-305). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1927).
- Ribeiro, J. (2013b). A Ortografia. *Revista da Academia*, vol. XXXII, março, 1930, n.º 99. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia, tomo II, 1921-1930*, (pp. 489-492). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1930).

- Ribeiro, J. (2013e). Parecer da comissão de lexicografia, aprovado em sessão de 27 de Novembro de 1924. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia*, (pp. 190-196). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1924).
- Ribeiro, J. (2013d). Lei ou portaria? *Revista da Academia*, vol. XXXII, março, 1930, n.º 99. In E. Bechara (dir.) *A Língua Portuguesa na Revista da Academia, tomo II, 1921-1930*, (pp. 505-506). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1930).
- Ribeiro, J. (2013e). Parecer da comissão de lexicografia, aprovado em sessão de 27 de Novembro de 1924. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia*, (pp. 190-196). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1924).
- Ribeiro, J. (2013c). Chronica literária. Publicado na *Revista da Academia*, vol. XXX, n.º 89, Maio de 1924. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia, tomo II, 1921-1930*, (pp. 434-437). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1929).
- Ribeiro, L. (1942). Vocabulário Médico. *Revista Brasileira*, ano 2, tomo IV, set., (pp.70-85). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Ribeiro, L. (2005). Vocabulário Médico. In E. Bechara (Dir.), *A língua Portuguesa na Revista Brasileira tomo I (1879-1943)*, (pp. 556-571). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1942).
- Rohan, H. de B. (2006a). Reforma da orthographia portugueza I. In E. Bechara (2006) (Dir.), *A língua Portuguesa na Revista Brasileira Tomo II*, (pp. 3-5). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1879).
- Rohan, H. de B. (2006b). Reforma da orthographia portugueza II. In E. Bechara (2006) (Dir.), *A língua Portuguesa na Revista Brasileira Tomo I*, (pp. 6-10). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1879).
- Silva, J. J. P. (1881). Questões de Linguística. *Revista Brasileira*, ano 2, tomo VII, out.-dez., (pp. 446-450). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Silva, J. J. P. (1881). Questões de Linguística. *Revista Brasileira*, ano 2, tomo VII, out.-dez., (pp. 276-284). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Távora, F. (1879). Notas Bibliográficas. *Revista Brasileira*, ano I, tomo II, jun.-set., (pp. 504-520). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Veríssimo, J. (2012a). A ortografia Portuguesa. A reforma ortográfica da Academia Brasileira. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I 1910-1920*, (pp. 3-9). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1910).

- Veríssimo, J. (2012b). A reforma ortográfica da Academia Brasileira. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I 1910-1920*, (pp. 37-43). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1910).
- Veríssimo, J. (2012c). Ainda a Questão Ortográfica. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I (1910-1920)*, (pp. 254-269). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1911).
- Veríssimo, J. (2012d). Ainda a questão ortográfica. In E. Bechara (dir.), *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo I (1910-1920)*, (pp. 43-49). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1911).
- Veríssimo, J. (2013). Ainda a Questão Ortográfica. Publicado inicialmente na *Revista da Academia*, vol. III, n.º5. In E. Bechara (dir.) *A Língua Portuguesa na Revista da Academia Tomo II 1910-1920*, (pp. 37-43). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Obra originalmente publicada em 1911).

## 8 - Outras fontes

- Barbosa, R. (1902). Replica do Senador Ruy Barbosa ás defesas da redacção do Projecto da Camara dos Deputados. Trabalho da Comissão Especial do Senado, Separata das *Pandectas Brasileiras*.
- Barros, J. (1971). *Gramática da Língua Portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Obra originalmente publicada em 1540).
- Dias, L. F. (1996). *Os Sentidos do Idioma Nacional*. São Paulo: Pontes.
- Casteleiro, J. (2008, 15 de março). Um novo acordo ortográfico. *Diário de Notícias*, 15 de março [Disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content\\_id=996077&page=-1](http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=996077&page=-1), acedido em 28.10.2013].
- Castilho, A. F. (1875). *Methodo Portuguez Castilho. O ensino rápido e aprazível do ler, escrever e bem fallar*. (4ª edição). Lisboa: Typographia Progresso.
- Castilho, A. F. (1905). *Quadros Históricos de Portugal*. (4ª edição). Lisboa: Empreza de Editores de Portugal.
- Figueiredo, C. (1954). *Lições Práticas da Língua Portuguesa, vol. I* (10ª edição). Lisboa: Livraria Clássica Editora.

- Figueiredo, C. (1955). *Falar e Escrever Novos Estudos Práticos da Língua Portuguesa ou Consultório Popular de Enfermidades da Língua*, vol. I (7.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Leão, B. (1878). *Coleção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sónico*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Lopes, C. (2014, 26 de agosto). Imprensa foi “preguiçosa” nas pautas sobre o acordo ortográfico, diz Professor Pasquale. *Portal Imprensa. Jornalismo e comunicação na web* [Disponível em <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/67723/imprensa+foi+preguicosa+na+pautas+sobre+acordo+ortografico+diz+pasquale+neto>, consultado a 10 de setembro de 2014]
- Mateus, M. H. (2016, 17 de fevereiro). O abastardamento da língua segundo Pacheco Pereira. *Público*, ano XXVI, nº 9437, 46.
- Moura, V.G. (1989). O Rosto de Camões – Retrato Pintado a Vermelho, in *Oceanos*, nº1, Julho, 17-24. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses.
- Moura, V. G. (2013, 3 de abril). Vieira queimado em... “esfinge”, in *Público*, ano XXIV, nº 8393, 44.
- Moura, V.G. (2011, 27 de julho). Deveras decepcionado. *Diário de Notícias* [Disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/opinio/interior.aspx?content\\_id=1929973](http://www.dn.pt/inicio/opinio/interior.aspx?content_id=1929973), acedido em 28/10/2013].
- Noronha, J. F. C. B. (1860). *Orthographia Portugueza e Missão dos livros elementares; correspondencia official relativa ao Íris Clássico* (2.<sup>a</sup> edição corrigida e aumentada). Rio de Janeiro: Typographia e Livraria Pinto de Sousa.
- Nunes, J. S. (1946). *Acordo para a Unidade Ortográfica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Oliveira, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1536.
- Paraizo, D. (2013, 11 de dezembro). “As pessoas só decoram as regras”, diz autor de projeto que simplifica a ortografia. *Portal Imprensa. Jornalismo e Comunicação na web* [Disponível em <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/62720/as+peessoas+so+decoram+as+regras+diz+autor+de+projeto+que+simplifica+a+ortografia>, consultado a 10 de setembro de 2014].
- Petição pela desvinculação de Portugal ao “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990” (AO90)* (2013) [Disponível em <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=DPAO2013>, consultado a 11 de Setembro de 2014].

- Pinto, O. B. (1946). Reflexões acerca da Expansão da Língua Portuguesa no Mundo. In *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, vols. I e II (1957) (pp. 152- 190). Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.
- Português será em breve língua oficial de organizações internacionais (2015, 21 de abril). *Notícias ao minuto* [Disponível em <https://www.noticiasao minuto.com/mundo/378997/portugues-sera-em-breve-lingua-oficial-de-organizacoes-internacionais>; consultado a 28 de Janeiro de 2017]
- Ribeiro, A. P. (2013, 18 de janeiro). Para acabar de vez com a lusofonia. *Público* (versão online) [Disponível em <https://www.publico.pt/opiniao---politica-cultural/jornal/para-acabar-de-vez-com-a-lusofonia-25877639>, consultado a 12. 2.2013].
- Ribeiro, J. (1979). *A Língua Nacional* (H. Rocha, sel. e coord.). Sergipe: Editora Vozes, Ltda.
- Rosário, L. J. (2007, 6 de junho). Lusofonia: Cultura ou Ideologia? *Jornal Notícias de Maputo* [Disponível em: <http://port.pravda.ru/cplp/mocambique/10-06-2007/17576-lusofonia-o/>]
- Sena, J. (1978). Entrevista por Fernando Dacosta. *Diário de Notícias*, 14.9.1978, 17-18.
- Torres, A. Assunção, C. (2000). *Gramática da Linguagem portuguesa (1536) Fernão de Oliveira: Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

## Bibliografia Geral

- Agamben, G. (2012). *Ideia de Prosa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Aguiar, M. (2007). As reformas ortográficas da língua portuguesa: uma análise histórica, 347irro rand347 e ideológica. *Filologia e Linguística Portuguesa*, o(9), 11-26. Doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.voi9p11-26>
- Alarcão, A. (1987). O Futuro Demográfico da Língua Portuguesa no Mundo. Separata da *Revista Centro de Estudos Demográficos*, n.º 23 (1977/1978). Lisboa: Instituto Calouste Gulbenkian de Ciência – Centro de Estudos de Economia Agrária.
- Albuquerque, C. & Romão, A. (Org.) (2000). *Diálogos dos 500 anos: Brasil Portugal Desenvolvimento e Cooperação*. Rio de Janeiro: EMC Edições.
- Albuquerque, M. (2016). *A Consciência Nacional Potuguesa*. Lisboa: Babel.



- Almeida, M. V. (1991). Leitura de um Livro de Leitura: a Sociedade Contada às Crianças e Lembrada ao Povo. In Juan Brian O’Neil e Joaquim Pais de Brito (org. e pref.), *Lugares de Aqui: Actas do seminário Terrenos Portugueses* (pp. 245-261). Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Almeida, M. V. (2002). O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o Caso “Lusófono”. In C. Bastos, M. V. de Almeida & B. Feldman-Bianco (orgs.), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-brasileiros* (pp. 23-37). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, M.V. (2000). *Um mar cor de terra. Raça, cultura e política de identidade*. Oeiras: Celta.
- Alves, J. L. S. (2010). Carlos Malheiro Dias e os círculos intelectuais luso-brasileiro. In S.M. Sarmento & L. M. Guimarães (coord.), *Culturas Cruzadas em Português: redes de poder e relações culturais* (vol. I, pp. 231-241). Coimbra: Almedina.
- Amado, A. D. (2013). Língua, Modernidade e Libertação: a Linguística Política de Amílcar Cabral. *Desafios – Revista Científica da Cátedra Amílcar Cabral*, 1, novembro, 83-109.
- Amado, L. M. (1999). A CPLP e a Política Externa Portuguesa. In *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (pp. 115-127). Lisboa: Ed. Atena/Instituto de Altos Estudos Militares.
- Ançã, M. H. (2002). A língua portuguesa em Africa. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 1 (2), abril, 14-24.
- Ançã, M. H. (2015). “Dos mares aos rostos da língua portuguesa” – reflexões em torno de geografias, variedades e valores do Português, na perceção de (futuros) professores, em Portugal, Brasil e Cabo Verde. In A. M. Ferreira, & M. F. Brasete (Orgs.), *Pelos Mares da Língua Portuguesa* 2 (pp. 299-312). Aveiro: UA Editora.
- Anderson, B. (2005). *Comunidades Imaginadas – Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Ed. 70.
- Andrade, F. C. (1980). *Literatura angolana (opiniões)*. Lisboa: Edições 70.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Aquino, J. G. (2013). Pedagogização do pedagógico: sobre o jogo do expert no governo docente. *Educação*, 36(2), mai/ago, 201-209.
- Araújo, J. C. & Dieb, M. (2007). *Linguagem e Educação Fios que se Entrecruzam na Escola*. São Paulo: Autêntica Editora.
- Arendt, H. (2005). *La Vie de l’esprit*. Paris: PUF.

- Arfuch, L. (2010). *O Espaço Biográfico: Dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Ariès, P. (1992). *O tempo da história*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Ashcroft, B; Griffiths, G. & Tiffin, H. (ed.) (1995). *The post-colonial Studies Reader*. London and New York: Routledge.
- Associação Portuguesa de Linguística (Ed.) (1994). *Variação Linguística no espaço, tempo e na sociedade*. Lisboa: Colibri.
- Azevedo, A. (1958). *Política de Ensino em África*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- Bagno, M. (1999). *Preconceito Linguístico. O que é, como se faz*. São Paulo: Loyola.
- Bagno, M. (2002). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola
- Bagno, M. (2003). *A norma culta*. São Paulo: Parábola.
- Bagno, M. (2012). Norma linguística, hibridismo & tradução. *Traduzires*, 1(1), 19-32.
- Bagno, M. (org.) (2001). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola.
- Bakhtine, M. (1970a). *L'Oeuvre de François Rabelais et la Culture Populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*. Paris: Éditions Gallimard.
- Bakhtine, M. (1970b). *La Poétique de Dostoievski*. Paris: Éditions du Seuil.
- Bakhtine, M. (1984). *Esthétique de la Création Verbale*. Paris: Éditions Gallimard.
- Baptista, L. V; Costa, J. & Pereira, P. (2009). *O Mundo dos Leitorados. Políticas e Práticas de Internacionalização da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Baptista, M. (2006a). A Questão do Outro na Europa da Cultura. In N. Cunha (Coord.), *Europa, Globalização e Multiculturalismo* (pp. 165-179). Famalicão: Ausência.
- Baptista, M. (2006b). A lusofonia não é um jardim ou Da necessidade de “perder o medo as realidades e aos mosquitos”. In M. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 23-44). Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.
- Baptista, M. (2006c). Comunicação e lusofonia: do lugar acrítico ao lugar da procura. In M. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 9-14).

Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.

- Barbeitos, A. (2008). *Angola/Portugal: des identités coloniales equivoques. Historicité des 350 ans de l'indépendance de soi et d'autrui*. Paris: L'Harmattan.
- Barbour, S. & Carmichael, C. (Eds.) (2007). *Language and Nationalism in Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Barcellos, J. (2006). *Agostinho e Vieira Mestres de Sujeitos!*. Santa Maria da Feira: Profedições.
- Barros, M. (2011). *Poesia Completa*. Lisboa: Caminho.
- Barthes, R. (1975). Escritores, intelectuais, professores. In R. Barthes, *Escritores, Intelectuais, Professores e outros ensaios* (pp. 25-61). Lisboa: Presença.
- Barthes, R. (1987). *O Rumor da Língua*. Lisboa: Edições 70.
- Barthes, R. (2007a). *Mitologias*. Lisboa: Edições 70.
- Barthes, R. (2007b). *Crítica e Verdade*. Lisboa: Edições 70.
- Barthes, R. (2013). *O Prazer do Texto*. São Paulo: Editora Perspetiva.
- Barthes, R. (2015). *O Óbvio e o Obtuso*. Lisboa: edições 70.
- Bastos, C., Almeida, M. V. & Feldman-Bianco, B. (coord.) (2002). *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Bayard, J-F. (2010). *Les Études Postcoloniales: Un Carnaval Académique*. Paris: Éditions Karthala.
- Benjamin, W. (2010). *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Benjamin, W. (2012). *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (2015). *Linguagem, Tradução, Literatura*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Bernhard, T. (2011). *Meus Prêmios*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bhabha, H. K. (1990). *Nation and Narration*. London: Routledge.
- Bhabha, H. K. (1994). *The Location of Culture*. London: Routledge.
- Blanchot, M. (2001). *A Conversa Infinita*. São Paulo: Editora Escuta.
- Bloom, H. (1991). *A Angústia da Influência*. Lisboa: Edições Cotovia.

- Bondoso, A. (2013). *Lusofonia e CPLP: desafios na globalização*. Lisboa: Edições Esgotadas.
- Bonnel, V. E. & Hunt, L. (eds.) (1999). *Beyond the Cultural Turn: New directions in the Study of Society and Culture*. Berkley: University of California Press.
- Boudin, L. (1971). *Os intelectuais*. Lisboa: Editora Arcádia.
- Bourdieu, P. & Passeron, J.-C. (1964). *Les Héritiers: Les étudiants et la Culture*. Paris: Lês Éditions de Minui.
- Bourdieu, P. (1989a). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1989b). *O que falar quer dizer*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (2004). *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (2005). *Esboço para uma auto-análise*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (2010). *A distinção. Crítica social do julgamento*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (2011). *O poder simbólico*. Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, Pierre (1996). *As regras da Arte: génese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Editorial Presença.
- Boxer, C. R. (2001). *O império marítimo português*. Lisboa: Edições 70.
- Boym, S. (2001). *The future of Nostalgia*. New York: Basic Books.
- Braga, J. A. (Coord.) (1999). *José Aparecido – o homem que cravou uma lança na lua*. Lisboa: Trinova editora.
- Brito, J. D. (2008). *Literatura e Política* (vol. 5). São Paulo: Novera Editora.
- Brito, R. & Bastos, N. (2006). Dimensão semântica e perspectiva do real: comentários em torno do conceito de lusofonia. In M. L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (eds.), *Comunicação e lusofonia* (pp. 65-77). Porto: Campo das Letras.
- Brugioni, E. (2012). *Mia Couto: Representação História(s) e Pós-colonialidade*. Famalicão: Edições Húmus.
- Bueno, E; Soares, L. & Ninfa, P. (2012). *Navegar pelas Letras*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira
- Buescu, H., Duarte, J. F. & Gusmão, M. (Orgs.) (2001). *A Floresta Encantada*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Bulhões, M. (2007). *Jornalismo e Literatura em convergência*. São Paulo: Ática.

- Burke, P. (1980). *Sociologia e História*. Porto: Edições Afrontamento.
- Burke, P. (1992). *O mundo como Teatro – estudo de antropologia histórica*. Lisboa: Difel.
- Burke, Peter (2000). *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Burke, P. (2004). *Languages and Communities in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Burke, P. (2008). *What is Cultural History?* Cambridge, Polity.
- Cabral, M. V. (2000). Le Portugal, L'Europe et L'Union européenne. Quelques reflexions en trois temps. In *L'Europe des Nations, volume XI*. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. Lisboa- Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cabral, T. P. (2010). *O Luso-tropicalismo: Reflexões sobre a cultura política luso-brasileira*. (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Ciência Política). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Caetano, M. (1970a). *Portugal é de Nós Todos Nós Todos Somos Portugal. Discurso Perante as Comissões da Acção Nacional Popular no Palácio Foz, em 27 de Setembro de 1970*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, M. (1970b). *Coordenadas da Política Externa Portuguesa. Excertos de Discursos Proferidos pelo Presidente do Conselho de Ministros Prof. Doutor Marcello Caetano*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Caetano, M. (1973). *Razões de Presença de Portugal no Ultramar*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo.
- Calvet, L. (1981). *Les langues véhiculaires*. Paris: Presses Universitaire de France.
- Calvet, L. (1996a). *Les politiques linguistiques*. Paris: Presses Universitaire de France.
- Calvet, L. (1996b). *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon.
- Calvet, L. (2002). *Le marché aux langues. Les effets linguistiques de la mondialisation*. Paris: Plon.
- Caminha, E. (1995). *Palavras de Escritor*. Brasília: Thesaurus.
- Cândido, A. (1965). *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Cia Ed. Nacional.
- Cândido, A. (2006). *Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.

- Candiotto, C. (2010). *Foucault e a Verdade Crítica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Cannadine, D. (org.) (2006). *Que é a História Hoje?* Lisboa: Gradiva.
- Cardeira, E. (2006). *O Essencial sobre a História do Português*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Cardoso, F. H & Soares, M. (1998). *O Mundo em Português – um diálogo*. Lisboa: Gradiva.
- Cardoso, F. H. (2000). A Modernização do Brasil e a Lusitanidade. In C. Albuquerque & A. Romão (Org.), *Diálogos dos 500 anos: Brasil Portugal Desenvolvimento e Cooperação* (pp. 31– 41). Rio de Janeiro: EMC Edições.
- Cardoso, M. E. (2001). O Acordo Ortográfico. In *Explicações de Português* (2.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Carvalho, A. (2015). Discursivização em “Muadié Gil, o sobral e o barril”. In F. Topa e E. Pereira (Org.), *De Luanda a Luandino: veredas* (pp. 147 a 159). Porto: Edições Afrontamento.
- Carvalho, M. & Cabecinhas, R. (2010). O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e a percepção de ameaça à identidade portuguesa. In *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 189- 201). S.l.: LUSOCOM / SOPCOM. [Disponível em <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/anuario/article/view/783/703>].
- Castells, M. (2007). *A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2013). *O poder da Comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Castelo, C., Thomaz, O., Nascimento, S. & Silva, T. (2012). *Os Outros na colonização. Ensaios sobre o Colonialismo tardio de Moçambique*. Lisboa: ICS.
- Castelo, Cláudia (1989). “O Modo Português de estar no Mundo.” *O Lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Castelo, Cláudia (2010). A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. In *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: actas*. Lisboa: CEA [Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2244>]
- Castelo, Cláudia (2015). A mensagem lusotropical do colonialismo português tardio: o papel da propaganda e da censura. In L. M. Martins, *Lusofonia e*

- interculturalidade: Promessa e travessia* (pp. 451-461). Famalicão: Edições Húmus.
- Castro, I., Duarte, I & Leiria, I. (1987). *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*. Lisboa: Edições Sá da Costa.
- Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo* (Noémia de Sousa, Trad.). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Chacon, V. (2000). Blocos Internacionais, Mercosul e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na virada do século. In C. Albuquerque & A. Romão (Org.), *A Diálogos dos 500 anos: Brasil Portugal Desenvolvimento e Cooperação* (pp. 447- 457). Rio de Janeiro: EMC Edições.
- Chacon, V. (2002). *O Futuro Político da Lusofonia*. Lisboa: Verbo.
- Chacon, V. (2010). Brasil e Portugal no Mundo. In F. Sousa, P. Santos & P. Amorim (coord.), *As Relações Portugal-Brasil no século XX*. (pp. 53-58). Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Chagas, P. (1867). *Novos Ensaios Críticos*. Porto: Casa da Viúva Moré.
- Chartier, R. (1988). *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.
- Chartier, R. (1997). *A Ordem dos Livros*. Lisboa: Passagens.
- Chartier, R. (2002a). *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.
- Chartier, R. (2002b). *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Cianco, P. (2008). *Lusofonia Digital: Um Novo Caminho para a Integração*. (Dissertação de mestrado em Relações Internacionais). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Coccaro, A. L. S. (2010). *A Gramática Normativa na Formação Intelectual do Cidadão Brasileiro: o ensino da Língua Portuguesa à altura dos Desafios Contemporâneos*. (Dissertação para obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Cohen, R. (1997). *Global Diasporas: an Introduction*. London: Routledge.
- Comissão Nacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (1990). *Oficina de Trabalho sobre o Acordo ortográfico de 1990 (28, 29 e 30 de Julho)*. Luanda: Ministério da Educação da República de Angola.

- Comissão Nacional do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2010). *O Acordo ortográfico de 1990*. Luanda: Ministério de Educação da República de Angola.
- Connerton, P. (1989). *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de estratégia – apontamentos para um curso*. Lisboa:
- Couto, M. (2005). *Pensatempos*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Couto, M. (2009a). *Intervenções*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Couto, M. (2009b). *E se Obama fosse Africano?* São Paulo: Companhia das Letras.
- Couto, M. (2009c). *E se Obama fosse Africano e outras intervenções*. Lisboa: Caminho.
- Cristóvão, F. (2008). *Da Lusitanidade à Lusofonia*. Coimbra: Almedina.
- Cristóvão, F. (2015). Sugestão de critérios convergentes para a formação e definição de um cânone lusófono. In L. M. Martins (Coord.), *Lusofonia e interculturalidade: Promessa e travessia* (pp. 245 – 252). Famalicão: Edições Húmus.
- Cristóvão, F. (dir. /coord.) (2012). *Ensaio Lusófonos*. Coimbra: Almedina.
- Cristóvão, F. (dir./coord.) (2005). *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto/Aclus.
- Cuche, D. (2003). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim de Século.
- Cunha, C. M. F. (2011). *Escrever a Nação: Literatura e Nacionalidade*. Guimarães: Opera Omnia.
- Cunha, E. L. (2002). Tornar-se Lusófono. Histórias e Contemporaneidade. In I. Margato (Org.), *Figuras da Lusofonia Cleonice Berardinelli* (pp. 118-125). Lisboa: Instituto Camões.
- Cunha, L. (2011). Da pragmática da convergência à sedução da singularidade: discursos e políticas da lusofonia. In J. Gama, A. Gonçalves, F. Raguso & M. Palhinha (Eds.), *Cultura Portuguesa. Interculturalidade e Lusofonia*, (pp. 19-27). Braga: Faculdade de Filosofia de Braga da Universidade Católica Portuguesa.
- Cunha, L. (2015). Liminaridade e descentramento: identidades lusófonas a suas narrativas. In L. M. Martins (Coord.), *Lusofonia e interculturalidade: Promessa e Travessia* (pp. 113-127). Famalicão: Edições Húmus.



- Dalmutt, A. & Mello, C. (2011). Lusofonia e o Novo Acordo Ortográfico: questões políticas e linguísticas. *Diálogo e Interação*, 5. [Disponível em <http://www.faccrei.edu.br/gc/anexos/diartigos67.pdf>].
- Damrosch, D. (2009). *The idea of World literature*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Dantas, J. (1940). Separata do *Boletim da Academia de Ciências de Lisboa*, vol. II, junho-julho, 6-7.
- Dantas, J. (1942). *Discursos*. Lisboa: Bertrand.
- Dantas, J. (s.d.). *Tribuna*. Lisboa: Bertrand.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2002). *F. Kafka para uma literatura menor*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2007). *Mil Planaltos: Capitalismo e Esquizofrenia*, 2. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Deleuze, G. (1986a). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. (1986b). *Foucault*. Lisboa: Edições 70.
- Deleuze, G. (1986c). *O que é a Filosofia?* Lisboa: Editorial Presença.
- Derrida, J. (2004). *Sob Palavra: instantâneos filosóficos*. Lisboa: Fim de Século.
- Derrida, J. (2005). *Géneses, genealogias, gêneros e o génio*. Porto Alegre: Sulina.
- Derrida, J. (2010). *Força de Lei*. São Paulo: Martins Fontes.
- Detienne, M. (2013). *Mestres da Verdade na Grécia Arcaica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Dias, J. (1961). *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Dias, L. F. (1996). *Os sentidos do Idioma Nacional: as bases enunciativas do Nacionalismo Linguístico no Brasil*. Campinas: Pontes.
- Dionísio, D. (2013). *O Olhar e o Entrelhar na Literatura e na Língua Portuguesa*. Praia: Edições UNICV.
- Donzelot, J. & Gordon, C. (2008). Governing liberal societies – The Foucault effect in the 356irro r-speaking world. *Foucault Studies*, 5, 48-62.
- Dosse, F. (1987). *L'histoire en miettes: des Annales à la Nouvelle Histoire*. Paris: Éditions La Découverte.
- Emiliano, A. (1990). *O Fim da Ortografia: comentário razoado dos fundamentos técnicos do acordo ortográfico da língua portuguesa*. Lisboa: Guimarães Editores.

- Emiliano, A. (2010). *Apologia do Desacordo Ortográfico*. Lisboa: Babel.
- Even-Zohar, I. (2011). O papel da literatura na criação das nações da Europa. In C. M. F. Cunha (Ed.), *Escrever a Nação: Literatura e Nacionalidade* (pp. 77 – 99). Guimarães: Opera Omnia.
- Fafe, J. F. (2010). *A colonização Portuguesa e a emergência do Brasil*. Lisboa: Temas e Debates Círculo dos Leitores.
- Faraco, C. A. (2008). *Norma Culta Brasileira: Desembaraçando alguns nós*. São Paulo: Parábola.
- Farge, A. (2009). *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Farge, A. (2011). *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Faria, A. (1971). *Da Babel à Comunicação: uma imagem do sentido da existência*. São Paulo: Editora Mâtra.
- Febvre, L. (1953). *Combats pour l'histoire*. Paris: Librairie Armand Colin.
- Feldman-Bianco, B. & Capinha, G. (2000). *Identidades: estudos de cultura e poder*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Feldman-Bianco, B. (2002). Entre a “fortaleza” da Europa e os laços afectivos da “irmandade” luso-brasileira: um drama familiar em um só ato. In C. Bastos, M. V. Almeida & B. Feldman-Bianco (Coord.), *Diálogos Críticos Luso-brasileiros* (pp. 385-415). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Fernandes, R. & Adão, A. (orgs.) (1998). *Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970. Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- Ferreira, E. de S. (1977). *O fim de uma era: O Colonialismo Português em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Ferreira, J. M. (1999). *Política Externa de Defesa do Portugal Democrático*. Lisboa: Edições Colibri e Fundação Mário Soares.
- Ferreira, M. J. (1996). *A Lusofonia e a Política da Língua e da Cultura, a Cooperação com os Países Africanos Lusófonos*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Figueira, I. R. (1995b). Nós, os do Makulusu – *Guerra colonial e desencontro de culturas em Luandino Vieira*. Congresso Internacional – Portugal e os Mares: um encontro de cultura. Congresso Internazionale – Il Portogallo e I Mari: un 357irro ra tra culture (pp. 91-102). Nápoles: Istituto Universitario Orientale.
- Figueira, I. R. (2012). Colonialismo e Alteridade nos Manuais de Língua e Literatura Portuguesa dos Liceus (Portugal, 1950-1974). In M. J. Mogarro &

- M. T. S. Cunha (orgs.), *Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares. IX Congresso Luso Brasileiro de História da Educação* (Atas) (pp. 837 – 854). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. ISBN 978-989-96999-6-0.
- Figueira, I. R. (2015). *Língua e Poder: ortografia, educação e identidade nacional (Portugal-Brasil, 1880-1990)*. In A. M. Ferreira & M. F. Brasete (eds.), *Pelos Mares da Língua Portuguesa 2* (pp. 581 – 601). Aveiro: UA Editora.
- Figueiredo, C. (1925). *Combates sem Sangue em Favor da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Filipe, M. (2005). *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo: Hipótese de modelo estratégico*. (Tese de doutoramento). Universidade Aberta, Lisboa.
- Fonseca, A. M. (2012). *Percursos da Identidade Representações da Nação na Literatura Pós-colonial de Língua Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Foucault, M. (1992). *O que é um autor?* Lisboa: Veja.
- Foucault, M. (1994b). *História da Sexualidade II. O Uso dos Prazeres*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Foucault, M. (1997). *A Ordem do Discurso*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Foucault, M. (1999). *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes
- Foucault, M. (2001a). *Dits et écrits I. 1954-1975* (D. Defert & F. Ewald, Dir.). Paris: Éditions Gallimard.
- Foucault, M. (2001b). *Dits et écrits II. 1976-1988* (D. Defert & F. Ewald, Dir.). Paris: Éditions Gallimard.
- Foucault, M. (2005a). *A Arqueologia do Saber*. Coimbra: Edições Almedina.
- Foucault, M. (2005b). *A Verdade e as Formas Jurídicas*. (R. Cabral & E. J. Morais, Trad.). Rio de Janeiro: Nau.
- Foucault, M. (2006). *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008a). *Segurança, território, população* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *Nascimento da biopolítica* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2011a). *Do Governo dos Vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos)*. São Paulo: Achiamé.

- Foucault, M. (2011b). *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)* (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel (1994a). *Dits et Écrits 1954-1988 – III 1976-1979* (D. Defert & F. Ewald, Dir.) Paris. Éditions Gallimard.
- Freixo, A. (2010a). As relações luso-brasileiras e a CPLP. Algumas reflexões em torno da ideia de Lusofonia. In F. Sousa, P. Santos & P. Amorim (Coord.) *As Relações Portugal-Brasil no século XX* (pp. 65-77). Porto: Fronteira do Caos, Editores.
- Freixo, A. (2010b). *Minha Pátria é a Língua Portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal* [Edição digital Kindle]. Rio de Janeiro: Editora Apicuri.
- Freyre, G. (1951). *O Mundo que o Português criou*. Lisboa: Edições Livros de Brasil.
- Freyre, G. (1953). *Aventura e rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Freyre, G. (1957). *Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Lisboa: Edições livros do Brasil.
- Freyre, G. (2002). *Casa Grande & Senzala* (46ª edição). Rio de Janeiro: Record.
- Gadelha, S. (2009). *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault* (E. Brandão, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Gagnebin, J. M. (2005). *Sete aulas sobre Linguagem, memória e História*. Rio de Janeiro: Imago.
- Gaivão, L. M. (2010). *CPLP: a cultura como principal fator de coesão*. (Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre Curso de Mestrado em Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Galvão, A. F. & Coelho, T. D. (2010). Da minha língua vê-se o mar. Congressos Lusos- Brasileiros. In S. M. & Guimarães, L. M. (Coord.), *Culturas Cruzadas em Português: redes de poder e relações culturais* (vol. I, pp. 231-241). Coimbra: Almedina.
- Gameiro, A. (2000). *Lusofonia e Identidade na Diáspora*. Lisboa: Filhas de São Paulo.
- Gil, I. C. (2007). *Poéticas da Navegação*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Gilroy, P. (2005). *After Empire: Melancholia or Convivial Culture?* London: Routledge.

- Gimenes, G. de F. (2012). Os Problemas biopolíticos contemporâneos em Nikolas Rose. *Mediações*, 17 (1), 274-278, jan./jun.
- Gonçalves, W. (2016). As relações luso-brasileiras nos anos 1950. In J. Neves (org.), *Quem faz a História* (pp. 99-120). Lisboa: Tinta da China.
- Guedes, F. (2001). *O livro como tema*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Guimarães, L. O. (2011). *Eça de Queiroz e os Políticos*. Lisboa: Edição de Livros e Revistas.
- Guinsburg, J. (2004). *APaz Perpétua: um projeto para hoje*. São Paulo: Perspetiva.
- Hall, S. & Gay, P. (1997). *Questions of cultural identity*. London: Sage Publications.
- Hall, S.. (Ed.). (1997). *Representation. Cultural Representations and Signifying Practices. Culture Media and Identities*. London: Sage Publications and The Open University.
- Hall, S. ([1973], 1999) 'Encoding/Decoding', pp. 51-61 in Marris, P. and S. Thornham (eds) *Media Studies. A Reader*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Hall, S. (2003). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. (2006). *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Hallward, P. (2007). *Absolutely Postcolonial: Witting between the Singular and the Specific*. Manchester: Manchester University Press.
- Hamilton, R. G. (1984). *Literatura Africana Literatura Necessária. II – Moçambique, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições 70.
- Hargreaves, A. G.; Forsdick & Murphy, D. (ed.) (2010). *Transnacional French Studies: Postcolonialism and Littérature-monde*. Liverpool: Liverpool University Press.
- Hayden, W. (2001). The Historical Text as Literary Artefact. In G. Roberts (Ed.), *The History and Narrative Reader* (pp. 221-235), London: Routledge.
- Head, B. F. (1994). O “dialeto brasileiro” segundo Leite de Vasconcelos. In Associação Portuguesa de Linguística (Org.), *Variação Linguística no espaço, tempo e na sociedade* (pp. 295 – 315). Lisboa: Colibri.
- Heidegger, M. (1995). *Língua de tradição e língua técnica*. Lisboa: Veja.

- Henriques, C. C. & Simões, D. (orgs.) (2004). *Língua e Cidadania: novas perspectivas para o ensino*. Rio de Janeiro: Editora Europa.
- Henriques, C. C. (1997). *Literatura: esse objeto do desejo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Herculano, A. (1980). *História de Portugal. I – Introdução*. Lisboa: Ulmeiro.
- Hobsbawm, E. (2011). Tradições Inventadas. In Ferreira da Cunha (Ed.), *Escrever a Nação: Literatura e Nacionalidade* (pp. 53-75). Guimarães: Opera Omnia.
- Holanda, S. (1981). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Hue, S. M. (2007). *Diálogos em Defesa e Louvor da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Hungtinton, S. P. (1999). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva.
- Imprensa Nacional – Casa da Moeda (1983). *Estão a assassinar o Português!: 17 depoimentos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Instituto de Altos Estudos Militares (1999). *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Arena/Instituto de Altos Estudos Militares.
- Instituto Internacional da Língua Portuguesa (2004). *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro. Textos da Conferência Internacional A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Instituto Internacional da Língua Portuguesa (s.d.). Instituto Internacional da Língua Portuguesa [website]. [Disponível em <http://iilp.cplp.org/iilp.html>, última consulta a 28.1.2017].
- Instituto Internacional da Língua Portuguesa (s/d). *Proposta de metodologia para a elaboração do plano estratégico do Instituto Internacional da Língua Portuguesa*. Cidade da Praia: Instituto Internacional da Língua Portuguesa.
- Jerónimo, M. B. (2009). *Livros Brancos, Almas Negras: a “Missão Civilizadora” do Colonialismo Português c. 1870-1930*. Lisboa: ICS.
- Jerónimo, M. B. (org.) (2013). *O Império Colonial em Questão: Poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70.
- Joly, M. (2015). *Introdução à análise da Imagem*. Lisboa: Edições 70.
- Jouhaud, C., Ribard, D. & Schapira, N. (2009). *Histoire, Literature, Témoignage: écrire*. Paris: Gallimard.
- Jouve, V. (2002). *A Leitura*. São Paulo: Editora UNESP.

- Judge, A. (2007). France: One state, one nation, one language? In S. Barbour & C. Carmichael (Eds.), *Language and Nationalism in Europe* (pp. 44-82). Oxford: Oxford University Press.
- Junior, B. A. (2015). Fluxos culturais assimétrico e reflexões comunitárias. In L. M. Martins (Coord.), *Lusofonia e interculturalidade: Promessa e travessia* (pp. 387-399). Famalicão: Edições Húmus.
- Kaufmann, J. C. (2005). *A invenção de si: uma teoria da identidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Klinger, D. (2012). *Escritas de Si, Escritas do Outro*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Kraidy, M. M. (2005). *Hibridity or the Cultural Logic of Globalization*. Philadelphia: Temple University Press.
- Kramer, L. & Maza, S. (Eds.). (2002). *A companion to Historical Thought*. London: Blackwell.
- Kristeva, J. (1980). *História da Linguagem*. Lisboa: Edições 70.
- Laban, M. (ed.) (1980). *José Luandino Vieira e a sua Obra (Estudos, Testemunhos, Entrevistas)*. Lisboa: Edições 70.
- Lagares & Bagno, M. (orgs.) (2011). *Políticas da Norma e Conflitos Linguísticos*. São Paulo: Parábola.
- Lahire, B. (2001). *O Homem Plural: as molas da acção*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Landowski, E. (2002). *Presenças do Outro*. São Paulo: Editora Perspetiva.
- Laranjeira, P. (1992). *De letras em riste: Identidade, Autonomia e outras Questões nas Literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento.
- Laranjeira, P. (1995). *Literaturas Africanas de expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Larrosa, J. & Skliar, C. (2011). *Habitantes de Babel*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Lawn, M. & Nóvoa, A. (2005). *L'Europe Reinventée. Regards critiques sur l'espace européen de l'éducation*. Paris: L'Harmattan.
- Lawn, M. (2005). Éducation sans frontières. In M. Lawn & A. Nóvoa (Eds.), *L'Europe Réinventée* (pp. 29-47). Paris: Harmattan.
- Le Bris, M. et al. (2007). Manifeste pour une littérature monde en français. *Le Monde*, 15 de Março.
- Le Goff, J. (1991). *A Nova História*. Lisboa: Edições 70.

- Leite, A. M. (1998). *Oralidades & Escritas nas Literaturas Africanas*. Lisboa: Colibri.
- Leite, A. M. (2003). Percursos Pós-coloniais da Poesia Moçambicana. In *Literaturas Africanas e Formulações Pós-coloniais* (pp. 125-126). Lisboa: Colibri.
- Leite, A. M. (2013). *Literaturas Africanas e Formulações Pós-coloniais*. Lisboa: Colibri.
- Leite, A. M., Owen, H., Chaves, R. & Apa, L. (Ed.) (2012). *Nação e Narrativa Pós-Colonial: Angola e Moçambique. Ensaios*. Lisboa: Colibri.
- Lepecki, M. L. (1988). *Sobreimpressões: Estudos de Literatura Portuguesa e Africana*. Lisboa: Caminho.
- Lemos, V (1991 ). “De Camões a Mafala ou o milagre da língua”, (entrevista a José Craveirinha), in *Oceanos*, nº8, pp. 127-130. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses.
- Levinas, E. (2008). *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70.
- Levinas, E. (2012). *Deus, a Morte e o Tempo*. Lisboa: Edições 70.
- Levinas, E. (2013). *Ética e infinito*. Lisboa: Edições 70.
- Lima, B. P. (2016). *Portugal e o Atlântico*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Loomba, A., Kaul, S., Bunzl, M., Burton, A. & Esty, J. (Ed.) (2005). *Postcolonial Studies and Beyond*. London: Duke University Press.
- Lopes, A. J. (2015). Política linguística: terra de ninguém, terra de todos. Notas a partir de um posto de observação moçambicano. In L. M. Martins (Coord.), *Lusofonia e interculturalidade: Promessa e travessia* (pp. 197 – 226). Famalicão: Edições Húmus.
- Lopes, C. (1962). *Portugal, o Ultramar e o Futuro*. Sintra: edição do autor.
- Lourenço, E. (1979). *O Complexo de Marx*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Lourenço, E. (1983). Crise de identidade ou ressaca imperial? *Prelo – Revista da Imprensa Nacional/Casa da moeda*, 1, 15-22.
- Lourenço, E. (1994). *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Lourenço, E. (2004a). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, E. (2004b). *Poesia e Metafísica*. Lisboa: Gradiva.



- Lourenço, E. (2005a). *A Europa Desencantada*. Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, E. (2005b). *A morte de Colombo: Metamorfose e Fim do Ocidente como Mito*. Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, E. (2010). *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, E. (2013). *Os militares e o poder seguido de O fim de todas as Guerras*. Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, E. (2014). *Do Colonialismo como nosso impensado*. Lisboa: Gradiva.
- Lourenço, E. (2015). *Do Brasil – Fascínio e Miragem*. Lisboa: Gradiva.
- Macedo, B. (2000). Um relacionamento económico e financeiro mais durável entre Portugal e Brasil. In C. Albuquerque & A. Romão (Org.), *Diálogos dos 500 anos: Brasil Portugal Desenvolvimento e Cooperação* (pp. 459-474). Rio de Janeiro: EMC Edições.
- Machaqueiro, R. (2003). *Tropicalidade e Lusofonia: Imagens e Representações Identitárias num contexto Pós-colonial* (Dissertação mestrado em Antropologia). Instituto de Ciências Sociais, do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Maciel, C. (2004). Língua Portuguesa: diversidades literárias – o caso das literaturas africanas. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* (pp. 8-16). Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra [Disponível em <http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/pdfs/CarmenMaciel.pdf>, acedido em 31.10.2013].
- Madeira, A. I. (2003). *Sons, Sentidos e Silêncios da Lusofonia: Uma reflexão sobre os espaços-tempos da língua portuguesa*. Lisboa: Educa.
- Madeira, A. I. (2007). *Ler, escrever e orar: uma análise histórica e comparada dos discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique 1850-1950* (Tese de doutoramento em Ciências da Educação). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Madeira, C. (2010). *Híbrido – do Mito ao Paradigma Invasor?* Lisboa: Editora Mundos Sociais, ICS, ISCTE-IUL.
- Magalhães, I. (1995). Aquém e além. Espaços estruturantes da identidade portuguesa. In *O Sexo dos Textos*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Magalhães, J. (2000). *Da Cadeira ao Banco. Escola e Modernização (séculos XVIII-XX)*. Lisboa: Educa.
- Magalhães, J. (2001). *Alquimias da Escrita: Alfabetização, História, Desenvolvimento no Mundo Ocidental do Antigo Regime*. São Paulo: Bragança Paulista.

- Manguel, A. (2008). *A Cidade das Palavras*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Margarido, A. (1964). *Negritude e Humanismo*. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império.
- Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Margato, I. (Org.). (2002). *Figuras da Lusofonia: Cleonice Berardinelli*. Lisboa: Instituto Camões.
- Mar-Molinero, C. (2007). The Iberian Peninsula: Conflicting Linguistic Nationalisms. In S. Barbour and C. Carmichael (Ed.), *Language and Nationalism in Europe* (pp. 83-104). Oxford: Oxford University Press.
- Martins, A. (1948). *Correntes Atuais do Pensamento Colonial*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Martins, G. (2007). *Portugal Identidade e Diferença*. Lisboa: Gradiva.
- Martins, L. M. (Coord.) (2015). *Lusofonia e interculturalidade: Promessa e travessia*. Famalicão: Edições Húmus.
- Martins, M. (2006). Continente imaterial. In M. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.). *Comunicação e lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 15-18). Porto: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.
- Martins, M. L. (1996). *Para uma Inversa Navegação: o discurso da identidade*. Porto: Afrontamento.
- Martins, M. L.; Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2006). *Comunicação e lusofonia*. Porto: Campo das Letras.
- Mary, C. P. (2010). Geografias Pátrias: 1878-1889. In S. M. Sarmiento & L. M. Guimarães (coord.), *Culturas Cruzadas em Português: redes de poder e relações culturais*, vol. I (pp. 231-241). Coimbra: Almedina.
- Mata, I. (2012a). A Invenção do Espaço Lusófono: a lógica da razão africana. In F. Cristovão (dir. e coord.), *Ensaio Lusófonos* (pp. 141- 153). Coimbra: Almedina
- Mata, I. (2012b). A Viagem da Língua Portuguesa e os Meandros das Identidades Lusófonas. In F. Cristovão (dir. e coord.), *Ensaio Lusófonos* (pp. 155- 162). Coimbra: Almedina.
- Mata, I. (2012c). No Fluxo da resistência: A literatura (ainda) universo da reinvenção da diferença. In F. Cristovão (dir. e coord.), *Ensaio Lusófonos* (pp. 164-185). Coimbra: Almedina.
- Mateus, M. H. (2006). Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa, *Estudos da Língua(gem)* 3, (pp. 159-180). Disponível em:

<http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/41/80>, acessado em 29.09.2013].

- Mateus, M. H. (2014). *A Língua Portuguesa: teoria, aplicação e investigação*. Lisboa: Colibri.
- Mateus, M. H. (Org.) (2001). *Caminhos do Português*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Mateus, M. H. (Org.) (2002). *Uma política de Língua para o Português*. Lisboa: Edições Colibri.
- Mateus, M. H.; Fisher, G. & Pereira, D. (Org.) (2008). *Diversidade linguística na escola portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e ILTEC.
- Matos, P. F. (2006). *As “Côres” do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de ciências Sociais.
- Matos, S. C. (2002). História e identidade nacional. *Lusotopie*, 2 (Portugal dans la Longue durée. Une hommage à François Guichard), (pp.123 -139). [Disponível em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/resu2002-2-8.html>]
- Mattoso, J. (1998). *A Escrita da História – Teoria e Métodos*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Maurício, C. (2016). Da “ilusão biográfica às novas biografias”. In J. Neves (org.), *Quem faz a História*, (pp. 23-48). Lisboa: Tinta da China.
- McCarthy, E. Doyle. (1996). *Knowledge as Culture: The new sociology of knowledge*. New York and London: Routledge.
- Medeiros, P. (coord.) (2007). *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures*. Utrecht: Zuidam Uithof Drukkerij.
- Medeiros, R. (2011). *Constitucionalismo de Matriz Lusófona*. Lisboa: Babel.
- Melchior-Bonnet, S. (2016). *Histórias do Espelho*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Melo, G. (1975). *MFA Movimento Revolucionário*. Lisboa: Portugália Editora.
- Melo, G. (s/d). *Continuar Portugal*. Lisboa: Edições Rolim.
- Melo, G. C. (1946). *A atual Decadência da Língua Literária*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação.
- Meyer, M. (2016). *Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução*. Lisboa: Edições 70
- Mezzadra, S. (2012). *Direito de fuga*. Lisboa: Unipop.

- Milan, B. (1996). *A Força das Palavras*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Milando, João (2005). *Cooperação sem Desenvolvimento*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Milner, J. C. (2012). *O amor da Língua* (P. S. Souza Jr., Trad.). Campinas: Editora Unicamp.
- Mineiro, A. C. (2007). *Valores e Ensino no Estado Novo*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Mogarro, M. J. (coord.) (2012). *Atas do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Lisboa: Educa.
- Moisés, L. M. (2015). *Lusofonia e Interculturalidade – promessa e travessia*. Vila Nova de Famalicão: Ed. Húmus.
- Moore-Gilbert, B. (1997). *Postcolonial Theory: Contexts, Practices, Politics*. London: Verso.
- Moreira, A. & Venâncio, J. C. (2000). *Luso-Tropicalismo: uma Teoria Social em Questão*. Lisboa: Vega.
- Moreira, A. (1976). *A Europa em formação (A crise do Atlântico)*. São Paulo: Editora Resenha Universitária.
- Moreira, A. (1977). *A Nação Abandonada. Discurso proferido no Brasil em 10 de Setembro de 1977 no Liceu Literário Português*. Braga e Lisboa: Editorial Intervenção.
- Moreira, A. (1999a). *Estudos da Conjuntura Internacional*. Lisboa: D. Quixote.
- Moreira, A. (1999b). A Perspectiva Histórica da Língua e da Cultura. O Final do Milénio. In Instituto de Altos Estudos Militares (Ed.), *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (pp. 19-27). Lisboa: Ed. Atena/Instituto de Altos Estudos Militares.
- Moreira, A. (1999c). Temas de Lusofonia. In *Estudos de Conjuntura Internacional* (pp. 234-248). Lisboa: D. Quixote.
- Moreira, A. (2006). *Ciência Política* (3.<sup>a</sup> edição). Coimbra: Edições Almedina.
- Moreira, A. (2008). *Teoria das Relações Internacionais* (6.<sup>a</sup> edição). Coimbra: Edições Almedina.
- Moreira, A. (2016). *Futuro com Memória: Lições de vida e da História*. Lisboa: Clube do Autor.
- Moreira, L. (2016). Portugal, Brasil, CPLP e a Lusofonia. In J. Neves (org.), *Quem faz a História* (pp. 65-77). Lisboa: Tinta da China.
- Moro, M. R. (2002). *Enfants d'ici venus d'ailleurs*. Paris: Ed. Hachette.

- Moscovici, S. (1988). 'Notes Towards a Description of Social Representations', in *European Journal of Social Psychology* 18, pp. 211-250.
- Moscovici, S. (1993). *The Invention of Society. Psychological Explanations to Social Phenomena*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Moscovici, S. (2000) *Social Representations. Explorations in Social Psychology*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Moscovici, S. (2001). 'Why a Theory of Social Representations?', pp. 8- 35 in K. Deaux and G. Philogène (eds) *Representations of the Social*. Oxford, UK: Blackwell Publishers.
- Moscovici, S. ([1961] 2007). *Psychoanalysis. Its Image and Its Public*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Moura, V.G. (1989). "O rosto de Camões", in *Oceanos*, , nº1, pp.18-24. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses.
- Moura, V. G. (2013, 3 de abril). Vieira queimado em... "esfinge", *Público*, p. 44.
- Moura, V. G. (2014, 22 de janeiro). O ensino do Português e o acordo ortográfico. *Público*, p. 44.
- Moura, V.G. (2011, 27 de julho). Deveras decepcionado. *Diário de Notícias* [Disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content\\_id=1929973](http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=1929973), acedido em 28/10/2013].
- Moutinho, M. (2000). *O Indígena no Pensamento colonial Português 1895-1961*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Muchail, S.T.; Fonseca, M.A. & Veiga-Neto, A. (orgs.) (2013). *O Mesmo e o Outro: 50 Anos da História da Loucura*. Belo Horizonte: Biblioteca autêntica.
- Nascimento, A. (2009). *Lusofonia, que Perspectivas Culturais?* Lisboa: Biblioteca Virtual do Instituto Camões. [Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt>, acedido a 10.11. 2011].
- Néry, I. (2004). *Política & Jornais*. Editora Celta: Oeiras.
- Neto, S. F. (1976). *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa na Brasil* (3ª edição). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. (Obra originalmente publicada em 1950).
- Neves, J. (Org.). (2016). *Quem faz a História*. Lisboa: Tinta da China.
- Neves, R. M. (2014). Novo acordo ortografico: ainda questões coloniais e póscoloniais? In M. M. Baptista & S. V. Maia (Coord.), *Colonialismos, Pos-Colonialismos e Lusofonias – Atas do IV Congresso Internacional em*

*Estudos Culturais* (pp. 733-742). Aveiro: Edição em linha da Universidade de Aveiro.

Nieto, R. (1996). *O Ofício de Escrever*. São Paulo: Editora Angra.

Nóbrega, F. A (2010). *Português: A língua da Liberdade*. Brasília: Thesaurus.

Nóvoa, A. & Popkewitz T. S. (Ed.) (1992). *Reformas educativas e formação de professores*. Lisboa: Educa.

Nóvoa, A. & Schriewer, J. (Ed.) (2000a). *A difusão mundial da escola*. Lisboa: Educa.

Nóvoa, A. (2000b). Tempos da Escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique: dez digressões sobre um programa de investigação. In A. Nóvoa & J. Schriewer (eds.), *A Difusão Mundial da Escola* (pp. 121-141). Lisboa: Educa.

Nóvoa, A. & Yariv-Mashal, T. (2003). Comparative Research in Education: a mode of governance or a historical journey? *Comparative Education*, 39 (4) 423-438.

Nóvoa, A. & Yariv-Mashal, T. (2005). *Vers un comparatisme critique. Regards sur l'éducation*. Lisboa: Educa.

Nóvoa, A. (1995). On History, History of Education, and History of Colonial Education. *Paedagogica Historica, International Journal of the History of Education*, 31, Issue sup. 1 The Colonial Experience in Education, 23-64.

Nóvoa, A. (1998). *Histoire & Comparaison (Essais Sur l'éducation)*. Lisboa: Educa.

Nóvoa, A. (2000). Tempos da Escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique: dez digressões sobre um programa de investigação. In A. Nóvoa & J. Schriewer (eds.), *A Difusão Mundial da Escola* (pp. 121-141). Lisboa: Educa.

Nóvoa, A. (2005). Les états de la politique dans l'espace européen de l'éducation. In M. Lawn & A. Nóvoa (eds.), *L'Europe Réinventée* (pp.197-224). Paris: L'Harmattan.

Nóvoa, A., Carvalho, L. M., Correia, A. C., Madeira, A. I. & Ó, J. (2003). *Educational Knowledge and its Circulation: Historical and Comparative Approaches of Portuguese-Speaking Countries*. Cadernos Prestige, Final series 5/7. Lisboa: Educa.

Nóvoa, A.; Depaepe, M.; Johanning-Meier, E. V. & Arango, D. S. (Ed.) (1996). *Para uma História da Educação Colonial*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e Educa.

Nye, Jr. J.S. (2002). *The Paradox of American Power – Why the world's only superpower can't do it alone*. Oxford: Oxford University Press.

- Ó, J. R. (1999). *Os Anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Ó, J. R. (2001). *O governo dos escolares. Uma aproximação teórica às perspectivas de Michel Foucault*. Lisboa: Educa.
- Ó, J. R. do (2003). *O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do séc. xix – meados do sec. xx)*. Lisboa: Educa/ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Ó, J. R. do (2003). *Fazer a Mão – Por uma Escrita Inventiva na Universidade*. Lisboa: Edições do Saguão.
- Ó, J. R. do (2012). Republican Deliveries for the Modernization of Secondary Education in Portugal in the 19th Century: From Alexandre Herculano, Ramalho Ortigão, and Bernadin Machado to Jaime Moniz. In D. Troler, T. Popkewitz e D. Babaree (eds.). *Schooling and the making of Citizens in the Long Nineteenth Century: comparative visions* (pp. 70-93). London: Routledge.
- Ó, J. R.do (2007). Métodos e processos na escrita científica da história da educação em Portugal: um olhar sob 44 teses de doutoramento aparecidas entre 1990-2004. In J. Pintassilgo, L. A. M. Alves, L. Correia & M. Felgueiras (Org.), *A História da Educação em Portugal: balanço e perspectivas* (pp. 35-72). Lisboa: Edições Asa.
- Oliveira, J. A. (1999a). Legado. In J. A. Braga (Coord.), *Aparecido de Oliveira – o homem que cravou uma lança na lua* (pp. 271-289). Lisboa: Trinova Editora.
- Oliveira, J.A. (1999b). Os fundamentos da CPLP. O Projeto. In Instituto de Altos Estudos Militares (Ed.), *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (pp. 33-43). Lisboa: Arena/Instituto de Altos Estudos Militares.
- Oliveira, L. B. de (Ed.). (2000). *Lusophonie et multiculturalisme. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. Lisboa-Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian.
- Olssen, M. (2009). Governmentality and subjectivity: practices of self as arts of self-government. In M. A. Peters, T. Besley, M. Olssen, S. Maurer & S. Weber (Eds.), *Governmentality Studies in Education* (pp. 77-93). Rotterdam: Sense Publishers.
- Onfray, M. (2009). *Teoria da Viagem – Uma Poética da Geografia*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Orlandi, E. P. (1995). O teatro da identidade: a parodia como traço de mistura linguística (italiano/português). In *Interpretação*. Petrópolis: Vozes.

- Passos, I. C. F. (Org.) (2013). *Poder, Normalização e Violência: Incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Paulo, J. C. D. (1992). “A Honra da bandeira”. *A educação colonial no sistema de ensino português (1926–1946)*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Paz, A. L. (2005). *Identidade, mudança e escola na segunda metade do século XX em Portugal: textos e autores* (Dissertação de mestrado em Sociologia, especialização em Sociologia da Educação). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Pendergast, C. (ed.). (2004). *Debating World Literature*. London: Verso.
- Penim, L. (2011). *A Alma e o Engenho do Currículo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pereira, C. R. & Costa-Lopes, R. (2012). *Normas, Atitudes e Comportamento Social*. Lisboa: ICS
- Pereira, D. & Amendoeira, F. (2003). *Português a mil vozes*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Pereira, S. (2011). *A dimensão cultural da lusofonia como factor de relevância económica*. (Tese de Doutoramento). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Perrone-Moisés, L. (2007). *Vira e Mexe Nacionalismo. Paradoxos do Nacionalismo Literário*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Perrone-Moisés, L. (2011). Paradoxos do Nacionalismo Literário na América Latina. In C. M. F. Cunha (Ed.), *Escrever a Nação: Literatura e Nacionalidade* (pp. 183-202). Guimarães: Opera Omnia.
- Pessoa, F. (1997). *A Língua portuguesa*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Pessoa, F. (1999). *A Língua portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pessoa, F. (2011). *Sebastianismo e Quinto Império*. Lisboa: Babel.
- Peters, M. A., Besley, T., Olssen, M., Maurer, S. & Weber, S. (Ed.) (2009). *Governamentality Studies in Education*. Rotterdam: Sense Publishers.
- Pettersson, Anders (Ed.). (2006). *Literary History: towards a global perspective*. Berlin: Walter de Gruyter.
- Pina-Cabral, J. (2010). Lusotopia como ecumene. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 74 (25), 5-20.
- Piñon, N. (2010). *Aprendiz de Homero*. Lisboa: Círculo dos leitores.



- Pintassilgo, J. (2006). *História da Educação em Portugal, Circulação e apropriação de modelos culturais em Portugal e no Brasil*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (2007). *A História da Educação em Portugal: balanço e perspectivas*. Lisboa: Edições Asa.
- Pintassilgo, J.; Mogarro, M. J. & Henriques, R. P. (2010). *A formação de professores em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pinto, J. F. (2005). *Do Imperio Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático.
- Pinto, J. F. (2007). *Adriano Moreira: uma intervenção humanista*. Coimbra: Almedina.
- Pinto, J. F. (2009). *Estratégias da ou para a Lusofonia: o futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- Pinto, P. F. (2001). *Como pensamos a nossa língua e a língua dos outros*. Lisboa: Estampa.
- Pinto, P. F. (2008). *Política da Língua na Democracia Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Pinto, P. F. (2010). *O Essencial sobre Política da Língua*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pires, A. L. (2013). *Vai, Brasil*. Lisboa: Tinta da China.
- Pizer, J. (2006). *The idea of world literature: History and pedagogical practice*. Louisiana: Louisiana State University Press.
- Platão (2001). *Crátilo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Pollack, Michael (1992). *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992.
- Popkewitz, T. S. & Brennan, M. (Ed.). (1998). *Foucault's Challenge: Discourse, Knowledge and Power in Education*. New York: Teachers College Press.
- Popkewitz, T. S. (2000). *Educational knowledge: changing relationships between the state, civil society, and the educational community*. Albany: State University of New York Press.
- Popkewitz, T. S. (2003). National Imageries, the Indigenous Foreigner, and Power: Comparative Educational Research. In J. Schriewer (ed.), *Discourse Formation in Comparative Education* (pp. 261 – 294). Frankfurt am Main: Peter Lang.

- Popkewitz, T., Franklin, B. M. & Pereyra, M. A. (Ed.). (2001). *Cultural History and Education. Critical Essays on Knowledge and Schooling*. London: Routledge.
- Popkewitz, T.S.; Olsson, U. & Petersson, K. (2009). Sociedade de Aprendizagem, Cosmopolitismo, Saúde Pública e Prevenção à Criminalidade. *Educação e Realidade*, 34 (2), 57-71, mai/ago.
- Prado, A. A. (2012). *Lima Barreto: uma autobiografia literária*. São Paulo: Editora 34.
- Prista, L. (2001). De filólogos a linguistas. In M. H. M. Mateus (org.), *Catálogo da Exposição Caminhos do Português* (pp. 157-218). Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Rancière, J. (1995). *Políticas da Escrita*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2005). *A Partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- Rancière, J. (2009). *O inconsciente estético*. São Paulo: Editora 34.
- Real, M. (1998). *Portugal. Ser e Representação*. Lisboa: Difel.
- Real, M. (2011). *Introdução à Cultura Portuguesa*. Lisboa: Planeta Manuscrito.
- Real, M. (2012). *A Vocação Histórica de Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos Editores.
- Real, M. (2013). *Nova Teoria do Sebastianismo*. Lisboa: D. Quixote.
- Reis, C. (2015). *Espaços da Língua Portuguesa ou os perigos da Imagináutica*. In M. Ferreira e M. F. Brasete (Ed.). *Pelos Mares da Língua Portuguesa* (pp. 9 a 20). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Reto, L. (Coord.) (2012). *O potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editora.
- Reto, L.; Machado, F. & Esperança, J. (2016). *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Revel, J. (2011). *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Ribeiro, A. P. (2014). *Miscelânea*. Lisboa: Livros Cotovia.
- Ribeiro, A. S. & Ramalho, I. (2001). Dos Estudos Literários aos Estudos Culturais. In H. Buescu, J. F. Duarte & M. Gusmão (Org.), *A Floresta Encantada* (pp.61-82). Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Ribeiro, A. S. & Ramalho, M. I. (Org.) (2002). *Entre Ser e Estar. Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento.

- Ribeiro, G. (1999). Cooperação e Segurança. In Instituto de Altos Estudos Militares (Ed.), *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (pp. 89-99). Lisboa: Ed. Atena/Instituto de Altos Estudos Militares.
- Ribeiro, M. (2012). O Fim da História de Regressos e o Retorno a África: Leituras da Literatura Contemporânea Portuguesa. In E. Brugioni, J. Passos, A. Sarabando e M.-M. Silva, *Itinerâncias. Percursos e Representações da Pós-colonialidade* (pp. 89-99). Famalicão: Editora Humus.
- Ribeiro, M. C. (2004). *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento.
- Ribeiro, M. F. S. (1995). *Modalidades de Circulação do Discurso Crítico Literário em Portugal entre 1986 e 1999: o Jornal de Letras, Artes e Ideias e a Colóquio/Letras*. (Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Ribeiro, R. (2011a). A Europa em Portugal: uma cartografia das distâncias. In M. F. Amante (Coord.). *Identidade Nacional: Entre o discurso e a prática*. Porto: Fronteira do Caos.
- Ribeiro, R. (2011b). *A Europa na Identidade Nacional*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, T. (2016). Sujeito ao direito: Em torno da confissão e da Perícia. In J. Neves (org.). *Quem faz a História* (pp. 133-146). Lisboa: Tinta da China.
- Ricardo, M. (2009). Breve historia do acordo ortografico. *Revista Lusófona de Educação*, 13, 173-180.
- Ricoeur, P. (2000). *La memoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil.
- Roberts, G. (Ed.). (2001). *The History and Narrative Reader*. London: Routledge.
- Rodrigues, J. H. (1983). A vitória da língua portuguesa no Brasil Colonial. *Humanidades*, 1 (4), 21-41.
- Rodrigues, M. J. (Org.). (2008). *Futuro e História da Lusofonia Global*. Lisboa: Instituto de Investigação em Ciências Tropicais.
- Rollo, M. F., Queiroz, M. I., Brandão, T. & Salgueiro, A. (2012). *Ciência, Cultura e Língua: Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Romão, E. & Gadotti, M. (2012). *Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- Rónai, P. (1970). *Babel & Antibabel*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Rónai, P. (2013). *Como Aprendi o Português e Outras Aventuras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Fundação Biblioteca Nacional.

- Rosa, J. G. (1994). *Ficção Completa*, vol. I e II. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
- Rosário, L. J. (1989). A Língua Portuguesa em Moçambique. *Revista ESES*, 1, junho, 25-32.
- Rose, N. (1999). *Powers of Freedom: reframing political thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rose, N., O'Malley, P. &Valverde, M. (2006). Gubernamentalidade. *Annual Review of Law and Social Science*, 6, 83-104.
- Rossi, P. (2007). *O Passado, a Memória, o Esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora Unesp.
- Roy, J. (2010). *Qual o Futuro da Língua Francesa. Francofonia e Concorrência Cultural no Século XXI*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Rozário, D. (1999). *Palavra de Poeta: Cabo Verde, Angola*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Said, E. (1994). *Culture and Imperialism*. London: Vintage.
- Said, E. (2001). *Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Said, E. (2007). *Humanismo e Crítica Democrática*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Salazar, A. O. (1951). *Discursos e Notas Políticas (1943-1950)* (vol. IV). Coimbra: Coimbra Editora.
- Salazar, A. O. (1956). *Governo e Política. Discurso Proferido por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Doutor de Oliveira Salazar, no Acto de Posse Dos Presidentes das Comissões Distritais e Dos Membros de Outros órgãos Superiores da união Nacional, em 19 de Janeiro de 1956*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação.
- Salazar, A. O. (1958). *Na Posse Executiva da União Nacional. Discurso Proferido por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Prof. Oliveira Salazar, na sede da União Nacional, em 6 de Dezembro de 1958*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação.
- Salazar, A. O. (1961). *O Ultramar Português e a ONU. Discurso Proferido por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar, Na Sessão Extraordinária da Assembleia Nacional, em 30 de Junho de 1961*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação.
- Salazar, A. O. (1963). Realities and Trends of Portugal Policies. Reprinted from *International Affairs*. 39 (2), april. Royal Institute of International Affairs Chatham House.

- Salgado, J. T. (Org.). (1997). *Conferências da Fundação Marquês de Pombal: Portugal-Espanha: Iberismo, Nacionalismo, Europeísmo e Lusofonia*. Oeiras: Fundação Marquês de Pombal.
- Salomão, R. (2007). *Línguas e culturas nas comunicações de exportação. Para uma política das línguas estrangeiras ao serviço da internacionalização da economia portuguesa* (Tese de doutoramento). Lisboa: Universidade Aberta.
- Sanches, M. R. (2006). *Portugal não é um país pequeno: contar o “império” na pos-colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia.
- Sanches, M. R. (2012). *Malhas que os Impérios Tecem: Textos Anticoloniais, Contextos Pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70.
- Santiago, S. (2004). *O Cosmopolitismo do Pobre: Crítica Literária, Crítica Cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Santos, A. A. (2001). *Paixão Lusófona*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Santos, A. A. (2016). *Gritante Injustiça*. Lisboa: D. Quixote
- Santos, B. S. & Meneses, M. P. (Coord.) (2009). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina.
- Santos, B. S. (1994). *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (2002). Entre Prospero e Caliban: Colonialismo, Pos-colonialismo e inter-identidade. In M. I. Ramalho & A. S. Ribeiro (Org.), *Entre Ser e Estar – raízes, percursos e discursos da identidade* (pp. 23-85). Porto: Afrontamento.
- Santos, E. (1996). *Certo ou errado?* Rio de Janeiro: Graphia
- Santos, M. L. L. (1995). Cultura & Economia. *Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Santos, P. M. & Amorim, P. (2010). As relações Portugal-Brasil na Primeira metade do século XX (1910-1945). In F. Sousa, P. Santos & P. Amorim (Coord.). *As Relações Portugal-Brasil no século XX* (pp. 121- 139). Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Sapir, E. (2004). *Language: an introduction to the study of speech*. New York: Harcourt, Brace.
- Saramago, J. (1999). *Folhas Políticas 1976-1998*. Lisboa: Caminho.
- Sarmiento, C. M. & Guimarães, L. M (coord.) (2010). *Culturas Cruzadas em Português: redes de poder e relações culturais*. Vol. I. Coimbra: Almedina.

- Sarmiento, C.M. & Ribeiro, I.M (2010). “O mundo a haver” de Agostinho da Silva. In S. M. Sarmiento & L. M. Guimarães (Coord.). *Culturas Cruzadas em Português: redes de poder e relações culturais*, vol. I (pp.231-241). Coimbra: Almedina.
- Saussure, F. (1977). *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: D. Quixote.
- Schopenhauer, A. (2005). *Sobre o Ofício do escritor*. São Paulo: Martins Fontes.
- Sena, J. (2011). *Rever Portugal*. Lisboa: Babel.
- Sena, J. (2013). *Entrevistas 1958-1978*. Lisboa: Babel.
- Sérgio, A. (1948). *Antero de Quental e António Vieira perante a civilização cristã dos seus próprios tempos*. Porto: Biblioteca Fenianos.
- Sérgio, A. (1971). *Breve Interpretação da História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa Editora. (Obra originalmente publicada em 1929).
- Sérgio, A. (1984). *Educação Cívica* (3ª edição). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. (Obra originalmente publicada em 1915)..
- Silva, A. (1988). *Um Fernando Pessoa*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Silva, A. (1996). *Reflexões*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Silva, A. (s.d.). *As Aproximações*. Lisboa: Guimarães Editora.
- Silva, J. P. (2009a). *A Batalha da Educação em Angola (Subsídios para a História – 1964-71)*. Lisboa Ed. Neos.
- Silva, J. P. (2009b). *A Educação e o Futuro de Angola (1970)*. Lisboa: Ed. Neos.
- Silva, J. P. (2009c). *Há só uma Língua Portuguesa Culta (A Batalha da Educação em Angola) 1964-1971*. Lisboa: Ed. Neos.
- Silva, J. R. (2010). A Colaboração entre Academias. “Ciência” e “Letras” dos dois lados do Atlântico. In S. M. Sarmiento & L. M. Guimarães (Coord.), *Culturas Cruzadas em Português: redes de poder e relações culturais*, vol. I (pp. 231-241). Coimbra: Almedina.
- Silva, M. (1942). *O Sentido do Imperialismo Português I e II*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Silva, R. C. (2008). *O Polígrafo Interessado: João Ribeiro e a Construção da Brasilidade*. (Dissertação de Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, V. M. de A. (2010). Teses sobre o Ensino do Texto Literário nas aulas de português. In V. M de A. Silva, *As Humanidades, os Estudos culturais, o Ensino da Literatura*. Coimbra: Almedina.

- Smith, A. D. (2001). *Nacionalismo*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Soares, M. (1986a). *Discurso. Texto da presidência da república no 25.de Abril de 1986*: Arquivo da Fundação Mário Soares.
- Soares, M. (1986b). *Carta a Jorge Amado*, de 15 de Abril de 1987. Arquivo da Fundação Mário Soares.
- Sobral, J. M. (2012). *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sobrinho, B. L. (2000). *A Língua Portuguesa e a unidade do Brasil* (2ª edição). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Sousa, V. (2015). *Da Portugalidade à lusofonia*. (Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação). Universidade do Minho, Braga.
- Spínola, A. (1973a). A Essência da Contra-subversão. In A. Spínola, *Por uma Portugalidade Renovada* (pp. 577-579). Lisboa: Agência do Ultramar.
- Spínola, A. (1973b). Verdadeira Portugalidade. In A. Spínola, *Por uma Portugalidade Renovada* (pp.625-627). Lisboa: Agencia do Ultramar.
- Spínola, A. (1974). *Portugal e o Futuro*. Lisboa: Arcádia.
- Spivack, G C. (1988a). *In Other Worlds. Essays in Cultural Politics*. London: Routledge.
- Spivack, G. C. (1994). Can the Subaltern Speak? In P. Williams & L. Chrisman (Ed.), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory, A Reader* (pp. 66-111). New York: Columbia University Press.
- Spivack, G.C. (1988b). *Outside in the teaching Machine*. London: Routledge.
- Steiner, G. (2006 ). *Os Logocratas*. Lisboa: relógio D'Água.
- Tavares, G. M. (2004). *A perna esquerda de Paris seguido de Roland Barthes e Robert Musil*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Tavares, G. M. (2006). *Breves Notas sobre Ciência*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Tavares, G. M. (2009). *Breves Notas sobre as Ligações*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Tavares, G.M. (2013). *Atlas do Corpo e da Imaginação – Teoria, Fragmentos, Imagens*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Tavares, M. S. (2013, 19 de janeiro). O desastre ortográfico. *Expresso* [Disponível em: <http://ilcao.cedilha.net/?p=9270>, acedido em 19 de janeiro de 2013].
- Teixeira, N. S., Nunes, I. F. & Rodrigues, J. C. (2000). *O Interesse Nacional e a llobalização*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.

- Teles, A. F. (2009). *A Dimensão Cultural da Política Externa Portuguesa: da década de noventa à actualidade*. (Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Teyssier, P. (1993). *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Thiesse, A. M. (2011). A Europa das Nações. In C. M. F. Cunha (Ed.), *Escrever a Nação: Literatura e Nacionalidade* (pp. 69-76). Guimarães: Opera Omnia.
- Thiesse, A. M. (2000). *A Criação das Identidades Nacionais*. Lisboa: Temas e Debates.
- Thomaz, O. R. (2000, 12 de março). Uma retórica luso-tropical. *Folha de São Paulo, caderno Mais!*
- Thomaz, O. R. (2002). Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. In C. Bastos, M. V. de Almeida & B. Feldman-Bianco (org.), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Timóteo, A. M. (2014). A presença da literatura dos PALOP na Editorial Caminho: Pos-colonialismos e Lusofonias. In M. M. Baptista & S.V. Maia (coord.), *Colonialismos, Pós-Colonialismos e Lusofonias – Atas do IV Congresso Internacional em Estudos Culturais* (pp. 743-751). Aveiro: Edição on line da Universidade de Aveiro.
- Todorov, T. (1973). *Poétique*. Paris: Éditions du Seuil.
- Todorov, T. (1987). *Teoria da Literatura I*. Lisboa: Edições 70.
- Toledo, R. (2006). Pedagogia, Política e Mercado Editorial. In J. Pintassilgo J. Pintassilgo, M. C. de Freitas, M. J. Mogarro & M. Carvalho (org.), *História da Educação em Portugal, Circulação e apropriação de modelos culturais em Portugal e no Brasil* (pp. 201 a 231). Lisboa: Edições Colibri.
- Topa, F. & Pereira, E. (Org.) (2015). *De Luuanda a Luandino: vereedas*. Porto: Edições Afrontamento.
- Travanca, I. (2001). *O Livro no Jornal*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Trigo, S. (2015). Luuanda: nacionalização literária, reinvenção e angolinização da Língua Portuguesa. In F. Topa e E. Pereira (Org.), *De Luuanda a Luandino: vereedas* (pp. 11 a 27). Porto: Edições Afrontamento.
- Unamuno, M (2012). *Portugal, Povo de Suicidas*. Lisboa: Letra Livre.
- Van-Dúnem, J. O. S. (2002). África e lusofonia(s). *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. 1(2), abril, 41-45.



- Vaz, P. B. (2015). Uma travessia pelo sertão lusófono. In L. M. Martins (Coord.), *Lusofonia e interculturalidade: Promessa e travessia* (pp. 471-484). Famalicão: Edições Húmus.
- Venâncio, J. C. (2005). *A dominação Colonial: Protagonismos e Heranças*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Venâncio, J. C. (2015). A lusofonia enquanto experiência estética. Considerações em torno da existência de um cânone lusófono. In L. M. Martins (Coord.), *Lusofonia e interculturalidade: Promessa e travessia* (pp. 433-449). Famalicão: Edições Húmus.
- Veyne, P. (2008). *Como se Escreve a História*. Lisboa: Edições 70.
- Veyne, P. (2009). *Foucault, o Pensamento e a Pessoa*. Lisboa: Edições Texto e Grafia, Lda.
- Viana, A. R. G. (1900). *Proposta de um Questionário para se Formular as regras de Orthographia Portuguesa Uniforme*. Lisboa: Typographia da Academia.
- Volli, U. (2016). *Semiótica da Publicidade: A criação do texto literário*. Lisboa: Edições 70.
- Whorf, B. L. (1956). *Language, thought, and reality: selected writings of Benjamin Lee Whorf* (J. Carroll, L. Stephen & L. Penny, Ed.). Cambridge, Mass.: MIT.
- Wieviorka, M. (2002). *O Racismo – uma Introdução*. Lisboa: Fenda Edições.
- Wieviorka, M. (2008). *Nove lições de Sociologia – Como abordar um mundo em mudança?* Lisboa: Editorial Teorema.
- Wittgstein, L. (1986). *Tractatus Logico-philosophicus seguido de Investigations philosophiques*. Paris: Gallimard.
- Wolton, D. (2004). *A Outra Globalização*. Lisboa: Difel.
- Young, R. (1990). *White Mythologies: Writing History and the West*. London: Routledge.
- Zambrano, M. (2012). *A Angústia da Europa*. Lisboa: Nova Vega.
- Zivkovic, Z. (2010). *A Biblioteca*. Lisboa: Cavalo de Ferro.

Webgrafia – Sítios Consultados

*Alliance Française* [<http://www.alliancefr.org>]

*British Council* [<http://www.britishcouncil.org>]

*Camões, I. P. – Instituto da Cooperação e da Língua* [<http://www.instituto-camoes.pt>]

*CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* [<http://www.cplp.org>]

*Eurocid – Portal de informação europeia em língua portuguesa* [<http://www.eurocid.pt>]

*Intitute for Cultural Diplomacy* [<http://www.culturaldiplomacy.org>]

---